

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em
Planejamento Urbano e Regional - PROPUR



AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL
Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII.

Luisa Durán Rocca

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional

Orientador:
Dr. Arq. Günter Weimer.

Porto Alegre, 2009

D948a Durán Rocca, Luisa

Açorianos no Rio Grande do Sul : antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII / Luisa Durán Rocca ; orientação de Günter Weimer. - 2009.

657 p.: il.

Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR, Porto Alegre, RS, 2009.

1. Configuração urbana : Século XVIII : Rio Grande do Sul. 2. Urbanismo luso-brasileiro. 3. Urbanismo : Arquipélago dos Açores. 4. Urbanismo : Arquipélago da Madeira. I. Weimer, Günter. II. Título.

CDU:711.4"17"(816.5)

Bibliotecária Responsável
Carmen Lúcia Rubin - CRB-10/857

Luisa Durán Rocca

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL
Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII

Tese de Doutorado aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, pela seguinte Banca Examinadora:

Presidente: Dr. Arq. Günter Weimer.
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Membro Externo: Dr. Arq. Murillo de Azevedo Marx.
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Membro Externo: Dra. Arq. Esther Bendjouya Gutierrez. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Membro Externo: Dra. Núncia Santoro de Constantino.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Membro Interno: Dr. João Farias Rovati.
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 11 de setembro de 2009.

Ao terminar minha tese, não posso deixar de expressar minha gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para sua realização:

Günter Weimer, pela orientação e a generosa transmissão de seus conhecimentos.

Ângelo Braghirolli, com quem compartilho além da minha vida, o interesse pela arquitetura e o gosto de conhecer lugares, pela compreensão e apoio.

Meus pais, Miguel e Carolina que ensinaram-me como identificar e procurar as coisas fundamentais. Minha irmã Carolina, tios e primos que sempre acreditam em mim.

Ana Rosa de Oliveira, Ana Lucia Meira, Briane Bicca e Douglas Aguiar, pelo estímulo para que eu ingressasse no doutorado e a Cristina Dias Lay pelo apoio para terminá-lo.

João Rovatti, Mariluz Grando, os professores e colegas e as professoras da banca de qualificação, Vera Barroso, Esther Gutierrez, e, mais uma vez, a Briane Bicca, pelas oportunas contribuições.

Os funcionários das bibliotecas da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, da Faculdade de Arquitetura da UFPEL, da Biblioteca Pública de Porto Alegre, da 12 Superintendência Regional do IPHAN, do IPHAE e do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico.

Os arquitetos e pesquisadores que me forneceram valiosas e oportunas informações: Ramón Gutierrez, Rodrigo Gutierrez, Ana Maria Aranda Bernal, Francisco Ollero Lobato, Walter Rossa, Antonieta Leite, Jorge Paulus Bruno, Pedro Cota, Antonio Hoyuela, Lílian Albuquerque, Maria Isabel Correia Kanan, Fabiano Texeira dos Santos, Berenice Pinto da Costa, Ana Lucia Oliveira, Daniela Fialho, Alencar Mazzulo de Oliveira, Alberto Brilhante e Roberto Sawitsky.

Os amigos: Olga Lucia Arango, Claudia Rivadeneira, Maria Cecília O'byrne, Beatriz González, Olga Pizano, Elena Angulo Aramburu, Ana Maria Bones Beltrami, Matilde Villegas, Maria Beatriz Medeiros Kotter, Leonor Schwartzmann, Caroline Timm, Elena Petrucci, Silvana Jung, Juan Luis Isaza Londoño, Carlos Baztán Lacasa, Carlos Fernando de Moura Delphim, Luis Luccas e Vladimir Stello.

Inês Alonso pelas aulas de francês e Lucia Soldera pela revisão final do texto.

Carlos Lima pela condução até remotos lugares e os moradores dos lugares por mim visitados, que me guiaram e forneceram valiosas indicações.

Dr. Facundo de Oliveira e Dra. Claudia Rachewsky pelo apoio nos momentos difíceis.

Expresso ainda minha gratidão ao sistema público de educação superior do Brasil por acolher sem qualquer distinção, alunos estrangeiros; à UFRGS pela possibilidade de qualificação gratuita; à CAPES pela bolsa de estudos e, ainda, ao Programa de Intercâmbio 2007 do Ministério da Cultura que financiou a passagem da viagem de estudos à Universidade de Coimbra, a quem também agradeço. Sem o apoio e a boa vontade dessas instituições teria sido muito difícil realizar esta tese.

Sumário

Lista de Figuras	12
Resumo	27
Résumé	28
1. INTRODUÇÃO	29
1.1 Tema e o objeto de estudo	29
1.1.1 Objetivo e formulação da hipótese	35
1.1.2 Justificativa	37
1.1.3 Metodologia	40
1.2 Revisão de conceitos quanto ao tema	45
1.2.1 Relação entre migração e cultura e o mito da <i>açorianidade</i>	45
1.2.2 Especificidade da cultura urbana brasileira	53
1.2.3 Natureza dos fatos urbanos	54
1.2.3.1 <i>Caráter do urbano</i>	56
1.2.3.2 <i>Limites do urbanos</i>	60
1.2.3.3 <i>Sentido 'urbano' nos assentamentos do Brasil colonial</i>	61
1.2.4 Urbanismo e Arquitetura tradicional	62
1.3 Revisão de conceitos quanto à análise das formas urbanas	66
1.3.1 Análises morfológicas e tipológicas	66
1.3.2 Classificação tipo-morfológica dos assentamentos	75
1.3.3 Interpretação	80
1.3.4 Estrutura de análise	82
2. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL-RIO-GRANDENSE	85
2.1 Período 1: até 1724	88
2.2 Período 2: 1725 – 1749	94
2.3 Período 3: 1750- 1776	99
2.4 Período 4: 1777 – 1822	107
2.5 Análise do processo	112
3. TRADIÇÃO URBANA DA PENÍNSULA IBÉRICA	115
3.1 Antiguidade	115
3.1.1 Citânias e feitorias	115
3.1.2 Influência grega	119
3.1.2.1 <i>Mileto</i>	122
3.1.2.2 <i>Olinto</i>	123

3.1.3	Legado de Roma	125
3.1.3.1	<i>Itálica</i>	130
3.1.3.2	<i>Baelo Claudia</i>	131
3.1.3.3	<i>Volúvilis</i>	132
3.1.4	Contribuição dos povos germanos	133
3.1.4.1	<i>Norte suevo</i>	138
3.1.4.2	<i>Sul visigodo</i>	140
3.2	Contribuição dos povos islâmicos	143
3.2.1	Tradição urbana árabe	158
3.2.2	Cultura espacial berbere	169
3.2.2.1	<i>Espaço doméstico</i>	171
3.2.2.2	<i>Formas de aldeamento</i>	174
3.2.3	Síntese ibérica, permanência berbere	178
3.2.3.1	<i>Formas de aglomeração</i>	178
3.2.3.2	<i>Tipos de edificações domésticas</i>	179
3.2.3.3	<i>Exemplos da influência berbere</i>	182
3.3	Re-cristianização da Península Ibérica e unificação de Portugal	188
3.3.1	Assentamentos de crescimento orgânico	192
3.3.2	Cidades planejadas	195
3.3.2.1	<i>Bastides</i>	196
3.3.2.2	<i>Povoações ibéricas</i>	198
3.3.2.3	<i>Cidades medievais planejadas em Portugal</i>	200
3.4	Portugal e o início da expansão ultramarina	209
3.4.1	Tomar	212
3.4.2	Vila do Infante, Sagres	213
3.5	Cultura urbana do Renascimento	215
3.5.1	Urbanismo e fortificação	216
3.5.2	Ideário	225
3.5.2.1	<i>Pensamento utópico</i>	225
3.5.2.2	<i>Contra-reforma</i>	228
3.5.3	Espacialidade e práticas urbanas em Portugal continental	229
3.5.3.1	<i>Rua reta</i>	231
3.5.3.2	<i>Malhas ortogonais</i>	232
3.5.3.3	<i>Conformação de praças e implantação de equipamentos coletivos</i>	233
3.5.3.4	<i>Quadro normativo e transformação da morfologia urbana</i>	238
4	URBANISMO DOS AÇORES E DA MADEIRA	243
4.1	Povoamento e a administração do território	246
4.1.1	Administração regional	249
4.1.2	Administração local	251

4.2	Arquipélago da Madeira	253
4.2.1	Ocupação e urbanização	254
4.2.2	Tipologia dos aglomerados	256
4.3	Arquipélago dos Açores	259
4.3.1	Ocupação do território insular	271
4.3.2	Tipologias dos aglomerados rurais e proto-urbanos	275
4.3.2.1	<i>Ocupação rural dispersa</i>	275
4.3.2.2	<i>Ocupação rural concentrada</i>	276
4.3.2.3	<i>Freguesias</i>	277
4.3.2.4	<i>Sutil diferencia entre rural e urbano</i>	282
4.3.3	Estágios da formação dos aglomerados urbanos	285
4.3.3.1	<i>Inicial –linear</i>	284
4.3.3.2	<i>Intermédio - radial</i>	285
4.3.3.3	<i>Formação da malha urbana</i>	286
4.3.4	Casa açoriana	296
4.3.4.1	<i>Casa rural</i>	296
4.3.4.2	<i>Casa urbana</i>	298
4.3.5	<i>Impérios do Divino Espírito Santo</i>	300
5	URBANISMO NO BRASIL COLONIAL	305
5.1	Trajectoria na conformação do espaço urbano luso-brasileiro	310
5.1.1	Período 1: 1500 – 1532	311
5.1.2	Período 2: 1532 - 1650	312
5.1.2.1	<i>Salvador da Bahia</i>	317
5.1.2.2	<i>Santa Maria Madalena da Alagoa Sul</i>	318
5.1.2.3	<i>Aldeia de Abrantes</i>	319
5.1.3	Período 3: 1650 - 1720	320
5.1.3.1	<i>Autonomia técnica</i>	320
5.1.3.2	<i>Formação da camada urbana</i>	321
5.1.3.3	<i>Extensão da rede urbana para o sul</i>	323
5.2	Período 4: 1720 – 1822. Brasil e a cultura urbana do Iluminismo	329
5.2.1	Cultura urbana do Iluminismo	331
5.2.2	Programa de Novas Vilas no Brasil	335
5.2.2.1	<i>Nova política indigenista</i>	339
5.2.2.2	<i>Aspectos gerais da migração dos ilhéus</i>	340
5.3	Contribuição dos ilhéus na urbanização do norte do Brasil	342
5.3.1	Maranhão	342
5.3.1.1	<i>São Luiz</i>	342
5.3.1.2	<i>Alcântara</i>	343
5.3.2	Pernambuco	344
5.3.3	Amazônia: Pará e Amapá	345

5.3.3.1	<i>São José de Macapá</i>	346
5.3.3.2	<i>Aldeias</i>	347
5.4	A contribuição dos açorianos na urbanização do sul do Brasil	348
5.4.1	Colônia do Sacramento	356
5.4.2	Açorianos em Santa Catarina	364
5.4.2.1	<i>Estratégia de ocupação</i>	365
5.4.2.2	<i>Permanências da espacialidade açoriana</i>	369
6	EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO SEC. XVIII	371
6.1	Plano de reconstrução de Lisboa	371
6.2	Novas povoações do Iluminismo	378
6.2.1	Novas povoações da Andaluzia	381
6.2.2	Novas Povoações em Portugal	387
6.2.2.1	<i>Vila Real de Santo Antônio</i>	387
6.2.2.2	<i>Porto Corvo</i>	391
6.2.3	Novas povoações em Hispano-américa	391
6.2.3.1	<i>Plano de ordenamento da Alta Califórnia</i>	392
6.2.3.2	<i>Plano de ordenamento da Província de Cartagena</i>	393
6.2.3.3	<i>Novas Povoações no Vice-reinado do Prata</i>	394
7	URBANISMO NO RIO GRANDE DO SUL COLONIAL	401
7.1	Quadro socioeconômico	401
7.1.1	Formação da sociedade sulina	409
7.1.2	Contribuição demográfica dos ilhéus	415
7.2	Formas urbanas surgidas até 1750	423
7.2.1	Santo Antônio da Patrulha	423
7.2.2	Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)	429
7.2.3	Vacaria	433
7.2.4	Rio Grande	436
7.2.5	Mostardas	447
7.2.6	Viamão	453
7.3	Formas urbanas surgidas entre 1750 e 1777	457
7.3.1	Rio Pardo	457
7.3.2	Porto Alegre	464
7.3.3	Santo Amaro	474
7.3.4	Triunfo	481
7.3.5	Estreito	486
7.3.6	Cachoeira	491
7.3.7	Gravataí	495
7.3.8	São José do Norte	501
7.3.9	Taquari	507

7.4	Formas urbanas surgidas entre 1778-1822	518
7.4.1	Povo Novo	522
7.4.2	Pelotas	527
7.4.3	Encruzilhada	532
7.4.4	Caçapava do Sul	536
7.4.5	Piratini	539
7.4.6	Herval	544
7.4.7	Canguçu	547
7.4.8	Guaíba	550
7.4.9	Santa Maria	552
7.4.10	Jaguarão	556
7.5	Formas não urbanas e projetos frustrados	562
7.5.1	Ilha dos Marinheiros (Rio Grande)	562
7.5.2	Torotama (Rio Grande)	565
7.5.3	Barra (São José do Norte)	566
7.5.4	Belém Velho (Porto Alegre)	573
7.5.5	Morro de Santana	577
7.6	Características do urbanismo e da arquitetura colonial	579
7.6.1	Motivações para a formação dos aglomerados	582
7.6.2	Formação da rede, a situação e o sítio	584
7.6.3	Malha urbana	587
7.6.4	Fortificações	589
7.6.5	Arruamento	592
7.6.6	Praças	592
7.6.7	Elementos primários	596
7.6.7.1	<i>Edifícios religiosos</i>	596
7.6.7.2	<i>Edifícios de governo</i>	598
7.6.7.3	<i>Espaços para a saúde</i>	598
7.6.7.4	<i>Edifícios para a educação</i>	600
7.6.7.5	<i>Particularidade dos Impérios</i>	600
7.6.7.6	<i>Quarteirão e estrutura predial</i>	601
7.6.8	Arquitetura doméstica	603
7.7	Verificação da <i>açorianidade</i> no urbanismo colonial sul-rio-grandense	610
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	613
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	623
	Glossário	645
	Anexo – Comparação dimensional e tipológica dos estudos de caso	649

Lista de Figuras

Capítulo 1

Figura 1: Localização do Rio Grande do Sul no Brasil e na América do Sul	30
Figura 2: Paisagem de serra, Gramado	30
Figura 3: Paisagem missioneira, São Miguel	30
Figura 4: Paisagem do pampa, Santana do Livramento	30
Figura 5: Paisagem do litoral, Mostardas	30
Figura 6: Classificação dos municípios estudados de acordo com o número atual de habitantes	31
Figura 7: Gravataí	44
Figura 8: Mostardas	44
Figura 9: Osório	44
Figura 10: São José do Norte	44
Figura 11: Taquari	44
Figura 12: Triunfo	44
Figura 13: Ponte dos Açorianos	53
Figura 14: Monumento Açorianos	53
Figura 15: Hotel Açores	53
Figura 16: Torre dos Açores	53
Figura 17: Esplanada dos Açores	53
Figura 18: Acesso	53
Figura 19: Genova, trecho da Strada Nuova. Detalhe do levantamento em nível da primeira planta	72
Figura 20: Loteamentos com casas em fileira em Amsterdã e Edimburgo	72
Figura 21: Formação dos assentamentos espontâneos segundo Caniggia e Maffei	74
Figura 22: Configurações urbanas das cidades de Al-andalus segundo Mazzoli-Guintard	76
Figura 23: esquemas de: weiler, haufendorf, strassendorf e angerdorf, segundo Weimer	78
Figura 24: Traçado dentacular e malhas labiríntica, radial, reticular, ortogonal e quadricular	79
Figura 25: Síntese da estrutura de análise proposta	84

Capítulo 2

Figura 26: Planta de São Miguel, 1756	89
Figura 27: Praça e remanescentes da Igreja de São Miguel	89
Figura 28: Planta de casa do sítio arqueológico de San Ignacio Mini (Argentina)	90
Figura 29: Vista de casa em San Ignacio Mini (Argentina)	90
Figura 30: Nicho para imagem religiosa em casa de San Ignacio Mini (Argentina)	90
Figura 31: Planta das sesmarias dos campos de Viamão no século XVIII segundo Tupi Caldas, 1938	95
Figura 32: Mapa da região sul com os principais caminhos de Tropeiros até Sorocaba	95
Figura 33: Mapa da Casa de Toroca, Lisboa, 1726	99
Figura 34: Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional	100

Capítulo 3

Figura 35: Briteiros. Sítio arqueológico	116
Figura 36: Briteiros. Casas reconstruídas	116
Figura 37: Península Ibérica. Localização dos povos pré-romanos por volta do 200 a.C.	117
Figura 38: Remanescentes arqueológicos fenícios	118
Figura 39: Península Ibérica, Principais feitorias	119
Figura 40: Oia. Vila na Ilha de Santorini	121
Figura 41: Mileto. Sítio arqueológico	121
Figura 42: Planta de Mileto, escavações de Gerkan	123
Figura 43: Planta das escavações arqueológicas de Olinto	124
Figura 44: Quarteirões da zona residencial da colina norte de Olinto	124
Figura 45: Extensão máxima do Império Romano	125
Figura 46: Península Ibérica. Províncias romanas, rede de estradas e cidades	126
Figura 47: Planta do sítio arqueológico de Itálica (Província de Sevilla)	130
Figura 48: Itálica. Cardo	130
Figura 49: Itálica. Anfiteatro	131

Figura 50: Itálica. Calçada aporticada	131
Figura 51: Itálica. Mosaicos na chamada Casa do Planetário	131
Figura 52: Planta do sítio arqueológico de Baelo Claudia (Província de Cádiz)	132
Figura 53: Baelo Claudia. Vista	132
Figura 54: Baelo Claudia. Decumanus	132
Figura 55: Planta do sítio arqueológico de Volubilis (Marrocos)	133
Figura 56: Volubilis. Vista geral	133
Figura 57: Península Ibérica no 560 d.C. Ocupações germânicas	135
Figura 58: Paisagem rural do Vale do Douro	137
Figura 59: Paisagem rural do Alentejo	137
Figura 60: Planta de um aldeamento em Riba de Ancora, Concelho Vianna do Castelo	138
Figura 61: Vista de Riba de Ancora, Concelho de Vianna do Castelo	138
Figura 62: Planta da localidade de Verge, Concelho de Bragança	139
Figura 63: Vista de Verge	139
Figura 64: Planta do Núcleo inicial de Sabugal - Distrito de Guarda	140
Figura 65: Vista do úcleo inicial de Sabugal - Distrito de Guarda	140
Figura 66: Lisboa. Vista do Castelo de São Jorge	140
Figura 67: Lisboa. Rua principal do bairro da Alfama	140
Figura 68: Aerofotografia de Salema, Concelho de Sagres	141
Figura 69: Planta da aldeia de Monsaraz (Concelho de Reguengos)	141
Figura 70: Monsaraz, rua matriz	141
Figura 71: Monsaraz. Rua e igreja do século XVI	141
Figura 72: Croquis da aldeia de Fontes da Matosa	142
Figura 73: Largo de Fontes da Matosa	142
Figura 74: Mapa da expansão do domínio islâmico no século X no ocidente	143
Figura 75: Al Andaluz. Estruturação de distritos no século XI	145
Figura 76: Al Garb no século XI	149
Figura 77: Domínio Almorávida entre 1086 e 1140	151
Figura 78: Sevilha. O Guadalquivir e a Torre do Ouro	152
Figura 79: Sevilha. La Giralda	152
Figura 80: Limites do sultanato Nazari, 1410-1492	152
Figura 81: Alhambra, a alcaçaba e casas militares	153
Figura 82: Alhambra, área residencial	153
Figura 83: Alhambra, hortas e jardins desde o Generalife	153
Figura 84: Definição da fronteira entre o norte cristão e sul islâmico	154
Figura 85: Chauen, Marrocos. Aerofotografia	158
Figura 86: Chauen. Vista geral	158
Figura 87 Córdoba. Medina, bairro e subúrbios	160
Figura 88: Córdoba no século XIX. Medina e Chanib oriental	160
Figura 89: Planta do núcleo de Tarifa (Província de Cádiz) com base em plano de 2000	162
Figura 90: Tarifa. Porta	162
Figura 91: Tarifa. Rua principal	162
Figura 92: Diferentes tipos de acesso ao recinto amuralhado	162
Figura 93: Esquema da estrutura de arruamento nas cidades árabes do norte do Marrocos	163
Figura 94: Chauen, rua principal	163
Figura 95: Chauen. Rua secundária	163
Figura 96: Chauen. Praça principal	164
Figura 97: Chauen. Praça principal e fortificação	164
Figura 98: Chauen: chafariz	164
Figura 99: Chauen. Minarete da Mesquita	164
Figura 100: Chauen. Acesso à Mesquita	164
Figura 101: Chauen. Forno coletivo	164
Figura 102: Chauen. Beco e acesso a residência	165
Figura 103: Chauen. Zoco	165
Figura 104: Chauen. Ateliê	165
Figura 105: Chauen. <i>Funduq</i>	165

Figura 106: Granada. Antiga <i>fonda</i> (séc.XII)	165
Figura 107: Sevilha. Antigas <i>atarazanas</i> (séc. XII)	165
Figura 108: Toledo. Axonometria das casas bivalentes da Calle da Chapineria	166
Figura 109: Esquema da estrutura de clusters	167
Figura 110: Granada. Bairro Albaizin. Casas de pátio com telhados inclinados	167
Figura 111: San Lucar de Barrameda (Provincia de Cadiz) Casas de pátio com teto plano	167
Figura 112: Esquema de planta baixa térrea de casa de origem árabe predominante no Rif	168
Figura 113: Esquema de planta baixa térrea de casa da região de Sevilha	168
Figura 114: Mapa do norte do Marrocos	169
Figura 115: Gráfico interpretativo da organização social tradicional berbere	171
Figura 116: A <i>jaima</i>	171
Figura 117: A <i>kabusa</i>	171
Figura 118: Vista e planta de uma <i>nuala</i>	171
Figura 119: Planta e vista de um <i>bit</i>	172
Figura 120: <i>Bits</i> do Rif	172
Figura 121: Esquema da agrupação de <i>kurs</i>	173
Figura 122: Agrupação de <i>Kurs</i> , nas proximidades de Tetuan	173
Figura 123: planta e vista do <i>tighremt</i> do <i>jalifa</i> de Toundout	173
Figura 124: Planta de uma aldeia rural na região de Meknes	175
Figura 125: Planta de uma aldeia rural na região de Meknes	175
Figura 126: Paisagem do Rif	175
Figura 127: Ocupação dispersa do Rif	175
Figura 128: Aldeamento do Rif	175
Figura 129: Aldeamento na região de Marrakesh	175
Figura 130: Aldeamento na região de Marrakesh	175
Figura 131: Vista e croquis do <i>duar</i> Tinwar com a <i>tinghremt</i> no centro	176
Figura 132: Planta e fotografia do celeiro coletivo em Imeshguigueln	177
Figura 133: Ighem El Khorbat, oásis de Ferkla	177
Figura 134: Ighem El Khorbat, acesso	177
Figura 135: Aglomerado rural. Tavira-Algarve	179
Figura 136: Aglomerado urbano. Santiponce - Andaluzia	179
Figura 137: Casa de aldeias agrícolas predominante na serra de Monchique, Algarve oeste	180
Figura 138: Casa com açoteia e fachada de três vãos do Algarve Central	180
Figura 139: Casa de Pescadores. Algarve leste	180
Figura 140: Casa alentejana	181
Figura 141: Casa da Arrábida	181
Figura 142: Casa de madeira	181
Figura 143: Casa salaia	182
Figura 144: Faro. Vila Adentro e Mouraria	182
Figura 145: Faro. Rua principal da Vila Adentro	182
Figura 146: Faro. Mouraria	183
Figura 147: Faro. Casas de pescadores da Mouraria	183
Figura 148: Faro. Casa térrea na Mouraria	183
Figura 149: Planta da Vila do Bispo	184
Figura 150: Vila do Bispo. Moinho	184
Figura 151: Vila do Bispo. Rua dos Moinhos	185
Figura 152: Vila do Bispo. Casas	185
Figura 153: Vila do Bispo. Casas	185
Figura 154: Planta do povoado de pescadores da Ilha da Culatra (Concelho de Faro)	185
Figura 155: Ilha da Culatra	185
Figura 156: Montefrio (Província de Granada) Penhasco e casario	186
Figura 157: Montefrio. Arruamento	186
Figura 158: Montefrio. Detalhe do arranjo	187
Figura 159: Busquistar (Província de Granada)	187
Figura 160: Busquistar. Detalhe dos tetos planos	187
Figura 161: La Cala del Moral (Provincia de Málaga)	187

Figura 162: Rincón de la Victoria (Provincia de Málaga)	187
Figura 163: Nerja (Provincia de Málaga)	187
Figura 164: Península Ibérica por volta de 1.100	190
Figura 165: Península Ibérica entre 1248 e 1485	191
Figura 166: Planta de Leão no século XIII. Antigo castro romano	193
Figura 167: Casas em fileira	194
Figura 168: Braga. Plantas de casa em fileira	194
Figura 169: Plantas de Beaumont de Lamogne (século XII) e Mompazier	197
Figura 170: Aerofotografia de Aigues Mortes	197
Figura 171: Vista atual de Aigues Mortes	197
Figura 172: Vista de Puenteleireina (Navarra)	199
Figura 173: Planta de Puenteleireina [década de 1980]	199
Figura 174: Planta de Villareal de los Infantes (Valencia)	200
Figura 175: Valencia do Minho em 1509 por Duarte de Armas	204
Figura 176: Penha Garcia em 1509 por Duarte de Armas	204
Figura 177: Castro Marim em 1509 por Duarte de Armas	204
Figura 178: Montalvão em 1509 por Duarte de Armas. Detalhe ampliado	205
Figura 179: Assumar em 1509 por Duarte de Armas, detalhe ampliado de uma porta da muralha	205
Figura 180: Planta de Viana no seu estagio inicial, final do século XIII	208
Figura 181: Planta de Viana do Castelo no final do século	208
Figura 182: Juan Vespucci. Portulano do Mediterrâneo e costas atlânticas de Europa e África, 1520	210
Figura 183: O império português durante o reinado de D.João III (1521-1557)	211
Figura 184: Planta de Tomar no século XV	213
Figura 185: Vista de Tomar	213
Figura 186: Vista aérea do Cabo de Sagres e a fortificação	214
Figura 187: Correnteza e a muralha de Sagres. Detalhe de um desenho do barlovento algarvio, 1587	214
Figura 188: Sagres. Fortificação	215
Figura 189: Sagres. Capela	215
Figura 190: Sagres. Rosa dos ventos	215
Figura 191: Habitações e arrecadações da fortaleza de Sagres	215
Figura 192: A cidade ideal de Vitruvius (sem autor)	218
Figura 193: A cidade ideal de Vitruvius, por Philippi de Giunta (1513)	218
Figura 194: A cidade ideal de Vitruvius, por Monsenhor Bárbaro (1556)	218
Figura 195: Vista aérea de Neuf Brisach – França	224
Figura 196: Vista aérea da vila de Almeida	224
Figura 197: Miniatura de um manuscrito da Cidade de Deus	226
Figura 198: Capa da <i>Utopia</i>	226
Figura 199: Planta da Igreja <i>Il Gesu</i> , Roma	229
Figura 200: Vista da Igreja <i>Il Gesu</i> , Roma	229
Figura 201: Cidade ideal em um quadro atribuído a Francesco di Giorgio	230
Figura 202: Planta de Lisboa delineada pelo arquiteto de S.M. João Nunes Tinoco em 1650	233
Figura 203: Planta do projeto do Bairro Alto, séc. XVI	233
Figura 204: Lisboa. Bairro Alto	233
Figura 205: Lisboa. Bairro Alto – Chiado	233
Figura 206: Planta de Braga no início do século XVI	235
Figura 207: Planta de Braga na metade do século XVII	235
Figura 208: Planta de Viana do Castelo no final do século XVI	236
Figura 209: Viana do Castelo	236
Figura 210: Lisboa. Gravura que ilustra o Terreiro do Paço quando o desembarque de Felipe II.[1580]	237
Figura 211: Procissão no Rossio. [séc. XVII]	237
Figura 212: Coimbra	241
Figura 213: Faro	241
Figura 214: Ouro Preto – MG	242
Figura 215: Lisboa. Mouraria	242
Figura 216: Braga. Rossio e igreja da Sé, 2008	242
Figura 217: Salvador - BA. Largo de São Francisco	242

Figura 218: Angra do Heroísmo, Rua da Se _____	242
Figura 219: Salvador – BA. Largo do Pelourinho _____	242

Capítulo 4

Figura 220: Mapa da Macaronésia e seus arquipélagos _____	243
Figura 221: Mapa do arquipélago da Madeira _____	253
Figura 222: Mapa topográfico da Ilha da Madeira _____	253
Figura 223: Núcleos urbanos das Ilhas da Madeira e Porto Santo (2008) _____	254
Figura 224: Aerofotografia de Machico- Madeira. (esc. 100m) _____	256
Figura 225: Planta de Funchal no início da segunda metade do século XV _____	257
Figura 226: Planta de Funchal no final do século XVI _____	258
Figura 227: Planta de Funchal no final do século XVI _____	259
Figura 228: Vista de Funchal _____	259
Figura 229: Funchal. Rua Santa Maria _____	259
Figura 230: Mapa das Ilhas Açores e os principais assentamentos _____	260
Figura 231: Vista da ilha do Pico desde Faial _____	260
Figura 232: Lagoa de Sete Cidades, ilha de São Miguel _____	261
Figura 233: casa em ruínas, Caldeira, ilha Terceira _____	262
Figura 234: Sobrado em ruínas, Caldeira, ilha Terceira _____	262
Figura 235: Sobrado em ruínas, Caldeira, ilha Terceira _____	262
Figura 236: Unidade Paisagística de São Lourenço. Freguesia de Santa Bárbara. Santa Maria _____	264
Figura 237: Ermida de Jesus Maria e José. Unidade Paisagística de São Lourenço. Santa Maria _____	264
Figura 238: Planta de Vila Franca (ilha de São Miguel, 1940) _____	265
Figura 239: Aerofotografia da localidade de Feteiras (Ilha de São Miguel) _____	265
Figura 240: Mapa da Ilha Terceira com a rede de estradas e localidades _____	266
Figura 241: Planta de Horta. (ilha de Faial). Levantamento do Eng. Jose Rodrigo D´Almeida, 1804 _____	266
Figura 242: Vista de Horta _____	266
Figura 243: Currais de vinha. Freguesia de Criação Velha (ilha do Pico) _____	267
Figura 244: Casas dos botes baleeiros. Canela de Nesquim, Lages (ilha do Pico) _____	267
Figura 245: Aerofotografia da sede do Concelho de Velas (ilha de São Jorge) _____	268
Figura 246: Porto de Velas _____	268
Figura 247: Planta do aglomerado de Praia (ilha da Graciosa, 1940) _____	269
Figura 248: Praia da Graciosa _____	269
Figura 249: Planta da Vila de Santa Cruz (ilha da Graciosa, 1940) _____	269
Figura 250: Santa Cruz da Graciosa _____	269
Figura 251: Aerofotografia de Lajes (ilha das Flores) _____	270
Figura 252: Vila Santa Cruz (ilha das Flores, 1940) _____	270
Figura 253: Aerofotografia da sede do Concelho da Vila Nova de Corvo (2008) _____	271
Figura 254: Casario da Vila Nova do Corvo _____	271
Figura 255: Costa norte da ilha Terceira _____	271
Figura 256: Costa sul da ilha Terceira _____	271
Figura 257: Esquema interpretativo da forma de ocupação do solo característica dos Açores _____	272
Figura 258: Aerofotografia de Santo Amaro. Ilha de São Jorge, 2008. Esc. 100m _____	272
Figura 259: Aerofotografia de Criação Velha. Ilha do Pico, 2008. Esc. 100m _____	272
Figura 260: Paisagem rural na localidade de Salgueiros, Ilha Terceira _____	273
Figura 261: Paisagem rural da Freguesia de Aqualva, Ilha Terceira _____	273
Figura 262: Esquema das formas de situação e hierarquização dos aglomerados de um Concelho _____	274
Figura 263: Casas rurais de Boa Vista (ilha de Santa Maria) _____	275
Figura 264: Calheta de Nesquim, Lages (ilha do Pico) _____	275
Figura 265: Caldeira. Concelho de Praia da Vitória. (ilha Terceira) _____	275
Figura 266: Planta do conjunto da Cerca. Freguesia de Praia do Norte (ilha de Faial) _____	276
Figura 267: Conjunto da Cerca, Freguesia da Praia do Norte _____	276
Figura 268: Planta do Largo da Freguesia de Santo Amaro, Concelho de São Roque (ilha do Pico) _____	276
Figura 269: Largo de Santo Amaro _____	276
Figura 270: Freguesia de Fajazinha. Ilha das Flores _____	277

Figura 271: Freguesia de Fajazinha. Ilha das Flores	277
Figura 272: Planta do centro da freguesia de Aqualva, Concelho de Praia (ilha Terceira),	278
Figura 273: Aqualva	278
Figura 274: Aqualva, capela do Império	278
Figura 275: Aqualva, rua da Igreja	278
Figura 276: Aqualva. Rua direita	278
Figura 277: Planta do centro da freguesia de Lajes, Concelho de Praia (ilha Terceira)	279
Figura 278: Vila de Lajes. Largo	279
Figura 279: Vila de Lajes. Cordão perimetral atravessando a área urbana	279
Figura 280: Planta do centro da freguesia de Cinco Ribeiras, Concelho de Angra (ilha Terceira)	280
Figura 281: Freguesia de Cinco Ribeiras. Praça	280
Figura 282: Freguesia de Cinco Ribeiras. Igreja	280
Figura 283: Freguesia de Cinco Ribeiras. Praça	280
Figura 284: Planta do centro da freguesia de Santa Bárbara, Concelho de Angra (ilha Terceira)	281
Figura 285: Freguesia de Santa Bárbara. Igreja	281
Figura 286: Freguesia de Santa Bárbara. Capela do Império	281
Figura 287: Freguesia de Santa Bárbara. Rua Direita	281
Figura 288: Casa rural na localidade de Caldeia, Concelho de Praia (ilha Terceira)	283
Figura 289: Casa urbana na freguesia de Ribeirinha, Concelho de Praia (ilha Terceira)	283
Figura 290: Sobrado rural na freguesia de Vila Nova, Concelho de Praia (ilha Terceira)	283
Figura 291: Casa rural na freguesia de Ramo Grande, Concelho de Praia. (ilha Terceira)	283
Figura 292: Aerofotografia da Vila do Porto (Ilha de Santa Maria)	285
Figura 293: Vila do Porto. Rua Direita	285
Figura 294: Aerofotografia da sede do Concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel, 2008	286
Figura 295: Ribeira Grande. Ponte	286
Figura 296: Ribeira Grande. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela	286
Figura 297: Planta de Ponta Delgada (ilha de São Miguel) no início do século XVI	287
Figura 298: Ponta Delgada no início do século XVII	288
Figura 299: Ponta Delgada. Praça Gonçalo Velho Cabral, 2006	289
Figura 300: Ponta Delgada. Edifício da Câmara e Praça Velha, 2006	289
Figura 301: Angra do Heroísmo (ilha Terceira) no terceiro quartel do século XV	289
Figura 302: Planta de Angra do Heroísmo no último quartel do século XV	289
Figura 303: Angra do Heroísmo. Cidade alta (núcleo inicial) e baixa desde o monte Brasil	290
Figura 304: Angra do Heroísmo. A Bahia e o Forte	290
Figura 305: Planta de Angra do Heroísmo na primeira metade do século XVI	291
Figura 306: Angra do Heroísmo. Rua da Sé	291
Figura 307: Angra do Heroísmo. Rua Direita	292
Figura 308: Angra do Heroísmo. Praça Velha e edifício da Câmara	292
Figura 309: Angra do Heroísmo. Igreja da Se	292
Figura 310: Angra do Heroísmo. Convento de Santo Antonio, atual sede do governo	292
Figura 311: Planta de Angra do Heroísmo incluída no <i>Itinerarium</i> [1595] de Linschoten	293
Figura 312: Angra do Heroísmo. Planta e detalhe do Monte Brasil e Castelo de São Felipe	293
Figura 313: Castelo de São Felipe	294
Figura 314: Igreja de São João Baptista no interior do forte	294
Figura 315: Castelo de São Felipe desde o forte de São Sebastião	294
Figura 316: Planta de Angra do Heroísmo no século XVII	295
Figura 317: Angra do Heroísmo. Planta Casa Rua Canos Verdes. 16	295
Figura 318: Casa Rua Canos Verdes. 16	295
Figura 319: Angra do Heroísmo. Casa dobrada na Rua de Jesus, 10	295
Figura 320: Angra do Heroísmo. Modulo de casa dobrada na Rua da Se	295
Figura 321: Comparação das plantas do bit berbere e casa rural térrea açoriana	297
Figura 322: Casas rurais de Boa Vista (ilha de Santa Maria)	297
Figura 323: Casa rural na freguesia de Lages, Concelho de Praia (ilha Terceira)	297
Figura 324: Ruínas de casa rural com falsa, Caldeira, Concelho de Praia (ilha Terceira)	297
Figura 325: Sobrado rural na localidade Caldeia, ilha Terceira	297
Figura 326: Sobrado rural em Canada das Poças, Concelho de Lages (ilha do Pico)	297

Figura 327: Plantas de casa urbana térrea, Ribeira Quente (Ilha de São Miguel) e sobrado em Angra	298
Figura 328: Casa térrea na rua Canos Verdes. Angra do Heroísmo	299
Figura 329: Casa térrea na Vila do Porto (ilha de Santa Maria)	299
Figura 330: Horta (ilha de Faial). Rua de São Paulo e casas térreas	299
Figura 331: Casa urbana com falsa, Ribeira Grande (ilha de São Miguel)	299
Figura 332: Sobrado na Freguesia de Vila Nova, Concelho de Praia (ilha Terceira)	299
Figura 333: Sobrados da Rua Direita, Ribeira Grande	299
Figura 334: Freguesia de Vila Nova, Ilha Terceira	299
Figura 335: Freguesia de Vila Nova, Ilha Terceira	299
Figura 336: Freguesia de Aqualva, Concelho de Praia, (ilha Terceira)	299
Figura 337: Planta da capela do Império de Cabo da Praia (ilha Terceira)	303
Figura 338: Capela do Império de Cabo da Praia	303
Figura 339: Capela do Império Rua Conde da Praia, Angra do Heroísmo	304
Figura 340: Capela do Império Bairro Santa Luzia, Angra do Heroísmo	304
Figura 341: Capela do Império Rua Recreio dos Artistas, Angra do Heroísmo	304
Figura 342: Capela do Império da Bahia de Vila Maria, bairro de Angra do Heroísmo	304
Figura 343: Capela do Império da Freguesia de Terra Cha, bairro de Angra do Heroísmo	304
Figura 344: Capela do Império da freguesia de Porto Judeu, Concelho de Praia (ilha Terceira)	304
Figura 345: Capela do Império da freguesia de Vila Nova, Concelho de Praia (ilha Terceira)	304
Figura 346: Capela do Império da freguesia de Porto Martins, Concelho de Praia (ilha Terceira)	304

Capítulo 5

Figura 347: <i>A primeira missa no Brasil</i> . Vitor Meirelles	311
Figura 348: São Sebastião de Rio de Janeiro, ca 1712	315
Figura 349: Planta de Salvador, da fundação de Thomé de Souza, 1549	318
Figura 350: Detalhe da litografia de Salvador em 1782, de Dufourcq	318
Figura 351: <i>Pagus Alagoae Australis</i>	318
Figura 352: Rua central de Marechal Deodoro, 2008	318
Figura 353: Igreja de Marechal Deodoro, 2008	318
Figura 354: Vila de Abrantes da comarca do Norte	319
Figura 355: Planta da vila de Paranaguá no início do século XIX	323
Figura 356: <i>Paranaguá</i> . J.B. Debret. [década de 1820]	324
Figura 357: Planta do núcleo inicial de São Francisco do Sul	324
Figura 358: Vista de São Francisco do Sul, 2008	324
Figura 359: <i>Freguesia de Santo Amaro de São Francisco</i> . J. B. Debret. [década de 1820]	325
Figura 360: Planta da <i>Villa de N.S. do Desterro</i> . José Custódio de Sá e Faria, 1754	326
Figura 361: Planta do núcleo inicial da Vila de N.S. do Desterro	326
Figura 362: Vista da ilha de Santa Cararina. Duché de Farney, 1785	326
Figura 363: Detalhe da Vista do Desterro. Vitor Meireles [1846]	327
Figura 364: Centro de Florianópolis. Esquina Rua conselheiro Mafra c/ Bento Gonçalves	327
Figura 365: Centro de Florianópolis. Rua conselheiro Mafra	327
Figura 366: Centro de Florianópolis. Casa Museu Vitor Meireles	327
Figura 367: Planta de Laguna no início do século XIX	328
Figura 368: <i>Laguna</i> . J. B. Debret. [década de 1820]	328
Figura 369: José Figueiredo Seixas, <i>Tratado de Ruação</i> . Estampa 3 [S. XVIII] BNL.	333
Figura 370: Planta da nova povoação de Casalvasco, Matto Grosso, 1783	338
Figura 371: Planta do Arraial de São Pedro d' el Rei, Matto Grosso, 1781	338
Figura 372: Planta da Vila de Alcântara – MA. Original do A.N.T.T, Lisboa. 1755	343
Figura 373: Aerofotografia Alcântara - MA, 2008	343
Figura 374: Alcântara. Rua	343
Figura 375: Panorâmica de Alcântara (2008) Praça e ruínas da igreja Matriz	344
Figura 376: Planta do projeto de São José de Macapá, desenhada com base na Planta de 1761	346
Figura 377: Península de São Gabriel e vista da Colônia do Sacramento	358
Figura 378: Colônia do Sacramento. <i>Calle de los Suspiros</i> , calçamento de pedra	358
Figura 379: Planta da <i>Carta topográfica da Nova Colônia e cidade de Sacramento</i> , 1731	358

Figura 380: Vista do porto, 1731	358
Figura 381: <i>Plano da praça e território da Colônia do Sacramento</i> . José Custódio de Sá e Faria, 1753	360
Figura 382: Planta da Colônia de Sacramento em 1753 com base na interpretação da figura anterior	360
Figura 383: Passeio de São Miguel	360
Figura 384: Porta do Campo	360
Figura 385: Passeio de São Gabriel	360
Figura 386: Praça de armas	361
Figura 387: Praça de armas	361
Figura 388: Casa de 1720	361
Figura 389: Casa dos Governadores. Fragmento da <i>Carta</i> de 1731	362
Figura 390: Sítio arqueológico da Casa dos Governadores	362
Figura 391: Sítio arqueológico da Casa dos Governadores	362
Figura 392: Igreja. Fragmento da <i>Carta</i> de 1731	362
Figura 393: Igreja	362
Figura 394: Igreja	362
Figura 395: Casa de Nacarelho	363
Figura 396: Casa de Nacarelho	363
Figura 397: Interior museizado	363
Figura 398: Casa Calle de Los Suspiros, fachada	363
Figura 399: Casa Calle de Los Suspiros, fundos	363
Figura 400: Casa Calle de Los Suspiros, forno	363
Figura 401: Fragmento da planta da cidade de Colônia de Sacramento, 1995	364
Figura 402: Calle Ituzangó, fora do núcleo inicial	364
Figura 403: A formação da rede de assentamentos da vila de Desterro	364
Figura 404: Aerofotografia da freguesia de Ribeirão da Ilha, Florianópolis	366
Figura 405: Ribeirão da Ilha. Rua principal	366
Figura 406: Igreja	366
Figura 407: Capela do Império	366
Figura 408: Fachadas contínuas	366
Figura 409: Aerofotografia da freguesia de Santo Antonio de Lisboa, Florianópolis	367
Figura 410: Vista de Santo Antonio de Lisboa	367
Figura 411: Igreja	367
Figura 412: Casa com <i>falsa</i>	367
Figura 413: Casa	367
Figura 414: Aerofotografia do aglomerado da Armação da Piedade,	368
Figura 415: Planta da Armação da Piedade, 1829	368
Figura 416: Armação de Itapocoróia. Debret [1820]	369
Figura 417: Adjacências de Ribeirão da Ilha	370
Figura 418: Festas do Divino	370

Capítulo 6

Figura 419: Manuel de Maia. <i>Planta do registro da parte mais arruinada de Lisboa (...)</i> , 1755.	373
Figura 420: Gravado de época sobre o terremoto de Lisboa	373
Figura 421: Carlos Mardel e Eugenio dos Santos. Planta final da Baixa-Chiado, 1758	374
Figura 422: Lisboa, Vista aérea de Baixa Pombalina	374
Figura 423: Lisboa, Vista da Baixa	374
Figura 424: Lisboa. Praça do Comércio, e rua nova	374
Figura 425: Lisboa Praça do Rossio	374
Figura 426: Uma das configurações tipo do anteprojeto, abril de 1756	375
Figura 427: Alçado de uma das ruas principais	375
Figura 428: Eugenio dos Santos. <i>Espacato que atraveça huma das ruas principais (...)</i>	375
Figura 429: Calçamento	375
Figura 430: Fachadas	375
Figura 431: Praça do Comércio	376
Figura 432: Rua Augusta	376
Figura 433: Estátua equestre	376

Figura 434: José de Ampudia y Valdés. 1794-1797. Plano de la Freguesia de Fuente Palmera _____	384
Figura 435: José de Ampudia y Valdés, 1794-1797. Plano de La Carolina _____	385
Figura 436: Cayetano Delgado, 1846. <i>La Carolina</i> , (...) _____	385
Figura 437: La Carolina. Torres de acesso a rua principal _____	385
Figura 438: La Carlota. Planta do núcleo inicial _____	385
Figura 439: La Carlota. Vista aérea da praça _____	385
Figura 440: La Luisiana. Planta do núcleo inicial _____	385
Figura 441: La Luisiana. Praça e igreja _____	385
Figura 442: Plantas de diferentes tipos de aglomerado segundo a forma da praça _____	386
Figura 443: Simon Desnaux. Planta da Aldeia de Fuentecarretos (s/d) _____	386
Figura 444: Aldeia Fuente Carreteros _____	386
Figura 445: Exemplo de casa tipo _____	387
Figura 446: Francisco Losada, Projeto de <i>casa modelo</i> , 1766 _____	387
Figura 447: La Luisiana. Rua e casas térreas _____	387
Figura 448: La Luisiana. Casa térrea _____	387
Figura 449: La Luisiana. Casa de duas plantas _____	387
Figura 450: Eugenio de Souza Soares. <i>Plano geral(...) da Vila Realde Santo Antonio</i> _____	388
Figura 451: Planta geral de Santo Antônio de Arenilha, 1775 _____	388
Figura 452: Planta do projeto original da Vila Real de Santo Antonio, 1773-1776 _____	389
Figura 453: Vila Real de Santo Antônio. Alfândega _____	390
Figura 454: Igreja _____	390
Figura 455: Esquina da praça _____	390
Figura 456: Edifícios das Sociedades, rua da orla _____	390
Figura 457: Casa do Governador e obelisco, praça central _____	390
Figura 458: Casas nobres, praça central _____	390
Figura 459: Casa original _____	390
Figura 460: Casa original _____	390
Figura 461: Casas modificadas _____	390
Figura 462: Núcleo inicial de Porto Corvo, Século XVIII _____	390
Figura 463: Praça de Porto Corvo _____	391
Figura 464: Planta tipo para as novas povoações, <i>Província de Cartagena</i> , 1778 _____	393
Figura 465: Planta do traçado do núcleo fundacional de San Onofre – Colômbia _____	393
Figura 466: Planta do projeto de Santiago Pérez Brito para a Povoação de Carmen Patagonés _____	396
Figura 467: Planta do presídio Colonia de Floridablanca – Puerto de San Julián _____	397
Figura 468: Plantas de alguns aglomerados da Banda Oriental _____	400

Capítulo 7

Figura 469: Camaquã. Fazenda Pacheco por volta de 1920 _____	402
Figura 470: <i>Scène de la province du Rio Grande</i> . J. B. Debret. [década de 1820] _____	403
Figura 471: <i>Engenho de carne seca</i> . J. B. Debret. (1825) _____	408
Figura 472: Primeira planta da Vila de Santo Antônio, 1819. AHRS _____	425
Figura 473: Santo Antônio. Vista da antiga Rua Direita (1816) _____	426
Figura 474: Santo Antônio, Antiga Rua Direita _____	426
Figura 475: Santo Antônio, travessa _____	426
Figura 476: Antiga Rua do Vinagre _____	426
Figura 477: Fonte do Imperador _____	426
Figura 478: Antiga Capela do Império _____	426
Figura 479: Planta Casa Caldas Junior _____	427
Figura 480: Casa Caldas Junior _____	427
Figura 481: Casa Caldas Junior _____	427
Figura 482: Planta Casa Av. Borges de Medeiros, 766 _____	427
Figura 483: Casa Av. Borges de Medeiros 766 _____	427
Figura 484: Casa Av. Borges de Medeiros,766 _____	427
Figura 485: Osório. Praça por volta de 1930 _____	430
Figura 486: Osório. Praça da matriz em 1940 _____	430
Figura 487: Osório. Praça e igreja matriz por volta de 1900 _____	431

Figura 488: Capela do Império em 1922	431
Figura 489: Osório. Casa de esquina. Antiga Casa Brasil. [década de 1980]	431
Figura 490: Osório. Casa de esquina. Antiga Casa Brasil, aspecto atual	431
Figura 491: Vacaria na década de 1920	436
Figura 492: Vacaria, praça central	436
Figura 493: <i>Desenho por idéia da Barra e Porto do Rio Grande de São Pedro</i> , José da Silva Paes, 1737	437
Figura 494 : Demonstração da Vila de São Pedro de Rio Grande [1760-1770]	440
Figura 495: Planta de Rio Grande [1746-1748] Códice 2H19	441
Figura 496: Detalhe da área urbana da planta da Vila de Rio Grande. J.Custódio de Sá e Faria, 1767	441
Figura 497: Rio Grande desde o cais. Aquarela de Rudolf Wendroth, 1852	442
Figura 498: Rio Grande. Porto Velho [dec. de 1920]	442
Figura 499: Rio Grande, Igreja Matriz	444
Figura 500: Rio Grande, Igreja da Terceira Ordem	444
Figura 501: Rio Grande, Cais e Alfândega	444
Figura 502: Rio Grande, Praça do Comercio	445
Figura 503: Rio Grande, Rua Andradas, [década de 1930]	445
Figura 504: Rio Grande, Rua Laureano. [década de 1930]	445
Figura 505: Mostardas, Igreja Matriz	449
Figura 506: Mostardas, Quarteirão da Igreja Matriz	449
Figura 507: Mostardas, casas sobre a rua principal	449
Figura 508: Mostardas, media morada	450
Figura 509: Mostardas, morada inteira	450
Figura 510: Mostardas, sobrado	450
Figura 511: Mostardas, casas de porta e janela	450
Figura 512: Mostardas, casa de porta e janela	450
Figura 513: Loja de casa de porta e janela	450
Figura 514: Viamão. Igreja Matriz e capela do Imperio. [década de 1940]	454
Figura 515: Viamão. Aspecto da Praça principal (s/d)	454
Figura 516: Viamão. Casas em volta da praça principal, 1916	455
Figura 517: Rio Pardo. Planta da Fortaleza de Jesus, Maria, José	457
Figura 518: Rio Pardo, rua da Ladeira, calçamento original e igreja matriz ao fundo	459
Figura 519: Rio Pardo em 1848	459
Figura 520: Rio Pardo, Igreja Matriz	460
Figura 521: Rio Pardo, Igreja e praça de São Francisco	460
Figura 522: Rio Pardo, Igreja de São José, sobre a rua Direita	460
Figura 523: Rio Pardo, Casas em fita, Travessa da Igreja	461
Figura 524: Rio Pardo, Casas em fita Rua Andrade Neves, 164-168	461
Figura 525: Rio Pardo, Casas geminadas. Rua Ernesto Alves, 525-531, sobre a praça da matriz	461
Figura 526: Rio Pardo, Casas geminadas. Rua Ernesto Alves, 525-531	461
Figura 527: Rio Pardo, Plantas Casa do Almirante Alexandrino	461
Figura 528: Rio Pardo, Casa do Almirante Alexandrino	462
Figura 529: Rio Pardo, Casa do Almirante, fundos	462
Figura 530: Rio Pardo, Casa de Gaspar Pinto Bandeira, demolida	462
Figura 531: Porto Alegre. Aquarela de Rudolf Wendroth, 1852	467
Figura 532: Porto Alegre. Aquarela de Rudolf Wendroth, 1852	467
Figura 533: Porto Alegre, igreja matriz e capela do Império. Foto de Virgilio Calegari	469
Figura 534: Foto antiga do Palácio de 1789	469
Figura 535: Porto Alegre: Santa Casa de Misericórdia no início do século XIX	470
Figura 536: Solar dos Câmara, Plantas do corpo inicial e fachada	472
Figura 537: Casarão no Caminho Novo [1900]	472
Figura 538: Casa em lote medianeiro [1900]	472
Figura 539: Santo Amaro, Casa Sr. Nestor Atkinson	476
Figura 540: Santo Amaro, Casa Sr. Pedro Vaz	476
Figura 541: Santo Amaro, Rua 20 de setembro	476
Figura 542: Santo Amaro, Igreja isolada na praça	476
Figura 543: Santo Amaro, Lado leste da praça	476

Figura 544: Santo Amaro, lado sul da praça, local do forte	476
Figura 545: Vista do lado norte da praça de Santo Amaro antes de 1920	477
Figura 546: Rua principal	477
Figura 547: Travessa	477
Figura 548: Rua-travessa	477
Figura 549: Santo Amaro, Igreja, fachada	477
Figura 550: Igreja, vista lateral	477
Figura 551: Igreja, detalhe da porta	477
Figura 552: Salão Paroquial	478
Figura 553: Detalhe dos remanescentes da Fachada da Capela do Império	478
Figura 554: Interior da Capela do Império	478
Figura 555: Planta Casa individual	478
Figura 556: Casa individual, Sr. Tarso do Prado	478
Figura 557: Planta Casa individual, Sra. Leila Marques da Rocha	478
Figura 558: Casa individual, Sra. Leila Marques da Rocha	479
Figura 559: Planta Casas geminadas, Sra Elenita – Sr. Amaro	479
Figura 560: Casas geminadas, Sra Elenita – Sr. Amaro	479
Figura 561: Vista de Triunfo desde o Jacui, antes de 1920	482
Figura 562: Triunfo. Praça do mercado antes de 1920	482
Figura 563: Triunfo. Atual Rua Borges de Medeiros	482
Figura 564: Triunfo. Rua da Praia, paralela à orla	482
Figura 565: Triunfo. Largo da Igreja Matriz	482
Figura 566: Triunfo. Igreja Matriz	483
Figura 567: Triunfo. Igreja Matiz	483
Figura 568: Triunfo. Capela do Império	483
Figura 569: Casas de media morada e de porta e janela	483
Figura 570: Casas geminadas de porta e janela na Rua da Igreja	483
Figura 571: Casa assobradada de morada inteira no Largo da Matriz	483
Figura 572: Triunfo. Casa assobradada Rua João Pessoa, 52	484
Figura 573: Triunfo. Senzala e cozinha casa Rua João Pessoa, 52	484
Figura 574: Planta Casa João Pessoa 225	484
Figura 575: Casa João Pessoa 225 em 1993	484
Figura 576: <i>Villa de Estreito</i> . Aquarela de Jean Debret, 1820	489
Figura 577: Cachoeira. Igreja Matriz antes da configuração atual., s/d	492
Figura 578: Cachoeira. Capela do Império e igreja matriz, s/d	492
Figura 579: Cachoeira, casa de esquina	493
Figura 580: Cachoeira, sobrado	493
Figura 581: Cachoeira, casa isolada de corredor central	493
Figura 582: Cachoeira, casa isolada com falsa	493
Figura 583: Plano do terreno que compreende o estabelecimento dos Índios da Aldeia de N.S. dos Anjos	497
Figura 584: Gravataí, vista da praça desde a Igreja matriz antes de 1920	498
Figura 585: Gravataí, Igreja	498
Figura 586: Gravataí, local da Escola de Meninas	498
Figura 587: Gravataí, Antiga rua direita e colégio ao fundo	498
Figura 588: Gravataí, Sobrado	499
Figura 589: Gravataí, Casa térrea, Rua Anapio Gomes 1380	499
Figura 590: Gravataí, Planta Casa Rua Anápio Gomes 1380	499
Figura 591: São José do Norte	502
Figura 592: São José do Norte, Cais	502
Figura 593: São José do Norte, Antiga Rua Direita antes de 1920	503
Figura 594: São José do Norte, Antiga rua direita	503
Figura 595: São José do Norte, Travessa	503
Figura 596: São José do Norte, Igreja	503
Figura 597: São José do Norte, Praça do Trapiche	503
Figura 598: São José do Norte, Rua do Cais, local de preparativos para a pesca	503
Figura 599: São José do Norte, Trapiches e barcas	503

Figura 600: São José do Norte, Rua do Cais, galpões de venda de peixe	503
Figura 601: São José do Norte, Rua do Cais e transporte local	503
Figura 602: São José do Norte, Casa térrea	504
Figura 603: São José do Norte, Casa geminada	504
Figura 604: São José do Norte, Sobrado do sindicato dos trabalhadores rurais	504
Figura 605: São José do Norte, Planta e vista de casa em fita Rua Bento Gonçalves 118	504
Figura 606: São José do Norte, Plantas de sobrado	504
Figura 607: São José do Norte, Sobrado de esquina	504
Figura 608: São José do Norte, Plantas Solar do Imperador	505
Figura 609: São José do Norte, Sobrado do Imperador	505
Figura 610: <i>Planta da Villa de S. José</i> . Eng. Manuel Vieira Leão, 1767	510
Figura 611: Taquari, Praça cidade alta em 1920, com cercamento	511
Figura 612: Taquari, lado leste da praça em 1920	511
Figura 613: Taquari. Lado leste da praça	511
Figura 614: Taquari, Cidade Baixa, Capela dos Navegantes	511
Figura 615: Taquari, Cidade Baixa, casa comercial	511
Figura 616: Taquari, Cidade Baixa, casa residencial	511
Figura 617: Taquari, Igreja em 1906	512
Figura 618: Taquari, Interior da igreja em 1919	512
Figura 619: Taquari, Igreja	512
Figura 620: Taquari, Câmara e capela do Império em 1884	512
Figura 621: Taquari, Praça, Câmara e capela do Império em 1971	512
Figura 622: Taquari, Antiga Câmara	512
Figura 623: Taquari, Lagoa no início do século XX	512
Figura 624: Taquari, Vista atual da lagoa	512
Figura 625: Taquari, Casa na Rua Oswaldo Aranha	513
Figura 626: Taquari, Casa Rua Sete de Setembro esquina Rua Margarida Ribeiro na década de 1920	513
Figura 627: Taquari, Casa Rua Sete de Setembro esquina Rua Margarida Ribeiro	513
Figura 628: Taquari, Planta casa Rua Oswaldo Aranha 1872, descaracterizada	513
Figura 629: Taquari, Casa Rua Oswaldo Aranha 1872	513
Figura 630: Taquari, Casa Rua Oswaldo Aranha 1872	513
Figura 631: Taquari, Casa Rua Jacobo Arnt 167	514
Figura 632: Taquari, Casa Rua Jacobo Arnt 167	514
Figura 633: Taquari, Casa Rua Jacobo Arnt 167, porão	514
Figura 634: Povo Novo, Praça	523
Figura 635: Povo Novo, Praça e reservatório	523
Figura 636: Povo Novo, igreja	523
Figura 637: Povo Novo, Provável quartel	524
Figura 638: Povo Novo, Provável quartel	524
Figura 639: Povo Novo, Casa sobre a praça	524
Figura 640: Povo Novo, Casa sobre a praça	524
Figura 641: Povo Novo, Fundos da casa da figura anterior e cercamento	524
Figura 642: Povo Novo, Sobrado do Arraial	525
Figura 643: Povo Novo. Moradores na festa do Divino com bandeira do Espírito Santo [1945]	525
Figura 644: Sesmária de Monte Bonito: localização das charqueadas	528
Figura 645: Catedral de Pelotas	529
Figura 646: Pelotas, Solar dos Mendonça	529
Figura 647: Pelotas, Casa já demolida na Rua Gonçalves Chaves	529
Figura 648: Planta da Cidade de Pelotas. (século XIX)	530
Figura 649: Vista de Encruzilhada, centro no topo da coxilha	530
Figura 650: Encruzilhada. Aspecto em 1920	533
Figura 651: Encruzilhada. Aspecto em 1920 da atual Rua Barão de Rio Branco	533
Figura 652: Encruzilhada. A praça por volta de 1940	533
Figura 653: Encruzilhada. Igreja matriz	533
Figura 654: Encruzilhada. Praça	533
Figura 655: Encruzilhada. Casa onde funcionou a Câmara Municipal [década de 1900]	534

Figura 656: Encruzilhada. Aspecto atual da casa onde funcionou a Câmara Municipal	534
Figura 657: Encruzilhada. Rua Ramiro Barcelos [década de 1920]	534
Figura 658: Encruzilhada. Casa esquina Rua Ramiro Barcelos	534
Figura 659: Encruzilhada. Sobrado na Rua Ramiro Barcelos	534
Figura 660: Caçapava. Praça com a igreja em construção e poço d'água, em 1899	537
Figura 661: Caçapava. Vista desde o centro do Forte	537
Figura 662: Caçapava. Praça e igreja	537
Figura 663: Caçapava, Casa Ulhoa Cintra, sede dos Ministérios do governo farroupilha	537
Figura 664: Caçapava, Casa natal de Borges de Medeiros	537
Figura 665: Piratini, antiga Rua Clara, acesso principal por volta de 1920	540
Figura 666: Piratini, Beco	540
Figura 666: Planta da casa onde morou Garibaldi	541
Figura 668: Casa onde morou Garibaldi	541
Figura 669: Plantas do Antigo Palácio de Governo	541
Figura 670: Antigo Palácio do Governo Farroupilha	541
Figura 671: Piratini. Plantas do Antigo Quartel	542
Figura 672: Casa do Antigo Quartel [década de 1930]	542
Figura 673: Vista de Herval por volta de 1920	545
Figura 674: Planta de Herval, 1890, do agrimensor Samuel Frederico Blau	545
Figura 675: Herval, igreja Matriz	545
Figura 676: Herval, Arruamento	545
Figura 677: Herval, Edificações geminadas	545
Figura 678: Vista de Canguçu por volta de 1920	547
Figura 679: Canguçu, 2007	548
Figura 680: Igreja Matriz em 1912, com uma torre só	548
Figura 681: Prédio do lado norte da praça, antiga sede da Câmara	548
Figura 682: Guaíba, casa de Gomes Jardim	550
Figura 683: Guaíba, vista desde a praça	550
Figura 684: Santa Maria, Rua do Acampamento antes de 1890	553
Figura 685: Santa Maria, a rua do Acampamento e a praça em 1905	553
Figura 686: Planta de Santa Maria em 1861. Agrimensor Otto Brinckman	553
Figura 687: Santa Maria. Desenho que ilustra a capela por volta de 1820	554
Figura 688: Santa Maria, rua da Igreja e Capela do Império	554
Figura 689: Vila dos Espiritos "Jaguarão" segundo Debret [1823-25]	557
Figura 690: Jaguarão por volta de 1920	557
Figura 691: Jaguarão, praça militar e igreja	559
Figura 692: Jaguarão, arruamento	559
Figura 693: Jaguarão, arruamento	559
Figura 694: Jaguarão, Casa residencial	559
Figura 695: Jaguarão, Casa mista com camarinha	559
Figura 696: Jaguarão, casa comercial	559
Figura 697: Ilha dos Marinheiros, cordão perimetral	563
Figura 698: Ilha dos Marinheiros, Chácara	563
Figura 699: Ilha dos Marinheiros, Chácara	563
Figura 700: Ilha dos Marinheiros, Trapiche Porto Rei	564
Figura 701: Ilha dos Marinheiros, Trapiche Porto Rei	564
Figura 702: Ilha dos Marinheiros, Cordão perimetral, salão comunitário e capela	564
Figura 703: Ilha dos Marinheiros, Capela de São João	564
Figura 704: Ilha dos Marinheiros, Altar	564
Figura 705: Ilha dos Marinheiros, Casa	564
Figura 706: Ilha dos Marinheiros, Panorâmica de Marambaia, igreja e salão comunitário	565
Figura 707: Ilha dos Marinheiros, Escola de Marambaia	565
Figura 708: Ilha dos Marinheiros, Capela de Nossa Senhora da Saúde	565
Figura 709: Ilha dos Marinheiros, Escola de Nossa Senhora da Saúde	565
Figura 710: Ilha dos Marinheiros, Casa em Nossa Senhora da Saúde	565
Figura 711: Ilha dos Marinheiros, Aerofotografia de Torotama	566

Figura 712: Ilha dos Marinheiros, Orla da ilha da Torotama, 2007	566
Figura 713: <i>Planta do Rio Grande do Sul (...) em 1º de abril de 1776</i>	567
Figura 714: Recorte da Reprodução de um Mapa de D. José Maria Cabrer, 1777	567
Figura 715: Aerofotografia da localidade de Barra	567
Figura 716: Aerofotografia da localidade de Belém Velho. Porto Alegre	574
Figura 717: Capela de Belém Velho	574
Figura 718: Belém Velho, saída para Porto Alegre	574
Figura 719: Belém Velho, Lado oeste da praça	574
Figura 720: Belém Velho, Praça	574
Figura 721: Belém Velho, Casa	574
Figura 722 Belém Velho, Casa lado leste	574
Figura 723: Planta de Morro Grande incluída no <i>Anuário de Graciano</i> de 1908, p.336	578
Figura 724: Forte de São Miguel (Uruguai)	591
Figura 725: Forte de Santa Teresa	591
Figura 726: Catedral de Angra do Heroísmo	598
Figura 727: Igreja da Vila de Lages, Ilha Terceira	598
Figura 728: Igreja de Cabo da Praia, Ilha Terceira	598
Figura 729: Igreja Matriz de Viamão	598
Figura 730: Igreja Matriz de Jaguarão	598
Figura 731: Igreja Matriz de Triunfo	598
Figura 733: Plantas de casas urbanas tradicionais de Rio Grande do Sul conforme Corona Martinez	605
Figura 733: Análise da distribuição do programa em casa térrea	607

Tabelas

TABELA 1. Estudos de Caso	32
TABELA 2. Dados gerais dos assentamentos do Arquipélago da Madeira	255
TABELA 3. Dados gerais dos assentamentos do Arquipélago dos Açores	263
TABELA 4: Fundações Coloniais	311
TABELA 5: Fundações Coloniais entre 1721 e 1822	336
TABELA 6: Alistados para o Brasil	352
TABELA 7: Casais de Açores e Madeira vindos para Santa Catarina	354
TABELA 8: Dados demográficos da Colônia de Sacramento em 1722 segundo o Informe Vasconcelos	359
TABELA 9: População da Capitania de Rio Grande de São Pedro em 1780	411
TABELA 10: Censo da população registrada do Rio Grande do Sul por zonas, segundo a condição da população presente em 1814	412
TABELA 11: Vila de Rio Grande: retirada da população entre 20 e 24 de abril de 1763	418
TABELA 12: Casais de Rio Grande que passaram para o interior em 1763	419
TABELA 13: Evolução administrativa-eclesiástica dos assentamentos urbanos formados no século XVIII no território sul-rio-grandense	421
TABELA 14: Desmembramento e formação das freguesias sul-rio-grandenses no século XVIII	422
TABELA 15: Proprietários de terras do distrito de Torotama em 1785	520
TABELA 16: Proprietários de terras do distrito de Povo Novo em 1785	520
TABELA 17: Proprietários de terras do distrito de Serro Pelado em 1785	521
TABELA 18: Análise tipológica dos estudos de caso	561
TABELA 19: Análise tipológica dos aglomerados proto-urbanos	578
TABELA 20: Verificação da açorianidade nos estudos de caso	612

Mapas

MAPA 1: Ocupação e povoamento do território sul-rio-grandense, até 1724	93
MAPA 2: Ocupação e povoamento do território sul-rio-grandense, 1725-1749	98
MAPA 3: Ocupação e povoamento do território sul-rio-grandense, 1750-1776	106

MAPA 4A : Ocupação e povoamento do território sul-rio-grandense, 1777-1800	110
MAPA 4B: Ocupação e povoamento do território sul-rio-grandense, 1801-1822	111
MAPA 5: Ocupação espanhola da banda oriental do Rio Uruguai, final do séc. XVIII	399
MAPA 6: Região de Rio Grande e São José do Norte	568
MAPA 7: Região de Porto Alegre	575
MAPA 8: Divisão municipal da província de Rio Grande do Sul em 1822	580

Plantas urbanas estudos de caso

PLANTA 1: Santo Antonio da Patrulha. Núcleo inicial [1940] esc. 1:2.500m	428
PLANTA 2: N.Sra. da Conceição do Arroio (Osório) Centro, 2006. esc. 1:2.500m	432
PLANTA 3: Vacaria. Núcleo inicial, 1950. esc. 1:2.500m	435
PLANTA 4: São Pedro de Rio Grande. Núcleo inicial, 1829. esc. 1:5.000m	446
PLANTA 5-A: São Luiz das Mostardas. Núcleo inicial, 2000. esc. 1:2.500m	451
PLANTA 5-B: São Luiz das Mostardas. Hipótese aglomerado original. esc. 1:2.500m	452
PLANTA 6: Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Centro, 2008. esc. 1:1.000m	456
PLANTA 7: Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1829. esc. 1:10.000m	463
PLANTA 8: Porto Alegre. Núcleo inicial, 1839. esc. 1:12.000m	473
PLANTA 9: Santo Amaro. Núcleo inicial, 2005. esc. 1:2.500m	486
PLANTA 10: Bom Jesus do Triunfo. Núcleo inicial, 1869. esc. 1:3.000m	485
PLANTA 11: Estreito, atual distrito, 2008. esc. 1:2.500m	490
PLANTA 12: Cachoeira do Sul. Núcleo inicial, 1942. esc. 1: 10.000m	494
PLANTA 13: Gravataí. Núcleo inicial, 2007. esc. 1:2.500m	500
PLANTA 14: São José do Norte. Núcleo inicial, 1830. esc. 1:2.500m	506
PLANTA 15: São José de Taquari, 1940. esc. 1:10.000m	515
PLANTA 15-A: São José de Taquari. Cidade alta, 1940. esc. 1:2.500m	516
PLANTA 15-B: São José de Taquari, Cidade Baixa, 1940. esc. 1:2.500m	517
PLANTA 16: Povo Novo, 2008. esc. 1:2.500m	526
PLANTA 17: Pelotas. Primeiro loteamento, 1815. esc. 1:5.000m	531
PLANTA 18: Encruzilhada. Núcleo inicial, 2008. esc. 1:2.500m	535
PLANTA 19: Caçapava. Núcleo inicial, 1946. esc. 1:2.500m	538
PLANTA 20: Piratini. Núcleo inicial, 2006. esc. 1:2.500m	543
PLANTA 21: Herval. Núcleo inicial, 1980. esc. 1:2.500m	546
PLANTA 22: Canguçu. Núcleo inicial, 1945. esc. 1:2.500m	549
PLANTA 23: Guaíba. Núcleo inicial, 2004. esc. 1:2.500m	551
PLANTA 24: Santa Maria da Boca do Monte. Núcleo inicial, 1819. esc. 1:7.500m	555
PLANTA 25: Jaguarão. Núcleo inicial, 1816. esc. 1: 2.500m	560
PLANTA 26A: Ilha dos Marinheiros. Parcelamento, 1997. esc. 1:2.500m	569
PLANTA 26B: Ilha dos Marinheiros. Detalhe Porto do Rei.	570
PLANTA 27: Ilha de Torotama. Parcelamento, 2006. esc. 1:5.000m	571
PLANTA 28: Distrito de Barra, 2008. esc. 1: 2.500m	572
PLANTA 29: Belém Velho, 1855. esc. 1:2.500m	576
PLANTA 30: Estudos de caso: forma da praça e posicionamento da igreja	595

Folha de rosto:

TRIUNFO, Olegário. *Sem título*. Acrílico sobre tela. 30 cm x 50 cm, 1982

Fonte: Catálogo da exposição: *Olegário Triunfo, Arte e Arquitetura, memória compartilhada*. 17 de abril a 25 de maio de 2008. Curadoria de Carlos Carrión de Brito Velho. p.5.

Resumo

A tese estuda a configuração urbana inicial dos 25 assentamentos estabelecidos pela administração colonial portuguesa no século XVIII no território que hoje constitui o Estado do Rio Grande do Sul, caracterizados em boa parte pela presença açoriana. A questão mais abrangente apresentada refere-se à verificação da existência ou não, de um tipo de aglomeração específico em relação ao urbanismo colonial português, considerando as particularidades políticas, econômicas e sócio-culturais que caracterizaram a ocupação e o desenvolvimento da região.

O trabalho inicia com a formulação da hipótese e uma revisão historiográfica. É colocada a relação entre migração e cultura e é revisada a questão do *mito da açorianidade*. Apresentam-se as referências metodológicas, revisam-se conceitos e propõe-se uma estrutura de análise. Seguidamente apresenta-se o relato do processo de ocupação do atual território sul-rio-grandense durante o período colonial.

A pesquisa continua com a apresentação dos antecedentes. Ou seja, a análise da milenar tradição urbana portuguesa em suas variantes erudita e popular, a partir da síntese das invariantes e das especificidades em alguns assentamentos selecionados como representativos, desde a antiguidade até o século XVIII, na península ibérica, nos arquipélagos de Açores e Madeira e nos territórios luso-americanos. Destaca-se a participação de açorianos e madeirenses na urbanização do Brasil. Também se descrevem algumas das experiências urbanísticas contemporâneas ao início da urbanização sul-rio-grandense na Espanha, Portugal e Hispano-américa, produzidas pelo pensamento ilustrado.

A seguir apresenta-se um quadro socioeconômico e cultural da região sul-rio-grandense e analisa-se cada um dos estudos de caso em seus primeiros estágios. A análise espacial desempenha um papel central no argumento e coloca a estrutura descritiva dentro de uma perspectiva histórica. Finalmente verifica-se a existência ou não de uma identidade de aglomeração açoriana para responder a hipótese lançada, confirmando-se que a pesar da indiscutível contribuição demográfica e sociocultural dos ilhéus a espacialidade das ilhas na maioria dos estudos de caso foi alterada pela interferência do urbanismo oficial.

Résumé

Cette thèse étudie la configuration urbaine initiale des 25 premiers établissements de l'administration coloniale portugaise au XVIII^e siècle, caractérisés par une forte présence d'açoriens, sur le territoire constituant aujourd'hui l'Etat du Rio Grande do Sul. Une question plus ample est aussi abordée; elle cherche à vérifier l'existence, ou pas, d'un type d'agglomération spécifique en relation avec l'urbanisme colonial portugais, en considérant les particularités politiques, économiques et socioculturelles qui ont caractérisé l'occupation et le développement de la région.

Le présent travail commence par la formulation de l'hypothèse et par une révision de l'histoire. Le problème de la relation entre migration et culture y est posé et la question du mythe de la *açorienneté* est révisée. Des références méthodologiques sont présentées, des concepts sont révisés et une structure d'analyse est proposée. Par la suite, un rapport du processus d'occupation de l'actuel territoire du Rio Grande do Sul pendant la période coloniale, est présenté.

La recherche se poursuit par la présentation des antécédents, c'est-à-dire, par l'analyse de la tradition urbaine portugaise millénaire, dans ses variantes érudite et populaire, à partir de la synthèse des invariabilités et des spécificités dans certaines installations considérées comme représentatives, depuis l'antiquité jusqu'au XVIII^e, dans la Péninsule Ibérique, dans l'archipel des Açores et Madère et dans les territoires luso-américains, mettant l'accent sur la participation des habitants des Açores et de l'archipel de Madère dans l'urbanisation du Brésil. On y décrit également, quelques expériences, fruit de la pensée illustrée, menées en Espagne, au Portugal et en Hispano-Amérique, contemporaines au début de l'urbanisation du Rio Grande do Sul. Ensuite, nous présentons le cadre socio-économique et culturel de la région et nous procédons à l'analyse de chaque cas dans ses premières étapes. L'analyse spatiale joue un rôle essentiel dans l'argumentation et place la structure descriptive dans une perspective historique. Finalement, nous vérifions l'existence ou l'absence d'une identité d'agglomération açorienne, pour répondre à l'hypothèse lancée, et l'on confirme que, malgré l'indiscutable contribution démographique et socioculturelle des insulaires, la spatialité des îles dans la plupart des cas étudiés fut altérée par l'interférence de l'urbanisme officiel.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e objeto de estudo

A pesquisa descreve o espaço urbano do século XVIII no Rio Grande do Sul, a partir da análise dos processos de formação e da configuração espacial no estágio inicial de 25 assentamentos formados pela administração colonial portuguesa e caracterizados, em boa parte, pela presença açoriana. Como todo processo cultural, a produção do espaço urbano pouco tem de inédito. A arquitetura e os assentamentos urbanos são sistemas artificiais sobre a natureza e artefatos onde se articulam variáveis políticas, sociais e econômicas, portanto têm múltiplas leituras determinadas pelo tipo de conhecimento que se procura obter e separáveis unicamente em nível analítico (de Holanda, 1985). Nesse sentido, este trabalho coloca-se como uma pesquisa urbanística dentro de uma perspectiva histórica e considera a história da arquitetura e, por extensão, a do urbanismo como (...) *o estudo dos tipos de arranjos espaciais assemelhados e recorrentes em diferentes períodos e o modo como as edificações distribuem os espaços e organizam a vida* (Aguiar, 2002, p.1).

O espaço geográfico objeto de estudo é o território do Rio Grande do Sul, o Estado mais setentrional do Brasil, localizado na região subtropical entre os paralelos 27°1' (Volta Grande – Rio Uruguai) - 33° 8' (Chuí) e os meridianos 49° 8' (Torres) - 57° 4' (Barra do Quaraí). Segundo dados do IBGE (2009), tem uma extensão de 281.748,538 km²; em 2009 contava com 496 municípios e com uma população estimada de 10.845.087 habitantes.

Apresenta quatro tipos de paisagens: as serras ao norte; a região das missões a oeste; o pampa ou região da campanha na metade sul; o litoral com praias de mar e as bacia das Lagoas dos Patos e Mirim a leste. Pela latitude, as estações são marcadas.



Figura 1: Localização do Rio Grande do Sul no Brasil e na América do Sul



Figura 2: Paisagem de serra, Gramado
Fonte: fotografia da autora, 11/11/2007



Figura 3: Paisagem missioneira, São Miguel
Fonte: fotografia da autora, 16/08/2008



Figura 4: Paisagem do pampa, Santana do Livramento.
Fonte: fotografia da autora, 19/03/2004



Figura 5: Paisagem do litoral, Mostardas
Fonte: fotografia da autora, 10/10/2007

No decorrer do século XVIII, a Coroa Portuguesa, como parte da estratégia de controle territorial e ampliação de fronteiras, iniciou a ocupação do território e criou uma incipiente rede urbana a partir da combinação de ações civis e militares. Entre as primeiras, destaca-se o programa de colonização açoriana que também ocorreu no norte, nos atuais Estados do Pará, Amapá e Maranhão e no sul, no Estado de Santa Catarina. Os primeiros assentamentos sul-rio-grandenses estão em boa parte relacionados à presença dos ilhéus, sendo esta objeto do presente estudo.

Para a delimitação temporal, optou-se por estudar a fase inicial dos 25 assentamentos – 23 com status de município - que se originaram, no século XVIII, por ação da coroa portuguesa, por serem estes pouco conhecidos e, por isso, objeto de controvérsias. Estes 23 municípios representam 4,63% do número total de cidades (496) que formam o Estado sul-rio-grandense. Atualmente, sete (28%) têm menos de 30.000 habitantes - Mostardas, Triunfo, São José do Norte, Taquari, Encruzilhada, Piratini e Herval-; cinco (20%), entre 30.001 e 50.000 habitantes - Santo Antônio da Patrulha, Osório, Rio Pardo, Caçapava e Jaguarão-; três (13%), entre 50.001 e 100.000 habitantes - Vacaria, Cachoeira e Canguçu-; seis (26%), entre 100.001 e 500.000 - Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, incluídos também três aglomerados que fazem parte da área metropolitana de Porto Alegre: Viamão, Gravataí e Guaíba; um (4%), Porto Alegre, capital do Estado, habitada por aproximadamente milhão e meio de habitantes e três aglomerados sem status municipal – Estreito, a Vila de Santo Amaro e Povo Novo.

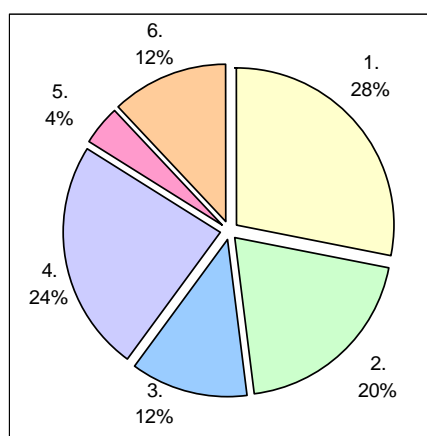


Figura 6: Classificação dos municípios estudados de acordo com o número atual de habitantes
Fonte dos dados: IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/rs> (Acesso em 20 out. 2007)

TABELA 1
Estudos de Caso

Assentamento		Início do Povoamento	Categoria	Habitantes N. estimado 2006	Área Km2
1	Santo Antônio da Patrulha	1725	m	38.818	1.049
2	Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)	1732	m	40.626	663
3	Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	1735	m	62.261	2.124
4	São Pedro de Rio Grande	1736	m	431.560	2.814
5	São Luis das Mostardas	1736	m	13.557	1.983
6	Nossa Senhora da Conceição de Viamão	1740	m	261.971	1.494
7	Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	1750	m	38.003	2.051
8	Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre	1752	c	1.440.939	497
9	Santo Amaro (dados de General Câmara)	1752	d	8.619	494
10	Bom Jesus do Triunfo	1752	m	25.032	823
11	Nossa Senhora da Conceição do Estreito (São José do Norte)	1742	d		
12	Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	1753	m	89.669	3.735
13	Aldeia dos Anjos de Gravataí	1755	m	270.763	464
14	São José do Norte	1763	m	25.071	1.118
15	São José de Taquari	1764	m	28.633	350
16	Povo Novo (Rio Grande)	1777	d		
17	São Francisco de Pelotas	1780	m	346.452	1.609
18	Santa Bárbara de Encruzilhada	1781	m	25.402	3.439
19	Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul	1787	m	34.661	3.047
20	Piratini	1789	m	20.714	3.561
21	São João Batista do Herval	1791	m	7.635	1.758
22	Nossa Senhora do Serrito de Canguçu	1793	m	52.245	3.525
23	Guaíba	1793	m	105.808	377
24	Santa Maria da Boca do Monte	1797	m	270.073	1.780
25	Divino Espírito Santo do Serrito de Jaguarão	1801	m	31.821	2.054

Legenda da categoria atual: m: município; d: distrito; c: capital.

Fonte dos dados: Souza, 2000; <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/rs> (Acesso em 20 out. 2007)

O número destes aglomerados pode variar dependendo das fontes e dos diversos destinos que tiveram.

- Estreito e Povo Novo, são povoados que atualmente fazem parte de distritos integrados aos municípios de São José do Norte e Rio Grande respectivamente. O primeiro desapareceu e, em 1895, deu origem à localidade de Bojurú.
- Segundo o Censo realizado em 1784-1785, denominado *Relação dos moradores que têm campos e animais no Continente*, citado por Osório (2006, p. 155), o Continente de São Pedro, como era denominada a região durante o período colonial, tinha 19 freguesias e distritos, entre os quais figuravam *Lombas*, *Caí* e *Serro Pelado*, localidades cuja identificação resultou confusa.
- Localidades de origem açoriana que, no século XIX, dariam origem a municípios caracterizados pelo povoamento alemão: O Rincão dos Ilhéus, cuja área atualmente é um bairro de Novo Hamburgo; Caí, relacionada com São Sebastião do Caí; Santa Cristina do Pinhal, situada no Mapa da Província de Rio Grande do Sul de 1822, como *povoação* e que atualmente faz parte do município de Parobé; São Martinho, distrito que pertenceu, no século XIX, a Cruz Alta e hoje corresponde ao município de Júlio de Castilhos.
- Houve assentamentos de colonização açoriana frustrados: Morro Grande de Santana, atualmente no distrito de Itapoá, jurisdição de Viamão, cujo desaparecimento favoreceu o aumento de Porto Alegre.
- Localidades com presumível participação de açorianos que não originaram assentamentos urbanos: na reconstrução histórica e cartográfica elaborada em 1942, titulada *Continente de Viamão, 1751* (AHRGS, M-5, G-2, E-4), aparece identificada e datada a Capela de *Santana das Lombas* (1741) ao lado de Viamão. No detalhe, esse documento apresenta uma reprodução do mapa de José Maria Cabrer (1777) sobre as fortificações da Barra, registrando pequenos aglomerados junto às estruturas militares, que, provavelmente, vieram a originar localidades rurais/espontâneas como a Barra de São José do Norte.
- Localidades rurais que originaram aglomerados dispersos nas ilhas dos Marinheiros e de Torotama, na jurisdição do município de Rio Grande.

- Aglomerados estagnados que não tiveram o *status* de município: Povo Novo, hoje integrado ao município de Rio Grande e a Freguesia de Belém Velho que, atualmente, forma um bairro de Porto Alegre.
- Aglomerados que perderam o *status* de município: a vila de Santo Amaro, na jurisdição do município de General Câmara, relevante neste trabalho por ter 18 imóveis representativos da arquitetura luso-brasileira com alto grau de autenticidade, reconhecido oficialmente por via de tombamento federal pelo IPHAN.
- Localidades referenciadas por Porto (1934, p.9) e Laytano (1987, p. 61) como de *origem açoriana* - Passo de Couto, Rua Velha e Serro Pelado – sem especificar sua categoria administrativa. A Rua Velha, também conhecida como Passo de Couto, foi uma área nas proximidades de Rio Pardo onde se instalaram alguns açorianos em virtude da concessão feita, em 1754, pelo governador geral do Brasil, Gomes Freire de Andrade. Eles foram despejados, em 1782, e não se têm informações sobre a configuração desse local (Fortes, 1978, p. 84). Serro Pelado foi um dos três distritos de Rio Grande criados após o Tratado de Santo Idelfonso (1777), quando foram alterados os limites com os domínios espanhóis. O toponímio aparece indistintamente com ‘s’ ou com ‘c’, indicando o território do atual município de Piratini, tal como se observa na *Carta Corográfica que compreende a Barra de Rio Grande de São Pedro e o terreno que medeia entre a Freguesia de Estreito, o Arroio Taim e Campos do Piratini nas vizinhanças de Cerro Pelado, 1777* (AHRGS, M-5, G-2, E15). Verificou-se também a existência de um município, no departamento de Rivera, Uruguai, com o nome de Cerro Pelado del Este, situado a 31°28’0” S-55°10’0” W.
- Toponímios similares que designam diferentes localidades: há confusão entre Cerro Pelado, já referido, e Cerro Largo. Este segundo nome aparece no Uruguai e no Rio Grande do Sul. A atual cidade de Melo, capital do departamento uruguaio de Cerro Largo, foi fundada por contingentes espanhóis, em 1795, por ordem do vice-rei do Prata, D. Pedro de Melo, com o nome de *Cerro Largo*. Na região das Missões, há uma colônia alemã de 1902 identificada, por vezes, como *Cerro Largo* ou como *Cerro Azul*.

Ao longo da pesquisa, foi constatado que, embora os assentamentos estudados apresentem um rico patrimônio imaterial relacionado com o período colonial português, em

geral, na maioria dos casos em que se detecta a influência açoriana, a existência de conjuntos de arquitetura luso-brasileira, com relativa autenticidade e integridade, é mínima ou fragmentária. Observou-se o contrário em relação aos traçados urbanos iniciais que são perfeitamente identificáveis em sua forma de origem, sendo ainda possível fazer uma leitura de sua estrutura urbana devido ao maior grau de permanência que o urbano apresenta em relação à arquitetura, confirmando a tese de Lavedan e Hugheney (L'Urbanisme au Moyen Age, 1974, apud Linazaroso, 1978, p. 48) sobre a *lei da persistência do plano*.

Embora se tenha observado, nos 15 aglomerados que têm mais de 30.000 habitantes, equivalentes a 65% dos estudos de caso, significativo crescimento da área ocupada, às vezes, desordenado e agravado por mutações tipológicas e descaracterizações da arquitetura, os elementos da estrutura urbana inicial permaneceram como *centros urbanos*, suportes de valores simbólicos, ambientais e socioculturais que outorgam coesão e identidade à população residente.

1.1.1 Objetivo e formulação da hipótese

A questão mais abrangente refere-se à verificação da existência ou não de um tipo específico de aglomerado urbano sul-rio-grandense, em relação ao urbanismo colonial português, considerando-se a contribuição demográfica dos açorianos e as particularidades políticas, econômicas e sócio-culturais que caracterizaram a ocupação do território e a formação da rede urbana. A hipótese que motiva o desenvolvimento do trabalho é:

Existe um tipo urbano sulino diferenciado dentro do urbanismo colonial português decorrente da contribuição açoriana?

Em consequência, surgem alguns questionamentos.

1. Em que medida os assentamentos coloniais sulinos apresentam as mesmas *invariantes* do urbanismo colonial português ou características tipológicas específicas, que permitem identificar uma cultura espacial diferenciada ?
2. Especificidades de tipologia possivelmente verificáveis no Rio Grande do Sul seriam consequência da migração de uma maioria étnica e da implantação de suas formas

tradicionais de aldeamento ou, pelo contrário, da aplicação dos planos urbanísticos oficiais de cunho erudito, derivados da engenharia militar?

3. Quais seriam os tipos de aldeamento que os ilhéus trouxeram para o sul e, em sua implantação no novo contexto, eles permaneceriam ou se modificariam até adquirir características próprias ?
4. Existe correspondência entre os tipos de assentamento e as formas arquitetônicas?
5. A hipotética permanência de tipos seria decorrente da continuidade de modos de habitar ou, pelo contrário, a evolução do tipo foi a garantia de sua conservação e bom desempenho?

Para responder esses questionamentos foram consideradas determinadas premissas.

- Até o início da expansão ultramarina e a colonização dos arquipélagos atlânticos, Portugal tinha desenvolvido uma cultura urbanística própria, composta por elementos provenientes de uma tradição urbana milenar, nas suas variantes erudita e popular.
- A produção urbanística e arquitetônica de Portugal peninsular, desde a expansão ultramarina até o fim do século XVIII, estava sintonizada com as vanguardas culturais. Boa parte das formas espaciais continentais desenvolveu-se e evoluiu. Diferentemente nos arquipélagos, a insularidade e a situação periférica limitaram o intercâmbio cultural, conservando-se em boa parte dos territórios insulares as formas espaciais arcaicas, a exceção das três cidades maiores que foram objeto de planos urbanos de cunho erudito: Funchal (Madeira), Ponta Delgada (São Miguel) e Angra do Heroísmo (Terceira).
- Açorianos e madeirenses descendem dos portugueses continentais. Os primeiros povoadores chegaram, a partir de 1425, à Madeira e, de 1430, aos Açores, que eram arquipélagos desabitados. Por uma parte, os portugueses não encontraram povos nativos que pudessem contribuir para a conformação de uma cultura diferenciada da peninsular e, nesse sentido, a cultura dos arquipélagos seria um prolongamento da continental. De outra, quando os ilhéus vieram para o sul do Brasil, no século XVIII, já tinham desenvolvido, nos arquipélagos, ao longo de 300 anos, um quadro sociodemográfico e cultural próprio, diferente em alguns aspectos do continental, pelo que a cultura dos arquipélagos seria diferente da peninsular.

- A migração subsidiada de famílias açorianas e algumas madeirenses foi um componente da estratégia militar de ocupação e colonização que a coroa portuguesa implantou no sul do Brasil, especificamente nos territórios dos atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A historiografia tradicional a tem considerado como um processo exclusivo e singular e como um elemento de diferenciação cultural. Porém, ela também ocorreu no norte do Brasil, nos atuais Estados do Maranhão, Pará e Amapá. O traslado de grupos familiares com capacidade de fixar um modo de vida e de desenvolver a economia foi uma política da Ilustração recorrente na Europa e na hispano-américa e nesse sentido, nada teria de excepcional.

1.1.2 Justificativa

A revisão da bibliografia disponível mostrou que ainda persiste, na historiografia, uma atitude superficial de considerar a cultura urbana do período colonial e, em especial, a do Brasil como produto de *segunda linha* em relação à europeia. A literatura mais divulgada apresenta as evidentes influências em uma única direção, península–ultramar, e desconhece o retorno dessa prática espacial ao território peninsular. Por insuficiências metodológicas, privilegia-se a descrição de aspectos estilísticos e construtivos, deixando de lado a análise espacial e a relação entre as sociedades e os espaços que elas construíram.

Como se mostrou no trabalho de mestrado (Durán, 2003), o urbanismo colonial ibero-americano tem sido estudado, na literatura consagrada, a partir da comparação entre ambas as partes, hispano-americana e luso-brasileira. Desde a comparação estabelecida por Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1937, boa parte dos estudos tem insistido em destacar as diferenças superficiais, desconhecendo semelhanças fundamentais, decorrentes da milenar herança cultural em comum, dos paralelismos geográficos e da sincronia histórica. Curiosamente, de Holanda (1978), embora brasileiro, apresenta a cidade colonial espanhola como produto da razão, *abstrata* (ibid., p. 62), e a portuguesa como resultado do acaso e do *desleixo* (ibid.,p.76). Um evidente caso de menosprezo é a *Historia de la arquitectura colonial en Iberoamérica*, de Buschiazzo (1961) que apresenta o único capítulo referente ao Brasil como *Un mundo*

aparte. (ibid., p.147) Em obras mais recentes de caráter universal, o estudo das formas urbanas luso-brasileiras termina excluído ou relegado a anexos. Por exemplo, das 55 páginas que Morris (2001) dedica ao estudo da cidade colonial espanhola, unicamente quatro centram-se no Brasil.

Desde a perspectiva da história do urbanismo, há um consistente marco referencial sobre o urbanismo português e o urbanismo colonial no Brasil. No primeiro grupo, destacam-se os trabalhos de Carita e Araújo (1998), Texeira e Valla (1999) e Rossa (2002), os dois primeiros realizados no contexto da comemoração dos descobrimentos portugueses. No segundo grupo, são fundamentais as obras pioneiras de Reis Filho (1964; 2000), de Marx (1980; 1999) e de Weimer (2005), entre os mais representativos.

Em âmbito nacional, contudo, observa-se que as pesquisas gerais, em torno do urbanismo e da arquitetura colonial, focalizam as regiões aonde se iniciou a colonização e/ou as relacionadas com o auge da mineração: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As áreas de incorporação posterior, como o Rio Grande do Sul, ficam em segundo plano.

Em âmbito estadual e da história, o quadro é bem positivo: a revisão bibliográfica comprovou que a produção em torno da ocupação e administração do território sul-riograndense, desde os enfoques político e socioeconômico, bem como da questão açoriana é ampla, diversa e constante.

Na perspectiva da história da arquitetura luso-brasileira, no Rio Grande do Sul, existe ampla produção centrada nos aspectos históricos, compositivos, construtivos e morfológicos de edifícios pontuais, produzida por ocasião do registro de intervenções nesses imóveis. Boa parte dos estudos sobre as *idades históricas* tem sido, porém, elaborada para contextualizar essas obras singulares ou eruditas. Trabalhos comparativos em escala regional são poucos. Destacam-se os estudos da arquitetura rural e das fazendas de Luccas (1997) e da arquitetura e da economia do gado na região sul de De Curtis (2006). A produção anônimo-tradicional, comumente denominada *arquitetura popular* é a menos

estudada e, paradoxalmente, é a que, quantitativamente, integra a maior parte do espaço construído.

Os estudos pioneiros sobre a arquitetura luso-brasileira, na região sulina, são artigos de Corona Martinez (1942), sobre a gênese da casa residencial; de Gilberto Freyre (1942; 1946), sobre os sobrados; de Riopardense de Macedo (1980; 1983), sobre a influência açoriana. Entre os autores mais recentes que estabelecem um panorama destaca-se a compilação de ensaios sobre arquitetura de Curtis (2003).

As principais contribuições em torno da história do urbanismo colonial sul-riograndense devem-se a Rhoden (1999), Weimer (2004) e Gutierrez (1993). Esta última, em particular, é importante para o extremo sul do Estado. Embora com diferentes posicionamentos, estes autores salientam a necessidade de uma revisão sistemática e integral dos assentamentos urbanos do século XVIII, no Rio Grande do Sul.

Foi constatado que existe amplo material publicado sobre a história urbana específica de cada um dos municípios selecionados neste trabalho como estudos de caso, incluindo-se valiosas referências a documentos preservados nos diversos Arquivos Históricos. Essas monografias estão, porém, em publicações dispersas, dificultando a construção de uma ótica geral. Elas são díspares e algumas entram no campo da ficção ou apresentam forte carga ideológica que ofusca a contribuição científica.

Após estudar a bibliografia disponível, confirmou-se a necessidade e a relevância de:

- compilar, revisar e sistematizar a informação dispersa;
- elaborar uma revisão desde o âmbito urbanístico;
- posicionar-se em relação a conceitos já consagrados, especialmente em torno da *açorianidade*;
- analisar os antecedentes do urbanismo colonial português, integrando o processo urbano sulino e o relacionando com outros processos contemporâneos que aconteceram no Brasil, na Península Ibérica e na Hispano-américa.

Gilberto Freyre, desde 1942, salientava sobre a necessidade de trabalhos específicos. Referindo-se a pesquisas dessa época¹, centradas na influência açoriana na cultura sul-rio-grandense, insistia em precisar como se manifestava essa suposta influência no âmbito da arquitetura:

Justamente esse é o trabalho que se impõe aos modernos estudiosos da formação social brasileira: o de precisar a intensidade e a extensão quanto às regiões brasileiras consideradas no seu aspecto literalmente ecológico, de influências portuguesas diversas pela sua procedência regional. No caso do Rio Grande do Sul, a influência portuguesa dos dias decisivos de colonização e de fixação da paisagem cultural se apresenta quase maciçamente açoriana; e tudo nos leva a crer que no estudo do sobrado, o particular confirmará o geral. (Freyre, 1946, p. 12)

Quanto ao método de realizar essa tarefa, o sociólogo sugeria:

Dada a predominância do elemento açoriano na colonização portuguesa desta parte do Brasil é evidente que o estudo histórico-social da casa rio-grandense do sul terá que estender aos antecedentes açorianos dos tipos de construção doméstica. E esse estudo, quando mais de perto for feito, melhor. (1946, p.11)

O parecer da pesquisadora é que, além da análise arquitetônica dos tipos residenciais proposta por Freyre, é prioritário o estudo urbanístico dos núcleos iniciais das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Esta contribuição poderá ser referência para estudos regionais e urbanos posteriores, mais detalhados, e marco de contextualização da produção arquitetônica - erudita e popular- além de fornecer mais fundamentos aos profissionais encarregados de planejamento, salvaguarda e intervenção nesses espaços.

1.1.3 Metodologia

Os resultados de um estudo comparativo como este dependem da acertada definição da estrutura de análise, já que a interpretação, neste caso a descrição da configuração espacial, deriva do confronto entre o material coletado e a referida estrutura.

O material coletado provém de duas frentes de trabalho. De uma parte, das visitas aos aglomerados definidos como estudo de caso, considerados como *documentos não escritos*. De outra, da pesquisa para angariar dados, referências bibliográficas, documentais, planimétricas e iconográficas. A confrontação inicial do trabalho de campo com as referências documentais foi relevante, porque permitiu verificar o abismo que pode existir

¹ O autor cita LAYTANO, Dante. *Os portugueses de Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil*, Porto Alegre, 1940.

entre o inicialmente planejado e o realmente executado, entre o que existiu e o que permaneceu, bem como destacar alguns locais que se tornaram relevantes, no decorrer da pesquisa, e sobre os quais não existem estudos.

Dentre as fontes escritas, além da bibliografia especializada, foram relevantes, para construir uma imagem da paisagem urbana do fim do período colonial, os documentos da história local e os relatos de viajantes que visitaram o Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XIX, em especial as obras do inglês John Luccock, que permaneceu no Rio Grande, entre 1808 e 1818; do botânico francês Auguste de Saint Hillaire, que percorreu a região, entre 1820 e 1821; de Nicolau Dreys, também francês, que morou no Brasil, entre 1817 e 1843, como representante do Governo.

Considera-se o desenho como o principal instrumento interpretativo. A graficação e a sistematização das plantas urbanas, dos locais definidos como antecedentes e dos estudos de caso, permitiram realizar a leitura serial e a análise comparativa – situacional, tipológica, morfológica e dimensional - necessárias para a descrição do espaço físico. As plantas urbanas do estágio inicial foram desenhadas com base na planimetria disponível mais antiga ou sob as plantas atuais, demarcando-se o núcleo inicial a partir da interpretação de fontes documentais e iconográficas. Salienta-se que o único *projeto* até agora disponível é a planta de Taquari - *Planta da Villa de S. Jozé*, do Engenheiro Manuel Vieira Leão, 1767 - cujo original está no AHE-RJ (In: Reis, 2000, p. 233). Tão provável como o desaparecimento de documentos similares é sua existência em fundos cartográficos nacionais ou estrangeiros, porém sem a merecida divulgação.

A contextualização do urbanismo colonial sul-rio-grandense realizou-se a partir de duas leituras simultâneas: uma conforme a linha do tempo, enquadrando-o na continuidade cronológica, como parte da prática urbana portuguesa; outra transversal, para relacioná-lo com o urbanismo da ilustração e os processos contemporâneos similares, no Brasil, na Europa e na Hispano-américa, que também utilizaram a migração subsidiada.

No capítulo 2, descrevem-se o processo de ocupação do território e a formação da rede urbana no sul do Brasil, como ações determinadas por fatores militares que incidiriam

na difusão do urbanismo de cunho erudito. Estabelecem-se quatro etapas, tomando-se as datas dos Acordos Diplomáticos, por sua incidência na política de ocupação territorial: até 1725, quando os portugueses iniciam o povoamento da região; de 1725 a 1750 - Tratado de Madri; de 1751 a 1777 - Tratado de Santo Idelfonso; até 1822, ano da finalização do regime colonial.

O Capítulo 3 estuda a trajetória da tradição urbana milenar da península ibérica em suas variantes erudita e popular. Como *antecedentes*, foram descritos e caracterizados alguns assentamentos considerados representativos das diferentes etapas e com capacidade de influenciar a produção do espaço urbano. Identificaram-se os elementos que caracterizam a espacialidade de cada etapa e estabeleceram-se comparações para definir denominadores comuns ou invariantes e os elementos de diferenciação.

O Capítulo 4 analisa o urbanismo dos Açores e da Madeira, até o século XVIII. Descreve as formas tradicionais de ocupação e aldeamento e as três intervenções urbanísticas de cunho erudito nas cidades principais. Como o termo *colonização açoriana* tacitamente inclui a participação da Madeira, que é *outro* arquipélago, foi necessário caracterizar o urbanismo da Madeira, já que poderia ter produzido quadros diferenciados. Salienta-se que os Açores, em termos geográficos formam um arquipélago, o que supõe a relativa proximidade e semelhança entre as ilhas, porém esta situação não ocorre e poderia ter gerado diferenças socioculturais. A análise destaca a complexidade em torno da diferenciação de tipos urbanos. Por uma parte, para o estudo de um período da época pré-industrial, de 1450 - início da formação urbana nos Açores - até 1750 - início da chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul -, portanto três séculos, é uma etapa relativamente curta para o desenvolvimento e a consolidação de tipos espaciais diferenciados das matrizes de origem. De outra, as diferenças geográficas entre a península e as ilhas e a situação periférica destas teriam favorecido a formação de tipos espaciais com algumas características próprias.

O capítulo 5 descreve a trajetória na conformação do espaço urbano brasileiro, desde 1500 até 1822, em alguns aspectos como um prolongamento da prática urbanística

peninsular e em outros como um exercício autônomo. Destacam-se também os planos de migração subsidiada e a contribuição dos ilhéus na urbanização dos extremos norte e sul.

O capítulo 6 analisa o Urbanismo da Ilustração, considerando-se o século XVIII como um momento de globalidade e um período de síntese entre a permanência de tradições e a aplicação de novos conceitos. Analisa-se o projeto de Reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, como um dos momentos de síntese mais relevantes do urbanismo português e os planos de novas povoações como sistemas integrados de planejamento urbano e desenvolvimento econômico, ambos relevantes por serem contemporâneos com a formação do espaço urbano sulino.

O capítulo 7 refere-se à formação do espaço urbano sul-rio-grandense. Os estudos de caso foram listados em ordem cronológica, a partir da data de início do povoamento, e verificaram-se as datas de obtenção do *status* de freguesia e de vila. A análise dos aglomerados centrou-se na situação da rede urbana; nas motivações para o desenvolvimento do aglomerado; nas características tipo-morfológicas do espaço urbano: a relação entre malha e sítio, arruamento, configuração do espaço público, posicionamento dos elementos primários, setorização de atividades e características do espaço privado (parcelamento e edificações privadas). Mais que destacar uma presumível excepcionalidade histórico-artística ou entrar em polêmicas em torno à periodização, autoria dos traçados urbanos etc., atitudes frequentes na valorização do fenômeno urbano como fato artístico e não como processo sociocultural, o trabalho pretende construir um marco referencial da formação inicial do espaço urbano sul-rio-grandense. Em síntese, de acordo com Linzaroso (1978) a análise urbana revela-se como um processo criativo e como uma *disciplina artística* que, através de proposições conceptuais e formais, contribui para a descoberta e interpretação da realidade.

Um importante estímulo a este trabalho foi a necessidade de divulgar os valores históricos e artísticos dos assentamentos selecionados, escondidos ao olhar despreparado, e denunciar as descaracterizações que causam a perda irreversível deste legado urbano.



Figura 7: Gravataí
Fonte: fotografia da autora, 15/03/2006.



Figura 8: Mostardas
Fonte: fotografia da autora, 10/10/2007.



Figura 9: São José do Norte
Fonte: fotografia da autora, 24/07/2008



Figura 10: Osório
Fonte: fotografia da autora, 28/02/2006



Figura 11: Triunfo
Fonte: fotografia da autora, 29/04/2005



Figura 12: Taquari
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006

1.2. Revisão de conceitos quanto ao tema

1.2.1 **Relação entre migração e cultura e o mito da *açorianidade***

A migração é um processo universal. Junto com os recursos humanos vem seu legado cultural, incluída a cultura espacial. É conveniente, portanto, estabelecer os diferentes tipos de migrações: individuais ou coletivas; legais ou ilegais; subsidiadas ou com recursos próprios; voluntárias ou compulsórias, incluindo-se os exílios, as diásporas por ocasião de acontecimentos graves e a escravidão. Em termos socioculturais, os resultados da migração coletiva constituem um leque de possibilidades. Desde o transplante e a formação de *ghetos*, passando pela assimilação, a miscigenação-hibridação com a formação de uma nova cultura, até a aculturação e a perda das referências iniciais. De qual destas possibilidades teria derivado a cultura dos açorianos transferidos para o Rio Grande do Sul?

Weimer (1983), em sua pesquisa sobre a arquitetura popular da imigração alemã no Rio Grande do Sul, cuja primeira edição é de 1983, explica que, no estudo dos fenômenos migratórios, a análise dos aspectos materiais torna-se insuficiente pela interferência de fatores mais complexos como são os da ordem cultural. O autor analisa algumas teorias sociológicas nascidas nos Estados Unidos, no início do século XX, decorrentes da necessidade de teorizar a respeito do problema derivado da chegada maciça de imigrantes, entre estas, as teorias da aculturação e a funcionalista. Estuda também a teoria da memória coletiva, proposta, na década de 1970, para explicar a resistência africana à escravatura. Simultaneamente confronta seu objeto de estudo com cada uma delas, verificando as contradições e os pressupostos ideológicos implícitos e chega à conclusão que nenhuma é plenamente satisfatória. A Teoria da Aculturação, por exemplo, erroneamente considerava a cultura hegemônica como um bloco unitário, isento de incoerências, pressupondo que o imigrante adaptava-se à nova realidade, deixando toda sua bagagem cultural. A teoria da Assimilação, embora definida como um processo bilateral, supõe a prevalência dos padrões do grupo receptor e a seleção e eliminação das referências dos adventícios; aplica-se aos dados transmitidos pelo convívio e a educação e não abrange elementos biológicos. Enquanto a assimilação trata de modificações subjetivas, a aculturação se processa no plano

objetivo. A teoria do funcionalismo conceitua a sociedade como um todo harmônico, sem tensões internas, o que não corresponde à realidade, e considera toda atitude dissidente ou não conformista como *disfunção*. A teoria da memória coletiva explica os mecanismos de resistência tais como o sincretismo, que grupos submetidos desenvolvem para integrar-se e progredir em paralelo a uma cultura imposta.

A teoria da assimilação, conforme Weimer (ibid.), eticamente inaceitável e altamente discutível, teve êxito no Brasil e fomentou ideias em torno à desigualdade racial, pois vê a imigração centro-europeia como um mecanismo positivo de *branqueamento*. Em contrapartida, com o surgimento do nacionalismo na década de 1930, houve movimentos avessos a tudo o que fosse germânico, apregoando-se uma suposta superioridade brasileira, fundamentada exatamente na miscigenação. Nesse contexto, Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (2005), cuja primeira edição é de 1931, afirma que o povo português, por ser híbrido, foi o único capaz de criar uma civilização nos trópicos. A *açorianidade*, entendida como uma consciência étnica referenciada aos Açores (Leal, 2007), ressurgiu, no Rio Grande do Sul, por essa época, sob a base da mesma ideologia nacionalista.

Por influência das teorias racistas apregoadas pelos regimes totalitários na década de 1930, houve uma grande valorização da imigração açoriana no Rio Grande do Sul. O condicionamento ideológico comprometeu a base científica desses estudos e acabou por criar uma mitologia de exaltação das características étnicas dos ilhéus, cuja superioridade estaria baseada em hipotéticas influências nórdicas dessa população. (Weimer, 2005, p.112)

De uma consideração inicial dos ilhéus como cidadãos de segunda classe, dadas às dificuldades econômicas dos primeiros imigrantes, passou-se a exaltar a origem insular e a intentar definir uma identidade cultural de base açoriana, diferenciada da matriz luso-brasileira. Pretendia-se estabelecer uma presumível superioridade étnica e moral dos descendentes luso-açorianos, sustentada nas particularidades da migração de famílias e em uma suposta origem nórdica e holandesa dos ilhéus. Seu mais destacado defensor, o General João Borges Fortes, afirmou, em 1932:

Era do Arquipélago dos Açores que devia sair a sementeira para fixar a raça e o ideal lusitano no Sul do Brasil. (...) Viamo-nos assim libertos, quer da mácula dos degradados, quer da chaga da escravidão, com as suas tristes e vergonhosas consequências. Podemos os descendentes dos casais regozijar-nos de nossa raça límpida nas suas origens (Fortes, 1978, p.16)

Como parte do processo de colonização portuguesa, a migração açoriana no século XVIII apresenta semelhanças e especificidades. As colonizações hispano-americana e luso-americana foram fenômenos migratórios em grande escala, caracterizados pela transferência de parcelas da povoação, de estruturas e instituições políticas, sociais e culturais da península, que passaram a constituir a cultura hegemônica. Ambas as coroas tiveram políticas migratórias seletivas e dinâmicas que priorizaram a extensão do idioma e da religião para garantir o domínio dos territórios anexados. Diferentemente das outras nações que estabeleceram colônias na América (Inglaterra, França e Holanda), as sociedades ibero-americanas formaram-se pela imposição, interação e simbiose da cultura peninsular, inicialmente, com as culturas indígenas e, após, com as africanas. As consequências demográficas foram dramáticas:

(...) no México a população indígena em 1520 era de 11.000.000 e já em 1650 reduziu a 2.500.000. No Caribe e no Brasil, a importação de escravos africanos substituiu a aniquilada população nativa. Entre 1550 e 1850, o Brasil recebeu 3.500.000 de escravos, cifra equivalente a 40% de todo o tráfego no Atlântico (Morris, 1987, p. 379).

Sob o ponto de vista cultural, o resultado foi mais positivo com a formação de culturas híbridas, geradoras de novas realidades:

A pertinente discussão sobre as relações entre as duas culturas [...] se converte na crítica dos fundamentos do sistema de vida europeu e num dramático exame de consciência; estudando aos indígenas, os europeus se estudam a si mesmos. Seus modelos culturais – incluída a arquitetura – têm que modificar-se necessariamente (Benévolo, 1981, p 594).

Gutierrez (1998) define a colonização ibero-americana como uma série de encontros culturais nos quais operam diversos fatores de relação e conflito e ocorre, naturalmente, um processo de transferência em mão dupla. Segundo o autor, o processo de transferência (...) *é do achatamento dos tempos históricos e a integração dos momentos artísticos* (ibid., p. 306). A cultura *doadora*, neste caso a dos colonizadores, passa por um processo de seleção, adaptação e síntese para implementarem-se as novas condicionantes do *habitat*. A cultura *receptora*, dos dominados, igualmente se modifica, passando por sucessivas experimentações e correções. Independente do maior ou menor grau de participação de cada grupo, o resultado deste encontro *é outra* cultura, com identidade própria, na qual alguns elementos permanecem mais ou menos originais e outros se modificam parcial ou totalmente. As teses que afirmam que, nas colonizações ibéricas, só participaram degradados e marginais devem ser cuidadosamente examinadas, assim como as que

sustentam a participação de grupos com uma suposta superioridade social, como tem sido abordada a questão da migração açoriana para o Brasil. Atrás de ambas as posturas, escondem-se preconceitos que dificultam o estudo científico do fenômeno. Indivíduos de todas as regiões, classes sociais e com diferentes graus de formação intelectual participaram nas empresas coloniais, porém com maior peso de determinados grupos, em determinadas regiões, em períodos de tempo específicos.

A colonização açoriana e madeirense não pode ser considerada como a migração de um grupo étnico que compulsoriamente devia assimilar a cultura hegemônica local, pois os ilhéus também eram súditos portugueses, portadores da mesma identidade lusitana e, nesse sentido, não podem ser considerados como imigrantes. No conceito estrito da palavra, migração é o ingresso de *estrangeiros* num país para nele encontrar trabalho e com a intenção presumida de aí estabelecer-se (Iotti, 2002, p.20). A migração de grupos étnicos diferenciados ou estrangeiros só viria a acontecer a partir da promulgação do Decreto de 25 de novembro de 1808, que permitia a concessão de sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil, regularizando a permanência dos que quiseram ficar e assumir uma atitude e compromisso de colonizadores. (ibid.) Porém, a distância, o desprendimento, a homogeneidade sociocultural dos imigrantes (em sua grande maioria camponeses pobres), as dificuldades de uma viagem sem retorno e a necessidade de adaptar-se a um novo contexto geográfico são fatores suficientes para considerar como *migração* a diáspora dos ilhéus. O que esta migração teve de particular, porém não exclusivo, foi o ingresso de *casais* ou grupos familiares para estabilizar a sociedade e, em certo modo, garantir a rápida transferência do modo de vida e da cultura portuguesa. Segundo Laytano (1987, p.46), *é uma originalidade que não se dirá étnica mas quem sabe propriamente moral: colonização com casais!*

A migração de famílias açorianas e, em menor grau, de madeirenses é considerada como antecedente do ingresso de diversos grupos de estrangeiros que viriam ao Brasil, com o apoio da administração pública, durante o período Imperial e o início da República: suíços, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, turcos e japoneses entre os mais representativos. Por influência da ideologia da Ilustração, a partir da segunda metade do

século XVIII, a fixação de colonos em territórios inexplorados ou vulneráveis, combinando migração com urbanização, foi uma política pública frequente para consolidar a soberania e desenvolver a economia, aplicada na Rússia, França, na Espanha, Portugal, Hispano-América, especificamente na região do Prata e no Brasil. Os historiadores constatam que, ao longo de todo o período colonial, houve migração de famílias açorianas e madeirenses para boa parte do território do Brasil colonial. Conforme Laytano (1987), ela ocorreu em diferentes escalas: pequena escala na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; média escala no Amazonas, Pará e Paraíba; grande escala, após 1747, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Evidentemente, as diferenças geográficas e as particularidades históricas geraram sociedades com características próprias e produziram diferentes resultados culturais e urbanísticos, embora tenham como denominador comum a mesma origem.

Ao comparar a migração e a colonização açoriana no norte e no sul do Brasil, observa-se que, no Amazonas, a nova sociedade formada, definida por Ribeiro (2006) como *neobrasileira*, assimilou os elementos comuns transferidos de modo geral para toda a colonização portuguesa no Brasil (língua, religião e ordem sociopolítica); porém, na configuração dos novos modos de vida, teve maior peso a influência das culturas nativas e do meio geográfico. Situação contrária parece ter ocorrido no sul, onde o clima subtropical e estacional era semelhante ao das ilhas. Em Santa Catarina, desenvolveu-se a pesca, atividade característica do meio insular. No Rio Grande do Sul, os ilhéus introduziram os cultivos com que estavam familiarizados em sua terra de origem, como o trigo que foi fundamental para a economia da região. Provavelmente a menor interferência das culturas nativas e o clima subtropical facilitaram o transplante dos modos de vida açorianos, no entanto a falta de estudos comparativos neste sentido impossibilita estabelecer conclusões.

Como foi explicado, a partir de 1931, com a obra de Borges Fortes (1978), foi se consolidando a exaltação ideológica do elemento açoriano na cultura sulina. Observe-se que a comparação entre os descendentes de açorianos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, apresentada pelo General, permeou a autodefinição das identidades culturais regionais:

Seria interessante estudar a evolução dos catarinenses, filhos de açorianos, atrofiados nas montanhas e litoral de suas praias, sob a morna influência de um clima semi-tropical, a subsistência fácil pela proximidade dos mares e lagos piscosos e colheitas compensadoras nas terras ubérrimas, a existência tranquila dentro de um ambiente calmo e sereno de uma vida política sem abalos, sem influências estranhas e perturbadoras, na rotina invariável de um dia após o outro.

Seria interessante comparar os filhos dos mesmos açorianos atirados nos campos abertos de Rio Grande de São Pedro, num clima muito mais áspero, batido no inverno pelo sopro contaste do minuano, lavrando uma terra fecunda porém fechada pela natureza incerta, pelos perigos da presença do índio avassalado e ligado a um inimigo sempre agressivo e avassalador como o castelhano, situação política que foi transformando gradativamente o lavrador em estancieiro e o mansuelto pastor de gados em guerrilheiro que teve de defender a força do braço e a custa de sangue a terra que receberam dos velhos casais, seus ancestrais (Fortes, 1978, p.44).

A migração açoriana em Santa Catarina e Rio Grande do Sul é um tema amplamente estudado e divulgado desde os âmbitos disciplinares da história, genealogia, literatura e antropologia, tanto nestes Estados como no Arquipélago. O I Congresso de História Catarinense, realizado em 1948, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no marco da comemoração dos 200 anos da migração foi um importante marco referencial. Está constatado que elementos específicos da cultura imaterial² tais como as tradições, as formas de falar, as festas populares, as formas da religiosidade (novenas e a devoção ao Espírito Santo), os hábitos, os ofícios, os saberes, as formas de mobiliar a casa, as superstições, etc. permaneceram com maior grau de autenticidade, sendo possíveis de identificar como elementos com matizes diferenciados da tradição luso-brasileira. Teria ocorrido o mesmo processo com a espacialidade e as formas urbanas?

A incidência da migração açoriana na formação dos espaços urbanos e na arquitetura ainda não foi tratada com a devida profundidade. Além da descaracterização de boa parte dos edifícios e lugares do período colonial, contribui para isto a falta de divulgação no Brasil de estudos sobre os assentamentos dos Açores e da Madeira, não havendo uma referência inicial para estabelecer comparações sistemáticas. Em Santa Catarina, como trabalhos específicos de arquitetura destacam-se os artigos de Comerlato (2007) e Althoff (2007), divulgados na Internet pelo Núcleo de Estudos Açorianos –NEA– da Universidade Federal de Santa Catarina, e as pesquisas em andamento de dos Santos

² Consultar GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 203-225.

(2008) e Sarquis Yuñez (2008), apresentadas no marco do *Colóquio 260 anos de Herança Açoriana: comemoração da chegada dos açorianos no Brasil Meridional*, realizado em Florianópolis pelo NEA, em outubro de 2008, evento no qual foi apresentado um resumo do presente trabalho.

No contexto sul-rio-grandense, em relação à contribuição cultural dos açorianos numa suposta originalidade da espacialidade, existem posicionamentos antagônicos. De um lado estão autores como Corona Martinez (1942), Freyre (1942), Laytano (1942, 1956, 1987) e Macedo (1983) que confirmam, mas não chegam a formular uma explicação satisfatória em torno da contribuição urbanística e arquitetônica dos ilhéus como grupo diferenciado. Do outro lado, estão Curtis (2003) e Weimer (2000; 2004; 2005), autores que **não reconhecem** significativa diferença entre as formas da espacialidade do ilhéu e do português continental, para eles, ao se compararem as formas urbanas sul-rio-grandense com o restante do Brasil, predominam as semelhanças.

Freyre (1942) e Corona Martinez (1942) consideram como fatores fundamentais na configuração dos tipos de arquitetura doméstica, a origem étnica e cultural do povoador e o novo meio geográfico onde ele se assentava. Para os autores a migração predominantemente dos Açores, gerou especificidades na configuração espacial característica do Rio Grande do Sul. Laytano (1956; 1987) não tem dúvida sobre a contribuição açoriana. Com base nos dados demográficos disponíveis (o Censo do Tenente Córdoba, de 1780), afirma que os ilhéus constituíam mais do 80% da população branca e, em relação à conformação da rede urbana, apresenta o seguinte balanço:

- cinco assentamentos de origem açoriana: Porto Alegre Taquari, Piratini, Santo Amaro e Osório;
- cinco assentamentos onde os açorianos integraram a população civil em torno de uma fortaleza ou acampamento militar já existente: Rio Grande, Rio Pardo, Cachoeira, Triunfo e Mostardas;
- três assentamentos onde eles participaram: Viamão, Encrucilhada e a Aldeia dos Anjos de Gravataí;

- outros assentamentos que não tiveram sucesso ou desapareceram: Morro Grande de Sant'Anna, Estreito, soterrada pela areia em 1820, Povo Novo (hoje distrito de Rio Grande), Lombas, Serro Pelado, Passo do Couto, Caí e Rua Velha.

O historiador não especifica como essa influência plasmou-se e identificou-se na configuração e no arranjo espacial. O próprio Freyre comenta que, embora o historiador afirme que (...) *a construção das casas está cheia de influencia açoriana*, (Laytano, 1940, p.13 apud. Freyre, 1946, p.12), ele não precisa como isso ocorreu.

Curtis não faz distinção entre continentais e ilhéus. Pelo contrário, salienta o peso da homogeneidade ibérica na formação dos núcleos urbanos mais antigos do Estado:

A partir de 1730, após a fundação de Rio Grande, a presença de portugueses continentais, ilhéus, vicentinos e lagunenses – todos da mesma tradição ibérica – marcou com exclusividade e timidez a arquitetura dos cem anos que se seguiram ao estabelecimento daquele primeiro núcleo (Curtis, 2003, p.131).

Weimer (2005) explica que a chegada e fixação dos açorianos no Rio Grande do Sul, ao contrário dos que permaneceram em Santa Catarina, não ocorreu como estava previsto no plano da Coroa. Por ocasião dos conflitos limítrofes e da Guerra Guaranítica (1754 - 1756), os açorianos foram se localizando de forma dispersa, o que conseqüentemente levou à perda de sua identidade como um grupo diferenciado. Em âmbito urbano, segundo o autor (2004, p. 109), os aglomerados das ilhas são bem diferentes das denominadas cidades açorianas sul-rio-grandenses. Em âmbito arquitetônico, a análise comparativa de casas açorianas e casas sul-rio-grandenses carece de fundamento, pois o único trabalho até o momento realizado (Martins, 1996) apresenta como *tipicamente açorianos* exemplos que perfeitamente podem ser identificados como arquitetura do continente. (2004, p.110) Portanto, para o autor, a pretendida identidade espacial de base açoriana é um mito.

Sem dúvida a contribuição dos Açorianos em âmbito demográfico foi fundamental, como se analisa no capítulo 7. *A açorianidade* é importante dentro do imaginário sul-rio-grandense: em Porto Alegre, o Palácio Municipal denomina-se *Paço dos Açorianos*, embora seja uma edificação eclética; a *ponte dos açorianos* relaciona-se com os ilhéus, mas

sua feição atual é da segunda metade do século XIX; o *Prêmio Açorianos* é uma alta distinção no contexto da produção cultural. A ampla e extensa utilização de toponímios ilhéus em todo o Estado comprova como é cara para o gaúcho a origem e a suposta tradição açoriana.



Figura 13: Ponte dos Açorianos
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007



Figura 14: Monumento Açorianos
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007



Figura 15: Hotel Açores
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007



Figura 16: Torre dos Açores
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007



Figura 17: Esplanada dos Açores
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007



Figura 18: Acesso
Fonte: Fotografia da autora
09/03/2007

1.2.2 Especificidade da cultura urbana brasileira

A partir de 1910, diversos autores que participaram do movimento neocolonial³ sob vários enfoques, realizaram as primeiras pesquisas de história da arte e da arquitetura ibero-americana. Estes trabalhos visavam assinalar o legado artístico como base para a definição das identidades culturais nacionais. Apresentaram e defenderam o legado colonial como

³ Movimento que teve o mérito de ser a primeira revisão surgida, na América, em escala continental e com relativa autonomia em relação à Europa (Amaral, 1994). Entre os participantes destacam-se Ângelo Guido, Jose Watch Rodrigues e Lúcio Costa. A partir de 1950, continuaram trabalhando dentro dessa perspectiva os pesquisadores que se reuniram nos Congressos de Americanistas. Entre os que estudaram a cidade e a arquitetura colonial luso-brasileira, destacam-se Robert Smith e Luiz Silveira.

tributário da cultura peninsular, porém com características e valores próprios que lhes conferem autonomia e originalidade. No Brasil, a tese da originalidade cultural brasileira foi delineada pelos intelectuais modernos da década de 1930, em parte sob as bases do movimento neocolonial. Essa originalidade cultural foi concebida como um requisito na construção da nacionalidade. Entre as contribuições mais divulgadas, destaca-se a obra de Gilberto Freyre (2005). A relevância da análise da vida cotidiana e a valorização da miscigenação colocaram Freyre como um inovador dos estudos socioculturais. Como foi comentado, para o autor a cultura brasileira é essencialmente híbrida e, nessa condição, radica sua força e beleza. Embora as críticas já referidas à tese de Freyre e a confusão entre *raça* e *cultura*, ele fundamentou um pilar para o entendimento da *brasilidade*. Nessa mesma linha de pensamento, Darcy Ribeiro, em obras da década de 1970, apoiou a tese da gestação do povo brasileiro a partir da confluência, entrechoque e caldeamento das três culturas:

Nessa confluência que se dão sob regência dos portugueses, matrizes raciais dispares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos (Ribeiro, 2006, p.17).

De forma análoga, os assentamentos urbanos e a arquitetura, embora conservem elementos das culturas portadoras, tomaram configurações específicas que as diferenciam das referências de origem. Não podem, portanto, ser estudadas a partir de modelos teóricos formulados para o estudo da cidade e da arquitetura europeia, sendo necessário adaptá-los e/ou construir estruturas de análise específicas, bem como aprofundar o conhecimento desses *antecedentes*.

1.2.3 Natureza dos fatos urbanos

O habitar é inerente à existência e constitui-se em fato cultural. Os assentamentos urbanos junto com a linguagem, por seu máximo grau de cotidianidade e abrangência, são artefatos extremamente complexos, dinâmicos, em constante refazer, conformados por elementos permanentes e mutáveis. Ao longo de sua existência, o homem transformou a geografia e antropizou o espaço. Caniggia e Maffei (1995) definem como *espaço antrópico*,

todo *espaço cultural* modificado ou construído pelo homem e descrevem sua configuração como um processo histórico.

A compreensão do fenômeno urbano, além da arquitetura e do urbanismo, envolve outras disciplinas (história, geografia, economia, sociologia, arqueologia, etc.), cada uma das quais oferece uma óptica específica que contribui para a construção da visão global do fenômeno. Fernandes (1996, p. 21-24) explica que, a partir da interdependência disciplinar justificada por Erwin Panofsky (1892-1968) para a história da arte, a história da arquitetura - e da cidade - foi apresentada por Paul Frankl (1886-1958), em 1914, como disciplina autônoma, emergente da primeira e defendida como tal, a partir da década de 1960, por Benévolo:

(...) a historia da arquitetura não pode ser uma secção da historia da arte, mas, pelo contrario, como um exame global da paisagem construída tendo em vista as necessidades humanas e em relação a historia da arte sirva de aferição setorial (apud Fernandes, 1996, p.22)

Nessa perspectiva, é plenamente aceito que a arquitetura e, por extensão, a cidade abrangem aspectos que vão muito além de sua materialidade, já que a visão mais comum as tem colocado como produtos de forças impessoais, de natureza essencialmente racional e de ordem econômica. Rikwert questiona essa postura e adverte:

Pareceu-me então – como ainda hoje me parece – que outras noções, sentimentos e desejos comandaram projetistas e construtores de cidades, que a cidade não havia crescido como ensinavam os economistas, em obediência a leis quase naturais, mas que era um artefato almejado, um “construto” humano em que muitos fatores conscientes e inconscientes desempenham seu papel (2004, p.5).

O estruturalismo e a antropologia, segundo Fernandes (1996), contribuíram notoriamente para a abordagem multifacetada e pluridisciplinar da arquitetura e dos fatos urbanos. A história arqueológica e antropológica identifica e analisa os espaços construídos e suas representações cartográficas e iconográficas. A partir da leitura cronológica conjugada com a interpretação do *sistema*, obtêm-se uma leitura serial e a identificação de invariantes. A história estética privilegia a leitura do espaço construído como obra de arte e essa perspectiva, desde que esteja relacionada com outras áreas do conhecimento, é fundamental. O espaço urbano como objeto de estudo da *história da arte* implicou a conceituação da cidade como produto histórico e artístico simultaneamente. Para Mumford

(1998), a cidade era (...) *forma e símbolo de uma sociedade integrada*. Coube aos historiadores da arte e aos arquitetos das escolas italianas das décadas de 1950 e 1960, entre eles Saverio Muratori, Julio Carlo Argan, Carlo Aymonino, Aldo Rossi, este último o mais divulgado entre os arquitetos, e os já citados Caniggia e Maffei assentarem as bases metodológicas do estudo da cidade como produto histórico e artístico. A dimensão histórica da arquitetura e da cidade vem de sua natureza dinâmica e da indissolubilidade na relação espaço-tempo. A dimensão artística vem da natureza coletiva, que legitima seu imaginário, reconhece-lhe e confere-lhe o valor de obra de arte. (Rossi, 1969, p.49). O tempo manifesta-se na presença do passado que foi – nos traçados, edifícios, lugares - e no futuro que não foi, como podem ser as representações ideais, a ficção, as simulações e os projetos e planos não materializados. Nesse sentido, o urbanismo, como discurso e como forma de representação, não transforma imediatamente o espaço, porém é uma força que tenciona e influencia as transformações espaciais, sendo a cidade ideal e a cidade planejada o referencial. Argan define o urbanismo como (...) *uma atividade estética que se coloca numa área de interesse político* (2001, p.103) e propõe distinguir e relacionar a cidade ideal e a cidade real para estabelecer essa tensão e defini-la como obra de arte:

Ainda que algumas amostras de cidade ideal tenham sido realizadas (...) a chamada cidade ideal nada mais é um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real, a qual pode sem dúvida ser concebida como uma obra de arte, que no decorrer da sua existência, sofreu modificações, alterações, acréscimos, diminuições, deformações, as vezes verdadeiras crises destrutivas. (Argan, 1993, p. 73)

Esta perspectiva implica dificuldades: por um lado, reconhecer a autonomia da arte em um objeto como a cidade, onde participam outras dimensões com leis próprias, como a política e a econômica; de outro, decorrente de ser não ser uma obra unitária e acabada, a cidade nem sempre apresenta parâmetros estéticos satisfatórios, sendo difícil compará-la com outros artefatos (Rikwert, 2004) . Embora estas dificuldades evidenciem ambiguidades e coloquem problemas metodológicos, elas foram, são e continuarão sendo motivos que instigam reflexão em torno da questão urbana.

1.2.3.1 Caráter do urbano

Há consenso ao afirmar que as primeiras cidades começaram a ser construídas há dez mil anos. Se ainda não eram exatamente cidades, já eram aglomerações urbanas

(Rikwert, 2004, p.15). Após o século IV a.C., na bacia oriental do Mediterrâneo, aconteceu a expansão da cidade–estado grega, a polis. A grande diferença dos gregos em relação aos povos do oriente é que eles viveram em cidades proporcionais ao número de habitantes e não como escravos em enormes multidões (Benévolo,1983). O estabelecimento e o funcionamento integrado da rede de aglomerados em torno do Mediterrâneo foram determinantes na cristalização da civilização ocidental. Embora a complexidade dos processos históricos que essa rede experimentou durante séculos, daí surgiu o arquétipo de cidade (Rossa, 2002).

O que define um assentamento como cidade? À continuação, apresenta-se breve resumo da revisão sobre o assunto. Para Mumford, a condição urbana surgiu na Grécia porque aí apareceu, pela primeira vez na história da humanidade, o conceito de cidadão:

(...) os gregos acrescentaram à cidade um novo componente praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta: suscitaram o aparecimento do cidadão livre (Mumford, 1998, p. 167).

Os gregos tiveram a consciência de formar uma civilização sem aspirar à unificação política e a polis foi o cenário no qual frutificou a liberdade coletiva. Para os gregos, a palavra *cidade* é de cunho abstrato, diferente de *urbe*, que supõe uma estrutura física. Deste vocábulo, Idelfonso Cerdá derivou, em 1856, o termo *urbanismo*. O historiador francês Fustel de Coulanges -1830/1889 - (1996) definiu cidade como uma associação religiosa e política de famílias e tribos, e urbe, como o lugar de reunião, o domicílio e o espaço da sociedade. Para entender esta *cidade* na Grécia, é fundamental considerar que as religiões da antiguidade ocidental baseavam-se em um politeísmo cujo dogma era que cada deus protegia exclusivamente uma cidade, por isto o estabelecimento da urbe iniciava-se com o ato de fundação de caráter religioso. Essa religião gerou o direito das relações entre os homens, da propriedade, da herança e dos processos civis e administrativos. *Religião, direito e governo confundiam-se, não eram mais que uma só coisa vista sob três aspectos diferentes* (ibid., p. 262).

A palavra cidade tem diferentes significados nas línguas ocidentais. Rikwert (2004) apresenta uma revisão a este respeito. Os gregos usavam a palavra polis e também empregavam esse termo para designar um jogo de tabuleiro e dados, que dependia tanto de

regras como do acaso. Para Rikwert, essa analogia com o jogo pode ser válida para a cidade, pela dificuldade de prever o desígnio das criações urbanísticas. Na Inglaterra, há dois termos para designar os assentamentos urbanos: towns que passam a ser cities por uma decisão governamental arbitrária, diferentemente dos Estados Unidos onde city é qualquer aglomerado, igual a stadt em alemão e città em italiano. Em francês, o termo ville equivale a cidade e cité corresponde ao núcleo antigo. Em espanhol, urbe refere-se à estrutura física e ciudad à sede municipal com hierarquia política e administrativa, enquanto poblado nomeia aglomerados menores ou pequenos municípios. Poblado equivale a town e ville que apresentam, nas três línguas, uma conotação rural. Em português, o termo cidade, entende-se hoje como a estrutura física, funcional e sociopolítica. No período colonial, seu sentido é semelhante e diferente do atual. Semelhante, porque é um conceito físico, político-administrativo e hierárquico para designar assentamentos que são sede do poder municipal, com um território rural e outros assentamentos dependentes. Diferente, porque a conotação urbana não dependia da variável dimensional, ou seja da extensão e do número de habitantes. Pela íntima relação entre as estruturas de governo com a igreja católica, existia uma série de termos para os assentamentos dependentes que expressavam a hierarquia dentro da organização administrativa – arraiais, povoados e vilas- e da organização eclesiástica – capelas, freguesias -. Nesse sentido, as cidades eram a representação da autoridade metropolitana, sedes de governo regional e dos bispados. As vilas eram o que hoje são os municípios, sedes do poder civil representado na câmara; incluíam no mínimo uma freguesia ou sede da paróquia e podiam ter sob sua jurisdição vários outros povoados dependentes.

No âmbito do urbanismo, os critérios mais frequentes para classificar um assentamento como cidade são de ordem quantitativa – dimensional ou demográfico - ou política - hierarquia político-administrativa-. Ambos revelam-se insuficientes para a análise espacial. Reis Filho (1968) comenta que Max Weber estabeleceu uma teoria satisfatória sobre a origem da cidade. Baseando-se na análise das cidades-estado, definiu o início da urbanização no surgimento de uma forma de economia, que se define como urbana. Estas são as condições para a sua existência:

(...) *densidade demográfica específica, profissões urbanas como comércio e manufaturas, com suficiente diversificação; uma economia urbana permanente, com relações especiais com o meio rural; uma força militar (eventualmente a fortaleza); uma relativa independência político-administrativa e finalmente a existência de uma camada urbana com produção, consumo e direitos próprios, ou seja, o estamento burguês, capaz de usar da independência para determinar a vida econômica e os destinos do conjunto.* (apud Reis, 1968, p.20)

A interpretação da urbanização como *processo social em seus dois níveis de organização, a rede e o núcleo* (ibid., p.21) permite superar algumas dificuldades metodológicas implícitas na teoria de Weber, pois esta limita-se às condições específicas da cidade-estado. O arquiteto explica que o processo de urbanização em escala nacional é muito mais complexo que a estruturação de uma rede urbana, já que no Mundo Moderno – onde se insere o descobrimento e a colonização do Brasil – as relações de economia urbana e o processo de urbanização ultrapassaram as fronteiras continentais. O processo de urbanização, abordando o conjunto e não apenas um núcleo, permite caracterizar relações entre centros principais, secundários e localidades rurais e conhecer os mecanismos da evolução. O critério quantitativo, numa perspectiva histórica, é relativo. Por exemplo, no final do século XVIII, o Brasil tinha uma população estimada em 300.000 habitantes e Salvador, a capital, em torno de 20.000, cifra que hoje corresponderia à população de uma cidade pequena.

O que diferencia o rural do urbano? Segundo Mumford (1998), a chave está no grau de diversidade de atividades dos habitantes e na complexidade da sua organização socioeconômica. A aldeia, sede de atividades primárias, é formada por um grupo social homogêneo, camponeses dedicados ao mesmo tipo de tarefas agrícolas. A cidade é integrada por diferentes grupos sociais e/ou étnicos e várias agremiações, formando uma organização social complexa. A aldeia carece de leis escritas, embora apresente práticas cooperativas. A cidade fundamenta-se na existência de lei e poder aceitos. O poder, segundo o autor, é (...) *a base estrutural da cidade em suas manifestações cósmicas e humanas* (ibid., p.59). Ele atua junto com o controle sob a forma de justiça da lei, da ordem e da cortesia social. Em consequência, o espaço urbano é hierarquizado e reflete essa complexidade, apresentando diferentes graus de integração-segregação, centralidade-periferia. Os termos *town*, *ville* e *poblado* caracterizam aldeias ou assentamentos pequenos,

com predomínio de atividades primárias, aos quais corresponde, de modo geral, uma morfologia associada com a *arquitetura tradicional* ou vernácula. Em português, o assunto é mais complexo, porque não existe palavra equivalente, ajustam-se as expressões *pequena cidade* (termo quantitativo) e *cidadezinha*. A passagem de aldeia à cidade é percebida como uma mudança gradual:

(...) a arcaica cultura da aldeia cedeu lugar à civilização urbana, essa peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação, cuja manifestação exterior foi a cidade histórica. (Mumford, 1998, p.38)

Para Reis (1968), a teoria de Weber fundamenta essa passagem, ao considerar a existência de mercado interno como a característica essencial do urbano. É no volume e na natureza das trocas urbano-rurais que se radica a distinção. A cada sistema econômico corresponde, portanto, determinado *índice de urbanização* (id.).

1.2.3.2 Limites do urbano

Além do caráter, está o problema da delimitação da área urbana e das formas de articulação entre campo e cidade. Para Mumford a cidade é:

(...) estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização [ou seja dotada de biblioteca, arquivo, escola, universidade] e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada. (1998, p 38-39.)

Em decorrência, a condensação e a proximidade, além de certas funções institucionais são necessárias na espacialidade urbana. Aglomerados periféricos formariam ou não parte da cidade? Subúrbios e arrabaldes têm existido desde que surgiram as cidades, geralmente situados *fora das muralhas* e condicionados em seu arranjo à existência de um suporte prévio: uma estrada ou um equipamento coletivo. No urbanismo grego, romano e árabe os subúrbios eram aglomerados integrados na territorialidade urbana e na estrutura administrativa, como organismos dependentes, reforçando a centralidade e a hierarquia do núcleo principal. Daí que *arrabalde* (termo de origem árabe) tem uma conotação de marginalidade, periferia, de setor com menor representatividade econômica e social no conjunto da cidade e lugar de assentamento dos grupos sociais menos favorecidos. O

arrabalde, no entanto, era também o lugar de possibilidades econômicas e de ascensão de novos grupos sociais. Posteriormente, com a expansão urbana, ela foi integrado à estrutura da cidade, sob a forma de bairros. Segundo Linzaroso (1978) todas estas características derivam mais da qualificação urbana que do fator situacional. Com certa autonomia funcional, coesão social e homogeneidade formal, o arrabalde atuava como espaço de transição entre o urbano e o rural, tanto nas funções como em sua morfologia. Era o lugar de atividades comerciais, como feiras de produtos agrícolas. A arquitetura das chácaras sintetizava elementos das formas urbanas e das formas rurais. Interessa, no contexto deste trabalho, analisar as relações de hierarquia e dependência dos assentamentos de uma rede urbana, já que nelas podem ser identificadas *invariantes* e características particulares nas formas de organização territorial em Portugal Continental, nos Arquipélagos e no Brasil.

1.2.3.3 Caráter do urbano nos assentamentos do Brasil colonial

Comparados com os peninsulares e desde o ponto de vista socioeconômico, os assentamentos coloniais não chegariam a ser cidades. Freyre (2005) define o Brasil colonial como um território rural, escravocrata e patriarcal, construído a partir da fazenda, da monocultura de exportação, da mão de obra servil e das relações senhoriais. Ao comparar o conceito de Freyre com a teoria de Weber, se deduz que não houve um Brasil colonial urbano, no máximo, foi um território protourbano estruturado por um conjunto de aldeias. Reis (1968) fornece uma explicação satisfatória. Comenta que os assentamentos brasileiros, até a metade do século XVII, eram o vínculo dos colonos, reconhecidos como cidadãos portugueses no Brasil, com a estrutura urbana europeia. Sua arquitetura, na medida em que pode ser conhecida, era essencialmente utilitária e de extrema simplicidade. Esses assentamentos iniciais não podem, no entanto, ser considerados como aldeias rurais, embora tivessem uma vida urbana intermitente, não possuíam mercado urbano próprio, nem formas de produção e camadas sociais específicas:

(...) os núcleos como a organização da agricultura de exportação eram muito complexos para serem identificados com a agricultura de subsistência e as aldeias européias, mas excessivamente simples, para serem identificados com a organização urbana da Metrópole. (ibid., p.101).

Essa ambiguidade em torno do caráter urbano é esclarecida a partir da classificação dos senhores proprietários da terra como uma camada urbana, na medida em que eles eram empresários que se beneficiavam do poder político e administrativo sediado e representado na cidade. Embora permanecessem unicamente por temporadas nas vilas e cidades, eram reconhecidos como moradores e mantinham residências permanentes. À diferença dos camponeses de aldeias da Europa, esses senhores conformavam uma camada social urbana. Porém, desde o ponto de vista econômico, não eram habitantes urbanos, porque se definiam socialmente a partir de uma forma de produção rural. O autor conclui salientando a necessidade de construção de um marco conceitual específico:

(...) a urbanização no Brasil assumiu configurações específicas que não podem ser explicadas com o emprego de modelos construídos para a análise da urbanização europeia. (Ibid., p188.)

1.2.4 Urbanismo e arquitetura tradicional

Assentamentos pequenos, vilas e distritos - *que não são cidades* – com predomínio de atividades primárias, por via de regra, apresentam uma morfologia associada à *arquitetura tradicional, popular ou vernácula* e, por isto, é importante revisar a definição desses adjetivos. A inclusão ou a exclusão da edificação anônima, popular ou vernácula no âmbito da Arquitetura (com maiúsculas) tem sido objeto de controvérsias. Autores centrados na teoria a excluem. Para Hillier (1996, p.4), a edificação vernácula reproduz formas e padrões transmitidos culturalmente. A arquitetura, pelo contrário, transcende a transmissão da cultura e embasa-se na reflexão consciente em torno de aspectos configuracionais, é essencialmente a aplicação do pensamento abstrato e especulativo a aspectos não discursivos do ato de edificar. De outro lado, estão os autores que definem a edificação anônima, transmitida de geração em geração, como arquitetura popular ou vernácula. Segundo Fernandes (1996), o conceito de *arte anônima*, cunhado por Heinrich Wölfflin (1863-1945), foi a base para a valorização da arquitetura sem autor. Rudofsky (1964), no catálogo da exposição *Architecture without architects: A short introduction to non pedigreed architecture*, o transferiu para o campo da arquitetura, junto com uma sistematização de tipologias construtivas, que contribuíram para a consolidação do conceito de arquitetura vernácula. Fernandes explica as nuances dos termos: popular relaciona-se

com (...) *os aspectos sociológicos dos grupos humanos que constroem essa arquitetura sem arquitetos* (ibid., 1996, p. 34) e vernácula enfatiza sua relação com o regional.

No contexto brasileiro, acrescentam-se à discussão em torno ao *tradicional* e *popular* dois termos que implicam noções históricas e geográficas: *colonial* e *lusobrasileiro(a)*, aplicados à arquitetura e à cidade pré-industrial. Na prática, eles tornam-se quase equivalentes, porém é necessário apontar as diferenças. Curtis (2003) propõe substituir o termo *arquitetura colonial* [extensível a urbanismo colonial], que referencia um período histórico, por *arquitetura tradicional* [urbanismo tradicional], que designa tanto a produção erudita como a popular, realizadas durante os períodos colonial e imperial. Explica que os sistemas colonial e imperial sustentaram-se sobre a base da monocultura, do latifúndio e do trabalho servil. Só a partir de 1888, com a abolição da escravatura e a passagem do regime imperial para o republicano, ocorreram mudanças que permitem entender uma nova arquitetura, em termos de programa, de formas espaciais e de inovações técnicas. Trata-se do ingresso, no Brasil, por influência do ideário positivista, da arquitetura eclética como uma primeira cosmopolitização da cidade. É, portanto inapropriado o termo colonial para a arquitetura de um país há várias décadas independente, pelo menos politicamente. O referido autor define como arquitetura tradicional:

Entendem-se aqui as soluções eruditas ou semi-eruditas do barroco e neoclássico, de um lado, e de outro, as soluções populares realizadas a partir da experiência vivida que - por freqüentarem todas as épocas de nossa história - poderiam ser denominadas arquitetura sem idade.(ibid., p.149)

Se o adjetivo *tradicional* refere-se à produção do período colonial e imperial, mais apropriado que a expressão *de origem portuguesa* é o adjetivo *lusobrasileiro*, porque abrange o legado conformado sob a regência portuguesa, com a participação indígena e africana, nos períodos colonial e imperial. A partir desta conceituação, utiliza-se a expressão assentamentos e arquitetura lusobrasileira neste trabalho. Como os termos *tradicional* e *lusobrasileiro(a)* abrangem as produções eruditas e populares, é necessário estabelecer os limites entre esses dois domínios, por vezes muito tênues e controvertidos. Weimer (2005), em trabalho sobre *a arquitetura popular brasileira*, estabelece uma estrutura de análise, a partir das variáveis cultural e tecnológica; enumera e descreve as diferentes contribuições dos grupos étnicos que participam da cultura brasileira e as

técnicas construtivas utilizadas na configuração dos vários tipos de arquitetura. O autor admite que o conceito *arquitetura popular* é controvertido pela dificuldade de estabelecer os limites entre a produção erudita e a popular e definir quais aspectos - formais e técnicos - entrariam na análise para tal diferenciação. Na apresentação do citado livro de Weimer (ibid) *Arquitetura popular brasileira*, Gomes da Silva, comenta que o domínio público de uma técnica seja uma possível explicação para a popularização de uma arquitetura; por exemplo, quando técnicas de origem erudita como o concreto armado, passam a ser de domínio popular. Para Rossa (2002, p.217), a arquitetura vernácula ou popular é o final de um processo de aculturação da erudita, a qual, por sua vez, está fortemente inspirada na popular. Sugere que esta relação pode se estabelecer também em nível urbano e, dessa forma, seriam inseparáveis o urbanismo popular e o erudito.

O espaço urbano caracteriza-se pela pluralidade de agentes que participam nos processos de projeto, construção, transformação e fruição. Segundo Rossa (2002, p.17), o plano urbano é só o ponto de partida. A realidade, *o urbanismo*, é produto coletivo de uma comunidade. Nos períodos anteriores à modernidade do século XX, a singularidade na autoria do plano foi a exceção e não a regra. Desde o início, o plano vai sendo influenciado pela formulação do programa e por sua concretização. É, portanto, praticamente impossível separar, dentro do urbanismo, o popular e o erudito. Não se pode considerar o **urbanismo** (prática urbana) como popular nem a **urbanística** (teoria urbana) como erudita:

(...) não se podem considerar como populares ou vernáculos os espaços urbanos de produção orgânica, aditiva ou de ensablagem, nem considerar eruditos ou regulares os determinados por pré-desenho. (Ibid., p.17)

O maior problema em torno dos assentamentos e da arquitetura popular é a falta de reconhecimento de seu valor artístico. Quando se lhe atribui uma qualidade, ela vem de sua instância histórica, da excepcionalidade ou da monumentalidade. No anteprojeto para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, SPHAN - hoje IPHAN - elaborado por Mário de Andrade ,em 1936, a pedido do Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, é apresentada a seguinte definição de arte popular:

(...) Monumentos: Há certas ora de arte arquitetônica, escultórica, pictórica que, sob o ponto de vista da arte pura, não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam a autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico(...), ou porque se passaram nelas fatos significativos de nossa história (...)

ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade (...) devem ser conservados tais como estão ou recompostos na sua imagem "histórica". (...) Devem pela mesma qualidade "histórica" ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. (Andrade, M. Anteprojeto para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional. In: Cavalcanti, Lauro (org.), 2000, p.40)

Embora, a inédita preocupação com o popular, essa mentalidade permaneceu por várias décadas e impregnou os meios acadêmicos. Ainda hoje, se consideram fundamentais a autoria e a erudição para o reconhecimento do valor artístico da arquitetura. Os primeiros trabalhos de pesquisa e inventário da arquitetura luso-brasileira foram realizados a partir de 1937, quando da fundação do mencionado SPHAN, e publicados na *Revista do Patrimônio*. Eles enquadram-se no referido projeto de construção da identidade nacional, impulsionado pelos intelectuais modernos. Entre eles destacam-se os estudos temáticos e/ou por regiões, realizados por Lucio Costa, Luis Saia, Gilberto Freire, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros. Lúcio Costa, em um breve ensaio titulado *Documentação necessária*, publicado em 1937, no primeiro número da *Revista* e re-editado por Cavalcanti (2000, p.185-194), apresenta, de maneira delicada e profunda, um relato da evolução técnica e espacial da arquitetura luso-brasileira, destacando o valor da arquitetura dita *popular* como o saber habitar de um povo. Observe-se que a valoração do *popular*, em Costa, antecede, em 27 anos, o divulgado catálogo *Architecture without architects* (1964), que consagrou Rudofsky como pioneiro dos estudos da arquitetura vernácula. Costa refere-se aos conceitos de erudito e popular, cunhados por Mario de Andrade, para distinguir da arte do povo, *a sabida* e insiste sobre a importância de seu estudo sistemático para recuperar a *boa tradição* como parte do projeto da modernidade. O enfoque inicial dos intelectuais foi contemplar o fazer popular, porém adverte Weimer:

Aos poucos, a instituição mudou de orientação: eventuais obras de caráter popular consideradas relevantes foram travestidas de eruditas para que pudessem ser levadas a passarelas palacianas. Esse é o caso típico da arquitetura do ciclo mineiro, quando mestres portugueses de formação artesanal foram qualificados como arquitetos eruditos na medida em que só passaram a ser valoradas suas obras de destaque, em especial as construções religiosas. (2005, p. XXXVI- XXXVII)

1.3 Revisão de conceitos quanto a formas de análise

1.3.1 Análises morfológicas e tipológicas

Análise morfológica e tipológica são estudos diferentes, porém complementares: a morfológica trata sobre a forma urbana e a tipológica sobre a identificação dos tipos como elementos essenciais na estruturação da cidade. Ambas procuram identificar as permanências e mutações, bem como os processos que definem o lugar como um espaço caracterizado culturalmente.

A análise da morfologia urbana não é objeto de estudo exclusivo de urbanistas e arquitetos. Os primeiros estudos foram realizados por historiadores da arte e geógrafos. Seguiram-se aproximações desde os âmbitos da sociologia, da história e da economia. Na década de 1960, dentro da revisão crítica do Movimento Moderno, elas consolidaram-se como um campo de reflexão da teoria da arquitetura. Capel (2002) apresenta uma síntese dessa trajetória desde as diferentes disciplinas.

Os pioneiros foram os historiadores da arte que, preocupados pela velocidade das transformações nas grandes capitais, iniciaram os estudos sobre morfologia urbana. Esse interesse incidiu e alimentou a discussão em torno da definição e da conservação do patrimônio urbano e arquitetônico. Destacam-se os trabalhos de Eugène Henard (1903) sobre a forma de Paris e de Marcel Poete -1866/1950 (1907) sobre a arte urbana. Por outra parte, na Alemanha, os geógrafos desde uma aproximação qualitativa, estabeleceram o conceito de *paisagem cultural*. O primeiro em utilizar o termo foi Otto Schlüter (Capel, 2002) Nessa perspectiva, Passarge estudou as paisagens regionais, Geisler classificou as cidades alemãs pelo tipo de implantação e Hassinger catalogou as edificações de Viena. Na França, Jean Brunhes publicou *Geographie Humaine* (1912) e estudou os elementos visíveis da paisagem. Na Inglaterra, Robert Dickinson escreveu *Morfologia da Cidade Ocidental*, publicada depois da II Guerra; a obra apresenta um estudo da configuração das cidades, considerando sua origem, crescimento e função. Na Espanha, Leoncio Urabayen realizou, em 1925, uma análise morfológica dos povoados da província de Pamplona. Nos

Estados Unidos, predominou a tendência paisagista de Carl Sauer – 1889-1975, *The Morphology of Landscape* (1925), que foi desenvolvida por seus discípulos na Universidade de Berkley. Dan Stanislawsky (1946) realizou o estudo pioneiro sobre a origem e a difusão dos traçados ortogonais, o qual despertou o interesse sobre o tema e, segundo Gasparini (1991, p.15), daí em diante, *não tem nada novo que se acrescentar*. Desde o âmbito disciplinar da Economia, o trabalho pioneiro de Joseph Schumpeter (1883-1950) estabeleceu a relação entre desenvolvimento urbano, migrações e ciclos econômicos. Ele observou que o aumento de construção residencial, numa região ou país, correspondia à diminuição em outro. Trabalho similar foi desenvolvido por José Álvaro Ferreira da Silva que analisou a incidência do capital acumulado pelos imigrantes do Brasil, em Lisboa, na década de 1920.

No Brasil, o conceito de paisagem, como uma geografia culturalmente modificada e como um processo social além de uma construção estética, foi introduzido por Gilberto Freyre. Conforme Pesavento (2006, p. 201), em *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1936, o sociólogo definiu a paisagem do Brasil colônia, como o espaço produzido pelo patriarcado rural. A autora comenta que, embora não esteja definido formalmente, o sociólogo introduziu o termo *paisagem social*, para analisar as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais acontecidas durante os séculos XVIII e XIX, associadas ao declínio do patriarcado rural e produzidas por mutações gradativas, tensões e ajustes, permanências e rupturas. Nos textos sobre o sobrado no Rio Grande do Sul (1942; 1946), Freyre apresentou o termo *paisagem cultural* associado à arquitetura e colocou o sobrado como uma invariante e como um denominador comum da paisagem luso-brasileira. A conceituação da arquitetura como elemento de configuração da paisagem foi tomada dos geógrafos alemães e franceses, entre os quais Freyre cita Meitzen, *Siedlung und Agraresen* (1895); Foville, *Les Maison Types* (1899) e Schultez-Naumburg, *Gestaltung der Landschaft durch den Menschen* (1923), autores centrados no estudo da casa e de sua relação com a paisagem.

A partir da década de 1960, conforme Capel (2002), definiram-se três tendências dentro da geografia. A primeira, a-histórica baseia-se em aspectos estatísticos e

quantitativos. A segunda centra-se na aplicação da teoria de grafos à trama viária, considerando esta como uma rede topológica. A terceira, seguindo os caminhos tradicionais das aproximações qualitativas e/ou valorizando os subsídios históricos, considera as formas urbanas como *produtos sociais*. Neste terceiro grupo, destacam-se: Michael Conzen, geógrafo alemão que realizou, na Inglaterra, um estudo sobre o núcleo de Alnwick, considerado modelo de análise pela fundamentação histórica e pela proposta metodológica e Harold Carter, cujo manual, *The Study of Urban Geography* (1972), propõe uma classificação de traçados urbanos pelo padrão geométrico: regulares, irregulares radiocêntricos e quadrículas.

Desde o âmbito da história, segundo Capel (2002), intelectuais como Henri Lefebvre – 1901/1991 e arquitetos que participaram na revista *Espaces et Sociétés*, junto com historiadores sob a influência do estruturalismo, como Jean Castells e Fernando Braudell, conceituaram o espaço como *produto social*, ao contrário dos geógrafos que definiam a sociedade como um produto espacial e o meio físico como espaço humanizado. Para Lefebvre, o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais que se condicionam mutuamente (apud Villaça, 1998). Em *Civilisation Materielle et Capitalisme* (1967), Braudell afirma que a forma urbana tem durabilidade porque existem elementos permanentes inatingíveis pelas mudanças do sistema. Por influência da filosofia marxista, os arquitetos acreditavam que o correto exercício do urbanismo dependia do conhecimento das causas econômicas, sociais e políticas que motivaram o desenvolvimento, tanto as estruturais (desequilíbrios regionais, movimentos migratórios, industrialização) como as indiretas (mercado do solo, políticas de fomento, etc.), ou seja, era necessário conhecer a estrutura social para entender e atuar na forma espacial.

A abordagem qualitativa da geografia delineou duas tendências no âmbito disciplinar do urbanismo: por um lado, relacionando a forma urbana com a percepção e, por outro, a partir da conceituação das formas urbanas como produtos sociais. No primeiro grupo, o autor mais divulgado é Kevin Lynch. Em *A imagem da Cidade* (1997), obra com maior repercussão metodológica, publicada em 1960, propõe ler os elementos urbanos por sua capacidade de orientação e de reconhecimento. Para analisar a cidade como uma unidade, ele estabelece o conceito de *imagem ambiental*. A imagem urbana, para Lynch, é

definida a partir da identidade, da estrutura e do significado e os elementos físicos que a estruturam são: os limites, as vias, os bairros, os nós e os marcos. Mais que um sistema de classificação, ele enumera os elementos da configuração da forma urbana. Em outro trabalho, Lynch (1985) propõe classificar os assentamentos urbanos de acordo com sua *forma*: estrela; satélite; linear; grelha; rede axial barroca. Estas categorias descrevem tipos de malhas urbanas associadas a períodos históricos.

Pierre Lavedan -1885/1982 - teve ampla influência. Discípulo de Poete, foi diretor na década de 1940, da *École des Hautes Etudes Urbaines*, centro de pesquisa de caráter multidisciplinar, fundado, em 1919, por Poete e, posteriormente, integrado à Universidade da Sorbone. Em *Geographie des Villes* (1959), Lavedan estabelece a diferença entre *situação* e *sítio* para o entendimento dos processos de conformação de redes urbanas. A *situação* determina as possibilidades de estabelecer relações com o território. É um conceito dinâmico, na medida em que as funções do assentamento dentro da rede urbana podem ser modificadas ao longo do tempo, principalmente pela implantação de rotas de transporte e de atividades econômicas com capacidade de interferir nas relações de proximidade, distância, dependência, etc. O *sítio* refere-se ao local específico da implantação de um assentamento e a características como clima, solo, relevo, fontes de água, etc. Situação é um conceito histórico, enquanto sítio é uma definição geográfica.

Saverio Muratori -1910/1973 - recolheu os conceitos de Lavedan nos estudos sobre as cidades históricas e no trabalho sobre a evolução urbana de Veneza, *Studi per una Operante Storia di Venezia*. Muratori (1960) estabelece o *tipo* como categoria interpretativa dos fatos urbanos. Sua obra teve ampla divulgação entre seus discípulos: Aldo Rossi, Giorgio Grassi, Carlo Aymonino, Gianfranco Caniggia, Massimo Scolari, entre os mais representativos, cujas pesquisas sobre a evolução das cidades pré-industriais na Itália, realizadas na década de 1960, introduziram definitivamente a análise da forma urbana no campo disciplinar de arquitetura e urbanismo.

A contribuição dos italianos tem exercido ampla influência e boa parte dos princípios e métodos propostos tem validade no estudo da cidade como preexistência. No

contexto ibérico, essa influência penetrou no meio acadêmico através de professores como Antonio Bonnet Correa e Iganacio de Sola i Morales, na Espanha; Jorge Enrique Hardoy e Ramon Gutierrez, na Argentina; Nestor Goulart Reis Filho, no Brasil, entre os mais destacados. Reis Filho (1968) utilizou os conceitos de Lavedan para o estudo da evolução das cidades no Brasil Colonial.

Muratori apresentou os conceitos de tipologia e morfologia sistematizados e como elementos inseparáveis e interpretativos da evolução da cidade. Porém, segundo Linazaroso (1978, p.14), na análise de Muratori, problemas estruturais como a estrutura fundiária não são devidamente aprofundados e há implícita uma tendência a interpretar os fenômenos de forma evolucionista, pretendendo-se a existência de certa potencialidade formal nos processos de desenvolvimento urbano:

O valor de um organismo urbano se encontra somente em sua dimensão histórica, porque na sua intrínseca continuidade, sua realidade cresce com o tempo e se atualiza somente como reação e desenvolvimento conseqüente das condições colocadas desde seu passado. (Muratori, Studi per una operante storia urbana di Venezia. Roma, 1960, apud. Linazaroso, 1978, p. 14)

Argán (2001), no ensaio de 1962, titulado *Sobre o Conceito de Tipologia Arquitetônica*, define o tipo como uma abstração, um instrumento de projeto ligado à história e também um instrumento de análise:

È fácil estabelecer uma analogia entre a tipologia da arquitetura e a iconografia: a tipologia, do mesmo modo que a iconografia da arte figurativa, constitui um fator certamente não determinante, mas sempre presente, de modo mais ou menos manifesto, no processo artístico (Ibid., p.65)

O autor também diferencia, entre os tipos arquitetônicos, três (3) grandes categorias: *as configurações internas dos edifícios, os elementos construtivos e os elementos decorativos* (ibid., p.67).

Rossi e Grassi utilizam os conceitos de tipologia e morfologia estabelecidos por Muratori e acrescentam o princípio de descontinuidade, evidenciado pela setorização ou delimitação de áreas de estudo. Ao contrário de Muratori, não propõem uma unidade histórica e comprovam, na própria dimensão artística dos elementos urbanos, sua capacidade de resolução de certos problemas. Daí que referenciam suas teses a edifícios e cidades concretas. (Linazaroso, 1978, p.15) A tipologia, segundo Rossi (1969), é o

elemento característico de um lugar e uma cultura, uma constante histórica, porém dinâmica. Visando à construção da memória, propõe um método de projeto denominado *arquitetura análoga* (Rossi, 1977), que pretende recuperar os tipos, como formas essenciais e irredutíveis da arquitetura e, portanto, de sua história, renunciando a mediar entre estrutura formal – tipologia - e a aparência figurativa – morfologia-. Para a leitura da cidade, Rossi (1969) estabelece o conceito de *elemento primário*, que é o edifício individual e singular, de caráter coletivo e monumental, que tem a capacidade de estruturar um setor homogêneo da cidade.

Aymonino esclarece a relação entre tipologia edilícia e morfologia urbana. No estudo sobre a cidade de Pádua, publicado inicialmente em 1970, encontra-se o texto *El estudio de los fenómenos urbanos* (Ayminino, 1997), o qual demonstra que (...) *a relação tipo edifício – forma urbana não é nem por principio, nem menos de fato constante.* (1997, p. 84). É uma relação que pode ser dialética, inversa e/ou não correspondente. Alguns tipos edifícios, por vezes, podem ser determinados pela forma urbana, mas não necessariamente são derivados dela. A forma urbana é resultado de um processo contínuo, portanto difícil de sistematizar, enquanto no tipo, pelo maior grau de permanência, é possível identificar suas características constantes. Por isto, ele emprega o conceito de *fenômeno urbano* para substituir o de *forma urbana*.

Não existe portanto uma forma de cidade completa e concluída de uma vez por todas, a não ser que aconteça uma interrupção total em suas características de permanência dentro de uma continuidade histórica dada e chegar a uma classificação sistemática. Tal vez essa seja a causa de que não tenha sido precisado ainda de uma tipologia urbana, se excetuamos algumas classificações de aldeias e povoados estacionados no tempo ou alguns estúdios comparativos de um determinado período ou lugar geográfico. (Aymonino, 1997, p.83)

O tipo está formado por elementos, ou seja, partes do conjunto que podem ser isolados para a análise. Mesmo tendo individualidade, os elementos unicamente têm validade em relação ao conjunto. Conforme o autor, nas definições tipológicas, os elementos podem ser individualizados mediante dois processos distintos: *estilístico-formal* ou *organizativo-estrutural*. Ele comenta que *o primeiro é válido nos estudos sobre arquitetura como fenômeno autônomo, enquanto o segundo(...) é pertinente nos estudos sobre arquitetura como fenômeno urbano* (ibid., p. 81). O processo de modificação da

forma da cidade acontece de duas maneiras: uma interna, através de transformações parciais e substituições; outra externa, pelo crescimento e a relação com o campo. Em ambas as formas, o tipo pode influenciar na transformação morfológica, mesmo que seja só parcialmente, por sua repetição. O autor coloca, como exemplo, a passagem da Idade Média para o Renascimento, quando a casa nobre foi completamente reformulada e modificou substancialmente a cidade. O palácio patricio insere-se na cidade preexistente, ocupando vários lotes góticos, como em Florença, ou se posiciona como acréscimo, configurando novas vias, como na Strada Nuova de Genova.

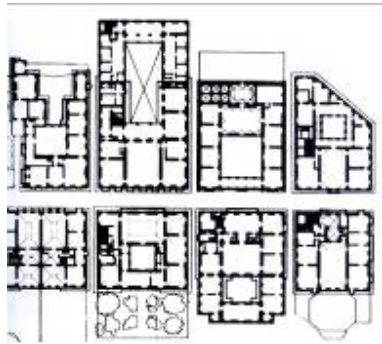


Figura 19: Genova, trecho da Strada Nuova.
 Detalhe do levantamento em nível da primeira planta.
 Fonte: Aymonino, 1997, p.99

Aymonino observa que a permanência de alguns tipos edilícios, elaborados para determinada necessidade, ao longo de um período de tempo, e associados a um grupo social, permanecem na sua estrutura específica ainda em soluções urbanas formalmente diferentes, como se verifica na implementação de algumas tipologias residenciais. O tipo edilício adapta-se às diferentes propostas urbanas, mudando superficialmente e permanecendo em sua essência.

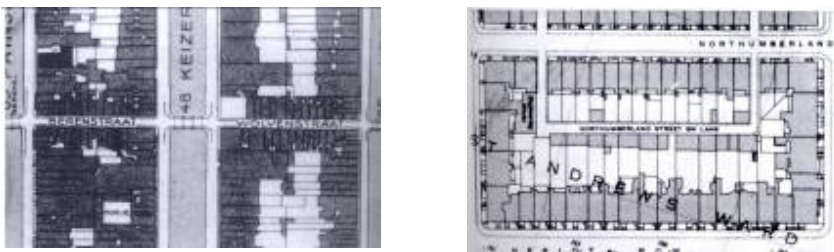


Figura 20: Loteamentos com casas em fileira em Amsterdã e Edimburgo (New Town)
 Fonte: Aymonino, 1997, p. 106.

Por exemplo, em Amsterdam, Edimburgo e Londres, as soluções urbanas acrescentam ao tipo – a casa em fileira - uma característica fundamental: sua adaptabilidade a função urbana, *que não deforma os caracteres do tipo e sim os confirma* (ibid. p. 109). Diferente de Muratori, que unifica a morfologia e a tipologia, e de Rossi, que emprega a análise tipológica como um instrumento de projeto, Aymonino elimina a finalidade operativa e a considera só como instrumento de análise, porque para ele a cidade contemporânea é um agregado edilício, diferente das formas urbanas que a precederam:

A possibilidade de estabelecer uma relação entre a tipologia edilícia e a morfologia urbana muda substancialmente na época contemporânea onde a mudança não parece estar dentro de fenômenos comparáveis senão abrir-se a hipóteses novas que partam da constatação da perda total de significado de um termo como o de forma urbana. (Aymonino, 1997, p. 139)

Caniggia, também discípulo de Muratori, centra-se na observação dos processos de formação, mudança e permanência do espaço urbano. Junto com Maffei, a partir do estudo de aglomerados tradicionais, estabelece a teoria sobre a configuração do *espaço antrópico* (1995), ou seja, do território modificado e/ou construído pelo homem que apresenta alterações temporais e diferenciações espaciais. A configuração espacial, conforme os autores, desde a construção dos edifícios até a modificação e organização do território em parcelas agrícolas, é um processo histórico no qual o tipo é o elemento essencial. Nesse sentido, espaço antrópico é um conceito semelhante ao conceito de paisagem cultural e instrumentaliza sua análise. O tipo é a base da historicidade do espaço antrópico, pois cada tipo é próprio de um momento e de um lugar determinado, ou seja, de uma cultura.

Examinamos vários tipos de edificação não contemporâneos numa mesma área cultural, descobrimos uma progressiva diferenciação desses, mais apreciável entre tipos distantes no tempo e menos visível se forem lidos em intervalos próximos. (...) os “produtos edificados” numa área cultural apresentam diferenças com os produtos análogos de outra área – tais diferenças crescem gradualmente na distância puramente métrica e segundo as delimitações espaciais impostas fase trás fase em cada cultura. (Ibid., p. 32)

A configuração do espaço antrópico é uma obra coletiva na qual atuam dois processos que os autores definem de *consciência espontânea* e *consciência crítica*. A consciência espontânea é própria dos períodos de continuidade, é a adaptação de uma forma herdada e transmissível pela memória, uma compreensão imediata e sintética do que deve ser feito de acordo com a cultura espacial de uma região, em determinado momento. A consciência crítica é a reflexão e a eleição do que deve ser feito, atitude própria dos momentos de crise cultural. No entender da pesquisadora, a consciência espontânea

associa-se ao saber popular e a consciência crítica, ao conhecimento erudito. Segundo os autores, a configuração do espaço antrópico é gradual, uma sucessão de fases sistemáticas, cada uma com sua própria forma de associação de elementos: edifícios; estruturas (aglomerações de edifícios); sistemas (núcleos); organismos (território). O processo pode derivar em progressiva complexidade como em formulações elementares. Nessa ordem gradual, *o tipo é para o edifício o que o tecido [tipo de malha] é para a aglomeração* (ibid., p. 80), podendo ou não existir relação entre a evolução do tipo e a do tecido. A unidade mínima do assentamento é a parcela e o percurso ou trajeto é o princípio ordenador. A formação do percurso entre polos ou atratores conforma uma *faixa*, o que equivale à ocupação de uma quadra. Portanto (...) *o módulo da gênese e do desenvolvimento da aglomeração é o percurso edificado e não o quarteirão* (ibid., p. 90). Os autores denominam os percursos que iniciaram o processo de percursos *matrizes* e os que relacionam, de *percursos de união*. Sobre a relação das partes com o todo, elas adquirem sua identidade em função de sua situação - cêntrica ou periférica - e da hierarquia dos percursos urbanos que se estabelecem. Existe, portanto, uma lógica ancestral de posicionamentos e arranjos espaciais convenientes ao *programa*:

Dependendo de seu posicionamento, cada edifício, rua, espaço livre, adquire sua identidade e sua estruturação específica é intrinsecamente histórica em quanto está sujeita a mudanças de papel sofridos ao variar o espaço construído no tempo (ibid., p. 121).

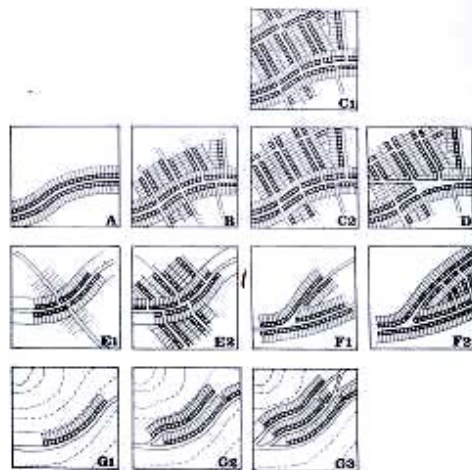


Figura 21: Esquemas do processo de formação dos assentamentos espontâneos: A- edificação em percurso matriz; B- edificação em percursos de implantação de edificação; C1- edificação em percurso de união entre dois percursos de implantação; C2- formação de percurso de união; D- percursos de re-estruturação; E1 e E2 - edificação no caso de interseção; F1 e F2 - edificação em bifurcação do percurso matriz ; G1, G2 e G3 - edificação em percurso matriz, em terreno inclinado. Fonte: Caniggia; Maffei, 1995, p.88.

O método de análise de Caniggia e Maffei, - do prédio ao território - parte da unidade para entender o sistema. Ele é apropriado para o conhecimento da formação e do desenvolvimento dos assentamentos espontâneos, onde não houve ou não se conhece um plano urbano prévio. Destaque-se que, quando houve uma atividade planejadora global ou um plano prévio, é mais conveniente inverter o processo de análise, a partir do geral ao particular, ou seja, desde a implantação da malha até o prédio.

Sola i Morales (1971, apud Capel, 2000) propõe uma teoria adequada para a análise de formas planejadas como espontâneas, na medida em que define as formas urbanas como produto das diferentes combinações de elementos e processos. Os elementos são os tipos edificatórios, o parcelamento, as ruas e a infraestrutura. Os processos são os mecanismos de atuação, a propriedade, a construção, o uso e a transformação ao longo do tempo. As diversas possibilidades de combinação de elementos e processos geram tipos reconhecíveis como os *ensanches*, as casas em fileira, a urbanização marginal, a cidade jardim, etc.

1.3.2 Classificação tipo-morfológica dos assentamentos

O assunto da classificação morfológica dos assentamentos urbanos habitados, conforme Aymonino (1977), é praticamente impossível pelo caráter mutável e pelas diversas formas de relação das estruturas urbanas com as tipologias edilícias. Autores como Collin Rowe (1999) veem a cidade como um *collage*, de diferentes fragmentos e tipos que tentam se acomodar num espaço urbano liberado de todos os cânones. Richard Sennet (1990) também afirma que a cidade contemporânea perdeu toda capacidade de intelegibilidade pela padronização e monotonia presentes na *cidade neutral*. Porém, no entender da pesquisadora, efetuando cortes espaciais e temporais precisos, a classificação tipo-morfológica, considerando a indissolubilidade entre tipo e forma, pode ser um instrumento de análise para descrever uma cultura espacial, através do estudo comparativo de assentamentos associados a determinado processo histórico, num contexto geográfico delimitado.

Os métodos de classificação dos aglomerados são tão variados como suas formas. Nas obras mais divulgadas, apresentam-se grandes categorias de análise: pela forma da

malha, o que remete à geometria; pela implantação, o que remete à geografia; pela origem e pelo período cronológico mais representativo, o que remete à história; pela função primordial, o que remete à economia. Estas categorias, no entanto, sempre se entrecruzam, são interdependentes e unicamente separáveis em nível analítico. Na continuação, destacam-se as propostas metodológicas que serviram de base a este trabalho.

Classificação pelo sítio

Mazzoli-Guintard (2000), em seu estudo sobre as cidades do Al-andalus, na península ibérica, estabelecidas pelos muçulmanos entre os séculos VIII e XV, propõe a classificação em função das variantes de implantação. Segundo a autora, a configuração essencial do assentamento deriva da escolha do sítio. Ela distingue cinco tipos.



Figura 22: Configurações urbanas das cidades de Al-andalus: cidade em península, em acrópolis, em colina, plana com cinturão de água e cidade ponte.
Fonte: Mazzoli-Guintard (2000), p. 452 -453.

Classificação cronológica

No estudo da evolução da cidade colonial brasileira e da conformação da rede urbana, Reis Filho (1968) estabelece dois sistemas de categorias entrelaçadas, para determinar as mudanças qualitativas (mais que quantitativas), na configuração do espaço urbano. O primeiro e mais relevante é o cronológico, que delimita etapas em função de fatos históricos, com capacidade de induzir mudanças socioeconômicas e espaciais. São elas:

- Início: até 1532, com o regime das Capitanias, corresponde à fundação dos primeiros assentamentos litorâneos;
- Fase de expansão: até 1650, quando se iniciou a centralização política e administrativa (incluindo, neste período, a dominação espanhola), coincidindo com a queda do preço internacional do açúcar;

- Fase de centralização: de 1650 até 1720, coincidindo com a Guerra dos Mascates, primeiro conflito social no Brasil, (...) *no qual uma camada social urbana tomou parte ativa (...)* (ibid. p. 26);
- De 1720 até a independência, incluindo, neste período, o programa de Novas Vilas e a administração de Pombal. O estudo dos assentamentos urbanos rio-grandenses corresponde, portanto, a esta quarta fase.

O segundo analisa os elementos da organização espacial: em nível geral, a configuração da rede urbana; em nível particular, a configuração do núcleo, a partir da situação e do sítio, com base nos conceitos de Lavedan (1959) e do traçado.

Classificação pela origem

Gutiérrez (1997), no capítulo V de *Arquitetura y Urbanismo en Iberoamérica* -cuja primeira edição é de 1984-, explica a estruturação da cidade colonial e apresenta uma classificação tipológica das cidades, de acordo com dois critérios: a origem e a forma. De acordo com a origem, houve povoados que surgiram a partir de capelas, de fazendas ou estâncias, de fortes, de *tambos* e *postas* ou entrepostos comerciais e em função das políticas de segregação, também existiram povoados diferenciados para os índios. De acordo com a forma, há cidades irregulares, cidades semi-regulares, cidades superpostas, cidades fortificadas.

Classificação pelo tipo de configuração inicial

Weimer (2005), no trabalho já referido sobre a arquitetura popular da imigração alemã, analisa, como antecedentes, a forma física dos aldeamentos de origem germânica da região centro-europeia, associados à tradição popular e, portanto, desenvolvidos gradativamente. O autor explica que, dada a diversidade formal, os pesquisadores alemães sistematizaram as configurações iniciais e estabeleceram uma terminologia própria. A unidade básica é parcela com a casa, rodeada de terreno cultivável, horta e pomar, denominada *hof*. Por motivos de segurança, geralmente os *hofs* localizavam-se próximos, porém independentes. O tipo de agrupamento mais simples é o *weiler*. Quando este cresce irregularmente gera um *haufendorf*. Se o *weiler* estrutura-se ao longo de uma rua, gera o *strassendorf* ou *aldeia rua*. Quando a rua alarga-se no meio, formando um logradouro,

forma um *angerdorf* ou *aldeia âncora*. O *rundling* é um tipo de *angerdorf* em que a rua termina numa devasa ou terreno cercado, onde o gado era deixado à noite (2005, p.41-42). Weimer estuda a configuração inicial desde a unidade arquitetônica até o assentamento, da mesma forma que propõem Caniggia e Maffei (2005), e oferece um sistema de catalogação que sintetiza características do sítio com formas de arruamento.

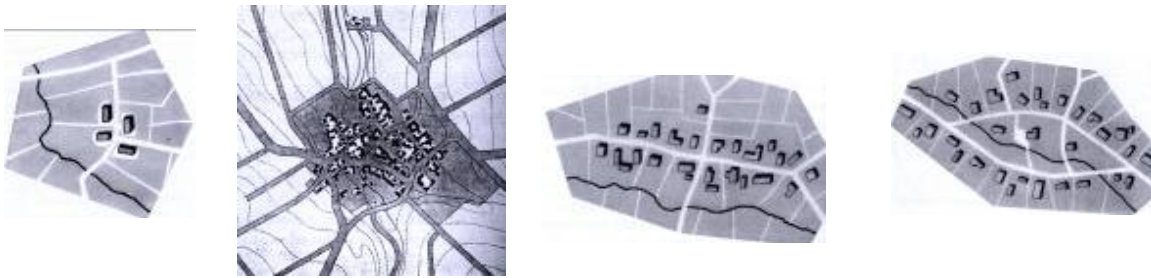


Figura 23: Esquemas de *weiler*, *haufendorf*, *strassendorf* e *angerdorf*, segundo Weimer.
 Fonte: Weimer, 2005, p. 41-42. Desenhos do autor.

Em trabalho posterior sobre a origem e evolução das cidades riograndenses, Weimer (2004) retoma esses tipos de aldeamento, associados aos diferentes grupos germânicos que habitaram a península ibérica, para analisar a tradição urbana portuguesa como antecedente das formas urbanas brasileiras e estabelece as categorias de *aldeia rua*, *aldeia ancora* e *aldeia monte*.

Classificação pelo tipo de malha

Os autores que participaram do catálogo e exposição promovida pelo CEHOPU, *La Ciudad Hispanoamericana, el Sueño de un Orden* (1989), propõem três conceitos fundamentais para o estudo da malha urbana. Primeiro, o traçado como elemento básico, sendo de três tipos: reticular, ortogonal, quadricular. Segundo, a noção de ordem, de tipo geométrico, diretamente proporcional à regularidade e inversamente proporcional à deformabilidade do traçado. Terceiro, destaca a variável dimensional como a mais representativa:

(...) as analogias do sistema viário e do tecido de parcelamento são insuficientes para estabelecer origens de umas cidades respeito a outras quando no se introduzem outras variáveis representativas como a dimensional que põe em evidência diferenças muito importantes. (García Fernández, 1989, p. 213)

Em seu trabalho de mestrado sobre a cidade colonial ibero-americana (Duran, 2003) foi proposto pela pesquisadora um sistema de classificação dos assentamentos pelas possibilidades de malha, correspondentes a padrões geométricos prefigurados. Foram identificados cinco tipos de malha onde a trama do arruamento configura quarteirões: labiríntica, radial, reticular, ortogonal e quadricula. Embora sejam o embrião de malhas, os arruamentos dentaculares não seriam considerados como malhas enquanto não formassem quarteirões. Em todos os casos, a delimitação da área urbana, a implementação dos sistemas de defesa, a forma e dimensionamento de ruas e quarteirões, o posicionamento dos edifícios públicos, a estrutura do quarteirão e a ocupação predial estão determinados pelo grau de adaptação do traçado às determinantes específicas de cada sítio. A malha labiríntica apresenta o maior grau de condicionamento ao lugar, enquanto a malha quadricular tem o maior grau de regularidade geométrica. Mostrou-se, na referida dissertação, que os assentamentos urbanos do período colonial – incluídos os luso-brasileiros – por serem *novos* são planejados, entendendo-se como planejamento o maior ou menor grau de reflexão prévia para estabelecer uma ordem formal. No processo de implantação, a malha passa por maior ou menor grau de deformação, em função das necessidades de adaptação ao local, objetivando estabelecer uma ordem espacial.

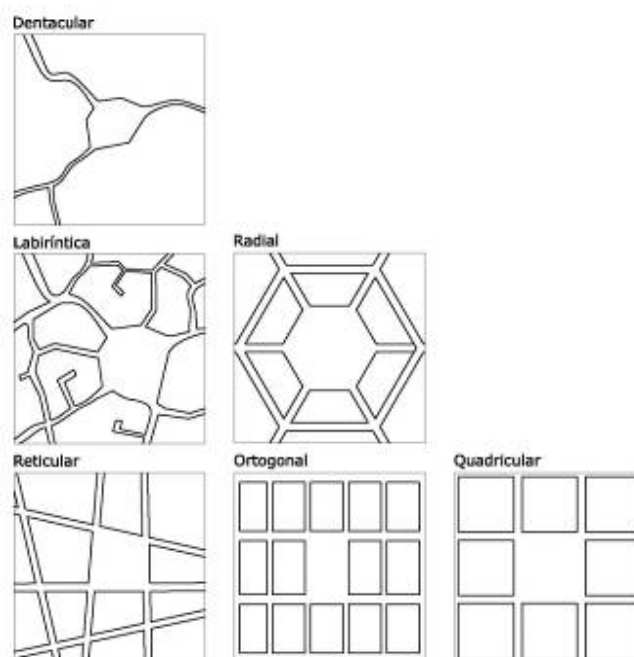


Figura 24: Traçado dentacular e malhas labiríntica, radial, reticular, ortogonal e quadricular.

Como instrumento universal e essencial do planejamento, a malha é o elemento mais estável da forma urbana. Ela define uma pauta bidimensional e permite variada gama de arranjos tridimensionais. Conforme Benévolo:

(...) na cidade colonial aquilo que se estabelece no momento de fundação não é um organismo tridimensional senão um traçado, um plano regulador em duas dimensões, que ao longo do tempo vai-se configurando tridimensionalmente. (1983, p. 488)

A malha define as categorias do espaço urbano: o público (praças, ruas e edifícios de uso comum) e o privado (quarteirões, estrutura predial, edifícios privados). A cada tipo de malha, via de regra, correspondem tipos de arruamento, forma da praça e divisão de quarteirões. As malhas ortogonais, por exemplo, são monodirecionadas, a praça é retangular, as ruas hierarquizam-se pela diferença de seção e os quarteirões dividem-se em duas fileiras de lotes. As quadriculas, por serem geometricamente as mais regulares, têm praças quadradas e apresentam uma divisão homogênea de quarteirões, em ambos os sentidos. Nem sempre, porém, a forma da malha é coincidente com os tipos intrinsecamente associados. Conclui-se que a noção de ordem relacionada com a regularidade geométrica é insuficiente para analisar o espaço urbano e que variáveis, como a topológica, a dimensional, a situacional, as formas de articulação entre o público e o privado e a volumetria, são igualmente significativas.

1.3.3 A interpretação

O historiador Robin Evans (1978), em artigo publicado na revista *Architectural Review*, apresenta um estudo comparativo de tipologias domésticas, a partir da comparação de duas casas renascentistas, uma na Itália e outra na Inglaterra. Através da leitura das plantas arquitetônicas, da iconografia e de textos da época, o autor conclui que as diferenças comportamentais ficam plasmadas na estruturação da planta e que as necessidades geradas por uma cultura ou um modo de vida modificam os padrões tipológicos. Embora este trabalho corresponda a uma escala arquitetônica, ele é um valioso instrumento metodológico para descrever uma cultura urbana:

Se algo é descrito por uma planta arquitetônica é natureza das relações humanas. (...) paredes, portas, janelas e escadas foram empregadas primeiro para dividir e logo, seletivamente para reunir o espaço habitado. (Evans ibid., p.267)

Nas últimas décadas e sobre as bases definidas pelos intelectuais que conceituaram o espaço como um produto social, tem se consolidado a tese da *arquitetura como elemento de estruturação social*. Nesse sentido, de Holanda (1985) propõe ver os edifícios e os assentamentos como estratégias – entre as várias construídas socialmente – de produção e reprodução de categorias sociais e de suas relações, ou seja, como artifícios de posicionamento social. Se o espaço determina a sociedade ou a sociedade o espaço é uma discussão improdutiva, porque o fato relevante é que existe uma relação indissolúvel entre ambos. Desta relação, se produz o que o autor denomina *prática espacial*. O autor comenta que boa parte da literatura urbanística e arquitetônica consiste em *manifestos* de como o espaço *deveria ser*, antes de estudar a lógica das alternativas existentes ou possíveis. Os estudos morfológicos – do existente – seriam, portanto, desnecessários e o fundamental seria a investigação sobre as instituições sociais. Desde esse ponto de vista, bastante empobrecedor, a organização espacial das sociedades seria uma manifestação externa dos processos institucionais. Ao contrário, de Holanda sugere que as formas espaciais *antes de serem mero reflexo de práticas outras, são em si uma prática pela qual se tornam reais relações entre pessoas, através de um repertório específico* (ibid., p.117). Explica também que as variações na estruturação espacial de qualquer instituição social (por exemplo, da família nuclear como célula básica da sociedade) *constituem uma poderosa forma de identificação e diferenciação cultural, são uma estratégia específica pela qual se materializam e se transmitem significados sociais* (ibid., p.117). A sociedade construiu-se, no espaço físico, por meio da seleção e da organização de determinados elementos de um repertório espacial. Estes não são estáticos e é frequente a presença de dois ou mais deles numa mesma organização espacial, como acontece nas sociedades estratificadas. Os distintos repertórios espaciais correspondem a várias formas de estruturação social, embora se verifiquem, às vezes, insuspeitadas semelhanças espaciais entre sociedades distantes no tempo e no espaço⁴. Isto demonstra o valor da análise espacial. Porém, sem a correspondência com a análise sociocultural, a análise espacial é insuficiente para descrever o espaço. A sedimentação, ao longo dos séculos, de estruturas espaciais significativamente distintas sugere *a lógica social intrínseca de determinadas morfologias* (ibid., p. 132). A

⁴ Destaca o autor, a semelhança na estruturação espacial entre assentamentos pré-colombianos dos maias e cidades modernas como Brasília.

configuração espacial, como uma espécie de código, revela a especificidade de uma sociedade e de uma cultura, em parte pela maior inércia da transformação do espaço. De Holanda corrobora esta afirmação ao salientar que, ao longo da história, constata-se que é possível transformar radicalmente, num período relativamente curto de tempo, uma estrutura política, mas é impossível fazer o mesmo com um sistema de cidades (ibid., p.126). No entender da pesquisadora, daí se deduz que o *tipo* como elemento essencial da configuração espacial tem implícito um modo de vida. Esse modo de vida é caracterizado por um comportamento espacial que se viabiliza por aquele tipo, sendo tipologia e modo de vida correspondentes e simultâneos.

Como foi relatado, historiadores da arte e da arquitetura e arquitetos têm estudado as transformações do território e a cidade como preexistência, definindo o âmbito disciplinar da História do Urbanismo, sob sólidos fundamentos estabelecidos desde outras disciplinas. Diferente dos geógrafos interessados pela morfologia urbana e o território como suporte, os historiadores do urbanismo ultrapassam a análise da evolução morfológica e objetivam compreender o espaço construído como objeto expressivo, com mensagens culturais. Segundo Rossa (2002), a *História Urbana* é diferente da *História do Urbanismo*. Ambas as vertentes convergem para o mesmo objeto de reflexão, a cidade. Porém diferem, porque a primeira se propõe tratar, entre outras, da política, da economia, da sociologia e da cultura da comunidade envolvida e a segunda, obviamente dependendo da primeira, visa explicar (...) *o processo pelo qual ocorreu o desígnio, a instalação, o desenvolvimento e a permanente transformação espacial de um núcleo urbano ou de uma fracção*. (2002, p.14, 15) Da síntese desse processo, pode-se encontrar os padrões comuns, a estratégia global e as *invariantes* que conformam a cultura e a identidade espacial de uma sociedade.

1.3.4 Estrutura de análise

As seguintes referências definem uma óptica particular para abordar o trabalho:

- A paisagem cultural ou a construção do espaço antrópico, como produto de uma prática espacial;

- A prática espacial de uma sociedade como a seleção de um repertório formal, conforme a lógica intrínseca de determinadas tipologias (de Holanda, 1985);
- A História do Urbanismo como a identificação de invariantes que conformam a cultura e a identidade espacial de uma sociedade (Rossa, 2002);
- A forma urbana como a resultante da combinação de tipos e processos (Sola i Morales, 1971);
- A relação entre morfologia urbana e tipologia edilícia como uma articulação não necessariamente coincidente (Aymonino, 1997).

A estrutura de análise proposta consta de duas partes. A primeira é a descrição em termos urbanísticos dos assentamentos, desde os antecedentes até os estudos de caso. A segunda é a verificação de uma identidade cultural definida como *açorianidade* nos estudos de caso, a partir da verificação de certas condições e da presença das mesmas *invariantes* da cultura espacial dos Açores nos aglomerados coloniais sulinos.

A análise urbanística se centrará nas seguintes categorias:

- A implantação, conforme as variáveis de situação e sítio (Reis, 1968); o sítio definido pelas características topográficas e a localização lacustre, fluvial ou ao longo de uma estrada (verificou-se que não houve aglomerados marítimos);
- O processo de estruturação do espaço urbano como formas espontâneas, com menor grau de planejamento, como formas novas com planejamento global ou como a mistura de ambas as modalidades;
- A tipologia do aglomerado, segundo a formas de aldeamento inicial (Weimer, 2004), e a configuração do tipo de malha (Durán, 2003);
- A hierarquização do arruamento (Cannigia e Maffei, 2005) e a conectividade da malha com a região;
- A presença dos *elementos primários*, como edifícios com capacidade de estruturação (Rossi, 1969), verificando-se a forma da praça e o posicionamento da igreja e de outros equipamentos de uso coletivo na malha.;
- A estrutura do quarteirão e a forma do parcelamento definida pela adjacência de lotes sobre a rua, pela divisão do quarteirão em duas fileiras de lotes com frente sobre a rua

de maior hierarquia ou pela divisão do quarteirão no mesmo número de lotes, em ambos os sentidos à maneira de solares;

- O posicionamento das edificações de uso privado no lote: sobre o alinhamento e sem recuos, com recuos ou geminadas.

Sítio	Topografia	Malha	Praça	Posicionamento igreja/ praça	Arruamento	Quarteirão parcelamento	Posicionamento edif. privados
Lacustre	Plano	Dentacular	Irregular	Isolada	Irregular	Adjacentes	Sem recuo
Fluvial	Elevado	Reticular	Terreiro	Adjacente	Rua/travessa	2 fileiras	Com recuo
Estrada		Ortogonal	Quadrada	Articulação	Rua/rua	Solares	Geminado
		Quadrangular	Duas				

Figura 25: Síntese gráfica da estrutura de análise proposta

A verificação da *açorianidade* nos estudos de caso, como a existência de uma identidade espacial, se realizará pelos seguintes parâmetros:

- Urbanístico: seriam *aglomerados açorianos* os núcleos aonde os ilhéus puderam manifestar sua identidade espacial, formados após 1750 e que não tiveram no estágio inicial a interferência de um projeto elaborado por um técnico; seriam *aglomerados de influência açoriana* aqueles já existentes e que receberam grupos significativos de ilhéus ou aqueles fundados sob a base de um projeto de um técnico para assentá-los;
- Sociodemográfico: consideram-se *aglomerados açorianos* aquele cuja população branca era formada por mais do 50% de açorianos e/ou seus filhos, por ser este o grupo portador da cultura hegemônica e com maior capacidade de interferência nas decisões relativas a organização do espaço urbano; e aglomerado com influência açoriana aqueles cuja população branca era integrada por açorianos e seus descendentes em proporção de 20% a 50%. Os aglomerados com menos de 20% da população branca de origem açoriana seriam desconsiderados.
- Sociocultural: a presença ou não da capela do Império do Espírito Santo é também um parâmetro, por ser esta um importante elemento da cultura das ilhas e de estruturação física e social do espaço urbano.

2. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL-RIO-GRANDENSE

A ocupação do Rio Grande do Sul foi um processo tardio em relação às demais regiões que formavam o Brasil Colonial. Ela foi consequência de uma estratégia político-militar de delimitação de domínios e ampliação de fronteiras implementada pela Coroa Portuguesa, ao longo do século XVIII. Como é bem conhecido, pelo Tratado de Tordesilhas (1491), um meridiano localizado a 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde que, segundo a versão oficial do Portugal, passaria por Belém (Pará) e Laguna (Santa Catarina), dividiria as possessões espanholas e portuguesas. Como o tratado não especificava o ponto exato a partir do qual deveria ser feita a medida, a localização exata do meridiano sempre foi objeto de controvérsias. De fato, Portugal controlava a costa Atlântica da América do Sul e, a partir de 1512, enviou expedições de cartógrafos para reconhecimento do litoral do atual Rio Grande do Sul. Os espanhóis, por sua parte, fundaram Buenos Aires (1536), na foz do Rio Paraguai, onde desemboca no Rio da Prata, e Assunção (1537), junto ao local onde o Pilcomaio desemboca no Rio Paraguai. O Rio da Prata representava a possibilidade de acesso ao Alto Peru e ao interior do continente. A localização estratégica de Buenos Aires consolidou as rotas espanholas para comércio da produção de couros e constituiu-se em uma das alternativas para o escoamento da prata proveniente de Potosí, na Bolívia.

Durante a União Ibérica⁵ (1580-1640), os limites do Tratado de Tordesilhas perderam sua razão de ser. Entre Rio de Janeiro, Buenos Aires e Luanda (Angola) consolidam-se lucrativas relações comerciais e estes assentamentos passam a ser os principais portos do Atlântico Sul, tanto para o comércio legal como ilegal. A partir de 1640, com a separação das Coroas, o controle do pampa platino, por ser a única fronteira aberta do Brasil, tornou-se assunto prioritário para o governo lusitano. A região passou a ser motivo de conflitos que evidentemente condicionaram as políticas de seu povoamento. Nesse sentido, a ocupação territorial e a conformação das redes urbanas na região devem ser entendidas através da *teoria da fronteira*⁶ que considerava esta não como um limite entre Estados soberanos, mas como uma área livre contígua, necessitada de ocupação como garantia de domínio.

O Continente de Rio Grande de São Pedro, como era denominado o território no século XVIII, inicialmente estava sob a jurisdição da Capitania de São Paulo. Em agosto de 1738, junto com Santa Catarina, passou a formar a Capitania do Rio Grande de São Pedro, dependente do governo do Rio de Janeiro. Seu primeiro governador foi o Brigadeiro José da Silva Paes. Ele permaneceu no cargo menos de um ano por ter sido encarregado da revisão dos sistemas de defesa de Santa Catarina e Santos. Sucedeu-lhe o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho (Fortes, 1980). Em 1760, Rio Grande adquiriu autonomia, sendo o primeiro governador, nesses termos, o coronel Inácio Eloi de Madureira, sucedido, em 1764, pelo coronel José Custodio de Sá e Faria. A ocupação territorial e a estruturação da rede urbana fundamentaram-se em três ações complementares: a concessão de terras rurais; a abertura de vias de comunicação; a implantação de assentamentos urbanos.

A concessão de terras, em teoria, realizava-se por um destes três procedimentos jurídicos:

⁵ Foi o período em que Portugal e todos os seus extensos domínios passaram à administração espanhola. Em 1578, o monarca português D. Sebastião desapareceu misteriosamente numa campanha no Magreb. À continuação desencadeou-se uma discussão pela sucessão da qual saiu vencedor Felipe II de Espanha que assumiu a administração de Portugal sob o argumento de ser neto, por linha materna, de D. Manuel I.

⁶ Teoria delineada por Frederick Jackson Turner (1893) para o estudo da ocupação do oeste norte-americano e ampliada por Walter Prescott. In: Barroso, 1991, p.35.

- Concessão de *datas* de terra - eram doações provisórias feitas pelo governador de Rio de Janeiro e que tinham de ser regulamentadas, posteriormente, através da doação real. Há quem entenda que a *data* seria a doação de uma extensão de terra menor que podia variar entre um quarto de légua em quadra a três quartos de légua em quadra. No primeiro caso, a área doada seria de 272 ha;
- Concessão de *sesmarias* - constituía-se em cessões definitivas a senhores fiéis e/ou como recompensa a militares destacados, realizadas pelo Rei, com o aval do Conselho Ultramarino, com base na Provisão de 7 de agosto de 1727. Mais tarde, passou a ser feita pelo Governador Geral que, eventualmente, podia assumir o cargo de vice-rei. A máxima extensão a ser concedida deveria ser de uma por três léguas – (13.068 ha) norma que, no entanto, foi frequentemente burlada. Observe-se que a área de uma data corresponde a 2% da área de uma sesmaria, o que evidencia a desigualdade na distribuição da terra;
- Arrematação em hasta pública de terras confiscadas e devolutas.

O beneficiado com uma sesmaria obrigava-se a reservar meia légua para serventias, abrir estradas, construir pontes e formar aglomerados. Comprometia-se também a não ceder terras à pessoa eclesiástica e a preservar os paus reais, isto é, as madeiras nobres. Para estimular o povoamento, se o sesmeiro fundasse um aglomerado ficava livre de encargos junto à Fazenda Real (Kury, 1987). Na prática, o processo de concessão era muito moroso e cheio de percalços. Isto pode ser aferido pelo Levantamento de 1784, *Relação dos Moradores que tem campos e animais no Continente* (ANRJ, cód. 104; AHRS, F1198 A e B), citado por Osório (2006, p.153-170), que assim classifica as 1564 propriedades registradas: 116 sesmarias concedidas correspondentes a 7%; 30%, a datas; 22%, a terras à espera de despachos do governador; 13%, a terras por simples posse; 28%, por posse ainda não confirmada. Segundo Kury (ibid.), embora a disposição jurídica, as sesmarias nunca foram confirmadas pelo Conselho Ultramarino e ainda menos medidas e demarcadas. Esta forma de concessão continuou durante o Império, até 1850 quando foi proibida pela nova Lei de Terras.

2.1 Período 1: até 1724

O território sul-rio-grandense estava habitado por três grupos indígenas: os guaranis (caagás, guaianás, aranchanes), os gês (botocudos, bugres, caigangues, ou coroados) e os guaicurús (jaros, guerios, charruas, minuanos e tapes). Os primeiros eram sedentários; os segundos, perambulantes; os últimos, por se dedicarem principalmente à caça, apresentavam grande mobilidade em seus domínios.

A ocupação da região foi iniciada pelos espanhóis. Desde o início da conquista, a iniciativa das ordens religiosas para evangelização dos nativos foi aceita pela coroa espanhola como uma estratégia para fixar as fronteiras e conter as ameaças das outras nações colonialistas⁷. No século XVI, iniciou-se, desde Assunção, a ocupação da região de Entre Rios, ou seja, entre os rios Uruguai e Paraná, com o estabelecimento das missões religiosas, inicialmente franciscanas, que foram sendo, paulatinamente, substituídas pelas jesuíticas. A Companhia de Jesus foi fundada, nominalmente para combater o protestantismo, no entanto foi influenciada pelos protestantes e promoveu uma reforma dentro do catolicismo romano. Como uma Ordem nova e moderna, privilegiou a ação missionária nos territórios coloniais. Na região de Entre-Rios, os jesuítas idealizaram um singular sistema socioeconômico com base numa rede de aldeamentos, cada um dimensionado para uma média de 5.000 índios. Estas aldeias serviam para concentrar e doutrinar as comunidades nativas e para estabelecer unidades de produção agropecuária. A Ordem melhorou o cultivo da erva mate, que os guaranis já usavam para infusão e trouxe o gado bovino e equino que se desenvolveu extraordinariamente. Os animais espalharam-se pela região formando as vacarias. Algumas cabeças desgarradas acabaram por formar rebanhos de gado xucro, dito *chimarrão*. No território sul-rio-grandense, formaram-se as Vacarias do Mar ao sul, pelas planícies pampeanas, e as Vacarias da Serra, ao nordeste, na região compreendida entre São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha e a fronteira com Santa Catarina, fato decisivo para o futuro econômico da região.

⁷ As missões foram estabelecidas como verdadeiras fronteiras humanas. Na América do Norte, com franciscanos e dominicanos, para conter os russos pela costa pacífica e os ingleses pelo norte e pela costa atlântica; na América do Sul, atuaram os jesuítas, na região do Orinoco e no Paraguai, para conter franceses, holandeses e portugueses.

No começo do século XVII, os Jesuítas iniciaram seu trabalho de catequese a partir de Córdoba, na Argentina, e de Assunção, no Paraguai. Por esta época, ocuparam a parte setentrional da banda oriental do Rio Uruguai e ali estabeleceram os primeiros aldeamentos missioneiros. Depois, adentraram em território hoje sul-rio-grandense para estabelecer novos aldeamento nas bacias dos rios Jacuí e Taquari. Estes tiveram breve duração por conta dos ataques dos bandeirantes de São Paulo, que buscavam escravizar indígenas europeizados. A partir de 1697, os aldeamentos foram reorganizados e estabeleceram-se os chamados 30 povos, dos quais 15 estavam em território da atual Argentina; oito, no Paraguai e sete, no Rio Grande do Sul. Nesta fase, as Missões gozaram de relativo progresso. Na metade do século XVIII, houve, porém, uma guerra denominada Guaranítica que quase exterminou a população aldeada, o que provocou a expulsão da Ordem tanto pelos espanhóis (1759) como pelos portugueses (1763).



Figura 26: Planta de São Miguel elaborada em 1756
Fonte: www.icom.com.br



Figura 27: Praça e remanescentes da Igreja de São Miguel
Fonte: foto da autora, julho de 2005.

A estratégia do sistema e do programa missioneiro estava previamente definida pela Companhia de Jesus, em Roma. Em nível regional, planejava-se globalmente a integração das economias e delimitavam-se as formas de produção de cada povoado. Sob o ponto de vista arquitetônico, o aldeamento estruturava-se em torno de uma grande praça quadrada. Em um de seus lados, posicionava-se a igreja. O espaço organizava-se em áreas de trabalho e áreas residenciais e não existia uma clara divisão entre público e privado. Tampouco havia quarteirões com lotes de propriedade individual, as edificações domésticas eram

coletivas. A arquitetura missioneira foi o resultado da confluência de diversas culturas. Entre os elementos eruditos trazidos pelos padres da Ordem está a monumentalidade da avenida de acesso à praça central, a ortogonalidade dos eixos de estruturação, a linguagem barroca das igrejas, as técnicas para utilização da pedra, do tijolo e do cal. As contribuições guaranis foram alguns elementos do programa tomados da vida indígena comunitária, como as construções coletivas, o zoneamento da população conforme sua origem tribal, as hortas e áreas de cultivo e algumas técnicas construtivas, utilizando materiais locais. As casas femininas de iniciação de puberdade foram transformadas em *cotiguaçú* e passaram a ser uma casa para recolhimento das viúvas e de mulheres solteiras como modo de combater o pecado da luxúria.

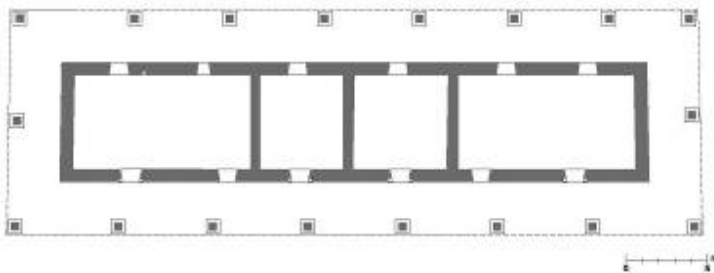


Figura 28: Planta de casa do sítio arqueológico de San Ignacio Mini (Argentina), unidade para família extensa e subdivisões para grupos monogâmicos.

Fonte: desenho da autora. 21/11/2004



Figura 29: Vista de casa em San Ignacio Mini
Fonte: foto da autora, 21/11/2004



Figura 30 : Nicho para imagem religiosa em casa de San Ignacio Mini (Argentina)
Fonte: foto da autora, 21/11/2004.

Segundo Gutierrez (2003), a definição de *urbano* nestes conjuntos arquitetônicos era bastante relativa. Além da ausência de propriedade privada da terra, expressada na parcela, e da ausência de quarteirões aos moldes europeus, desde o ponto de vista

econômico, uma das condições básicas da noção de urbanidade era a ausência de relações de troca nestes aldeamentos. Por outro lado, constituíram um programa arquitetônico inédito, que visava levar gradualmente a sociedade guarani à cultura ocidental e à monogamia. A arquitetura desempenhou papel fundamental como *condicionadora* de um comportamento dito *civilizado*. Por exemplo, as casas missioneiras eram organizadas em forma de blocos contínuos como as *maioegas* indígenas, porém divididas interiormente em compartimentos, com o intuito de fomentar a monogamia, e envolvidas por uma varanda que servia de interface com o espaço externo. Cada casa era destinada para uma família extensa, correspondendo cada compartimento a uma família nuclear.

Pelo lado dos portugueses, a partir da restauração de sua autonomia administrativa (1640), a expansão territorial ocorreu ao longo do litoral, em dois sentidos opostos e quase simultâneos: um, estendendo-se para o sul, a partir de Paranaguá, cuja fundação ocorreu em 1648 e outro, no sentido de sul a norte, a partir da Colônia de Sacramento. A comunicação marítima entre Colônia e Rio de Janeiro durava perto de 15 dias, mas era perigosa. O deslocamento pela faixa litorânea era mais viável e, aos poucos, foi-se aprimorando uma rota entre Laguna e Colônia. Segundo Macedo (1999, p. 18), em 1703, o Conde Domingos da Filgueira assinou um roteiro de viagem que tomava 60 dias. Dentro deste programa de extensão das fronteiras sulinas fundaram-se sucessivamente as vilas de São Francisco do Sul (1660), Desterro (1678) – atual Florianópolis - e Laguna (1684). Esta última foi estabelecida por paulistas comandados por Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco (...) *à sua própria custa*, (Moraes, 1959, p.71), no que seria o extremo sul do território luso-brasileiro conforme os limites de Tordesilhas, de acordo com a interpretação oficial das autoridades coloniais lusitanas. A ligação entre Laguna e Colônia de Sacramento era feita por terra, ao longo do litoral, e estava em pleno uso em 1703, segundo as pesquisas de Guilhermino César (2002).

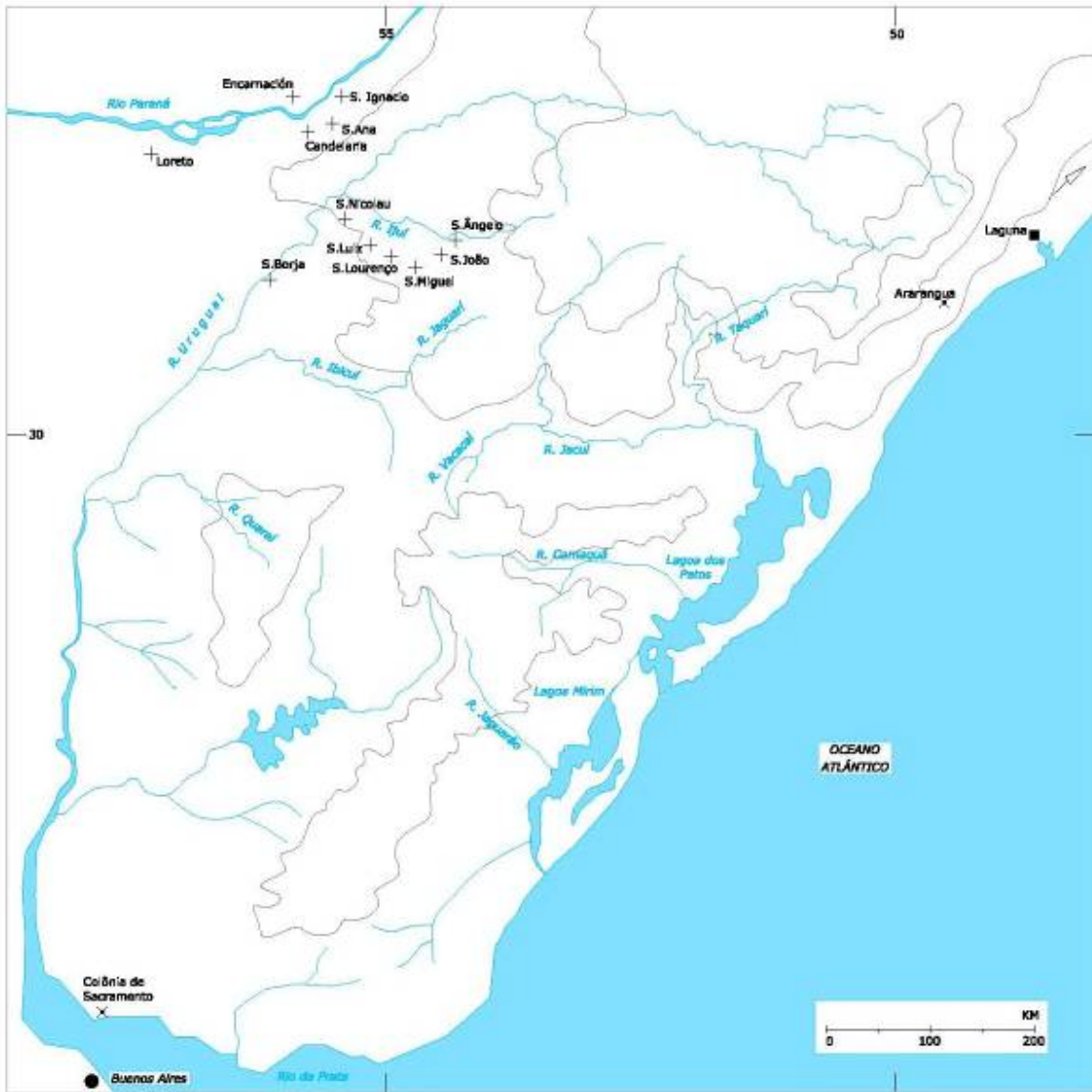
Colônia do Sacramento foi fundada a mando do Governador de Rio de Janeiro, por Pedro Lobo, em 1680, no estuário do Rio da Prata, frente a Buenos Aires. Este foi o assentamento português mais meridional na América do Sul. A Bula *Pontificis Pastoralis* de 26 de novembro de 1676, assinada por Inocêncio XI, estendia a Diocese de Rio de

Janeiro até o Rio da Prata, legitimando, em parte, a presença portuguesa na região. Colônia, como *praça* comercial e militar, tinha a finalidade de restabelecer o comércio entre o Rio de Janeiro e o Prata, que durante a União Ibérica garantiu ao Brasil o ingresso de metais nobres e de couros bovinos (Prado, 2002).

Através da Colônia de Sacramento, eram comercializados escravos africanos, tecidos e produtos manufaturados e eram exportados cavalos e cachaça para África, couros e prata para a Península. Por um lado, a complacência dos funcionários espanhóis facilitava o contrabando. Por outro, a administração central espanhola entendia que a presença portuguesa era uma ameaça ao seu monopólio, além de facultar o acesso de barcos ingleses ao Prata, uma vez que a Inglaterra era aliada de Portugal e forte concorrente comercial da Espanha. Por estes motivos, a partir de 1681, a praça de Colônia foi alvo de sucessivos ataques desferidos a partir de Buenos Aires.

A administração de Colônia foi uma experiência singular para a Coroa portuguesa. Conforme Moraes (1959), era *uma cabeça sem corpo*, pois não tinha um significativo território dependente. Embora sua estrutura física de vila, não tinha essa categoria, pois não possuía câmara nem juiz; tinha um governador o que a qualificava como uma capitania. Desde 1690, implantou-se uma política de colonização agrícola com casais de açorianos, que continuaram chegando em 1716, 1719 e 1729. Não houve, porém, distribuição de terras rurais em sesmarias e datas, como se verificou no território sul-rio-grandense (Prado, 2002). É importante destacar que a presença açoriana em Colônia de Sacramento antecedeu à de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que se processou a partir de 1747, com vistas ao programa político de ocupação do solo sul-rio-grandense, que seria levado a efeito com o Tratado de Madri (1750). Com as sucessivas invasões espanholas a esta praça, muitas famílias de açorianos migraram para a Capitania de São Pedro, em especial à nascente vila de Rio Grande.

MAPA 1
Ocupação e povoamento do território sulriograndense
Periodo 1: até 1724



+ Povos missioneiros espanhóis
— Caminho da praia

Fonte dos dados: Souza (2002); Barroso (2006).

2.2 Período 2: 1725 - 1749

Estabelecem-se o segundo e terceiro quartéis do século XVIII como segunda etapa da análise, posto que o ano de 1725 marcou o início do povoamento de Santo Antônio da Patrulha. Este período caracterizou-se por terem havido duas ocupações paralelas: a militar - em torno dos postos de avançada no sul da Capitania- e a civil - ao longo dos caminhos abertos pelos tropeiros-. Como a subsistência na região aurífera de Minas Gerais era problemática, a administração portuguesa resolveu ocupar o território do Rio Grande do Sul por haver aí rebanhos de gado que poderiam servir de base alimentar para aquela região. Por este motivo, uma expedição comandada por João de Magalhães percorreu a faixa litorânea, em 1724, desde Laguna até a barra de Rio Grande, ao longo da Lagoa dos Patos, com o fim de se informar acerca das riquezas da região. A partir de então, tropeiros, majoritariamente paulistas, percorreram a região com o fim de prear o gado xucro das vacarias. Esta atividade era tão intensa que o governo instalou um *Registro* no local da atual cidade de Torres, em 1695, para cobrar pedágio das caravanas que iam até Curitiba - vila desde 1693- e de lá, à Sorocaba, em São Paulo (dos Santos, 2006). Sorocaba foi iniciada em 1589 e teve o *status* de vila em 1599. Aí se realizava a principal feira de gado e a ela acorriam comerciantes de diversas regiões do Brasil. A partir de 1694, houve crescente aumento de população em Minas Gerais devido à extração de ouro e diamantes na região. Como ela era improdutiva no setor agrícola, houve imperiosa necessidade de trazer alimentos de outras partes da Colônia. Isto fomentou a instalação de fazendas de criação de gado no sul, para fins de produção de carne desidratada (charque) que era transportada para Sorocaba e, de lá, para as Gerais em lombo de cavalos e burros. Para que este modelo de produção pudesse ter sucesso, era necessário o fornecimento de sal e o deslocamento das tropas só se tornaria rentável se houvesse melhorias nas vias de comunicação terrestre.

Desde 1730, organizou-se a ocupação dos campos de Viamão e do rio Tramandaí, por meio de concessão de sesmarias a paulistas e lagunenses que, na maioria das vezes, formalizavam posses de fato. O professor Tupi Caldas, em 1938, elaborou uma planta interpretativa com as divisões de terras em sesmarias e com a localização dos primeiros assentamentos da região, tomando por base os documentos de concessão.

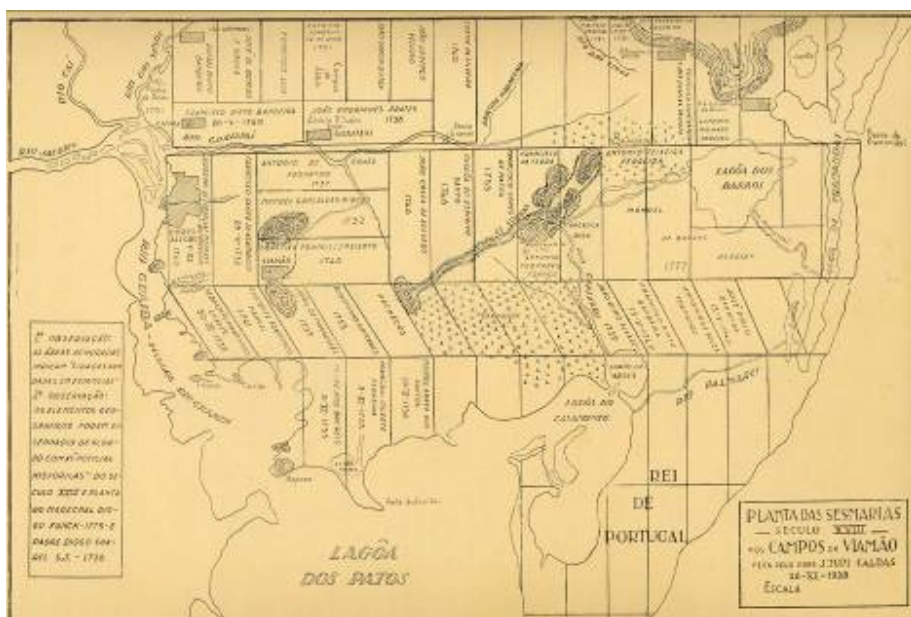


Figura 31: Planta das sesmarias dos campos de Viamão no século XVIII, segundo Tupi Caldas, 1938. Fonte: *Rio Grande do Sul, imagem da terra gaúcha*, 1942.

O relato da abertura dos caminhos entre Rio Grande e São Paulo encontra-se em Moraes (1959, p.61-87) e Barroso (2006, p.171-188). Em 1730, o sesmeiro curitibano Bartolomeu Pais de Abreu abriu um caminho composto por dois trechos que ligava a faixa litorânea a São Paulo. Esta já era conhecida e fora aberta, entre 1728 e 1730, pelo Sargento Mor Francisco de Sousa Faria. Estendia-se da Colônia de Sacramento até Morro dos Conventos, perto da Barra de Araranguá. Para ligar esta estrada a São Paulo, Pais de Abreu construiu a chamada *Estrada dos Conventos*, que subia a serra catarinense em direção a Lages e terminava em Curitiba e outra que unia Curitiba a Sorocaba. Esta rota mudou a situação de Laguna, inicialmente com um papel estratégico na comunicação com a Colônia de Sacramento, restringiu-se à exportação de peixe seco (Kury, 1987).



Figura 32: Mapa da região sul com os principais caminhos de tropeiros das áreas de criação até Sorocaba. Fonte: de Curtis, 2008, p. 164

A Estrada dos Conventos era um percurso difícil, porque passava por pantanais e trechos íngremes na subida da serra. Por isso, a administração paulista mandou abrir uma rota alternativa. Esta tarefa coube a Cristóvão Pereira de Abreu -1680/1755 , um tropeiro experiente e colaborador inestimável do Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, Conde de Sarzedas. A rota tornou-se conhecida como *Estrada Real* e também como o *Caminho do Sertão*, pois passava pelo planalto sul-rio-grandense. A abertura desta estrada foi um trabalho admirável: em 13 meses, construíram-se mais de 300 pontes e, por volta de 1734, foi entregue uma estrada que podia ser percorrida em menos de um mês (Moraes, 1959, p.72). A rota começava no sul, atravessava os campos de Viamão e subia pela Serra onde hoje se encontram São Francisco de Paula e Bom Jesus. Atravessava o Rio Pelotas no Registro de Santa Vitória, onde era pago pedágio, continuava pelo planalto até chegar a Sorocaba. Pontos de apoio na forma de pequenos assentamentos providos de capelas deram origem, entre outras, às povoações de Santo Antônio da Patrulha (1725), inicialmente chamada Guarda Velha de Viamão, pelo pedágio que aí se instalou; Nossa Senhora da Conceição do Arroio (1732) - atual Osório –; Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria (1735); Nossa Senhora da Conceição de Viamão (1740). No planalto de Paraná e Santa Catarina, destaca-se a formação de Lapa-PR (1731) e Lages-SC (1766). A este respeito um cronista espanhol escreveu, por volta de 1737, que:

[os luso-brasileiros habían establecido] *nuevas poblaciones y casas de campo con todos ganados en las distancias de los caminos, que tenían ya abierto para comunicarse con el Brasil, por donde sacaban tropas de mulas mansas y caballos para el uso en sus minas.*
(IHGB – Coleção IHGB. Lata 25. doc. 02. Apud Prado, 2002 p. 88)

Os espanhóis, insatisfeitos com estes avanços lusitanos para dentro do território que julgavam ser de seu domínio, tomaram novamente a Colônia de Sacramento entre 1735-37. O governador geral do Brasil, General Antonio Gomes Freire de Andrade -1685/1763, Conde de Bobadela, encarregou o brigadeiro José da Silva Paes -1679/1760, governador da Capitania de Santa Catarina, de promover uma ação militar contra os espanhóis, ao mesmo tempo em que deveria construir um sistema de fortificações para defender a vila de Desterro (hoje, Florianópolis). Relatam Moraes (1959) e Weimer (2004) que Silva Paes foi para o sul com o encargo de recuperar a Colônia de Sacramento, expulsar os espanhóis de Montevideu, onde haviam construído um forte , em 1726, e preparar a defesa da Barra de Rio Grande. Silva Paes construiu dois fortes. Um de pedra, ao sul da lagoa Mirim, chamado

de São Miguel (hoje em território uruguaio, a 270 km de Rio Grande). Outro de terra, denominado de Jesus, Maria e José, com a finalidade de defender a nascente vila de Rio Grande. Segundo Queiroz (1987, p. 34), o primeiro projeto de fortificação da margem sul do canal do Rio Grande – conforme plano do Conselho Ultramarino, datado de 19 de abril de 1730 - tinha sido elaborado por David Marques Pereira, em 1727, e ainda, em 1731, o Conselho Ultramarino apoiava sua construção.

Em paralelo, o Governador de São Paulo encarregou seu experiente colaborador Pereira de Abreu a prestar apoio logístico a Silva Paes. Ele organizou um grupo de 160 aventureiros, arregimentados em Santos e Laguna principalmente, que, em 1736, receberam ordens para prestar apoio na construção do forte de Jesus, Maria e José e da vila de Rio Grande. Como Silva Paes encontrou dificuldades em expulsar os espanhóis de Montevideú, só chegou a Rio Grande em inícios de 1737, quando Pereira de Abreu já havia estabelecido um arranchamento próximo à Barra de Rio Grande, onde passaria a ser construído o Presídio de Rio Grande de São Pedro. Segundo Weimer (2004), a implantação na margem sul do canal foi um erro estratégico, porque tornava o assentamento vulnerável, como iria acontecer mais tarde. Silva Paes, em carta enviada desde Rio Grande a Gomes Freire de Andrade, em 12 de abril de 1737 (Índice de Correspondência dos Governadores de Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) In: Publicações do A N. Vol VII. Citado por Laytano, 1942), comentou que havia pessoas desejosas de morar em Rio Grande, sendo a maioria de Colônia. Para viabilizar este empreendimento, sugeriu conceder-lhes ajuda como a isenção de direitos da passagem de escravos, já que a transferência de africanos implicava o pagamento de impostos (Laytano, 1942, p. 254). Tudo indica que boa parte destes migrantes eram casais de açorianos, já que os arrabaldes da Colônia de Sacramento haviam sido muito afetados pelas ações militares.

Em 11 de agosto de 1738, os territórios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram separados do Governo de São Paulo e começaram a ser denominados como Continente de São Pedro de Rio Grande. Seu primeiro governador foi o Brigadeiro José da Silva Paes, que permaneceu no cargo até 1749, ano em que retornou a Portugal. Em 1747, Rio Grande é elevado à condição de vila e capital da nova Capitania (Fortes, 1980, p.19).

MAPA 2
Ocupação e povoamento do território sulriograndense
Período 2: 1725-1749



+ Povos missionários espanhóis

● Fortificação

× Início do povoamento

▲ Freguesia

■ Vila

Fonte dos dados: Souza (2002); Barroso (2006).

2.3 Período 3: 1750-1776

Esta etapa coincidiu com o reinado de Dom José I e a administração de Sebastião Carvalho e Melo de Mendonça -1699/1782, mais conhecido pelo título nobiliárquico de Marques do Pombal. No fim do período anterior, havia sido delineado o plano de migração subsidiada de açorianos e alguns madeirenses, prevendo-se o transporte de 4.000 casais por meio da Provisão de 9 de Agosto de 1747, que *Da providencias para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil*. Os ilhéus chegavam a Santa Catarina, de onde alguns seriam levados para o Rio Grande do Sul, fato a ser concretizado após a assinatura de um tratado de fronteiras com a Espanha, o qual recebeu o nome da cidade em que foi assinado – Madri. Isto aconteceu em 1750, ano que marcou o início de uma nova fase da ocupação do território sul-rio-grandense.



Figura 33: Mapa da Casa de Toroca, Lisboa, 1726. Terras da Região do Prata sobre as quais se fez o tratado provisional de 1681, com a demarcação dos meridianos, segundo as versões portuguesa (esquerda) e espanhola (direita). Entre ambos os meridianos, a área em disputa.
Fonte: BNL. In: <http://www.purl.pt.103-1>

O Tratado foi ajustado, em Madri, sob o maior segredo, e assinado a 13 de janeiro de 1750 por D. João V, por parte de Portugal, e D. Fernando VI, pela Espanha. Segundo o documento, as partes renunciavam a todos os acordos anteriores – Tordesilhas, Lisboa, Utrecht - e aceitavam as novas disposições. Segundo Faria (2007), o acordo consagrava o princípio de *uti possidetis* e instituía a adoção dos acidentes naturais como limites. O *Mapa*

dos confins com as terras da Coroa de Espanha América Meridional, elaborado por um cartógrafo anônimo, sob a orientação do ministro conselheiro Alexandre de Gusmão – 1695/1753, conhecido como *Mapa das Cortes* (por conter no verso as assinaturas e os selos dos Ministros Plenipotenciários das duas coroas) serviu de base para as negociações. As medidas de longitude foram deformadas, estando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas para assim facilitar a aceitação do *uti possidetis*, que permitiria a integração das terras a oeste do meridiano de Tordesilhas. Os termos favoreceram as pretensões de Portugal, uma vez que reconheciam seu domínio sobre a Amazônia e as regiões centro-oeste e sul. Para Espanha, era de grande interesse obter a Colônia do Sacramento.



Figura 34: Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional. Reprodução Fundação Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/imagens7.htm>

A importância do acordo para a região sul radica em que pelo artigo 13, Portugal entregava à Espanha a Colônia de Sacramento, *e todo o território adjacente*, bem como a navegação pelo rio da Prata; pelo artigo 16, os jesuítas e os índios das Missões da margem oriental do Rio Uruguai seriam removidos para território espanhol, posto que os chamados *Sete Povos* passaram para Portugal (São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio). O artigo 22 estabelecia a demarcação dos extensos territórios do Amazonas e do Prata.

Para proceder à demarcação de limites, ambas as coroas estabeleceram comissões, no norte e no sul. Cada comissão era formada por três tropas ou partidas, integradas por engenheiros militares, cartógrafos, geógrafos, astrônomos e matemáticos, entre estes últimos alguns eram sacerdotes jesuítas. Estes técnicos constituíam a elite cultural de ambos os países. Em termos urbanísticos e arquitetônicos, o Tratado de Madri foi muito importante, porque viria a marcar a presença constante dos profissionais nos territórios coloniais. Os engenheiros militares, além de trabalhar na demarcação dos limites e na produção de cartografia, colaboravam com as administrações municipais na elaboração de planos urbanísticos, supervisão de traçados, abertura de estradas, na construção de pontes, aquedutos, calçadas, igrejas, edifícios civis e obras públicas de toda ordem. Dessa forma e por via erudita, entraria nos territórios coloniais a vanguarda do urbanismo e da arquitetura do século XVIII. Segundo Toledo (2000), na documentação oficial de 1750 sobre os técnicos nomeados pelo Rei para trabalhar nas comissões de demarcação de limites, figuram 34 especialistas dos quais somente dez eram portugueses.

Para a região do Amazonas, por parte de Portugal foi nomeado como comissário o governador de Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado -1700/1779, irmão do Marquês do Pombal. Participavam entre outros, o arquiteto mantovês Enrico Antonio Galluzzi -1720/1769, autor da fortaleza de São José de Macapá; o arquiteto Domenico Sambucetti (1746-1780), autor do plano para a Nova Marzagão; o arquiteto bolonhês Antonio Giuseppe Landi -1713/1791, a quem são devidos os edifícios civis, militares e religiosos que transformaram a fisionomia de Belém do Pará e que constam entre as primeiras realizações neoclássicas em solo brasileiro.

Para a região do Prata, foram designados como comissários o próprio governador geral do Brasil, Gomes Freire de Andrade, por Portugal, e o Marquês de Val de Lírios, ministro do Conselho das Índias, pela Espanha. As partidas da comissão portuguesa tinham as seguintes comandâncias: a primeira pelo genovês Miguel Ângelo Blasco -1701/1772; a segunda pelo tenente português José Fernandes Alpoim-1700/1765; a terceira pelo sargento sargento-mor José Custódio de Sá e Faria -1710/1792. Todos chegaram a ocupar o cargo mais alto da hierarquia militar, o de brigadeiro. Alpoim era casado com uma filha de

Gomes Freire. Junto com ele, veio seu aluno Manoel Vieira Leão -1727/1803, autor do plano de Taquari. Destacada participação tiveram os chamados Padres Matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, ambos jesuítas que trabalhavam na topografia (Piazza, 2002)

Em 1750, Pinto Alpoim construiu o Forte de Jesus Maria e José, na margem esquerda do Rio Jacuí. Provavelmente o assentamento de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo já existia, mas com a presença militar consolidou-se como porto fluvial e apoio da fortificação que demarcava o limite real da fronteira. Os guaranis, inconformados com as decisões tomadas a sua revelia e que os obrigariam a se mudarem para o lado ocidental do Uruguai, revoltaram-se e organizaram um exército para defender suas terras, tanto contra os espanhóis como contra os portugueses. Disso resultou a chamada Guerra Guaranítica - 1754/1756. Os jesuítas foram acusados de liderar o conflito e esta foi mais uma razão a se somar às já tensas relações entre a Ordem e as Coroas Ibéricas, cujo desfecho foi sua expulsão da Espanha (1765) e de Portugal (1769). Em consequência, começou um processo de dispersão dos indígenas e o sistema das missões entrou em um ciclo irreversível de decadência que levou gradativamente à sua extinção, como se observa na análise dos dados demográfico disponíveis: em 1753, os Sete Povos tinham uma população de 29.368 índios que, em 1765, havia se reduzido a 19.410, o que implica a saída e/ou perda de 44%, em apenas doze anos⁸.

Depois desta guerra, o Tratado de Madri foi denunciado e a região das missões ficou exposta a virtual abandono. O fracasso desencadeou novo acordo, assinado em 1761, e conhecido como o Tratado de El Pardo, o qual gerou novas hostilidades. Em 1801, as Missões da banda oriental do Uruguai foram conquistadas por militares sul-rio-grandense, porém, no final do século XIX, os sete povos estavam totalmente arruinados. Somente com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, em 1826, que criou a República Oriental do Uruguai, *os sete povos* passaram definitivamente ao domínio do Brasil.

⁸ Conforme o manuscrito da Coleção de Angelis, que apresenta os dados da população das missões da bacia do Uruguai do Governo de Buenos Aires -1708/1765. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, seção manuscritos, 1.8. Apud Santos, 2006, p. 103-133.

Os portugueses tinham plena consciência que a expansão e o verdadeiro controle territorial só estariam garantidos se formassem uma barreira de propriedades fundiárias, privadas, entremeadas por povoações que centralizariam a vida civil e legal e que seriam colocadas sob o resguardo de destacamentos militares. Os programas de Novas Vilas e a migração subsidiada de casais, conforme a Provisão de 1747, delineados pela Coroa Portuguesa respondiam a esse objetivo e, nesse contexto, enquadra-se a chegada dos denominados casais de número para o sul do Brasil. O número de embarcados e a sua distribuição é aproximado. Fortes (1978, p. 66) calcula que entraram por Santa Catarina 1.304 casais de número, equivalentes a 6.494 pessoas. Teriam falecido, durante a viagem ou em terra, 355 pessoas e só 278 casais, com 798 pessoas, teriam passado para o Rio Grande do Sul. Segundo Laytano (1956), entre 1748 e 1752, entraram por Santa Catarina 6.000 indivíduos, sendo que 585 casais, com 2.278 pessoas, fixaram-se no Continente.

Enquanto definiam-se os limites, já houve deslocamentos de açorianos para o sul. Os que estavam destinados ao Rio Grande do Sul, chegavam em sumacas e lanchões até a vila de Rio Grande, de onde deveriam seguir até seu destino final, o território missioneiro. O assentamento dos açorianos, como estava previsto, demorou mais de 20 anos devido às dificuldades nas comissões de demarcação dos limites, que tomavam toda a atenção da administração, e a inesperada Guerra Guaranítica. Com a denúncia do tratado firmado, o governo não pôde cumprir as promessas realizadas e os migrantes acabaram sendo, em parte, abandonados à própria sorte, do que resultaram grandes penúrias. Uma vez em Rio Grande, deviam subir pela Lagoa dos Patos e percorrer o Rio Jacuí até Rio Pardo de onde seguiriam, por terra, à região das Missões. Aqui é importante ressaltar que a Coroa Portuguesa pretendia encaminhar também para as Missões famílias lusitanas provenientes da Colônia do Sacramento (Moraes, 1959, p.82).

Em 1763, a capital do vice-reinado do Brasil foi transferida de Salvador para Rio de Janeiro, que prosperava graças ao comércio e ao escoamento da produção mineira. Esta mudança política redundaria em maior atenção da administração para a região sul. Por essa época, os espanhóis, inconformados com a expansão luso-brasileira, reagiram militarmente:

entre 1763 e 1776 o governador da Província de Buenos Aires, Pedro de Ceballos, nomeado vice-rei do Rio da Prata, com uma esquadra de 13.000 homens transportados em 116 navios, invadiu Desterro, Laguna e Rio Grande, além de tomar os fortes de São Miguel e Santa Teresa. Este fato teve importantes consequências na configuração da rede urbana sulina: a capital da Capitania teve de ser transferida para Viamão e o clima de guerra levou as famílias de açorianos a se dispersarem por estâncias e povoados já existentes, ao longo das margens da Laguna dos Patos e do Rio Jacuí. Além do traslado para assentamentos luso-brasileiros, alguns açorianos fixaram-se em assentamentos espanhóis. Relata Graebin (2006, p. 212) que, entre 1763 e 1765, 152 famílias de Rio Grande, entre elas 62 de casais açorianos⁹, foram levadas pelos espanhóis para as proximidades da praia de Maldonado, no atual Uruguai, onde fundaram a Vila de San Carlos.

O fracasso do Tratado de Madri, principalmente pela cláusula 16 (...) *modificou essa política de colonização* [com açorianos]. *Daí o estabelecimento dos casais principalmente ao longo da grande via de penetração Laguna dos Patos - Guaíba- Jacuí* (Moraes, 1959, p.83). A presença açoriana consolidou as rotas fluviais e os novos povoados. No Guaíba, surgiu, nas terras da sesmaria de Jerônimo de Ornelas, como porto de Viamão, um assentamento transitório denominado povoado de São Francisco de Porto Alegre. Ao longo do Rio Jacuí, estabeleceram-se em Santo Amaro (1752), Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1753) e Bom Jesus do Triunfo (1754) e ,subindo o Rio Taquari, os invasores das terras de Jerônimo de Ornelas foram assentados em São José de Taquari (1764).

As tropas portuguesas, quando entraram nas Missões, ao invés de expulsar os guaranis, os persuadiram a ficarem e estabelecerem-se a seu lado. Segundo Moraes (1959, p. 83), a política de Gomes Freire *inverteu a corrente natural do povoamento* (...). A bacia do Jacuí, era fértil, mas despovoada. Somente com a fixação da povoação indígena e açoriana seria consolidada a definitiva ocupação desta região o que se concretizou em poucos anos. Aproximadamente 700 famílias indígenas saíram dos Sete Povos em direção ao Rio Pardo (Neis, 1987). O momento era de grande tensão pela reação armada dos

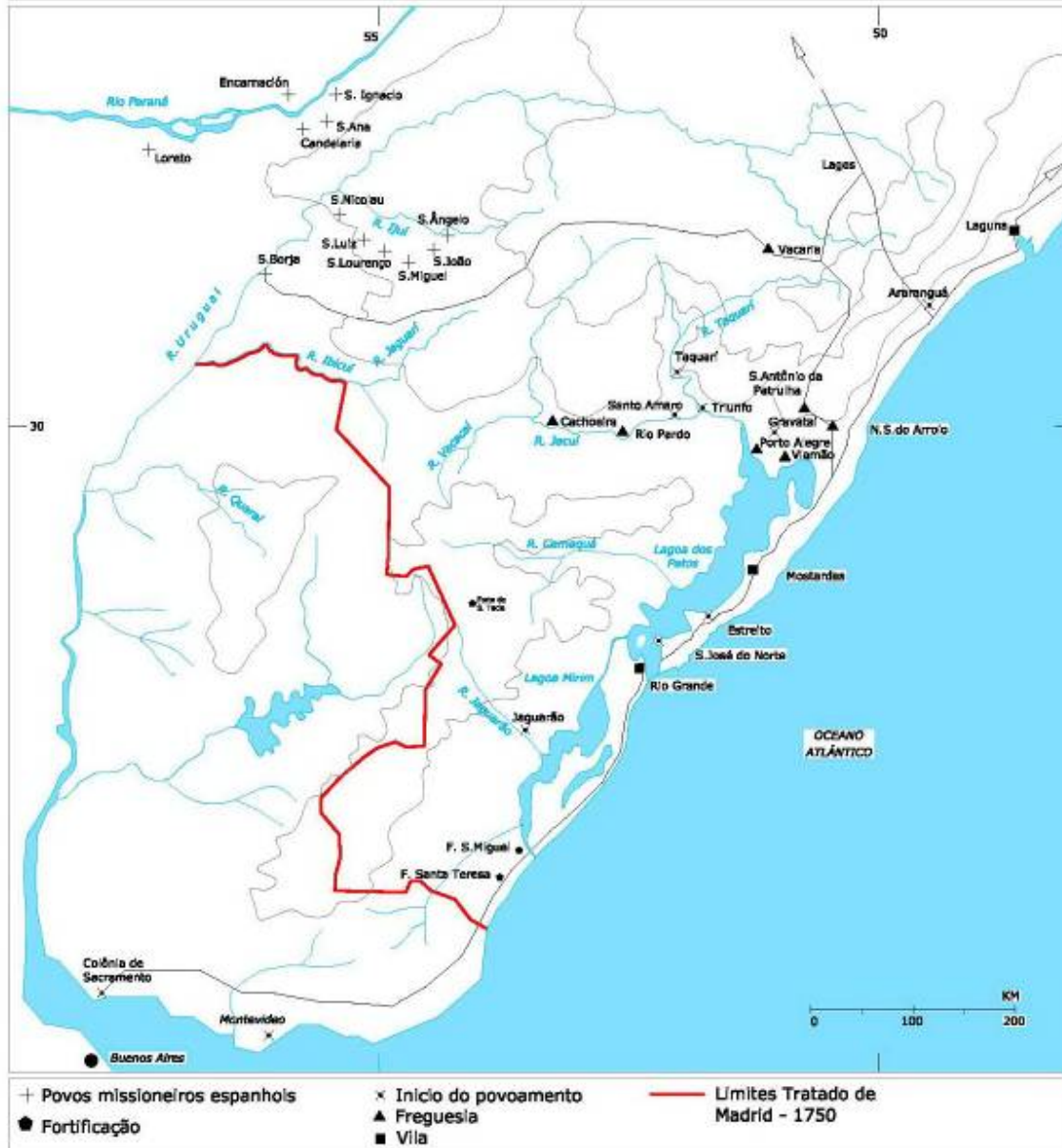
⁹ Amaral e Jaccottet (2002, p. 214-215) apresentam uma listagem de 62 famílias de açorianos. Queiroz (1987, p.118) afirma que no total foram 45 famílias, 39 de açorianos e seis de não açorianos.

guaranis; preocupava também a movimentação dos índios minuanos pelos pampas. (Torres, 2000) A solução encontrada pela coroa foi à criação de aldeias sob sua tutela, segundo a vasta experiência acumulada em todo o território brasileiro, nas quais além de inserir os indígenas ao modo de vida europeu se empregava a mão de obra nas empresas da coroa ou se alugava a estancieiros. Nesse contexto cinco aldeamentos foram estabelecidos: Nossa Senhora da Conceição do Estreito (1753); São Nicolau de Rio Pardo (1757); Aldeia da Patrulha ou Guarda Velha de Viamão (1758); Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (1762); Nossa Senhora da Cachoeira (1762) ou São Nicolau do Jacuí (Langer, 2006). Com a invasão dos espanhóis, a primeira extinguiu-se e sua área foi irregularmente ocupada pelos moradores da vila de Rio Grande de origem açoriana, que depois forçaram a criação da Freguesia de Estreito (Tagliani, 2000). As demais aldeias, por estarem mais próximas à fronteira – nesse momento em Rio Pardo –, foram extintas pois se temia pela eventual fuga dos indígenas para além do rio Uruguai e por isso seus contingentes populacionais foram transferidos, prioritariamente, para a Aldeia dos Anjos de Gravataí, que teve extraordinário desenvolvimento durante o governo de José Marcelino de Figueiredo¹⁰, chegando, em 1780, a concentrar 1890 indígenas, equivalentes ao 80,25% de seus habitantes. A administração e manutenção destes aglomerados ficava a cargo da coroa e incluía também o compromisso com a alimentação dos índios. Os primeiros anos dos aldeamentos deveram ser de penúrias ao julgar pelo expressado na correspondência de José Custodio de Sá e Faria. Em carta de 10 de janeiro de 1768 ao Vice-rei do Brasil, o governador comentava a situação de miséria que se vivia em todas as aldeias (Neis, 1987, p.72-73) Para dar sustentabilidade ao projeto, se criaram Fazendas Reais. A mais importante foi a Estância dos Povos, formada em 1771 pelo governador José Marcelino de Figueiredo no denominado Rincão de Cristóvão Pereira, terreno nas proximidades de Mostardas, com gado tomado das Missões, então em poder dos espanhóis e argumentando-se que este era dos índios. (Neis, 1987, p.82) Com o fim das aldeias a Estância foi *doada* e assim o registrou Saint Hillaire (1999, p. 49):

Essa estância foi posteriormente dada pelo Rei a Paulo Fernandes, intendente da Polícia. Conta com 12.000 cabeças de gado e é curioso notar que o título da doação reza ser ela apenas o início das recompensas que o soberano reserva ao intendente.

¹⁰ José Marcelino de Figueiredo é o nome fictício de Manoel Jorge Gomes da Sepúlveda, governador da Capitania de 1769 a 1771 e de 1773 a 1780. Militar de origem nobre, após ter problemas com a justiça peninsular, foi protegido pelo Marquês do Pombal e enviado clandestinamente a prestar serviços ao Brasil.

MAPA 3
Ocupação e povoamento do território sulriograndense
Período 3: 1750 - 1776



Fonte dos dados: Souza (2002); Barroso (2006); JOR, João Campomar. *Continente de Viamão o del Rei ao ser instalado o Senado da Câmara de Rio Grande de São Pedro. 16 de dezembro de 1751. Reconstrução histórica e cartográfica*, Departamento Estadual de Estatística, 1942. Sem escala. AHR5, M5- G2- E6.

2.4 Período 4: 1777 – 1822

A quarta etapa inicia-se com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1777), a ascensão ao trono de Dona Maria e o fim da administração do Marquês do Pombal, durando até a Proclamação da Independência (1822). Como a denúncia do Tratado de Madri não resolveu os conflitos limítrofes entre as Coroas Ibéricas, foi necessário retomar as negociações das quais resultou a assinatura de um novo tratado que recebeu o nome de Santo Idelfonso (1777). Por ele, os espanhóis abriam mão de suas pretensões sobre o domínio das vilas de Rio Grande e Laguna, em troca da posse definitiva da Colônia do Sacramento.

Para a execução deste Tratado, foram nomeadas quatro comissões mistas encarregadas de demarcar as fronteiras, desde o Chuí, no sul, até as bacias do Amazonas e Orinoco e a foz no Atlântico do rio Oiapoque, no norte. Salvo modificações na fronteira meridional, a linha divisória nos demais segmentos era a mesma do Tratado de Madri (Faria, 2007). Os integrantes da comissão do sul foram Sebastião Xavier da Veiga, Francisco João Roscio (que posteriormente foi Governador da Capitania de São Pedro), Alexandre Elói Portelli, José Saldanha, Francisco de Chagas Santos e Joaquim Félix da Fonseca, por parte portuguesa; José Varela y Ulloa, Rosendo Rico Negrón, Bernardo Lecocq, Joaquim Gundin, Diogo de Alvear y Escalera, José Maria Cabrer e André de Oyarvide, por parte espanhola. Os novos limites reduziram o domínio português na região platina. Pelos novos acordos as áreas dos atuais municípios de Jaguarão, Herval e Arroio Grande ficavam dentro dos domínios espanhóis. Para os portugueses, a divisa era o rio Jaguarão; para os espanhóis era o rio Piratini. A terra da barra compreendida entre a costa leste da Lagoa Mirim, o Atlântico, e os arroios Taim e Chuí foi definida como Campos Neutrais, uma área que não poderia ser ocupada ou urbanizada nem por Espanha nem por Portugal. Esta constituiu uma solução circunstancial que não poderia se prolongar indefinidamente e, desde logo, serviu de incentivo ao exercício do contrabando. Grande parte dos casais de açorianos que tinham ido para Maldonado, após o Tratado, solicitaram ajuda para retornar a Rio Grande. Conforme a listagem apresentada por Amaral e Jaccottet (2006, p. 225), foram 20 famílias, todas com filhos e escravos, em total 100 pessoas.

Gutierrez (1999) relata que o governo da Capitania elaborou propostas de ocupação dos territórios contíguos aos limites estabelecidos pelo Tratado, sob o argumento de apresentarem grandes potencialidades vantajosas para a nacionalidade, no caso de sua incorporação definitiva ao território. Entre as mais relevantes estão as de Francisco João Rossio (1775), Moniz Barreto (1778) e do Secretário da Junta da Fazenda Sebastião Francisco Bettamio (1778). Estas redundaram no Edital do Vicereinado de 1^o de janeiro de 1780, por meio do qual se estabeleciam a concessão e a regularização de apropriações de terras que estavam sob domínio espanhol e facultava-se ao governo conceder terras do tamanho de uma por três léguas. Novas sesmarias passaram a ser concedidas no município de Rio Pardo que, neste tempo, estendia-se até os rios Pelotas, ao norte, e o atual Uruguai, ao sul. Pelo noroeste, foram incorporadas as Missões Jesuíticas; pelo sul a ocupação estendeu-se do Arroio Grande e da margem direita do Jacuí até a confluência dos rios Quaraí e Uruguai. (Moraes, 1959, p.79). Desta forma, surgiram novos assentamentos, decorrentes de processos de migração interna, com a participação dos descendentes de açorianos: Encruzilhada (1781), Caçapava do Sul (1783), Piratini (1789), Herval (1791), Canguçu (1793), Santa Maria (1797) correspondem à segunda geração de povoados com participação de açorianos.

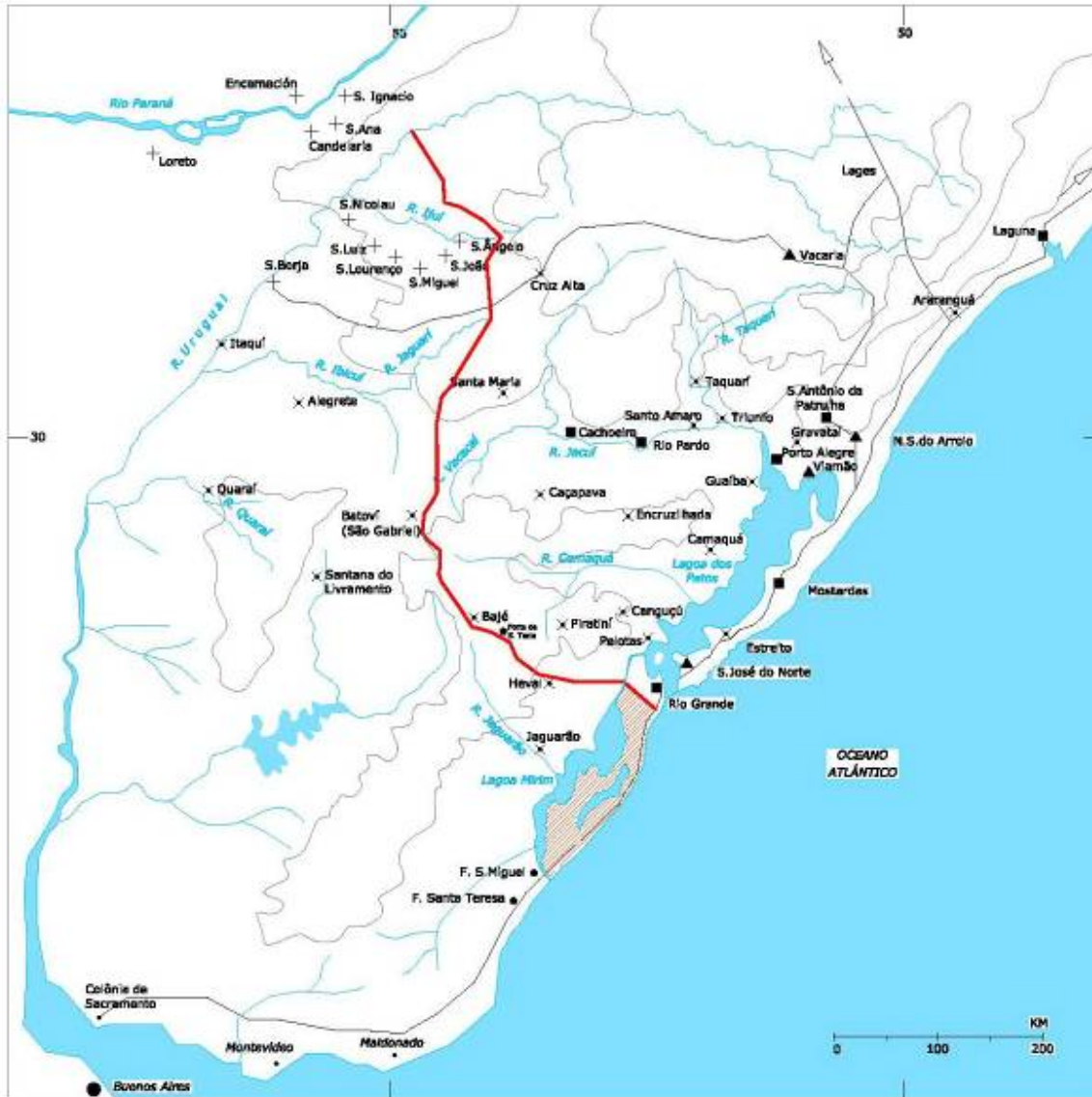
As divergências entre a Espanha e Portugal não se limitavam aos territórios coloniais. Por uma parte, a França e a Inglaterra disputavam a hegemonia internacional e envolviam Espanha e Portugal respectivamente. Por outro, a fronteira peninsular continuava em disputa. A Espanha coligada com a França pressionou Portugal a formalizar um acordo conhecido como Tratado de Badajoz, assinado nesta cidade, em 6 de junho de 1801, pelo príncipe regente D. João e por Carlos IV da Espanha. Portugal comprometia-se a fechar a Grã Bretanha todos os seus portos, incluídos os brasileiros, bem como a indenizar a Espanha pelas despesas causadas pela guerra. A Espanha reconhecia como limite o rio Guadiana e devolvia a Portugal as praças de Juromena, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena, Ouguela e Campo Maior, mais continuava com a posse de Olivença. O tratado inicial não foi aceito por Napoleão, sendo ajustado em 29 de setembro desse mesmo ano. Pelo novo acordo, Portugal sob ameaça da invasão de tropas francesas que já tinham entrado na Espanha, viu-se obrigado a ceder metade do território de Amapá à

França e a reconhecer o rio Arawari como fronteira com a Guiana. No sul, as lutas pela definição da fronteira continuaram, porque o novo acordo não ratificou o Tratado de Santo Idelfonso e Portugal permaneceu com os territórios conquistados por Voluntários.

Os conflitos na Europa tiveram consequências irreversíveis em Ultramar. Em 1807, quando a Península Ibérica foi invadida pelas tropas de Napoleão, a Corte portuguesa optou por se transladar para Rio de Janeiro e o Brasil passou a ser o centro do Reino, invertendo-se a relação centro-periferia. Quando a Corte retornou para Portugal, Dom João VI conferiu a seu filho Dom Pedro o título de Príncipe Regente, ato que se tornou decisivo para a separação de Portugal e a proclamação do Império Brasileiro (1822). Pelo lado espanhol, as lutas de independência redundaram na criação das repúblicas hispano-americanas. Em 1815, as tropas luso-brasileiras tomaram Montevideu e, entre 1821 e 1828, a província Cisplatina esteve incorporada ao Império. A Inglaterra tinha interesse em consolidar a paz na região por haver feito polpudos empréstimos, cujos retornos se tornariam problemáticos em caso de um confronto bélico. Por isso, ela intermediou uma solução negociada cujo principal resultado foi a criação da República Oriental do Uruguai como um *estado tampão* entre o Brasil e a recém independente Argentina. No território sul-rio-grandense, em 1809, foi realizada a primeira divisão administrativa municipal com quatro unidades: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Rio Grande. Até o final do período colonial, conforme o mapa titulado *Província de São Pedro de Rio Grande do Sul* de 1822 (AHRGS. M-1, R-52), surgiram novos assentamentos. No norte, aparecem registrados como povoados Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Cima da Serra e São Domingos de Torres, este último junto ao antigo registro de pedágio. Nos campos do sul, formaram-se como pontos de apoio da produção pecuária: São Sebastião de Bagé (1811), Nossa Senhora de Arroio Grande (1812), São João Baptista de Camaquá (1815), Nossa Senhora da Conceição de Alegrete (1817), Santa Ana do Livramento (1818) e São Patrício do Itaqui (1821). Jaguarão, cuja ocupação inicial é de 1752, Dom Pedrito, que era um arranchamento de contrabandistas espanhóis e a vila de Batovi, fundação espanhola, atualmente São Gabriel, terminaram ficando do lado português. No referido plano, ainda faziam parte do território brasileiro as *Terras do Arapey*. O processo de definição dos limites da fronteira sul só receberia sua forma definitiva, em 1851, quando os rios Quaraí e Jaguarão passaram a constituir os acidentes mais importantes nesta demarcação.

MAPA 4-A

Ocupação e povoamento do território sulriograndense Período 4-A: 1777-1800



- | | | |
|--------------------------------|------------------------|---|
| + Povos missionários espanhóis | × Início do povoamento | — Limites Tratado de Santo Ildefonso - 1777 |
| ● Fortificação | ▲ Freguesia | ■ Campos Neutrais |
| | ■ Vila | |

Fonte dos dados: Souza (2002); Barroso (2006).

MAPA 4-B
Ocupação e povoamento do território sulriograndense
Periodo 4-B: 1801-1851



- | | | |
|--------------------------------|------------------------|----------------------|
| + Povos missioneiros espanhóis | × Início do povoamento | Fronteira 1819 |
| ● Fortificação | ▲ Freguesia | — Fronteira 1851 |
| | ■ Vila | |

Fonte dos dados: Souza (2002)

2.5 Análise do processo

A criação de uma rede de conurbações, acompanhada da abertura de caminhos e da distribuição de terras, foi o instrumento para a consolidação do domínio territorial no sul do Brasil. Os aglomerados eram a representação simbólica e material da administração colonial e da ordem legal. Seu arranjo espacial materializava essa ordem, a hierarquia e a centralidade relativa ao campo circundante e também determinava os modos de ser coletivos. No entender da pesquisadora, parece que a ideia inicial dos espanhóis de implantar aldeamentos missionários nas áreas de fronteira foi aperfeiçoada e desenvolvida pelos portugueses, a partir da segunda metade do século XVIII, com a formação de aglomerados para imigrantes. A história comprova que o *modus operandi* da expansão territorial portuguesa deu melhores resultados que a política espanhola, que se centrou em reforçar as cidades já existentes. O fator decisivo foi o fato de a administração portuguesa ter podido contar com o apoio e a participação da sociedade civil. Segundo Saint Hillaire, por volta de 1820:

Os habitantes desta província, entre outros, tomaram parte na guerra durante um grande número de anos e quase nunca receberam soldo, e, quando lhes pagavam levavam seus animais e suas carroças. As famílias ficavam expostas a vexames e rapinagem dos chefes e subalternos. Entretanto raros são os homens que se queixam. (Saint Hillaire, 1999, p. 187)

A concessão de sesmarias não tinha um ônus para a administração pública e, ainda, garantia a defesa de um vasto território. Contribuições de estancieiros e tropeiros, como Brito Peixoto, na fundação de Laguna, e Pereira de Abreu, na abertura da trilha de Laguna a Rio Grande, foram de inestimável valor, já que eles financiavam as empresas com seu próprio capital. De outra parte, como os recursos humanos eram mínimos em relação à área do território que se pretendia anexar, a incorporação de indígenas e dos imigrantes ilhéus ao processo foi extremadamente positiva, sob o ponto de vista do domínio territorial, porque consolidou a conquista. A adaptabilidade da nascente sociedade sulina e seu desejo de estabilidade garantiram a permanência dos assentamentos urbanos. Nos termos de Moraes:

Pelos campos desertos, distende-se em alguns decênios uma sociedade expansiva e rarefeita, porém de grande capacidade de locomoção, pronta a concentrar-se em determinados sítios nas ocasiões de invasão ou de guerra. (1959, p.78):

Conforme analisa Moises Vellinho (2005), no território sul-rio-grandense não existiam maiores barreiras entre o meio rural e urbano. Os nascentes aglomerados eram *nódulos de condensação do próprio campo* (ibid., p. 142). Como o comércio era pequeno e a indústria incipiente, a estabilidade econômica dos aglomerados sustentava-se nas atividades agropastoris. Os homens influentes eram, em sua maioria, estancieiros de extração rural que moravam, intermitentemente, entre suas casas nas freguesias e nas fazendas. As relações entre a população urbana e rural caracterizavam-se por vínculos de parentesco e amizade, alimentados pelo convívio. Os moradores do campo iam aos aglomerados para assistir aos ofícios religiosos, abastecer-se de bens e visitar parentes. Por sua vez, os habitantes urbanos saíam para o campo para descansar ou para ir às canchas e assistir às carreiras de cavalos. Segundo o autor, as diferenças de ambiente e classe não perturbaram o estado de congraçamento; a intranquilidade vinha de fora, das ameaças geradas pela constante luta das fronteiras: *A necessidade comum da defesa foi o fator político que nos preservou da dispersão e da anarquia (...)* (ibid., p. 143). Ao contrário, comenta Vellinho, Argentina e Uruguai caracterizaram-se pelo contraste entre cidade e campo, *civilização e barbárie*, ordem e anarquia, de acordo com a antítese proposta por Domingo Faustino Sarmiento. Enquanto a cidade representava os interesses de uma civilização que não tinha vínculos com o interior, o campo era o lugar dos índios e mestiços (...) *postos duramente à margem do processo de aglutinação nacional* (ibid., p. 142). Esta dualidade, constante na Argentina, porém não estranha no território sul-rio-grandense, fundamentava-se nos profundos alicerces herdados de uma administração colonial extremadamente centralizada e hierarquizada, sustentada em privilégios de classe e de sangue, que viria a gerar as figuras do estancieiro caudilho – no parecer de Silva Teles (2008), uma versão sulina do coronel nordestino - e do *gaúcho*, mestiço e seminômade dos pampas. A delimitação de fronteiras e a estruturação da rede urbana viriam a formar a Capitania de Rio Grande de São Pedro, posteriormente a Província e o Estado. O *Continente*, conforme dados do censo de 1814, teria 61.465 habitantes e, em 1822, contaria com 25 núcleos urbanos, segundo a percepção da época, dos quais cinco eram vilas e 20 freguesias, sem contar os aglomerados incipientes, embriões de urbanidade ainda sem reconhecimento oficial.

3 TRADIÇÃO URBANA DA PENÍNSULA IBÉRICA

3.1 Antiguidade

3.1.1 Citânias e Feitorias

Monumentos megalíticos -menires de arenito- constituem, na paisagem, a marca da presença humana durante o neolítico (8000 – 3000 a.C), na Península Ibérica. Tartesos é o nome com que os gregos denominaram a primeira civilização do ocidente, a qual se localizou na foz do rio Guadalquivir. Ela teve língua e escrita próprias e recebeu a influência dos gregos porém, até agora se desconhece a localização de um assentamento com esse nome. No século VI a.C., ela desapareceu, provavelmente destruída por Cartago.

Os Iberos eram os povos autóctones e inicialmente ocuparam a metade sul-oriental da Península. Sua língua era falada durante a ocupação romana. Eles formaram um sistema de aldeamentos tribais conhecidos como *citânias*, que se situavam em locais de proeminente topografia. Estas eram cercadas por muralhas retas, tinham arruamentos disformes e casas de pedra com cobertura de palha. A diversidade de formas das ruas e das edificações evidencia a heterogeneidade dos grupos.

A partir do ano 900 a.C., os Celtas, indoeuropeus provenientes da Europa Central, estabeleceram-se na Galícia e na costa Cantábrica e terminaram ocupando toda a região nor-ocidental. Tinham a enorme vantagem de conhecer o trabalho com ferro e, à diferença

dos iberos, queimavam seus mortos (Saraiva, 1978, p.11-14). Seus assentamentos, denominados *oppiadas* e/ou *citânias*, localizavam-se em locais elevados. Tinham muralha e fosso, mas careciam de uma malha. As casas geralmente de planta circular localizavam-se livremente, sem formar quarteirões e sem nenhum critério que estruturasse o espaço coletivo. Frequentemente eram moradia para dirigentes e comerciantes e o povo, dedicado aos trabalhos agrícolas, habitava em aldeamentos externos, mas em caso de conflitos todos se acomodavam no recinto fortificado. Como exemplo, apresentam-se os sítios arqueológicos da Citânia de Briteiros (Localidade de São Romão, Concelho de Guimarães), abandonada no século III, provavelmente pela romanização (Cardoso,1990).



Figura 35: Briteiros. Sítio arqueológico
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/moacirdsp/2074066959>. Acesso em 04 mai 2008



Figura 36: Briteiros. Casas reconstruídas.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/moacirdsp/888285925>. Acesso em 04 mai 2008

Cidades ao norte do Douro como *Porto Cale* (Porto) e *Brigantia* (Bragança) têm origem celta. À diferença dos sítios arqueológicos anteriormente mencionados, durante a romanização foram transformados, segundo os novos padrões urbanísticos. A implantação corresponde, porém, à sua origem pré-romana.

Com a chegada dos celtas, a Península passou a ser compartilhada majoritariamente entre estes e os iberos. Juntos formaram organizações que, paulatinamente, foram configurando incipientes organizações estatais. Os romanos, mais tarde, denominaram estes povos híbridos como celtiberos. As atividades econômicas eram a agricultura e o pastoreio, complementadas pelo comércio e a mineração. Eles ocuparam boa parte da península e estabeleceram uma organização territorial sobre a base de uma rede de aldeias distantes entre si de 25 a 30 km. Estas conservaram a situação em colinas e locais elevados, protegidas por muralhas e paliçadas com um número limitado de portas. Da mesma forma

que nos aldeamentos iberos e celtas, as edificações arrumavam-se sem seguir arruamentos. Embora a ausência de praças e de critérios para estruturar o espaço coletivo, além das preocupações de caráter defensivo, em alguns casos, havia sítios de culto coletivo, situados no centro da aldeia. As casas eram ainda de planta redonda, algumas tinham alpendre adorado e já havia algumas em transição, para a planta ortogonal (Weimer, 2005). A presença de arruamentos retilíneos corresponde, em alguns casos, a etapas posteriores e pode ser influência do urbanismo grego ou da romanização (González Román, 1997). De forma geral, durante o último milênio a.C. os tipos de povoamento e de ocupação territorial já evidenciam as diferenças regionais entre o norte e o sul. Os assentamentos litorâneos e ribeirinhos apresentam maior grau de estruturação do espaço coletivo, o que pode ser indício de sociedades mais hierarquizadas, com funções econômicas com maior grau de desenvolvimento e que mantinham contatos com as culturas do Mediterrâneo ocidental.

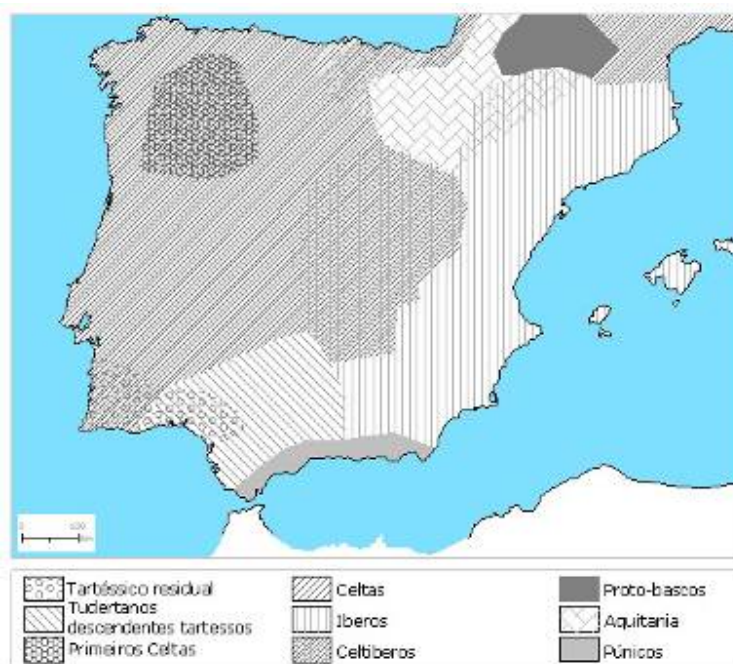


Figura 37: Península Ibérica. Localização aproximada dos povos pré-romanos por volta do 200 a. C.

Fonte dos dados: <http://www.arkeotavira.com/mapas> Acesso em 11 mai 2008.

Por volta do 800 a.C., os celtiberos estabeleceram relações comerciais com os povos do mediterrâneo. Em consequência, os Fenícios que controlavam a maior parte da bacia começaram a implantar feitorias no ocidente: nas costas do Magreb, fundaram Luxus e

Mogador e, na Península Ibérica, Gadir (atual Cádiz) estabelecida em torno do ano 1.100 a.C.; Malaka (atual Málaga) e Alicante no século VIII a.C.; Olisponia (Lisboa), no século VI a.C.; Ossobona (Faro), no século V a.C. À diferença dos aldeamentos agropecuários, as feitorias não pretendiam controlar o território circundante e sim o espaço marítimo. Eram encaves portuários em locais privilegiados e portos naturais destinados a atividades produtivas (mineração, salga de peixe, extração de púrpura, etc.) ou de serviços de apoio ao comércio e à navegação. Era frequente que a área do povoado fosse separada da necrópolis; frequentemente constituíram os embriões de futuras cidades, a exemplo das anteriormente citadas. A somatória das feitorias peninsulares junto com Cartago e Tiro e as feitorias magrebina garantiram aos fenícios e, posteriormente, aos gregos e romanos, o controle do Mediterrâneo.



Figura 38: Remanescentes arqueológicos fenícios existentes no subsolo do Museu Picasso Málaga. Alicerces de muralhas e alvenarias com potes cerâmicos embutidos para armazenar alimentos.

Fonte: http://museopicassomalaga.org/01_4 Acesso em 11 mai 2008

Cádiz e considerada como a cidade mais antiga de ocidente, no sentido de que, desde o momento de sua fundação (1.100 a.C.), tem sido ininterruptamente habitada. Além de seu estabelecimento ter sido decisivo para a ocupação de Portugal. Quando os fenícios aventuraram-se a ultrapassar o Estreito de Gibraltar, estabeleceram encaves pesqueiros em Cadiz e Faro, os dois extremos do arco do Golfo de Cadiz que formam a Costa de la Luz. Estes dois assentamentos e os respectivos litorais gaditano e algarviano têm uma situação *Atlântica*. Salienta-se este fato, porque alguns autores portugueses (Texeira,1999) insistem na tradição urbana portuguesa no contexto *mediterrâneo*, quando este é claramente atlântico. Foi essa situação de *finisterra* e de balcão ultramarino o fato decisivo para que Portugal se posicionasse como a potência marítima dos séculos XV e XVI.

3.1.2 Influência grega

Após a decadência fenícia no século VIII a.C., iniciou-se a expansão da Grécia e o estabelecimento de colônias nas costas mediterrâneas. Daí que algumas das características do urbanismo grego passaram para o urbanismo ibérico (Weimer, 2005), embora, até agora, não tenham sido encontradas evidências de malhas hipodâmicas (ortogonais) no território peninsular.



Figura 39: Península Ibérica, principais feitorias.

Tanto a colonização fenícia como a grega centraram-se na formação de assentamentos costeiros. Os gregos fundaram Ampurias (575 a.C.), na costa catalã, e retomaram feitorias como Cadiz e Eivissia (Ibiza). A marginalidade do território que veio a ser Portugal no contexto peninsular evidencia-se na tênue ocupação das costas do Algarve e Alentejo, se comparadas com as catalãs e valencianas (Rossa, 2002). Embora a formação de novas cidades não fosse significativa, o comércio estimulou o desenvolvimento de áreas produtivas, fato que dinamizou econômica e socioculturalmente as aldeias celtiberas. Em vários casos ao leste da península ibérica, assentamentos em locais propícios para sua defesa foram dotados de muralhas, conforme os padrões helenísticos (González Román, 1997). Além da influência dos princípios da cidade grega na Península Ibérica, é

importante sua descrição como fundamento do urbanismo ocidental. Mumford (1998, p.167) coloca a cultura grega como ponto de partida para o estudo da cidade ocidental, porque a estruturação da sociedade em classes foi essencial para a configuração do espaço urbano nas categorias de público e privado. Morris (2001, p.40) aponta como principal contribuição a colonização com emigrantes que fundaram novas cidades, fato que permitiu controlar o crescimento urbano das cidades existentes. A unidade básica da organização territorial grega era a polis, entendida como um assentamento principal com um território circundante do qual obtinha os recursos para subsistir. Neste podiam existir outros assentamentos com relativa autonomia, mas só no assentamento principal estavam os edifícios simbólicos. Quando este crescia além de certo limite, formava-se uma nova colônia. O aglomerado inicial chamava-se *paleopole* e o novo *neápole*. Dez mil (10.000) era a média de habitantes de uma cidade *grande* e os urbanistas aconselhavam não ultrapassar esse número.

A organização da cidade autossuficiente evolui até a cidade-estado ou *polis*, uma unidade político-territorial que englobava o espaço urbano e o território. O ciclo da polis estendeu-se até a unificação da Grécia por Filipe de Macedônia e Alexandre (século III a.C.), quando se acabou com sua autonomia. O estabelecimento da urbe iniciava-se com o ato de fundação de caráter religioso que consistia em consagrar aos deuses o *pratineu*, um prédio com um altar de fogo que devia ser sempre mantido. Benévolo (1983, p.76) define os três elementos necessários para constituir a cidade: o *pratineu*, lugar simbólico; o *buleutérion*, edifício do Concelho dos nobres e dos funcionários que representavam à assembleia de cidadãos; o *ágora*, espaço aberto, local de reunião dos cidadãos, geralmente coincidente com a praça do mercado. A característica essencial do urbanismo grego é a implantação em locais elevados, de alto valor paisagístico, e a estruturação em dois níveis: a cidade alta ou acrópole, sede das instituições religiosas e políticas, e a cidade baixa, com sua praça pública ou *ágora*, áreas de comércio e porto nas situações litorâneas. A configuração da malha urbana apresenta, porém, duas diretrizes opostas. Por um lado, as malhas labirínticas, produto de crescimento espontâneo e de planejamento local, com ruas principais, relacionando os locais públicos, e arruamentos estreitos e quebrados, acompanhando a topografia. Por outro lado, as malhas ortogonais e/ou sensivelmente

quadriculares, resultantes de um planejamento global, aplicado nos novos assentamentos, colônias e na reconstrução de cidades. O porto de Pireo, a 6 km de Atenas, e Mileto, no sul da Jônia (atualmente Turquia), obras de Hipódamos, são os exemplos mais citados.



Figura 40: Oia. Vila na Ilha de Santorini
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/oia/monidreams/141968132>
 Acesso em 05 abr 2008



Figura 41: Mileto. Sítio arqueológico
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/luisajosue/1392392933>
 Acesso em 05 abr 2008

A independência entre a malha – seja labiríntica, seja ortogonal – e a muralha defensiva origina um perímetro irregular, adaptado ao local, equilibrando paisagem natural e obra construída. Este modo de acomodação no território é uma invariante verificável também no urbanismo português, continental e ultramarino. O espaço urbano estruturava-se em três partes: o sagrado dos templos; o público dos lugares para reuniões políticas, comércio e serviços; o privado, de domínio familiar, conformado pelos quarteirões e as casas de moradia (Benévolo, 1983, p. 78). Os templos e edifícios institucionais constituem-se em elementos primários, seja pela singularidade, seja pelo posicionamento isolado e, no caso dos templos, pelo tratamento escultórico, com igual acabamento em todos os lados. As edificações de uso coletivo, tais como teatros e ginásios, conformam conjuntos urbanos especializados, localizados em setores independentes da malha. No período clássico, a ágora adquiriu unidade arquitetônica e monumentalidade e passou a ser uma praça regular delimitada por pórticos, de colunas iguais que unificam os diferentes edifícios que nela se posicionam. Nas colônias fundadas em Sicília e no Mar Negro, a partir do século VI a.C., foram feitas tentativas de ortogonalidade. Mas é com a reconstrução de Mileto, iniciada em 479 a.C. ,após a sua destruição pelos persas (494 a.C), que se consagram as malhas ortogonais, introduzidas na Grécia continental por volta do 475 e atribuídas ao filósofo e arquiteto Hipódamos de Mileto. A ortogonalidade era comum nas cidades do Oriente, do Egito e da Mesopotâmia, por exemplo, Persépolis estrutura-se sobre eixos ortogonais. Se os

gregos não *inventaram* os traçados ortogonais, os sistematizaram, sendo a malha definida *a priori* o instrumento de planejamento. A contribuição de Hipódamos para o urbanismo é um mito. Além do projeto de Mileto, a ele são atribuídos os planos do Porto de Pireo (450 a.C.) e da colônia de Thuri, no sul da península Itálica (433 a.C.). Segundo Morris (2001, p. 44), *tradicionalmente Hipódamos tem sido venerado como o “pai do urbanismo” e inventor da retícula*, embora tenha sido comprovado o planejamento a partir da implementação de traçados ortogonais, desde tempos ainda muito mais remotos, como na cultura de Mohenjo-daro e Harappa, no vale do Indo (2670 a.C), e na já referenciada Persépolis. O argumento-chave para a valorização do trabalho de Hipódamos é que ele foi:

(...) o primeiro que num momento dado organizou todos os elementos que compõem uma cidade nova: área central, moradias, comercio, equipamentos culturais e para o lazer e uma muralha defensiva, dando forma a uma entidade urbana integrada. (Ibid., p. 44)

Cabe destacar que Atenas também teve a oportunidade de reconstrução global, depois de ser devastada pelas guerras Médicas. Talvez por causa de seu maior tamanho e da necessidade de atuação imediata, optou-se por seguir e consolidar a malha labiríntica pré-existente. Em contraste, o projeto de Mileto representa um fato sem precedentes pela sistematização urbanística e pela previsão de crescimento futuro; além disso:

(...) constitui a transcrição urbanística de um pensamento cujas especulações filosóficas de caráter matemático e as meditações sobre a melhor organização política da cidade resultam na procura de uma estrutura urbana correspondente. (Harouel, 1990, p.15).

3.1.2.1 Mileto

Mileto estruturava-se a partir de uma malha ortogonal com quarteirões sensivelmente quadrados (32m x25m aproximadamente), que formavam três setores residenciais. A topografia interrompia a continuidade da malha e os quarteirões perimetrais não se deformavam para adaptar-se à declividade, simplesmente eram eliminados. O espaço urbano estava protegido por uma muralha que se adaptava aos contornos da costa, mas era independente da malha. A hierarquia das ruas estabelecia-se em função da tangencialidade com as áreas públicas. As ruas principais tinham aproximadamente 10m de largura e as secundárias de 6m. Nos interstícios gerados pela ruptura da malha, localizavam-se as áreas especializadas - civis, religiosas e comerciais - que formavam conjuntos separados e diferenciados das áreas residenciais. A dimensão do quarteirão dependia do loteamento e do padrão da habitação, casas térreas de pátio central. A uniformidade determinada pela

malha era complementada pela continuidade das moradias no alinhamento. Mileto destacava-se pela criação de ovelhas e produção de lã e, na época de dominação romana, teve prosperidade ainda maior, chegando a contar com perto de 80.000 habitantes. Esse súbito crescimento não demandou a necessidade de descaracterizar os espaços públicos nem de interromper a malha. O setor residencial da área sul data do século I d.C. (Morris, 2001, p.45-47.) e é hoje um sítio arqueológico. Em 1903, o portão do mercado foi trasladado para o Museu de Berlim.

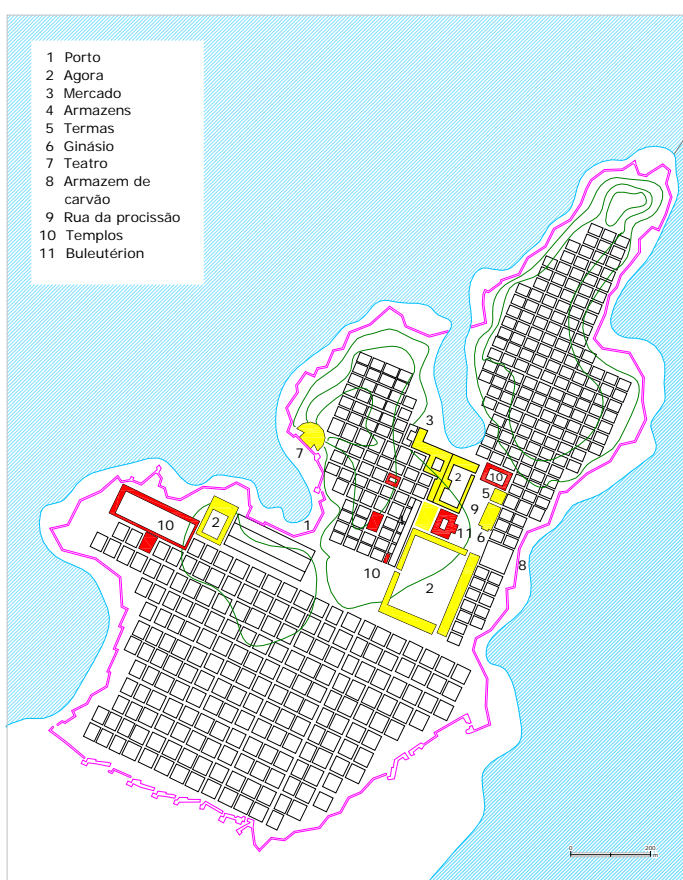


Figura 42: Planta de Mileto, escavações de Gerkan, desenhada com base em CEHOPU (1989, p.87) e Morris (2001, p. 44)

3.1.2.2 Olinto

O sítio arqueológico de Olinto é relevante pela informação que se tem acerca da configuração dos quarteirões. Era uma cidade na costa setentrional do Egeu, que foi ampliada a partir do 430 a.C. Sua situação no topo de uma colina já era uma resposta às necessidades de defesa. Apresentava três setores: o antigo, destruído durante a invasão

persa (479 a.C.); a ampliação; a projeção do futuro crescimento. Olinto chegou a ter 15.000 habitantes e desenvolveu-se rapidamente até sua destruição por Felipe da Macedônia (348 a.C.). A ampliação era configurada por uma malha ortogonal. Duas praças formavam-se pela supressão de quarteirões e as ruas principais passavam tangenciais a estas. Não há informações sobre os elementos primários. Segundo Morris, (...) *a zona do agora estava situada provavelmente entre o setor ocidental em retícula da Nova Olinto e o assentamento original que continuou sendo um lugar sem planifica.* (1987, p.53). Os quarteirões eram delimitados por duas avenidas paralelas à cumeeira e ruas secundárias, perpendiculares, alternadas como becos, produzindo lotes com duas frentes. As casas ocupavam todo o lote e estruturavam-se ao redor de um pátio central. As diversas formas de distribuição das habitações geravam variedade de possibilidades dentro da uniformidade tipológica e configuração tridimensional compacta.

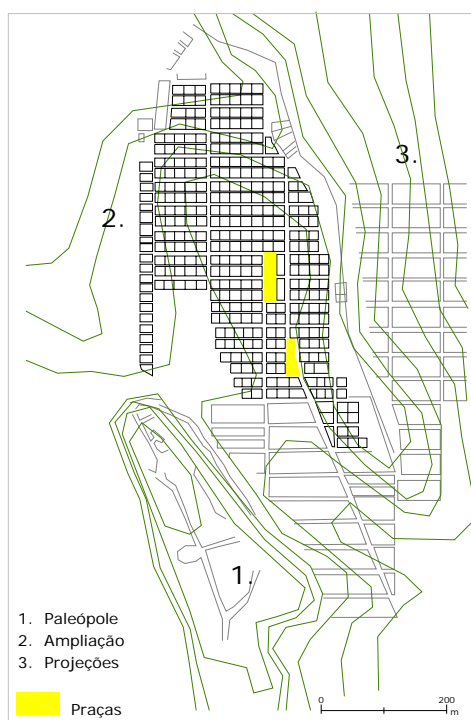


Figura 43: Planta das escavações arqueológicas de Olinto, desenhada com base em: Benévolo, 1983, p. 114 e CEHOPU, 1989, p. 89

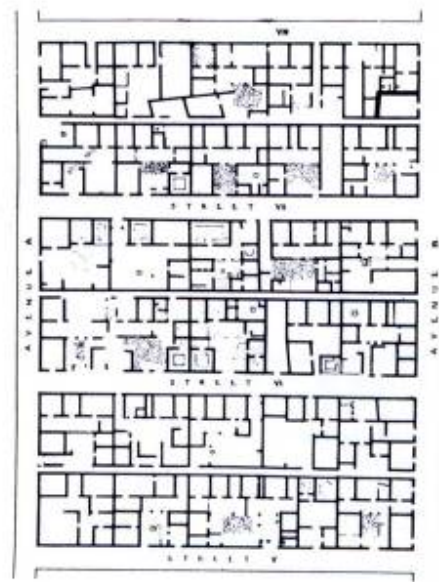


Figura 44: Quarteirões da zona residencial da colina norte de Olinto.
Fonte: Morris, 2001, p. 43.

Em ambos os casos, Mileto e Olinto, a regularidade geométrica permitia a definição *a priori*, da forma urbana das novas cidades em variados contextos, dentro de um mesmo

critério de expansão colonial. A malha como instrumento ordenador (...) *confirma a unidade e a uniformidade de todas as áreas e das propriedades particulares perante a regra comum imposta pelo poder público* (Benévolo, 1983, p.114). Com o início da expansão de Roma e a queda da Magna Grécia, após a morte de Alexandre, o Mediterrâneo passou a ser controlado, na parte oriental, pelos romanos e, na parte ocidental, pelos cartagenenses – antiga colônia fenícia do norte de África. A concorrência comercial de Cartago desencadeou as Guerras Púnicas. Em 270 a.C., Amílcar invadiu a península ibérica e estabeleceu em Alicante sua capital. Seu filho Aníbal continuou com a ideia de conquistar Roma até ser derrotado, o que viria a ter como consequência, o futuro controle romano da península. Porém, estas possíveis influências do norte da África viriam a confundir-se posteriormente com a presença berbere. (Weimer, 2005).

3.1.3 Legado de Roma

Os romanos lograram a unificação política da Bacia do Mediterrâneo, incluindo boa parte do continente europeu e do norte da África sob seu controle. A cidade de Roma surgiu no limite entre os territórios etruscos e as colônias gregas e desenvolveu-se até transformar-se na grande urbe e capital de um vasto império. A organização territorial romana foi similar à grega, na medida em que se baseava no conceito de *civita*, unidade territorial político-administrativa, composta por uma cidade capital, aglomerados secundários e uma vasta área rural circundante.

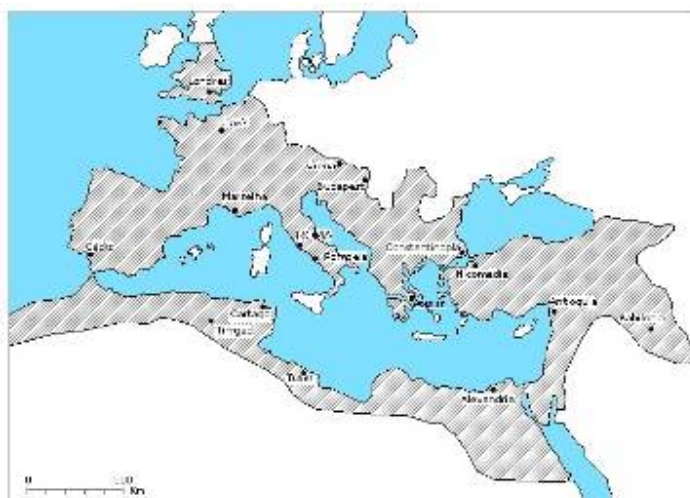


Figura 45: Extensão máxima do Império Romano.
Fonte: desenho segundo Morris, 2001, p.58

Em 218 a.C., quando Aníbal partiu desde Alicante para o norte da Itália, Asconio registrou 53 colônias romanas. Inicialmente, os romanos conquistaram a costa levantina e os vales do baixo Ebro e do Betis. Em 205 a.C., o território romano da península foi dividido em duas províncias: a Citerior (perto) e a Ulterior (longe). A empresa colonial era lucrativa e, em apenas dez anos, levaram para sua capital mais de 60.000 kg de prata e 2.000 kg de ouro. Os excessos provocaram a revolta da população celtibera, em 179 a.C. Segundo Tito Lívio, entre 205 e 179 a.C., foram destacados 70.000 legionários e 80.000 soldados. A resistência celtibera gerou uma guerrilha permanente que se prolongou até o cruento saque de Numancia, em 133 a.C. Durante o mandato de Augusto, foram estabelecidas sobre os antigos reinos ibéricos as diferentes províncias: Tarragonense, Cartagenense, Bética, Galícia e a Lusitânia, que correspondia ao atual Portugal e parte da província espanhola de Extremadura. (Morris, 2001, p. 80-83)



Figura 46: Península Ibérica. Províncias romanas, rede de estradas e cidades durante o mandato de Augusto (197 a 178 a.C.)

Fonte dos dados: Morris, 2001, p.80-81.

No ano 100 d. C., a cidade mais populosa do mundo era Roma, com perto de 450.000 habitantes. Entre as dez maiores, estavam as seguintes sob controle do império romano: Alexandria (atual Egito), com 250.000; Antioquia (atual Turquia), com 150.000; Cartago (Tunísia), com 100.000. As outras eram cidades do Oriente (Rossemberg, 2007). À

diferença dos gregos cuja hegemonia estava sobre a base de uma rede de portos, a organização territorial romana era essencialmente terrestre. A ocupação e expansão foram obtidas a partir de duas atividades paralelas: o estabelecimento da rede de cidades e construção de obras de infraestrutura (estradas, pontes e aquedutos), consideradas obras públicas, de responsabilidade do Estado. Uma particularidade é que nos confins do império, até onde chegavam as conquistas, as fronteiras foram definidas com linhas fortificadas, como o muro de Adriano na Inglaterra. Ao longo destas linhas achavam-se instalações militares como os castros e burgos, que depois dariam origem a importantes cidades.

Na Península Ibérica, deve-se aos romanos a configuração propriamente *urbana* dos assentamentos pré-existentes ou novos, bem como sua organização em uma rede hierarquizada. Boa parte das cidades peninsulares é de origem romana e a principal evidência é que as ruas principais coincidem com os eixos do cardo e decumano. Na atual Espanha, destacam-se Córdoba, Mérida e Tarragona (atual Zaragoza). Córdoba foi fundada no ano 164 a.C., como um acampamento permanente no local onde o Guadalquivir deixava de ser navegável e onde se edificou uma magnífica ponte. Foi a capital da província Bética e o berço de Sêneca. Durante o governo de Júlio César (102 -44 a.C.), realizou-se a expansão para o oeste. Foram fundadas as colônias Presidium Scallabis (Santarém); Caesarina Norba (Cáceres); Pax Julia (Beja); Olisipo (Lisboa), na foz do Tejo; Évora e Mértola. Nos tempos de Augusto: Braga e nos de Flávio: Chaves, Coimbra, e Tomar. Além da organização da rede urbana, os romanos deixaram variedade de inovações de programas, técnicas construtivas e formas arquitetônicas.

Foram tantas e tão importantes as inovações introduzidas pelos romanos, que quase toda a linguagem empregada na arquitetura é de origem latina, e seu significado fez com que essa contribuição levasse diretamente a arquitetura e o urbanismo eruditos de Portugal (Weimer, 2005, p.82).

Para os romanos, a fundação de cidades era essencialmente uma empresa militar e tinha caráter sagrado. A colonização caracterizava-se pela presença de três elementos de transformação do território: *as infraestruturas, a divisão da terra de cultivo e a fundação de novas cidades* (Benévolo, 1983, p.133). Rykwert comenta que o tipo de cidade implementado pelos romanos tem sido considerado exemplo de ordem racional-econômica, *porque teria tido por modelo os acampamentos militares e seu traçado era em xadrez*

(2004, p.5). Para o autor, porém, esta ideia é equivocada, já que foi a cidade o modelo para o acampamento, sendo sua forma determinada por raciocínios não tão pragmáticos, visto que ambos eram ocupados depois de realizar-se uma série de cerimônias que *explicavam* a forma para os futuros moradores: (...) *até mesmo a sua planta retangular em xadrez era uma imagem das crenças romanas sobre o mundo e sobre a posição nele ocupada por Roma* (id.).

A expansão militar e a colonização agrícola eram simultâneas. A delimitação das parcelas rurais exigia técnicos especiais, os agrimensores. O território era dividido por uma grade ortogonal referenciada às estradas principais, que, na Península Ibérica, eram a Via Augusta, em sentido leste-oeste, e a Via Julia, em sentido norte-sul. Os componentes desta grade eram linhas ortogonais: os *decumanus* e os *cardus*, perpendiculares e menores. A orientação da grade nem sempre coincidia com os pontos cardeais. A distância entre as linhas era perto dos 700 m, determinando lotes quadrados de aproximadamente 50 hectares (Benévolo, 1983). O modo de arranjo da cidade, seja de origem civil ou militar, subordinava-se à divisão do território e, de certo modo, era uma continuidade do método de Hipódamos. Havia, porém, uma relação fractal entre a ordenação do território e a ordenação do espaço urbano, ou seja, um mesmo tipo de ordem, baseado em malhas ortogonais, que se repete e se contém nas diferentes escalas.

Em síntese, o urbanismo colonial romano apresenta as seguintes características:

- *Implantação*: ao contrario dos assentamentos celtiberos e gregos, os romanos preferiam vales e lugares planos com possibilidades de crescimento;
- *A malha*: o cruzamento entre o decumano e o cardo definia o centro e a origem da malha ortogonal ou quadricular. A regularidade era quebrada eventualmente pelas condicionantes geográficas ou pela implantação dos edifícios públicos;
- *As muralhas*: o perímetro fortificado, paralelo ou não à malha, definia a área urbana e suas portas eram tratadas artisticamente como arcos de triunfo;
- *Arruamento*: a homogeneidade do traçado gerava ruas de lados paralelos e cruzamentos periódicos. A hierarquização ocorria em função do uso e/ou do dimensionamento. As principais eram continuação das estradas rurais, pavimentadas e coincidentes com o

cardo e o decumano, elas uniam as portas da muralha com o centro onde se localizam os elementos primários. A partir do início da era cristã, em pleno auge do Império, a monumentalização das ruas principais como coreografia dos desfiles militares realiza-se com colunatas e pórticos. Harouel (1990, p.24) relata que, nos tratados de agrimensura do século I d.C., era considerada conveniente uma largura de 40 pés (12m) para o decumano e metade disto para o cardo. Porém, nas cidades anteriores as ruas não possuíram essa grandeza;

- *Espaços públicos e edifícios coletivos*: o fórum, geralmente localizado perto do cruzamento do cardo e do decumano, era o coração da vida pública, lugar de mercado e de convívio. Nas cidades provinciais, era também lugar das assembleias populares e de atos religiosos. O fórum era uma praça similar às ágoras dos gregos, rodeada por pórticos, que serviam de interface com os edifícios públicos que nela se posicionavam; entre estes a basílica, que era sede do poder judicial. Os programas dos edifícios coletivos eram similares aos gregos e refletiam as necessidades da vida urbana, social e culturalmente dinâmica. Geravam edifícios especializados como templos, foros, basílicas, mercado, termas e banheiros públicos, teatros, ginásios e bibliotecas, que se localizam sobre as ruas principais, podendo ocupar todo um quarteirão ou vários unidos;
- *o quarteirão*: a disposição ortogonal dos quarteirões gerava uma ordem serial. Quando eram retangulares, a divisão predial constava de duas fileiras de lotes com o lado menor sobre a rua principal, geralmente o lado maior do quarteirão. Quando eram quadrados, tinham a divisão a partir de quatro lotes em solares. Diferenciam-se das cidades hipodâmicas, uma vez que a dimensão do quarteirão romano era *a priori*, não sendo necessariamente determinada pela tipologia das casas. A configuração tridimensional era compacta dada a ocupação de toda a frente do lote e a estruturação introvertida das edificações residenciais em torno de pátios;
- *O espaço privado*: havia dois tipos de edifícios para moradia, a *domus* e a *insulae* (Benévolo, 1983). A *domus* era a casa individual e nobre, típica do Mediterrâneo, de um ou dois andares, entre 800 e 1000 m², estruturada ao redor de um pátio e de um vestíbulo (*atrium*) dispostos no mesmo eixo. Era frequente que, na parte frontal e sobre a rua, se apresentasse um pórtico com locais comerciais, a ambos os lados do vestíbulo

de acesso. A *insulae* era a construção coletiva, que surgiu a partir do século IV a.C., em Roma e nas grandes cidades. Tinha, em média, cinco andares: o térreo era destinado para lojas comerciais e os superiores divididos em apartamentos.

Com poucas exceções, os assentamentos romanos, na Península Ibérica, tem sido ininterruptamente ocupados. À continuação, ilustram-se três núcleos que declinaram após o domínio romano e atualmente são gerenciados como sítios arqueológicos. Embora não sejam os exemplos clássicos referidos nas pesquisas mais divulgadas, são relevantes porque ilustram integralmente a estrutura urbana: Itálica e Baelo Claudia, na Andaluzia, e Volúbilis, no atual Marrocos. Interessa este último exemplo porque, na conquista da Lusitânia, participaram oficiais romanos de origem africana (Marrocos-Portugal, 1998, p.37) e, por essa via, houve intercâmbio de pessoas e bens.

3.1.3.1 Itálica

Possivelmente foi uma das primeiras cidades novas romanas na Península Ibérica, tendo sido fundada por Scipio Africanus, em 206 a.C., como colônia para soldados feridos após a batalha de Ilipa, contra Cartago. Situa-se no vale do Guadalquivir, a 10 km de Sevilha (atualmente em área do município de Santiponce). Aqui nasceu Trajano (53-117 d.C), o primeiro imperador procedente de uma província, e seu sucessor, Adriano (76-138 d.C), viveu ali sua juventude, fatos que lhe outorgaram prestígio. Segundo Morris (2001, p. 83), Itálica ilustra:

(...) o status dudoso de uma serie de novas cidades ibéricas; Scullard a considera uma colônia enquanto Salmon a menciona como municípium que solicitou ao Imperador Adriano o status de colônia como puro esnobismo (...)

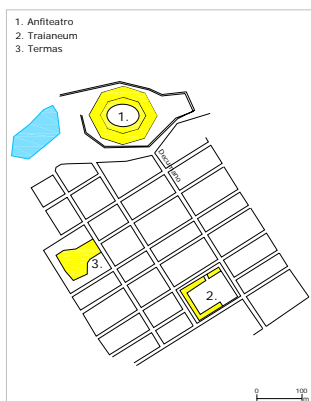


Figura 47: Planta do sítio arqueológico de Itálica
Fonte dos dados: imagem satelital google earth, 2008, 37°26'30.58" N, 6°02'36.80"



Figura 48: Itálica, cardo
Fonte: fotografia da autora, 11/02/2007.

Por diversos fatores políticos, ela descontextualizou-se até ficar no abandono. No final do século XVIII, coincidindo com o interesse da ilustração pela antiguidade clássica, iniciaram-se os trabalhos de arqueologia. Itálica configurava-se a partir de uma malha ortogonal que não teve perímetro fortificado. Teve aqueduto e sistema de esgotos canalizados sob as ruas principais. O anfiteatro localizava-se independentemente da malha e o teatro estava ao sul-este. A rua coincidente com o decumano era aporticada e nela posicionavam-se as residências nobres, do tipo *domus*, estruturadas ao redor de pátios, com lojas com acesso independente desde a rua. Merece destaque a presença de ricos mosaicos figurativos nos pisos das habitações dos remanescentes das casas mais preservados (Conjunto Arqueológico de Itálica. Junta de Andalucía, s/d).



Figura 49: Itálica, anfiteatro
Fonte: fotografia da autora, 11/02/2007.



Figura 50: Calcada aporticada
Fonte: fotografia da autora, 11/02/2007.



Figura 51: Itálica. Mosaicos com as figuras do zodíaco, Casa do Planetário.
Fonte: fotografia da autora, 11/02/2007.

3.1.3.2 Baelo Claudia

Este assentamento tinha uma importante situação sob a influência do Golfo de Cadiz e do Estreito de Gibraltar. O sítio, entre a Sierra de la Plata e a Ensenada de Bolonha, apresenta uma leve inclinação e caracterizava-se pelos fortes ventos. Baelo Claudia foi estabelecida nos finais do século II a.C. Desenvolveu-se como porto comercial com Tanger e como enclave pesqueiro e industrial com as feitorias da salga de atum e da produção de *garum*, uma espécie de patê feito com vísceras de peixe muito nutritivo e apetecido pelas elites romanas. A prosperidade econômica, durante o governo de Cláudio (41-54 d.C.), permitiu-lhe ter a hierarquia de município. Após um terremoto acontecido na segunda metade do século II d.C, passou por um período de crise. A decadência e total abandono aconteceram no século VII, pouco antes da chegada dos muçulmanos, que não a ocuparam. Este assentamento não teve a importância e a hierarquia de outras cidades, porém tinha

todos os elementos representativos de uma cidade romana, tais como o traçado ortogonal, muralha com portas, aqueduto, foro e edifícios públicos (basílica, teatro, mercado, termas) e os espaços da atividade industrial. (Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia. Junta de Andalucía, s/d).



Figura 52: Planta do sítio arqueológico de Baelo Claudia desenhada com base na planta do centro de interpretação.



Figura 53: Baelo Claudia.
Fonte: fotografia da autora,
24/01/2008



Figura 54: Baelo Claudia.
Decumanus
Fonte: fotografia da autora,
24/01/2008

3.1.3.3 Volúbilis

O aglomerado formou-se no século III d.C., provavelmente pela reestruturação de um assentamento cartaginês, como sede administrativa da província da Mauritânia. Situada numa fértil região a 70 km da atual Fez, no atual Marrocos, fornecia cereais para Roma. Acordos com os berberes foram proveitosos para ambas as partes. O assentamento decaiu mais continuou habitado, embora a queda do Império. O latim continuou sendo falado até a conquista árabe. No século XVIII, já abandonado, serviu de canteiro para a construção do palácio de Meknes. Volubilis é uma exceção do urbanismo romano, já que não se estrutura sobre uma malha ortogonal. Parece se configurar a partir de dois percursos, sobre os quais se posicionam fileiras de residências, e no encontro deles, os edifícios públicos. Esta configuração atípica pode ser produto dos contatos com os berberes, no entanto o programa

urbano e a arquitetura correspondem ao padrão romano. A presença romana na Península Ibérica deixou assentadas as bases da organização territorial e das divisões regionais, bem como os *eixos* estruturantes do espaço intraurbano. Esta hegemonia durou até o fim do império, em 476 d.C. De fato, ela foi mais curta, já que, por volta do ano 400, começaram as invasões germânicas.

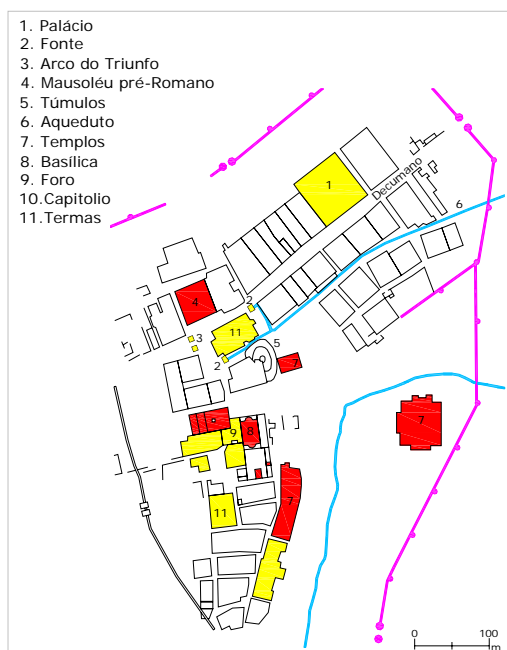


Figura 55: Planta do sítio arqueológico de Volubilis segundo planta disponível em <http://www.sitedevolubilis.com>
Acesso em 04 mai 2008



Figura 56: Volubilis. Vista geral
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/salvador1/415350806>
Acesso em 04 mai 2008

3.1.4 Contribuição dos povos germanos

Ao norte do Danúbio, fronteira setentrional do império, habitavam os povos germânicos, que os romanos consideravam culturalmente inferiores e, por isto, os chamaram de *bárbaros*. Alguns entraram em Roma como soldados romanos e adaptaram-se à cultura latina. A partir da metade do século III d.C., a crise do império romano, comum a toda Europa, e as sucessivas invasões foram nefastas para as cidades já estabelecidas. A divisão do império em oriente (Bizâncio) e ocidente (Roma) levou à hegemonia de Bizâncio, em boa parte do Mediterrâneo. Como a maioria dos assentamentos urbanos era

desprovida de defesas ou tinha perímetros incompletos, foi necessário, para conter os avanços, improvisar lenços de muralha, com materiais do próprio assentamento, em muitos casos desmanchando os equipamentos urbanos romanos. A decadência foi de tal magnitude que, no século V d.C., alguns povos já romanizados tiveram o encargo de defender as fronteiras, o que possibilitou o avanço de outros grupos fugidos dos hunos e mongóis.

Os ostrogodos entraram pelo mar Adriático e chegaram a Roma e logo recuaram para o norte da Península Itálica. Os suevos - *do além do Elba* - e os vândalos entraram na Península Ibérica pelo norte da França. Os primeiros impuseram-se na região da Galícia e em todo o litoral atlântico; os segundos foram para a região central onde se confrontaram com os alanos, já estabelecidos aí por volta do ano 400. Os visigodos ou *godos ocidentais* entraram na Península Itálica pelo Adriático, saquearam Roma e daí contornaram o Mediterrâneo até chegarem à Península Ibérica pela costa catalã. Os alanos e os vândalos foram expulsos pelo Estreito de Gibraltar; os primeiros acabaram extinguindo-se como povo individualizado e os segundos foram se dividindo e estabelecendo-se nas ilhas mediterrâneas. A partir de 409, suevos e visigodos dominavam a Península Ibérica, mas sua convivência não foi pacífica. Em 585, os visigodos terminaram com o poder dos suevos, desgastados por lutas dinásticas. A Galícia, com certa autonomia, viria a ser incorporada como território espanhol. A hegemonia visigoda, na Península Ibérica, acabou no ano 711, com a invasão muçulmana (Weimer, 2004).

Paulatinamente, foi se estabelecendo uma sociedade ruralizada e o sistema econômico de autoconsumo que viria a estruturar o feudalismo. A rede urbana desestruturou-se e as cidades reduziram-se tanto em funções como em extensão. De modo geral, o campo ficou dividido em grandes propriedades (em média de 5000 hectares) em cujo centro localizavam-se a residência do proprietário, a abadia e o castelo. Espalhados estavam os aldeamentos (*cour* em francês, *hof* na Alemanha, *manor* na Inglaterra) formados por edificações de apoio à produção, como estábulos e celeiros, as casas dos trabalhadores e a casa do administrador, responsável ante o proprietário. O território dependente de cada aldeia era dividido em três partes: as terras do senhor; as divididas entre os trabalhadores;

as áreas no cultivadas como matos e bosques, onde todos podiam catar lenha e deixar o gado (Benévolo, 2001, p. 252-253).

Houve uma queda demográfica e a população acolheu o cristianismo. A igreja retomou as antigas divisões administrativas dos romanos e localizou as sedes episcopais nas cidades que ainda tinham alguma importância. A antiga palavra *civitas* adquiriu significado de sede eclesiástica e se, por um lado, a igreja acabou com algumas das instituições romanas, por outro, preservou a vida urbana e a memória da cultura clássica. Rossa (2002, p. 208) comenta que:

(...) não é por acaso que os grandes centros urbanos da época no território que viria a ser Portugal eram as cidades episcopais: Braga, Porto, Calabre, Lamego, Viseu, Conímbriga/Coimbra, Idanha, Lisboa, Évora e Faro para o século VII.

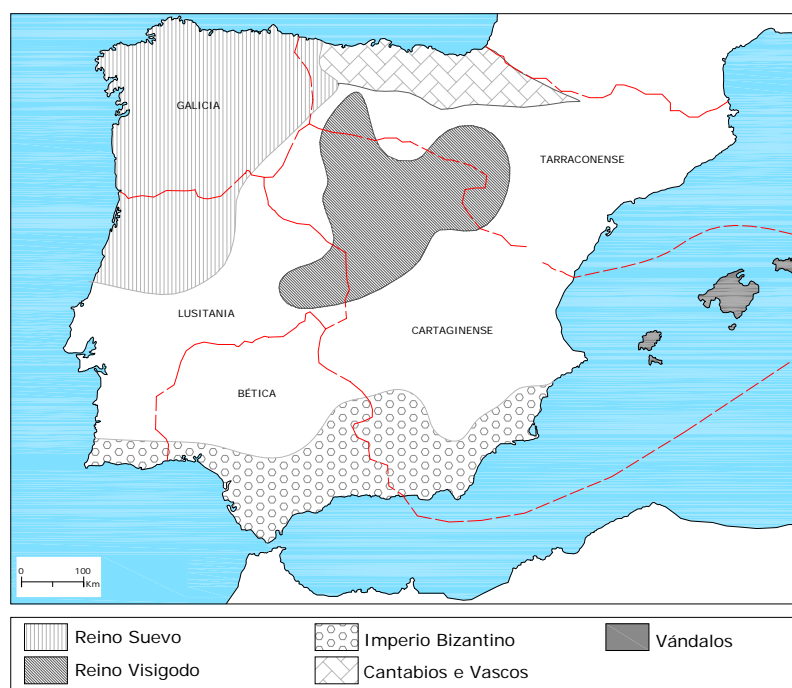


Figura 57: A Península Ibérica no 560 d.C. Ocupações germânicas sobre as antigas províncias romanas
 Fonte dos dados: Freyre, J.A. In: <http://commons.wikipedia.org/image/hispania.3>
 Acesso em 04 mai 2008

Em toda a Europa, a presença germânica deixou significativas mudanças. Destacam-se a identidade étnica dos povos, por exemplo, os portugueses tiveram maior contribuição sueva e os espanhóis, visigoda. A arquitetura popular beneficiou-se com a

introdução de novas técnicas, como o enxaimel, e a paisagem ficou marcada pela presença de encaves de segurança como castelos e mosteiros. Conforme Weimer (2005, p.84), *esse domínio de trezentos anos dos germanos na Península tem sido menosprezado*, em parte porque essas contribuições foram identificadas como romanas e também pelo delicado assunto da conversão ao arianismo (do bispo herético Arius). Outro assunto pouco estudado é o domínio bizantino na costa andaluza e algarviana e suas incidências na cultura urbana. Cadiz e Faro estiveram sob controle bizantino, entre os séculos VI e VII, e pouco se sabe além do reforço das muralhas de Faro executado neste período (Monumentos Pt, 24, p. 24-41).

Os suevos distinguiam-se pela prática de formas sociais comunitárias. Modificaram a configuração romana das cidades ocupadas, conforme sua própria tradição urbana. As principais foram Braga, como sede episcopal; Porto, como sede administrativa; Lugo, Astorga e Santiago de Compostela, estas três últimas na atual Galícia. O caso de Porto é relevante: Hermenerico I, o primeiro rei suevo, estendeu os muros do castelo e edificou casas para sua tropa. O nome desse novo burgo, *Cale Castrum Novum* derivou em *Portucale* que, na Idade Média, viria a dar o nome ao país.

Os visigodos tinham estruturas sociais mais hierarquizadas. Segundo Stanislawski (1959), quando anexaram o reino suevo ao reino de Toledo, deixaram certa autonomia, que foi decisiva para a consolidação da identidade sociocultural e política portuguesa. A magnitude da presença visigótica em Portugal, segundo Rossa (2002, p.208), evidencia-se visto que, em oito das capitais de Distrito da divisão administrativa atual, os visigodos cunharam moeda.

Weimer (2004) descreve a cultura espacial dos diferentes grupos germânicos. Cada um deles tinha um tipo de ocupação territorial e uma tradição de aldeamento, que viriam a determinar as futuras características regionais e a morfologia das cidades, seja pela fundação de novos assentamentos, muitos deles perto de túmulos ou locais de martírio de santos cristãos, seja pela reocupação dos castros e cidades romanas. No Capítulo 1, explicou-se a contribuição teórica do autor com a definição desses tipos de aldeamento: *disseminados ou disperso, aldeia monte, aldeia rua e aldeia âncora*. É importante

descrever estes tipos, porque, quando os aglomerados estenderam-se, esses arranjos iniciais tornaram-se as matrizes de origem de assentamentos mais complexos, tais como os *burgos*, caracterizados pela presença da igreja como edifício principal, ocupando local preponderante.

Em Portugal, de modo geral, o Rio Tejo apresentou-se como um divisor geográfico e cultural. O norte, com altos índices de pluviosidade, clima mais frio e solos mais férteis foi habitado pelos suevos. O sul, caracterizado pela baixa pluviosidade e pelo clima seco, foi principalmente território visigodo. Em consequência, no norte houve maior densidade populacional e maior fragmentação do solo rural em pequenas propriedades agropecuárias, trabalhadas em escala familiar; enquanto, no sul, houve uma densidade populacional mais baixa, foram frequentes as grandes extensões de terra e as formas de propriedade como os morgados e senhorios, sustentadas sobre a base de uma elite minoritária, dona da terra e uma maioria de trabalhadores assalariados. A futura presença muçulmana viria a acentuar estas características. Segundo os dados da década de 1960, apresentados no livro *Arquitetura popular em Portugal* (1980, p. 348), por essa época, no norte, as densidades oscilavam entre 50 e 250 habitantes por km², enquanto, no sul - à exceção da Península de Setúbal-, esses valores desciam para menos de 25. Em nível urbano, os assentamentos do norte e do sul apresentam diferentes arranjos espaciais, conforme a tradição cultural sueva ou visigoda respectivamente. À continuação, apresentam-se exemplos de aldeias e formas protourbanas que ilustram os princípios destes arranjos espaciais.



Figura 58: Paisagem rural do Vale do Douro.
 Fonte: http://www.flickr.com/photos/francisco_oliveira_portugal-1707813507
 Acesso em 11 mai 2008



Figura 59: Paisagem rural do Alentejo.
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/emoitas/2378004524>
 Acesso em 11 mai 2008

3.1.4.1 Norte suevo

O norte caracteriza-se pela fragmentação da área rural em pequenas propriedades, pela ocupação dispersa, nas encostas das serras instalam-se os pequenos aldeamentos. As formas urbanas, como era frequente nos suevos, correspondem ao tipo *aldeia monte* (Weimer, 2004, p.63) A região do Minho (entre os rios Minho e Douro, atuais Concelhos de Vianna do Castelo, Braga e Porto) apresenta-se como um exemplo característico de ocupação dispersa. As casas de habitação e as construções de apoio à agricultura familiar, tais como eiras, abrigos de carros e barcos, moinhos azenhas e *espigueiros e sequeiros*¹¹ posicionam-se individualmente nas parcelas (*Arquitetura popular em Portuga*, 1980, p.348)



Figura 60: Planta de um aldeamento em Riba de Ancora, Concelho Vianna do Castelo.
Fonte dos dados: imagem satelital de google earth
41°48'40.74" N - 8°49'12.56"W.



Figura 61: Vista de Riba de Ancora, Concelho de Vianna do Castelo.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/migueldemelo/237873310>. Acesso em 08 mai 2008

A região serrana de Trás os Montes (atuais Concelhos de Vila Real e Bragança) ilustra o aldeamento compacto. As casas agrupam-se conforme a melhor opção topográfica. A adjacência entre as edificações é uma forma de defesa dos ventos frios e de preservação da maior quantidade de área livre para cultivo. As ruas resultam da acomodação das edificações, procuram seguir as curvas de nível, são estreitas e dão acesso às casas de habitação, currais e edificações de apoio à produção. O etnógrafo Jorge Dias -1907/1974- identificou, na região Trasmontana (Concelho de Bragança), hábitos comunitários, em seu parecer de origem suevo, tais como o forno coletivo, o *boi do povo* e a guarda do gado como uma responsabilidade de todos os habitantes. O comunitarismo da terra incidiu na

¹¹ Espigueiros e sequeiros são construções de pedra e madeira destinadas ao armazenamento de espigas de trigo e secagem de cereais. Tem forma alongada para facilitar a ventilação e estão isolados da umidade do chão por meio de pilares e esteios de pedra.

configuração espacial, conforme a seguinte descrição das aldeias de Rio de Onor, Varge, Guadramil e Aveleda:

(...) é a terra chamada faceira, retalhada em inúmeras e variadas parcelas onde cada família tem pelo menos uma para sua horta. (...) alguma vinha pelas encostas. Na época própria, as medas de toda a aldeia, agrupadas em terra comum, perto da igreja, são na paisagem as marcas forte da relação do homem com a terra, seios gigantes que dão a medida do pão conseguido e a garantia dos gados. (Arquitetura Popular em Portugal, 1980, v1. p.134)

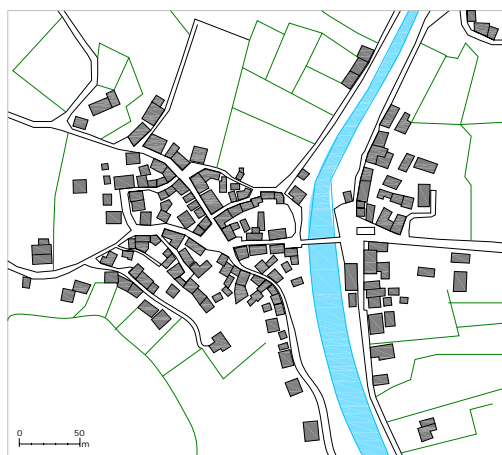


Figura 62: Planta da localidade de Varge, concelho de Bragança.
Fonte dos dados: imagem satelital de google earth
41°52'16.06" N - 6°40'47.55" W.



Figura 63: Vista de Varge
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/moacirdsp/14481647770>. Acesso em 08 mai 2008

Os assentamentos do tipo *aldeia monte* caracterizam-se pela situação estratégica no topo de colinas ou morros, pelo crescimento em espiral, conforme as cotas de nível e pela formação de uma malha circular, a partir do ponto mais alto, que passa a ser ocupado pela praça ou *defesa*. Este espaço, público por excelência, servia para pernoite do gado durante o verão. Com a cristianização, a igreja viria a se posicionar na defesa ou também construir uma fortificação. Os núcleos iniciais de Coimbra, Viseu e Sabugal configuram-se a partir deste tipo. Os castelos e mosteiros, como novos elementos ordenadores do território, geralmente se situaram no topo de morros para ter maior visibilidade e controle. O bairro da Alfama em Lisboa surgiu às portas do Castelo de São Jorge. Séculos mais tarde, durante a hegemonia muçulmana, os assentamentos deste tipo viriam a ser adaptados e ocupados pelos mouros, que tinham uma tradição urbana muito similar. Na aldeia monte de origem germânica, não se verificam, porém, becos sem saída como é próprio nos assentamentos de origem muçulmana.

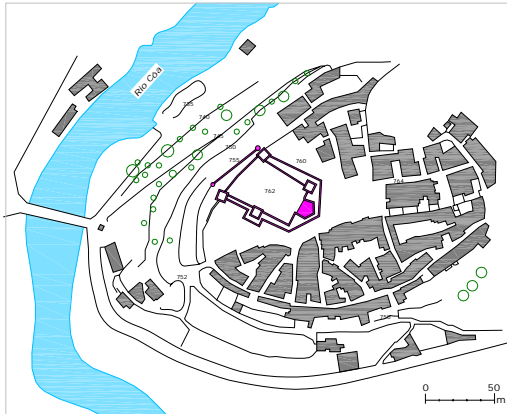


Figura 64: Planta do Núcleo inicial de Sabugal - Distrito de Guarda.
Fonte dos dados: planta de Sabugal, In: Arquitetura Popular em Portugal, 1980, v1. p. 268.



Figura 65: Núcleo inicial de Sabugal - Distrito de Guarda.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/castelo-sabugal>
Acesso em 05 mai 2008



Figura 66: Lisboa. Vista do Castelo de São Jorge
Fonte: fotografia da autora, 01/03/08



Figura 67: Lisboa. Bairro da Alfama.
Fonte: fotografia da autora, 01/03/08

3.1.4.2 O sul visigodo

A organização do território, nas regiões do Alentejo e do Algarve, caracterizou-se pela divisão em grandes propriedades. Esta organização territorial gerou o *monte*, um tipo ocupação rural concentrada, que integra, em um conjunto arquitetônico, as casas de habitação do dono da terra, dos trabalhadores e suas famílias e as construções de apoio à produção. Os aglomerados, via de regra, correspondem ao tipo *aldeia rua*, que é um assentamento articulado por uma rua principal, da qual se desprendem ruas perpendiculares secundárias (Weimer, 2004, p.64) ou, nos termos de Caniggia (2005), um percurso matriz e percursos de união. Nos aglomerados marítimos e fluviais, a rua direita surgia em duas situações: paralela à beira e ao cais, quando havia uma praia sem obstáculos topográficos; perpendicular, ligando o principal acesso terrestre e o cais, em locais de topografia acidentada ou amuralhados, onde o contato com a água era estreito (Rossa, 2002, p. 223).

Em ambos os casos, a rua procura a menor declividade e a adjacência das edificações, ao longo dela, é uma maneira de se proteger dos ventos.



Figura 68: Aerofotografia de Salema, Aldeia de pescadores no Concelho de Sagres.

Fonte: imagem satelital de google earth:
37°03'58.02" N - 8°49'21.37" W. Acesso em 05 mai 2008

Quando a aldeia rua é implantada em sítios com relevo, o percurso matriz coincide com o divisor de águas. O acréscimo de ruas novas paralelas à principal, estruturando malhas reticulares ou ortogonais, porém mantendo a linearidade da forma urbana, é frequente em fases posteriores de desenvolvimento. A aldeia de Monsaraz –Concelho de Reguengos, Alentejo- exemplifica o tipo de *aldeia rua* em local elevado. Situada estrategicamente sobre o vale do Guadiana, numa colina a 300m de altitude, teve origem pré-romana e com os visigodos estruturou-se linearmente. Durante a hegemonia moura preservou a linearidade e definiu sua morfologia.

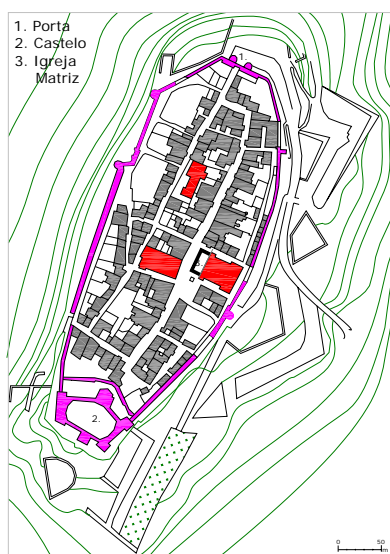


Figura 69: Planta da aldeia de Monsaraz.
Fonte dos dados: Arquitectura Popular em Portugal, 1980, v2. p. 547; Azevedo, 1998, p.66



Figura 70: Monsaraz, rua matriz
Fonte:
<http://www.flickr.com/photos/lbras/391014032>
Acesso em 09 mai 2008



Figura 71: Monsaraz. Rua e igreja do século XVI
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/jrodrigues/2065778991>
Acesso em 09 mai 2008

Em 1173, caiu em poder dos berberes-almoades até ser recuperada, em 1276, por Afonso III -1248/1279- que lhe outorgou a carta foral. Dom Dinis -1279/1285- ordenou repovoá-la e construir o castelo (Arquitetura Popular Portuguesa, 1980, p. 547). Com o desenvolvimento da rua paralela e do perímetro amuralhado, configurou-se uma malha reticular com perímetro de forma oval como uma dupla proa.

Uma variável da aldeia rua é a aldeia âncora, formada pelo alargamento do percurso matriz, configurando um espaço público no centro, que inicialmente servia para recolhimento noturno do gado. Sugere Weimer (1994, p.64) que *esta forma possa ter originado o Largo da Sé, comumente encontrado nas aldeias portuguesas*. A Aldeia de Fontes da Matosa (Concelho de Silves–Algarve), pequeno assentamento de trabalhadores assalariados camponeses, situada na antiga estrada que liga Silves a Alcantarilha, ilustra o estado inicial deste tipo de configuração, já que o assentamento ficou estagnado. A rua principal alarga-se e forma o terreiro onde se posicionam os equipamentos coletivos: dois poços d' água e um forno coletivo. O assentamento é predominantemente agrícola e fica envolvido pelas propriedades rurais. As casas só possuem vãos para o lado do largo e não têm terrenos posteriores (Arquitetura Popular em Portugal, 1980, p. 593).



Figura 72: Croquis da aldeia de Fontes da Matosa
Fonte: Arquitectura Popular em Portugal, 1980, p.591.



Figura 73: Largo de Fontes da Matosa.
Fonte: Arquitectura Popular em Portugal, 1980, p.593.

3.2 Contribuição dos povos islâmicos

A cultura islâmica foi condicionada pela inclemência da vida no deserto e baseia-se em valores como a solidariedade e autoproteção. A célula básica da sociedade é o clã, em que toda a família é responsável pelos atos de seus membros. Na Arábia, na primeira metade do século VII d.C., o profeta Maomé fundou uma religião monoteísta baseada nesses valores e que legitimava a *guerra santa* para conquista de novos territórios e extensão da fé. O islã carece de clero, todo homem é sacerdote e patriarca em sua casa. Em consequência à proibição da representação figurativa de Deus, predominam a abstração e a geometrização nas artes plásticas e na decoração. Pelo oriente, os muçulmanos chegaram até a Índia e a China e no Magreb - atuais países de Marrocos, Argélia e Tunísia - unificaram e islamizaram as tribos nativas berberes e daí passaram a ocupar mais da metade sul da Península Ibérica e as ilhas Baleares, onde estabeleceram o reino *al-Andalus*, nome dado pelos geógrafos árabes.



Figura 74: Mapa da expansão do domínio islâmico, no século X, no ocidente.
Fonte dos dados: Morris, 2001, p. 161

As cidades islâmicas têm uma ordem social, religiosa e jurídica indissolúvel. Segundo Michon, (1982) as bases das instituições dessa ordem são: o livro sagrado, *al Corão*; a *Sunna* ou tradição do Profeta; os ensinamentos orais e escritos dos juristas, transmitidos nas Escolas Superiores ou *Madrasas*. O poder executivo é exercido pelo Califa e o judicial, pelo *Cadi* ou juiz, apoiado nos *Mufti* ou assessores legais e nos *Suhuds* ou notários. Os *Ulemas*, guias da comunidade, tomam a liderança pela sabedoria e pela vida exemplar.

Entre os trabalhos recentes e mais completos sobre a influência muçulmana na Península Ibérica, a organização territorial e a estruturação das cidades, destaca-se a obra de Mazzoli-Guintard (2000). Ela apresenta uma revisão global sobre as estruturas e a vida urbana no al-Andalus, a partir da leitura dos cronistas árabes da época e apoiada em resultados de pesquisas arqueológicas. A autora reavalia, em alguns casos, teses consagradas por autores já clássicos, também analisa a terminologia dos fenômenos urbanos utilizada pelos cronistas e adverte que a variação de significado dos termos, no tempo, no lugar e até em um mesmo texto, incide na dificuldade para caracterizar as cidades de origem islâmica (2000, p.46-59).

Para o entendimento da hegemonia muçulmana na Península Ibérica, definem-se os seguintes períodos:

1. o Emirato: dependência do oriente e reinício da vida urbana, 711/929;
2. o Califado de Córdoba, 929/1031, coincidente com o *século de ouro* nas artes e com o apogeu da vida urbana;
3. os Reinos Taifas e a fragmentação da unidade política, 1031/1091;
4. as dinastias berberes, almoavida e almorávida, 1090/ 1234;
5. o Reino Nazarí: volta da hegemonia árabe, em paralelo ao processo da reconquista cristã, 1234/1492;

A expansão islâmica na Península Ibérica preservou a vida urbana e a herança greco-latina, enquanto o restante da Europa, ocupada pelos germanos estava conturbada. Uma nova fase de organização territorial, revitalização e expansão das cidades ocorreu pelo reestabelecimento das funções urbanas (administrativas e comerciais) nos assentamentos existentes. Segundo dados apresentados por Rosemberg (2007, p. 2), no ano 1000, Córdoba era a cidade mais populosa do mundo, com aproximadamente 450.000 habitantes. Em segundo lugar estava Kaifeng (China), com 400.000 habitantes, e em terceiro, Constantinopla (Turquia), com 300.000. As outras sete cidades que figuram na listagem das dez maiores situam-se no Oriente, não aparecendo nenhuma outra cidade ocidental, evidenciando-se a crise urbana da Idade Média no norte da Europa.

Sobre a base de uma economia agrícola e do desenvolvimento de aldeamentos de menor dimensão ao redor das cidades existentes – na maioria das vezes as de origem romana - estruturou-se uma rede urbana densa e hierarquizada. As principais cidades, cabeças de distrito, foram Córdoba, Málaga, Sevilha, Almeria, Valência, Mérida, Cádiz, Toledo, Zaragoza, na atual Espanha; Faro, Silves, Mértola, Évora, Santarém, Lisboa, Coimbra, em Portugal. Somente o norte - a costa Cantábrica e a Galícia- permaneceu com os visigodos–cristãos. Embora a ocupação eventual de algumas cidades setentrionais relatada por cronistas da época, a influência islâmica no norte foi mínima.



Figura 75: Al Andaluz. Estruturação de distritos no século XI, época do cronista Ibn Said: *mamlakas* ou cidades principais e cidades dependentes.
Fonte dos dados: Mazzoli-Guintard, 2000, p.472.

A organização territorial muçulmana, de forma similar à dos romanos, foi hierárquica e centralizada e estruturou-se a partir da rede urbana. Al-Andalus tinha uma capital, inicialmente em Córdoba, depois transferida para Sevilha. Em escala regional, o território era dividido em províncias ou *coras*. Cada *cora* tinha vários *distritos*. Como a *civita* romana, o *distrito* era uma unidade territorial, político-administrativa, composta por uma cidade capital ou *mamlaka*, aglomerados secundários, localidades e uma área rural circundante. Segundo *Opus geographicum*, do cronista al-Idrisi – 1099/1166, a cidade árabe era conformada pelo *aqalim* ou *iqlim*, a sede do município, e os *kuwar* ou *qurä*,

localidades rurais dependentes que podiam ou não estar fortificadas(Mazzoli-Guintard, 2000, p.472). O espaço rural permaneceu dividido em grandes parcelas agrícolas, de forma similar à estruturação visigótica e, conseqüentemente, com uma organização político-militar e social altamente estratificada. Nas áreas próximas aos assentamentos urbanos, aumentava o grau de parcelamento. Esta organização territorial gerou conjuntos arquitetônicos rurais como *alquerias* que integram a moradia e as construções de apoio à produção. A extensão das área urbana oscilava entre 3 hectares (Zorita) até 280 hectares (Sevilha). Via de regra, os núcleos de menos de 20 ha eram dependentes de uma cidade; os núcleos entre 20 e 100 ha geralmente tinham um governador e um juiz. As cidades de mais de 100 ha eram metrópoles como Córdoba e Toledo na época do Califado, Sevilha no período Almóada e Granada no período Nazari (ibid.).

Desde o ponto de vista econômico, a hierarquia de um assentamento na rede urbana estava determinada mais do que pela extensão, pela importância comercial evidenciada pela situação, como ser um porto ou estar ao lado de uma ponte, e pela presença de espaços comerciais mais especializados. Em primeiro lugar, estavam cidades tais como Córdoba, Almeria, Toledo, Sevilha, Palma de Mallorca, Granada, Valença e Málaga, que comercializavam mais de dois elementos, à longa distância, no Norte da África, no Oriente e incluso na Europa cristã. Em segundo lugar, estavam as que comercializavam um elemento à longa distância: Velez-Málaga, Alcárcel do Sal, Tortosa, Silves, Tarifa e Alicante. Seguiam-se as que abasteciam uma área à média distância: Lisboa, Alcântara, Mérida e Ronda. Em último lugar, estavam as cidades de influência local que tinham unicamente uma feira ou *zoco* periódico extramuros (ibid.). Observe-se que, em Portugal, não houve cidades de primeira ordem.

Árabes e berberes

Weimer (2005) insiste na importância de revisar as diferenças étnicas dos muçulmanos e sua incidência na cultura peninsular. Eles pertenciam a dois grupos: os árabes-omíadas e os berberes do norte de África, comumente chamados *mouros*. O termo *mouro* é impróprio, porque provém de Mauritânia, nome da província romana que correspondia ao noroeste africano e que, naquela época, não tinha os limites de antes.

Os árabes eram minoria, conformavam a elite militar e social e, portanto, eram os donos da terra. Os berberes eram a base do povo, operários, camponeses e soldados. Weimer (ibid.) destaca que, além disso, entre os berberes havia perto de 40 tribos com diferentes tradições culturais. Embora vários aspectos comuns, determinados pela religião, existiam diferenças que se manifestaram na cultura espacial e nos tipos arquitetônicos.

A parte norte do Magreb, ligada ao Mediterrâneo, esteve determinada pela influência árabe, enquanto o árido sul, vinculado ao Saara, permaneceu sob a influência berbere. Sierra (1996), na década de 1950, estudou a casa tradicional do norte de Marrocos. Como funcionário de urbanismo da administração espanhola do Protetorado em Tetuan, conheceu em profundidade a cultura berbere. Ele afirma que no Magreb *a influência árabe com tudo não é tão grande como vulgarmente se acredita* (1996, p.11) e adverte que considerar que, na África, *tudo o que não é negro é berbere* (id) é impróprio. Soriano (1996), em pesquisa recente sobre a arquitetura berbere do Saara, também apoia esta tese.

Tanto no Magreb como na Península, ainda são verificáveis as diferenças configuracionais e tipológicas entre as principais cidades que foram sede do poder árabe e os assentamentos menores ou rurais, de maioria berbere. Mazzoli-Guintard (2000) refere outra particularidade: no Norte de África, a cidade romana antiga ficou reduzida a uma pequena aglomeração e a cidade muçulmana instalou-se *ex novo*, afastada da pré-existente. Na Península, ocorreu o contrário, porque foram reabilitadas as funções urbanas das antigas capitais provinciais romanas e reutilizada a estrutura física. Outro fator diferencial, indicador do grau de urbanidade, é a presença de *ulemas*, figuras-chave da sociedade urbana. Ferro e Marin afirmam: (...) *é muito discutido o grau de islamização dos berberes assentados na península* (1998, p. 68) e salientam (ibid. p72):

Houve uma chamativa ausência de ulemas no sul de Portugal, na zona entre os cursos médios e baixos do Tejo e o Guadiana, com exceção de Toledo, Mérida e Badajoz, (...) e na zona de Valencia. A ausência de ulemas nestas zonas parece ter uma relação com o predomínio de população berbere escassamente urbanizada e de peculiar islamização.

Em consequência, as cidades majoritariamente árabes coincidem com as de maior hierarquia política e maior grau de urbanidade, enquanto as portuguesas e as cidades menores, ocupadas pelos berberes, tiveram menor importância.

Os berberes são a população autóctone do Magreb. Descendem dos capsianos, que, no século VIII a.C., chegaram ao norte da África, provenientes do oriente. A partir do século I a.C., a costa mediterrânea foi ocupada pelos romanos e formava a província de Mauritânia Tingitania com cidades como Timgad - na atual Argélia -, e Volubilis - no atual Marrocos -. Embora expedições ao sul da Cordilheira do Atlas¹², os romanos nunca exploraram nem controlaram a região subsaariana. A partir do século III d. C., a domesticação em grande escala do camelo propiciou a formação de grupos berberes nômades, como o dos Zenetas e o dos Sanhayas que se espalharam no Magreb e no Saara, entre os séculos V e VI d.C., absorvendo outras tribos berberes e dominando grupos de negros sedentários. No século VII, com a conquista árabe, unificaram-se os diversos grupos, fato que coincidiu com uma mudança climática que afetou a bacia mediterrânea e empobreceu a economia regional. Depois da morte do Profeta no ano 632, os exércitos do califa ocuparam o Egito e a Tunísia e a dinastia árabe dos Omiadas conquistou o Magreb. Em 670, Ubqa Bem Nafi fundou Kairuan, a primeira cidade muçulmana no norte de África. Por volta do ano 700, após a resistência inicial, foi alcançada a islamização da maioria dos grupos berberes e a colaboração entre ambas as etnias. Segundo Soriano: *é importante ressaltar que a conquista [árabe no Magreb] não foi acompanhada do estabelecimento de novos grupos humanos, pelo que a povoação e a cultura seguiram sendo berberes* (2006, p. 31).

O governador de Ifriquiya, na atual Tunísia, Musa Ibn Nusayr, planejou a conquista da Península Ibérica e enviou em avançada ao chefe berbere Tariq Ibn Ziyad, que desembarcou no Estreito de Gibraltar, no local onde está Tarifa. Tariq venceu o rei visigodo Rodrigo, na Batalha de Guadalete, em julho de 711. Observe-se que entre o início da conquista dos berberes e a ocupação da Península transcorreu pouco mais de uma década. Em cinco anos os muçulmanos controlaram toda a região al-Andaluz e estabeleceram um Emirado dependente do Oriente. A elite árabe ficou com as melhores terras, no Vale do Guadalquivir. Os terrenos menos produtivos e as áreas escarpadas restaram para as maiorias berberes. Períodos de safras fracas e o desconforto com a supremacia árabe provocaram revoltas do povo. Desde Damasco foi enviado um exército sírio para controlar

¹² Plínio o Velho em sua *História Natural*, noticia dois expedições: a de Cornelius Balbus (19 a.C.) e a de Suetonio Paulinus (66 d. C.).

a situação, o que gerou mais problemas. O resultado foi que muitos berberes voltaram para o Magreb e o clima tornou-se propício para a independência de al-Andalus. No Oriente Médio ocorriam divisões políticas. Ali, genro de Maomé, foi substituído por Muawiya da família Omiada. No ano 750, essa dinastia foi eliminada pelos Abisidas que trasladaram a capital de Damasco para Bagdá. Abd al-Rahman I, um membro da família omiada que escapou do extermínio, em 755, chegou al-Andalus protegido por um exército de escravos europeus. Submeteu os grandes senhores de Córdoba e Sevilha, atraiu os berberes e integrou todas as etnias e religiões que conviviam no reino. (Andalucía, 2000, p. 18-19) Pelo lado do Magreb, Idriss I, descendente de Maomé, ocupou Volubilis, em 788, e seu filho Idriss II fundou Fez, ex-novo. A criação de camelos facilitou a comunicação entre o norte e o sul, através do deserto, e o comércio entre o Mediterrâneo e o Sudão. As caravanas fomentaram o contato entre os grupos sedentários e a divulgação do islã (Soriano, 2006). Em 929, Abd al-Rahman III confirmou a independência de Córdoba. O desenvolvimento econômico e urbano atraiu sábios, filósofos e artistas que se congregaram na capital. A cultura nutriu-se de diversos elementos de origem romana, cristã e oriental. Os membros da nobreza - árabe e cristã - iam estudar nos grandes polos culturais como Sevilha, Toledo e Zaragoza. Deste período de prosperidade ficaram, como as obras arquitetônicas mais significativas, a Mesquita de Córdoba e o palácio de Madinat al-Zahra (Andalucía, 2000, p.20).



Figura 76: O Al Garb no século XI.
 Fonte dos dados: Mazzoli-Guintard, 2000, p.475

Com o Califado, a organização político-administrativa deixou o governo das principais regiões da atual Andaluzia para os omíadas e os demais territórios, para os administradores militares berberes. O *Al Garb* - O Ocidente -, como era denominado o atual território português, ficou nas mãos de líderes berberes com as principais representações políticas em Lisboa, Faro e Beja (Weimer, 2004, p.65).

Depois de um golpe militar, Ibn Abi Amir - o *Almanzor* - iniciou guerrilhas - *razzias* - contra os reinos cristãos. Tomou Castela, Leon, Barcelona e Santiago de Compostela. Os sinos da catedral de Santiago foram levados para Córdoba como troféu de guerra e fundidos para lâmpadas da mesquita. A guerra estendeu-se até o centro da França onde os muçulmanos foram batidos pelo avô de Carlo Magno. A hegemonia de Almanzor durou até 1031, já que a incompetência política de seus filhos desencadeou o desmembramento do Califado. As diferentes repartições ficaram com os governadores locais e formaram-se os Reinos das Taifas, desestruturando-se o poder central de Córdoba. Segundo Mazzoli-Guintard (2000, p. 268), estes reinos estruturaram-se sobre a base da sede de um distrito ou de povoações que não tinham funções urbanas relevantes, porém esta organização viria a ser fundamental na futura ordem provincial. Os reinos das Taifas duraram até a chegada de duas dinastias berberes. Os almorávidas eram uma confederação religiosa de caráter conservador e, por volta do 1050, chegaram a dominar desde o Magreb até Gâmbia. Eles tinham sua capital em Marrakech; controlavam o comércio trans-saariano e seus líderes, educados na Andaluzia, levaram para a África elementos da cultura peninsular. (Soriano, 2006). Os Almóadas eram originários do Grande Atlas, ainda mais conservadores, terminaram arrebatando o poder no Norte da África. Ambos os grupos tinham em comum o fundamentalismo religioso e o caráter austero que se traduziu numa atitude pragmática de governar. Porém, eram diferentes. Conforme Mazzoli-Guintard (2000, p.279) *a historiografia associa estas duas dinastias e não as separa de seu movimento de reforma religiosa.*

Os Almorávidas, dirigidos por Abd-al-Yashin, à base de acordos, tomaram os reinos Taifas. Quando Afonso VI de Castela conquistou Toledo, em 1085, o Emir de Sevilha, sentindo-se ameaçado, pediu ajuda aos Almorávidas que, em 1086, derrotaram os

castelhanos em Zalaca. Em 1090, tomaram Granada; em 1091, Sevilha e em 1111, Zaragoza. Mazzolli-Guintard (2000) comenta que, segundo os cronistas árabes, durante a hegemonia almorávida o luxo dos palácios e o mecenato foram condenados, o que ocasionou o declínio da poesia e das artes, porém foi um período de prosperidade econômica, de conquistas militares, de construção de muralhas e mercados e de melhorias no espaço urbano. A hegemonia Almorávida, embora sua extraordinária extensão, foi breve. No momento em que pareciam dominar as cidades mais importantes da Península, a Reconquista tomou força. Os cristãos recuperaram Zaragoza, em 1121. Rebeliões desenrolam-se no Algarve. A inquietação social por opressão e corrupção, somada aos ataques dos cristãos e judeus, que até então viviam em certa harmonia e protegidos pelos emires, desde que pagassem seus impostos, desestabilizaram o poder. Em 1140, os Almóadas declararam a guerra. Tomaram Sevilha, em 1147, e Córdoba, em 1162.



Figura 77: Domínio Almorávida entre 1086 e 1140.

Fonte dos dados: <http://pt.wikipedia.org/almoravidas> Acesso em 22 abr 2008

A presença Almóada não significou uma ruptura. Sua atitude contra os cristãos era a mesma que a dos Almorávidas. Liderados por Ibn Tūmart Yusuf, ficaram com o controle de al-Andalus, em 1171, e instalaram a capital em Sevilha, cidade que foi objeto de grandes projetos. Da época Almóada datam o Palácio Real o *Alcazar* (ainda que modificado posteriormente), a Mesquita (base da atual Catedral) e a Torre de *La Giralda*, que era seu minarete. A Torre do Ouro, concluída em 1220, formava parte do sistema de muralhas

concluído nessa época. Cidades próximas às fronteiras cristãs - Badajoz, Cáceres, Mértola, Jerez de la Frontera, etc. - igualmente foram dotadas de muralhas e equipamentos urbanos como mesquitas e banhos (ibid.).



Figura 78: Sevilha. O Guadalquivir e a Torre do Ouro
Fonte: fotografia da autora, 20/01/2008



Figura 79: Sevilha. La Giralda.
Fonte: fotografia da autora, 28/02/2008

A hegemonia berbere na Península teve duração de 144 anos e não gerou maiores mudanças na estruturação da rede urbana já delineada em 350 anos de domínio omíada. Os berberes foram, porém, a base do povo e sua maioria manifestou-se na permanência de arranjos espaciais e tipos arquitetônicos próprios, como mais adiante se vai explicar. Chegou a seu fim em 1234, com a subida ao poder de Muhammad ben al-Ahmar, da dinastia árabe Nazari. O avanço da reconquista deixou reduzido o território andaluz ao entorno de Granada e Málaga. Nesse sentido, a reconquista ficou associada ao sultanato Nazari. Em nível artístico, caracterizou-se pela austeridade em comparação à opulência do período do Califato.



Figura 80: Limites do sultanato Nazari, 1410-1492
Fonte dos dados: Barrucand; Bednorz, 2007, p.181

O início das obras da Alhambra, na cidade de Granada, em 1237, foi o fato mais relevante da presença Nazari. Desde o século IX, existia numa colina da Sierra Nevada um castelo conhecido como *calat alhamrá* - o castelo vermelho- (Andaluzia, 2000, p.47). Ao longo dos três séculos da presença nazari, configurou-se uma cidade dentro da cidade. O conjunto da Alhambra compreendia: o setor militar ou alcaçaba, o residencial, o palacial, a mesquita, além dos jardins, das residências de lazer do Generalife, de hortas e sistemas hidráulicos.



Figura 81: Alhambra, a alcaçaba e casas militares.
Fonte: fotografia da autora, 10/2001



Figura 82: Alhambra, área residencial, pátio do estanque
Fonte: fotografia da autora, 02/02/2007



Figura 83: Vista da Alhambra, hortas e jardins desde o Generalife.
Fonte: fotografia da autora, 02/02/2007

O triunfo dos reinos cristãos ante os berberes, na Batalha de Navas de Tolosa (1212), da qual participou Afonso II de Portugal, marcou o início da reconquista que avançava desde o norte, tomando as principais cidades. Córdoba foi tomada em 1236 e Sevilha, em 1248. Isto significou para algumas cidades a queda populacional, a destruição de arrabaldes e para outras, o fim da sua história islâmica. Em Portugal, comparado à atual Espanha, a hegemonia islâmica foi menor. A reconquista aconteceu também em sentido norte-sul, a partir da tomada das principais cidades: Viseu (1058), Coimbra (1064), Lisboa (1147), Beja (1162), Évora (1165), Silves e Faro (1249). Em alguns casos, como os de Coimbra e Viseu, foi permitido aos árabes continuarem morando nessas cidades, ainda que, em Viseu, o número tenha sido limitado a 5000 (Saraiva, 1978, p.66).

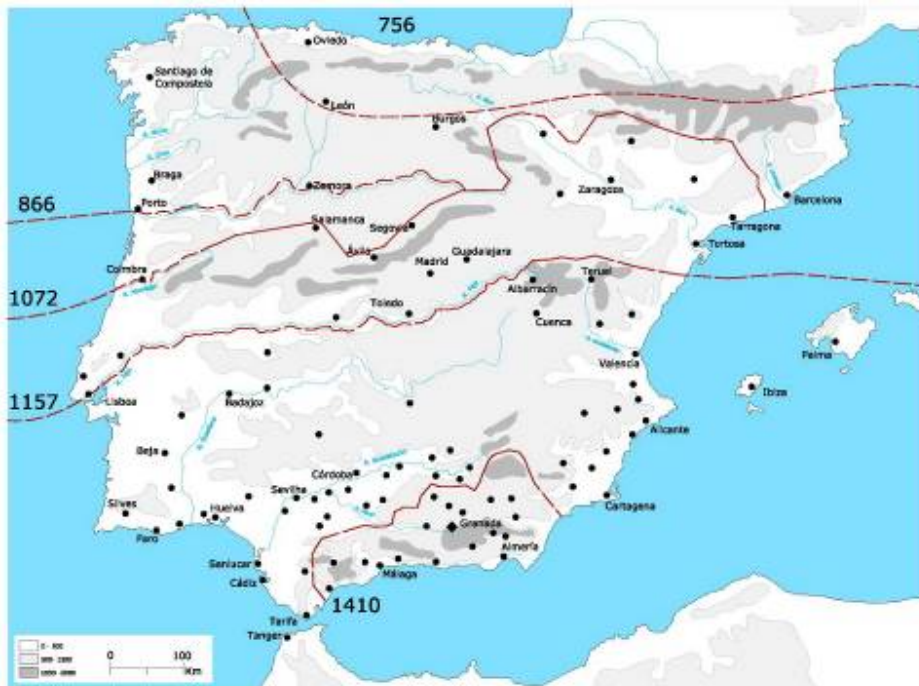


Figura 84: Definição da fronteira entre o norte cristão e sul islâmico.
 Fonte dos dados: Morris, 2001, p. 161. Barrucand; Bednorz, 2007, p.181

A debilidade financeira de Castela e os conflitos entre os diferentes reinos cristãos facilitaram a permanência Nazari até o fim do século XV. Toponímios de cidades andaluzas, terminados em *de la frontera*, tais como Jerez de la Frontera, Arcos de la Frontera, etc., indicam até onde chegava o domínio muçulmano. A reconquista e a unificação de Castela culminaram nas vésperas do Descobrimento. Em 2 de janeiro de 1492, foi assinada a *Capitulación* entre o Rei Nazari e os Reis Católicos. Por este acordo, Isabel de Castela e Fernando de Aragão comprometiam-se a facilitar a expatriação do Rei Boabdil e sua corte para o Magreb, bem como respeitar a cultura e a religião dos muçulmanos que quisessem ficar. Porém, a intolerância do confessor da rainha, Cardeal Cisneros, impôs a conversão e fomentou a perseguição contra mouriscos e judeus. Os que tinham concentrado alto grau de poder econômico tiveram que se converter à força para poder ficar na Península e conservar suas propriedades.

No Magreb, por volta de 1274, chegaram, desde a Tunísia, os Menires, beduínos do oriente que se impuseram ante os berberes. Seu domínio perdurou até o século XVII. A influência cultural de al-Andaluz manteve-se e o árabe foi estabelecido como língua oficial,

pois este era o idioma da elite; já que (...) *embora a islamização, até essa época a povoação tinha mantido sua língua e cultura berbere* (Soriano, 2006, p. 36). No século XV, aconteceram derrocamentos, os assassinatos de governantes e o estabelecimento de encraves e *feitorias* portuguesas levaram a decadência dos Menires. Com a expansão ultramarina, os portugueses conquistaram Ceuta em 1415 e tomaram outras posições costeiras.

Coexistência ou convivência?

Embora o denominador comum dado pela mesma religião, árabes e berberes eram grupos diferentes, elite-minoria e povo-maioria, que compartilhavam a religião, a língua, parcialmente e que, no primeiro momento, pouco se misturaram. Pelo menos no início, ocuparam espaços geograficamente diferentes, de acordo com dois padrões de configuração espacial. A questão ainda fica mais complexa quando se considera a presença de cristãos e judeus e as mútuas influências entre todos os grupos. Até que ponto houve convivência ou coexistência entre estes três grupos estruturados em torno de religiões diferentes, embora fossem monoteístas? Durante a época do califado, o esplendor cultural e a coexistência entre muçulmanos, judeus e cristãos foi frequente, especialmente nas principais cidades de al-Andalus. Os judeus estavam na península desde a época dos romanos, sendo por vezes tolerados, noutras perseguidos. Nos reinos visigóticos, suas comunidades foram numerosas e faziam parte da elite cultural. A partir do século XII, foram perseguidos pelos árabes refugiando-se nos reinos cristãos¹³. Apesar da segregação, sempre eram uma camada social superiora, privilegiados por sua formação intelectual e pelo alto poder econômico. Ao longo da hegemonia islâmica, houve períodos e lugares marcados em maior grau pela coexistência ou pela convivência e conformaram-se grupos sociais diferenciados: os *moçarabes* e os *mudejares* ou *mouros*. Os primeiros eram cristãos que continuaram a viver nas regiões tomadas pelos árabes, conservando a religião, mas aculturados em todos os outros aspectos da vida cotidiana, tais como idioma, costumes, alimentação, técnicas de trabalho, artes, técnicas construtivas. Os segundos eram *mouros* cristianizados. À medida

¹³ Sabe-se que os judeus durante os reinados de D. Afonso Henriques (1139-1185) e D. Afonso IV (1325-1357), trabalharam na administração e desempenharam-se em profissões como a medicina e no comércio. (Saraiva, 1978, p.68)

que a reconquista ia avançando, a tolerância ia se quebrando, sem que isto significasse o desaparecimento das marcas da identidade dos grupos reprimidos.

Autores como Sotomayor (2001), afirmam que, no al-Andaluz, nunca existiu a autêntica *convivência* e sim a *coexistência* de três culturas religiosas, marcada pela desigualdade jurídica, a negação do *convivium* – costumes e rituais alimentícios – e a proibição expressa do *connubium*. Não é possível, portanto, falar de convivência, quando faltam dois elementos essenciais. Os momentos mais álgidos da intolerância foram o estabelecimento do Tribunal da Inquisição, a Rebelião das Alpujarras e a expulsão dos mouros, em 1609.

A inquisição, tribunal semelhante ao direito civil para julgar supostas ações contra a fé cristã, foi criada na França, em 1183, para eliminar a seita dos cátaros, rival dos templários. A instituição foi reconhecida formalmente, em 1233, pela bula *Licet ad Capiendos* e ressurgiu, na Península Ibérica, em 1478, quando os reis católicos solicitaram permissão para estabelecer o Tribunal do Santo Ofício, solicitação concedida pelo Papa Sixto IV. Embora instituição eclesiástica, foi um braço armado do poder régio a serviço da unificação política, da expulsão de mouros e judeus e movida por interesses econômicos, já que confiscava os bens dos condenados e dos não cristãos. Em Portugal, a Inquisição obedeceu às pressões da Espanha. D. Manuel solicitou permissão para sua instituição, como parte do acordo de casamento com Dona Maria de Aragão, pedido denegado pelo Papa, devido aos abusos verificados na Espanha. A instalação definitiva veio a ocorrer em Évora, durante o governo de D. João III, em 1536. No entanto, em Portugal, ela foi menos cruel que na Espanha e houve períodos de anistia, em 1533, 1546 e 1547, para os *cristão novos*, ou seja, judeus e mouros conversos. Este fato viria a ser relevante na migração para os arquipélagos atlânticos e as colônias ultramarinas, uma vez que os judeus contribuíram econômica e cientificamente nos avanços para a navegação ultramarina e os maiores contingentes de marinheiros e colonizadores provinham do Algarve, majoritariamente de origem berbere. A intransigência e a conversão forçada levou a que os mouros ficassem como um grupo excluído: cristãos formalmente, porém conservando sua língua, tradições e modos de vida. Em Granada, em 1566, foi proclamado um edital que restringia as formas

de expressão mouras, o que causou a inquietação da população. Após o fracasso das negociações, os líderes refugiaram-se na região serrana das Alpujarras e, desde aí, comandaram uma revolta – 1568/1571, que contou com apoio de berberes de Argélia. De 4.000 insurgentes iniciais, o movimento passou a ter 25.000 e seu líder Abem Humeya, também conhecido com o nome cristão de Fernando de Córdoba, proclamou-se rei das Alpujarras. O movimento foi fortemente reprimido por Felipe II e os mouros da cidade de Granada foram dispersados por outras regiões. As rebeliões nunca foram totalmente controladas. Por volta de 1600, depois de quase um século de conversão forçada, a presença dos descendentes dos mouros na Espanha recentemente unificada, dividia opiniões. Uns eram partidários de sua permanência, já que eles constituíam boa parte da mão de obra para o artesanato e a agricultura, e outros a entendiam como um fator de instabilidade da união nacional. Os mouros oficialmente eram 325.000, em um total de 8.500.000 de habitantes. Em 9 de abril de 1609, Felipe III decretou sua expulsão para o norte da África. Como o processo podia gerar fortes desequilíbrios econômicos, a logística foi programada no maior sigilo e a oposição ao decreto foi diminuída com a oferta de terras e bens imóveis dos mouros. A expulsão começou por Valencia e Aragão que tinham, respectivamente, 33% e 22% de população mourisca e terminou por Castela.

No entender da pesquisadora, a reconquista não pode ser vista como a simples expulsão de mouros e judeus. Nessa época, já se havia processado alto grau de miscigenação étnica e cultural, decorrente da hegemonia islâmica que perdurou 780 anos, na Andaluzia, e 530, no Algarve. A pesquisadora inclina-se a analisar o fato como uma mudança político-religiosa, embora forçada, que redundou em um processo gradativo de integração sociocultural. A presença islâmica – árabe e berbere - expressa-se em todos os aspectos da identidade cultural ibérica: na arte, na cultura espacial, nos tipos edilícios, nos modos de habitar.

3.2.1 Tradição urbana árabe

A seguir, apresentam-se as características gerais da cidade árabe e as especificidades do espaço intraurbano de seus assentamentos no al-Andalus e no Magreb. De modo geral, a cidade árabe é resultado de um crescimento por adição, sem seguir um esquema geométrico abstrato. Segundo Torres Balbas (...), *são as casas que ao irem se justapondo determinam o traçado das ruas* (apud Santos 2002, p. 23). Isto lhe confere a característica essencial: a configuração de uma malha labiríntica e compacta, resultado de uma forma de planejamento essencialmente pragmática, em estreita relação com a topografia e o clima do local. A vila de Chefchauen ou Chauen, na cordilheira do Rif, norte do Marrocos, ilustra as características do urbanismo árabe.



Figura 85: Imagem satelital de Chauen, Região do Rif- Marrocos
Fonte: google earth., 2008.
35° 10'07.07"N– 5°15'43.48"W



Figura 86: Chauen - Marrocos, vista geral
Fonte: fotografia da autora, 10/2001

A morfologia urbana apresenta diversidade dentro da unidade e, por meio da configuração arquitetônica, são procuradas as melhores condições de drenagem e conforto, aplicando-se princípios hoje denominados como *bioclimáticos*, tais como a ventilação a umidificação e a inércia térmica.¹⁴ A diversidade no espaço urbano e a definição de uma ordem topológica e não geométrica têm levado ao erro de negar a existência de uma atividade planejadora e de uma organização político-administrativa especializada. Morris afirma que (...) *a unidade na cidade muçulmana é funcional e não cívica* (2001, p. 162), sendo o controle urbano exercido pelos clãs que se autogovernavam. Mazzoli-Guintard

¹⁴ A ventilação logra-se pela orientação e pela colocação das aberturas; a umidificação, por meio de fontes nos pátios refresca os ambientes; a inércia térmica, usando largas paredes de alvenaria de terra, pedra ou tijolo, com aberturas pequenas e controladas, permite, no inverno, que o calor interior absorvido durante o dia seja preservado à noite e, inversamente, no verão, o calor excessivo não penetra no interior.

(2000, p. 335-336) refuta esta tese e comenta que parece existir uma confusão entre (...) *ausência de autonomia das cidades e inexistência de uma administração municipal*. De fato, a autora explica que o poder central exerce influência tão forte que suprime a autonomia urbana, sendo esse poder, diretamente ou por meio de seus representantes, o responsável pela gestão de toda a vida urbana. As cidades muçulmanas não tinham estruturas municipais nem práticas urbanas comparáveis com as das cidades cristãs, já que toda a sociedade partilhava o mesmo desejo de seguir certos tipos de vida e comportamento prescritos pela religião.

A imagem tradicional da cidade de al-Andalus foi delineada por Leopoldo Torres Balbas, nas décadas de 1920 e 1930, como um assentamento integrado pela alcaçava (proveniente do termo árabe *qasba* que significa o recinto fortificado), pelo alcárcel (do árabe *qsar*, alcázar em castelhano, equivalente a palácio fortificado da família do governante), pela medina (do árabe *madina* e plural *mudun*), interpretada, neste contexto, como a cidade propriamente dita, e os arrabaldes ou bairros. Mazzoli-Guintard (2000) comenta que a forma urbana, segundo Torres Balbas, esteve associada ao termo medina, porém não são sinônimos. Ainda que exista equivalência entre medina e o termo latino *urbs*, pois ambos significam espaço de cultura, espaço fortificado e centro de poder com autoridade sobre um território, a medina é a capital religiosa do distrito e implica a presença da mesquita, da autoridade jurídica - *o cadí* – e do fiscal encarregado dos impostos – o *amil* ou *musrif*. A autora salienta que as presenças do alcarcel e da alcaçaba são casos específicos das cidades principais, que se constituíram pela historiografia como o modelo tradicional de cidade muçulmana densamente ocupada¹⁵, sendo necessária uma revisão a partir da observação das cidades secundárias e das aldeias que apresentam menores índices de ocupação, diversas configurações e outros fatores específicos.

- *O sítio*: conforme Mazzoli-Guintard (2000), a característica fundamental da configuração urbana deriva de um aspecto geográfico, como é a escolha do sítio. Ele distingue os seguintes tipos de aglomerado: cidade em península (Mértola); cidade

¹⁵ Mazzoli (2000) comenta que Torres Balbas, a partir dos vestígios de casas da alcaçaba de Málaga e de dados administrativos, calculou uma densidade de 348 habitantes por hectare e a superfície média de uma casa em 172 m², ocupada por 6 habitantes.

acrópolis (Lisboa); cidade colina (Alhambra de Granada); cidade plana com cinturão de água (Córdoba e Sevilha); cidade ponte (Ronda).

- A *malha* labiríntica é resultado do planejamento pragmático, do crescimento aditivo e da adaptação progressiva às pré-existências. Em al-Andaluz, adaptaram-se as diferentes situações e as estruturas antigas dos romanos, caracterizadas, em boa parte, pela regularidade. Os espaços públicos foram ocupados pelas mesquitas, as vias principais formaram os zocos e as residências foram se colocando, uma a uma, sobre a estrutura viária, privatizando o espaço público e desalinhando a regularidade.
- *Setorização*: a medina, como recinto amuralhado e compacto, contém a mesquita, o mercado, a zona comercial e os bairros residenciais. Quando se completa o perímetro fortificado, a adição consiste em um bairro ou subúrbio anexo com mesquita e mercado próprios. Em Córdoba, além do bairro oriental, existiam subúrbios ou *chãibis* de casas e hortas de menor densidade.

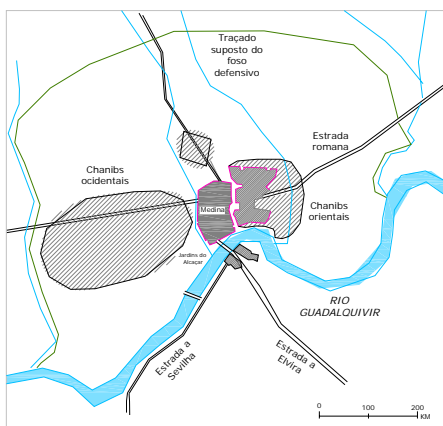


Figura 87: Córdoba, medina, bairro e subúrbios.
Fonte dos dados: Morris, 2001, p. 167

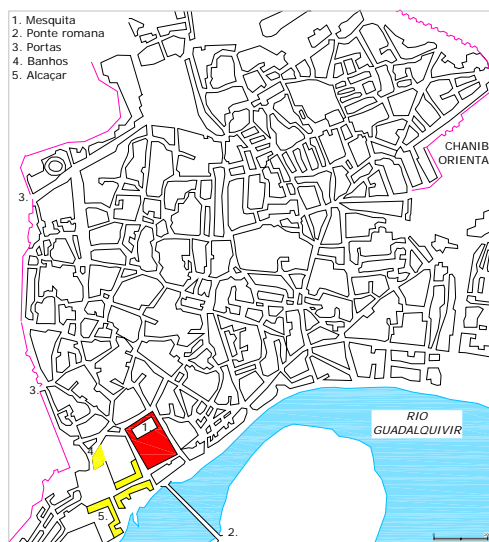


Figura 88: Córdoba no século XIX: medina e Chanib
Fonte dos dados: Morris, 2001, p. 168

Uma invariante da cidade árabe é que cada bairro corresponde a um grupo social e/ou agremiação com alguma atividade artesanal ou comercial específica. A consequente divisão em setores autônomos mais inter-relacionados, como um mecanismo de segregação, permitiu que as cidades árabes fossem ocupadas por diferentes grupos étnicos e, de certo modo, facilitou a coexistência. Mazzoli-Guintard (2000) adverte que os dados

disponíveis até hoje se referem às grandes cidades, sendo inconveniente afirmar que cada setor correspondia a um grupo religioso. Em al-Andalus, os moçárabes podem ou não ter formado bairros separados dos mouros, dentro ou fora da muralha. A presença de uma igreja bem como a documentação cristã podem corroborar a existência de uma comunidade moçárabe, mas é delicado estabelecer se existia o respectivo bairro. Parece que os judeus formavam mais claramente um bairro separado. Houve bairros judeus ou *judearias*, em Faro, Lisboa, Sevilha (atual bairro de Santa Cruz) e Granada (atual bairro do Realejo) ou pelo menos uma rua, onde se localizavam suas residências, tal como em Carmona a *calle de la Judería*. O caso extremo apresentou-se em Lucena, ao qual se referiu Al-Idrisi:

(...) o arrabalde está habitado por muçulmanos e por alguns judeus. É aí onde encontra-se a mesquita aljama, mais não está rodeado de muros. A cidade ao contrario, sim esta rodeada de boas muralhas. (...) os judeus habitam no interior da cidade e não deixam entrar nela aos muçulmanos. (Description de l'Espagne, p. 252, apud, Mazzoli, Guintard 2000, p.100).

Com a cristianização, cada setor correspondeu a uma unidade religioso-administrativa – freguesia - e as mesquitas foram transformadas para o culto cristão. Em Sevilha, por exemplo, a atual divisão em bairros coincide com as paróquias e cor responde à antiga organização islâmica. Este tipo de estruturação intraurbana gerou mecanismos de segregação como a identificação de *mourarias* e *judearias* como locais de minorias.

- *As muralhas*: a malha, tanto em locais planos (Córdoba e Sevilha) como elevados (Lisboa, Tarifa), geralmente estava delimitada pela muralha, que fazia do espaço urbano um recinto. As portas urbanas, babs, e os inícios das pontes são referentes de estruturação e, ao seu redor, formam-se espaços abertos de intercâmbio social. As principais estratégias de defesa eram proteção do acesso, sistema de flanqueio e cortinas de muralha entre torres. Os panos de muralha tinham de 10 a 25 m, na época dos omeias, e de 30 a 35 m, no século XIII. Em alguns casos como em Ecija foram projetados efeitos visuais para enganar o inimigo.¹⁶
- As muralhas perimetrais foram, em muitos casos, herdadas dos romanos e definiam estruturas urbanas densamente ocupadas. Mazzoli-Guintard (2000) comenta que, na antiga Conimbriga, a presença de enterramentos no interior da muralha romana prova que todo o

¹⁶ Conforme o relato de Ibn Hayyân, Al- Muqtabis, no século X, a muralha de Ecija, em lugar de almeias tinha estátuas de mármore de forma que, quem vinha de longe percebia figuras humanas (apud Mazzoli-Guintard, 2000, p.84).

espaço intramuros esteve ocupado na época islâmica. Porém, em algumas cidades como Daroca, por motivos estratégicos, havia, dentro do perímetro fortificado, áreas sem construir.



Figura 89: Planta do núcleo de Tarifa com base em plano de 2000.
Fonte: Andalucía, 2001 p. 179.



Figura 90: Tarifa. Porta
Fonte: fotografia da autora,
02/03/2007



Figura 91: Tarifa. Rua principal
Fonte: fotografia da autora,
02/03/2007



Figura 92: Diferentes tipos de acesso ao recinto amuralhado. Reto: porta de Tarifa; a 90° e complexo: portas de Granada
Fonte: Mazzoli-Guintard, 2000, p.456

As fortificações (alcaçaba) e o palácio de governo (alcarcel) eram adjacentes e inter-relacionados. O palácio inicialmente localizava-se no centro, perto da mesquita. Com o desenvolvimento urbano nas cidades principais, como Córdoba e Granada, por motivos de segurança, os conjuntos palacianos passaram a ocupar áreas extramuros, de grande valor paisagístico. A invariante destes conjuntos arquitetônicos ajardinados é a estruturação a partir de eixos de composição, associados a canalizações de água, que expressa erudição e planejamento, a partir de formas espaciais, predeterminadas para as elites.

- *Arruamentos*: as ruas hierarquizadas e formalmente diferenciadas produzem um espaço urbano fragmentado em sucessivos graus de acessibilidade e privacidade. As principais unem as portas com o centro e nelas posicionam-se as atividades comerciais.

As secundárias desprendem-se das primeiras e estruturam os bairros; e destas, os becos sem saída que terminam em *adarves* ou pequenas praças íntimas semipúblicas de caráter eminentemente doméstico. Os *adarves* são ocupados por casas contíguas que inicialmente eram de famílias de um mesmo clã. Em resposta às determinantes topográficas e climáticas, as ruas são sinuosas, com a calha central para recolhimento de águas pluviais, frequentemente entremeadas por escadas para salvar as diferenças de níveis e com lados não paralelos, em proporção aproximada de 1:1 para as principais e de 1:4 para as secundárias. Segundo Mazzoli-Guintard (2000), em Zaragoza a largura excepcional das ruas principais é decorrente da permanência do traçado romano.



Figura 93: Esquema da estrutura de arruamento nas cidades árabes do norte do Marrocos.
Fonte: Bianca, 2000, p.39



Figura 94: Chauen, rua principal
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 95: Chauen. Rua secundária.
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007

- *Espaços públicos*: as formas de relação social não geraram a necessidade de grandes áreas abertas para reuniões nem de edifícios públicos especializados como teatros, ginásios, bibliotecas, como tinham as cidades gregas e latinas (Morris, 2001). Existiam espaços abertos, fora das muralhas, à maneira de rossios para as feras, e praças interiores, onde se posicionavam elementos do equipamento urbano como chafarizes, fontes de água para abastecimento doméstico, fornos e lavadeiros de roupa comunitários. Os cemitérios localizavam-se no exterior, sob as estradas. Mas no al-Andaluz houve exceções. Segundo Mazzoli-Guintard (2000), em Valencia, ao final do século XI, pelo assédio cristão os mortos tiveram que ser enterrados dentro da cidade. Algumas sepulturas de nobres também foram encontradas no interior dos *Alcázares* de Sevilha e Córdoba.



Figura 96: Chauen. Praça principal
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 97: Chauen. Praça principal e fortificação
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 98: Chauen: chafariz.
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007

- *Edifícios públicos*: uma cultura que centraliza todos os aspectos da vida em torno da religião tem como elementos primários a mesquita, a escola corânica (*madrassa*) e os banhos públicos (*hammam*). A mesquita é destinada à oração individual ou em grupos de fiéis. No Marrocos, é proibida a entrada aos não islâmicos. Segundo Morris (2001), ela difere dos templos da antiguidade greco-romana, feitos para sua contemplação exterior, e das igrejas cristãs, em cujo espaço interior celebram-se cerimônias coletivas formalizadas.



Figura 99: Chauen. Minarete da Mesquita
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 100: Chauen. Acesso à Mesquita
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 101: Chauen. Forno coletivo
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007

- *Zoneamento*: o espaço doméstico, sobre becos ou praças íntimas, fica separado das atividades comerciais. As lojas localizam-se sobre as ruas especializadas chamadas *zuq* ou *zoco*, muitas vezes cobertas.



Figura 102: Chauen. Beco e acesso a residência.
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 103: Chauen. Zoco.
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 104: Chauen. Ateliê
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007

Existia um duplo critério de zoneamento: separação da atividade econômica da moradia e especialização da rua segundo o tipo de comércio. Essa especialização ocorreu por vantagens econômicas e não apareceu nas pequenas cidades, onde o que havia era um zoco temporal, à maneira de feira. Cada zoco é destinado a um ramo determinado: dos livreiros, dos mercadores de couros, etc. Relacionados com os zocos estavam o bazar e a alcaiceria. Perto das portas de entrada ao recinto urbano, localizam-se os vendedores de alimentos e de produtos frescos vindos das zonas rurais. Para não incomodar as áreas residenciais, os ceramistas, os curtumeiros e os demais ofícios poluentes situavam-se em um extremo da cidade determinado para essas finalidades.



Figura 105: Chauen. *Funduq*
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 106: Granada. Antiga *fonda* (séc.XII)
Fonte: fotografia da autora, 29/01/2007



Figura 107: Sevilha. Antigas *atarazanas* (séc. XII)
Fonte: fotografia da autora, 08/03/2008

Em cidades de destacada atividade comercial, existiam edifícios especializados tais como *atarazanas* - adegas e oficinas de construção e reparação de navios -, bazares - edifícios cobertos para armazenar produtos e/ou espaço de trabalho de tecelões e artesãos - e alcaçerías - conjunto de lojas de mercadorias de valor, como tecidos e jóias, frequentemente organizado ao redor de um pátio apertado que podia ser fechado à noite. Havia também pousadas de comerciantes que se estruturam ao redor de um pátio (*funduq* em árabe, vocábulo do qual derivou *fonda* em espanhol).

A ideia generalizada de centro, como bairro comercial animado, e de bairros residenciais sossegados deve-se às cidades contemporâneas do Norte da África e deve ser matizada, quando aplicada retrospectivamente à Península Ibérica (Mazzoli-Guintard, 2000). Por exemplo, em Toledo, isto não ocorreu, porque havia um sistema concêntrico de centros religiosos e comerciais misturados a zonas residenciais. Passani (2004) relata que, em Toledo, inicialmente eram separadas das atividades comerciais e residenciais, mas, a partir do século XV, houve um considerável aumento de *casas bivalentes*, ou seja, que misturam comércio e moradia. As casas da *Calle de la Chapineria*, reconstruídas em 1467, após incêndio, formam um conjunto de 11 casas sem pátio, com planta térrea comercial e dois pavimentos superiores, em estrutura de madeira, para residência, denominados *sobrados ou soberados*. (Ibid., p. 13)



Figura 108: Toledo. Axonometria das casas bivalentes da Calle da Chapineria.
Fonte: Passani, 2004, p. 13

Houve também outro tipo de casa bivalente em Toledo: a *casa-puerta*, que é uma dependência ou subdivisão de uma edificação de pátio maior. Tem de três a quatro metros de frente. O primeiro compartimento é o espaço comercial, por exemplo, um ateliê têxtil e o segundo é o espaço residencial, ao qual se acede através do primeiro. É

bem provável que esses tipos de Toledo sejam produto da influência das cidades cristãs do Norte, onde a união do local de trabalho e da residência era a regra (id.).

- *O espaço doméstico*: os quarteirões apresentam ampla diversidade formal dado o arruamento irregular. A estrutura predial define lotes poligonais densamente ocupados por casas de planta quadrada, estruturadas ao redor de pátios, com mínimas aberturas para a rua e voltadas para o interior. São característicos elementos como adufas ou muxarabis, azulejos, corucheus abulbados e técnicas construtivas como a taipa de pilão e o embrechamento que definem o aspecto da forma urbana. A casa de pátio, com contadas exceções, é uma invariante das cidades majoritariamente árabes.



Figura 109: Esquema da estrutura de “clusters” ou residências de pátio com acesso individual. Fonte: Bianca, 2000, p.39



Figura 110: Granada. Bairro Albaizin. Casas de pátio com telhados inclinados. Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007



Figura 111: San Lucar de Barrameda: casas de pátio com teto plano. Fonte: fotografia da autora, 02/09/2008

Por influência da cultura latina, ao pátio se acede diretamente desde um vestíbulo, conformando-se um eixo de organização de espaços abertos e fechados intercaladamente. A casa geralmente era de dois a três pavimentos, com telhados inclinados de telha cerâmica ou planos com soteias, dependendo da pluviosidade do local. Nas cidades peninsulares, gradativamente os cômodos do pavimento térreo sobre a rua foram sendo destinados a atividades comerciais, mas o interior, ao redor do pátio, permaneceu de uso doméstico. As casas das elites tinha estábulos para os animais domésticos, separados e independentes do pátio. As escavações nas casas da Alhambra, dirigidas por Torres Balbas, em 1934, bem como levantamentos recentes, realizados por Pasani, em Toledo, mostram residências

formadas por dois setores independentes de modo que o setor para guardar os animais tinha acesso diretamente desde a rua, sem necessidade de se passar pelo pátio interno da casa.

Em Portugal, as influências tipológicas árabes, impregnadas da cultura latina, foram bem menores e ficaram restritas às casas da elite dominante, especialmente casas nobres, claustros religiosos, edifícios civis, todos eles estruturados ao redor de pátios centrais.

No Magreb, a casa urbana da tradição árabe denomina-se *daar* e desenvolve-se em lote quadrado, a partir de uma planta quadrada, ao redor de um pátio central, com fonte que, à maneira de poço, ventila as habitações. A altura é igual ao lado do pátio e as salas são alongadas. À diferença da casa de al-Andaluz, que teve a influência romana, na casa magrebina, o acesso desde a rua não é direto ao pátio, para preservar a intimidade e evitar correntes de vento. O recibo ou *makad* está de frente para a fonte, sem móveis e com almofadas distribuídas perimetralmente. Geralmente são casas de dois pavimentos: o térreo para atividades sociais e serviços (cozinha e quarto de asseio pessoal com retrete e alberca de abluções); o segundo, para as habitações. Era frequente um piso intermédio dito *falso*, com dois metros de pé direito e fechado com gelsias sobre o pátio, no qual permaneciam as mulheres, guardavam-se mercadorias ou dormiam os escravos. Na planta superior, há dormitórios e, por último, está a açoteia com pergolados e lavadeiros de roupa para permanência de mulheres e crianças (Sierra, 1996, p. 15-29).

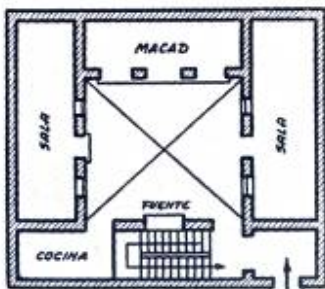


Figura 112: Esquema de planta baixa térrea de casa de origem árabe predominante no Rif.
Fonte: Sierra, 1996, p.74

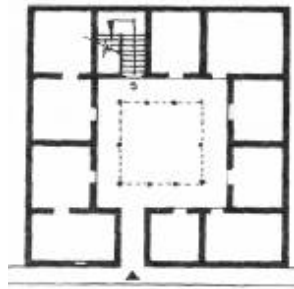


Figura 113: Esquema de planta baixa térrea de casa da região de Sevilha.
Fonte: Corradine, 1987 p.35

3.2.2 Cultura espacial berbere

O Magreb, a região noroeste do continente africano, está dividido em duas grandes zonas pelo sistema topográfico do Atlas¹⁷: o norte fértil, ligado ao Mediterrâneo, portanto historicamente determinado pela influência latina e árabe, e o sul árido, vinculado ao Deserto do Saara, com clima seco, caracterizado pelas fortes oscilações térmicas¹⁸ e a interferência do *chergui*, um vento quente e carregado de areia. Por muitos séculos, o sul foi importante política e economicamente, mas atualmente se encontra isolado. Além da barreira que constituem as cordilheiras, influi também a diminuição das caravanas de comerciantes de grupos nômades pela maior vinculação do norte com a economia ocidental. Ao sul do Atlas, o contato mínimo com o mundo latino e depois o baixo grau de miscigenação preservaram boa parte da organização social e a cultura espacial berbere.



Figura 114: Mapa do norte do Marrocos

Fonte: <http://www.sitedevolubilis.com/mapas>. Acesso em 04 mai 2008

Soriano (2006) apresenta uma síntese da sociedade e da cultura berbere, sua cultura espacial e as formas da arquitetura tradicional. A pesquisa centra-se na região sul, entre o Grande Atlas e o deserto. A família berbere é patriarcal, predominantemente monogâmica, à diferença dos árabes cuja família é poligâmica. A casa é habitada pela família extensa: avós, pais e filhos. Denomina-se *Ijs* o grupo de 15 a 20 famílias que formam um pequeno

¹⁷ O Atlas consta de três partes: o Rif ao norte, as mesetas argelinas e marroquies separadas pelo Atlas do Meio e o Grande Atlas e o Anti Atlas, com alturas medias de 3.300 m.s.n.m. que separam o norte do Saara.

¹⁸ Durante o inverno, chega a cair neve na cordilheira. As oscilações, no inverno, vão dos 20° C durante o dia até menos de 0° C à noite e, no verão, de mais de 40° C de dia e menos de 20° C à noite.

aglomerado. A aldeia é integrada por dois ou três *ijds* adjacentes. Três a quatro aldeias próximas formam um *muda*, que os autores ocidentais têm denominado como *subfração*. Três a cinco *mudas* formam o *taqbilt*, um *cantão* ou *fração*, que é a unidade política essencial, dirigida por uma assembleia de chefes de cada *muda*, com funções administrativas, legislativas e executivas. O presidente dessa congregação denomina-se *moqaddem* e, quando tem poder absoluto, chama-se *amghar*. Cada fração é como uma pequena república berbere, com costumes e tradições mais democráticas ou mais oligárquicas. Estas associam-se com outras similares, não necessariamente vizinhas. De três a 12 frações ou cantões conformam um grupo tribal, com território definido, tradições comuns, mas sem uma instituição política específica.

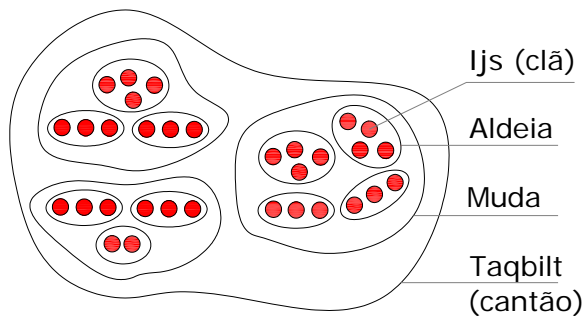


Figura 115: Gráfico interpretativo da organização social tradicional berbere, conforme Soriano (2006)

Existe correlação entre a organização social - desde a família até a congregação-, e a organização político-espacial - desde o aldeamento até o território-. As diferenças geográficas do Magreb – norte fértil e sul árido - e a organização tradicional berbere, somadas ao grau de influência árabe, maior no norte, menor no sul, produziram arranjos e tipologias particulares. Porém, durante o século XIX e até a metade do século XX, com os Protetorados Espanhol e Francês e as lutas de *pacificação*, foram impostas leis ocidentais que esmagaram a organização tradicional berbere.¹⁹

Os assentamentos e a sociedade berbere configuram-se pela adição de unidades e a formação de sucessivos grupos até formarem a totalidade. Em consequência, considera-se

¹⁹ Atualmente o Marrocos está dividido em 16 regiões, a sua vez divididas em províncias e prefeituras. Os idiomas oficiais são o árabe e o francês, falados pela elite. O magrebi, uma derivação dialetal do árabe, é falado pela maioria do povo.

mais apropriado descrever primeiro o espaço privado para entender a lógica de configuração do espaço coletivo.

3.2.2.1 O espaço doméstico

No norte, Sierra (1996) identificou cinco unidades geográficas com seus correspondentes grupos étnicos e tipos de arquitetura doméstica. Entre estes, os grupos árabes urbanos da meseta central, os berberes camponeses arabizados do Rif central, os berberes da costa, os berberes do Rif Alto e os grupos nômades pastoris. As casas urbanas de origem árabe – do grupo dominante – apresentam unidade tipológica em contraste com a variedade de formas de moradia rurais dos grupos berberes. As casas de pátio, *daar* (em árabe) ou *taddart* (em berbere), caracterizam as cidades de Tetuan, Laranche, Alcazarquivir, Arcila e Chauen. Weimer (2005, p. 95) denomina este tipo como *casa-poço*.

Os grupos nômades pastoris vivem em tendas de pele de cabra ou camelo, denominadas *jaimas*, e formam aldeias transitórias em função da disponibilidade de pastagens (Weimer, 2005, p. 95). A passagem para o sedentarismo gerou *kabusas* e *nualas*. A *kabusa* é uma construção redonda e cônica, de dois a quatro metros de diâmetro, elaborada com estrutura de cana e paredes de palha ou barro. A *nuala* é uma cabana de planta retangular ou quadrada e teto de palha a duas águas, a qual evoluiu até a forma de *bit*, que é a moradia básica e tipicamente berbere (Sierra, 1996, p.30-31).

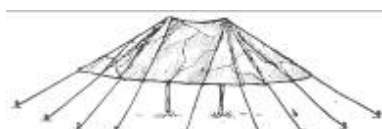


Figura 116: A *jaima*
Fonte: Sierra, 1996, p. 76

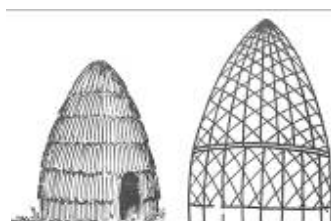


Figura 117: A *kabusa*
Fonte: Sierra, 1996, p. 77

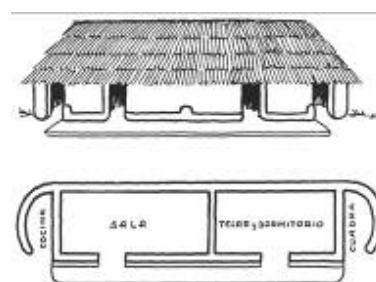


Figura 118: Vista e planta de uma *nuala*
Fonte: Sierra, 1996, p. 78

O *bit* é a casa do núcleo familiar, de planta retangular, em proporção de 1:3 e dividida em três cômodos: sala, dormitório e cozinha. Nas regiões agrícolas do Rif Central, de maior pluviosidade, são construídos em adobe com telhado a duas águas originalmente de palha. Nas regiões costeiras e no Rif Alto, são de pedra e com teto plano, em forma de açoteia. Durante viagem de estudos a Marrocos, em março de 2007, observou-se que, na região das montanhas do Rif, os materiais tradicionais vêm sendo substituídos por cimento amianto e fibro-cimento, porém se conserva ainda o arranjo espacial tradicional. O posicionamento do *bit* pode ser paralelo ou perpendicular à rua. Quando o lado maior está sobre a rua, a sala fica no meio, a cozinha e dormitório, de ambos os lados. Tem mínimas aberturas, geralmente as portas da rua e dos fundos. Quando o lado menor está sobre a rua, a sala fica na frente, a cozinha, para os fundos e no meio fica o quarto de dormir, sem janelas. O quintal é demarcado por muros e chamado de *alfurja* (Weimer, 2005, p.98).



Figura 119: Planta e vista de um *bit*
Fonte: Weimer, 2005, p. 96



Figura 120: *Bits* do Rif
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2007

A somatória de dois ou mais bits configura uma espécie de pátio, cercado com taipa, que serve para recolher o gado, denominado *kur* ou *merab*. Esta é a moradia da família extensa, cujo somatório forma a aldeia. (Sierra, 1996, p.32) Em relação à rua, os *bits* podem estar dispersos ou contíguos. Às vezes são geminados, mais que por economia, por uma questão de conforto climático, como a necessidade de proteger o espaço público do vento. Quando não há edificação em um trecho de rua, é frequente o fechamento com muro alto para desviar o vento (Weimer, 2005, p.97). Em todos os casos, o maior ou menor grau de adensamento, com os *bits* contíguos ou dispersos, somado às características do sítio, gera a ampla diversidade formal dos assentamentos berberes.

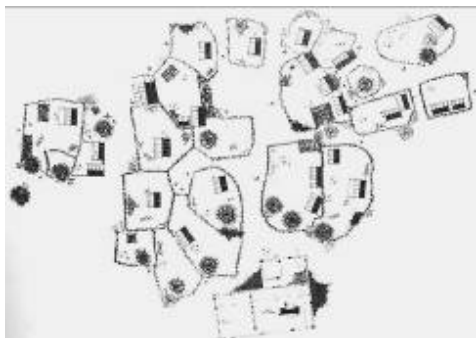


Figura 121: Esquema da agrupação de kurs.
Fonte: Bianca, 2000, p.53



Figura 122: Agrupação de Kurs, aldeamento no Rif nas proximidades de Tetuan.
Fonte: Imagem satelital de Google Earth, 2008
35° 32' 08.64"N; 5° 24' 34.10" O

A região sul, entre o Grande Atlas e o deserto (Soriano, 2006) apresenta dois tipos de moradia: a casa de pátio berbere e a residência fortificada ou *tighremt*.

- A casa de pátio berbere, à diferença da árabe, deriva da agregação de bits, é construída em adobe, tem mais de dois pavimentos e açoteia formada por estruturas de madeira e barro. O térreo, geralmente obtido pelo aproveitamento de desnível, destina-se à guarda de animais ou produtos agrícolas. A segunda planta e as superiores são para residência. A cozinha tem o forno para o pão e fogões. O terraço é o local de convívio, de permanência feminina e das crianças; serve para receber visitas, trabalhos domésticos e secagem de dateis. Frequentemente, o quarto de hóspedes está associado ao terraço, ao qual se chega pela escada sem necessidade de entrar na área residencial.
- *O Tighremt* é a moradia familiar fortificada, seja no interior de assentamentos, seja isolada no campo, ainda que frequentemente esteja relativamente próxima a outras similares. Este tipo têm três a quatro pavimentos, caracteriza-se pela planta quadrada e fortificada com quatro torres angulares e um pátio central (de um a dois metros como mínimo) para ventilar a cozinha, denominado *olho da casa*.



Figura 123: planta e vista do tighremt do jalifa de Toundout
Fonte: Soriano, 2006, p.108

A *gasba*, conjunto residencial fortificado que pertence ao chefe, o *caid* ou o governador, surge como palácio urbano ou pela ampliação do *tighremt*. É similar em arranjo e programa ao andaluz, porém este tipo considerado como tipicamente magrebí, apareceu só até o início do século XIX, pela acumulação de riqueza e poder dos chefes locais, principalmente na região de Marrakesh (Soriano, 2006, p.140).

3.2.2.2 Formas de aldeamento

À continuação descrevem-se as formas de aldeamento características da região norte do Atlas - o *zinat* - e ao sul, nas proximidades do Saara, - o *duar* e o *ighrem* -.

1. O *zinat* (termo *zinat*, recolhido em entrevistas no local, em 03/03/2007) é o aldeamento agrícola do Rif, de ocupação dispersa, desprovido de muralhas. Os bits acomodam-se ao longo dos percursos irregulares, sem chegar a delimitar quarteirões. Conforme Weimer, (...) *se espalham de forma livre em direção as zonas rurais (...) [e] formam uma conurbação dentacular* (2005, p. 96). Frequentemente uma pequena mesquita e equipamentos coletivos posicionam-se no encontro de caminhos. A parcela é delimitada com cercas de pedra, plantas suculentas e espinhosas, ou paus de madeira para proteção dos ventos.

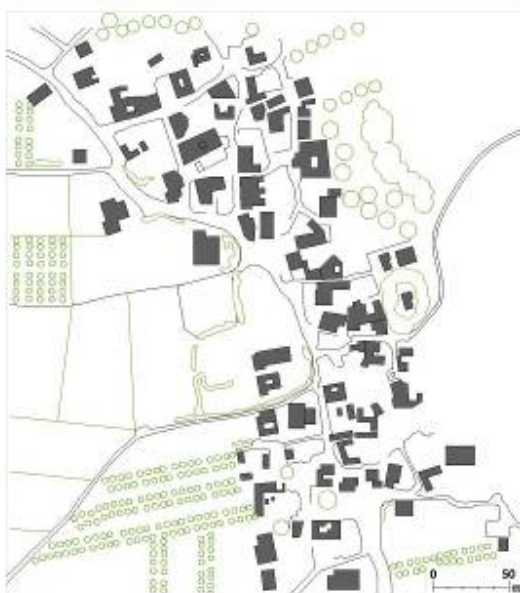


Figura 124: Planta de uma aldeia rural na região de Meknes.
Fonte dos dados: imagem satelital de Google Earth: 33°56'00" N; 5°26'23"O

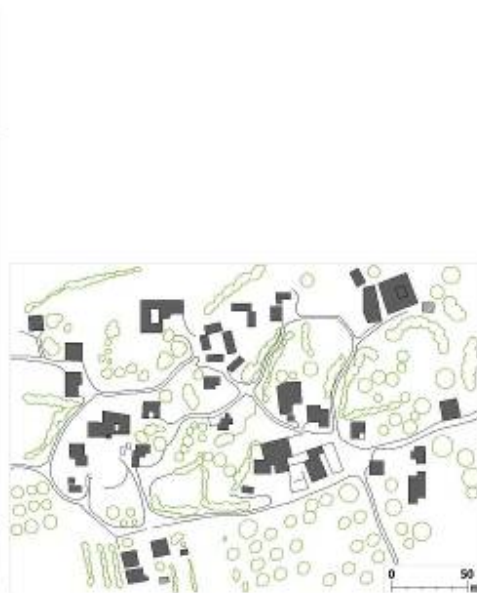


Figura 125: Planta de uma aldeia na região de Meknes
Fonte dos dados: imagem satelital de Google Earth: 33°58'09" N; 5°24'05"O



Figura 126: Paisagem do Rif,
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2007



Figura 127: Ocupação dispersa
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2007



Figura 128: Aldeamento do Rif.
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2007

Mais ao sul, na região de Marrakesh, os terrenos montanhosos são escalonados para ter terraços de cultivo. As casas são de taipa e teto plano e posicionam-se mais próximas, mantendo o cercamento perimetral da parcela.



Figura 129: Aldeamento na região de Marrakesh
Fonte: imagem satelital de google earth
35°22'05.01" N, 5°17'20.98" O



Figura 130: Aldeamento na região de Marrakesh.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/rpower/549897113>
Acesso em 26 mai 2008

2. O *duar* é aglomerado rural configurado em torno de uma ou várias *tighremt*. O espaço público é o que sobra da definição das parcelas e do posicionamento das edificações e pode ter diversas formas com maior ou menor grau de regularidade.



Figura 131: Vista e croquis do duar Tinwar com a tinghremt no centro.
Fonte: Soriano, 2006, p. 124.

Por motivos de segurança, há um celeiro coletivo, *agadir* (em berbere), formado pelo agrupamento de diferentes compartimentos individuais em um só edifício. A existência deste equipamento não implicava o cultivo comunitário (Soriano, 2006).

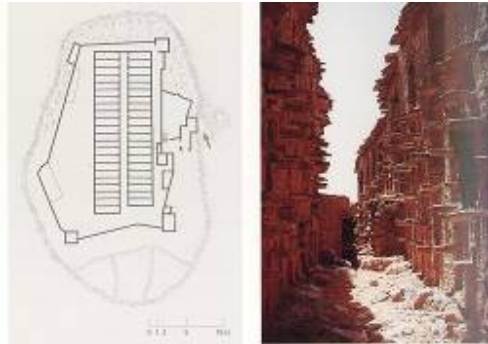


Figura 132: Planta e fotografia do celeiro coletivo em Imeshguigueln.
Fonte: Soriano, 2006, p. 118.

3. O ighrem (em berbere) é um assentamento compacto, unitário, densamente ocupado, delimitado e protegido por muralhas e torres. É a forma urbana mais antiga do Magreb que se situa sempre perto de oásis e rios, obviamente pela disponibilidade de água potável. O termo equivale a *qsar* (em árabe, *qsur* no plural). Porém, *qsar* também pode significar *al-rabat* que é o recinto urbano de maior extensão, amuralhado e compacto, com mesquita, mercado, zona comercial, vários bairros residenciais e *qsaba* ou conjunto residencial fortificado do chefe político. A administração do *ighrem* é exercida pela assembleia presidida pelo *moqaddem*. Semelhante ao que ocorre na cidade árabe, quando ultrapassa um número de habitantes, neste caso 3000 indivíduos, forma-se um arrabalde que virá a constituir outro *ighrem*. Em assentamentos maiores, dirigidos pelo *shij*, cada *ighrem* é administrado por um *moqaddem* (Soriano, 2006). O *ighrem* apresenta diversas formas, desde plantas irregulares que se adaptam ao lugar, similares às das cidades árabes, até plantas ortogonais.²⁰ Os assentamentos irregulares são os mais antigos e foram construídos em diferentes etapas, por adição de arrabaldes. Os ortogonais foram feitos de uma só vez por tribos sedentarizadas no século XIX. Em todos os casos são conjuntos compactos, densamente ocupados, delimitados por muralhas e, geralmente, têm uma porta só.

²⁰ Soriano (2006, p.99) comenta que a ortogonalidade dos *ighrem* levou a especialistas como Emile Laoust a associar os *qsur* com assentamentos romanos.

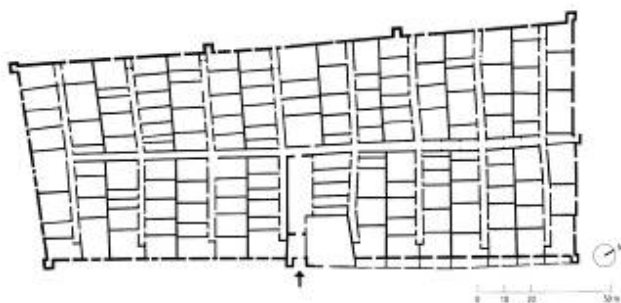


Figura 133: Ighem El Khorbat, oásis de Ferkla, de traçado regular.
Fonte: Soriano, 2006, p. 100.



Figura 134: Ighem El Khorbat, Acesso.
Fonte: Soriano, 2006, p. 100.

Os arruamentos são conformados por uma rua principal da qual se desprendem os becos sem saída. A rua tem entre um e dois metros de largura, com calha central para escoamento das águas pluviais; apresenta trechos cobertos por edificações ao nível do segundo pavimento, para proteção do sol inclemente e das tormentas de areia, alternados por trechos descobertos, permitindo a ventilação. O programa de equipamentos coletivos é o mesmo da cidade árabe. No interior do *igherem* e perto do acesso, estão os edifícios institucionais: a mesquita, dentro dela a escola corânica, e os banhos coletivos.

A presença da mesquita determina o limite entre um pequeno *igherem* e um *duar* ou aldeamento protourbano. As mesquitas do Magreb diferem das da Síria e do Oriente. Nas primeiras, os minaretes são em forma de torres retangulares e têm, no acesso, um espaço de transição similar ao *nardex* das igrejas cristãs. Nas segundas, as torres são terminadas em cúpulas. Além disso, as mesquitas do sul do Atlas careciam de minarete para chamar à oração, utilizando-se o terraço para tal fim. No exterior e relativamente longe do espaço urbano, localizavam-se o cemitério (*yabania*), os mausoléus (*qubba*) ou santuários destinados para líderes religiosos, bem como as eras e os estábulos.

3.2.3 Síntese ibérica e permanência berbere

A presença árabe e berbere na península ibérica deixou algumas invariantes de suas tradições espaciais, que se adaptaram aos contextos locais e desenvolveram-se como tipos de identidade regional. À continuação, identificam-se os elementos comuns à cultura islâmica e as especificidades da tradição árabe e berbere que permaneceram na Península.

3.2.3.3 As formas de aglomeração

Em nível regional, a organização político-territorial árabe, do mesmo modo que a romana, era hierarquizada, centralizada e apoiada em um regime jurídico; diferentemente à dos berberes seguia a ordem tribal. O modo de planejamento essencialmente pragmático, da unidade à totalidade, e o desenvolvimento gradual e aditivo definiram a principal característica do urbanismo islâmico: a configuração de uma paisagem urbana com diversidade dentro da unidade. A islamização fez que tanto assentamentos árabes como berberes apresentem o mesmo programa urbano de edifícios coletivos, sendo a complexidade destes um índice para medir o grau de urbanidade de um dado aglomerado.

A estruturação do espaço intraurbano árabe em bairros diferenciados e arrabaldes, cada um com seus espaços e edifícios coletivos, permitiu que fossem ocupados por diversos grupos étnico-religiosos ou profissionais. Esta organização permaneceu na península após a recristianização sob a forma de freguesias e confrarias que viriam a passar para as colônias ultramarinas, como um mecanismo de segregação e controle social. As diferenças étnicas e culturais incidiram na organização social e na distribuição da população: os descendentes de árabes conformavam a elite política e sociocultural, dedicavam-se a profissões urbanas quando moravam nas grandes cidades e, no campo, eram os grandes proprietários. Os descendentes de berberes formavam, em sua maioria, a base do povo, habitavam bairros populares, arrabaldes, aldeamentos agrícolas e de pescadores; as invariantes de sua cultura espacial adaptaram-se a esses diferentes contextos.

A influência berbere na Península e principalmente em Portugal, tão evidente pela proximidade geográfica e por ter sido o componente étnico majoritário na região ao sul do Tejo, tem sido desconsiderada, em parte porque a imagem dos grandes centros urbanos dos omíadas e nazaries, concentrados na vale do Guadalquivir, foi ressaltada pela historiografia tradicional como a base da identidade muçulmana peninsular.



Figura 135: Aglomerado rural. Tavira - Algarve
Fonte: Tavira. Turismo do Algarve. Concelho de Tavira.
Folder [s.n.e.]



Figura 136: Aglomerado urbano
Santiponce- Andalusia
Fonte: fotografia da autora, 11/02/2007

3.2.3.4 Os tipos de edificações domésticas

Embora seja comum a resposta às determinantes climáticas e o caráter intimista da casa, a origem árabe ou berbere determinou grandes diferenças tipológicas no espaço doméstico. Nas cidades de maioria árabe, predominou a casa de pátio, comum também à tradição romana, da qual teve influência. Este tipo foi sintetizado, aperfeiçoado e dele derivaram outras formas mais simples e mais complexas. Na metade sul da atual Espanha e na Hispano-américa, o tipo *casa de pátio* foi o referencial para edifícios públicos, casas de habitação das elites e camadas populares. Diferentemente em Portugal e em seus domínios ultramarinos, este tipo foi implementado exclusivamente em edifícios coletivos, palácios e residências nobres. Os aglomerados do al-Garb, junto com as pequenas vilas do leste da Andalusia, foram majoritariamente habitadas por descendentes berberes que trouxeram do Rif a casa térrea, compacta, de planta retangular e arranjo linear cuja origem está no *bit*. Conforme Weimer (2000), do bit derivaram os diferentes tipos domésticos característicos das regiões que tiveram maior grau de islamização, que o autor lista de acordo com a identificação apresentada por Moutinho (1979). Como o modo de arranjo dos aglomerados

berberes vai da unidade à totalidade, considera-se importante apresentar uma síntese dos tipos mais relevantes para a futura comparação com as casas açorianas e o entendimento de suas formas de aldeamento.

1. Casas algarvianas

O Algarve apresenta vários tipos de casas de alvenaria e caiadas. As das aldeias agrícolas da serra de Monchique ao oeste apresentam planta retangular e telhado a duas águas e posicionam-se com o lado maior paralelo ao passeio. Na região central, predomina a de planta quadrada, equivalente ao somatório de dois bits, com açoteia sobre a metade da frente. Nas vilas de pescadores do leste, as casas de planta retangular posicionam-se com o lado menor paralelo à rua, apresentam fachada de dois vãos – porta e janela – e açoteia em toda a cobertura. Em todas, a chaminé é objeto de plasticidade, seja de forma piramidal ou cônica.

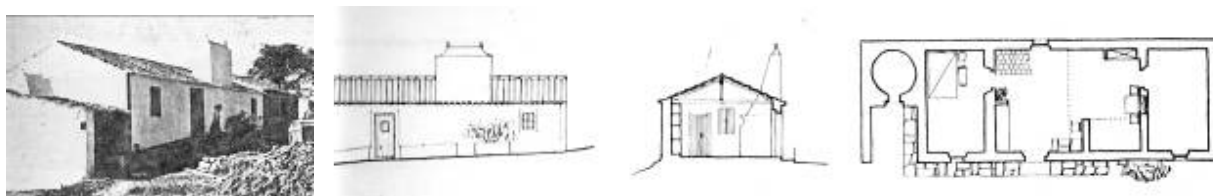


Figura 137: Casa de aldeia agrícola predominante na serra de Monchique, Algarve oeste.
Fonte: Arquitectura popular em Portugal, p.669.

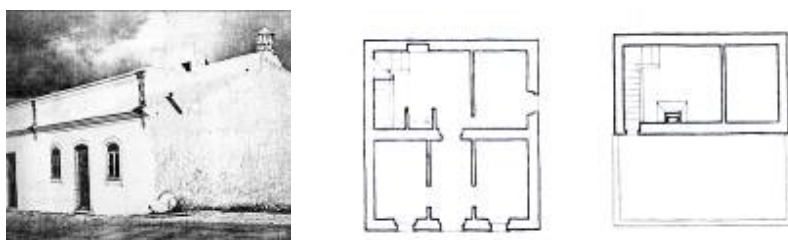


Figura 138: Casa com açoteia e fachada de três vãos do Algarve Central
Fonte: Arquitectura popular em Portugal, p.652.



Figura 139: Casa de Pescadores, Algarve leste.
Fonte: Moutinho, 1979, p. 149.

2. Casas alentejanas

De planta retangular, com o lado menor paralelo à rua, apresentam o acesso pela cozinha e pé direito duplo. Construídas em alvenaria com a fachada caiada, geralmente têm um único vão e a chaminé, em forma de tronco de pirâmide, integra sua composição.



Figura 140: Casa alentejana.
Fonte: Moutinho, 1979, p. 132.

Na península de Setúbal e na serra da Arrábida, predomina a casa térrea de planta retangular com lado maior paralelo ao passeio, paredes externas de alvenaria, divisórias internas de madeira e forno externo.

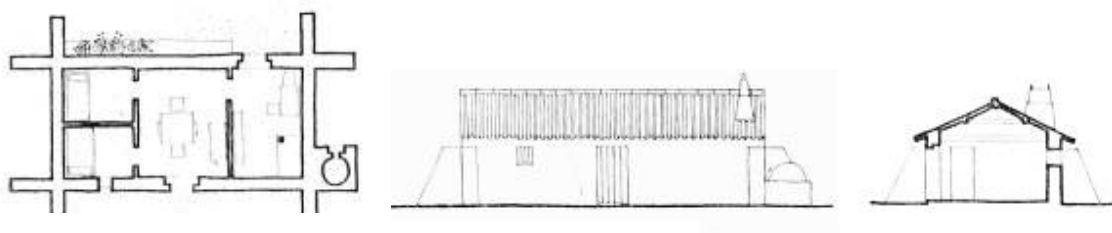


Figura 141: Casa da Arrábida.
Fonte: Arquitectura popular em Portugal, p.438.

4. Casa de madeira

A mesma configuração da planta do tipo anterior verifica-se nas casas erguidas nos aldeamentos de pescadores, no litoral ao norte do Tejo, sobre palafitas de madeira ou alvenaria.

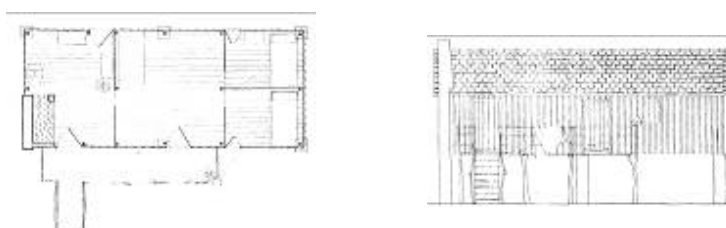


Figura 142: Casa de madeira
Fonte: Arquitectura popular em Portugal, p.383

5. Casa saloia

Esta habitação constante na região ao norte de Lisboa e Sintra, apresenta uma planta retangular paralela ao passeio, com um único acesso e o segundo pavimento ocupando a metade da planta. Ao lado, se anexa um quarto para arrumação ou um forno que pode estar comunicado internamente com a cozinha. Weimer (2000, p.44) destaca que o termo *saloio* significa habitante do deserto, evidenciando-se o ancestral berbere deste tipo.

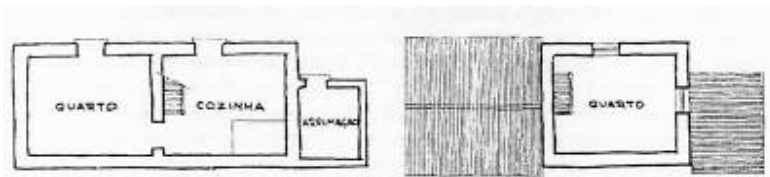


Figura 143: Casa saloia.
Fonte: Weimer, 2000, p.44

3.2.3.3 Alguns exemplos da influência berbere

Faro (Algarve)

Situada na Ria Formosa, no extremo oeste do Arco de Cadiz, surgiu em torno do século V a.C como uma feitoria fenícia. Durante a hegemonia romana, era conhecida como *Ossobona* e foi um importante local de salga de peixe e produção de *garum*. O assentamento situava-se na atual *Vila Adentro*; o cardo (norte-sul) coincide com a atual Rua do Castelo e o decumano, com a atual Rua do Repouso; o núcleo industrial localizava-se extramuros, no litoral, junto com o cemitério.

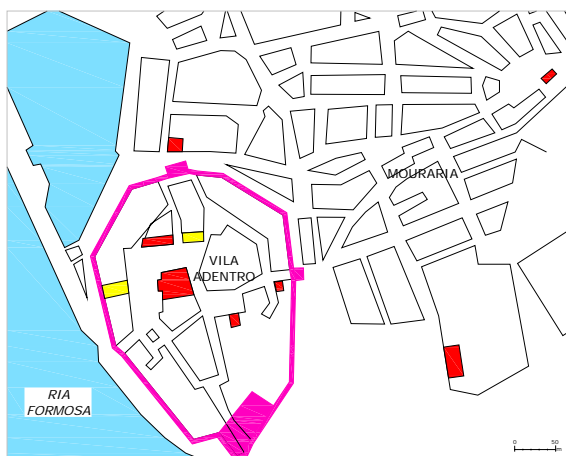


Figura 144: Faro: Vila Adentro e Mouraria.
Fonte dos dados: Planta atual do centro de Faro. Turismo do Algarve. Concelho de Faro. Folder [s.n.e.]



Figura 145: Faro. Rua principal da Vila Adentro,
Fonte: fotografia da autora, 18/02/2007

Durante o domínio visigótico foi sede do bispado e, entre os séculos VI e VII, esteve sob domínio bizantino. Desta época pouco se conhece além do reforço das muralhas. (Monumentos Pt, 24, p. 24-41). Em 713, foi conquistada pelos muçulmanos e daí em diante configurou-se sua estrutura urbana. Em 1249, passou ao domínio cristão. No século XVI, por sua importância marítima e comercial, foi objeto de renovação urbanística e de dotação de novo perímetro defensivo abaluartado e de equipamentos urbanos. Em 1540, teve a categoria de cidade e sede do concelho e, desde 1577, é sede do bispado do Algarve, transferido desde Silves.

A espacialidade árabe - sobre preexistência romana - evidencia-se na *Vila Adentro*: recinto fortificado, de forma oval, com castelo à maneira de alcarcel; posicionamento das mesquitas (que posteriormente viriam a ser adaptadas como igrejas); tipo de casa de pátio de dois pavimentos, como referencial para edifícios civis e moradias nobres. A tradição espacial berbere verifica-se na *Mouraria*, formada como arrabalde diferenciado e extramuros, bem mais extenso que a Vila Adentro. A segregação dada pela contraste entre recinto fortificado e arrabalde é semelhante, em parte, com a configuração de povoados berberes em torno de um *tinghremt*.



Figura 146: Faro, largo na Mouraria.
Fonte: fotografia da autora, 18/02/2007



Figura 147: Faro, casas de pescadores da Mouraria.
Fonte: fotografia da autora, 18/02/2007



Figura 148: Faro, casa térrea na Mouraria.
Fonte: fotografia da autora, 18/02/2007

Desde a hegemonia muçulmana, o território do Algarve organiza-se a partir de uma série de cidades (Tavira, Faro, Albufeira, Silves, Portimão, Lagos e Sagres), tradicionalmente comunicadas por uma estrada paralela ao mar; ao redor e dependendo delas, implantam-se pequenas aldeias agrícolas e povoados de pescadores a não mais de 10 km uns dos outros. Apresentam-se dois exemplos nos quais, no entender da pesquisadora,

identificam-se aspectos da espacialidade berbere. A Vila do Bispo, como assentamento agrícola, ao oeste nas estribações da Serra de Monchique, e o aldeamento de pescadores da Ilha da Culatra, na Ria Formosa.

A Vila do Bispo

Sua origem não está documentada, mas, desde o período islâmico, teve destacada importância econômica pela produção de cereais que abasteciam toda a região, da qual ficaram como evidência os moinhos, localizados sobre a chamada Rua dos Moinhos, que corre pelo divisor de águas da colina aonde se implanta o aglomerado. Teve seu foral em 1662 e, em 1801, contava com 684 habitantes. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/viladobispo>)

O assentamento é denso e compacto, mas não teve fortificações. A igreja matriz data do século XVI e seu aspecto é do século XVIII, seu posicionamento perimetral corresponde, provavelmente, à antiga mesquita. As ruas são irregulares, em função da acomodação ao terreno das construções e da necessidade de desviar os ventos, correm em sentido leste-oeste e são cortadas por travessas. As parcelas com casas inicialmente térreas, de áreas mínimas (40 m² em média) em duas fileiras, formam quarteirões alongados. Cumeeiras paralelas à rua e tetos de meia água, com chaminés e fachadas com mínimas aberturas, evidenciam que este tipo de casa é uma forma derivada do bit magrebino.

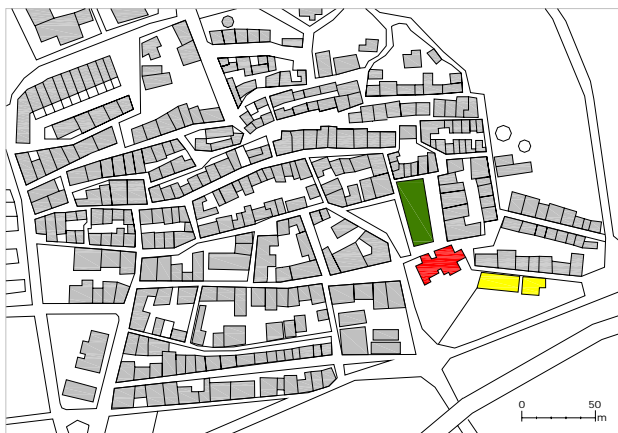


Figura 149: Planta da Vila do Bispo.
Fonte dos dados: Turismo do Algarve.
Concelho de Vila do Bispo Folder [s.n.e.]



Figura 150: Vila do Bispo. Moinho
Fonte: fotografia da autora,
18/02/2007



Figura 151: Vila do Bispo,
Rua dos Moinhos
Fonte: fotografia da autora,
18/02/2007



Figura 152: Vila do Bispo.
casas.
Fonte: fotografia da autora,
18/02/2007



Figura 153: Vila do Bispo.
Casas
Fonte: fotografia da autora,
18/02/2007

A Ilha da Culatra

Os territórios lacunares da Ria Formosa, nas imediações de Faro, tradicionalmente foram ocupados por pescadores, que formaram pequenos aldeamentos de casas térreas e compactas construídas em madeira. O casario da Ilha da Culatra ainda não tem sequer estatuto de aldeia. Caracteriza-se por ser um núcleo adensado de casas contíguas, para obter proteção dos ventos, que formam ruelas em sentido norte-sul, perpendiculares à orla, dispersam-se no território e, eventualmente, são cruzadas por travessas. Nas últimas décadas, as casas tradicionais vêm sendo substituídas por construções de alvenaria e o casario está ameaçado pela pressão do turismo e pela especulação imobiliária, já que as casas estão sendo compradas como segundas moradias, com a consequente migração dos pescadores.



Figura 154: Povoado de pescadores na Ilha da Culatra.
Fonte: imagem satelital de Google Earth, 2008
36°59'37.52" N, 7°50'22.92" W



Figura 155: Ilha da Culatra
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/86393736> Acesso em 02 jun 2008

No último baluarte da resistência muçulmana, a população *moura* ocupou as áreas montanhosas das chamadas regiões do *Poniente Granadino* e da *Sierra das Alpujarras* (Província de Granada) bem como a orla da Costa do Sol (Província de Málaga) e os aglomerados rurais do Guadalquivir (Províncias de Sevilha e Cádiz).

O *Poniente* era a última fronteira e uma área de cultivo de olivais com assentamentos tais como Loja e Montefrio. Este último desenvolveu-se na ladeira de um penhasco onde se situava a alcaçaba que servia para vigilância do local e onde Isabel de Castela ordenou edificar uma igreja, após a toma do povoado, em 1486. A malha labiríntica, de ruas estreitas e becos conforme a topografia, corresponde à espacialidade árabe, porém a arquitetura doméstica invariavelmente é do tipo de casa alinhada, compacta, com cumeeira paralela à rua, uma ou duas plantas e fachadas com aberturas controladas.



Figura 156: Montefrio (Província de Granada) penhasco e casario. Fonte: fotografia da autora, 15/02/2008



Figura 157: Montefrio, arruamento. Fonte: fotografia da autora, 15/02/2008



Figura 158: Montefrio. Detalhe do arranjo. Fonte: fotografia da autora, 15/02/2008

As *Alpujarras* apresentam alturas entre 1000 e 1500 m.s.n.m. A região, pobre para a agricultura, foi ocupada tardiamente e relegada aos berberes que formaram uma rede de pequenos aldeamentos, ao longo da estrada entre Granada e o Porto de Almeria, entre os quais se destacam Padul e Trévez. Durante a reconquista, estes povoados serviram de refúgio aos mouros revoltados e, em decorrência, preservam a identidade e os arranjos espaciais próprios da tradição berbere. A baixa pluviosidade permitiu o desenvolvimento de casas compactas com teto plano similares às do sul do Atlas.



Figura 159: Busquistar (Província de Granada)
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/chrisjuden/1716291956>. Acesso em 02 jun 2008



Figura 160: Busquistar. Detalhe dos tetos planos
 Fonte: Andalusia, 2000, p. 422

As aldeias de pescadores da costa de Málaga (Província de Málaga) também apresentam invariantes da tradição berbere. Estes assentamentos formaram-se como arrabaldes distantes, a menos de 10 km uns dos outros, posicionados ao longo da estrada paralela ao litoral que, ao cruzar a área urbana, coincide com a rua principal. Com a cristianização passaram a formar freguesias e, na segunda metade do século XX, por conta da conurbação da Costa do Sol, perderam sua identidade como núcleos urbanos. Ainda é possível, porém, ter uma leitura de sua estrutura inicial: malha formada por ruas paralelas ao mar; becos e travessas perpendiculares; quarteirões alongados com parcelas divididas em duas fileiras de lotes ocupados por casas térreas, com cumeeira paralela à rua, sobre o alinhamento, e com fachadas de vãos maiores que nos casos anteriores, *janela e porta* ou *janela- porta-janela*



Figura 161: La Cala del Moral (Província de Málaga)
 Fonte: fotografia da autora, 18/02/2008



Figura 162: Rincón de la Victoria (Província de Málaga)
 Fonte: fotografia da autora, 18/02/2008



Figura 163: Nerja (Província de Málaga)
 Fonte: fotografia da autora, 17/02/2008

3.3 Recristianização da Península Ibérica e unificação de Portugal

Durante os cinco séculos que transcorreram até o ano 1000, boa parte da Europa regrediu a uma economia agrícola primitiva. Sabe-se que a maioria da população habitava em aldeias agrícolas, embora a impossibilidade de definir o grau de urbanidade e a proporção de habitantes urbanos (Morris, 2001, p. 172). O povo sobrevivia à beira da fome e estava continuamente exposto aos ataques de guerreiros nômades. Somente as abadias e mosteiros rurais ofereciam proteção, quando o perigo era iminente. A recuperação dessa situação de insegurança e escassez ocorreu no final do século X. Por uma parte, o campo tornou-se mais seguro pela presença de mais castelos e pela ascensão do feudalismo, pois os nobres garantiam proteção militar ao povo em troca de serviços perpétuos. Por outra, os centros urbanos reativaram-se graças às atividades mercantis (Sennett, 2001, p. 135).

A reativação das cidades coincidiu com o considerável aumento da população²¹ e modificou substancialmente a organização política e territorial. As causas deste fenômeno, algumas delas apontadas por Benévolo (2001, p. 256), foram as seguintes:

- Ampliação das fronteiras agrícolas, graças aos avanços nas técnicas de cultivo, que produziu a transição de aldeia à cidade;
- Consolidação de atividades não agrícolas pela nascente burguesia, ou seja, mercadores e artesãos que viviam à margem da organização feudal, em decorrência os assentamentos existentes, e os *burgos* - locais de importância militar ao redor de um castelo- foram ampliados e adquiriram o *status* urbano, alguns deles viriam a ser cidades-estado;
- Incremento do comércio internacional e do intercâmbio cultural devido à influência das cidades marítimas; à conquista de vários portos do Mediterrâneo, antes em poder dos turcos; às Cruzadas e aos movimentos de peregrinação, entre os quais o *Caminho de Santiago*, um conjunto de estradas entre o norte da França e Compostela (Galiza), local do túmulo do apóstolo Santiago.

²¹ Segundo Benévolo (2001, p. 256), a população da Europa, em 950, era estimada em 22 milhões e, em 1350, era de 55 milhões.

No mundo antigo, comércio e trabalhos manuais eram considerados atividades vulgares, enquanto, na cidade medieval, eram a garantia de progresso material, autonomia e liberdade (Sennett, 2001, p. 136). Para Max Weber, o cidadão medieval estava prestes a converter-se em um *homem econômico*, distante do cidadão antigo que era um *homem político* (*The city*, 1921, p. 212-213 apud, Sennett, 2001, p.137). O corporativismo e os valores cristãos, como a solidariedade e a fraternidade, mantinham a coesão social. Mumford (1998, p. 293) define a cidade medieval como (...) *a união de igreja e comunidade em procura de uma vida santa*. Nesse sentido, duas instituições foram fundamentais: a universidade²² e a igreja. *A universidade lançou as bases de uma nova organização cooperativa do conhecimento numa base inter-regional*. (Ibid., p. 301)

A Península Ibérica - à exceção do extremo norte - apresentava outro quadro. A longa hegemonia islâmica, de cinco séculos no atual Portugal e de sete na atual Espanha, preservou a organização territorial romana e fomentou o desenvolvimento urbano. É de lembrar que, no ano 1.000, Córdoba, com 450.000 habitantes aproximadamente, era a primeira cidade do mundo conhecido e não havia cidades europeias dentro das dez primeiras, por exemplo, Londres, no ano de 1086, tinha apenas 17.850 habitantes (Morris, 2001, p. 173). Ao começar o milênio, no território que viria a constituir Portugal, as diferenças regionais norte - sul do Tejo já estavam acentuadas, dadas as diferenças geográficas e étnico-culturais.

O norte, a região entre os rios Minho e Mondego, coincidia com o Condado Portucalense. Braga era seu principal centro urbano e experimentava uma síntese cultural entre os autóctones, os colonos do sul -moçarabes- e os colonos do norte - neogodos- (José Mattoso, 1992, apud. Rossa, 2002, p.215). Era até então uma região sem coesão territorial, de ocupação predominantemente dispersa, desurbanizada e que, desde o século VIII, experimentava um processo de ruralização, embora o já referido carácter aglutinador das cidades episcopais. Contudo persistia uma relativa estrutura administrativa e territorial, baseada na organização paroquial. O sul, basicamente o *Al-Gharb*, a província do al-

²² As primeiras universidades cristãs são Bolonha -1110, Paris -1150, Cambridge-1229, Salamanca- 1243 e Coimbra - 1290.

Andaluz, sob hegemonia berbere-almorávida; era profundamente marcado pela cultura muçulmana e tinha considerável grau de urbanização. Era uma região periférica com relação aos grandes centros - Córdoba e Sevilha - tendo relativa autônoma. A população de maioria berbere desde o século VIII promoveu inúmeras rebeliões contra o poder central.



Figura 164: A Península Ibérica por volta de 1.100.
Fonte dos dados: Fonte dos dados: Morris, 2001, p.331

A consolidação da nação portuguesa foi um processo indissolúvel da reorganização territorial, da urbanização e do repovoamento e consequência de duas ações militares: a reconquista e, posteriormente, as lutas contra os castelhanos pela delimitação da fronteira. As guerras contra os muçulmanos, como já relatado, iniciaram-se no século VIII, desde Astúrias, e prolongaram-se até o século XIII, avançando para o sul, a partir da ocupação dos principais núcleos urbanos: Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora, cidades que, nesse momento, já apresentavam alto grau de miscigenação. Portugal é a nação mais antiga da Europa, isto é, um território delimitado sobre a base de uma língua e de uma religião que determinariam uma identidade cultural em comum. A unificação política iniciou-se no século XI, quando Fernando I de Castela reconheceu a *Terra Portucali* como condado, que Afonso VI de Leão doou ao seu genro, Henrique de Borgonha. Seu filho, Afonso Henriques, ou *Ibn-Arrik*, filho do Henrique, como o chamavam os muçulmanos, governou entre 1139/1185, declarou-se independente, em 1143, e tomou Lisboa. D. Afonso III assumiu o poder em meio a lutas que levaram à aliança entre o rei e o povo – organizado

em torno dos conselhos locais - em oposição ao clero e à nobreza. Durante seu governo - 1248/1279 -, adotaram-se políticas de valorização do poder municipal, tais como reestruturação urbana, fundação de novas cidades e concessão de garantias aos cidadãos. Obeve-se o controle do Algarve e assegurou-se temporariamente a paz com Castela, mediante a assinatura do Tratado de Badajoz (1267) que, por sua vez, reconhecia o senhorio do Algarve para Portugal. A partir de então e até o século XVIII, os monarcas viriam a ser nomeados como *Rei de Portugal e dos Algarves*. D. Dinis, *O Lavrador*, continuou com as políticas de seu pai, D. Afonso, desenvolveu a agricultura em regiões pouco povoadas como o Alentejo, consolidou o poder régio e unificou administrativa e culturalmente o novo país. Durante sua administração -1279/1325 -, foi assumido o dialeto falado no Porto como língua nacional; criaram-se a Marinha, que viria a ter grande importância no futuro da Nação e a Universidade de Lisboa (1290), trasladada depois a Coimbra (Valverde, 1995, p 231; Azevedo, 1998; http://pt.wikipedia.org/wiki/Reis_de_Portugal (Acesso em 04 out 2008))



Figura 165: A Península Ibérica entre 1248 e 1485. Unificação de Portugal (1248) e de Leão e Castela (1230)

Fonte dos dados: Morris, 2001, p.331

Segundo Benévolo (2001, p 259-263), a partir do século XII, de acordo com a atividade econômica predominante e a forma de administração política, houve dois tipos de assentamentos: *as cidades-estado* e *as cidades agrícolas*. As primeiras estavam na

Península Itálica, Inglaterra e Alemanha, tinham uma organização municipal e foram resultado do desenvolvimento dos portos e dos assentamentos comerciais pela burguesia. As cidades agrícolas podiam ser resultantes da passagem de aldeia a cidade, bem como aglomerados novos, planejados e executados por uma autoridade, como parte de programas políticos de colonização interior, ou seja, de ocupação das terras que lhes eram pertencentes, mas ainda inexploradas.

A classificação tipo-morfológica dos assentamentos medievais é controvertida. Com base em sua origem, Benévolo (ibid.) estabelece dois tipos: as cidades (...) *desenvolvidas como uma cadeia de decisões sucessivas* e as *inventadas a partir de uma única decisão inicial* (2001, p.382). Nos termos de Morris: *cidades de crescimento orgânico* e *cidades novas* (1987, p.987). Em Portugal Medieval, apresentaram-se estes dois tipos; porém estabelecer até que ponto um assentamento corresponde a uma cidade fundada ex-novo ou a uma refundação não é fácil. Segundo Orlando Ribeiro (1968, p. 177, apud Rossa, 2002, p. 217), tanto em cidades originadas por desenvolvimento de preexistências como nas surgidas a partir de um ato político, no momento da fundação entrecruzam-se os tempos de concretização e de transformação, não havendo exemplos puros.

3.3.1 Assentamentos de crescimento orgânico

Estes aglomerados foram produto do desenvolvimento gradual e aditivo a partir de uma preexistência, sem um planejamento global da totalidade, não por isto sem *planejamento*; associam-se a traçados irregulares e mais livres em termos de ordem geométrica. Classificam-se neste tipo as aldeias rurais que passaram a ter *status* urbano e os assentamentos de origem germânica ou romana, como burgos ou castros militares, que adquiriram funções comerciais e cuja regularidade, no segundo caso, alterou-se pelo crescimento aditivo. Como não há uma forma urbana preconcebida para o espaço coletivo, a morfologia deste tipo de cidade depende da arquitetura que a integra, em geral de origem e nebulosa e/ou de desenvolvimento atemporal. O resultado é invariavelmente uma malha irregular de formas irradiantes e desenvolvida a partir dos tipos básicos de cidades germânicas, assim definidas por Weimer (2004): aldeia-monte, aldeia-rua e aldeia-âncora,

mantendo-se a configuração inicial. A irregularidade na malha, o perímetro amuralhado e a ocupação compacta relacionam este tipo de cidade com a de origem árabe, porém dela difere porque não conforma malhas labirínticas e há claro sentido de orientação, decorrente da formação de percursos contínuos - lineares ou em anéis - que levam desde as portas aos elementos primários, o castelo e a igreja (Weimer, 2005). Em síntese, apresentam as seguintes invariáveis:

- *implantação*: os sítios eram locais elevados, ao lado da foz de um rio, do cruzamento de caminhos, de uma ponte ou um castelo; foi precisamente a preservação da situação relevante, em termos militares ou comerciais, que garantiu o desenvolvimento;
- *fortificações*: em função das técnicas de guerra da época, havia um castelo ou fortaleza com fosso exterior e um perímetro amuralhado. Quando existia a cerca, esta tinha altura suficiente para impedir o acesso e o ataque com flechas. A muralha era de alvenaria de pedra, com lenços intercalados com torres circulares. As portas eram referências coletivas e atuavam como elo entre o espaço urbano e rural; ao seu redor configuravam-se locais de intercâmbio social. Era frequente o pagamento de portagem pela passagem de pessoas ou bens. Por razões defensivas, intentava-se impedir a construção no exterior imediato, o que no futuro viria a originar espaços públicos abertos como os rossios, terreiros e largos;
- *crescimento*: quando o espaço intramuros estava saturado, formavam-se os subúrbios e arrabaldes, geralmente ao redor de conventos ou paróquias. Podiam também estar protegidos por muralhas. Semelhante à cidade árabe, a expansão era a adição de um novo bairro com relativa autonomia, identidade comunitária e organizada em torno da sede religiosa:

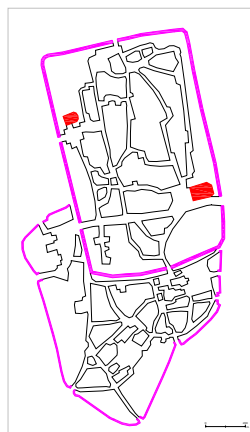


Figura 166: Planta de Leão no século XIII. Antigo castro romano
Fonte dos dados: Morris, 2001, p. 169

- *arruamento*: via de regra, havia uma rua principal, de maior largura, que relacionava os locais de acesso com os elementos primários, castelo e igreja, ou que coincidia com os eixos romanos; a esta convergiam as ruas secundárias, traçadas segundo a lógica do menor percurso ou da menor inclinação, formando um espaço contínuo; as seções estreitas tinham proporções entre 1:3 e 1:6;
- *espaços públicos e equipamentos coletivos*: geralmente as praças formavam-se pelo alargamento de uma rua e/ou pela convergência de várias; os equipamentos coletivos - igrejas, conventos, sedes de corporações - localizavam-se em praças, terreiros ou largos especializados que atuavam como espaços de interface, constituindo diferentes centros;
- *os quarteirões*: em função da malha irregular, tinham diferentes formas e estabeleciam uma ordem orgânica; os do centro eram de menor área e mais adensados se comparados com os periféricos; o parcelamento, de modo geral consistia em duas fileiras de lotes com uma relação frente/fundo de, no mínimo, 1:4, ocupando toda sua frente e deixando os fundos livres para hortas e quintais, cujo somatório gerava um espaço verde no centro do quarteirão;
- *espaço privado*: o tipo constante era a casa em fileira, sem recuo lateral, com a cumeeira paralela à rua; de dois a quatro andares. A variedade de técnicas construtivas regionais, algumas de origem germânica como o enxaimel, incidiram em uma diversidade morfológica. Diferentemente das casas muçulmanas, as casas em fileira estabeleciam relação ampla e direta com a rua, através de janelas e sacadas. Nas ruas e praças de caráter comercial, havia mistura de comércio e moradia, geralmente as lojas ocupavam o andar térreo, complementando o espaço do mercado.

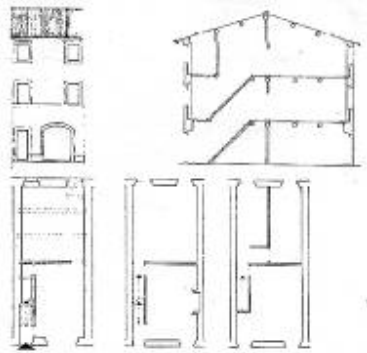


Figura 167: Casas em fileira.
Fonte: Caniggia; Maffei, 1985, p. 52

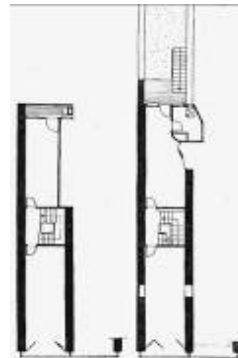


Figura 168: Braga, plantas de casa em fileira
Fonte: Arquitectura popular em Portugal, p.383

3.3.2 Cidades planejadas

Foram resultado de processos de colonização interior e urbanização, comuns a toda Europa, e que só viriam a parar com a crise ocasionada pela grande peste -1348/1349 - que fez desaparecer aproximadamente um terço da população europeia. Eram aglomerados criados *de imediato*, com *status* urbano por uma autoridade – o rei, o senhor feudal, o bispo - em função de motivações econômicas e/ou políticas e como parte de um projeto sistemático de ordenamento e defesa territorial.

Como cidades novas e de cunho erudito, eram planejadas, em sua totalidade, a partir da execução de uma planta da área urbana e da redação de uma carta foral. Este documento jurídico era uma lei escrita, orgânica, local e relativa: *orgânica*, no sentido de organizar um aglomerado social; *local*, porque se referia ao ordenamento e à regulamentação de um espaço com limites territoriais definidos, que compreendia tanto a área urbana como o envolvente agrícola ou florestal; *relativa*, porque era aplicável às relações econômico-sociais recíprocas entre os habitantes e a autoridade. Enquadram-se neste tipo as cidades de colonização interna, principalmente na Inglaterra e na Alemanha oriental; as *bastides* na França, Inglaterra e Gales; as *Poblaciones* da Península Ibérica fundadas nos territórios que os monarcas cristãos iam tomando dos muçulmanos (Benévolo, 2001, p.263). Os três tipos são praticamente contemporâneos, foram motivados por circunstâncias semelhantes e, invariavelmente, o planejamento era um instrumento político que conferia à cidade sua principal característica: a configuração de uma malha regular, sensivelmente ortogonal. Segundo de Azevedo (1998, p. 49), as povoações ibéricas *têm traçados menos rígidos*, que as bastides francesas, *o que não significa uma inferioridade*. Geralmente as bastides eram construídas em terras virgens, enquanto as povoações ibéricas resultavam de reconstruções e fusões de aldeias e tinham maior compromisso com as preexistências. O autor salienta que as influências entre ambos os tipos são recíprocas, elas ainda não estão suficientemente estudadas, porém não é por acaso que nomes como Vila Nova, Vila Real, Salvaterra sejam frequentes em Portugal, Espanha e França, em suas respectivas línguas.

3.3.2.4 *Bastides*

No século XIII, quase metade do atual território francês – o Ducado da Gasgunha e a Aquitânia - estava sob domínio inglês. Ambas as monarquias mantinham uma luta intermitente por seu controle, conhecida como a Guerra dos Cem Anos -1337/1453. Nesse contexto, as bastides eram fundadas para assegurar os territórios conquistados. Eram comunidades agrícolas e militares configuradas a partir de uma malha sensivelmente ortogonal, planejadas pela autoridade proprietária da terra, que tomava as decisões sobre a configuração espacial, ordenando a um técnico a execução do projeto. Para criar uma bastide, era frequente oferecer estímulos para atrair população distante ou estrangeira, potencialmente trabalhadora. A autoridade outorgava incentivos aos futuros moradores que, além de serem proprietários de uma parcela urbana e de áreas agrícolas, adquiriam a condição de homens livres com os privilégios daí decorrentes. A autoridade financiava as obras urbanas e a muralha e os proprietários comprometiam-se a edificar suas moradias e os edifícios públicos, coletivamente, em um prazo determinado, bem como a prestar serviço militar em tempo parcial. A malha virtualmente ortogonal era a forma mais rápida e equitativa de subdividir os lotes. Afirma Morris (1987) que a maior diferenciação entre as bastides inglesas e francesas com respeito às galesas está em que estas tinham um castelo ou cidadela militar, enquanto aquelas contavam com igrejas extremamente sólidas que, eventualmente, serviam para a defesa.

Além da malha regular, que podia apresentar-se ortogonal ou quadricular, as principais características tipológicas das bastides são as seguintes:

- *fortificações*: o perímetro era sensivelmente paralelo à malha, sendo ortogonal, poligonal ou circular. Nas três possibilidades, ruas e quarteirões adjacentes à muralha deformavam-se para manter o paralelismo e conformar uma rua de ronda;
- *arruamentos*: as ruas principais, como geralmente acontecia nas cidades fortificadas, uniam as portas com o centro, neste caso, ocupado pela praça principal;
- *espaço públicos e equipamentos coletivos*: a praça principal resultava da eliminação de um quarteirão central e apresentava pórticos e/ou tratamento arquitetônico significativo, pelo fato de estarem localizados sobre ela os edifícios civis e comerciais. A igreja posicionava-se separadamente, ocupando outro quarteirão;

- *quarteirões*: de formato sensivelmente retangular, subdivididos em parcelas iguais para materializar a igualdade entre os cidadãos. Segundo Benévolo (1983), as bastides e as cidades gregas hipodâmicas são semelhantes, porque estabelecem uma estrutura predial regular e homogênea.

Em relação à valoração deste tipo urbano, a crítica apresenta diferentes opiniões. Comenta Rossa (2002, p. 231) que, embora a geometrização da malha, (...) *a falta ou apatia conceptual de polos urbanos compositivos, denuncia uma atitude que as afasta de qualquer formulação estética próxima das cidades ideais*. Morris (2001, p.171) destaca a importância que viriam a ter, a partir do século XV, como referências metodológicas para a urbanização colonial ultramarina.

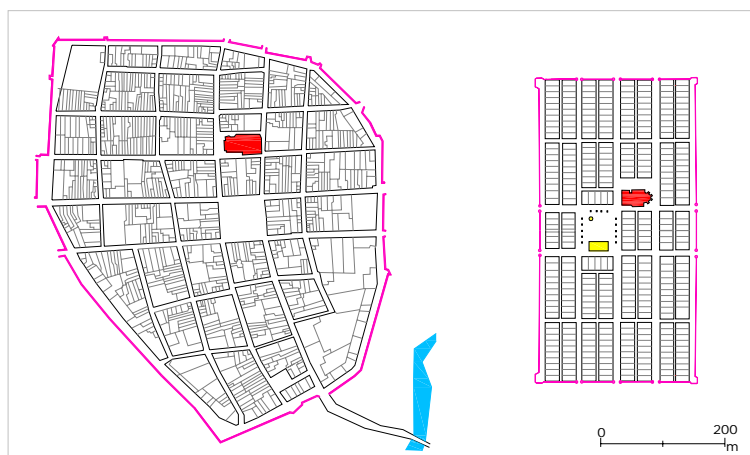


Figura 169: Plantas de Beaumont de Lamogne (século XII) e Mompazier (versão da possível planta do projeto)
Fonte dos dados: Benévolo, 1983, p. 391 e 385.



Figura 170: Aerofotografia de Aigues Mortes. Observam-se as salinas, o canal e o parcelamento agrícola
Fonte: Morris, 2001, p.132.



Figura 171: Vista atual de Aigues Mortes
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/paspog/1472800094>
Acesso em 18 jun 2008

Entre as bastides francesas, destacam-se Beaumont de Lamogne, Aigues Mortes e Monpazier. A primeira é representativa entre os assentamentos fundados por Esustache de Beaumarchais, com variação de perímetro virtualmente circular e configuração da malha sensivelmente quadricular. Aigues Mortes foi fundada, em 1246, pelo rei da França, Luis IX, o Santo, como consequência de uma Cruzada. Situada no Mediterrâneo, entre a foz do Ródano e o canal que cruza as marismas e as salinas industriais, tem um perímetro virtualmente retangular paralelo à malha. Monpazier, na região do Perigord, foi fundada, em 1248, por Jean de Grailly, em territórios então pertencentes a Eduardo I, rei da Inglaterra. Conforme Morris (2001, p. 135), a planta foi desenhada a partir do módulo de uma parcela de aproximadamente 6m de frente por 22m de fundo, com dois acessos. As ruas principais, de seis metros de seção, coincidem com as portas da muralha; as secundárias, de dois metros, separam as parcelas pela parte posterior.

3.3.2.2 Povoações ibéricas

Com o processo de repovoamento decorrente da reconquista, foi recuperada a tradição dos traçados regulares da Antiguidade. A partir da conformação do *Caminho de Santiago*, motivada pelos reis Navarros, foram fundadas, ao longo da rota, povoações como Puentelareina e o burgo de San Cerín de Pamplona, com arruamentos perpendiculares e quarteirões alongados de duas fileiras de lotes, que conformam malhas sensivelmente ortogonais (García Fernandez, 1989).

Puentelareina, no reino de Navarra, teve a carta foral em 1122. Caracteriza-se pela configuração à maneira de *aldeia rua* perpendicular ao rio, ao lado de uma ponte. As ruas são muito estreitas (3m) e as parcelas igualmente estreitas e compridas. Segundo Moris (2001, p. 171), nesta povoação, os colonos eram sancionados em caso de não edificarem suas parcelas no prazo de um ano e um dia. Provavelmente num estágio inicial, unicamente existiam as parcelas ao longo da rua principal, com o desenvolvimento, viriam a ser anexados o arrabalde, em torno do hospital, e as parcelas encostadas no lado externo da muralha. Seriam também divididas transversalmente as parcelas e edificados os novos frentes, surgindo outras ruas paralelas e as travessas que formam quarteirões alongados com dois fileiras de lotes. Observa-se a ausência de espaços públicos importantes, só no

entorno da igreja havia uma área livre destinada ao cemitério, e, no entorno da porta principal, um portal onde aconteciam as atividades cívicas e comerciais. Segundo Garcia Fernandez (ibid.), este modelo foi difundido nos diversos reinos do norte da península, com algumas variações no País Basco, onde as ruas laterais curvam-se formando um esquema de proa ou de dupla proa. A vila de Monsaraz, no Alentejo, com carta foral de 1276, anteriormente analisada, apresenta também a configuração em proa, evidenciando as mútuas influências entre os reinos ibéricos.



Figura 172: Puentelareina

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/91393986> Acesso em 13 out 2008

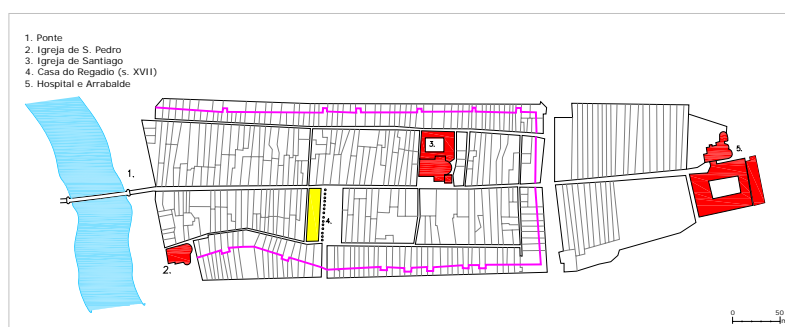


Figura 173: Planta de Puentelareina [década de 1980]

Fonte dos dados: Garcia Fernandez. In: CEHOPU, 1989, p. 90.

No século XIII, nos reinos de Catalunha, Aragão e Valença foram frequentes os assentamentos de malha ortogonal com praça central. Jaime I, *O Conquistador*, planejou várias vilas para conter aos mouros depois da conquista de Valência, entre elas Villareal de los Infantes (atual Castellón), fundada em 1270, que se destaca por sua condição modélica (Gasparini, 1991). A malha forma-se pelo cruzamento de dois eixos perpendiculares, retomados da tradição romana, que uniam as portas com o centro; a muralha paralela é colada aos quarteirões; a praça aporticada está delimitada por quarteirões em forma de 'L'; as vias secundárias de menor largura formavam becos, herdados da tradição muçulmana.

Garcia Fernández (1989) estabelece uma comparação entre esta vila e as futuras hispano-americanas: em Villareal, a praça é decorrente da malha, nas fundações hispano-americanas, ao contrário, a forma e a dimensão da praça, como ponto de origem, definem as características da malha.

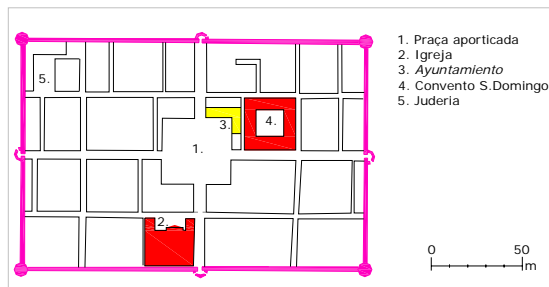


Figura 174: Planta de Villareal de los Infantes
Fonte dos dados: Garcia Fernandez. In:CEHOPU, 1989, p. 92

A Espanha medieval foi rica em textos teóricos sobre a forma ideal da cidade, os quais eram de conhecimento dos monarcas e dos técnicos portugueses. A malha quadricular estruturada a partir de dois eixos principais, retomados da tradição romana, a praça central e o parcelamento homogêneo são constantes. Entre estas contribuições teóricas destacam-se:

- *la ley de las siete partidas* do rei de Castela e Leão Afonso X, *o sábio*, que governou entre 1260 e 1265;
- as *Ordenaciones Mayorquinas*, de 1300, promulgadas por Jaime II de Maiorca, e colocadas em prática nas povoações das Baleares de Petra e Sá Pobla;
- a cidade episcopal do frei franciscano catalão Francisco Eximenis, contida no texto *Dotze del Cretiá*, de 1383, que ilustra um modelo teórico que se antecipa aos tratadistas do Renascimento.

3.3.2.3 As cidades medievais planejadas em Portugal

O repovoamento dos territórios conquistados aos mouros, seja reabilitando assentamentos preexistentes, seja fundando cidades novas, realizou-se a partir da concessão de cartas de foral e da implementação de medidas urbanísticas e administrativas similares às que se verificam nas *poblaciones* espanholas e nas *bastides* francesas. Foi um processo realizado predominantemente pela autoridade régia, com a colaboração dos conselhos municipais do centro do país, da Igreja e das Ordens Militares. Azevedo (1998, p. 45) relata

que, nessa ocupação, participaram mudejares e judeus, embora segregados em bairros próprios, e colonos estrangeiros – franceses e flamengos – atraídos pelos privilégios oferecidos.

Durante o século XIII, apesar da situação periférica do território português, foram frequentes os movimentos migratórios desde Espanha e França, gerando o consequente intercâmbio econômico e cultural. As relações com os vizinhos reinos aconteceram de duas formas. Uma por via erudita, graças aos contatos políticos e culturais entre as monarquias. Outra de cunho popular, motivada pelos incentivos oferecidos aos estrangeiros para o repovoamento e pelas peregrinações a Santiago de Compostela e, posteriormente e em menor intensidade, a Braga, que pretendia concorrer com a rota galega. Como foi visto, a primeira dinastia portuguesa teve origem em Borgonha. Os matrimônios fomentavam o constante contato entre as cortes e, de modo geral, os monarcas, intelectualizados, tinham grande interesse pelo estudo da cidade. Por exemplo, D. Afonso III foi casado com uma princesa de Castela, viveu sua infância na França, onde passou 20 anos na corte do rei Luis IX, na época em que foram fundadas, na costa mediterrânea, as bastides de Aigues-Mortes e Carcassone (Texeira, 1999). Em 1290, D. Dinis ordenou traduzir e aplicar em Portugal os princípios contidos de *La Ley de las Siete Partidas* (Rossa, 2002, p. p.83). Embora o interesse dos monarcas portugueses pelo conhecimento teórico da cidade e sua preocupação por estabelecer e sistematizar normas urbanísticas, eles atuavam com maior pragmatismo que os espanhóis. Fernandes (1996) sugere que a situação de Portugal como *Finisterra*, garantiu-lhe maior autonomia política, mas também limitou os contatos, *facilitando a cristalização do tipo de cidade padrão* (ibid., p.124).

O contraste entre o norte cristão e o sul muçulmano foi se atenuando e definiu-se uma nova hierarquia urbana. O fomento ao comércio privilegiou as cidades com maior acessibilidade, situadas nas fozes dos rios e nas costas. Estas passaram a ser as cidades principais dentro da rede, com maior dimensão e funções administrativas e comerciais relevantes. O comércio marítimo com o exterior realizava-se desde Lisboa, Porto e Faro. Em meados do século XIV, com o início da expansão ultramarina, esta tendência viria se acrescentar (Teixeira, 1999).

As cartas de forais instituíam o processo de povoamento e urbanização e viriam dar base legal aos municípios. Segundo Rossa (2002, p. 219-220), eram (...) *precisamente o reverso do efeito criado pelas cartas de couto (ou equivalentes) mas também seu complemento*. Redigidas com base em modelos já testados, eram instrumentos *modernos*, centralizadores do poder, uma vez que estabeleciam acordos diretos e sem intermediários entre o povo e o rei. Pela instituição das cartas forais, a unidade política de Portugal primou sobre as unidades locais e regionais que, até então, tinham âmbitos variáveis e poucos vínculos em comum.

Os governos de D. Afonso III -1248/1279 - e de dom Dinis -1279/1325 - correspondem ao período de auge do processo de ordenamento territorial e reestruturação da rede urbana medieval. O planejamento territorial e urbano foi acompanhado de medidas econômicas que reforçaram a dinâmica urbana, tais como a unificação da moeda e a instituição de feiras francas. A fundação e refundação de uma cidade realizava-se através da demarcação da planta e da entrega da carta foral, na qual se definiam os direitos e deveres dos cidadãos. Segundo Texeira (1999), em Portugal, em textos coevos, há menção da fundação da cidade ser realizada por um funcionário régio denominado *o povoador*. Uma vez organizada a cidade, o *povoador* era substituído pelo *alcaide*. À diferença da administração das bastides francesas, onde ele era eleito pela população, nas cidades portuguesas, era nomeado pelo rei e exercia o governo de tipo militar. Outro tipo de especialistas que intervinham na configuração do espaço urbano eram os *mestres fortificadores*, encarregados de construir as fortalezas e muralhas (Katinsky, 2004, p.86). Não há certeza, porém, se o povoador era o mesmo especialista que o mestre fortificador. A atuação urbanística de D. Afonso III e de D. Dinis foi extraordinária. Eles centraram-se em estruturar os assentamentos fortificados ao longo da fronteira com Castela e Galiza. No ano de 1255, D. Afonso emitiu 17 cartas de foral. por sua parte D. Dinis concedeu 80, além das 42 cartas de feira-franca (Rossa, 2002, p. 220). Deste período são as cartas forais de Viana do Castelo, Chaves, Valença do Minho, Caminha, Miranda do Douro, Vila Real, Redondo, Assumar, Alegrete, Estremoz, Vila Viçosa, Monsaraz, Nisa, Salvaterra de Magos, entre outras. Todas essas cidades têm em comum a estruturação regulada e a malha de quarteirões alongados com duas fileiras de parcelas. D. Dinis também interveio em Lisboa,

abrindo a Rua Nova, que teria 30 palmos (6,6m), uma largura extraordinária para a época. Segundo Azevedo (1998, p. 48), esta foi *a única obra de modernização da capital, anterior à reforma pombalina da segunda metade do século XVIII*. O urbanismo medieval regulado não acabou com D.Afonso e D.Dinis. Segundo Azevedo (ibid., p.49), em Sines, perto de Lisboa, elevada a vila, em 1362, por D. Pedro I, bem como nas ampliações extramuros de Évora, para a mouraria e a judaria, e no bairro de Santana em Lisboa, também se verifica a presença de quarteirões retangulares alongados. Só com a queda demográfica (1348) foi interrompida a atividade urbanística. Durante o governo de D. Fernando (1367-1383), Portugal viveu uma crise pelas guerras com Castela, bem como pelas consequências da Guerra dos Cem anos que afetaram toda Europa. Estes fatores desencadearam a desorganização do meio rural e a ampliação dos núcleos urbanos existentes. Para reverter esse quadro, a coroa optou pela centralização política e econômica e impulsionou as atividades mercantis, que viriam a criar o contexto favorável para a expansão ultramarina (Azevedo, p. 1998).

Graças ao inventário das fortalezas que constituíam a linha defensiva, realizado por ordem de D. Manuel, é possível ter uma imagem do aspecto dos assentamentos medievais portugueses. Em 1509, Duarte de Armas foi encarregado de vistoriar as fortalezas da fronteira, desde Castro Marim até Caminha, a fim de se informar de seu estado de conservação. Acompanhado de um criado, ele visitou os assentamentos e elaborou *in situ* as plantas e vistas panorâmicas de cada um dos mais de 30 assentamentos inspecionados. Esses desenhos, de grande valor artístico e documental, ilustram a paisagem urbana do fim do período medieval, as características da arquitetura e alguns pormenores da vida cotidiana. Em todos os casos, o centro urbano é apresentado como um espaço compacto, adensado e protegido pela muralha, situado num local relevante, seja pela herança sueva ou muçulmana. Ilustram-se também as características do espaço suburbano: poucos, moinhos, parcelas agrícolas cercadas com pedra ou estacadas; casas térreas com aberturas mínimas, telhados a uma ou duas águas de telha ou palha. No entender da pesquisadora, essa morfologia da periferia evidencia, no arranjo espontâneo, a permanência da herança germânica (no norte) e berbere (no centro e sul).



Figura 175: Valência do Minho em 1509 por Duarte de Armas
Fonte: O livro das Fortalezas, 1997, f. 112b.



Figura 176: Penha Garcia em 1509 por Duarte de Armas.
Fonte: O livro das Fortalezas, 1997, f. 59b.



Figura 177: Castro Marim em 1509 por Duarte de Armas.
Fonte: O livro das Fortalezas, 1997, f. 5b.

As cidades fundadas e re-fundadas em Portugal apresentam algumas das características já descritas para os aglomerados planejados, mas é pertinente apontar suas particularidades.

- *Situação*: a decisão de desenvolver um aglomerado estava enquadrada no plano global de consolidação da união nacional, através da defesa territorial e/ou fomento do comércio, preferencialmente nos locais de fronteira com Castela e Galícia.
- *Sítio*: a predileção dos portugueses pelas foz dos rios e as proeminências topográficas com notáveis qualidades paisagísticas podem ser consideradas como uma herança da tradição grega, que vem a estruturar a cidade e em dois setores: cidade alta – com funções cívico-institucionais - e cidade baixa – comercial-,
- *Malha*: embora denominadas *idades novas*, eram re-fundadas sobre preexistências que condicionaram o planejamento. A configuração de malhas sensivelmente ortogonais, estruturadas a partir de uma rua principal, ordenam e reforçam o tipo já delineado: aldeia-monte, aldeia-rua ou aldeia-âncora.
- *Sistema de fortificação*: as fortalezas, por vezes as antigas alcáçovas mouras, continuaram ocupando o local mais alto do relevo ou os centros estratégicos do espaço intra-muros. Eram habitadas pela aristocracia, as família e os agregados dos senhores da terra, donatários ou beneficiados das guerras contra os muçulmanos e os castelhanos. O perímetro de muralha adequava-se à forma da malha; as portas adquiriam expressão

simbólica e arquitetônica e eram frequentes os toponímicos relacionados com os equipamentos urbanos adjacentes ou com as estradas: porta do forno, do ancoradouro, etc. Com frequência, as funções administrativas instalavam-se em torres da própria muralha. A Torre de Menagem e o Castelo eram a representação formal do poder. No Renascimento, seu valor simbólico viria a se trasladar às praças e paços municipais (Rossa, 2002, p.227).

- *Crescimento*: uma vez adensado o perímetro inicial, formavam-se os bairros extramuros e/ou arrabaldes, a partir do prolongamento das ruas principais, tencionadas pela presença de um convento ou mosteiro que se constituía na referência coletiva desse setor. Em muitos casos e por precariedade de meios, os lados exteriores da muralha foram ocupados com casas encostadas. O arrabalde, semelhante aos períodos anteriores, era um espaço de intercâmbio entre a cidade e o meio rural, tanto em sua imagem como na funcionalidade. Nele localizavam-se oficinas, moinhos e sítios agrícolas que abasteciam a cidade de produtos frescos para consumo diário.



Figura 178: Montalvão, em 1509, por Duarte de Armas, detalhe ampliado.
Fonte: O livro das Fortalezas, 1997, f. 50b.

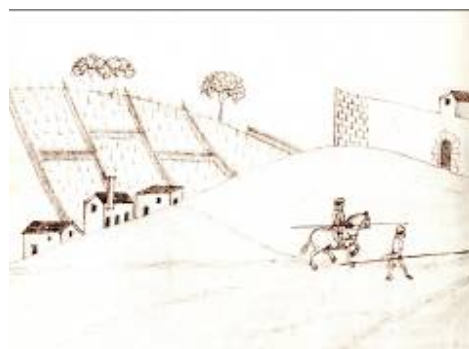


Figura 179: Assumar, em 1509, por Duarte de Armas, detalhe ampliado de uma porta da muralha.
Fonte: O livro das Fortalezas, 1997, f. 35a.

- *Setorização*: nas proximidades das muralhas, formavam-se as mourarias e as judarias, como bairros diferenciados e segregados, que, por contraste com a estrutura da maioria do espaço urbano, constituíam-se em guetos. Os judeus, rejeitados pelos restantes cidadãos mais imprescindíveis ao poder, frequentemente ocuparam áreas centrais intramuros. Além da sinagoga, tinham seus próprios equipamentos urbanos, tais como o poço, hospital e açougue; este último por causa do ritual da matança determinado pela religião (Rossa, 2002, p. 231).

- *Arruamentos*: a hierarquização viária foi constante. As ruas principais viriam, nos períodos seguintes, a ter o caráter cívico e comercial e formar as denominadas *ruas direitas*, invariantes da tradição urbana portuguesa, embora seu frequente traçado tortuoso. Em locais de topografia acidentada, a rua principal coincide com o divisor de águas e, em sítios litorâneos, é perpendicular ou paralela à orla, de acordo com as condicionantes já descritas para a *aldeia-rua*, no item 3.1.4.2.
- *Espaços públicos e equipamentos coletivos*: como na cidade de crescimento orgânico e à diferença das bastides, sobre praças individualizadas posicionavam-se os edifícios singulares, não havendo um espaço público principal e sim vários especializados e complementares. Os terreiros relacionados com a Torre de Menagem, por motivos estratégicos e simbólicos, ocupavam os locais mais altos; as atividades comunais e do mercado aconteciam em espaços informais ou nas adjacências das portas; as igrejas, em sua etapa inicial, eram pequenas capelas, muitas vezes localizadas fora do perímetro amuralhado. Embora a concepção global da malha, as praças não correspondiam à eliminação do quarteirão central como se verifica nas bastides.
- *Quarteirões*: nos estágios iniciais, as ruas principais alternavam-se com as ruas traseiras, ambas cortadas por travessas, formando-se quarteirões sensivelmente ortogonais, com parcelas regulares de dois acessos, com uma proporção frente/fundo de, no mínimo, 1:4. A área edificada ocupava toda a frente, deixando os fundos livres para hortas e quintais. A ocupação das ruas traseiras e das travessas corresponde a subdivisões do parcelamento e densificações posteriores. A virtual ortogonalidade delimitava quarteirões alongados, em proporção maior de 2:1 e permitia uma divisão predial homogênea, com duas fileiras de parcelas e maior aproveitamento do solo urbano.
- *O espaço privado*: na região norte, era constante a já descrita *casa em fileira*. Os pavimentos térreos sobre as ruas principais destinavam-se a atividades comerciais. A casa tomava conta da rua para compensar as deficientes condições de habitabilidade; na prática era tolerada a privatização da rua com balcões e sacadas nos pisos superiores, fechados com muxarabis, que chegavam a obstruir até uma terça parte da largura. Quando os edifícios de ambos os lados eram do mesmo proprietário, permitia-se construir passadiços elevados. As janelas só começaram a ser vidradas no final do

século XIV, até então os vãos eram protegidos com gelosias, tecido ou pergaminhos encerados (Rossa, 2002, p. 224). Os quintais eram espaços essenciais da casa: higiene, lavagem da roupa, escoamento de águas servidas e cultivo e cria de animais para o autoconsumo.

Viana do Foz do Lima

A fundação desta cidade foi um ato político e estratégico: político para prestigiar o terceiro estado (o povo) e estratégico para conter aos galegos (Azevedo, 1998, p. 46). Situada em contexto de fronteira na região do Minho, sobre a margem norte do estuário do Rio Lima, em local elevado e de convergência de estradas. Durante o domínio romano, existia um castro no topo da colina que, no século II, foi desintegrado em pequenas aldeias agrícolas: Vinha, Foz, Castro e Figueiredo. Segundo Texeira e Valla (1999, p.31-37), este processo foi frequente no norte e pode ser um dos fatores que incidiu na ocupação dispersa que caracteriza a região do Minho. Foz, localizado na desembocadura do Lima, depois renomeada como Adro, exercia funções portuárias, comerciais, religiosas e administrativas. Dom Afonso III promoveu a construção de uma nova vila no lugar do Adro, à qual deu o nome de Viana; concentrou a população dispersa; outorgou-lhe foral, em 1258, com versão definitiva de 1265. O foral outorgava isenções tributárias para fomentar o comércio e garantia privilégios aos moradores que se contrapunham aos interesses dos mosteiros de das famílias nobres da região. Entre outras medidas, estabelecia que nenhum homem rico poderia viver na vila (Azevedo, 1998). As plantas apresentadas por Texeira e Valla (1999), elaboradas sobre cartografia atual, apresentam uma ideia da configuração do assentamento no estágio inicial e sua evolução até o final do século XV. O núcleo inicial era um conjunto de cinco quarteirões alongados e paralelos, de aproximadamente 80 x 475 palmos (17,6m x 104,50 m), envolvidos por uma cerca oval. A capela que deu origem ao povoado posicionava-se fora, porém o largo do mercado e o poço de água estavam dentro.

No final do século XIV, estavam construídas as muralhas, a igreja matriz, o hospital e a Praça da Erva, onde acontecia a feira. A Torre de Menagem ocupava um local relevante. As duas ruas principais eram ortogonais entre si e ligavam as quatro portas encimadas por santos que as nomeavam, o cruzamento, porém, não gerava elementos significativos

morfológicos ou funcionais para a malha. A rua paralela ao rio saía para um local onde havia um forno comunitário e, no outro sentido, ia para a capela. A rua perpendicular conduzia ao ancoradouro, que servia de passagem para a outra margem onde estava o povoado de Nossa Senhora das Areias. As parcelas eram homogêneas, com 25 palmos de frente por 80 palmos de fundo (5,5m x 17,6m), e tinham dois acessos. Nesta segunda fase, ocorreram as expansões intramuros e o surgimento do primeiro arrabalde. Em ambas, verifica-se a presença do mesmo tipo de quarteirão alongado proposto no estágio inicial.

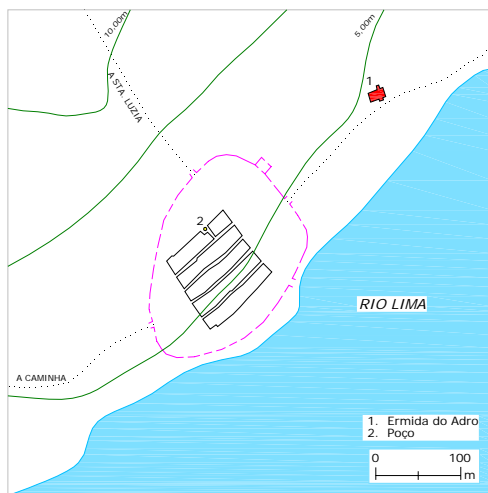


Figura 180: Planta de Viana no seu estágio inicial, final do século XIII conforme Texeira; Valla, 1999, p.31

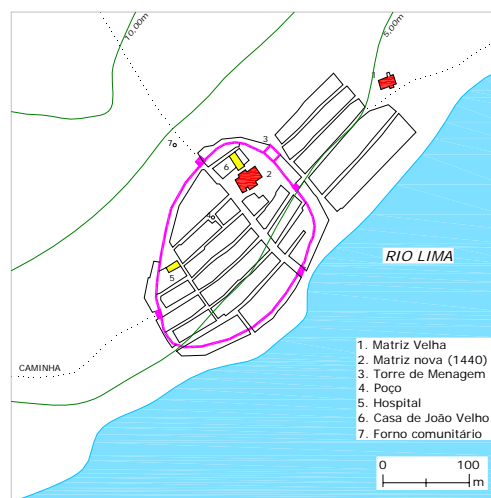


Figura 181: Planta de Viana do Castelo no final do século XIV conforme Texeira; Valla, 1999, p.31

No século XV, os espaços públicos configuraram-se formalmente e adquiriram sua funcionalidade específica: intramuros, a praça da matriz, a praça do mercado e o largo do poço; extramuros, o rossio do campo do forno, a praça das couves e o mercado do peixe. Com a densificação, as parcelas foram divididas transversalmente e foram ocupados com edificações adoçadas ambos os lados da muralha medieval que, para esta época, já era ineficiente (ibid.).

3.4 Portugal e o início da expansão ultramarina

No século XV, Portugal desenvolveu, extraordinariamente e com autonomia, as ciências e a tecnologia que lhe permitiram liderar a expansão ultramarina. Uma vez controlado o espaço continental, ainda sob a mentalidade da reconquista, o seguinte passo foi conquistar as costas da África, as Ilhas Atlânticas, chegar até a Ásia em procura de novos mercados e, em 1500, descobrir o Brasil. O motivo principal desta empresa inicialmente era estabelecer uma rota alternativa ao Mediterrâneo, controlado então pelos venezianos e turcos, para o lucrativo comércio das especiarias. O processo foi promovido diretamente pela Corte, com recursos da Coroa, recrutando navegadores, construtores navais e mestres fortificadores que se deviam aprimorar nas técnicas de navegação, na astronomia e na cartografia. Katinsky (2004, p.86) sugere que esse foi o primeiro projeto político de ciência e tecnologia. À diferença dos séculos anteriores, quando essas atividades eram desenvolvidas em mosteiros e universidades, a partir deste momento foram exercidas por viajantes e comerciantes, ou seja, pela sociedade civil.

O Infante D. Henrique -1394/1460 -, quinto filho de D. João I que governou entre 1385 e 1433, foi o protagonista desta empresa. Com o apoio de seu pai, organizou uma armada de corso que atuava em Gibraltar. A primeira conquista foi o porto de Ceuta, em 1415. Em seu retorno do Magreb, em 1417, estabeleceu-se em Sagres, na Vila do Infante, construída por ele e hoje apenas um sítio monumental. Convocou cientistas e mestres e criou uma *Tercena Naval*, que a historiografia tradicional denomina *Escola de Sagres*. Não era propriamente uma instituição de ensino e sim um local de reunião de marinheiros experientes e cientistas. A fusão de prática e teoria permitiu-lhes desenvolver novos métodos de navegação, desenhar cartas navais, projetar embarcações mais rápidas e leves, aptas para as grandes travessias, como a caravela. Os primeiros resultados foram imediatos: em 1419 e 1420, seus navegadores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Texeira desembarcaram em Porto Santo e Madeira. Embora o arquipélago madeirense fosse visitado por marinheiros portugueses desde o século anterior, sua posse foi importante, porque a produção de cereais implantada minimizou a escassez que afetava Portugal. O Infante que era o Inquisidor Mor, em 1420 foi nomeado dirigente da Ordem de Cristo, uma

congregação religiosa-militar que sucedeu a Ordem dos Templários, cargo que teve até o fim da sua vida e que lhe permitiu financiar as pesquisas e as aventuras marítimas. As velas de sua armada tinham estampada a cruz da Ordem. Em 1427, seus navegadores, possivelmente liderados por Gonçalo Velho, descobriram as ilhas orientais do arquipélago açoriano: Santa Maria e São Miguel. Em 1434, a expedição comandada por Gil Eanes, graças ao conhecimento do comportamento dos ventos na região, conseguiu ultrapassar o Cabo Bojador, que era o local mais meridional da costa africana até então conhecido. Quando da morte de D. João, o sucedeu seu filho maior, D. Duarte, que governou entre 1433 e 1438 e entregou a D. Henrique uma quinta parte de todos os lucros comerciais das zonas descobertas, bem como o direito de explorar além do Cabo Bojador. O sucesso dos projetos de D. Henrique continuou, embora o fracasso da tomada de Tanger, em 1437, quando, no enfrentamento com os berberes, foi capturado seu irmão menor, D. Fernando. Durante a regência de D. Pedro até a maioridade de seu sobrinho D. Afonso, o Infante apoiou seu irmão e, em troca, recebeu o privilégio de colonizar o arquipélago dos Açores. Para se ter uma ideia da dimensão dos empreendimentos do Infante, cabe anotar que em apenas dois anos -1444/46 -, perto de 40 embarcações partiram do Porto de Lagos, no Algarve. Em 1450, descobriram o arquipélago de Cabo Verde e tomaram o controle da costa ocidental, o que lhes permitiu estabelecer acordos com os chefes locais, desviar as rotas do comércio do Saara e aceder ao ouro e às riquezas do Senegal e da Guiné.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/infante_d._enrique. Acesso em 17 jun 2008)



Figura 182: Juan Vespucci. Portulano do Mediterrâneo e costas atlânticas de Europa e África. Sevilha, 1520. Archivo de Índias.
Fonte: Vilchis; Arias. 1992, p.25.

A obra de D. Henrique foi o alicerce do sólido império marítimo e comercial da coroa, que permitiu a Portugal ser a primeira nação europeia a chegar à Ásia pelo oceano Índico. As Bulas Papais de 1452, 1455 e 1456 confirmaram o domínio lusitano sobre as terras descobertas e legitimaram o monopólio comercial. Em 1488, a expedição de Bartolomeu Dias conseguiu passar o Cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano; em 1498, Vasco da Gama chegou a Calcutá, na costa ocidental da Índia e, em 1500, Pedro Álvares Cabral atingiu as costas do Brasil. Por sua parte, a coroa de Castela financiou as expedições de Colombo, que chegou às Antilhas, em 1492. Dessa forma, no início do século XVI, as duas coroas ibéricas começariam a colonização e a urbanização do continente americano. Por esta época, o império português era formado por uma rede de feitorias estrategicamente situadas, que serviam de apoio ao comércio e à navegação. O esquema era semelhante, porém em escala oceânica, ao implantado na antiguidade pelos gregos para controlar o Mediterrâneo. Segundo Saraiva (1978, p. 139-142), o Estado era o grande mercador que atuava através dos feitores do rei, dos donatários das ilhas e dos capitães das fortalezas onde se realizava o intercâmbio de produtos. No parecer de Azevedo (1998, p. 50), *não é por acaso que a primeira grande iniciativa expansionista é a conquista de Ceuta, em 1415, rica região de cereais do norte de África.*



Figura 183: O império português durante o reinado de D. João III -1521/1557.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8e/Portuguese_Empire_map.jpg

D. Henrique realizou também dois projetos urbanos nos locais em que mais permaneceu e, portanto, ficaram associados à sua obra. São eles Tomar, Distrito de

Santarém e a *Vila do Infante* em Sagres, Algarve. Ambos ilustram a transição do urbanismo medieval ao renascentista, apresentando *sintomas de um urbanismo regulado* (segundo a expressão de Rossa, 2002, p.240), e têm importância para os arquipélagos atlânticos, porque desses lugares saíram os marinheiros e os primeiros colonos das ilhas.

3.4.1 Tomar

Surgiu provavelmente da unificação de dois assentamentos de origem romana, Nabantia e Sellium, entre o rio Nabão e um morro onde se edificou uma cidadela e um castelo mouro. Afonso Enriques o conquistou dos almoadas (1147), outorgou-lhe foral (1162) e o doou aos Templários. Com a extinção da Ordem pelo Papa, D. Dinis criou a Ordem de Cristo, que transferiu-se de Tomar para Castro Marim - Algarve, na foz do Guadiana. A nomeação de D. Henrique como regedor (1420) levou de volta a Ordem a Tomar. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/tomar>. Acesso em 18 jun 2008) Durante os 40 anos de gestão da Ordem, D. Henrique mandou reorganizar a cidadela, com um extraordinário convento de sete claustros, destacando-se o principal, obra do arquiteto Diogo de Torralba. Drenou os pântanos e reordenou o assentamento, traçando uma malha ortogonal ao pé do morro. Os quarteirões retangulares e alongados apresentam duas fileiras de lotes regulares e uma arquitetura homogênea, seguindo, neste aspecto, a tradição medieval. A praça central forma-se pela eliminação de um quarteirão ao lado do cruzamento das duas ruas principais e, em um dos lados, posiciona-se isento o edifício do Paço. Segundo Azevedo, a malha corresponde a uma cidade nova e não a uma reestruturação a partir de preexistências:

A nova vila deve ter sido projetada para acolher uma parte dos habitantes leigos que foram deslocados da cidadela, por outra parte, abrigar populações que vinham se estabelecer sob a proteção da crescente ordem militar. (1998, p. 50)

Sugere também que a regularidade da arquitetura (...) *não é uma coincidência. É evidente que sua construção foi precedida de um plano* (id.). A igreja de Santa Maria do Olival apresenta símbolos místicos da ordem e foi o modelo das novas igrejas do primeiro ciclo da expansão ultramarina: Madeira, Açores, África, Índia e Brasil. A cidade acolheu os judeus expulsos de Castela, ao longo da década de 1400, e estes foram vitais para o financiamento das empresas ultramarinas, bem como para a colonização dos Açores. O fato de a sinagoga ter sido construída por D. Henrique evidencia o apoio da Ordem. A partir de 1550, Tomar

entrou em decadência pela instituição da Inquisição e a perseguição a judeus e cristãos novos. Em 1581, a cidade foi sede das Cortes convocadas por Felipe II. Em 1789 viria a sair parcialmente da estagnação pela instalação da Real Fábrica de Tecidos pelo Marquês de Pombal em 1789.

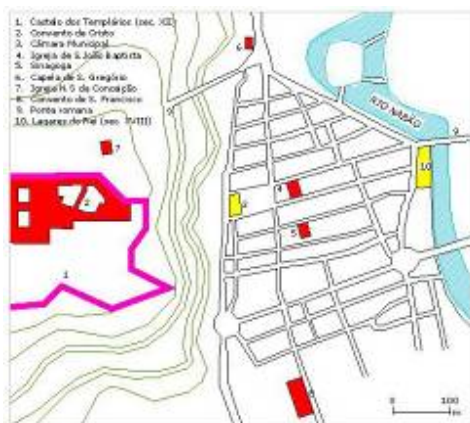


Figura 184: Planta de Tomar no século XV com base em Azevedo, 1998, p.67 – figura 9; planta atual disponível em: <http://viajar.clix.pt/tomar>. Acesso em 18 jun 2008



Figura 185: Vista de Tomar
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/alainbachellier/500994696>. Acesso em 18 jun 2008

3.4.2 A vila do Infante – Sagres

A localização no Cabo de Sagres, extremo nor-ocidental de Portugal e da Europa, parece ter sido motivada pelo desejo de cruzar o Atlântico. O local é uma península entre duas falésias, separada do continente por dois panos de muralha em zigue-zague que, no parecer de Rossa (2002, p.240), era:

(...) uma curiosa e precoce experiência procurando a forma mais eficaz de evitar ângulos mortos na defesa dos muros, resposta mais tarde sistematizada nos sistemas abaluartados da fortificação moderna.

Conforme a documentação existente, a vila foi construída por D. Henrique, por volta de 1450 e teve foral próprio. Mais que um assentamento com quarteirões e estrutura predial, era um conjunto arquitetônico integrado por um amplo terreiro sobre o qual se posicionava uma fileira de casas térreas, que chegaram a ser 24; uma torre cisterna e de vigia; a casa da Câmara, posteriormente adaptada à residência do governador, com o pelourinho na frente. A casa do Infante e a capela situavam-se fora do arranjo. Ao leste do

terreiro, foi implantada uma pavimentação em forma de rosa dos ventos, a semelhança do desenho com as ilustrações do Tratado de Vitruvius pode indicar sua realização posterior. Uma escada na falésia leste permitia o contato com a praia e o porto. A muralha inicial foi substituída pela atual fortificação renascentista, de forma poligonal, com baluartes e seis baterias voltadas para o mar. Depois da morte do Infante, a vila entrou em decadência. Em 1471, D. Afonso deu o senhorio a Rodrigo Alves. Em 1521, a sede da freguesia foi instalada na vizinha Vila do Bispo (referida no item 3.2.3) e, em 1631, a fortaleza foi danificada pelo ataque do corsário inglês Francis Drake.

([http://www.monumentos.pt/Monumentos/Faro/Vila do Bispo/ Sagres Nº IPA PT050815040001](http://www.monumentos.pt/Monumentos/Faro/Vila%20do%20Bispo/Sagres%20N%20IPA%20PT050815040001))

Por uma equivocada valoração do conjunto quando da restauração da fortificação na década de 1980, o conjunto de casas foi demolido e substituído por edifícios contemporâneos implantados na mesma posição. Restaram como construções autênticas a capela de Nossa Senhora das Graças, a sacristia e a casa do Governador. No parecer de Rossa (2002, p. 241), a vila do infante é *a primeira cidade pré-desenhada portuguesa da Idade Moderna*, pela métrica e a volumetria do conjunto e pela concepção global como uma forma urbana com programa arquitetônico. No entender da pesquisadora, o aglomerado foi uma inflexão entre a urbanística continental e a ultramarina, entre a medieval e a moderna. Seu arranjo pode ter sido modelo para os acampamentos militares que viriam a ser construídos nas fronteiras do Brasil.



Figura 186: Vista aérea do Cabo de Sagres e a fortificação.
Fonte: Imagem satelital de Google Earth
36° 59' 56.50"N; 8° 56' 55.19" W

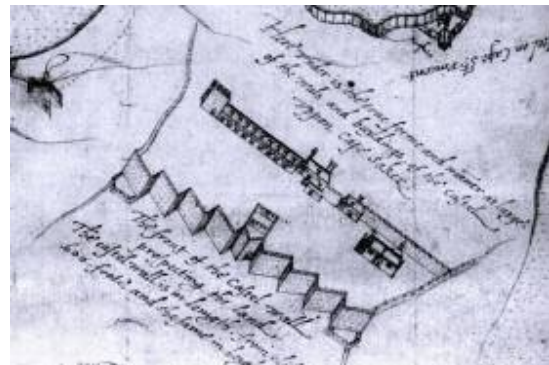


Figura 187: A correnteza e a muralha de Sagres, detalhe de um desenho do barlovento algarvio, 1587. British Library, Londres.
Fonte: Rossa, 2002, p. 238



Figura 188: Sagres. Fortificação.
Fonte: foto da autora, 18/02/2007.



Figura 189: Sagres. Capela
Fonte: foto da autora, 18/02/2007.



Figura 190: Sagres. Rosa dos ventos
Fonte: foto da autora, 18/02/2007.



Figura 191: Habitações e arrecadações da fortaleza de Sagres, esc. 1:100. Levantamento assinado pelo engenheiro A de Brioz. [década de 1980?]

Fonte: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

3.5 Cultura urbana do Renascimento

Os grandes descobrimentos geográficos e os avanços científicos influíram profundamente na mentalidade da época e na geopolítica mundial. Enquanto nas cidades-estado da Itália ocorria o advento do pensamento humanista e da cultura do Renascimento, nos portos de Portugal vivia-se intenso intercâmbio decorrente das expedições ultramarinas. O desenvolvimento da imprensa (1450) e a afluência de artistas e eruditos gregos na Itália, por causa da tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), foram fundamentais para uma nova forma de ser e ver o mundo, inspirada na retomada das formas clássicas da antiguidade greco-romana. A cidade, como sede de uma sociedade organizada, passou a ser pensada e prefigurada conforme os novos valores. O interesse pela arte de planejar cidades foi um dos maiores logros do Renascimento. Os aspectos que incidiram na formulação de uma nova espacialidade, conforme Argan (1999), foram os seguintes:

- A cidade, que na Idade Média era um organismo socioeconômico, voltou a ser um organismo político, sede de um pequeno estado mediador entre forças em conflito, tal como era na Grécia;

- A divisão entre a teoria e a prática manifestou-se no exercício da arquitetura erudita: a prefiguração como trabalho intelectual ficou a cargo dos projetistas, relacionados e patrocinados por nobres e políticos, e as obras, com os executantes;
- A teoria urbanística contida nos tratados centrou-se no tema da cidade ideal, teve a influência da filosofia neoplatônica e da utopia, presente no imaginário da época;
- A perspectiva como novo instrumento de projeto, colocando o homem no centro, permitiu definir *a priori* a forma ideal e determinar a relação dos objetos no espaço, subordinando os edifícios às ruas e praças e estas à totalidade. Em decorrência, o espaço da cidade (...) *é concebido como um espaço interior* (ibid., p. 70).

A essa listagem acrescentam-se outros fatores relevantes, no parecer da pesquisadora, por sua incidência na cultura urbana: o melhoramento do transporte rodado, o desenvolvimento das armas de fogo, a influência da releitura de Vitruvio e da ideologia da contrarreforma.

3.5.1 Urbanismo e fortificação

O emprego de canhões pelos turcos, quando devastaram Constantinopla (...), *abriria uma nova era na história da fortificação militar* (Morris, 2002, p. 185). O desenvolvimento da piobalística modificou rápida e substancialmente os sistemas de fortificação e, portanto, a configuração dos perímetros urbanos. Segundo Oliveira (2004, p. 21),

A muralha antiga tinha um traçado pouco intelectualizado, que poderia ser concebido por um mestre-de-obras qualificado que, buscando organicamente a morfologia do terreno e a lógica construtiva de implantação de muros conseguia a defesa desejada..

No primeiro estágio, na Itália, eram os próprios arquitetos os encarregados das fortificações. Oliveira (2004, p. 21) comenta:

Alberti no seu De Re A Edificatoria pouca atenção dava ao canhão e aos procedimentos defensivos da cidade, não muito depois, Francesco di Giorio Martini, um dos precursores da engenharia militar [no seu tratado escrito em 1495] dedicava grande parte do seu trabalho às novas formas de defesa (...)

As cidades europeias começaram a modificar as velhas e obsoletas cercas medievais. Para Argan (1999, p. 61), *a fortificação medieval era essencialmente defensiva; a fortificação renascentista é ao mesmo tempo defensiva e agressiva.* Como a força

destrutiva de um projétil depende de seu ângulo de impacto, os perímetros poligonais passaram a ter formas estralares e baluartes; as cercas altas foram trocadas por muralhas grossas, mais baixas e com planos inclinados. Este tipo de fortificação conhecida como *fortificação moderna permanente abaluartada* (Zapateiro, 1985, p. 65), determinou o panorama militar do século XVI ao XIX, quando a estratégia bélica viria a ser modificada pelo sistema de guerra aberta de Napoleão (ibid.) Nesse contexto, o planejamento urbano teve que harmonizar o traçado com o sistema de fortificação, demandando profissionais com conhecimento científico especializado e noções estratégicas vindas da prática. Dessa forma, surgiu na Itália a engenharia militar (...) *como uma ciência autônoma da arquitetura, arte que no passado era exclusivamente exercida pelos arquitetos* (Oliveira, ibid., p.21). No século XVII, a vanguarda passou da Itália à Holanda e, no século XVIII, à França. Estes três países desenvolveram *escolas* respeitadas, enquanto as atividades desenvolvidas na Alemanha, na Espanha e em Portugal são consideradas variantes das primeiras (ibid., p. 45).

A produção teórico-erudita em torno ao fenômeno urbano, contida nos Tratados, centrou-se na *cidade ideal*, que a maioria dos autores representava em esquemas formais geometrizados e plantas de cidades novas, conjugando a malha urbana com perímetro fortificado. Com contadas exceções (Palmanova), a cidade ideal, inteiramente nova, tal como era proposta nos tratados, não encontrou na Europa oportunidades de materializar-se. Essa impossibilidade de execução relegou-a ao ideário e ao pensamento utópico.

A releitura do tratado de Vitruvio teve grande importância pela retomada da urbanística romana e a arquitetura clássica. Marco Pólio Vitruvio - 90 a.C/ 20 d.C, escreveu nos tempos do Imperador Augusto, “*De Architectura*”, o primeiro tratado conhecido da Antiguidade. Em 1414 uma cópia manuscrita existente na biblioteca do Mosteiro de Saint Gall, sem ilustrações, começou a ser objeto de diferentes leituras e interpretações pelos eruditos. A primeira edição impressa em latim foi realizada em Veneza, no ano de 1486; a primeira em italiano, em 1521 e a primeira em castelhano em 1583 (Vitruvio, 1999). Esta última surgiu dez (10) anos após as Ordenações de Felipe II. Curiosamente, a primeira edição em português é de 1997 e esteve ao cuidado do professor Katinsky. Vitruvio (1999, p.54-55) define três elementos intrínsecos da configuração arquitetônica: *ordenamento*,

como a relação equilibrada entre as partes; *euritmia*, como a relação entre largura e comprimento; *proporção*, como relação das partes no conjunto. Destaca também as qualidades do projeto: *conveniência* e *agenciamento*. A segunda é definida como a boa escolha do lugar, em função do entorno, da orientação, das condições de defesa, da observação dos costumes, da adequada diferenciação das construções de acordo com o uso e a classe social. Estes fatores devem ser considerados (...) *para que se constituam os atributos da solidez, da utilidade e da beleza* (ibid. p. 57). A ideia fundamental de Vitruvio que influenciou os tratadistas do Renascimento é que a construção deve estar determinada pelas variantes climáticas (livro VI, capítulo 1). A proposta de cidade vitruviana baseia-se em um arranjo centralizado com quarteirões regulares, praça central e muralha perimetral. Embora ele não tenha deixado o desenho da planta, sua prescrição gerou diferentes interpretações durante o Renascimento.

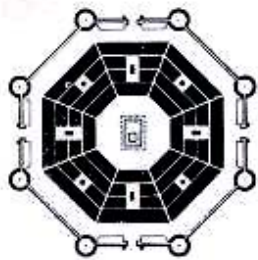


Figura 192: A cidade ideal de Vitruvio (sem autor)
Fonte: Morris, 2002, p.188

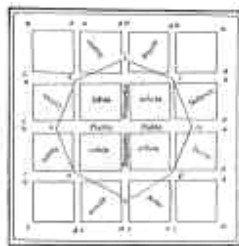


Figura 193: A cidade ideal de Vitruvio, por Philippi de Giunta (1513)
Fonte: CEHOPU, 1989, p. 96.

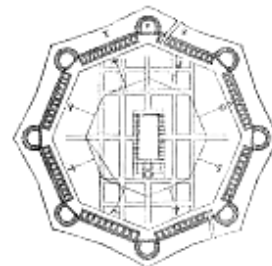


Figura 194: A cidade ideal Vitruvio por Monsenhor Bárbaro (1556)
Fonte: CEHOPU, 1989, p. 96.

Uma destas [de autor desconhecido] apresenta malha radial, praça central e perímetro amuralhado paralelo e octogonal. Diz Morris (1987, p.188) que, pelos conhecimentos que se tem, a malha radial nunca foi implementada pelos romanos. A planta da cidade de Palmanova, construída, a partir de 1593, na antiga República de Veneza, é similar à planta da interpretação anônima. Esta cidade nova por inteiro é, no parecer de Norberg-Schulz (1985, p. 129), *a primeira cidade moderna da Europa*. A interpretação contida na edição de Philippi de Giunta (Florença, 1513) consiste em um esquema de quarteirões retangulares orientados de forma que *os ventos não sejam prejudiciais*. A quadrícula implantada em boa parte das cidades hispano-americanas é semelhante a esta

interpretação. A edição de Monsenhor Danielle Bárbaro (Veneza, 1556) contém um modelo com muralha octogonal onde se insere, independentemente, uma malha ortogonal com fórum no centro. O modelo de malha prescrito nas Ordenações de Felipe II (1573), 17 anos mais tarde, é similar a esta proposta por ter no centro uma praça retangular.

Desde finais do século XV, Portugal entrou em contato com o Renascimento italiano. A divulgação da literatura de Dante, Petrarca e Boccaccio e a educação dos príncipes e meninos nobres por professores italianos foram relevantes para a cultura e a sociedade portuguesas. A presença na corte de Andrea de San Savino, entre 1491 e 1500, a serviço das administrações de João II -1481/1495 - e de D. Manuel -1495/1521 -, foi fundamental para o meio artístico, a partir de então o intercâmbio com a Itália foi constante (Texeira, 2000). Até o início do século XVI, os técnicos chamados *Mestres de Obras* eram arquitetos, artistas ou engenheiros que exerciam simultaneamente diversas funções; as fortificações eram experimentais e com aspecto medieval. Com D. Manuel, houve um salto teórico e prático graças ao contato com os italianos. Uma ação relevante foi o inventário das fortificações da fronteira, em 1509, anteriormente referido. As novas técnicas de fortificação, a necessidade de controlar e ocupar os territórios ultramarinos e de operar a transformação urbana almejada nas cidades peninsulares demandaram a formação de especialistas na prática e no controle urbano, bem como a conformação de quadros técnicos. Para tal, foram abertas escolas especializadas na arte de fortificar - atividade que também abrangia o desenho urbano - dirigidas principalmente a militares que se intitulavam *militar com exercício de engenheiro*. Além do desenho e da construção de fortificações, encarregavam-se de levantamento cartográfico, desenho urbano, obras civis e religiosas, medições e fiscalizações de obras (Valla, 1996). Entre as primeiras escolas, destaca-se a *Aula da Esfera* do Colégio de Santo Antão dos Jesuítas, em funcionamento a partir de 1553. Por essa época, os engenheiros militares a serviço de Portugal circulavam pelo mundo com extraordinária mobilidade. Eram poucos técnicos para as vastas tarefas. Araújo (1992) estudou a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino e concluiu que foi frequente a nomeação de profissionais -não engenheiros- para a execução dos projetos urbanos. Nos domínios ultramarinos, a ação comum a todos, especialistas e empíricos, que podiam ser os próprios governadores, funcionários administrativos e até

índios ajuramentados, era o *arruamento* com corda. O termo *arruar*, conforme Rossa (2002, p. 259), exprime o ato de urbanizar, já que a rua era a geratriz do espaço urbano português:

Arruar é um virtual ato de desenhar (n) o território aquilo que se estabelecerá com uma regras simples ditadas pela tradição, pela convenção de uma carta regia ou pelo projeto, mas com potencialidades de reflexão e adaptação à realidade (síntese!?) (ibid.).

Em Portugal como na Espanha, durante os séculos XVI e XVII, foram frequentes os assessoramentos dos mais qualificados urbanistas e engenheiros militares que tiveram papel fundamental na reestruturação e na fortificação urbana, na fundação das cidades de ultramar, bem como na formação dos quadros de técnicos do urbanismo. Por esse meio, divulgou-se, na península, o conhecimento erudito do urbanismo e os princípios artísticos do Renascimento. É de ressaltar que, no século XVI, mais de 50 artistas portugueses estudaram na Itália, entre eles: Miguel de Arruda que projetou a Torre de Belém, construída entre 1515 e 1521, e João de Castilho que dirigiu as obras do Mosteiro de Belém e do Convento de Cristo em Tomar (1519). Ambos trabalharam nos projetos de fortificação das vilas no Magreb. Os tratados de arquitetura de Vitruvio, Alberti, Martini, Palladio, Serlio e Vignola eram conhecidos e, durante o governo de D. João III -1521/1557 -, ordenou-se sua divulgação, mas nenhum foi realmente traduzido para o português, apesar de sua ampla circulação (Teixeira, 2000). Os técnicos portugueses estavam sintonizados com a vanguarda, porém, não manifestavam maior interesse pela produção teórica. Desde a Idade Média, em comparação com os espanhóis, os lusitanos eram mais pragmáticos como evidencia a mínima e tardia produção de tratados. Deve-se a Francisco de Holanda, que também estudou na Itália, um escrito de 1571 que, no parecer de Rossa (2002, p. 249), é *a primeira reflexão disciplinada de um português sobre urbanismo*. Seguiram-se poucos textos, como uma obra anônima de arquitetura militar, escrita por volta de 1576 e atribuída a Antonio Rodrigues, mestre de obras de El-Rei, entre 1565 e 1590; o tratado de Mateus de Couto (1631) e a obra de Luis Serrão Pimentel, *O Método Lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares*, publicada postumamente, em 1680.

Antes de comentar a integração técnica durante o período da união ibérica – 1580/1640 -, é necessário revisar a relação da Espanha com a cultura italiana. Com a ascensão de Carlos V, em 1516, consolidou-se a unificação política. Como ele também

controlava o Reino de Nápoles e o Ducado de Milão, ficou facilitada a articulação com a península itálica. Em tempos de paz, foi comum a cooperação técnica com Portugal. Por exemplo, para o projeto da cidadela e fortificação de Mazagão no Magreb, D. João III solicitou apoio a Carlos V (que era seu primo por linha materna, pois ambos eram netos dos reis católicos). Em 1514, ele enviou Benedicto de Ravena para dirigir a equipe encarregada do projeto da qual participavam os engenheiros portugueses Miguel de Arruda e Diogo Torralaba.

Durante a União Ibérica (1580-1640), embora o controle político, Portugal conservou relativa autonomia administrativa, dados os múltiplos contatos e parentescos entre ambas as cortes. Houve proveitoso intercâmbio de experiências e conhecimentos em ambos os sentidos. Técnicos italianos altamente qualificados, convocados por Felipe II (I de Portugal, filho de Carlos V e neto, por linha materna, de D. Manuel I) estiveram ao serviço da administração. Por essa época, eles levaram à península os princípios da arquitetura maneirista. Deve-se ao governo de Felipe II -1556/1598 -, o empenho pela qualificação dos engenheiros militares e arquitetos. Quando ele encarregou ao arquiteto Juan de Herrera as obras de El Escorial, também lhe solicitou a organização do *Real Cuerpo de Ingenieria*. A execução do colossal mosteiro-palácio exigiu a sistematização de procedimentos e a organização e hierarquização dos quadros técnicos²³. Em 1582, foi fundada, em Madrid, a Academia Espanhola de Matemáticas e Engenharia Militar e, em 1594, em Lisboa, a *Aula do Risco*, na qual provavelmente Herrera também influenciou. Em ambos os centros de ensino, formaram-se os técnicos que atuaram na Ibero-américa e eles tornaram-se o modelo das escolas fundadas posteriormente. Esses engenheiros militares italianos contratados para atuar na península e nas colônias ultramarinas eram uma espécie de mercenários, de toda a confiança do rei. Entre eles destacaram-se:

- Tiburcio Spanochi, de Sienna - foi engenheiro mor da Espanha, autor das defesas da Sicília (1578), do Castelo de São Felipe (atualmente Castelo de São João Baptista) de Angra do Heroísmo (1594) e atribui-se a ele o projeto de gabinete do Forte do Mar, em Salvador de Bahia (Oliveira, 2004);

²³ Entre outros, destaca-se a unificação de unidades de medida ordenada por uma lei de 24 de junho de 1568 *para que as varas de medir sejam iguais em todo o reino*, que estabeleceu a vara castelhana como a unidade de medida oficial. (Baztán, 1994)

- Leonardo Turriano, de Milão - nomeado engenheiro mor em 1598 e responsável pelos levantamentos das cidades canárias (1590) e de algumas fortificações dos Açores;
- Felipe Terzi, de Bolonha - já trabalhava, em Portugal, desde 1576, como engenheiro de fortificações a serviço de D. Sebastião; foi o autor da fortificação de São Sebastião em Viana do Castelo e, a partir do reinado de Felipe II, teve papel semelhante ao de Juan de Herrera, concluiu o Claustro dos Felipes e projetou várias igrejas como a de São Vicente de Fora em Lisboa e o Torreão do Palácio Real de Lisboa (Bury, 1991);
- Baccio da Filicaria, florentino - nomeado como o primeiro Engenheiro Mor do Brasil, até ter sido requisitado, em 1603, a Ferdinando I de Médici, Duque da Toscana (Fontana, 2005, p. 39), quando lhe sucedeu no cargo o português Francisco Frias de Mesquita;
- Juan Bautista Antonelli - projetou grande parte das fortificações do Caribe, entre elas as de La Havana e Cartagena de Índias; é provável que ele tenha influído na configuração do Rio de Janeiro, pois esteve nessa cidade em duas oportunidades, em 1581 e 1604 (Santos, 2001, p. 89; Azevedo, P. 1998, p.59). Para o Tejo, Antonelli formulou um ambicioso projeto que, caso fosse implementado, tornaria o rio navegável até Aranjuez (Rossa, 2002, p.263).

A preferência pela Itália sobre a Holanda ou a França, na escolha dos técnicos, não se devia unicamente a ser o centro da vanguarda; era primordial que fosse território católico. Como ela não era unificada e não tinha possessões ultramarinas, não representava ameaça política ao poderio ibérico. Como os planos de defesa eram assuntos estratégicos e sigilosos, a administração optava por centralizar a contratação de famílias de técnicos como a dos Antonelli:

(...) seis dos sete técnicos, de sobrenomes Antonelli, Roda e Garavelli atuaram na América e grande parte das fortificações do Caribe se devem a eles (...) o avô, Juan Batista não veio à América porém projetou dois castelos que levantaram no estreito de Magalhães em 1581. (Busquiazio, 1944, p. 82)

Com a Restauração da monarquia portuguesa, a partir de 1640, foi necessário criar as bases de uma autonomia técnica e definir uma estratégia de defesa. A antiga rede de praças de fronteira medieval, organizada por D. Afonso e por D. Dinis, foi reestruturada e várias dessas cidades foram objeto de planos urbanísticos e de fortificação: Valença,

Estremoz, Elvas, Portalegre, Évora, etc. (Valla, 1996). Foram também reforçadas as costas até então desprotegidas, como o litoral entre Cascais e Peniche, bacia do Douro e a foz do Tejo em Lisboa, este último projeto viria a ser uma diretriz fundamental para o futuro crescimento da capital. O ambiente internacional e aberto ao conhecimento dos colégios da Companhia de Jesus foi importante para a formação dos jovens nobres que viriam a comandar o exército, o esquema de ensino era resultante da síntese entre a tradição do arruamento e o componente castrense (Rossa, 2002). Em 1647, foi criada por Luis Serrão Pimentel -1613/1678 -, a *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus* em Lisboa, que veio a suprir o ensino da antiga *Aula da Esfera*, na qual ele se formou, lecionou (Oliveira, 2004, p. 50) e oficializou o título de engenheiro militar. O curso de engenharia militar incluía projetar fortificações, traçados urbanos, arquitetura civil e religiosa, matemáticas, geometria, astronomia, geografia, representação gráfica e cartográfica. A formação era essencialmente prática, realizada nas próprias obras e orientada por profissionais experientes. Frequentemente, esses alunos eram convidados a trabalhar na África, Índia ou na América para completar sua experiência. A necessidade de um sistema administrativo para supervisionar as obras de fortificação nos domínios de ultramar levou à criação de cargos técnicos os quais, a partir do século XVII, foram ocupados por engenheiros militares. O cargo de Engenheiro Mor representava o topo da hierarquia militar. Os engenheiros militares eram parte da elite cultural e estavam ligados ao monarca. Sua competência abrangia todos os tipos de projeto relacionados com obras públicas, motivo pelo qual foram adquirindo cada vez mais importância. A metade do século XVIII foi o momento que gerou maior demanda e competência, devido aos trabalhos emergenciais de reconstrução de Lisboa e às Comissões de Demarcação de Limites do Tratado de Madri.

Em 1673, Pimentel foi nomeado engenheiro mor do reino. Sua obra, o já referido *Método Lusitano* (...), é considerada como um esforço por estabelecer uma identidade nacional dentro dos domínios que aborda; um compêndio didático amplamente ilustrado que, no parecer de Rossa (2002, p.265), não fornecia *receitas* aplicáveis sem reflexão e sim conhecimentos teóricos para a tomada de decisões e instrumentos de intervenção; o desenho era considerado como importante ferramenta de projeto para estabelecer a relação

entre a teoria e a realidade; além disso, o autor apresentava uma tabela para o dimensionamento adequado dos espaços urbanos e do espaço privado. Em 1719, foi nomeado engenheiro mor do reino o engenheiro militar mais afamado, Manoel Azevedo Fortes, que tinha sido contratado pela família real para instruir o príncipe D. Antônio (Delson, 1979); com formação em filosofia e matemáticas, deixou ampla produção teórica. Sua obra mais divulgada é *O Engenheiro Português*, publicada em 1728, que, no parecer de Rossa (2002), é um tratado de fortificação com escassas referências à arquitetura e ao urbanismo.

A partir da segunda metade do século XVII, a vanguarda da engenharia militar centrou-se na França, representada pela figura de Sébastien Le Prestre de Vauban - 1633/1707, engenheiro militar francês a serviço de Luiz XIV. Vauban fez uma proposta para o aqueduto de Versalhes (1686) e escreveu, em 1698, seu método de fortificar. Entre seus projetos mais destacados estão as cidadelas para Lille (1667-1670) e Besançon (1678-1788), na fronteira com Espanha, e a cidade nova de Neuf Brisach, na divisa com a Alemanha (1698-1706). Neste último projeto, combinam-se o perímetro da fortificação poligonal com a quadrícula de praça central. Morris (2001) sugere que Vauban propôs uma combinação da prática das bastides com as teorias de fortificação italianas. Portugal contou com a assessoria de técnicos franceses e dos Países Baixos, o que viria a facilitar a difusão do Iluminismo, para a reestruturação das praças de fronteira, peninsulares e ultramarinas e a organização do ensino da arquitetura, do urbanismo e da engenharia militar. Entre os técnicos que foram a trabalhar para a coroa portuguesa destacam-se Nicolau de Langres, Miguel de L'Escol, Mallet, Saint Colombe, Gilot, este último discípulo de Descartes. A fortificação da Vila de Almeida, no distrito de Guarda, é um exemplo de fortificação das vilas da fronteira de acordo com os princípios de Vauban, porém conservando-se o traçado do assentamento preexistente.



Figura 195: Vista aérea de Neuf Brisach - França
Fonte: Vauban, 2007, p. 30.



Figura 196: Vista aérea da vila de Almeida,
Fonte: Imagem satelital de Google Earth 2008
40° 43' 31.79"N; 6° 54' 19.43" W

3.5.2 Ideário

Duas mentalidades permearam a espacialidade renascentista: o pensamento utópico e a doutrina da contrarreforma.

3.5.2.1 Pensamento utópico

A utopia influenciou na urbanística, pois um plano é sempre a simulação de uma situação ideal sobre a realidade. Deve-se a Thomas Morus -1478/1535 -, chanceler inglês de Henrique VIII, na Bélgica, a palavra *utopia*, do grego *u-topos*, que significa lugar nenhum. A utopia é o relato de um ideal de vida terrena justa e agradável, em que seria possível a felicidade. Para Benévolo (1981), o abismo entre projeto e execução evidencia a ironia da utopia, que deixa de ser quando se materializa. Desde o século XVI, porém, ela influenciou na urbanística, como mediadora entre o mundo ideal e o mundo real. Collin Rowe (1999, p. 197) afirma que (...) *a utopia e a imagem de uma cidade são inseparáveis*. Do Renascimento até o Movimento Moderno, a utopia está presente nas propostas de cidades ideais; tanto a *Sforzinda* (1464) de Filarete como a *Ville Radiese* (1935) de Le Corbusier apresentam imagens que tiveram alto poder de transformação da sociedade e constituíram-se em metáforas plásticas e abstrações com possibilidade parcial de implementação.

As religiões e cosmovisões pressupõem que no início dos tempos, a humanidade vivia em plena felicidade. Estes mitos encontram-se em todas as culturas e revivem especialmente em momentos de crise. No século VIII a.C., o poeta grego Hesíodo explicava que, no primeiro tempo, a idade de ouro, os homens viviam como deuses, sem penas e sem dores. A tradição judaico-cristã propõe a ilusão da terra prometida: *reinará a alegria e desaparecerá a dor* (Isaías, II, 4). O poeta latino Virgílio, em *As Georgicas*, evocou um passado feliz como uma primitiva forma de comunismo. O passado idealizado projeta-se num lugar distante como uma ilha paradisíaca; o tempo é o futuro, pois a utopia nunca se projeta no presente. Ainda que estes relatos surjam de motivações do presente, sempre se concebem alheios à história; daí ser o termo sinônimo de impossível. A *República* de Platão – 428/347a.C. -, é um relato utópico que serviu de inspiração aos posteriores. Naquele tempo, Atenas tinha perdido as Guerras contra Esparta e passava por

grandes dificuldades. Platão expõe, em forma de diálogos entre Sócrates e seus discípulos, suas ideias sobre a justiça, a relação dos indivíduos com o Estado e a importância dos interesses comunitários sobre os individuais. Apresenta um ideal de Estado comunitário baseado na razão e estruturado hierarquicamente, mas como seus governantes são austeros e sábios, os cidadãos vivem felizes. Entre as utopias de cunho religioso, destaca-se a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho – 354/430 d.C. -, escrita também em tempos difíceis, quando as invasões germânicas apoderaram-se de Roma. Ele idealizou uma sociedade baseada nos princípios cristãos do amor e caridade e na abolição da propriedade privada. Na Idade Média, em épocas de guerra, epidemias e fome, surgiram utopias populares em forma de lendas, baseadas na existência de um lugar terrenal, sem sofrimento, onde os prazeres materiais eram alcançáveis. Na Espanha, este lugar chamava-se *Cucaña*; na França, *Cocagne*; na Alemanha, *Scharaffenland* e *Pomona*, país das maçãs. O descobrimento da América foi o fato mais relevante para a reformulação das utopias. Embora na Espanha e em Portugal, não tenham sido elaborados escritos utópicos, na literatura da época – por exemplo no *Quixote* de Cervantes - apresentava-se o novo continente como a possibilidade de um mundo melhor. América significava o paraíso pela beleza das paisagens e pela existência das sociedades pré-colombianas, onde, de modo geral, predominava a organização coletiva (Carandell, 1973).

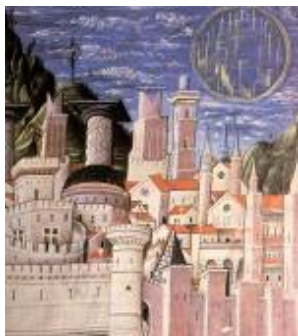


Figura 197: Miniatura de um manuscrito da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho.
Fonte: Salvat, 1974, p.33.



Figura 198: Capa da *Utopia*
Fonte: Benévolo, 1981, p. 718.

Em 1516, em Lovain, Tomas Morus publicou, em latim, *Utopia: ou tratado da melhor forma de governo*. Esta obra reflete a influência dos descobrimentos na mentalidade da época. Com fundamentos religiosos, propõe um Estado ideal e a organização da

produção, sem propriedade privada nem circulação de dinheiro, na procura da felicidade coletiva. Inspirado na lenda americana do Eldorado, Morus apresenta um marinheiro português, Rafael Hithloday (note-se o sobrenome flamengo), que tinha viajado com Américo Vespúcio e que, em uma de suas viagens, descobriu uma ilha chamada Utopia. Antes de descrever as maravilhas do lugar, teceu, porém, forte crítica à sociedade inglesa daquela época. Como homem rico, Morus favorecia o progresso, como idealista cristão era partidário da vida simples em comunidade e como humanista defendia as ideias de Platão.

Segundo Morus (1997, p. 68), Utopia era uma ilha com 54 cidades planejadas e todas iguais:

(...) grandes e belas, idênticas pela língua, os costumes, as instituições e as leis. Todas são construídas segundo o mesmo plano e têm o mesmo aspecto, na medida em que o sitio o permite. A distancia entre elas é de no mínimo 24 milhas [38 km], mais jamais é tão grande que não possa ser percorrida numa jornada de marcha.

A relação entre campo e cidade era equilibrada e não havia conurbações:

Os campos são tão bem repartidos entre as cidades que cada uma tem pelo menos 12 milhas de terras a cultivar a seu redor (...) Nenhuma busca ampliar seu território, pois os habitantes se consideram antes como capatazes que como proprietários. Na zona rural, no meio dos campos eles têm casas bem situadas em lugares escolhidos, equipadas de todos os instrumentos agrícolas. Os cidadãos vem habitá-las por períodos determinados. (ibid., p. 69)

A capital, Amaurota estava situada no centro, *em suave inclinação sobre a encosta de uma colina* (ibid., p. 71), era de planta quadrada, localizada à margem de um rio aonde os barcos vindos do mar podiam ancorar. Tinha uma muralha *com torreões e baluartes* (ibid., p. 72) que protege também a nascente que abastece de água potável. A cidade era dividida em quatro bairros, no meio de cada um ficavam a praça do mercado e as lojas. Em relação à forma urbana, Morus comenta:

As ruas foram bem desenhadas, ao mesmo tempo para servir o tráfego e como obstáculo aos ventos. As construções têm boa aparência. Formam duas fileiras contíguas construídas pelas fachadas uma de frente a outra, junto a uma calçada de seis metros de largura. Nos fundos das casas, em toda a extensão da rua, acha-se um vasto jardim, limitado de todos os lados pelas fachadas posteriores. Cada casa tem duas portas, a da frente dando para a rua, a de trás para o jardim. (...) Os utopianos conservam admiravelmente seus jardins onde cultivam videiras, frutas, legumes, flores de tal beleza (...) (ibid., p. 72-73)

A atenção ao jardim, como mediador entre a forma urbana e a natureza era uma novidade para a época. Conforme Munford, *(..) assim Morus assegura a existência de uma cidade jardim, educa cidadãos-jardineiros* (1998, p. 354). A organização social baseava-se na

família monogâmica. Cada grupo de 30 famílias escolhia um representante. Os cidadãos dividiam o dia em três: oito horas para dormir, dez para descansar e seis para trabalhar, no campo, no comércio ou em um ofício especializado. As refeições eram feitas em salas de jantar comunitárias; como todos trabalhavam, havia abundância de produtos e intercâmbio equilibrado entre o campo e a cidade. Não havia roubos, pois o dinheiro era desnecessário e as pedras e metais preciosos eram usadas só como brinquedos para as crianças, não tinham valor. Interessa analisar a obra de Morus, porque ele propôs mais que a forma de uma cidade ideal, um sistema ideal: organização territorial, forma urbana, administração, distribuição equitativa das riquezas e formas de trabalho e de governo equitativas. A forma de planejamento proposta por Morus influenciou de diversas formas nas experiências da América colonial, aonde era possível partir de zero. Um dos exemplos pioneiros, estudado por Gutierrez (1987, p. 330), é a experiência do bispo Vasco de Quiroga. Ele fundou, em 1535, perto do México, o *pueblo-hospital* de Santa fé de Altos, que era uma experiência de organização das comunidades indígenas, articulando a população urbana do hospital com trabalhadores rurais. No hospital eram recebidos enfermos, idosos e pobres que quisessem ser doutrinados. O assentamento rapidamente atingiu 30.000 habitantes, que o bispo organizou em grêmios de artesãos, conforme o esquema idealizado por Morus. Este caso corrobora a influência da utopia nas companhias religiosas encarregadas do doutrinamento da população indígena e a consequente organização de suas aldeias.

Houve outras propostas contemporâneas que propunham modelos de organização social, entre elas *A Nova Atlântica*, obra inconclusa de Francis Bacon -1561/1626 -, e a *Civitas Solis* do sacerdote dominicano calabrés Campanella -1568/1639 -, escrita quando foi preso pela inquisição. Embora eles definissem locais - a Bensalém de Baco situava-se além da América e a Cristianópolis de Campanella perto do Ceilão - não projetaram, tal como fez Morus, nem o território nem a cidade.

3.5.2.3 *Contrarreforma*

Após o Concílio de Trento (1545 -1563), o movimento contrarreformista teve grandes repercussões sociais e explorou o potencial das artes e a arquitetura como veículos de divulgação ideológica. Algumas ordens alemãs, flamengas e irlandesas saíram da

Península Ibérica, privilegiando as ordens novas como a Companhia de Jesus, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola e reconhecida pelo Papa em 1540. As paróquias reorganizaram-se e as antigas ordens (Mendicantes, Agostinos e Beneditinos) reformaram-se, instalando-se nos centros urbanos. Nas colônias ultramarinas, os missionários tiveram papel extraordinário no recolhimento e doutrinação dos nativos e na educação dos filhos dos peninsulares. Tudo isto demandou eleição e sistematização urbanística e arquitetônica de tipologias e cânones e a definição de programas para a fundação de aldeamentos nos territórios coloniais e para a construção de inúmeros colégios, conventos e igrejas. Em nível teórico, o texto *Instructiones fabricae et suppellectillis ecclesisticae* do Arcebispo de Milão, Cardeal Carlo Borromeo (1577), embora não seja um tratado, apresenta as recomendações da contrarreforma para a construção de igrejas (Kruft, 1994, p.93), utilizando e sistematizando cânones clássicos. A igreja da Companhia de Jesus, *Il Gesù*, em Roma, projetada por Vignola, conforme o novo programa, e construída a partir de 1568, viria a ser um dos modelos mais recorrentes nas construções dos jesuítas no mundo todo.

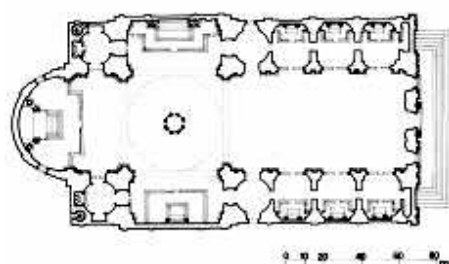


Figura 199 Planta da Igreja *Il Gesù*, Roma.
Fonte: Norberg-Shutz, 1985, p. 146.



Figura 200: Vista da Igreja *Il Gesù*, Roma.
Fonte: Norberg-Shutz, 1985, p. 147.

3.5.3 Espacialidade do Renascimento e as práticas urbanas em Portugal

A espacialidade renascentista, com continuidade em alguns aspectos no barroco (séculos XVII e XVIII), fundamentou-se na busca da disciplina e da ordem espacial através da geometria e da regularidade formal. O resultado prático foi a aplicação de princípios de composição formal e de elementos de projeto, instituídos pelas normas urbanas, como mecanismos de controle dos limites e da forma do espaço construído (Morris, 2001).



Figura 201: Cidade ideal em um quadro atribuído a Francesco di Giorgio Martini.
Fonte: Norberg- Shulz, 1985, p. 116.

Os princípios de composição foram: equilíbrio entre as partes, valorizando a centralidade e a regularidade, a partir das composições ao longo de eixos de simetria; conclusão de perspectivas finitas, mediante cuidadoso posicionamento dos edifícios singulares, obeliscos e monumentos; integração dos diferentes elementos do programa em conjuntos arquitetônicos desenhados à base da repetição de elementos e da simetria, esta última como um cânon estético inquestionável. Os elementos de projeto aplicados tanto na formação ampliação de áreas urbanas como na reestruturação de áreas consolidadas foram a rua reta, as malhas ortogonais e a configuração de praças.

Em Portugal, a expansão ultramarina e as atividades mercantis trouxeram não só um excepcional surto econômico como também um intenso intercâmbio sociocultural, que, entre outros, manifestou-se no interesse pelo cuidado do espaço público e da imagem urbana. No século XVI, não houve fundação de cidades na península, pois, como era de se esperar, todo o esforço por criar novas cidades foi para os territórios ultramarinos. Em compensação, a ação urbanística centrou-se na ampliação, reestruturação, renovação e regulamentação das cidades existentes. A extraordinária situação da conjuntura socioeconômica decorrente da expansão, a paz e a estabilização das fronteiras favoreceram a reestruturação das cidades peninsulares, fenômeno associado aos governos de D. Manuel -1495/1521 - e de D. João III -1521/1557- . Por vez primeira, os agentes da transformação do espaço urbano foram a burguesia e a classe média, graças aos excedentes de capital. Para operar a mudança almejada - de cidade medieval à cidade renascentista – reorganizaram-se os quadros de funcionários municipais com a participação de especialistas. Lisboa, como centro político, e as cidades portuárias foram as mais

favorecidas. Algumas cidades do interior com importância política, como Beja, Évora e Braga, foram ampliadas, bem como Coimbra que foi reestruturada pela instalação definitiva da Universidade (1537). Em contrapartida, as cidades do sul e o interior ficaram estagnados (Rossa, 2002).

3.5.3.1 Rua reta

O melhoramento do transporte rodado, segundo Mumford (1998), exigiu que as ruas fossem retas e mais largas, bem como o planeamento das interseções. Antecipadamente para sua época, Leonardo da Vinci propôs a separação de ruas de tráfego e de pedestres (Morris, 2002). A rua passou a ser objeto de atenção funcional e estética. Alberti - 1404/1472 -, em *De Re aedificatoria*, escrito em 1452 e publicado, postumamente, em 1485, considerava a cidade como um marco unitário da arquitetura e prescrevia ruas largas e retas para as cidades *nobres e poderosas*, enquanto, para as cidades pequenas, recomendava ruas curvadas, mais eficientes para a defesa e para a proteção do clima. A intervenção de Roma gestionada por Sisto V, em 1585, e projetada por Domenico Fontana e Flaminio Ponzio é considerada pela historiografia o modelo paradigmático em que a abertura de ruas, combinada ao posicionamento de elementos nos pontos focais das perspectivas, reorganizou globalmente a estrutura urbana, produzindo uma malha reticular que se torna parcialmente radial. A urbanística portuguesa conhecia o potencial da rua que, desde a Idade Média, foi um método frequente de expansão urbana. As tradicionais *ruas direitas*, embora não sejam direitas, como percursos matrizes, continuaram no Renascimento como elementos estruturantes do espaço urbano. Desde o século XV, além de responder a necessidades sanitárias e funcionais, a rua foi objeto de preocupações estéticas, por exemplo, em 1483, D. João II visitou o Porto, apreciou a qualidade do calçamento da Rua Formosa e ordenou que, em Lisboa, fosse executado da mesma forma o projeto da Rua Nova (Rossa, 2002). D. Manuel almejava cidades com ruas pavimentadas, homogêneas e desimpedidas para melhorar a segurança e o crescente tráfego rodado. As áreas degradadas das principais cidades reabilitaram-se mediante demolições e realinhamentos de ruas;. Foi totalmente proibido construir ou reconstruir balcões e sacadas ou qualquer elemento que invadisse o espaço da rua e, em 1502, os proprietários foram forçados a removê-los. As ruas começaram a ser pavimentadas com cubos de calcário

branco e basalto preto, formando desenhos geométricos (a tradicional *pedra portuguesa*) o qual era um luxo para a época (ibid.). A ampliação das cidades açorianas, de Funchal e de Braga, a partir do tensionamento de ruas, exemplificam o uso da rua como elemento de projeto.

3.5.3.2 *Malhas ortogonais*

A extensão de áreas urbanas, extrapolando os limites da cidade medieval, por meio do traçado de malhas ortogonais e quadriculares, foram experimentadas em toda Europa. Os projetos mais divulgados pela historiografia, porém não os únicos, são os italianos: a ampliação de Ferrara -1451/1492 -, na qual se aumentou a área urbana de 200 para 430 hectares, acrescentando-se duas malhas ortogonais e a re-estruturação de Sabionetta, em 1560, a partir de uma malha sensivelmente quadricular para ordenar o espaço intramuros. Em Portugal, também se efetuaram reestruturações urbanas e extensões de bairros por meio do traçado de malhas ortogonais, dimensionadas a partir de uma modulação. O Bairro Alto de Lisboa é um exemplo representativo da metade do século XVI.

Bairro Alto de Lisboa

Desde a reconquista, a capital sobre o Tejo tinha crescido ao redor do Morro do Castelo, pela extensão gradual das ruas que configuraram malhas irregulares próprias da tradição germânica e berbere. O crescimento aditivo, a topografia e a setorização dos bairros diferenciados faziam da cidade um espaço descontínuo e fragmentado. Como capital e porto ultramarino, Lisboa teve, a partir de 1500, acelerado crescimento da área urbana e considerável aumento demográfico, atingindo quase 200.000 habitantes, no final do século XVI. Como consequência da contrarreforma, os guetos e bairros étnicos – judarias e mourarias – nominalmente deixaram de existir, tiveram que integrar-se e o espaço urbano que lhes era exclusivo deixou de ser privativo. Neste contexto, o projeto do Bairro Alto tem a singularidade de ser uma das primeiras atuações urbanísticas da capital, a partir do projeto prévio de uma malha ortogonal e de ser promovida pelo capital privado. Inicialmente, o bairro era conhecido por Vila Nova dos Andrades, em honra aos ricos galegos que aí se estabeleceram. A malha implantou-se a partir dos percursos que saíam da

cidade. Os quarteirões retangulares, contrariando a invariante medieval, posicionaram-se contrariamente à topografia, já que o lado maior coincide com a inclinação do terreno.



Figura 202: Planta de Lisboa delineada pelo arquiteto de S.M. João Nunes Tinoco em 1650, existente no A.H.L. A oeste, o Bairro Alto, cuja ortogonalidade contrasta com o traçado labiríntico. Fonte: Monumentos_21, 2004, p. 51.

Segundo Carita (1994), o modelo medieval de *rua-travessa* foi reformulado e redimensionado, passando a ser um modelo de *rua principal – rua secundária*, onde as primeiras em sentido N-S, tem seção de 24 palmos (5,28 m) e as segundas, 20 palmos (4,40 m). Esta reformulação representa a passagem de uma ocupação orgânica linear a uma ocupação regulada. Os quarteirões continuaram sendo divididos em duas fileiras de lotes com uma proporção de frente/fundo de 1:2, invariavelmente modulados a partir de 30 palmos de frente. A malha ortogonal, a sistematização e a modulação acompanhadas da normativa produziram um bairro homogêneo de arquitetura regulada, considerado como o primeiro plano pré-desenhado para Lisboa. Segundo Carita (ibid.) e Rossa (2002), ele não foi, porém, mais que mera operação de rentabilização imobiliária, como o evidencia a inexistência de praças e edifícios notáveis.



Figura 203: Planta do projeto do Bairro Alto, séc. XVI. Fonte: Atlas de Lisboa, 1993, p.61.



Figura 204: Lisboa. Bairro Alto. Rua Serra Pinto esquina com Rua Garret. Fonte: fotografia da autora, 01/03/2008.



Figura 205: Lisboa. Bairro Alto -Chiado. Rua Serra Pinto. Fonte: fotografia da autora, 01/03/2008.

3.5.3.3 *A conformação de praças e implantação de equipamentos coletivos*

Com a maior responsabilidade e autonomia dos municípios, surgiram novos programas que demandaram a reformulação dos edifícios especializados de uso coletivo: casas de câmara, hospitais, escolas, etc. Na Idade Média, a Igreja, através das ordens religiosas, irmandades e confrarias, desempenhava funções assistenciais que, no século XVI, passaram a ser de responsabilidade do Estado. Nesse âmbito, surgiram, em Portugal, as Santas Casas de Misericórdia, criadas por impulso de Dona Leonor, a partir de 1498 (Luz, 2007, p. 39). Os espaços livres intra-urbanos ampliaram-se mediante expropriações e, nos lados, implantaram-se novos equipamentos urbanos, constituindo-se como os lugares de maior importância simbólica e funcional. Boa parte das praças atuais das cidades de origem medieval correspondem às reformas urbanas do governo de Dom Manuel I (Texeira, 2000). Via de regra, os equipamentos comunitários adquiriam caráter monumental pela singularidade de sua arquitetura em contraste com a homogeneidade do espaço privado, pelo posicionamento dentro da malha e pelo enquadramento dentro de perspectivas. O Tratado de Sérlío, publicado em 1537, expressava a conveniência de praças quadradas em frente aos edifícios monumentais. Os projetos paradigmáticos e mais divulgados pela historiografia tradicional, a Praça do Campidoglio em Roma, encomendada a Miguel Ângelo, em 1537, e concretizada até 1550, e a re-estruturação de Pienza, uma pequena cidade medieval no território de Sienna, implementaram praças trapezoidais e desenhos na pavimentação para acentuar a perspectiva.

As cidades peninsulares foram objeto de re-estruturações mediante a implantação de equipamentos coletivos. Os rossios, terreiros e largos junto às portas e áreas exteriores foram transformados em praças, onde frequentemente se construíram a Câmara, o açougue e o pelourinho (Rossa, 2002). A separação das praças municipais das praças que serviam de adro às Igrejas Matrizas, como sedes dos poderes civil e religioso, respectivamente, e o posicionamento da igreja como edifício isolado com quatro fachadas foram características frequentes que viriam a ser constantes no urbanismo colonial luso-brasileiro. A Carta Régia de 5 de dezembro de 1502, por meio da qual D. Manuel determinou a reestruturação da praça da Vila do Conde, ilustra a almejada configuração:

(...) do lado da porta principal a igreja será fastada das casas quatro braças e ao redor da igreja e da capela ficarão despejadas seis braças para adro (...) nesta rua de frente da porta principal da igreja se fará uma praça quadrada de 15 braças de lado, e a rua irá ter ao meio. Derribem-se as casas que estão entre as de Gonçalo André e Pedro Mayor, e tomen-se os quintaes e chãos que forem necessários para fazer a igreja desta forma. (Texeira: Valla, 1999, p.85).

A instalação de conventos, colégios e santas casas de misericórdia, na periferia, sobre as estradas, era articulada com largos e adros que serviam de espaço de articulação da cidade com a instituição. Estes equipamentos tensionaram o crescimento da malha e viriam a ser, no final do século XVIII, obstáculos para o crescimento (ibid.).

Braga

A atuação nesta cidade episcopal, de origem romana, é um exemplo significativo de transformação global de uma cidade, a partir da configuração de espaços públicos. D. Diogo de Souza, o bispo da cidade que havia morado vários anos em Roma, onde teve contato com a vanguarda renascentista, promoveu um plano integral, executado entre 1505 e 1532. Este consistia em consolidar o espaço intramuros e ampliar a área urbana, a partir da extensão de ruas – sobre as estradas existentes – tensionadas pela implantação de largos com equipamentos urbanos e funções religiosas.

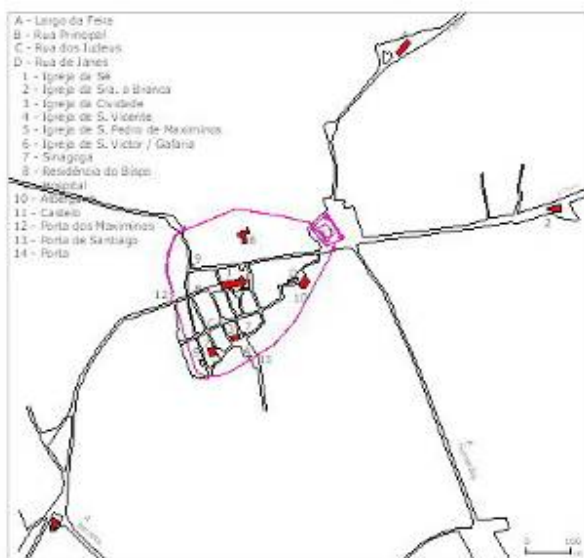


Figura 206: Planta de Braga no início do século XVI elaborada a partir de Texeira; Valla, 1999. p. 114.

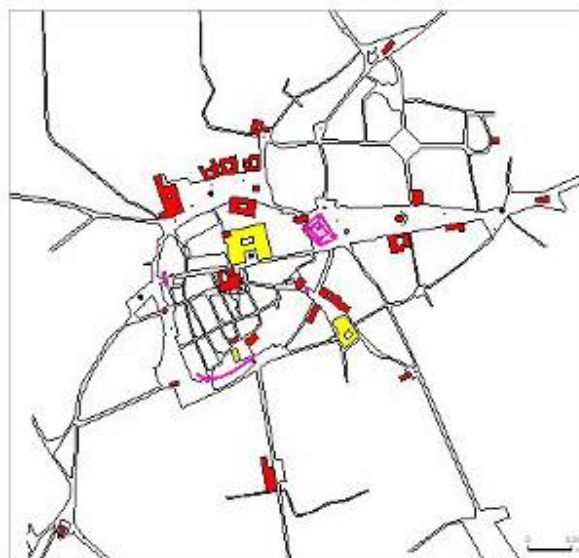


Figura 207: Planta de Braga na metade do século XVII elaborada a partir de Texeira; Valla, 1999. p. 115

Conforme as plantas apresentadas nas Figuras 206 e 207, no início do século XVI - antes do plano- a cidade tinha o cerco fortificado. O projeto implicou sua demolição. Observe-se que a maioria das praças eram irregulares, formadas pelo alargamento das ruas, adaptadas ao terreno, conforme a tradição medieval portuguesa. É importante salientar que a intervenção de Braga é anterior ao plano de Roma, porém a historiografia internacional não lhe concede seu merecido valor, no entender da pesquisadora, por não apresentar a regularidade geométrica canonizada pelo urbanismo erudito.

Viana do Castelo

A já referida cidade do Minho teve apogeu econômico extraordinário, a partir de 1500, pois foi um polo de comercialização do açúcar proveniente do Brasil. No primeiro estágio, com o espaço intramuros totalmente saturado e a cerca fortificada obsoleta, foram adoçadas casas a ambos os lados da muralha, ocupando-se o caminho da ronda.

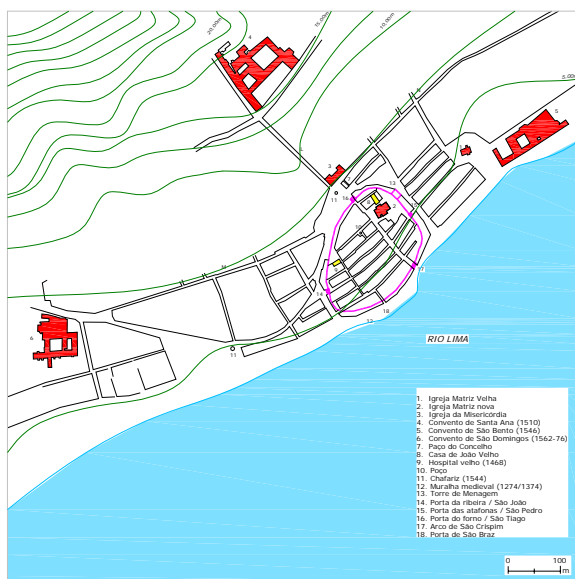


Figura 208: Planta de Viana do Castelo no final do século XVI, desenhada conforme Teixeira; Valla, 1999, p.32



Figura 209: Viana do Castelo, Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Viana_do_Castelo Acesso em 02 mai 2008

Os alvarás de 1501 e 1502 permitiram essa ocupação e, a partir de 1531, a Câmara vendeu os lotes restantes. No censo de 1517, constata-se que, das 693 famílias residentes em Viana, pouco mais da terça parte habitavam dentro da muralha e que a maioria morava nos arrabaldes. A carta foral de 1512 ampliou os estaleiros e o cais para fomentar o

comércio com o norte: Flandes, França e Galiza. No segundo estágio, ocorreu a mudança do sistema defensivo, com a construção de uma fortaleza na foz do rio e um novo perímetro fortificado. A cidade expandiu-se e o antigo rossio do campo de forno consolidou-se como o novo centro, porém mantendo a forma irregular e sediando a Câmara (1544) e a Misericórdia (1588). A expansão da malha urbana foi tensionada pela implantação dos conventos e das casas dos ricos mercadores na periferia (Texeira, 1999; Fernandes, 2005).

Lisboa

Durante os séculos XVI e XVII, a transformação urbana da capital ocorreu, fundamentalmente, a partir do encargo e do desenvolvimento de programas arquitetônicos com capacidade de incidir, globalmente, na qualificação da malha urbana. A decisão de D. Manuel de mudar a sede do governo do Estado, situada no Castelo de São Jorge, desde a conquista aos mouros, para a Ribeira, impulsionou o desenvolvimento da Cidade Baixa. Os extraordinários lucros provenientes da organização e da fiscalização do comércio privado pela criação das *casas comerciais* (Casa da Mina, de Arquim, dos Escravos, de Flandes, da Índia) reverteram na construção de edifícios civis e religiosos: o mosteiro dos Jerônimos; a Torre de Belém; o Forte de São Julião, numa ilha no Tejo; o Hospital Real de Todos os Santos; o Arsenal militar; o Palácio Real (destruído no terremoto de 1755). Via de regra, todos estes conjuntos arquitetônicos eram precedidos de espaços abertos como terreiros e largos, que nem sempre seguiram formas geométricas e regulares, mas que se constituíram nos lugares das vida política, econômica e social. Da época de Felipe II, que almejava para a cidade uma imagem a par do seu *status* de capital, é a ampliação ao leste do Palácio Real com o Torreão. A presença de Juan de Herrera na cidade teve influência na execução das reformas do Palácio Real e do porto.



Figura 210: Lisboa. Gravura que ilustra o Terreiro do Paço quando o desembarque de Felipe II.[1580]
Fonte: Atlas de Lisboa, 1993, p.66



Figura 211: Procissão no Rossio. [séc. XVII]
Fonte: Atlas de Lisboa, 1993, p.67

D. João V tinha o empenho de programar uma intervenção em grande escala para consagrar Lisboa como capital. A re-estruturação de Roma como centro da cristandade, empreendida por Sixto V, era o modelo almejado para as cidades capitais, preocupação que, em Portugal, retardou-se por causa da união ibérica. Como primeira medida, Manuel de Maia -1668/1763 -, que viria a ser nomeado Engenheiro Mor do Reino, foi encarregado de realizar um levantamento detalhado da cidade, concluído em 1716. Enquanto isso, o embaixador em Roma, Rodrigo de Sá e Meneses, Marquês de Fontes, que era engenheiro militar, estabelecia contatos para levar a Lisboa arquitetos e artistas da vanguarda barroca, como Fillippo Juvarra -1678/1736, que tinha trabalhado na ampliação de Turim e nos Palácios Reais de Madri e de Aranjuez, e Johan Friederich Ludwig -1670/1752-, em português Federico Ludovice. A permanência de Juvarra em Lisboa, por um semestre, foi definitiva para que o rei definisse seus planos para transformar Lisboa. Através da expansão para o ocidente, da concentração dos edifícios institucionais sobre a ribeira e da implantação de uma sede episcopal e de governo, que foi o convento-palácio de Mafra, iniciado em 1717, sob projeto e direção de obra de Ludovice. Para Ângulo Iñiguez (1950, p. 720), este conjunto (...) *determina assim um novo estilo arquitetônico cujo reflexo na arte nas possessões americanas foi notório e imediato*. Segundo Rossa, todos os recursos comprometidos no convento-palácio terminariam postergando a intervenção urbana até o acontecimento do terremoto de 1755, mas foi a partir de Mafra que (...) *a tradição se fundiu com cosmopolitismo e os engenheiros militares portugueses atualizaram sua sensibilidade arquitetônica*. (2002, p.108)

3.5.3.4 *Quadro normativo e transformação da morfologia urbana*

No final do século XV, o espaço urbano português estava próximo da ruptura e disso era consciente a Coroa. Iniciou-se um processo de renovação e legislação, primeiro com D. Afonso -1438/1477 -, depois, de modo mais eficiente, com D. Manuel (Rossa, 2002). As *Ordenações Afonsinas* (1477) sistematizaram disposições existentes, velavam por limpeza urbana, coleta de lixo, saúde pública, afastamento das atividades poluentes dos espaços públicos, calçamento das ruas e encanamento de esgotos (Texeira, 1999). Com as *Ordenações Manuelinas*, compiladas em 1514 e publicadas em 1521, esse quadro ampliou-se. Através de uma normativa urbanística, expressada em posturas municipais e fiscalizadas

pela Câmara, (...) *a imagem da cidade portuguesa vê-se radicalmente transformada* (Leite, 2002, p.18). Embora a atenção com os aspectos sanitários, estéticos, funcionais e o estabelecimento de dimensões mínimas para as ruas, as Ordenações não apresentavam modelos explícitos de configuração espacial, menos ainda um plano urbano global.

As Ordenações Manuelinas, formadas por cinco livros divididos em títulos, têm o mérito de ser a primeira codificação publicada, graças à novidade da imprensa. Os títulos que versam sobre o espaço urbano são poucos e evasivos - Livro I, títulos 58, 66, 68, 69; Livro IV, título 43 - neles regulamentam-se os forais; os deveres dos vereadores das vilas e cidades, corregedores, juízes, etc.; o abastecimento público; a segurança; a administração dos bens dos Conselhos Municipais; as festas e também constam algumas disposições sobre as construções. (http://pt.wikipedia.org/wiki/ordenações_manuelinas) Seguiram-se as Ordenações Filipinas, sancionadas, em 1595, por Felipe II e impressas, em 1603, por Felipe III. Esta compilação resultou da atualização do Código Manuelino como consequência da União Ibérica. Felipe II, como hábil político, promoveu a reforma jurídica dentro da tradição e do espírito português e na mesma formatação, por isto o Código Filipino é praticamente uma atualização do Manuelino, carece de inovações e, às vezes, apresenta contradições (http://pt.wikipedia.org/wiki/ordenações_filipinas). Segundo Rossa (2002, p. 244), a vigência das normas urbanas das *Ordenações do Reino* estendeu-se até a Reforma Pombalina. Para Murillo Marx (1999, p.36), sua influência foi ainda mais extensa; embora alteradas, as *Ordenações do Reino* constituíram a base do direito português, até o século XIX, e algumas disposições tiveram vigência no Brasil, no período republicano, concretamente até ser instituído o Código Civil de 1916.

A organização do poder local com base no município, instituição de origem romana cuja estrutura foi se aprimorando, ao longo de mais de quatro séculos de existência de Portugal como Nação, era uma experiência testada, especialmente nas administrações de D. Afonso e de D. Dinis (séculos XI e XII). Nessa época proliferaram os novos municípios, quer a partir da fundação quer da reorganização de assentamentos já existentes. A coroa, mediante a carta foral, estabelecia uma aliança com a população, contrarrestando o poder feudal. Nesse sentido, o estabelecimento de um município, representado pela câmara de

vereadores²⁴ implicava tanto a participação popular na tomada de decisões de seu interesse, como no fortalecimento do poder régio, em última instância, na unificação e na consolidação da identidade nacional. A câmara tinha funções administrativas, econômicas, judiciárias e, como foi dito, controlava a configuração do espaço sob sua jurisdição. O termo municipal, conforme a tradição romana e árabe compreendia a área rural circundante, a sede do município, que, via de regra, era o principal assentamento urbano, bem como outros assentamentos menores. A estreita relação entre o Estado e a Igreja evidenciava-se na correlação entre a administração civil e religiosa: a sede do município coincidia com a sede da paróquia e os bairros e/ou os assentamentos menores, com as diferentes freguesias. Este paralelismo viria a ser transferido aos arquipélagos e a todas as colônias ultramarinas.

O espaço urbano ordenava-se e regulamentava-se por meio de posturas e cartas municipais, baseadas no *Regimento dos Oficiais das Cidades e Vilas destes Reinos* (1504). A fiscalização era por conta da Câmara. Entre outras, uma das medidas de controle urbano era a solicitação prévia de uma vistoria da Câmara Municipal como requisito para licenciamento de demolições ou de obras novas (Rossa, 2002, p.242-244). Como as disposições sobre ordenamento territorial e urbano, contidas nas Ordenações, não eram sistemáticas e apresentavam abordagem casuística e pontual, em Portugal e em todas as suas colônias, o poder municipal teve maior autonomia e as decisões sobre a configuração do espaço urbano estiveram com os Conselhos Municipais, com ingerência das ordens religiosas.

A aplicação do quadro normativo das Ordenações Manuelinas sistematizou um repertório formal e construtivo que alterou, por via da arquitetura, a morfologia urbana. Com a eliminação de balcões, sacadas e saliências em relação aos panos de fachadas e a proibição de fechamentos de madeira – isto para evitar incêndios – surgiu um perfil urbano específico que, no parecer de Rossa (...), *até bem pouco tempo configurava o grosso do espaço público urbano português* (2002, p. 243. Esta arquitetura, produto da tradição

²⁴ O jesuíta Raphael Bluteau publicou um dicionário, no início do século XVIII, no qual define vereador como *zelador da conveniência do povo* (Marx, 1999, p. 13).

construtiva e da normativa, foi definida por Kubler (1969, p.7) como *arquitetura chã* e caracteriza-se pelo (...) *fascínio pelas relações geométricas e volumétricas dos interiores com os exteriores*. Consiste em uma fórmula arquitetônica sobre a base da modulação parcelaria e de um sistema matemático de proporções entre os elementos construtivos. Com variantes regionais conforme as técnicas e materiais locais, caracteriza-se pela construção em alvenaria de pedra e/ou tijolo; telhados em telha romana a duas águas com a cumeeira paralela à rua; fachadas planas, alinhadas, regulares, sem saliências maiores de um palmo e meio (0,33 m), incluindo o beirado; vãos com caixilharia de madeira guarnecidos com cantaria lisa que contrastam com as superfícies rebocadas com argamassas de cal e areia, por vezes caiadas em tons naturais. Frequentemente um dos pavimentos era valorizado mediante a substituição da janela por uma sacada que não ultrapassava o palmo e meio permitido, inicialmente de madeira, substituída gradualmente por ferro forjado. A coerência matemática entre as proporções do lote e das fachadas pode ser consequência da aplicação dos esquemas de composição anotados em cadernos de obra e transmitidos pelos mestres-pedreiros de geração em geração (id.).

A aplicação da mesma normativa em Portugal peninsular e ultramarino transmitiu e consolidou essa referida fórmula de arquitetura. Baseada em técnicas construtivas e arranjos tradicionais, secularmente consolidados e sedimentados, definiu uma morfologia comum nos inúmeros assentamentos que os portugueses estabeleceram em diferentes contextos e latitudes. Murillo Marx (1999, p. 35-36) comenta que essa aplicação global definiu, ao longo dos séculos, ambientes urbanos muito semelhantes em Portugal, nas colônias africanas e asiáticas e no Brasil. A *familiaridade* das paisagens urbanas das fotografias seguintes é prova disso.



Figura 212: Coimbra.
Fonte: foto da autora, 26/03/2007



Figura 213: Faro, Algarve
Fonte: foto da autora, 18/03/2007



Figura 214: Ouro preto - MG
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/san/95067040> Acesso em 12 ago 2008



Figura 215: Lisboa, mouraria.
Fonte: foto da autora, 01/03/2008



Figura 216: Braga, rossio e igreja da Sé, 2008.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/moacirdsp/920796192> Acesso em 12 ago 2008



Figura 217: Salvador. Largo de São Francisco.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/antollo/2267260346>. Acesso em 11 ago 2008



Figura 218: Angra do Heroísmo, Rua da Se
Fonte: foto da autora, 03-03-2008



Figura 219: Salvador da Bahia. Largo do Pelourinho
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/antollo/2266472041>. Acesso em 12 ago 2008

4. URBANISMO DA MADEIRA E DOS AÇORES

A região biogeográfica da Macaronésia²⁵ compreende os quatro arquipélagos atlânticos de origem vulcânica, incorporados pelas coroas ibéricas no século XV: Açores, Madeira e Cabo Verde por Portugal e as Canárias por Castela. Conforme a Constituição da República Portuguesa de 1976, os Açores e a Madeira formam duas Regiões Autônomas. Igualmente, as Canárias integram uma das Comunidades Autônomas do Reino da Espanha. Cabo Verde é o único arquipélago, ao sul da linha do Equador, que constitui uma nação independente, desde 1975.



Figura 220: Mapa da Macaronésia e seus arquipélagos

Fonte dos dados: (<http://pt.wikipedia.org/macaronesia>) Acesso em 20 ago 2008

²⁵ O termo provém dos vocábulos gregos *makáron* = afortunado e *nesoi* = ilhas, significa *Ilhas Afortunadas*; nome dado pelos antigos geógrafos às desconhecidas ilhas além do Gibraltar.

A incorporação dos arquipélagos foi um processo de transição cultural entre a Idade Média e o Renascimento, uma significativa etapa da expansão ultramarina e a continuação do esforço de colonização interior da península ibérica. A posição estratégica das ilhas como portos de escala obrigatória na navegação intercontinental, em função do comportamento dos ventos e correntes marítimas, conferiu-lhes caráter de espaços de articulação, inicialmente na organização dos impérios, depois em sua manutenção. Maduro Dias (2008) explica que, no Atlântico, os ventos correm alternadamente: no hemisfério norte, em sentido contrário aos ponteiros do relógio; no centro, conforme os ponteiros; no hemisfério sul, novamente ao contrário. Portanto, existiam três formas de deixar Europa: pelo Norte como o fizeram os vikings; pelo centro, passando pelas Canárias rumo ao Caribe, como fez Colombo; pelo sul, indo além do Cabo Bojador, como fizeram os portugueses. Porém, a forma mais fácil de retornar era passando pelos Açores e por isto, a partir do século XVI, estes passaram a ser a principal base para reabastecimento dos navios com a instalação da Provedoria das Armadas em Angra do Heroísmo, em 1534. Essa conexão dos ventos, denominada *volta das ilhas*, permitiu, durante mais de quatro séculos, na fase da navegação à vela, transportar pessoas e levar para a Europa todos os bens da exploração colonial na América, África e Ásia. Em nível econômico, ao longo dos séculos XV a XIX, estes arquipélagos atuaram como novas periferias. Na agricultura, o clima temperado com estações moderadas, permitiu a aclimação de espécies. A cana de açúcar originária da Ásia passou de Malta, Sicília e Creta à Madeira e Canárias e dali, para o Caribe e o Brasil. No outro sentido, os cultivos de tomate, milho, batata e outras plantas americanas foram experimentados nos arquipélagos, antes de serem levados para a Europa.

As estratégias de ocupação territorial e as formas urbanas e arquitetônicas produzidas nos quatro arquipélagos, como espaços de transição geográfica e cultural, apresentam denominadores comuns e especificidades. Os Açores e a Madeira eram territórios insulares desabitados. À diferença das Canárias, que estavam habitadas por nativos, os *guanches*, descendentes dos berberes, opuseram resistência e praticamente foram extintos em menos de um século. Um completo estudo comparativo das formas urbanas tradicionais e da arquitetura doméstica dos quatro arquipélagos foi realizado por José Manuel Fernandes (1996). A historiografia tem abordado simultaneamente a cultura espacial madeirense e açoriana, pelo maior grau de similitude e a proximidade geográfica, e

os processos de migração para o Brasil. Observe-se que a distância entre Madeira e Santa Maria, mais ao sul-oriental dos Açores, é sensivelmente a mesma que existe entre esta última e a Ilha do Corvo, a mais ocidental. A conquista das Canárias iniciou-se em 1402. Portugal reivindicou sua posse. Em 1436, o Papa Eugenio IV reconheceu formalmente os direitos de Castela, cujo maior interesse era aceder ao comércio com a África Ocidental. Segundo Morris (2001), o Tratado de Alcaçovas, assinado em 1475, foi o primeiro regulamento dos interesses imperialistas, confirmando os direitos de Castela sobre as Canárias e de Portugal sobre o monopólio na África e sobre a posse dos outros três arquipélagos.

O arquipélago da Madeira, segundo a tradição oral, foi descoberto em tempos do império romano, mas até agora não há fonte que o confirme. A referência mais antiga encontra-se no *Libro del Conocimiento*, publicado por um frade espanhol em 1348 (Madeira). Os marinheiros de D. Henrique reconheceram o arquipélago e deram-lhe esse nome pela presença de madeiras de excelente qualidade que, por pouco, acabam pelo desmatamento acelerado pela indústria naval. Por essa época, o maior interesse de Portugal estava na conquista do Magreb e a coroa decidiu ocupar a Madeira para não deixar vantagem a Castela, que já tinha efetuado uma expedição a Porto Santo, em 1417. Segundo Carita (2002, p. 87), a Madeira funcionou em relação ao Magreb como centro de troca de experiências e quase ponto obrigatório de passagem dos navegadores a serviço de D. Henrique. Em 1418, João Gonçalves Zarco chegou a Porto Santo e, em 1419, Tristão Vaz, à Madeira, ambos pertencentes à Tercena Naval do Infante.

Em relação ao descobrimento dos Açores, existem várias versões. Uma, baseada nas referências que aparecem na cartografia, a partir de 1351, sustenta que as ilhas foram encontradas por ocasião das expedições feitas por marinheiros genoveses a serviço de Portugal, entre 1340 e 1345, durante o reinado de D. Afonso IV. Em um mapa catalão de 1375, aparece a ilha de São Jorge com a designação de *San Zorze* (Fernandes, 2000, p. 322). A outra, sustenta que o reconhecimento só viria a ocorrer na época de D. Henrique. O cronista da ilha, natural de São Miguel, Padre Gaspar Frutuoso (1998), recolheu a tradição oral do arquipélago, entre 1580 e 1590. Ele atribuiu papel protagônico a Gonçalo Velho, membro da equipe de d. Henrique e primeiro capitão donatário das ilhas de Santa

Maria e São Miguel. Segundo o cronista, o marinheiro teria chegado a estas ilhas entre 1427 e 1431. A cartografia reforça esta versão, pois, no mapa de Beccario (1435), a maior parte das ilhas açorianas aparecem identificadas como *insulae de novo repente*. Até agora a tese mais aceita é a do professor Damão Peres que, com base na Carta de Valsequeda (1439), sustenta que as ilhas foram achadas, em 1427, pelo algarviano Diogo de Silves, *piloto de El Rey* (Dias, 2008). D. Henrique recebeu, contudo, a 2 de julho de 1439, autorização para povoar as ilhas, por carta de seu sobrinho, D. Afonso. O documento evidencia que até então eram conhecidas só sete das nove ilhas. As mais ocidentais, Flores e Corvo, viriam a ser encontradas por Diogo de Teive, em 1452 (Noronha, 2005).

4.1 Povoamento e administração do território

O interesse da coroa portuguesa de manter sua soberania nos territórios anexados foi a principal motivação para a ocupação. O povoamento foi progressivo, à medida que se tinha conhecimento da existência das ilhas. Nesse tempo, os recursos humanos de Portugal continental eram imensamente inferiores à dimensão de suas empresas ultramarinas. Para garantir o domínio, foram estabelecidos mecanismos de repartição de terras e um regime fiscal especial, inicialmente atrativo para as pessoas dispostas a morar nessas ilhas inóspitas e desconhecidas.

A migração para os arquipélagos representava diversos interesses: para senhores e nobres, era uma nova oportunidade econômica e uma forma de ampliar suas esferas de poder; para as classes populares, era a via expedita de se tornar proprietário de terras e, portanto, ascender social e economicamente. Em consequência, as ilhas receberam indivíduos de todos os segmentos e a organização social peninsular foi transplantada: uma elite minoritária representada pela nobreza, donos de terras e funcionários da administração, que tinham hábitos e costumes próprios; seguiam-se o clero e os membros das ordens religiosas, inicialmente franciscanos e depois jesuítas; na base majoritária, estava o povo: mercadores, artífices, trabalhadores rurais e artesãos.

D. Henrique, como regedor da Ordem de Cristo, sediada em Tomar, e como impulsionador da Escola de Sagres privilegiou a participação de grupos provenientes das

regiões de Santarém, Alentejo e majoritariamente do Algarve. Portanto, judeus ibéricos, oficialmente conversos, portugueses de ascendência moura e norte-africanos provenientes das feitorias magrebina foram os primeiros a irem para os dois arquipélagos. Os judeus radicados em Tomar apoiavam financeiramente os projetos do Infante e participavam nas pesquisas científicas como matemáticos, cartógrafos, etc. No último quartel do século XV, a intolerância religiosa tornou-se insuportável pela ação da Inquisição, instituída na Espanha, em 1478, e com considerável influência em Portugal por pressões políticas. A partir de então, os judeus viram-se obrigados à conversão e/ou à migração. Nos Açores, seus costumes foram se adaptando ao novo contexto sob diversas formas de sincretismo, sendo a mais representativa a religiosidade em torno dos *Impérios do Espírito Santo*.

A presença berbere de mais de cinco séculos no sul de Portugal deixou, em todo o território ao sul do Tejo, uma identidade. Os habitantes das áreas litorâneas eram excelentes navegadores e construtores navais e esse potencial, somado à situação estratégica da região, foi aproveitado por D. Henrique, quando optou por instalar a Escola de Navegação em Sagres. De outra parte, o contexto *atlântico* do golfo de Cadiz facilitava o constante intercâmbio com as feitorias do Magreb.

A participação inicial de judeus e mouros foi seguida pela de flamengos e franceses que chegaram em menor escala principalmente às ilhas centrais, circunstância que se explica pela intervenção de D. Isabel, condessa de Flandes, casada com Filipe de Borgonha, junto a seu irmão o Infante D. Henrique. Não obstante, sua língua e cultura depressa seriam absorvidas pela portuguesa (Dias, 2008). Chegaram também gentes do extremo norte, do Minho e Trás os Montes, regiões que, nessa época, estavam superpovoadas e que, pela estrutura fundiária em pequenas propriedades, não tinha como absorver o aumento demográfico. Rossa²⁶ comenta que, embora tenham participado, no povoamento dos Açores, gentes dos dois extremos peninsulares, com grandes diferenças geográficas, históricas e culturais entre si, estas não se manifestaram. Segundo o professor, as formas de distribuição da terra na península geraram profundas diferenças antropológicas, que perduram até hoje, porém elas não se manifestaram de forma

²⁶ Entrevista realizada pela autora, em Coimbra, em 26 de março de 2007.

diferenciada nas ilhas. No norte cristão, onde predominou a pequena propriedade, a pecuária e o trabalho comunitário, as famílias costumavam ter grande número de filhos. Ser dono de um pedaço de terra, no mínimo *para ter onde cair morto*, era um valor e uma necessidade existencial, que foi plenamente satisfeita quando da migração para os Açores, já que os colonos tornavam-se proprietários. No sul mouro, a terra era dividida em grandes propriedades, cuja posse estava (e ainda está) em mãos de poucos senhores. A grande maioria da população era conformada por trabalhadores assalariados que viviam de aluguel e tinham menor número de filhos. Para eles também, as ilhas foram a oportunidade de uma vida nova como pequenos proprietários. Contudo, conforme Weimer (2004, p. 198), nem as influências flamengas, nem as do norte de Portugal puderam ser confirmadas. A cultura espacial dos Açores denota marcada influência dos tipos de aldeamento e da arquitetura doméstica do Alentejo e do Algarve, por sua vez originados na cultura espacial berbere.

A ocupação e o povoamento não foram um processo homogêneo e assim como alguns assentamentos desenvolveram-se, outros ficaram estagnados e outros morreram. O êxito ou fracasso dependia de dois fatores: um de tipo administrativo, que era a qualidade da gestão e a disponibilidade dos moradores; outro de tipo geográfico, determinado pelas condições físicas do sítio, já que as ilhas tinham diferentes potencialidades e graus de adaptabilidade.

O processo de povoamento dos Açores - extensível para a Madeira - de modo geral, conforme Leite (2005), apresenta três etapas.

- A primeira, durante o século XV, caracterizada pela iniciação dos aglomerados, pontualmente ao longo das costas.
- A segunda, durante o século XVI, correspondente à organização e à hierarquização dos aglomerados entre rurais e urbanos. Deu-se preferência às costas do sul, mais abrigadas, menos agrestes e com possibilidade de orientação adequada para o hemisfério norte. Na maioria das ilhas, iniciou-se a estruturação de uma estrada paralela ao mar, comunicando as povoações, porém este processo foi muito lento e viria a se concluir, em alguns casos, no século XIX, motivo pelo qual as ligações marítimas entre povoados de uma mesma ilha eram frequentes.

- A terceira, entre os séculos XVII e XVIII, corresponde à total ocupação das ilhas, à sua exploração mais eficaz e, em âmbito urbano, ao preenchimento das malhas.

A administração do território teve duas instâncias administrativas cujas competências estavam explicadas nas Ordenações Manuelinas (1521). O Livro II, Título 8, versa sobre as funções dos desembargadores das ilhas. Em âmbito regional, foram inicialmente estabelecidas as *comendas*, pouco depois, as *donatárias* sob o poder senhorial e, finalmente, as *capitanias gerais* sob o poder estatal. Em âmbito local, o município representava o poder popular e a expressão de cidadania. O rei, para garantir a soberania e a unidade territorial, conservava o poder das grandes decisões jurídicas (entre estas a decisão de pena de morte) e financeiras, a exclusividade da cunhagem de moeda e o direito de declarar guerra ou assinar a paz.

4.1.1 Administração regional

A *comenda* foi instituída por D. Henrique, *Senhor das Ilhas* e vigorou entre 1439 e 1460, entre a concessão das ilhas a D. Henrique e sua morte. A comenda abrangia os poderes espiritual e temporal, podendo ambos serem acumulados na mesma pessoa, o *comendador*. Na medida em que o povoamento e o interesse pelas ilhas foram aumentando, a comenda evoluiu para o sistema de *donatária*. Esta era a concessão de um território a um senhor, o donatário, que, na maioria das vezes, era membro da casa real ou da alta aristocracia. Até a metade do século XVI, esses cargos foram ocupados por pessoas que nunca visitaram e menos ainda, moraram nas ilhas. Daí a escassez de casas senhoriais. Seus direitos eram vitalícios e hereditários e acumulavam diversos privilégios como a fundação de assentamentos, a cobrança de impostos, a administração da justiça e a divisão do território em capitanias. Foi um mecanismo eficiente para a coroa, porque garantiu o povoamento e a administração sem grandes dispensas, já que o capital investido era privado. Aos poucos os donatários foram passando suas responsabilidades para os capitães donatários. Estes, por sua vez, delegavam funções aos ouvidores. Na prática, a administração ficou a cargo dos capitães que recebiam do donatário atribuições muito semelhantes às que este recebia do rei. Entre os primeiros capitães donatários das ilhas centrais houve grande participação de flamengos. Era de responsabilidade dos capitães a

distribuição de terras, divididas em *sesmarias* ou *dadas*, instrumento que, em princípio, garantia a distribuição da população e a exploração uniforme do solo. As cartas de *dadas* eram concedidas pelo capitão, mas tinham que receber a aprovação do almoxarife e eram redigidas pelo escrivão. Em termos jurídicos, eram acordos em que o capitão entregava gratuitamente uma parcela de terreno a um imigrante que se comprometia a povoá-la e desenvolvê-la em um prazo de cinco anos. Se as condições fossem cumpridas, tornava-se proprietário e ganhava o direito de vender ou repartir a terra (Leite, 2005).

O papel do capitão era similar ao do povoador medieval das cidades planejadas, uma vez que ambos tinham que distribuir as terras entre a população. Em princípio, o capitão não tinha atribuição para entregar as terras a si mesmo, porém, na prática, o mais frequente foi a concessão a filhos, irmãos e familiares e, dessa forma, o poder dos capitães estendeu-se extraordinária e irregularmente. Além disso, nas ilhas açorianas, os capitães asseguraram para si o direito de exploração dos moinhos e fornos de pão comunitários, tendo os habitantes que pagar um tributo para utilizá-los. Esta medida viria a incidir na configuração do espaço doméstico. Como se ilustrará mais adiante, os grandes fornos das casas açorianas podem ser considerados como uma resposta arquitetônica a uma determinante política, reforçada pela individualidade familiar e, em alguns casos, pela ocupação dispersa.

O sistema de donatárias foi modificado, a partir de 1484, quando D. Manuel, então Duque de Beja, Grão Mestre da Ordem de Cristo e donatário da Madeira, a incorporou ao patrimônio da coroa. Em 1495, quando subiu ao poder, acabou com todos seus senhorios, tornando-os reguengos; porém os cargos de capitães foram mantidos. Foram também nomeados corregedores, representantes do rei, com a finalidade de fiscalizá-los. Essa duplicidade de poderes fomentou constantes rivalidades entre capitães e corregedores. A instituição donatária-capitania fragmentava o território em pequenos morgados, com relativa autonomia e poder, propiciados pela geografia abrupta. O grau de individualidade e isolamento era proporcional ao maior grau de adversidade das condições geomorfológicas. Leite (2005, p. 33) destaca um caso extremo: na ilha do Pico, as condições íngremes do terreno e a abordagem marítima perigosa fizeram com que as freguesias de Lages e São Mateus, ambas na costa sul, se estabelecessem simultaneamente

(1501), sem terem conhecimento uma da existência da outra. O regime das capitâneas estendeu-se até 1766, quando o Marquês de Pombal acabou com elas e estabeleceu uma única administração provincial para cada arquipélago. Pela consequente concentração política e militar do poder, sediado na cidade capital, cada arquipélago passou a ser considerado e administrado como uma unidade territorial.

4.1.2 Administração local

Desde o início dos primeiros assentamentos, as populações constituíram as instituições municipais conforme os concelhos peninsulares como mecanismos de controle do poder senhorial e dos capitães donatários e de fomento da participação popular, estreitamente relacionados com a administração eclesiástica. Durante os governos de D. Manuel- 1495/1521 - e de D. João -1521/1557 -, a coroa emitiu sucessivas cartas de forais, criando vilas. Em 1525, já estava o poder municipal representado pelos Concelhos²⁷ e Foros em mais de 60% dos atuais municípios dos arquipélagos. Segundo Leite (2005), a Carta foral de Lisboa era o modelo a seguir e, em muitos casos, era literalmente copiada. A administração local espelhava-se formalmente na configuração das praças e/ou largos, como centros da vida urbana, e no posicionamento singular dos edifícios do poder civil e da igreja. Até o século XIX, a casa da câmara e a cadeia funcionavam no mesmo edifício. À diferença da organização peninsular, nos Açores e na Madeira, a repartição de terras esteve a cargo do Capitão Donatário – embora este a delegasse aos ouvidores - e não a cargo da câmara municipal. Martinho dos Santos (1978) analisou o processo de urbanização dos Açores -extensível para a Madeira- a partir de duas etapas. A primeira corresponderia ao arranque definitivo da colonização, entre 1474 e 1500, quando o Infante D. João – futuro João II – foi encarregado das terras de ultramar e estimulou a instalação de vilas, inicialmente uma por capitania, tanto nos assentamentos de formação espontânea, como nos criados ex-novo. Segundo o autor (ibid., p. 447), esta primeira fase caracterizou-se pelo manifesto *artificialismo* das vilas, já que os centros - criados ou promovidos - tinham basicamente funções políticas e militares e não se vislumbrava substancial intercâmbio econômico entre a sede e o campo circundante. Como foi analisado no capítulo 1, conforme a teoria de Weber sobre a natureza dos fatos urbanos, a existência de um mercado interno

²⁷ O termo Concelho em Portugal escreve-se com “C”

permanente é fundamental para que um assentamento seja *urbano*. Nesse sentido, a *artificialidade* referida por dos Santos radica nessa carência ou debilidade. Além disso, deve-se considerar o fator demográfico. Embora o notável crescimento das vilas açorianas, em termos relativos, eram pequenas, no final do século XVI, Angra tinha 2.500 *fogos* e Ponta Delgada 1.500, ou seja 11.000 e 6.000 indivíduos respectivamente, cifras incomparáveis com os 280.000 habitantes que tinha Nápoles e os 150.000 de Lisboa ou Sevilha (ibid., 1978, p. 451). A segunda fase, a partir de 1500, coincide com a fundação de *vilas novas*, como complemento e reforço à centralidade das que já tinham adquirido o papel de cabeça da administração territorial. A partir de então, com o desenvolvimento dos contextos sociais, esses assentamentos, além de espaços de moradia e de solidariedade, serviram de cenário para as atividades econômicas da comunidade e de mediadores entre os interesses da coroa e dos particulares.

Decorrente da complexidade desses processos, do grau de intensidade dessas atividades e das potencialidades geo-econômicas, ou seja, da *situação* de cada assentamento, formaram-se as vilas/cidades mercantis. A vila nova, contando ou não com a participação da comunidade, foi produto do poder central, enquanto a vila mercantil foi uma criação da comunidade, (...) *mais propriamente da nova espécie (a burguesia) aliada por razões táticas (de interesse) à aristocracia, ainda que o apoio do Estado lhe seja útil é ate necessário* (ibid., p. 458).

A maior diferença entre as vilas novas e as vilas/cidades mercantis dependeu de sua *situação* no contexto econômico, dado o posicionamento periférico da economia e da sociedade, em relação ao complexo histórico, geográfico e econômico europeu. As vilas mercantis coincidiam com os portos principais e tiveram seu desenvolvimento condicionado pelas comunicações inter-ilhas e intercontinentais. As vilas novas, como centros de apoio à produção agrícola, desenvolveram-se conforme a produtividade do espaço rural sob sua influência. Sua abrangência esteve restrita ao território circundante e, no máximo, ao âmbito da ilha. Diferentemente, as vilas mercantis participavam de um contexto muito mais amplo, não necessariamente referido ao âmbito territorial, e sim marítimo. Em primeira instância estavam as cidades inseridas nas relações intercontinentais: Angra do Heroísmo, que aproveitou sua implantação e consagrou-se

como escala obrigatória na navegação ultramarina, seguida de Ponta Delgada, Horta e Funchal, que estabeleciam o contato com a península. Em segunda instância estavam as vilas que participavam do comércio regional como pontos de escoamento da produção agrícola e portos de cabotagem, ou seja, de articulação entre as ilhas: Vila do Porto (Santa Maria), Vila Franca do Campo (São Jorge), Praia da Vitória (Terceira), Calheta e Velas (São Jorge), Lages (Pico), Santa Cruz (Flores) e Santa Cruz (Graciosa). Em ambas as escalas, foi frequente a concorrência pela supremacia promovida pelas elites, tal como o evidencia a rivalidade entre os mercadores de Angra e os senhores da terra de Ponta Delgada (ibid., p. 459).

4.2 Arquipélago da Madeira

Situado sobre a placa tectónica africana, entre 30° e 33° de latitude norte, a 978 km a sudoeste de Lisboa e a 700 km da costa marroquina. Está formado por sete ilhas, das quais cinco são muito pequenas e desabitadas. As principais são a Ilha da Madeira (740,7 km²) e a de Porto Santo (42,5 km²). O clima é temperado com estações atenuadas e temperaturas amenas todo o ano, máxima de 25°C no verão e 15°C no inverno. A pluviosidade registrada em Funchal é de 65 dias de chuva por ano. As costas do norte estão expostas a maiores precipitações e fortes ventos, motivo pelo qual a ocupação concentrou-se no lado sul. A ilha da Madeira tem uma topografia abrupta e costas acantiladas e, em função disso, apresenta vários microclimas; tem três picos que ultrapassam os 1.800 m.s.n.m. e um planalto, na zona centro-leste, de 1.500 m.s.n.m. Porto Santo é totalmente diferente: sensivelmente plana, seu ponto mais alto chega aos 500 m.s.n.m., tem praias extensas e solos pouco aptos para a agricultura.

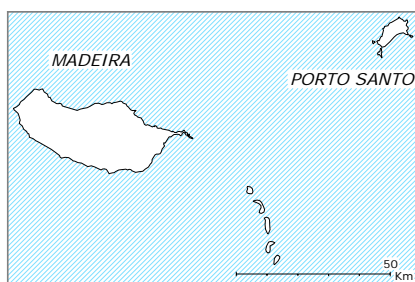


Figura 221: Mapa do arquipélago da Madeira
 Fonte dos dados: [http://pt.wikipedia.org/região atonoma da madeira/mapa](http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_da_madeira/mapa) Acesso em 20 ago 2008



Figura 222: Mapa topográfico da Ilha da Madeira
 Fonte: <http://pt.wikipedia.org/madeira/mapa> Acesso em 21 ago 2008

4.2.1 Ocupação e urbanização

A ocupação da Madeira, iniciada em 1425, com o apoio de D. Henrique, foi decorrente das tentativas de controle do Magreb, portanto a maioria dos indivíduos que vieram para a ilha eram do Algarve e das feitorias magrebínas. Nesse sentido, sugere-se que a influência da cultura espacial berbere tenha caracterizado sua ocupação. A partir de 1.440, a Coroa estabeleceu o regime de capitânicas e fomentou o povoamento já iniciado. A ilha da Madeira foi dividida em duas capitânicas entregues aos chefes das primeiras expedições: Manchico, a Tristão Vaz e Funchal, a Gonçalves Zarco. A ilha de Porto Santo foi dada ao terceiro expedicionário, Bartolomeu Perestelo. Cabe notar que a filha de Perestelo foi casada com Cristóbal Colombo. Durante sua permanência no local, Colombo provavelmente ampliou as informações que lhe permitiram chegar até as Antilhas. No primeiro estágio, os Capitães levaram suas famílias, pessoas da pequena nobreza e presidiários portugueses para iniciar o povoamento. Na Madeira, foi necessário o condicionamento do terreno para implementar a agricultura. Foram construídos terraços de mangueiras ortogonais, com cercamentos perimetrais em pedra de junta seca e canais de regadio, similares aos utilizados pelos berberes, evidenciando a influência da cultura do Magreb na antropização do espaço.



Figura 223: Núcleos urbanos das Ilhas da Madeira e Porto Santo (2008)

Fonte dos dados: http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_da_madeira. Acesso em: 20 ago 2008

TABELA 2
Dados gerais dos assentamentos do Arquipélago da Madeira

Ilha	Extensão (km ²)	População (2004)	Conselhos Municipais	Vila/cidade	No. Freguesias
Madeira	740,7	130.000	Funchal	1452/2008	10
			Calheta	1502	8
			Câmara de Lobos	1835	5
			Machico	1451	5
			Ponta do Sol	1501	3
			Porto Moniz	1835	4
			Ribeira Brava	1914	4
			Santana	1832	6
			Santa Cruz	1515	5
			São Vicente	1744	3
Porto Santo	42,5	4388	Porto Santo (Vila Baleira)	1835	5
Ilhas Desertas (3)	14,2	0			
Ilhas Selvagens(2)	3,6	0			
Total	801,0	134.388	11		58

Fonte dos dados: http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_da_madeira Acesso em: 20 ago 2008

A agricultura caracterizou-se pela monocultura, cujos ciclos condicionaram o desenvolvimento econômico e sociocultural. A primeira cultura foi a do trigo, que complementava a produção das praças magrebina, mas, por motivos desconhecidos, ela entrou em crise. A seguir, D. Henrique implantou o cultivo da cana de açúcar; trouxe as primeiras plantas e os técnicos da Sicília. Foi necessário levar lavradores do Algarve e escravos inicialmente originários das Canárias, do Marrocos e da Mauritânia. A produção de açúcar teve seu auge até a segunda metade do século XVII, quando Felipe II decidiu introduzi-la nas Antilhas e no Brasil. Estes ciclos atraíram comerciantes judeus, genoveses e portugueses que fomentaram o desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos: Funchal e Machico. No século XVII, a ilha especializou-se na produção e na exportação do afamado *vinho da madeira*. Em consequência, comerciantes vinícolas ingleses estabeleceram-se em Funchal. A topografia abrupta determinou a ocupação da estreita área costeira, ao longo de um cordão perimetral que une os sucessivos assentamentos. A costa sul concentra 50% do total da população da ilha e 27 dos 45 aglomerados. Funchal é a

principal cidade e capital da Região Autônômica. Atualmente tem 130.000 habitantes, equivalentes a 45% do total da população do arquipélago.

4.2.2 Tipologia dos aglomerados

A grande maioria caracteriza-se pela configuração ao longo de um percurso perpendicular à orla, sinuoso para vencer a topografia, paralelo aos ribeirões e/ou coincidente com as estradas de penetração ao interior. A partir desse eixo desenvolvem-se formas irradiantes. O padrão de ocupação é disperso, de edificações individuais e, obviamente, mais concentrado no centro cívico e funcional. Machico, situada na costa sudeste, ilustra essa configuração. É um dos assentamentos mais antigos, originada pela instalação do capitão donatário e com *status* de vila, desde 1451.



Figura 224: Aerofotografia de Machico- Madeira. (esc. 100m)
Fonte: Imagem satelital de google earth
32° 43' 05.92"N; 16° 45' 46.16" W

Este tipo de arranjo foi condicionado pelo sítio, o posicionamento das edificações deriva da necessidade de proteção dos ventos. Evidencia uma forma de planejamento pragmática, sem plano prévio da totalidade e de crescimento aditivo, derivada da tradição popular, com marcada influência da cultura berbere.

2.4.2.1 Funchal

É um caso excepcional do padrão recorrente na Madeira pelo paralelismo à orla do percurso matriz. O assentamento originou-se, a partir de 1452, com o início da colonização e a instalação do primeiro donatário; teve sua primeira carta foral nesse mesmo ano e em 1508 ficou como sede do concelho. Só em 2008, teve o estatuto de cidade por motivo da comemoração dos 500 anos do município. A Diocese de Funchal foi criada em 1514,

sendo desligada da Ordem de Cristo, em 1536. Nesse início era considerada a maior jurisdição do mundo, porque abrangia também todos os domínios portugueses de ultramar. O sítio era um campo abrigado da costa sul, de topografia mais amena em relação ao restante da ilha, banhado por ribeiras que ofereciam água potável e coberto de uma erva aromática denominada *funcho*, pelo que recebeu esse nome. As plantas da hipótese de sua origem e desenvolvimento, realizadas por Teixeira e Valla (1999), apresentam a fase inicial como uma *aldeia rua* paralela à orla. Como não existia uma praça, ao lado do adro da igreja desenvolveu-se o *grande chão*. A configuração era do tipo medieval português, ou seja, como um conjunto de quarteirões alongados e formados por lotes regulares, estreitos e contíguos que, nesse estágio, tiveram provavelmente dois acessos e não haveria frente sobre as travessas.

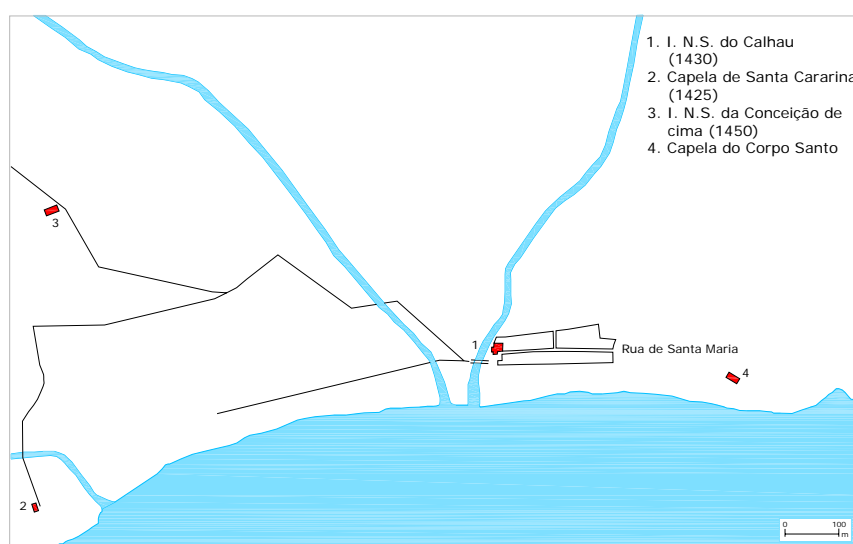


Figura 225: Planta de Funchal no início da segunda metade do século XV desenhada com base em Teixeira; Valla, 1999, p.54

Em 1477, foram construídos os edifícios da alfândega e do hospital e, a partir dessa data, as primeiras casas de madeira foram sendo substituídas por casas de pedra e telha, conforme disposições da Câmara. A expansão teria ocorrido a partir de três núcleos, cada um ao redor de uma capela: a de Nossa Senhora do Calhau, a de Santa Catarina, onde o capitão donatário edificou sua primeira casa, e a de Nossa Senhora da Conceição, no lugar mais alto e onde estava a segunda casa do capitão. Os excedentes do comércio do açúcar permitiram viabilizar um plano de ampliação e conformação de um centro para Funchal que, segundo Teixeira (1999, p. 53), foi a primeira experiência de modernização que o

futuro rei D. Manoel viria a aplicar nas cidades peninsulares. O novo centro ficou no Campo do Duque, um canal de propriedade do futuro rei, onde havia um engenho e implantaram-se os edifícios da Igreja, da Câmara e do Paço dos Tabeliães, estes últimos concluídos em 1492. Porém, o espaço público resultante ainda era de forma irregular. Uma *rua direita* acompanhando o riacho, conectava o adro inicial com o novo centro e era o principal eixo comercial. Os diferentes tipos de atividades estabeleceram-se nas diferentes ruas: dos mercadores - comércio de açúcar-; do poço - comércio de frutas e pano de linho -; dos ferreiros – saída da cidade para o interior da ilha - (ibid.) A implantação dos edifícios cívicos e religiosos tencionou as ruas que foram configurando uma estrutura radial, combinada com trechos de malha ortogonal. A casa do Capitão ficava dentro da fortaleza, uma configuração muito semelhante aos *tighremt* ou casas-fortaleza magrebis.



Figura 226: Planta de Funchal no final do século XVI, desenhada com base em Teixeira; Valla, 1999, p.55.

Os quarteirões começaram a ser ocupados por todos os lados e a hierarquização das ruas definiu-se pelo posicionamento dos edifícios e/ou pelo maior grau de conectividade com o espaço global. A partir do século XVI, os ataques de piratas criaram um clima de insegurança. O engenheiro Mateus Fernandes, em 1572, abaluartou a fortaleza e projetou a defesa. Pelo lado norte, as montanhas atuavam como uma barreira natural e só a orla foi

controlada com muralhas, concluídas no governo de Felipe II. No século XVIII, Funchal apresentava-se como um assentamento com maior grau de ocupação e fragmentação no espaço adjacente à orla que ia se diluindo à medida que se estendia para o interior. Em 1749, foi afetada por um terremoto e, a partir de então, foram reformados os principais edifícios civis e religiosos.

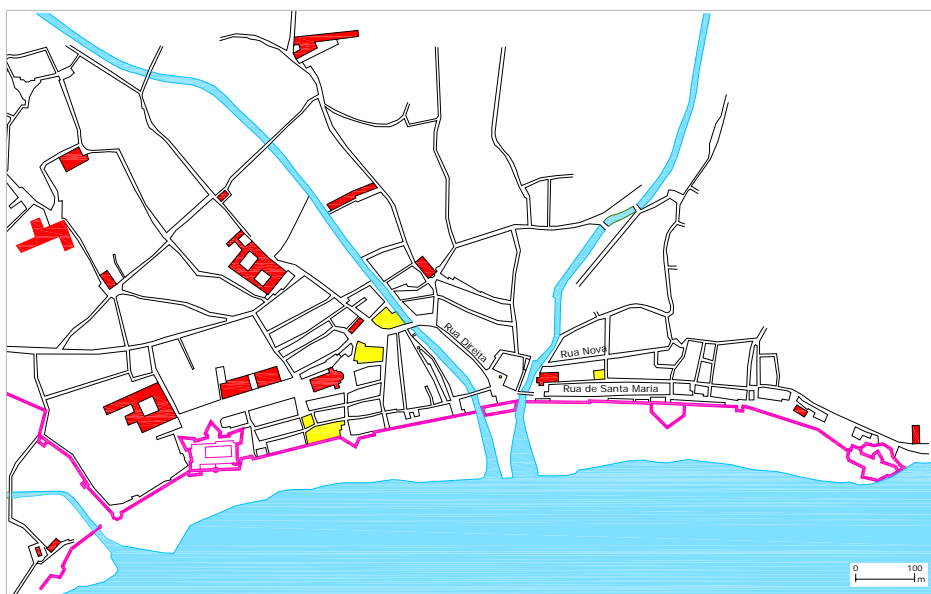


Figura 227: Planta de Funchal no final do século XVII
 Fonte dos dados: Texeira, 1999, p.56



Figura 228: Vista de Funchal
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/c-j-b/260324314> Acesso em: 20 ago 2008



Figura 229: Funchal. Rua Santa Maria
 Fonte: <http://panoramio.com/photos/7311866> Acesso em: 20 ago 2008

4.3 Arquipélago dos Açores

O Arquipélago dos Açores situa-se entre os paralelos 36^o e 39^o latitude norte e os meridianos 25 e 31 longitude oeste, a 1.500 km da costa portuguesa e a 4.000 km da América do Norte. As nove ilhas somam uma área de 2.332,74 km² e uma população estimada, para 2001, em 241.763 habitantes. Embora o conjunto seja considerado como arquipélago, o que pressupõe proximidade e similaridade, a dispersão, as variantes da geomorfologia e dos processos de povoamento determinaram, em cada ilha, particularidades no desenvolvimento socioeconômico e cultural. Entre a ilha de Santa Maria - a mais oriental - e Corvo – a mais ocidental - há uma distância de 650 km. Desde 1976, a capital da Região Autônoma está dividida entre os três municípios com categoria de cidade: em Ponta Delgada (São Miguel) está o Governo Regional; em Angra do Heroísmo (Terceira), a representação do Governo Nacional e a Diocese; em Horta (Faial), a Assembleia Legislativa Regional.

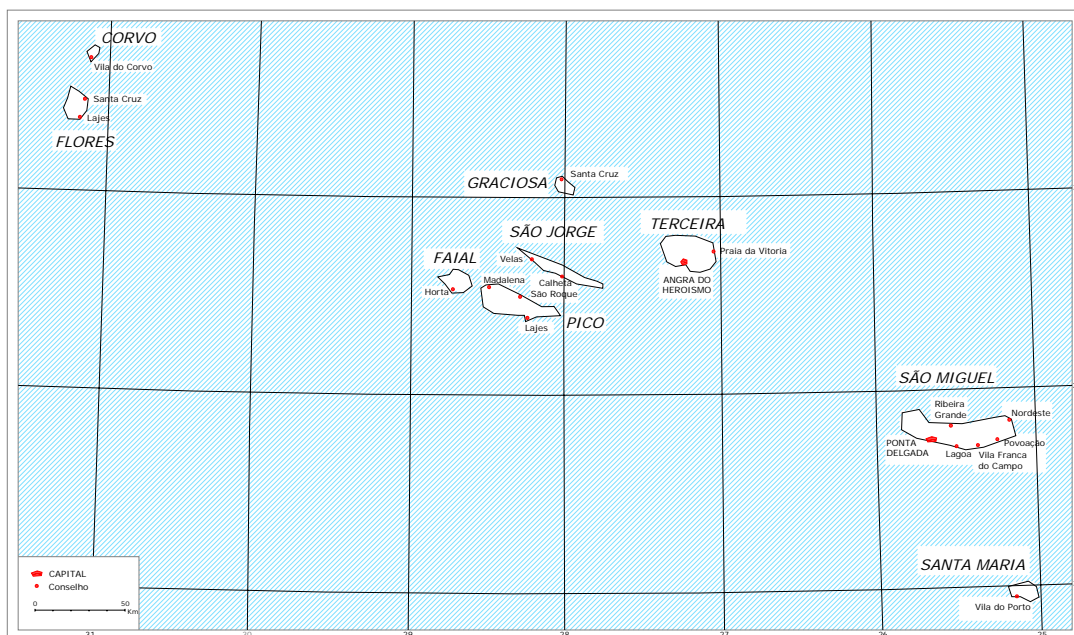


Figura 230: Mapa das Ilhas Açores e os principais assentamentos.

Fonte dos dados: http://pt.wikipedia.org/região_autônoma_dos_açores Acesso em 20 ago 2008

As ilhas dispõem-se como um arco alongado sobre a cordilheira submarina dorsal atlântica. Pela proximidade e situação sobre as placas tectônicas, formam três grupos: o

oriental está sobre a placa africana; o central, sobre a europeia; o ocidental, sobre a americana. O clima temperado, com temperaturas que oscilam entre os 10°C no inverno e os 24° C no verão, é mais úmido e frio que o da Madeira. Ele é influenciado pelo Anticiclone dos Açores, fenômeno que deixa o tempo úmido e abafado, entre os meses de junho a setembro e, nos outros meses, quando se afasta para o sul, com chuvas e ventos fortes e constantes vindos do oeste. A pluviosidade é das mais altas de Portugal, com média registrada ,em Ponta Delgada, de 188 dias de chuva por ano. A origem vulcânica determinou, em todas as ilhas, uma topografia acentuada. A altura máxima é 2.51 m.s.n.m, no topo do Pico; e as costas são recortadas e acantiladas. É frequente a presença de crateras, lagoas e furnas no centro das ilhas.



Figura 231: Vista da ilha do Pico desde Faial
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/irineufa/2422117911>. Acesso em: 20 ago 2008



Figura 232: Lagoa de Sete Cidades, ilha de São Miguel
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/7369235N06/2680252045> Acesso em: 20 ago 2008

Os constantes acidentes telúricos afetaram periodicamente e por completo os assentamentos sob seu raio de influência: em 1522, foi destruída a Vila Franca do Campo; em 1563, Ribeira Grande; em 1614, Angra; em 1757, todas elas; em 1926, 1957, 1973, 1980 de novo Angra; em 1998, Faial.

Desde o início do povoamento, a agricultura foi a base da colonização. Semelhante à Madeira, o desenvolvimento socioeconômico e a urbanização estiveram condicionados pelos diferentes ciclos de produção. Em um estágio inicial, a economia local caracterizou-se por exploração de madeiras para a construção naval, culturas de subsistência, pesca, criação de animais domésticos levados quando dos descobrimentos. O cultivo da cana de açúcar foi experimentado, mas não teve o sucesso conseguido na Madeira. Nos séculos XV

e XVI, predominaram a produção de cereais, principalmente o trigo, e a criação de gado *vacum* da raça holandesa, atividades que modificaram irreversivelmente a paisagem pela devastação de boa parte dos densos arvoredos nativos. Outra importante atividade foi a produção de plantas para a indústria tintureira, tais como uma arbustiva denominada *pastel* e um líquen conhecido como *urzela*, que eram exportadas para Flandes e norte da Europa. O auge das tintureiras coincidiu com o declínio do trigo e, no século XVII, a recessão delas favoreceu o linho e os cítricos. Por essa época, foram introduzidas culturas de origem americana como milho e batata, que trouxeram melhoria para a base alimentar da população.

Os terremotos, as crises econômicas e, depois, o superpovoamento, verificado a partir do século XVII, foram os fatores que motivaram a migração: ao Brasil, entre os séculos XVII e XIX e aos Estados Unidos e Canadá, ao longo do século XX. Em Pico, a instabilidade na produção vinícola gerou períodos de decadência e miséria como o registrado em 1713. Atualmente, se verifica aumento demográfico anual em torno de 1,5%, porém desequilibrado, porque ocorre nas ilhas das cidades capitais e, especificamente, nas áreas urbanas. As ilhas restantes apresentam declínio populacional. Comparando os dados dos censos de 1849 e 2001, nas ilhas que não têm aglomerados com *status* de cidade, a queda oscila entre 50% e 75%. É comum ver, nas áreas rurais e nas pequenas localidades, casas abandonadas e em ruínas por causa das migrações.



Figura 233: Casa em ruínas, Caldeira, Concelho de Praia, norte da ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 234: sobrado em ruínas, Caldeira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 235: sobrado em ruínas, Caldeira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008

Como explicado no início do capítulo, o regime de ventos determinou a situação relevante das cidades portuárias no contexto das comunicações transcontinentais. Esta

ainda se manteve com a passagem para a navegação a vapor, já que os portos de Ponta Delgada e Horta foram importantes escalas para o fornecimento de carvão. O desenvolvimento da aviação trouxe os aeroportos. Durante a II Guerra Mundial, os Estados Unidos instalaram bases aéreas na ilha de Santa Maria e na ilha Terceira – Concelho de Lages, esta ainda sob seu controle. Na segunda metade do século XX, a falta de praias naturais e extensas viria a ser uma *debilidade* para o fomento do turismo de massa, porém foi a garantia da preservação da paisagem cultural e da conservação da imagem tradicional de seus assentamentos urbanos.

TABELA 3
Dados gerais dos Assentamentos do Arquipélago dos Açores

Grupo	Ilha	Extensão (km ²)	População (2001)	Concelhos Municipais	Vila/cidade	No. atual Freguesias
Oriental	Santa Maria	97,2	5578	Vila do Porto		5
	São Miguel	746,8	131609	Ponta Delgada	1522/1546	24
				Lagoa	1522	5
				Nordeste	1514	9
				Povoação	1839	6
				Ribeira Grande	1507	14
				Vila Franca do Campo	1472	6
Central	Terceira	402,2	55833	Angra do Heroísmo	1478/1534	19
				Praia da Vitória	1480	11
	Graciosa	61,2	4780	Santa Cruz	1486	4
	São Jorge	245,8	9674	Calheta	1534	5
				Velas	1500	6
	Pico	447,7	14806	Lages do Pico	1501	6
				Madalena do Pico	1723	6
				São Roque do Pico	1542	5
	Faial	173,1	15063	Horta	1498/1833	13
Occidental	Flores	141,7	3995	Lages das Flores	1515	7
				Santa Cruz das Flores	1548	4
	Corvo	17,1	425	Vila do Corvo	1832	1
Total		2 332,80	241 763	19		156

Fonte dos dados: http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_dos_açores Acesso em: 20 ago 2008

Santa Maria

Foi a primeira ilha em ser povoada, por volta de 1430, com famílias do Alentejo, do Algarve, das feitorias magrebina e alguns judeus vindos por intermédio de Gonçalo Velho

Cabral, o primeiro capitão, e por autorização de D. Henrique. Em 1474, a Capitania das duas ilhas foi dada a João Soares de Albergaria, sobrinho de Cabral. Por falta de meios, ele se viu forçado a vender São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara que trouxe famílias da Madeira. (Dias, 2008). Santa Maria apresenta o clima menos úmido de todas as ilhas e caracteriza-se pelas *arribas* ou costas rochosas, com elevações a mais de 100 m, e terrenos com suaves ondulações, propícios para a vinicultura e os cereais. Os primeiros aglomerados surgiram a leste da ilha, na baía de São Lourenço, um local de topografia severamente acentuada e de difícil acesso. Conforme um mapa de 1507, elaborado por Valentim Fernandes, nessa área situava-se uma localidade denominada *povoação velha*. A partir de 1450, os colonos fixaram-se na costa sul, dada a orientação favorável, a acessibilidade e a disponibilidade de água potável e surgiu a Vila do Porto, assentamento que rapidamente adquiriu relativa importância. (Noronha, 2005) A ilha apresenta um núcleo urbano e compacto, a Vila do Porto, cinco freguesias e vários aldeamentos rurais dispersos e caracterizados pela intrincada adaptação ao terreno: ruelas, conforme as cotas de nível, e posicionamento das edificações ao longo delas.



Figura 236: Unidade Paisagística de São Lourenço. Freguesia de Santa Bárbara. Santa Maria
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho da Vila do Porto. (2006)



Figura 237: Ermida de Jesus Maria e José. Unidade Paisagística de São Lourenço. Santa Maria
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho da Vila do Porto. (2006)

São Miguel

A maior das ilhas apresenta solos férteis que garantiram o rápido desenvolvimento da agricultura. A produção cerealífera destinou-se, no primeiro momento, a abastecer as tropas nas feitorias africanas. Junto com a urzela, foi relevante o cultivo de cítricos exportados para a Grã-Bretanha. Os primeiros centros urbanos foram implantados na costa

sul, em função da melhor orientação: Ponta Delgada, Lagoa, Povoação e Vila Franca do Campo, ligados entre si por uma estrada paralela à orla. A costa norte, eminentemente agrícola e com dificuldades para a implantação de portos, caracterizou-se pela ocupação dispersa, pequenos aglomerados entremeados a áreas de cultivo, entre os quais se destacaram Ribeira Grande e Nordeste. A primeira capital da ilha foi Vila Franca do Campo; sua destruição pelo terremoto de 1522 favoreceu o desenvolvimento de Ponta Delgada.

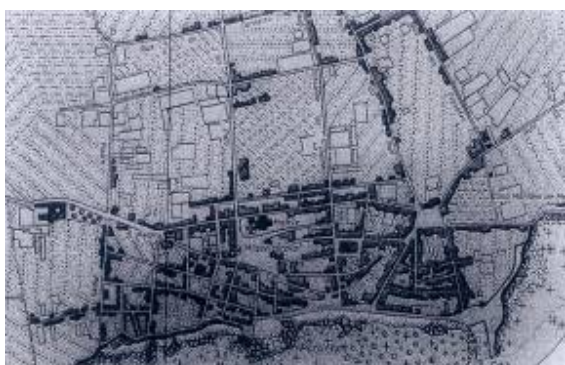


Figura 238: Planta de Vila Franca (1940)
Ilha de São Miguel
Fonte: Caldas; Fernandes, 2000, p. 94



Figura 239: Aerofotografia da localidade de Feteiras, Ilha de São Miguel. Escala 200m
Fonte: Imagem satelital de google earth, 2008
38° 38' 11.65"N; 28° 42' 24.50" W

Na sequência da progressão ocidental do descobrimento das ilhas, foram povoadas as ilhas centrais, majoritariamente por flamengos.

Terceira

A terceira ilha foi encontrada por gentes do flamengo Jacome de Bruges que desembarcaram na costa sul, na zona de *Porto Judeu*. A partir de 1450, ao receber a doação da ilha, Bruges iniciou a ocupação da costa oriental, repartiu terras na Baía da Praia. Em 1456, chegou a Ordem Franciscana. Em paralelo, Fernão Dulmo, também flamengo, fixou-se no norte. Pouco depois, Alvaro Vaz Merens e Gonçalo Ximenes receberam terras da costa sul. Conforme Azevedo (1998, p. 52), os primeiros colonos vieram de Tomar e da região de Santarém (lembre-se a presença de judeus naquela vila), o que, como se verá mais adiante, pode ter contribuído para a semelhança dos arranjos espaciais dessa cidade peninsular e de Angra. Em 1460, chegou Alvaro Martins Homen,

com ordem de D. Fernando, o segundo donatário das ilhas, para ajudar a organizar o povoamento. Ele confirmou a posse de Bruges e outorgou a Vas Merens as terras adjacentes à Baía de Angra. Os aglomerados de Praia e Angra rapidamente se posicionaram como os mais importantes. Após o desaparecimento misterioso de Bruges, Dona Beatriz, viúva de D. Fernando e tutora dos príncipes, assumiu a donataria. A ilha foi dividida em duas capitânicas: Angra, doada ao marinheiro João Vaz Corte Real e Praia que ficou com Alvaro Martins Homen. No século XVII, iniciou-se a ocupação mais ao interior, em terrenos mais férteis, e a estrada perimetral que contorna a ilha e articula vilas e freguesias estava configurada (Leite, 2005).



Figura 240: Mapa da Terceira com a rede de estradas e localidades.
Fonte: Ilha 3 Rent a car. Angra, 2007. (Folder)

Faial

Faial e Pico foram doadas, antes de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere e com ele vieram principalmente flamengos. O assentamento de Horta teria se iniciado com seu primeiro donatário de quem tomou o nome. Situa-se numa abrigada baía na costa sul e apresenta configuração linear e paralela à orla.



Figura 241: Planta de Horta. Levantamento realizado pelo engenheiro Jose Rodrigo D'Almeida, 1804.
Fonte: www.urban.iscte.pt/revista/n2/7.4



Figura 242: Vista de Horta, Ilha de Faial.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/zinnie/2657994145> Acesso em 08 ago 2008

Pico

A ocupação da *ilha montanha* iniciou-se na década de 1480, pois as costas recortadas dificultavam a abordagem e a pesca de subsistência. A abrupta topografia tornava os solos impróprios para o cultivo de cereais e o pastoreio. Desde o início do povoamento, desenvolveram-se duas atividades que deixaram expressivas marcas na antropização da paisagem e uma identidade particular na ilha: a vinicultura, realizada em lotes quadrangulares cercados com pedra para conter os ventos, denominados *currais da vinha*, e os portos de caça à baleia. A primeira encontrou condições apropriadas no solo vulcânico; as exportações de vinho para as colônias britânicas e para o Brasil tiveram grande relevância, nos séculos XVIII e XIX. A caça de baleias e cachalotes, para extração de óleo, iniciou no final do século XVII e prolongou-se até a década de 1970, quando foi mundialmente proibida. Esta atividade era exercida por grupos familiares e criou a necessidade de rampas, varadouros e abrigos de barcos nos aglomerados costeiros, implantados junto à orla. O povoamento caracteriza-se pela ocupação dispersa na faixa menos inclinada, ao longo da estrada que percorre a ilha e une os três aglomerados portuários: Lajes, São Roque e Madalena.



Figura 243: Currais de vinha.
Freguesia de Criação Velha, Pico
<http://www.flickr.com/photos/monteregina/515287403> Acesso em 08 ago 2008



Figura 244: Casas dos botes baleeiros.
Canela de Nesquim, Concelho de Lages.
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel
da Ilha do Pico. (2006) Ficha 67

São Jorge

A referência mais antiga sobre a quarta ilha a ser ocupada é uma carta do Duque D. Diogo, datada de 4 de abril de 1483, pela qual doou a ilha ao então capitão de Angra, João Vaz de Corte Real. Ela constituiu-se na quarta capitania, com sede em Velas, assentamento surgido na costa sudoeste, que teve o *status* de vila em 1500. Sabe-se que flamengo Wilheim van der Haagen, cujo nome passou a ser Guilherme da Silveira, chegou aos

Açores junto com o primeiro donatário de Faial e, depois de percorrer a Terceira e as Flores, arribou a São Jorge. A partir de 1480, ele teria se fixado na costa do extremo leste, no local da freguesia de Topo, trazendo consigo sua numerosa família e pessoas de diferentes profissões. A ilha tem forma alongada, com o máximo seis quilômetros de largura, e uma topografia acentuadíssima, com zonas elevadas e plataformas litorâneas rasas e estreitas. A ocupação concentrou-se ao longo da via que percorre a costa sul e une os dois aglomerados concentrados: Velas, a oeste e Calheta, a leste. Velas é um exemplo representativo de malha gerada a partir de um percurso perpendicular ao mar. Antes de chegar ao porto, subdivide-se em seis ruas cruzadas por uma perpendicular que une o Largo da Câmara e o Convento dos Franciscano (Caldas; Fernandes, 2000).



Figura 245: Aerofotografia da sede do Concelho de Velas. Ilha de São Jorge
Fonte: Imagem satelital de google earth
38° 40' 48.48"N; 28° 12' 25.89" W



Figura 246: Porto de Velas
Fonte: Abreu, 1990, p.49

Graciosa

O povoamento iniciou-se por volta de 1500, antes de a ilha ter sido doada a Pedro Correia e Vasco Gil Sodré (1510). Praia e Santa Cruz, ambos situados na costa norte, são os únicos aglomerados. Praia é um assentamento de pescadores. Apresenta configuração linear ao longo de uma rua principal, paralela à orla. Santa Cruz está sobre uma plataforma para onde convergem todas as estradas que vêm do interior, seu porto está repartido em três ancoradouros situados em pequenas enseadas. Apresenta malha alongada, paralela à orla, somada a uma estrutura irradiante. (Caldas; Fernandes, 2000)



Figura 247: Planta do aglomerado de Praia da Graciosa (1940)
Fonte: Caldas; Fernandes, 2000, p. 268



Figura 248: Praia da Graciosa
Fonte: <http://panoramio.com/photos>. Pedro Dias (2003) Acesso em 04 ago 2008



Figura 249: Planta da Vila de Santa Cruz da Graciosa (1940)
Fonte: Caldas; Fernandes, 2000, p. 270.



Figura 250: Santa Cruz da Graciosa.
Fonte: Abreu, p.64.

Flores e Corvo, as mais ocidentais, foram, por volta de 1452, as últimas a serem descobertas. Não há dados precisos sobre o início de seu povoamento. Sabe-se que foi Guilherme da Silveira quem organizou o povoamento de Flores e que o de Corvo teria sido uma extensão do anterior (Dias, 2008).

Flores

Apresenta dois aglomerados pouco concentrados e de caráter rural. Lajes, ao sul, configura-se ao longo de uma rua principal, perpendicular à orla, de forma ondulada para contornar a topografia. Santa Cruz, a leste, implantada sobre uma falésia plana, limitada atualmente pela pista do aeroporto.



Figura 251: Aerofotografia de Lajes das Flores,
Fonte: Imagem satelital de google earth, 2008
39° 22' 39.75" N; 31° 10' 30.50" W



Figura 252: Vila Santa Cruz das Flores (1940)
Fonte: Museu da Baleia de Lajes
http://www.flickr.com/photos/httpwwwflickrcomprofile_urlgne/349402454 Acesso em 13 out 2008

Corvo

A ilha tem um único assentamento, a Vila Nova do Corvo, que se originou quando Gonçalo de Sousa, o segundo capitão donatário das ilhas das Flores e Corvo autorizou o envio para lá de 30 famílias de escravos de sua confiança, mulatos agricultores, provavelmente oriundos da Ilha de Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde. A partir de 1580, chegaram gentes da Ilha das Flores e colonos da região de Trás os Montes. A paróquia foi estabelecida em 1674. O local sofreu diversas intromissões de piratas ingleses, em 1587, e argelinos, em 1632. Ao longo dos séculos, os habitantes de Corvo levaram uma vida isolada, dedicados à agricultura, ao pastoreio e à pesca (Fernandes, 1996). O assentamento muito concentrado constitui uma exceção por seu tipo urbano, que não se apresenta em nenhuma outra ilha. Localizada entre um abrigo portuário e uma encosta, Vila Nova abre-se em forma de anfiteatro sobre o oceano. O isolamento brutal e a necessidade de proteção dos ventos e do mar geraram lotes estreitos e obrigaram a posicionar as casas com orientação para o sul, muito próximas e de dois pavimentos. Fernandes (ibid.) afirma que a morfologia deste assentamento é comparável aos aglomerados da região de Trás os Montes. A rua da Matriz, em sentido sul-norte, é o eixo estruturante. Depois se bifurca entre os caminhos que levam às lavouras e à capela do Império. O restante do assentamento desenvolve-se ao longo de ruelas irregulares, denominadas *canadas* e *canadinhas*, pavimentadas em seixo rolado. Uma que outra vez, apresentam escadas para vencer as diferenças de nível. As casas, por mais juntas que estejam, não encostam umas a outras e ficam separadas por portões de pequenos quintais ou por travessas que chegam a ter até

menos de um metro de largura. Os acessos às habitações ficam nestes espaços de transição entre o público e privado.



Figura 253: Aerofotografia da sede do Concelho da Vila Nova de Corvo (2008)
Fonte: Imagem satelital de google earth
39° 40' 22.01" N; 31° 06' 37.42" W



Figura 254: Casario da Vila Nova do Corvo
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel da Ilha de Corvo. (2006)

4.3.1 Organização do território insular

As costas rochosas e com falésias obrigaram que o contato com o mar fosse realizado em locais específicos e previamente adaptados com obras civis, fato que aumentou a condição de *insularidade*.



Figura 255: Costa norte da ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/08



Figura 256: Costa leste da ilha Terceira.
Freguesia de Porto Judeu. Concelho de Praia
Fonte: fotografia da autora, 02/03/08

A preferência pelas costas meridionais, relativamente menos abruptas, com orientação sul e pelo lado leste das saliências, para resguardar-se dos ventos vindos do oeste, foi uma diretriz de implantação dos aglomerados portuários, à exceção da ilha da Graciosa. A topografia acentuada determinou uma forma característica na organização do território insular em faixas concêntricas: o centro, com as cumeeiras do relevo, crateras e

nascentes de água potável foi preservado como área de reserva florestal; o meio foi destinado à pastagem do gado; a borda para uso agrícola, entremeada com os aglomerados.

Os distintos aglomerados, ao longo do processo de povoamento foram sendo interligados, como contas de um colar, por uma estrada, definida por Fernandes (1996) como *cordão linear de povoamento*, que em Madeira, Terceira e Pico sensivelmente percorre a mesma cota de nível e contorna a totalidade, passando a ser um *cordão perimetral de povoamento*. A estrada geralmente está afastada da costa e articula-se com o mar por travessas e acessos definidos. A delimitação entre o urbano e o rural é muito sutil, perceptível pelo maior ou menor grau de adensamento. Como se ilustrará, essa estrada regional, quando atravessa a área urbana, coincide com o eixo estruturante ou *rua direita*.

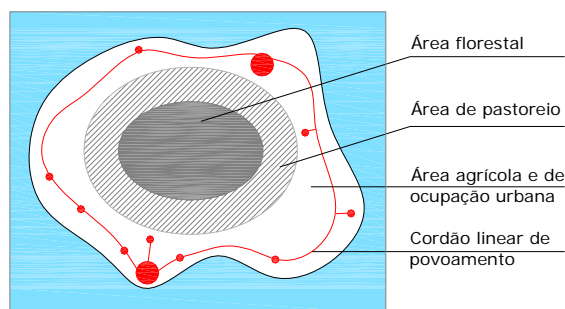


Figura 257: Esquema interpretativo da forma de ocupação do solo característica dos Açores.



Figura 258: Aerofotografia de Santo Amaro. Ilha de São Jorge, 2008. Esc. 100m
Fonte: Imagem satelital de google earth 38° 38' 11.65"N; 28° 42' 24.50"W



Figura 259: Aerofotografia de Criação Velha. Ilha do Pico, 2008. Esc. 100m
Fonte: Imagem satelital de google earth 38° 30' 34.20"N; 28° 30' 52.21" W

Uma das principais marcas na antropização da paisagem foi a construção com blocos de pedra vulcânica conhecidos como *mistérios* ou *biscoitos*. Com essa pedra foram e

continuam sendo construídos manguieiras e currais regulares de, mais ou menos, um metro de altura, usados para recolher o gado e para proteger as lavouras dos fortes ventos. Na ilha do Pico, particularmente, esses currais, são menores e utilizados para a vinicultura. Esse parcelamento é muito semelhante aos cercamentos usados pelos berberes. Com ele foi praticamente quadriculada a área rural das ilhas.



Figura 260: Paisagem rural na localidade de Salgueiros, Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 261: Paisagem rural da Freguesia de Aqualva, Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008

A formação de um sistema urbano hierarquizado foi decorrente do transplante do sistema administrativo peninsular. A íntima relação entre a administração civil e a religiosa transferiu-se (...) *com todas as suas implicações* (Marx, 1999), existindo correlação entre o sistema de hierarquização civil (capital – município - localidades) e o religioso (diocese – paróquia e freguesia.) Tal como explicado ao longo do capítulo 3, o sistema urbano peninsular foi produto de um processo de transferência, experimentação e síntese de elementos legados de uma tradição urbana milenar que, no final da Idade Média, quando se iniciou a ocupação das ilhas, já estava plenamente aprimorado. Das culturas romana e árabe, foram tomadas a hierarquização e a centralização da rede urbana. Provavelmente, dos suevos do norte, vieram alguns traços de comunitarismo na produção agrícola e na pesca. Da cultura árabe, adaptada pelo cristianismo, vieram a segregação espacial e a identidade comunitária, decorrentes de uma organização intraurbana, a partir de bairros e arrabaldes em torno de sede religiosa. Nas ilhas, estas sedes, as freguesias, eram, e ainda são, constituídas por grupos de pessoas e famílias que compartilhavam o mesmo ofício ou atividade econômica. Inicialmente, na Terceira, como na Madeira, foram instaladas duas capitânias em duas vilas que tinham então representatividade política e *status urbano*.

Nas outras, porém, a mesma capitania abrangia as ilhas próximas: Santa Maria – São Miguel, Pico- Faial, Graciosa- São Jorge, Flores-Corvo. Na segunda fase, com o maior ou menor grau de desenvolvimento de uns assentamentos sob os outros, foi se estruturando a rede com relações de interdependência. Cada ilha passou a ser uma unidade territorial conformada por um ou vários concelhos. Como na estrutura do município peninsular, o concelho estava - e ainda está - por um aglomerado principal, a sede da administração civil e da Sé, por outros dependentes, sedes das diferentes freguesias, e por um território circundante sob sua jurisdição. Note-se como, na prática, entrecruzaram-se os termos civis e religiosos na nomenclatura: *cidade - concelho – freguesia*. No contexto peninsular e das ilhas, ainda hoje, o termo freguesia equivale tanto a um aglomerado espacialmente diferente e separado da vila ou da cidade da qual depende como a um bairro ou arrabalde contíguo ao assentamento principal. Frequentemente, o maior grau de crescimento de um determinado aglomerado sobre os outros ou a ampliação da área urbana de ambos determinou diferentes formas de *conurbação* que, nas ilhas, fazem-se evidentes pela limitada extensão territorial. Em alguns casos, não é perceptível o limite. Por exemplo, o antigo arrabalde/freguesia de São Pedro é atualmente um bairro de Angra do Heroísmo. Em outros casos, a distância que separa as áreas urbanas é de dois quilômetros. Por exemplo: Lajes-São Brás, Cinco Ribeiras–Santa Bárbara, na ilha Terceira.

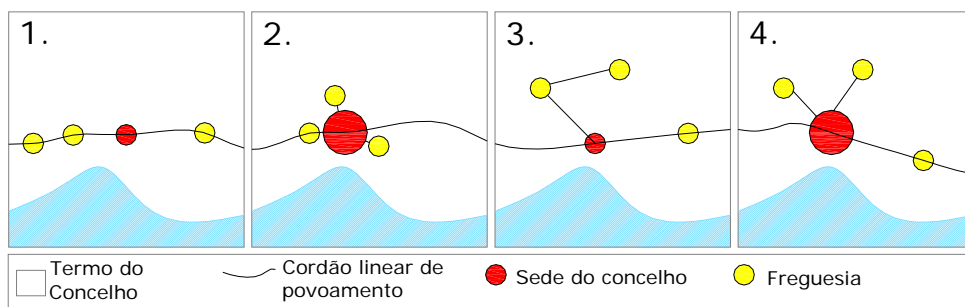


Figura 262: Esquema das formas de situação e hierarquização dos aglomerados de um concelho.

O esquema sintetiza as possíveis formas de situação e hierarquia dos aglomerados dentro da área de um Concelho municipal. Na Figura 262, o exemplo 1 representa um concelho com freguesias e sede alinhadas sobre o cordão linear de povoamento, sem hierarquização formal da sede. O 2 refere-se a um caso de conurbação com a sede

hierarquizada pelo posicionamento central e maior extensão, como se verifica em Angra. O 3 ilustra um caso de dispersão. O 4 mostra um caso de dispersão, centralidade e hierarquização da sede. Em todos eles, a estrada linear de povoamento passa pela área urbana da sede.

4.3.2 Tipologia dos aglomerados rurais e proto-urbanos

Desde o ponto de vista do arranjo físico, nestes territórios insulares de reduzidas dimensões, produziram-se aglomerados com diversidade de formas e graus de urbanidade em função da geomorfologia e da relação com os aglomerados urbanos.

4.3.2.1 Ocupação rural dispersa

Em todas as ilhas, à exceção de Corvo, apresenta-se uma ocupação mais ou menos dispersa, ao longo da estrada principal que atravessa/contorna o território e dos percursos que dividem as áreas agrícolas. A disponibilidade de espaço virgem, o provável povoamento em um período relativamente curto por gentes de diversas regiões, desarraigadas de suas comunidades de origem, e o isolamento pela condição de ilhas originaram este tipo de ocupação (Caldas; Fernandes, 2000).



Figura 263: Localidade de Boa Vista.
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel Santa Maria. Ficha 69-A. (2006)



Figura 264: Calheta de Nesquim, Concelho de Lages.
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel da Ilha do Pico. (2006)



Figura 265: Caldeira. Concelho de Praia. Norte da Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008

Inicialmente, o isolamento em âmbito coletivo, decorrente da geografia e da condição de ilhéus, e, em âmbito particular, por conta da ocupação descontínua, favoreceram o desenvolvimento da agricultura de pequena propriedade e valorizaram o individualismo familiar, que se manifesta na importância da casa em termos simbólicos e formais. A unidade básica é a parcela rural, integrada pela casa de moradia familiar e pelas

edificações de apoio à produção agrícola, tais como estábulos, armazéns de grãos e de apetrechos, chiqueiros. As diferentes formas de acomodação das edificações na parcela e de articulação destas com a rua definem uma variada gama de arranjos e tipologias, correspondentes a diferentes modalidades de produção, que em alguns casos constituem tipologias específicas de cada ilha.

4.3.2.2 Ocupação rural concentrada

O posicionamento mais próximo das edificações domésticas originou aldeamentos cuja morfologia está subordinada à malha agrícola e ao relevo. Eles estão constituídos ao redor de um largo formado pelo encontro de percursos, onde se posicionam a ermida ou a capela do império e os equipamentos comunitários, ou simplesmente por seu alargamento. Os percursos estendem-se sobre o solo agrícola e, ao longo deles, alinham-se as unidades parcelarias com suas edificações.

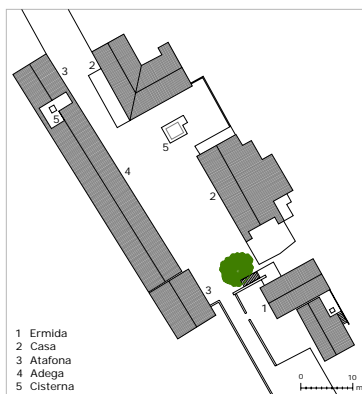


Figura 266: Planta do conjunto da Cerca. Freguesia de Praia do Norte. Desenhado com base em Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de Horta, Faial. Ficha 64. (2006)



Figura 267: Conjunto da Cerca. Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de Horta, Faial. Ficha 64 (2006)

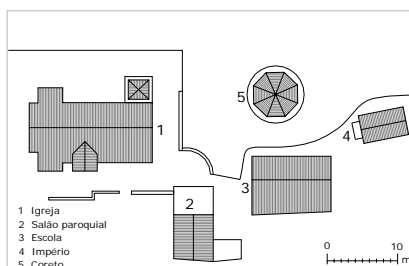


Figura 268: Planta do Largo da Freguesia de Santo Amaro. Desenhado com base em Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de São Roque, Ilha do Pico. (2006)



Figura 269: Largo de Santo Amaro. Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de São Roque, Pico. Ficha 6 (2006)

Nas ilhas de São Jorge e Flores, apresenta-se uma forma de aglomerado rural particular: a *fajã*, implantada em um estreito terreno na base das falésias, formado por lavas vulcânicas solidificadas ou por desmoronamentos das *arribas*. A ocupação concentrada e o caráter rural estão condicionados pela limitada extensão da área disponível e pelo severo grau de isolamento. Em alguns casos, a acessibilidade é unicamente por mar e isso quando ele o permite. Geralmente se constituem em freguesias.



Figura 270: Freguesia de Fajazinha.
Ilha das Flores
Fonte: Abreu, 1987, p.123



Figura 271: Freguesia de Fajazinha.
Ilha das Flores
Fonte: Abreu, 1987, p. 122

4.3.2.3 Freguesias

Na medida em que estes aldeamentos estenderam-se, formaram pequenos aglomerados com maior grau de desenvolvimento do espaço coletivo e das atividades urbanas. Ao redor da praça ou largo, onde se posicionam os edifícios públicos, apresenta-se maior fragmentação da propriedade e concentração de edificações, reforçando-se a centralidade. À medida que se afasta do centro, a ocupação vai sendo mais dispersa. Via de regra, estes aglomerados são espaços intermédios entre o rural e o urbano, com características de ambos os contextos e coincidem com o termo de uma freguesia. Com o desenvolvimento de uns assentamentos sobre os outros, alguns ficaram como bairros anexos de vilas maiores. Em outros casos, a extensão de ambos os aglomerados gerou a aglomeração ao longo da estrada de povoamento, tal como acontece entre as freguesias de Cinco Ribeiras e Santa Bárbara no sul da Ilha Terceira. À continuação, apresentam-se quatro exemplos da ilha Terceira que ficaram como pequenos núcleos de apoio as áreas agrícolas ou centros de pesca e que ilustram a variada gama de arranjos. A presença dos cemitérios perto das igrejas, tal como se verifica em Agualva e Lages, evidencia a estagnação do crescimento.

Aqualva (Concelho da Praia da Vitória), no norte da ilha, estruturou-se a partir do cruzamento de estradas, sendo uma delas a que articula com o cordão perimetral de povoamento. Aí se posicionaram a igreja matriz, a capela do império e o chafariz. Rapidamente, adquiriu destacada participação na produção cerealífera e, no final do século XVI, tinha 300 vizinhos que, curiosamente, recusaram o estatuto de vila oferecido pela Coroa (Santos, 1978, p. 452).



Figura 272: Planta do centro da freguesia de Aqualva.
Desenhado com base em magem satelital de google earth 38° 46' 17.40"N; 27° 10' 32.65"W



Figura 273: Vista de Aqualva.
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 274: Aqualva. Capela do Império
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 275: Aqualva. Rua da Igreja
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 276: Aqualva. Rua direita
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008

Lajes (Concelho da Praia da Vitória), no norte da ilha, estruturou-se a partir da bifurcação do cordão perimetral de povoamento, que se torna uma *rua direita*, sobre a qual se posicionam as residências dos mais abastados.



Figura 277: Planta do centro da freguesia de Lajes. Desenhado com base em imagem satelital de google earth $38^{\circ} 45' 58.65''N$; $27^{\circ} 06' 08.85'' W$



Figura 278: Vila de Lajes. Largo.
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 279: Vila de Lajes. Cordão perimetral atravessando a área urbana.
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008

Cinco Ribeiras (Concelho de Angra), ao sul da ilha, estrutura-se a partir de uma praça adjacente ao cordão perimetral de povoamento, aberta pelo lado sul, com vista ao mar. Como no caso anterior, quando a estrada atravessa o aglomerado adquire características de *rua direita*.



Figura 280: Planta do centro da freguesia de Cinco Ribeiras.
Desenhado com base em imagem satelital de google earth 38° 41' 03.20"N; 27° 19' 00.19" W



Figura 281: Freguesia de Cinco Ribeiras. Praça
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 282: Freguesia de Cinco Ribeiras. Igreja
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 283: Freguesia de Cinco Ribeiras. Praça
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008

Santa Bárbara (Concelho de Angra), ao sul da ilha, forma-se no alargamento produzido pelo encontro de uma travessa que conduz ao mar com o cordão perimetral de povoamento. Como nos dois exemplos anteriores, a estrada regional passa a ser rua direita, onde se localizam as residências da elite local. Esta rua adquire funções de via sacra quando se realizam procissões.



Figura 284: Planta do centro da freguesia de Santa Bárbara. Desenhado com base em magem satelital de google earth 38° 41' 45.41"N; 27° 20' 16.10" W



Figura 285: Freguesia de Santa Bárbara. Igreja
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 286: Freguesia de Santa Bárbara. Capela do Império.
Fonte: Fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 287: Freguesia de Santa Bárbara. Rua Direita.
Fonte: Fotografia da autora, 02-03-2008

As semelhanças tipo-morfológicas das freguesias conferem relativa homogeneidade à paisagem açoriana. Conforme Fernandes (2006), entre os denominadores comuns do arranjo estão:

- ausência de um plano prévio e formação do conjunto pelo somatório gradual de unidades;
- subordinação das ruas e da implantação das edificações às determinantes do sítio e da malha agrícola;
- delimitação dos perímetros dos lotes da mesma forma que as mangueiras e terrenos de cultivo construídos com *biscoitos* ou *mistérios*;
- utilização das técnicas construtivas mediterrâneas: alvenarias de pedra caiada, coberturas de telha romana sobre estruturas de madeira; inicialmente foi frequente o uso de telhados de palha, mas hoje estão praticamente extintos;
- utilização de materiais locais como a pedra vulcânica de cor preta que reforça a uniformidade;
- adaptabilidade do tipo doméstico, simplicidade geométrica das plantas, rigorosa e repetitiva.

Estas invariantes, no entender da pesquisadora, vêm da tradição popular, das formas de aglomeração espontâneas herdadas dos povos germânicos do norte, dos berberes do sul peninsular e do norte do Rif.

4.3.2. *Sutil diferencia entre rural e urbano*

A principal característica da espacialidade das ilhas vem da sutil diferença entre o meio rural e o urbano, que o cronista Vitório Nemesio (1956, p. 191) assim descreveu:

É difícil achar na península ibérica, e mesmo na França um tipo de habitat rural tão nobremente urbano como em certos pontos das ilhas Açores e em especial a sub-região da ilha Terceira chamada Ramo Grande (...) As casas mais afazendadas e mesmo as de lavradores de medias posses, assentam poderosamente a beira do caminho, com as suas fachadas de tardo, uma boa cantaria aparelhada enteperando a entrada, um pátio amplo de cancela rasgada.

Tal característica é consequência dos seguintes fatores:

- predominância das atividades agrícolas e/ou pesqueiras sobre as atividades do setor terciário (comercio e serviços);

- parcelamento da área rural em pequenas extensões de terra e importância antropológica da propriedade para os primeiros povoadores, valor que foi transmitido de geração em geração;
- artificialidade do *urbano*, decorrente da histórica assinação da categoria de vila por motivos eminentemente políticos;
- origem dos assentamentos urbanos, a partir da evolução de formas rurais;
- adensamento ao longo do cordão de povoamento, com edificações relativamente dispersas, porém próximas;
- predominância de um tipo de casa rural enobrecida, de influência erudita. A tipologia residencial do norte da ilha Terceira atinge significativo valor (freguesia de Ramo Grande, Caldeias, Biscoitos, Vila Nova)



Figura 288: Casa rural na localidade de Caldeia, Concelho de Praia, norte da ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 289: Casa urbana antecedida com pátio para secagem de milho. Freguesia de Ribeirinha, Concelho de Praia, Ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 290: Sobrado rural na freguesia de Vila Nova, Concelho de Praia, Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 291: Casa rural na freguesia de Ramo Grande. Concelho de Praia, Terceira
Fonte: IAC [2004]

4.3.3 Estágios da formação dos aglomerados urbanos

As vilas tradicionais e/ou vilas novas e as vilas mercantis, no primeiro estágio, não apresentam maiores diferenças tipológicas, porque todas se originaram a partir de processos de ocupação espontâneos ou de aglomerados protourbanos que passaram a exercer funções representativas. Os assentamentos que adquiriram o *status* urbano foram os litorâneos, implantados na costa sul, em função da situação portuária. Os tipos urbanos definiram-se pelo maior grau de evolução que o assentamento atingiu, confirmando-se a teoria de Muratori (1960) sobre a evolução do tipo. Nesse sentido, a diferença entre os assentamentos insulares radica na correspondência com os diferentes estágios do urbanismo, porque o *status* administrativo nem sempre é relevante. As comparações, portanto, só podem ser realizadas dentro de amostras do mesmo estágio. Com base em Caldas; Fernandes (2000) identificam-se estágios, a seguir descritos.

4.3.3.1 Inicial –linear

Produto da cultura espacial popular, caracteriza-se pelo arranjo linear, seja paralelo ou perpendicular à orla, ao longo de um eixo estruturante que se constitui na *rua direita*, sobre a qual se posicionam os largos, praças e principais equipamentos coletivos (Leite, 2002). Como analisado no capítulo 4, esta configuração, definida por Weimer (2004) como *aldeia-rua*, vem da tradição visigoda. Os arranjos perpendiculares à orla formam-se quando o relevo é mais acidentado e restringe o contato com o mar a um ponto específico. A rua direita articula o acesso terrestre com o cais. Ao contrário, os arranjos paralelos formam-se em baías abertas ou em locais aonde as condições ainda mais extremas da topografia limitaram a ocupação da faixa litorânea. A rua direita implanta-se entre o cais e a primeira fileira de edifícios relacionando os extremos da orla.

Vila do Porto (Santa Maria)

A sede do concelho ilustra a configuração linear. Implanta-se sobre um divisor de águas, à maneira de aldeia-rua, perpendicular ao mar, estruturada por uma rua direita e por outras duas paralelas, cortadas por travessas de menor largura. O posicionamento em acropole definiu dois setores: a *cidade baixa* com o porto e o forte de São Brás e a *cidade*

alta, ao longo da rua Direita. Sobre ela, situavam-se as residências dos mais favorecidos e as sedes civil e religiosa.



Figura 292: Aerofotografia da Vila do Porto.
Fonte: Fernandes, 2005. In: Inventário do Patrimônio Imóvel de Santa Maria. 2006.



Figura 293: Vila do Porto. Rua Direita
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho da Vila do Porto. Ficha 106. (2005)

No início do século XVI, foi concluída a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e prolongou-se a rua Direita, como via de penetração interior, ligando a cidade e o arrabalde, onde moravam os grupos populares e onde também foi instalado o convento dos Franciscanos. A passagem da configuração linear para a radial ocorreu pela formação de ruas secundárias que partem de um espaço público central, às vezes sem chegar a formar quarteirões. O centro posiciona-se, geralmente, adjacente ao cruzamento da rua principal com um segundo eixo. A seu redor, posicionam-se os edifícios públicos, a igreja e a sede do concelho.

4.3.3.2 *Intermédio - radial*

Ribeira Grande (São Miguel)

A situação da sede do Concelho de Ribeira Grande, na costa norte da ilha, com mínimo contato com o mar e a insuficiência de seu porto obrigaram a depender de Ponta Delgada para escoar sua produção. Segundo Fernandes (2007), o assentamento iniciou-se perpendicular à orla, sobre uma planície cruzada por uma ribeira que, além de água potável, provia energia hidráulica para os moinhos de cereais. Após o terremoto de 1563, reestruturou-se, estendendo-se para o oeste, ao outro lado da ribeira, e formando uma malha irregular e irradiante. Edificaram-se as pontes que uniam os dois setores e consolidou-se uma rua paralela à costa, como *rua direita*, vinculando o convento dos franciscanos e o

largo central. No cruzamento com a rua da Ribeira, formou-se um largo onde se implantaram a Casa da Câmara, a Misericórdia e o Jardim. A igreja matriz, construída entre os séculos XV e XVII, posiciona-se, isoladamente, sobre uma plataforma, precedida de monumental escada que a articula com o largo. A ocupação é adensada no centro e dispersa para fora, às vezes sem chegar a fechar os quarteirões. A diferenciação entre área urbana e rural é gradual e atenuada. A malha espalha-se no campo pelo prolongamento das ruas principais em estradas e pelo parcelamento com *quartéis de biscoito*.



Figura 294: Aerofotografia de Ribeira Grande, 2008
Fonte: imagem satelital de google earth
37° 49' 15.71"N; 25° 30' 52.92" W



Figura 295: Ribeira Grande e a ponte.
Fonte: Fernandes, 2007, p.22.



Figura 296: Ribeira Grande. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela.
Fonte: Fernandes, 2007, p.19

4.3.3.3 Formação da Malha urbana:

Quando a vila mercantil atingia maior grau de importância e desenvolvimento, geralmente reconhecido pelo *status* de *cidade*, era objeto de planos de ampliação, reestruturação e fortificação e passava a formar, a partir dessa configuração irradiante, uma malha reticular, sensivelmente ortogonal, com a *rua direita*, formal e funcionalmente, hierarquizada como eixo de centralidade; nela posicionavam-se as principais edificações, as atividades comerciais e as residências da elite. Os quarteirões formavam-se por ruas principais com mais largura e travessas ou ruas secundárias menores e tinham estruturas de parcelamento homogêneas. Com o desenvolvimento, formaram-se outros centros, ao redor de espaços públicos significativos sendo a Igreja a principal promotora, desde o século XVI. Suas igrejas e conventos precedidos de largos que serviam de interface, situados em ótimos locais, porém ainda não urbanizados, tensionaram a expansão urbana em sua direção. As reformas que incidiram na passagem de vila a cidade aconteceram na segunda metade do século XVI, concretamente durante a União Ibérica e demandaram a

participação dos engenheiros militares. Por essa via, o urbanismo insular teve a influência do urbanismo erudito do Renascimento, expressa nas Ordenações do Reino. A autoria dos planos de reestruturação dos sistemas de defesa é conhecida: Mateus Fernandes reformou o forte de São Lourenço e a cerca urbana de Funchal, em 1572; Tiburzio Spanochi projetou a fortaleza de São Felipe, em Angra, em 1594. Porém, ainda não há informações disponíveis sobre os responsáveis técnicos dos projetos dos traçados.

Ponta Delgada – São Miguel

Desenvolveu-se em um contexto de dualidade social entre os terratenentes ligados à produção de trigo e pastel e os comerciantes que atuavam no mercado internacional (Santos, 1978). Rapidamente, se posicionou como o principal assentamento da ilha sobre a Vila Franca do Campo, chegando a concorrer com Angra pela supremacia no arquipélago. O piloto holandês Joan Hughes van Linschooten, quando visitou o arquipélago, entre 1589-1591, deixou, a respeito, a seguinte impressão:

A principal cidade desta ilha [São Miguel] chama-se Ponta Delgada e ali vão mercadores franceses, ingleses e escoceses buscar pastel, mais do que vão a Terceira, e de lá levam mais de [sic] quintais todos os anos. Ela produz igualmente trigo do qual provê muitas vezes as outras ilhas em caso de necessidade. Mas tem o inconveniente de não ter quaisquer portos de abrigo e ainda é menos seguro estar ai do que em volta da Terceira. (apud. Santos, 1978, p. 454)

Segundo Texeira (1999), no final do século XV, o assentamento consistia em um conjunto de quarteirões alongados, formados por ruas irradiadas a partir da Praça Velha. No início do século XVI, formou-se o Largo da Matriz e o percurso paralelo à orla tensionou a ocupação ao leste.

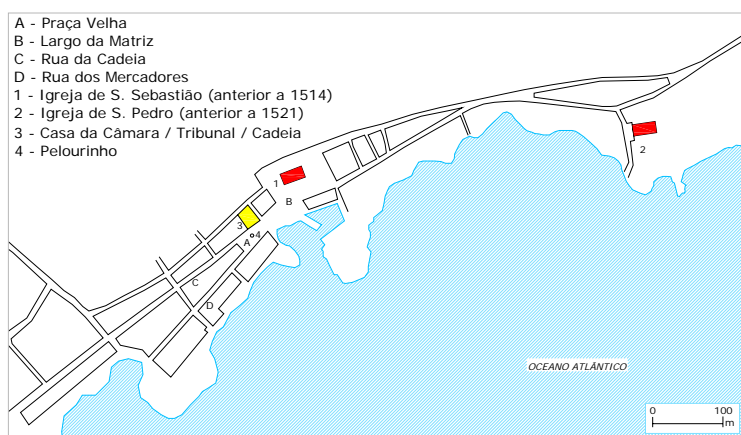


Figura 297: Planta de Ponta Delgada no início do século XVI. Desenhada conforme Texeira; Valla, 1999, p. 72-73.

Na segunda metade do XVI, a malha estendeu-se para o norte sobre as áreas agrícolas, tensionada pela instalação dos Conventos. Conforme relata Gaspar Frutuoso, por essa época já estavam definidas as ruas que partem do Largo da Matriz:

(...) e posto que no principio e fim tenha só uma rua, pelo meio tem três, quatro, cinco e seis, atravessadas de norte a sul em sua largura, com mais de dezasseis notaveis ruas, afora muitas azinhagas e becos e outras ruas menos principais e cursadas. (1998, vol. IV p. 172, apud Leite, 2005, p.46)

Nessa extensão, demarcaram-se as parcelas de forais, caracterizadas por uma edificação dispersa e diluída no sistema agrário. A proporção extremamente alongada dos quarteirões, dificultava a integração das zonas distantes da orla e a estreiteza das ruas obedecia à divisão inicial das terras e não a um sistema eficiente de circulação. Para Fernandes (2000, p.99), esta atuação tem indícios de planeamento e seria contemporânea à do Bairro Alto de Lisboa. No entender da pesquisadora, o tipo de malha em forma de um pente assemelha-se à do povoado de pescadores da Ilha da Culatra em Faro, analisada anteriormente, relacionando-se mais com a tradição espacial berbere que com um projeto de cunho erudito. Até o século XIX, a cidade continuou desenvolvendo-se linearmente, paralela à costa com duas ruas principais onde se consolidaram as atividades urbanas e relacionadas com o cais. Para o norte continuou estendendo a área de forais, com características ruralizantes.

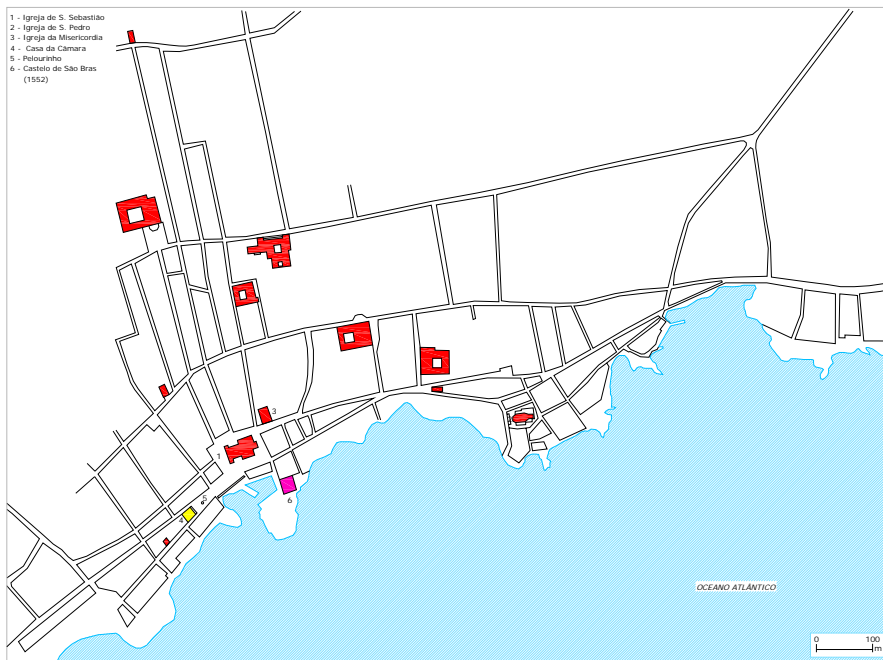


Figura 298: Ponta Delgada no início do século XVII.
Conforme Texeira: Valla, 1999, p. 78-79.



Figura 299: Praça Gonçalo Velho Cabral. Ponta Delgada, 2006
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/431/2682997650> Acesso em 08 out 2008



Figura 300: Edifício da Câmara e Praça Velha. Ponta Delgada, 2006
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/431/2682237587> Acesso em 08 out 2008

O espaço urbano com sua malha urbana subordinada à malha rural, conforme Fernandes (ibid.), ainda reflete a bipolaridade entre os mundos agrícola e marítimo.

Angra do Heroísmo – Ilha Terceira

O sítio escolhido por Martins Homen para levantar o povoado foi ao lado de um riacho sobre uma *angra* ou pequeno ancoradouro aberto ao sul, franqueado por dois morros: Monte Brasil e São Sebastião. O local oferecia boas condições portuárias, defensivas e água potável. Segundo Azevedo (1998, p. 51), ele drenou o lugar, traçou as primeiras ruas e construiu as primeiras edificações. O Castelo de São Luiz, à forma medieval, foi levantado na parte alta, segundo o plano do provedor das fortificações Pedro Anes Ravelo, junto aos moinhos implantados ao lado do riacho que foi canalizado em duas vertentes, uma para movimentar os moinhos e outra para levar água até as bicas do cais para abastecer os navios. A partir da rua do Espírito Santo que descia contornando a topografia, configurava-se uma estrutura proto-urbana linear e perpendicular ao mar.

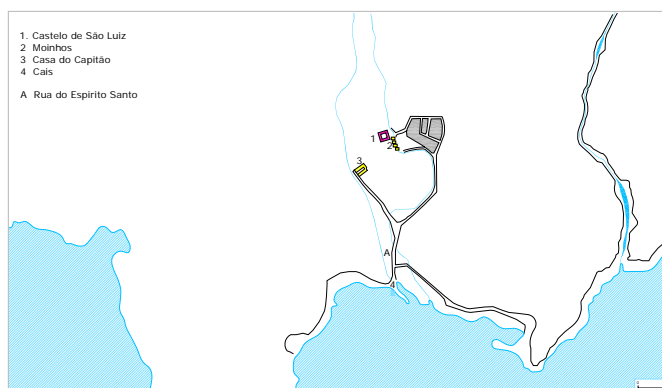


Figura 301: Angra no terceiro quartel do século XV.
 Desenhado com base em Leite, 2000. In: DGEMN. Zona Centra da cidade de Angra do Heroísmo. No. IPA: PT07190116.

No último quartel do século XV, quando João Vaz de Corte Real recebeu a Capitania de Angra, desenvolveu-se a zona plana junto ao mar. Foi traçada a rua Direita, perpendicular à orla com uma seção de 45 palmos (9,9m), dimensão excepcional para a época, para articular a praça cívica - atual *Praça velha* - com o porto e receber as atividades comerciais. Ela era cortada por travessas muito reduzidas, em média de 13 palmos (2,86m) que faziam que os alçados ficarem praticamente contínuos. Iniciaram-se também as obras dos principais edifícios: o convento de São Francisco (1480); a igreja de São Salvador (1486) que viria a ser a Sé; o hospital do Espírito Santo (1492); a Câmara, a Alfândega; a Casa do Capitão. Em 1499, foi instalada a Alfândega à qual ficaram subordinadas as restantes do arquipélago (ibid.)

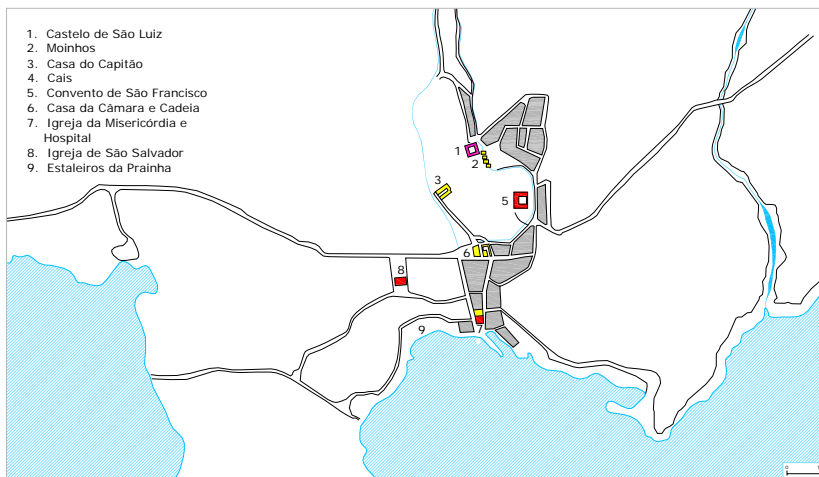


Figura 302: Planta de Angra no último quartel do século XV. Desenhada com base em Leite, 2000. In: DGEMN. Zona Centra da cidade de Angra do Heroísmo. No. IPA: PT07190116.



Figura 303: Angra do Heroísmo. Cidade alta (núcleo inicial) e baixa desde o monte Brasil. Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 304: Angra do Heroísmo. A Baía e o Forte de São Sebastião desde o forte de São Felipe. Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.

O século XVI corresponde ao período de maior desenvolvimento do espaço urbano e de supremacia política, sustentados na extraordinária importância como porto ultramarino de apoio às frotas vindas de Oriente e de Ocidente e como centro de trocas comerciais. Em 1503, Angra tornou-se sede da Corregedoria das Ilhas; em 1527, da Provedoria da Fazenda; em 1534, da Diocese; em 1536, foi elevada a cidade. A partir do cruzamento da Rua Direita e da rua da Sé, estendeu-se em sentido SO, uma malha ortogonal, rigorosamente modulada, que se adaptava à orla pela inflexão das travessas e pelo recorte dos quarteirões a ela adjacentes. Ao redor da Sé, formou-se uma praça, já não como encontro de caminhos e mas pela eliminação de um quarteirão. O sistema de rua-travessa foi reformulado pelo de rua principal –secundária, que passam a ser, respectivamente, o lado maior e menor do quarteirão. As ruas principais, perpendiculares ao mar estavam praticamente ao longo da mesma cota de nível e tinham 27 palmos de seção (5,94m). As secundárias tinham 22 palmos de seção (4,84m) e venciam o desnível. Os quarteirões estavam divididos em duas fileiras de lotes, com uma área construível de 30 palmos de frente por 60 de fundo, mais o quintal de 30 por 30 palmos. A Rua da Sé também foi tratada, demarcando lotes de 30 palmos de profundidade. A regularidade da malha e a modulação dos elementos urbanos evidenciam a existência de um projeto preliminar, embora se desconheça seu autor, que se apoia, simultaneamente, na urbanística renascentista e na tradição urbana portuguesa. Nesse sentido, Angra constitui-se em referência pioneira do que os pesquisadores portugueses viriam a denominar de *Urbanismo Regulado*. (Rossa, 2002; Carita, 1998; Leite, 2005)

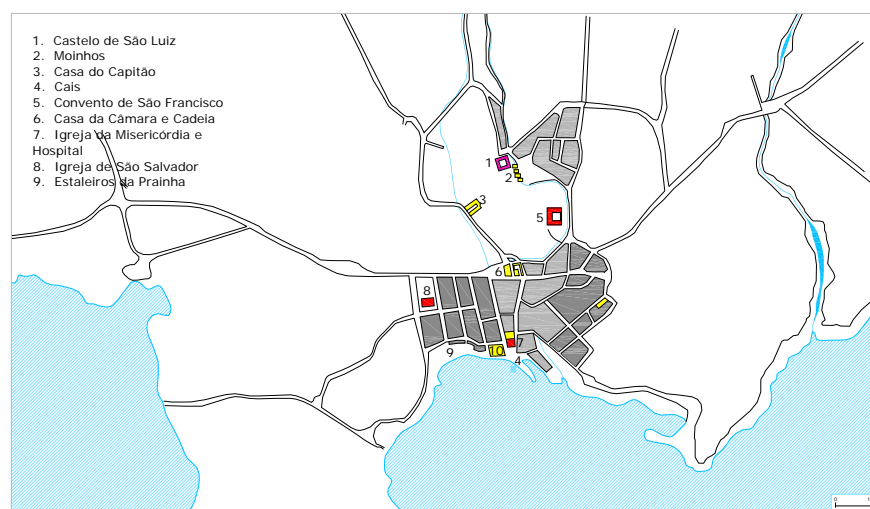


Figura 305: Planta de Angra na primeira metade do século XVI. Desenhada com base em Leite, 2000. In: DGEMN. Zona Central da cidade de Angra do Heroísmo. No. IPA: PT07190116.



Figura 306: Angra do Heroísmo. Rua da Sé
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 307: Angra do Heroísmo. Rua Direita.
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.

Azevedo (1998, p.52) relaciona a experiência de Angra com a de Tomar, uma vez que o Infante D. Henrique foi o responsável pelo descobrimento e pela colonização dos Açores e por boa parte dos colonos ter vindo de Tomar e suas vizinhanças. Para Leite (2002, p. 18-27), a semelhança nas malhas de Angra, Tomar e Bairro Alto obedece fundamentalmente a uma prática sistemática e à reprodução de modelos. Nos três casos, a malha forma-se a partir do cruzamento de dois eixos estruturantes; os lotes são modulados a partir de 30 palmos de frente (6,6m) e as ruas hierarquizam-se pela seção diferenciada. Estas semelhanças seriam os sintomas desse urbanismo regulado.



Figura 308: Praça Velha e edifício da Câmara
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008.



Figura 309: Igreja da Se
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008.



Figura 310: Convento de Santo Antonio. Atual sede do governo
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008.

Da permanência de Linschooten na ilha (1589-1591) ficou uma gravura que é uma das referências planimétricas mais antigas de Angra. Nela observa-se a malha regular e a continuidade com o parcelamento agrícola.



Figura 311: Planta de Angra do Heroísmo incluída no *Itinerarium* [1595] de Linschoten.
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jan_Huygen_van_Linschoten Acesso em 08 ago 2008

As constantes ameaças de piratas e a obsolescência do antigo castelo de São Luiz obrigaram a reformular a defesa da cidade dentro das técnicas de fortificação renascentistas. Durante a administração de D. Sebastião -1557/1578 -, Tomazzo Benedetto elaborou um estudo de defesa (1567) que incluía a implantação de dois fortes nos extremos da baía para lograr cruzado. Desse estudo, ficou o forte de São Sebastião, tal como ainda é, porque a implantação do segundo só se iniciaria em 1594, recebendo o nome de São Felipe. Após o desaparecimento de D. Sebastião e das disputas pela sucessão ao trono, Angra tomou partido a favor do D. Antonio Prior do Crato e derrotou os espanhóis na Batalha de Salga (1582). No ano seguinte, a cidade foi tomada pelo Marquês de Santa Cruz que impôs uma administração militar. Como marca do domínio espanhol, ficou o Castelo de São Felipe (1594), projeto atribuído a Tiburcio Spanochi. (Leite, 2005, p. 72-74) Com a restauração, passou a denominar-se forte de São João Baptista. O projeto consistiu em controlar o acesso ao Monte Brasil, por meio de uma cerca fortificada no local mais estreito da península, utilizando a mesma estratégia da fortaleza de Sagres, anteriormente referida. Dentro, foi projetado um acampamento militar, do qual só restam hoje a igreja de São João Baptista e o Palácio de Governo.



Figura 312: Planta e detalhe ampliado do Monte Brasil e do Castelo de São Felipe, ordenada por Tiburzio Spanochi. ANTT – Códice de Cadaval. Observe-se o acampamento e o bairro militar.
 Fonte: Leite, 2002, p. 43



Figura 313: Forte de São Felipe.
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2008.



Figura 314: Igreja de São João
Baptista no interior do forte
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2008.



Figura 315: Forte de São Felipe
desde o forte de São Sebastião
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2008.

Ao sul da rua da Sé, a malha teve a segunda extensão, com base na ortogonalidade e na pauta da primeira, mantendo-se a rigorosa modulação da frente do lote em 30 palmos, porém com menor densidade de ocupação. Após a União Ibérica (1640), a extensão da malha estagnou-se, mas foi requalificada e consolidada. Os entornos de igrejas, ermidas e conventos passaram a ser controlados pela igreja que se constituiu em importante promotora do espaço público. No século XIX, a cidade desenvolveu-se, integrando os arrabaldes com a estrutura urbana, passando estes a serem bairros. A rua de São Pedro, como prolongamento da rua da Sé, passou a ser o principal vínculo entre o bairro e a cidade e parte do anel viário que contorna toda a ilha.

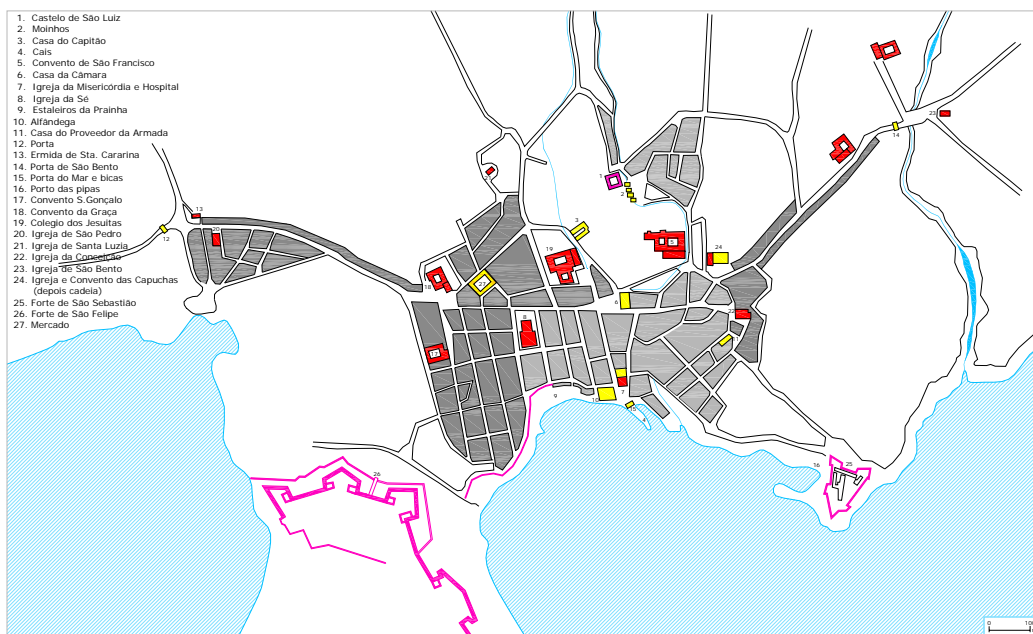


Figura 316: Planta de Angra no século XVII.
Desenhada com base em Leite, 2000. In: DGEMN. Zona Centra da cidade de Angra do Heroísmo. No. IPA: PT07190116.

Ao longo do século XVII, em Angra, como em todas as cidades peninsulares e ultramarinas, como consequência da aplicação sistemática e generalizada das Ordenações do Reino, desenvolveu-se uma arquitetura regulada, flexível, modulada, cujos elementos guardam entre si proporções matemáticas. Conforme os estudos métricos de Leite (2005, p. 95-104), o módulo básico em Angra é o lote de 30 palmos (6,60m) de frente por 120 palmos (26,4m) de fundo, sendo construída a metade deste (30 palmos por 60 palmos) e a outra metade com quintal. Este parcelamento gerou dois tipos residenciais que predominam e determinam a morfologia da cidade:

- a casa térrea de porta e duas janelas, que legitima o arranjo tradicional popular;
- o solar ou *casa larga* de dois pavimentos, desenvolvida em mais de dois módulos.

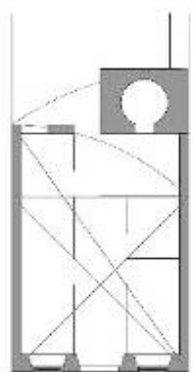


Figura 317: Planta Casa Rua Canos Verdes, 16. Frente de 30 palmos
Fonte: Leite, 2002. p. 30



Figura 318: Casa Rua Canos Verdes, 16
Fonte: fotografia da autora, 03/04/2008.

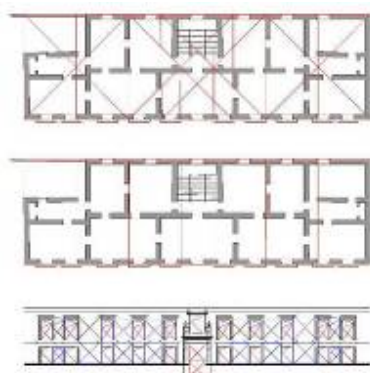


Figura 319: Casa dobrada na Rua de Jesus, 10
Fonte: Leite. 2002, p.32



Figura 320: Modulo de casa dobrada na Rua da Se
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008

Conclui-se que, nos aglomerados nos estágios inicial-linear e intermediário-radial, encontram-se as características específicas da espacialidade açoriana, derivadas da tradição popular. As análises de evolução de Ponta Delgada e Angra mostram que, a partir do século XVI, esses aglomerados atingiram certa importância e foram objeto de intervenções de cunho erudito, direcionadas à formação de malhas regulares e à regulamentação da morfologia urbana, o que as tornava mais semelhantes às cidades peninsulares que aos demais aglomerados tipicamente açorianos.

4.3.4 A casa açoriana

Segundo Riopardense de Macedo (1987), a casa urbana derivou da casa rural. Acrescente-se a já referida sutil diferenciação entre os âmbitos rural e urbano. Portanto, analisa-se a origem da casa rural para entender sua adaptação ao meio urbano.

4.3.4.1 A casa rural

Existem dois tipos básicos de casa rural: a térrea e o sobrado. A casa térrea é de origem popular, conforme Weimer (2004; 2005), e tal como mostrado no item 3.2.3, deriva da casa térrea compacta e retangular do Algarve e do Alentejo, cuja origem parece estar no *bit* berbere. O sobrado, como espaço de habitação das classes mais abastadas, deriva da arquitetura erudita e é semelhante aos peninsulares. A casa rural térrea caracteriza-se por:

- planta retangular e arranjo alongado com três compartimentos: *cozinha –meio da casa – quarto*, com telhado a duas ou quatro águas; na medida em que se amplia a casa, aparece uma meia água;
- destacada presença volumétrica do sistema forno-chaminé, adjacente à parede do fundo ou à lateral, em forma de meia cúpula ou de pirâmide truncada e acessível desde o interior da cozinha;
- construção da alvenaria externa em pedra caiada, independente dos tabiques de madeira que dividem os espaços interiores sem alcançar a altura do oitão;
- nas casas com telhado a duas águas, a presença da *falsa*, um estrado de madeira com uma segunda planta para dormitório das crianças, ventilado pelos oitões laterais.

Conforme Weimer (2000), esta variação assemelha-se à *casa saloia* da região de Sines; em terrenos inclinados, a ocupação do porão gera o *falso sobrado*.

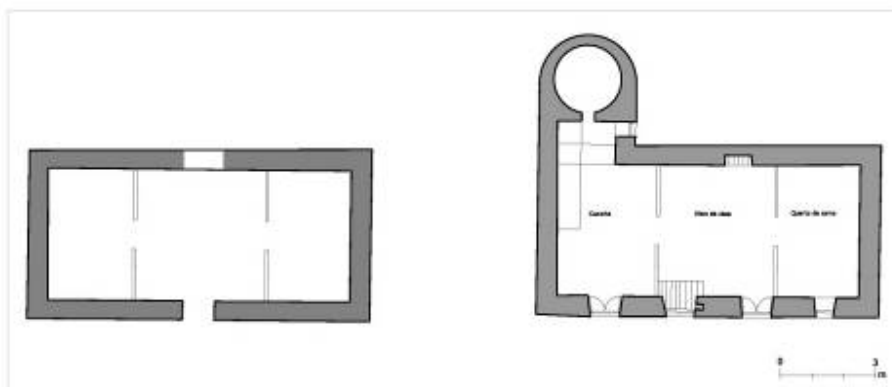


Figura 321: Comparação entre as plantas do bit berbere e casa rural térrea açoriana (Porto Martins, Concelho de Praia, Ilha Terceira) plantas desenhadas com base em: Sierra, 1996, p. 81 e Macedo, 1987, p.68



Figura 322: Casas rurais de Boa Vista.
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho da Vila do Porto, Santa Maria, 2006. Ficha 69-B



Figura 323: Casa rural na Freguesia de Lages, Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008



Figura 324: Ruínas de casa rural térrea com falsa, Caldeira,
Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008



Figura 325: Sobrado rural na localidade Caldeia, ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 326: Sobrado rural em Canada das Poças, Lages.
Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel da Ilha do Pico, Lages, 2006. Ficha 6.

Segundo Caldas e Fernandes (2000, p.25) o sistema forno-chaminé é importante elemento distintivo. As alternativas de articulação e as diferentes formas da chaminé variam de ilha para ilha e dentro delas. A importância simbólica e formal tem sido interpretada como uma consequência da autonomia familiar. Como explicado anteriormente, houve também causas de cunho político e os fornos familiares seriam uma resposta ao monopólio dos capitães donatários sobre os fornos coletivos e sobre a comercialização de alimentos. A constatação de majorias regionais nos primeiros povoadores em cada ilha - por exemplo, do Algarve, em Santa Maria; do Alentejo, em São Miguel; da região de Tomar, na Terceira; do norte, em Pico e Faial; de Trás os Montes, em Corvo - segundo Caldas e Fernandes (1996), levou os autores pioneiros (Ribeiro,1955; Britto, 1955 e Medeiros,1969) no estudo da cultura dos Açores a afirmarem que as diferenças tipológicas devem-se às diferentes origens dos povoadores:

Quiseram ver nesta variedade um espelho do continente justificando um hipotético povoamento dos Açores com gente de diferentes regiões, reproduzindo no arquipélago, de oriente para ocidente, características arquitetônicas verificáveis de sul para o norte peninsular. (Ibid., p.25)

4.3.4.2 A casa urbana

Sendo a casa urbana uma adaptação da rural ao aglomerado, existem os mesmos dois tipos definidos por Fernandes como *tipo elementar térreo* (Ibid., 273) e o *sobrado de expressão chã ou classizante*. (ibid., p.283) Ambos os tipos, quando implantados em lotes medianeiros, constroem-se com grossas paredes mestras, em função dos sismos, com telhados a duas águas e dimensionamento em palmos, conforme os princípios do urbanismo regulado.

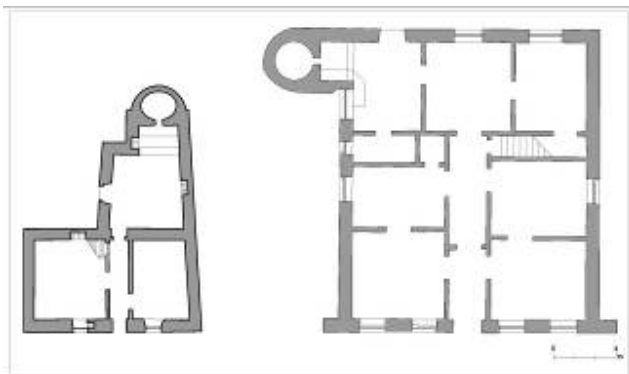


Figura 327: Plantas de casa urbana térrea, Ribeira Quente -Ilha de São Miguel e sobrado em Angra do Heroísmo -Ilha Terceira. Desenhado com base em Macedo, 1987, p. 69-70.



Figura 328: Casa térrea na rua Canos Verdes. Angra do Heroísmo
 Fonte: fotografia da autora, 04/03/2008



Figura 329: Casa térrea na Vila do Porto, Santa Maria.
 Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho da Vila do Porto, 2006, p. 185.



Figura 330: Horta. Rua de São Paulo e casas térreas
 Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de Horta, 2006. Ficha 136



Figura 331: Casa urbana com falsa, Ribeira Grande.
 Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de Ribeira Grande. 2006. Ficha 27.



Figura 332: Sobrado na Freguesia de Vila Nova, Ilha Terceira
 Fonte: fotografia da autora, 02-03-2008



Figura 333: Sobrados da Rua Direita, Ribeira Grande.
 Fonte: Inventário do Patrimônio Imóvel do Concelho de Ribeira Grande, São Miguel, 2006. p.17

Dentro da unidade que apresenta a paisagem rural açoriana, as variações destes tipos manifestam-se nos diferentes modos de organização do espaço interno e no dimensionamento. Na viagem de estudos à ilha Terceira, a pesquisadora constatou que, nas áreas freguesias e nas áreas urbanas periféricas, as casas posicionam-se em lotes mais amplos com afastamentos laterais, com a cumeeira paralela ou perpendicular ao sentido da rua, com acesso que pode estar tanto frontal como lateralmente.



Figura 334: Freguesia de Vila Nova, Ilha Terceira
 Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 335: Freguesia de Vila Nova, Ilha Terceira
 Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008



Figura 336: Freguesia de Aqualva, Ilha Terceira
 Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008

4.3.5 Os Impérios do Divino Espírito Santo

A religiosidade em torno à terceira pessoa da Santíssima Trindade é um elemento representativo da cultura açoriana. Embora tenha sobrevivido e adquirido relevância no arquipélago e daí passado ao Brasil, nomeadamente ao sul, não é exclusivo nem das ilhas nem de Portugal. Sua origem remonta à França, nos séculos XI e XII. As primeiras confrarias surgiram na Provença e tinham a *Maison do Saint Esprit* e um *cellier* para a guarda das oferendas de pão e vinho. O culto rapidamente se estendeu. Passou à Península Ibérica, por influência de D. Pedro III de Aragão, e também à Itália. Nessa época, surgiu a ordem de São Francisco de Assis -1182/1226 -, como uma proposta de renovação ética. Seu extraordinário desenvolvimento favoreceu a divulgação do culto ao Divino, como um movimento laico, com participação das classes populares, da nobreza e das famílias reais. Em Portugal, a devoção chegou com o casamento da rainha Isabel, filha de D. Pedro de Aragão, com D. Dinis. Ela fundou a primeira capela do Espírito Santo em Alenquer (1323), a vila que foi seu dote de casamento. A administração de D. Dinis manteve relativa autonomia com relação a Roma²⁸ e isto teria favorecido a formação de irmandades laicas, a fixação dos franciscanos e a devoção ao Divino (Lima, 1986). Da península, ela passou à Madeira e aos Açores, com os primeiros povoadores e daí se estendeu aos territórios ultramarinos²⁹. Cortesão (1964 apud Lima, 1986) informa que, no século XVI, em Portugal continental, registravam-se 75 vilas com capelas do Espírito Santo.

A simbologia deste culto tem dois elementos: a pomba que representa o Espírito Santo e a coroa imperial. A pomba aparece, na Bíblia, como mensageira da paz, desde o relato do dilúvio. A coroa imperial, encimada por uma cruz, foi utilizada desde a introdução da devoção pela rainha Isabel. A partir do século XVIII, a cruz foi substituída por uma esfera onde pousa a pomba. Cada irmandade tem coroa de prata, cetro e bandeira de seda vermelha com a pomba bordada, tambores e pandeiros para os foliões, objetos que são

²⁸ Um dado significativo é que ,quando foi extinta a Ordem dos Templários, D. Dinis optou por não entregar ao Papa os bens da Ordem e os conservou sob sua jurisdição, para com eles formar o patrimônio material da Ordem de Cristo.

²⁹ No século XX, a devoção ao Divino passou com os emigrantes açorianos para os Estados Unidos e o Canadá, onde se dispõem de casas do Espírito Santo, expressamente construídas para tal fim, como cópias dos exemplares açorianos.

guardados na capela. O evento mais relevante é a comemoração da chegada do Espírito Santo, conforme o seguinte ritual: entre o domingo de Páscoa e o de Pentecostes, a cada domingo a coroa e a bandeira são enviadas, em procissão, de uma casa para outra. Todas as noites, os confrades rezam a novena com peditórios e ladinhas em latim e depois tem baile. Na quarta feira antes da grande festa, começa a fabricação das massas e, na sexta-feira, realiza-se a festa do bezerro, conforme a disponibilidade financeira da família do imperador. Os bezerros enfeitados com fitas de papel percorrem as ruas antes de serem abatidos para a festa. No domingo de Pentecostes, realiza-se um cortejo e um menino é nomeado, na igreja local, *imperador* pelo sacerdote católico, que lhe coloca uma coroa de prata. Seguem-se as folias e o banquete ou *bodo*, oferecido a todos os que quiserem participar, em especial às pessoas carentes, distribui-se uma afamada sopa, pão, carne e vinho. Depois vem o desfile, no qual o *espírito* proclama a abolição do imperfeito, a justiça, a fraternidade e a restauração da inocência, representada pela criança coroada. Depois a coroa e a bandeira são guardadas na capela. Nesse dia, é frequente também a abertura das cadeias e o perdão de algum detento.

A devoção tem três características essenciais. A primeira é a exaltação da igualdade e da fraternidade dos devotos, congregados em torno de uma irmandade, de pessoas laicas de diferentes classes sociais. A segunda é o caráter assistencial e a participação ativa da irmandade na solução de problemas da comunidade. A terceira é a mistura do sagrado e do profano e a autonomia em relação à organização eclesial. Segundo Weimer (entrevistas variadas durante os assessoramentos), é um culto judaizante pelos seguintes aspectos:

- várias referências a migrações de judeus;
- substituição da cruz pela esfera, representando o mundo, sobre a qual posa a pomba;
- ausência de imagens de santos;
- ao contrário das igrejas, não há cruzeiros externos ou são raros.

Este sincretismo, no parecer do referido professor, é consequência da constante perseguição aos judeus que os obrigou a desenvolver outros rituais para preservar a essência de seus dogmas, bem como da ampla participação de judeus conversos no processo de povoamento das ilhas. Foi precisamente a faceta profana e popular, à margem do calendário litúrgico, que motivou a interferência da igreja católica. Segundo Cletison (2008), em Portugal

continental, as primeiras proibições aos foliões aconteceram no século XVII e, daí em diante, foram-se acabando as festas do Divino. Ao contrário, nos Açores, o culto e as irmandades preservam-se até hoje, muitas vezes à margem da Igreja. Em Angra, o Provedor assistia à coroação e ao pregão para obter a coroa. As folias eram com música profana. Eram também frequentes as touradas que se realizavam nas praças da igreja. As festas passaram a realizar-se em muitos domingos. Quando foi constituído o Bispado de Angra, proibiram-se as touradas e ordenou-se a suspensão das festas, ficando permitidas unicamente as de Pentecostes, da Visitação do Anjo e da Páscoa. A coroa respaldou a decisão eclesiástica e Felipe II, por provisão régia, em 1593, chegou a proibir os bodos nos Açores. Na vila de São Sebastião da ilha Terceira, confiscou a coroa de prata e com esse material mandou elaborar um crucifixo para a igreja matriz. Daí em diante, seguiram-se as restrições nas vilas açorianas, porém nunca se conseguiu acabar com a tradição (Lima, 1986).

Em termos espaciais, a devoção deixou elementos próprios na organização do espaço intraurbano açoriano. Em âmbito urbano, houve a correspondência de uma área urbana, bairro ou arrabalde com o espaço de determinada irmandade. Saliente-se que a irmandade difere da freguesia, uma vez que a primeira é uma organização *paralela* à ordem eclesiástica, embora ambas coincidam com o mesmo espaço físico. Em âmbito arquitetónico, a definição de dois tipos singulares: a igreja de duas naves paralelas, da qual não sobreviveram exemplares e a capela do império. Quando o culto foi introduzido, era frequente a junção da irmandade do Espírito Santo com a da Misericórdia. Em finais do século XV, surgiu um tipo de igreja muito particular, de duas naves geminadas, separadas por uma arcada e terminadas em duas capelas mores, uma consagrada ao Espírito Santo e a outra à Nossa Senhora da Misericórdia. As igrejas de Vila Franca do Campo e Ribeira, na ilha de São Miguel, e a de Praia, na ilha Terceira, tinham esta configuração inicial, que se perdeu com as sucessivas reconstruções após os terremotos. Em Angra, não houve este tipo. A igreja e o Hospital da Misericórdia estavam separados por uma rua, porém unidos em nível de segunda planta por uma passarela, tal como o registra o desenho de Linschoten, de 1595 (Lima, 1986).

As capelas do império inicialmente eram construções provisórias de madeira, armadas para a celebração das festas. A partir do século XVIII, passaram a ser construídas em alvenaria (Lima, 1986), particularmente na ilha de Santa Maria, e ficaram conhecidas como *treatos*. As capelas do arquipélago foram, portanto, contemporâneas das que os imigrantes construíram no Brasil. As capelas apresentam diversas situações. Nos aglomerados menores e rurais, localizam-se isentas sobre o largo principal, junto com a igreja e os equipamentos comunitários ou sobre as ruas Direitas e, nos bairros urbanos, em lotes medianeiros ou de esquina. Em termos arquitetônicos, caracterizam-se por planta sensivelmente quadrada; arranjo simétrico; cobertura a duas águas com a cumeeira perpendicular à rua, encimada pela esfera com a pomba; reduzidas dimensões da planta (aproximadamente 20 palmos de lado = 4,4m).

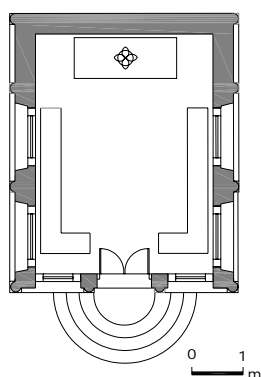


Figura 337: Planta da capela do Império de Cabo da Praia.
Fonte: croquis da autora



Figura 338: Capela do Cabo da Praia.
Concelho de Praia, Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora, 02/03/2008.

No século XIX, em algumas capelas, as fachadas receberam elementos ornamentais ecléticos, platibandas e uma cromaticidade vibrante. No interior, há uma mesa à maneira de altar, sem imagens religiosas e com bancas dispostas perimetralmente. Geralmente, o nível interior está na altura de aproximadamente um metro sobre a rua, gerando a necessidade de uma escada, removível quando a capela esta no alinhamento e entre medianeiras ou fixa, quando se dispõe do espaço necessário.



Figura 339: Capela Rua Conde da Praia, Angra
Fonte: fotografiada autora, 03/03/2008.



Figura 340: Capela Bairro Santa Luzia, Angra
Fonte: fotografiada autora, 03/03/2008.



Figura 341: Capela Rua Recreio dos Artistas, Angra
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 342: Capela da Bahia de Vila Maria, bairro de Angra
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 343: Capela da Freguesia de Terra Cha, bairro de Angra
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 344: Capela da freguesia de Porto Judeu
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 345: Capela da freguesia de Vila Nova
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.



Figura 346: Capela da freguesia de Porto Martins
Fonte: fotografia da autora, 03/03/2008.

5. URBANISMO NO BRASIL COLONIAL

A *cidade* foi o principal instrumento civilizador com funções militares, políticas, socioeconômicas e religiosas. Em escala regional, a partir dos núcleos urbanos, organizava-se o espaço rural e estruturava-se uma rede hierarquizada capaz de controlar e administrar o território. O espaço urbano configurou-se em processo gradativo e seletivo de adaptação e síntese dos elementos da cultura espacial peninsular, provenientes da tradição erudita e popular, que, por sua vez, recebeu contribuições das culturas indígenas e africanas. A cidade colonial foi cidade nova e, como tal, produto do planejamento. Entre as motivações para realizar cidades novas, Galantay (1977) lista os planos de colonização interna - como foram as cidades medievais - e de colonização externa - como foram as cidades coloniais ultramarinas -.

Os assentamentos coloniais luso-americanos, como cidades novas, foram contemporâneos da urbanística renascentista. O planejamento, entendido como o conjunto de decisões para estabelecer uma ordem espacial, teve, na malha, o instrumento essencial. Desde o ponto de vista morfológico, as diferenças entre os aglomerados coloniais derivam do maior ou menor grau de planejamento que apresentam no estágio inicial. A formação global de uma malha, definida *a priori* e estruturada em sua totalidade, é produto do maior grau de planejamento, enquanto uma malha estruturada gradativamente, a partir do desenvolvimento de um arranjo pré-existente, é resultado do planejamento por etapas ou menos abrangente.

O espaço intraurbano dividia-se em público e privado, não havendo gradações intermédias. A propriedade coletiva era inexistente, porque não havia o conceito de condomínio (Reis, 2006). Via de regra, o espaço público corresponde ao vazio: praças e ruas, aonde acontecem encontros formais e informais; mercados e feiras; festas e procissões; bem como rossios para manutenção de gado e animais dos moradores. Os edifícios públicos eram as fortificações e os quartéis militares; a igreja matriz, como sede da administração religiosa; as Casas de Câmara e Cadeia, como sede da administração civil. Existiam também equipamentos públicos de uso coletivo, tais como açougues, chafarizes e lavadeiros. O espaço privado era formado por residências de moradia, oficinas e locais de produção e também por espaços de propriedade privada -de pessoas físicas ou jurídicas- com possibilidade de uso coletivo: lojas comerciais, espaços da igreja e de ordens religiosas e irmandades destinados a serviços religiosos, assistenciais e educativos. As igrejas possuíam, geralmente altares laterais que eram cedidos a outras ordens e irmandades que a eles tinham acesso como se fossem seus. Os imóveis de aluguel asseguravam renda a seus proprietários. Quando eram alugados pela Câmara, a igreja ou as ordens religiosas, o inquilino (o foreiro) pagava o foro, uma espécie de aluguel (Reis, 2006).

A partir da indissolubilidade entre a sociedade e o espaço que ela produz e da influência entre ambos, conforme a já referida tese de Holanda (1985), em uma sociedade como a colonial, a *prática espacial* desenvolveu mecanismos de segregação e exclusão. Isto devido a rígida organização em classes e a estruturação sobre a base do servilismo, da escravidão e dos privilégios decorrentes de parentesco e origem étnica. Segregação e exclusão incidem na configuração da rede e do espaço intra-urbano e nos valores econômicos decorrentes, como desigualdades nas formas de sua apropriação e uso e na formação de locais específicos de identidade de determinados grupos.

No âmbito da rede, os aldeamentos indígenas, os quilombos e os pequenos aglomerados rurais do interior eram lugares dos dominados, enquanto as cidades portuárias e vilas, com um maior grau de desenvolvimento urbano, eram espaços dos mais favorecidos. A exclusão era parte das políticas de trabalho, baseadas no trabalho servil dos índios e na escravização dos africanos. No espaço intraurbano, associam-se a centralidade e

a segregação. No centro, ao redor das praças e junto aos edifícios representativos do poder civil e religioso, situavam-se as residências dos proprietários de fazendas, dos administradores e, mais adiante, dos comerciantes. Nas áreas portuárias, periferia e arrabaldes, ficava a classe trabalhadora, aglutinada ao redor das capelas das irmandades dos pretos e dos pobres, bem como dos terreiros de candomblé que viriam a constituir bairros com forte identidade social. Conforme Câmara (1996), a concessão de terras às ordens religiosas para suas capelas, conventos e casas assistenciais e para o aluguel sob a forma de forais era uma *brecha* do sistema, porque permitia acessibilidade a esses espaços aos indígenas, escravos, homens livres e colonos pobres.

Para caracterizar o sistema administrativo luso-americano, é necessário apontar algumas semelhanças e diferenças com relação ao hispano-americano. Ambas as coroas estabeleceram simultaneamente sistemas imperialistas para explorar os territórios anexados, controlados hierarquicamente desde as metrópoles por instituições especificamente criadas, à quais tinham que ser remetidos e consultados os assuntos de ultramar: *Concejo de Índias*, e *Casa de Contratación* para a Espanha e o Conselho Ultramarino para Portugal. A administração regional e municipal eram semelhantes: Espanha estabeleceu vice-reinados formados por audiências e capitânicas e Portugal, um Governo Geral do Brasil, mais adiante vice-reinado, conformado pelas capitânicas. Em ambos os sistemas, as unidades regionais eram divididas em municípios.

O município foi a unidade e a base jurídica da política de ordenamento territorial implementada a partir da entrega de terras rurais a colonos e da formação de redes hierarquizadas de aglomerados. De origem romana, aperfeiçoado durante a hegemonia muçulmana, tinha alcançado, no início do século XVI, considerável grau de maturidade e assim foi transferido para a América. Como na organização peninsular, englobava uma área rural circundante, a vila ou aglomerado sede da administração e outros aglomerados dependentes e estava subordinado a uma cidade maior que era a sede de governo regional. O município formou-se, segundo Reis (1968. p.34), a partir (...) *da súbita transferência de uma parcela europeia* (...) desde a qual se ordena a própria colonização, ao contrário da Europa, onde amadureceu ao longo de um lento desenvolvimento.

A estreita relação entre as administrações civil e religiosa foi transferida para os domínios ultramarinos, sob os mesmos parâmetros das peninsulares. Embora comum em toda a Europa, a união igreja-estado não foi filtrada por nenhuma disposição para as colônias e transferiu-se diretamente (...) *com todas as suas implicações* (Marx, 1999, p.14). Em consequência, apresentou-se a correspondência de categorias da administração civil e religiosa: aglomerado-freguesia, vila-paróquia, cidade-bispado. A igreja assumiu funções como a saúde, a educação e o registro civil, que, depois do regime colonial, passaram a ser responsabilidade do Estado.

No Brasil, a administração municipal estava integrada por dois poderes: a alcaidaria e a câmara ou conselho, que tinha funções administrativas, econômicas, judiciárias e controlava a configuração do espaço sob sua jurisdição. Reis (1968) relata que, em virtude do disposto nos forais, as alcaidarias e suas rendas foram atribuídas aos donatários e assim surgiram os capitães das vilas, subordinados ao capitão mor. Os conselhos eram compostos por vereadores cujo número variava conforme a importância da povoação, eles eram eleitos por um colégio de seis membros escolhidos pelo povo. Eleitores e candidatos deviam ser *homens bons*, categoria que excluía oficiais mecânicos, judeus, estrangeiros e degradados. O conselho era representado por um procurador, por intermédio do qual tomava conhecimento dos acontecimentos na área de sua jurisdição. Além disso, eram eleitos os juízes e seus auxiliares, subordinados ao alcaide.

As diferenças entre a administração espanhola e portuguesa derivam do grau de interesse e importância que os territórios coloniais tiveram. A Espanha, desde o início da conquista, encontrou grandes riquezas minerais e sociedades urbanizadas, com maior grau de desenvolvimento material e político, enquanto os portugueses confrontaram-se com outra realidade. Em consequência, a colonização espanhola sempre foi uma empresa severamente controlada e sua política urbanizadora esteve a cargo da coroa. Diferentemente, Portugal tinha seus maiores interesses nas colônias na África e na Ásia e optou pela privatização, transferindo aos particulares a criação de aglomerados. Só até o século XVIII, exerceu maior controle sobre a urbanização do Brasil.

Outra diferença relevante vem da natureza do marco jurídico, do âmbito de aplicação, incluída a normativa sobre o espaço urbano. A abordagem casuística e pontual das Ordenações Portuguesas, no que tange aos aspectos espaciais da cidade, teve duas consequências tanto na península como em todas as colônias, incluindo o Brasil. A primeira foi a estreita relação entre Estado e Igreja, já explicada. A segunda foi a autonomia e abrangência atribuída aos municípios, especialmente no referente ao ordenamento do espaço físico. Com o Império -1822/1890 -, o poder local foi se perdendo gradativamente, porém continuaram vigentes a união Estado-Igreja, o sistema de concessão de sesmarias e a escravidão. A Constituição Imperial retirou da esfera municipal o poder judiciário, porém manteve as demais atribuições administrativas, econômicas e policiais. (Marx, 1999) A Espanha teve legislações diferenciadas para a Península e as *Leis das Índias*, compiladas em 1573, para as colônias, enquanto, em Portugal e seus domínios, vigoraram as *Ordenações do Reino* como único instrumento jurídico. As consequências foram a existência de maiores diferenças morfológicas entre as cidades hispano-americanas com respeito às peninsulares e o maior grau de semelhança entre todas as cidades de origem lusitana. De Araújo (1992, p. 29) afirma: *A coroa espanhola forneceu às suas colônias um regulamento para a fundação de cidades. A coroa portuguesa forneceu às suas, funcionários que as fizessem.* Nesse sentido, confirma-se a proposta de De Azevedo (1998, p. 65), segundo a qual, na concepção global do espaço urbano colonial, a Espanha teria utilizado *modelos*, enquanto Portugal teria trabalhado com *princípios reguladores*. Em síntese, conforme Rossa (2002, p. 256), em Portugal e suas colônias, a normativa determinou a morfologia das cidades; ela *persegue um ideal de cidade, mas nunca uma cidade ideal.*

5.1 A trajetória na conformação do espaço urbano luso-brasileiro

Entre 1500, ano em que Pedro Álvares Cabral chegou às costas de Bahia, e 1822, quando o império luso-brasileiro tornou-se independente da metrópole, os portugueses criaram 227 vilas e 12 cidades (A. Azevedo, 1956; Câmara, 1996), sem contar os assentamentos que não chegaram a ter o *status* de vila. Isto significa que, com a consolidação da rede urbana, no fim do século XVIII (...) *já estava criado um país* (Rossa, 2002, p. 308) Algo semelhante aconteceu com as antigas colônias hispano-americanas. Embora marcadas pelos conflitos limítrofes e as lutas fratricidas características do século XIX, as jovens repúblicas, configuraram-se a partir da suas cidades e *pueblos* e das antigas divisões administrativas da colônia. Vice-reinados deram origem a países; governos e províncias a governos locais; de acordo com Morris (1987, p.378.):

Os mais de trezentos anos de domínio espanhol [e português] puseram os alicerces imediatos e, na maioria dos casos, permanentes da vida política, econômica e social das Repúblicas de América Latina. Os assentamentos coloniais espanhóis e portugueses estabeleceram sistemas urbanos globais e elaborados e praticamente todas as grandes cidades atuais se desenvolveram como versões ampliadas, deformadas daquelas fundadas no princípio do período imperial. Das vinte (20) cidades mais populosas da América Latina, em 1970, quinze foram criadas no período compreendido entre 1520 e 1580.

A eficácia do plano delineado pela coroa portuguesa, amadurecido e executado pelo governo do Marquês do Pombal, durante o reinado de D. José -1750/1777 –, viria a se refletir nas proporções continentais do Brasil como uma única nação. Estima-se que, no final do período colonial, a população total estivesse perto dos cinco milhões de habitantes (A. Azevedo, *Ibid.*, p. 8), cifra insignificante para tão vasto território. Isto e o baixo percentual de aglomerados com *status* de cidade (5%) indicam a relatividade do caráter *urbano*, caso sejam consideradas exclusivamente as dimensões política e demográfica, sem caracterizar a urbanização como processo social.

No estudo sobre a evolução urbana no Brasil, Reis (1968) delimitou o processo de formação da rede, entre 1500 e 1720. Para o autor, são pontos de inflexão que marcam mudanças qualitativas as seguintes datas: 1532, correspondente à fundação de São Vicente; 1650, quando se iniciou a grande centralização político-administrativa; 1720, década em que a rede urbana já consolidada adquiriu dinâmica própria. Neste trabalho, toma-se esta

periodização e acrescenta-se o período do urbanismo ilustrado, de 1720 a 1822, correspondente à consolidação da rede urbana no Brasil, em geral, e à formação da rede sulina, em particular.

TABELA 4
Fundações Coloniais

	Vilas	Cidades
1500 – 1549	9	0
1550 – 1720	44	7
1721- 1822	174	5
Total	227	12

Fonte dos Dados: Azevedo, 1956; Reis, 1968; Câmara, 1996

5.1.1 Período 1: 1500 – 1532

As primeiras três décadas limitaram-se ao reconhecimento do território e à exploração predatória dos recursos naturais, principalmente das afamadas madeiras, como o *pau brasil*. As terras eram entregues em arrendamento a particulares, com a reserva do monopólio real. O instrumento adotado foi a feitoria, *misto de organização mercantil com militar* (Loch, 2000), onde indígenas trocavam as madeiras por utensílios e quinquilharias. Assentaram-se as bases para uma ocupação eminentemente litorânea, tendência que viria a perdurar até o fim do século XVII. Esta primeira etapa, conforme Hardoy (1969, p.55), *foi uma colonização de traficantes antes que de colonos*. Segundo Loch (2000), foi:

(...)o transplante brutal de instituições feudais com um país habitado por uma coletividade indígena, com organização social rudimentar, em que o solo era explorado pela coletividade e os frutos partilhados pelos mesmos.



Figura 347: *A primeira missa no Brasil*. Vitor Meirelles. Óleo sobre tela (3,57 x 2,70m) 1860. Esta obra, ícone da arte brasileira foi um ícone na formação da nacionalidade.

Fonte: MARGS [Porto Alegre] Convite vernissage, 2 de junho de 2008

5.1.2 Período 2: 1532 - 1650

Com a fundação, em 1532, de São Vicente, que viria a dar origem à atual cidade de Santos, no litoral paulista, iniciou-se a formação da rede urbana. Entre 1534 e 1536, o território foi dividido administrativamente em 14 capitanias hereditárias. Estas eram faixas paralelas de 20 a 100 léguas de costa (1 légua = 4.828 m) até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Foram entregues por concessão a terceiros, os capitães mores, que tinham os privilégios de instalar engenhos, criar assentamentos e repartir a terra em sesmarias e entregá-las a qualquer pessoa, desde que fosse cristã, para que as povoasse e colonizasse. A contraprestação do sesmeiro era o pagamento do dízimo, ou seja, a décima parte da produção (Loch, 2000). Pelas capitanias, a coroa transferia aos capitães donatários as funções militares, jurídicas e fazendárias, ficando unicamente com a fiscalização, exercida por um *feitor do rei*. Como explicado no capítulo 4, a aplicação do sistema de capitanias nas ilhas Atlânticas, já tinha sido testado, no século XV, com relativo sucesso. Segundo Loch (2000), a formalização das concessões de terra nesses termos já era conhecida desde 1218, no reinado de D. Afonso II. O investimento de capital privado não implicava riscos para a coroa. Dadas as modestas dimensões insulares, a ocupação e a fundação de assentamentos foram prontas e efetivas. A situação de luso-américa era, no entanto, bem distinta. A exuberância da geografia e a existência de populações nativas que desconheciam a divisão da terra dificultaram o processo. Além disso, a inexistência de riquezas minerais não atraiu grupos significativos e os recursos humanos e econômicos disponíveis eram mínimos, ante do vasto território a que se aspirava controlar. À exceção de São Vicente e Pernambuco, as capitanias não funcionaram e foram revertendo para a coroa.

Em consequência, em 1549, foi instalado um governo geral como extensão da administração peninsular para complementar o sistema de capitanias. Salvador foi fundada com *status* de capital e a capitania da Bahia voltou para a coroa. A autonomia concedida à iniciativa privada e às ordens religiosas, principalmente aos jesuítas, foram fundamentais para garantir a ocupação e a exploração do território luso-americano. Em termos econômicos, esta mudança administrativa redundou na passagem de uma empresa espoliativa para o estabelecimento da agricultura que, conforme Reis (1968, p. 30), integrava o Brasil no mercado europeu, como (...) *uma gigantesca retaguarda rural* (...),

dentro de um sistema de economias complementares em escala internacional. Exportavam-se produtos agrícolas e importavam-se manufaturas e bens de consumo, porém todos os efeitos dinâmicos transferiam-se para as cidades europeias. Com a cultura da cana e o estabelecimento das fazendas açucareiras, introduziu-se no Brasil a grande propriedade, justificada pela própria extensão do território a controlar.

Em um contexto caracterizado pela monocultura dos grandes latifúndios escravocratas, a vida urbana era rudimentar e intermitente. As unidades rurais, além de centros agrícolas, eram centros industriais, praticamente autossuficientes já que a mão de obra escrava também era empregada em manufaturas para se obter máximos rendimentos. Em consequência os aglomerados eram abastecidos pelos excedentes da produção rural, que não podiam ser exportados, limitando-se o desenvolvimento da produção urbana. O caráter mercantil da agricultura de exportação facilitava também a participação dos senhores da terra no comércio de escravos, fossem índios ou africanos. O escravo não contava como indivíduo, era uma mercadoria. Seu comércio era altamente lucrativo. Em regiões como Maranhão e São Paulo, comercializavam-se principalmente indígenas, enquanto, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, eram maioria os africanos, cujo valor podia ser até dez vezes maior do que o dos índios. (Reis, 1968, p.58), em consequência, possuir escravos negros era símbolo de *status* econômico e social.

Desde o início, o funcionamento dos aglomerados dependeu da mão de obra servil. Os escravos atuavam na construção civil, trabalhavam nos ofícios mecânicos. Nos portos, a estiva dependia deles. Eram os responsáveis pelo funcionamento das unidades residenciais e comerciais: transporte, entrega de mercadorias e mensagens, abastecimento de água, remoção de detritos, limpeza, lavagem das roupas, costura, cuidado das crianças, preparação de alimentos, etc. O Brasil foi o último país a abolir formalmente a escravatura (1888) e atribui-se a isto a demora de implementação, nas cidades, de serviços públicos domiciliares de qualidade.

As cidades serviam a economia de exportação, mas também concentravam outras atividades, enquanto os assentamentos menores centravam-se nessa função. Embora elementares, eram o espaço de articulação dos colonos com a metrópole. Além dos ofícios

religiosos nos dias de festa, realizavam-se feiras comerciais, touradas, torneios de cavaleiros, representações de autos nas praças e, nas ruas, aconteciam procissões, conforme o calendário litúrgico. No item 1.2.3 referente ao caráter urbano dos assentamentos coloniais brasileiros, anotou-se que os senhores da terra, embora permanecessem intermitentemente nas fazendas, eram reconhecidos como cidadãos já que mantinham residências urbanas permanentes e beneficiavam-se do poder político e administrativo sediado e representado na vila.

Boa parte deste período de conquistas e fundações coincidiu com a União Ibérica (1580-1640). Embora a perda de autonomia política de Portugal, o período deixou importantes consequências na configuração da rede urbana brasileira. As inimizades da Espanha com Holanda e França eram ameaças reais que direcionaram a urbanização para o norte e nordeste. Conforme Buarque de Hollanda: *Desde a conquista da Paraíba em 1584 até a ocupação do Pará em 1616, há toda uma história importante.* (1960, p. 181) Da hegemonia espanhola, ficaram cinco das sete cidades e 18 das 37 vilas fundadas no período. Entre as cidades (excetuando Salvador e Rio de Janeiro), fundaram-se: Filipea de Nossa Senhora das Neves – atual João Pessoa-, 1585; Natal, 1599; São Luiz de Maranhão, reconquistada dos franceses, foi refundada em 1612; Cabo Frio, 1615; Belém do Para, 1616. As vilas foram as seguintes: São Cristovão de Sergipe, 1590; São João Batista de Cananeira – SP, 1587; Vila Viçosa de Santa Cruz, hoje Cameté – PA, 1635; Gurupá – PA, 1639; Santo Antônio de Alcântara – MA, 1637; Porto Calvo- AL, 1636; Penedo do Rio São Francisco – AL, 1636; Santa Maria Madalena, atual Marechal Deodoro- AL, 1636; Angra dos Santos Reis – RJ, 1608; Santana de Mogi das Três Cruzes – SP, 1611; Santana de Parnaíba – SP, 1625; São Sebastião – SP, 1636; Santa Cruz de Ubatuba – SP, 1637.

Como relatado no item 3.5, Portugal conservou relativa autonomia jurídica e, portanto, continuaram vigentes as normas que regulamentavam o espaço urbano. A integração técnica do corpo de engenheiros militares foi muito proveitosa em ambos os sentidos. A re-estruturação de Rio de Janeiro é um exemplo significativo a relatar. Segundo Silva Teles (2008, p. 27), os franceses, em 1555, formaram um assentamento na Baía de Guanabara. Em resposta, o governador Mem de Sá, com o apoio da esquadra vinda da

metrópole, sob direção de Estácio de Sá, criou um aglomerado junto ao morro Cara de Cão, em 1563. Quando os franceses foram expulsos quatro anos mais tarde, o governador transferiu o aglomerado para o topo do morro do Castelo, conforme a tradição medieval de situar-se em locais elevados e formar malhas irregulares. A seguir, edificou-se, no sopé, a Santa Casa de Misericórdia e sua igreja e a estrutura espalhou-se ao longo de uma rua paralela à orla. A já referida presença do engenheiro militar italiano Bautista Antonelli, em 1581 e em 1604, por ordem de Felipe II, para a realização de levantamentos topográficos, lamentavelmente perdidos, deve, no mínimo, ter influído na definição do traçado da cidade (Buschiazzo, 1944; Santos, 2001; Azevedo, 1998 e Teles, 2008). A partir dessa referida estrutura linear, paralela à orla e abrigada pelos morros, formou-se uma malha reticular, de quarteirões quadrangulares, tensionada por fortes e conventos, deformada em função do lugar. O traçado das ruas perpendiculares à orla denota preocupação com a drenagem urbana, própria de um engenheiro. Em 1713, após da destruição ocasionada pelo saque dos franceses dois anos antes, o brigadeiro João Massé elaborou um projeto de defesa da cidade cuja planta representa essa configuração. Observe-se a semelhança na implantação entre Rio de Janeiro e Angra do Heroísmo, ambas em baías cotadas por proeminências topográficas e à semelhança entre as malhas de Rio e Ponta Delgada, ambas com a rua principal alargada e paralela à orla e quarteirões alongados perpendiculares ao mar.

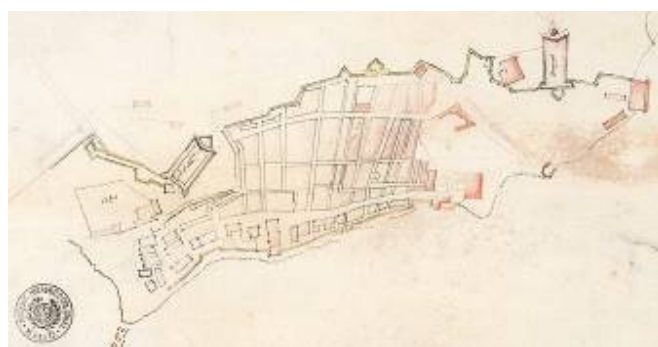


Figura 348: São Sebastião de Rio de Janeiro, ca 1712.
por João Masse. Original do AHU, Lisboa.
Fonte: Reis, 2000, p. 161

Este período também foi marcado pela presença holandesa no nordeste -1630/1654, decorrente do estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais, empresa que exportava açúcar e importava escravos, embarcados em Luanda e em outros portos portugueses da

costa leste africana, que também foram tomados. Durante a gestão de Maurício de Nassau - 1637/1644, Recife, que até então era um pequeno núcleo portuário dependente de Olinda, foi objeto de melhorias urbanísticas: calçamento das ruas, abertura de diques e canais, construção de pontes, além de um exuberante palácio ajardinado, hoje inexistente. A política de Nassau, de relativa tolerância religiosa, facilitou o ingresso de judeus. Como ele era um nobre erudito, trouxe consigo uma equipe de cientistas, artistas, arquitetos e urbanistas aos quais se devem os primeiros estudos científicos sobre o Brasil. Segundo Weimer (2005), após a reconquista, as influências batavas diluíram-se; os canais foram aterrados e as construções de tijolo aparente, à maneira dos Países Baixos, foram substituídas por sobrados portugueses. O autor sugere que não existe dicotomia entre as tradições urbanas holandesa e portuguesa do norte peninsular e sim a integração dos procedimentos construtivos mais convenientes: em Recife, a eleição de um local baixo não deixa de ter relação com o sítio de Amsterdã, com os frontões escalonados, embora de menor verticalidade. As denominadas *casas esquias* podem ter procedência tanto holandesa como do norte de Portugal. Conclui o autor que a presença holandesa veio corroborar uma realidade muito mais complexa, já que (...) *por questão de sobrevivência a coroa portuguesa foi obrigada a franquear a colônia ao comércio internacional.* (Ibid., p 157)

Em decorrência de uma política urbanizadora que poderia se dizer *mista*, as fundações estiveram a cargo da coroa e de particulares incluídas as ordens religiosas. Entre os projetos da coroa realizados neste período, contabilizam-se as sete cidades portuárias, todas elas dotadas de sistemas de defesa. Dos empreendimentos privados deste período, 30 adquiriram o *status* de vila, atuando como centros de apoio ao território rural circundante, destacando-se Olinda (1535) Recife (1549) e São Paulo (1554). Em relação às diretrizes dadas aos donatários, sabe-se que eles tinham permissão de fundar vilas nas costas ou nas margens dos rios, já que as comunicações eram principalmente por via aquática, desde que estivessem a uma distância de seis léguas umas das outras, a fim de ficar uma área de entorno de três léguas para cada núcleo:

(...) que por dentro da terra firme pelo sertão as não poderam fazer menos espaço de seis léguas de huã a outra perra que se possam ficar ao menos tres léguas de terra de termo a cada huã das vitas villas (...). (Carta de doação. In: Dias, Carlos Malheiro et. alli. História da colonização portuguesa no Brasil. MCMXXIV. Porto. Litografia Nacional 3v. p.309-310. apud Reis, 1968, p. 67)

Em termos espaciais, os aglomerados promovidos pela coroa, pelos particulares e pelas ordens religiosas apresentam três concepções espaciais diferentes. Katinsky (2004) define três tipos:

- Cidades reais, promovidas pela coroa, em situação litorânea, previamente projetadas por profissionais e/ou técnicos³⁰ que implantavam uma malha condicionada pelo lugar e pelos sistemas de defesa;
- Assentamentos desenvolvidos pelos particulares, formados espontaneamente, segundo a tradição urbana milenar portuguesa de aglomerados, ao longo de uma rua, também denominados pelo autor como *povoados em fita* (ibid., p. 90);
- Aldeias jesuítas, formadas para reunir a população indígena dispersa, doutriná-la e integrá-la ao mercado colonial, configuradas ao redor de uma praça quadrada ou retangular, precedida pela capela e delimitada por casas térreas. As terras de cultivo eram trabalhadas em comum dado que a propriedade da terra não era uma ideia da cultura indígena.

5.1.2.1 Salvador de Bahia

O núcleo fundacional é um exemplo representativo de cidade real estruturada por uma malha e dotada de sistema defensivo. Fundada pela Coroa, em 1549, por intermédio do primeiro Governador do Brasil, Thomé de Souza, com a participação técnica do *mestre de pedraria* Luis Dias o qual, provavelmente, elaborou uma planta do projeto. O Regimento que o fundador recebeu do rei ordenava a edificação da cidade (...) *em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que possam amarrar os navios (...)* [de acordo com] *as traças e amostras que levais* (Regimento, apud. Teles, 2008, p. 25). Produto do urbanismo erudito, combina o traçado com elementos da tradição, como a ancestral implantação em local alto e a estruturação, ao modo grego, em dois níveis: cidade alta com funções institucionais e residência dos mais abastados e cidade baixa com funções comerciais e portuárias.

³⁰ Sobre o grau de formação e o nível profissional dos técnicos até o fim do século XVI, ou seja, anteriores à formação das organizações de ofícios e dos quadros de engenheiros militares, Reis (1968, p. 69) adverte que (...) *devem ser observadas com reservas pois incluem mestres de obra e pedreiros de nível técnico mais simples.*



Figura 349: Planta de Salvador com indicação dos muros e circunvalações primitivas da fundação de Thomé de Souza, 1549, com base no desenho de Teodoro Sampaio, baseado no original do início do século XVII existente no IHGB. Desenho com base em Reis, 1968, p. 194.



Figura 350: Detalhe da litografia de Salvador em 1782, de Dufourcq. Observe-se a estruturação em dois níveis
Fonte: Reis, 2000, p. 47

5.1.2.2 Santa Maria Madalena da Alagoa Sul

O aglomerado que viria a dar origem à atual cidade de Marechal Deodoro (AL) ilustra um aldeamento linear. Foi fundada por Diogo Soares da Cunha, em uma sesmária que lhe foi concedida, em 1591. A planta de levantamento, provavelmente elaborada pelos cartógrafos a serviço de Holanda, Marcgrave ou Golijath, e incluída no livro de Gaspar Barlaeus (1647) apresenta uma única e rua, com duas fileiras de casas, sem formar quarteirões e a igreja posicionada no meio dela. Mais adiante e fora do arranjo, havia um forte quadrangular (Reis, 2000, p. 325).



Figura 351: *Pagus Alagoae Australis*. Ilustração do Livro de Barlaeus (1647) Estampa no. 14. BNRJ, ca. 1637-1647.

Fonte: Reis, 2000, p. 69



Figura 352: Rua central de Marechal Deodoro, 2008

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/ridalv/2204914434>

Acesso em 30 out 2008



Figura 353: Igreja de Marechal Deodoro, 2008

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/ridalv/2204899802>

Acesso em 30 out 2008

Segundo as pesquisas de Weimer, em andamento, arranjos lineares de casas contíguas em função de parentesco são frequentes em aldeamentos de determinadas etnias africanas. Tão

provável quanto estar a decisão da forma inicial do aglomerado determinada pela tradição milenar portuguesa é a influência da cultura espacial de escravos, comprovando-se que um mesmo repertório espacial pode corresponder a formas de estruturação de sociedades distantes, no tempo e no espaço, como sugere de Holanda (1985). A linearidade da estrutura inicial manteve-se com o espaço central, largo demais para ser rua e longo para terreiro. Santa Maria Madalena, Penedo e Porto Calvo foram povoados relevantes no controle da avançada holandesa no território alagoano, pelo que foram elevados a vilas, em 1636; porém esta situação estratégica se perdeu com a saída dos holandeses (ibid.).

5.1.2.3 Aldeia de Abrantes

Ilustra o tipo de aglomerado configurado ao redor de uma grande praça. Situada a 40 km a nordeste de Salvador (atualmente é uma localidade do município de Camaçari), foi fundada, em 1558, pela Companhia de Jesus com o nome de Aldeia do Divino Espírito Santo, juntando sete aldeias dispersas que somavam 1000 pessoas. Com a saída dos jesuítas foi elevada a vila por alvará régio de 27/09/1758. O desenho existente no Arquivo Histórico Ultramarino, como anexo de um processo de 1801, apresenta a praça em planta e as construções em vista. A igreja e a residência dos padres posicionam-se no lado menor e, nos outros três, casas térreas. Não há formação de quarteirões e insinua-se a ocupação ao longo das ruas que partem dos vértices (Reis, 2000, p. 323). Este tipo de aglomerado, que tem sua origem na cultura espacial indígena, foi habilmente adaptado pelos padres da Companhia a seu programa doutrinário e esteve presente em todo o Brasil com algumas variações, tais como o posicionamento isento da igreja num canto da praça.

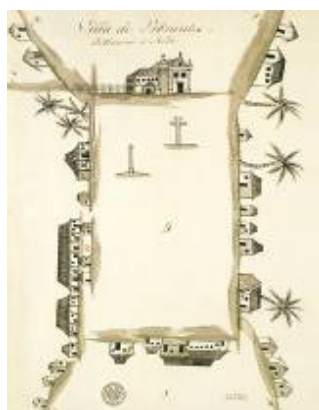


Figura 354 Vila de Abrantes da comarca do Norte.
Original do AHU. Lisboa.ca.1794.
Fonte: Reis, 2000, p. 323.

5.1.3 Período 3: 1650 - 1720

O fator mais relevante que caracterizou este período foi a descoberta de ouro e pedras preciosas na região de Minas Gerais, na década de 1690, que coincide com a perda de boa parte das possessões no Oriente. Em consequência, Portugal optou por reafirmar a posse no Brasil. Em termos urbanísticos, este período caracteriza-se por busca de autonomia técnica; formação de camadas sociais nitidamente urbanas; expansão da rede urbana para o norte, nas regiões de Ceará e Piauí e para o sul, ao longo do litoral paranaense e catarinense.

5.1.3.1 *Autonomia técnica*

A Coroa tinha plena consciência que, para manter a autonomia política, era necessário ter independência urbanística e militar. Prova disto é que as Cortes começaram a contar com a participação de representantes de cidades cujo prestígio decorria do bom desempenho militar. Em 1642, a cidade de Angra teve representação e, em 1668, Goa (Índia), Salvador da Bahia e Maranhão (Texeira, 1999). No Brasil, a dinamização da rede urbana e o aumento das necessidades defensivas demandavam mais engenheiros militares. O corpo técnico aumentou e passou-se de cinco engenheiros militares, radicados no Brasil, em 1650, para 25, em 1725. Foram criadas as *Aulas de Arquitetura Militar*, instituições de ensino oficial semelhantes à Aula da Ribeira de Lisboa. As primeiras foram as de Salvador -1696, dirigida por José Antonio Caldas; Rio de Janeiro, dirigida por José Fernandes Pinto Alpoim; São Luiz de Maranhão -1699³¹; Recife -1701 e, mais tarde, Belém -1758 (Reis, 1968). Essas aulas foram destinadas principalmente aos *partidistas*, jovens membros do exército com aptidão para a matéria, que recebiam bolsa de estudos, no entanto também participavam civis interessados. Os partidistas oscilavam entre três e 12, mas não se sabe o número de civis. Provavelmente estes civis participavam nos empreendimentos dos donatários e criavam aglomerados. O ensino formalizado viria a ser uma via expressa de contato com o conhecimento erudito que, daí em diante, incidiria na configuração do espaço urbano e em sua fiscalização (Bueno, 2004). A partir da década de 1730, os

³¹ Em 1699 também foram criadas as Aulas de Goa e Angola, o que evidencia que havia uma política global de ensino profissional. Diferentemente da América espanhola, que só tinha uma Academia Militar, localizada em Cidade de México, no Brasil foram estabelecidas várias academias.

formados nas Aulas de engenharia militar brasileiras estavam habilitados tanto para a construção de fortalezas como para atuar na área de planejamento urbano. A capacidade de ordenamento espacial, os conhecimentos de topografia e matemáticas e a experiência em agrimensura davam-lhes vantagem sobre os construtores empíricos (Delson, 1979).

5.1.3.2 Formação da camada urbana

A partir de 1650, ocorreram mudanças econômicas no contexto internacional que incidiram na economia colonial. A concorrência do caribe produziu a queda do açúcar do Brasil. Houve reformulação das relações entre a metrópole e a colônia, caracterizadas daí em diante por maior controle e centralização econômica e administrativa. Em âmbito econômico, as atividades mercantis, antes concentradas nos senhores da terra, passaram a ser realizadas por comerciantes, geralmente portugueses de nascimento e pela própria Coroa, por meio de empresas como a Companhia Geral do Comércio de Brasil (1649) e a Companhia do Maranhão (1679). Além disso, a partir de 1661, ficou proibido comerciar diretamente com navios estrangeiros. Em âmbito administrativo, a extinção do regime das capitâncias hereditárias e sua incorporação ao patrimônio da coroa trouxeram funcionários metropolitanos para o Brasil, a fim de desempenharem as funções antes outorgadas aos proprietários rurais. A redução dos lucros da agricultura de exportação minimizou a capacidade de importação, beneficiando o mercado interno. Fomentou-se o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, a cargo de pequenos proprietários de chácaras, bem como de indústrias manufatureiras e do comércio urbano. Estes fatores incidiram nos assentamentos urbanos, porque gradativamente foi surgindo uma camada social tipicamente urbana, conformada por funcionários civis, militares e eclesiásticos, profissionais de atividades diversificadas e comerciantes autônomos que amorteciam os extremos da sociedade colonial (Reis, 1968). A igreja também se modificou: de uma organização conventual, que respondia aos interesses dos latifundiários, passou a ter maior poder de congregação em torno das confrarias e irmandades, geralmente formadas por agremiações profissionais ou grupos sociais semelhantes. Reunidas em seus respectivos edifícios, eram as promotoras da construção de igrejas e das obras de arte. (Curtis, 2003)

O descobrimento de minas de ouro e diamantes trouxe, por uma parte, desequilíbrios, mas, por outra, dinamizou a economia e a urbanização. Os altos rendimentos da mineração aumentaram a demanda de escravos, acentuaram a decadência da agricultura de exportação e fomentaram a migração, desde as vilas e cidades brasileiras e desde Portugal. Por outro lado, os excedentes econômicos permitiram maior desenvolvimento das artes. Segundo Reis (1968, p. 64), calcula-se que, em meio século, chegaram à região meio milhão de pessoas da península. O processo adquiriu tais proporções que algumas regiões peninsulares ficaram despovoadas e a Coroa teve que tomar rígidas medidas para conter o êxodo. Com respeito à dinamização da economia e da urbanização, verifica-se que a população dedicada à exploração mineira, aglomerada perto das jazidas, dependia de fornecedores de produtos de subsistência de outras regiões. Nesse sentido, o sertão nordestino e o extremo sul, como regiões pecuárias, viriam a ter importância econômica. Cabe ressaltar que Minas e Rio Grande de São Pedro foram capitanias sempre reservadas à Coroa. A população mineira e urbana também era um mercado consumidor de manufaturas e disto se beneficiou a Inglaterra, uma vez que, pelo Tratado de Methuen (1703), Portugal era obrigado ao monopólio. Na segunda década do século XVIII, oito povoações mineiras adquiriram a categoria de vila³². Em consequência, consolidou-se (...) *uma verdadeira rede urbana independente da produção agrícola, contando com uma ponderável camada intermediária de modos de vida citadinos*. (Ribeiro, 2006, p. 180).

Os aglomerados urbanos também começaram a ser cenário de conflitos sociais, protagonizados por essa população urbana que tinha reivindicações próprias, mas foram habilmente abafados pela coroa. Entre estes, Reis (1968, p. 26) destaca a *Guerra dos Mascates* (1709-1711) como o primeiro conflito social no Brasil *no qual uma camada urbana tomou parte ativa* (...) e, por isto, relevante dentro da história do urbanismo. Após a saída dos holandeses, os comerciantes portugueses radicados em Recife adquiriram suficiente poder econômico para rivalizar com os latifundiários de Olinda. Os primeiros eram uma classe em ascensão, enquanto os segundos, pela crise do setor, tinham perdido

³² Vila de Albuquerque, atual Mariana (1711); Vila Real de Sabará (1711); Vila Rica, atual Ouro Preto (1711); São João do Rei (1713); Vila do Príncipe, atual Serro; Vila Nova da Rainha do Caeté (1714); Vila nova do Infante, atual Pitangui (1715) e São José do Rei, atual Tiradentes (1718)

boa parte de seu poderio e estavam endividados com os primeiros. O conflito desatou-se e, como consequência, a capital de Pernambuco passou de Olinda, cidade desde 1676, para Recife.

5.1.3.3 Extensão da rede urbana para o sul

D. João IV, no mesmo ano de sua coroação (1640), concedeu autorização aos jesuítas para realizarem missões ao sul de Cananea. A descoberta de riquezas minerais na região de Paranaguá atraiu grupos de paulistas, incluídos também alguns açorianos que chegaram motivados pelas riquezas de Minas (Fortes, 1978, p.58). Estabeleceram por sua conta uma sequência de assentamentos, estrategicamente situados em ilhas ou barras sobre baías protegidas: Paranaguá (Paraná), São Francisco do Sul, Desterro e Laguna (Santa Catarina). Estes assentamentos, sob jurisdição da capitania de São Paulo, atuaram como avanços de fronteira, tensionados pela Colônia do Sacramento, fundada diretamente pela Coroa, em 1680. Como não foram encontrados os recursos minerais esperados, desenvolveram-se a agricultura e a caça da baleia, atividade relevante no século XVIII.

Paranaguá

O reconhecimento e a ocupação da região cujo nome deriva de *pernagual*, vocábulo carijó que significa grande mar redondo, tinha se iniciado por volta de 1550. Segundo Reis (2000, p. 380), o aglomerado só viria a surgir, em 1648, com a descoberta de ouro que atraiu colonizadores. Ele foi elevado, em 1653, à vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Com o início da formação de Curitiba, no planalto (1668), Paranaguá consolidou-se como principal porto da região.



Figura 355 Planta da vila de Paranaguá no início do século XIX desenhada com base na *Planta Topográfica da Villa de Paranaguá*, João da Costa Ferreira [1815]
Fonte: Reis, 2000, p. 222.



Figura 356 *Paranaguá*. J.B. Debret. [década de 1820]
 Fonte: Debret, 1954, Pl. 65.

No início do século XIX, Paranaguá já era um dos principais portos do sul, guarnecido pela fortaleza da Ilha do Mel. Na planta elaborada por João da Costa Ferreira, por volta de 1815, observa-se a passagem de uma estrutura linear a uma malha sensivelmente ortogonal, ainda com as edificações religiosas independentes da malha.

São Francisco do Sul

Em 1504, o local foi explorado pelos franceses, mas só em 1641 um grupo de paulistas procedente de Paranaguá iniciou o povoado no lado interno de uma ilha, em um sítio protegido por três morros. Ele apresenta forma irradiante, a partir de uma praça, sobre a qual se posiciona, de forma isenta, a igreja, e de ruas, ao longo da beira. Foi elevado à vila, em 1660, com o nome de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco.

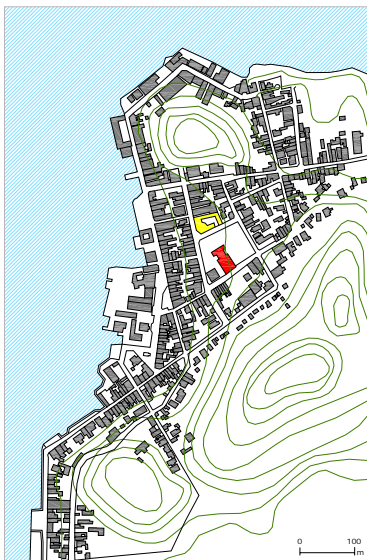


Figura 357 Planta do núcleo inicial de São Francisco do Sul, desenhado com base no plano do Centro histórico de São Francisco do Sul.
 11ª SR Iphan. IPHAN [2008] Folder.



Figura 358 Vista de São Francisco do Sul, 2008
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/79537248@N00/615500068> Acesso em 10 out 2008



Figura 359 *Freguesia de Santo Amaro de São Francisco*. J. B. Debret. [década de 1820]
Fonte: Debret, 1954, Pl. 66.

Desterro

Deve-se ao veneziano a serviço da coroa espanhola, Sebastião Caboto, o reconhecimento da ilha de Santa Catarina, em 1515. Visitada por Hernán Nuñez Cabeza de Vaca, em 1540, foi anexada ao governo da província do Paraguai. Os espanhóis optaram pelo povoamento do interior, a partir de Assunção o que facilitou o povoamento português. Em 1662, Francisco Dias Velho e seu clã fixaram-se no lado interior da ilha, de frente ao continente e dedicaram-se à agricultura. Weimer (2004) relata que, em 1678, ergueu-se uma cruz e iniciou-se a construção da capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro. No ano seguinte, Dias Velho foi a São Paulo para requerer ao governador a data de duas léguas em quadra, argumentando que já tinha construído a igreja. O ano de 1678 é tomado como o da fundação do povoado, que, em 1739, viria a ser a sede da Capitania de Santa Catarina e dar origem à cidade de Florianópolis. Conforme a referência gráfica mais antiga, um levantamento de José Custódio de Sá e Faria de 1754, coincidindo com a chegada dos casais de açorianos, observa-se dupla estruturação, ao longo de uma praça retangular e seguindo um percurso paralelo à orla. Referindo-se à configuração da praça, Weimer a relaciona com os aldeamentos jesuítas e afirma:

(...) tratava-se obviamente da retomada de um aldeamento indígena (guarani) com a implantação da igreja no lado mais alto da oca e com a implantação das demais construções na sua volta, como era comum em São Paulo. (2004, p. 85)

Outra possível referência viria das Leis das Índias e que, por conta da integração técnica das equipes de engenheiros militares, poderia ter alguma influência no Brasil. A norma 112 prescreve a praça maior de forma retangular em proporção vitruviana ($1: 1+\sqrt{2}$), aberta por um lado, caso a povoação seja litorânea. Esta configuração está presente na praça de Desterro. A gravura de 1785 ilustra essa dupla estruturação. Por essa época, ao lado leste da igreja matriz já havia a *capela do império* (hoje inexistente), conforme a cultura dos

açorianos, e a antiga casa de governo, com suas três naves paralelas, cobertas com telhados a quatro águas, do mesmo tipo das que caracterizam a arquitetura tradicional de Tavira e Faro na região do Algarve.



Figura 360: Planta da Villa de N.S. do Desterro. José Custódio de Sá e Faria, 1754. Biblioteca Municipal Mario de Andrade, São Paulo.
Fonte: Reis, 2000, p. 225

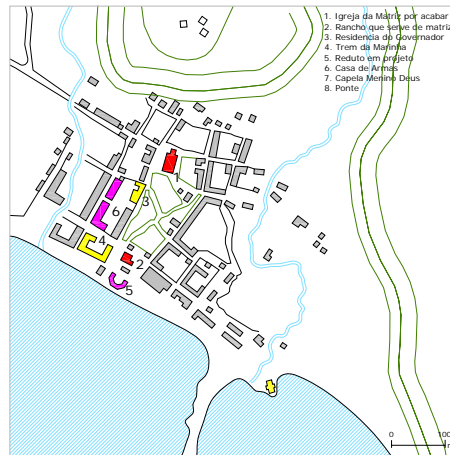


Figura 361: Planta do núcleo inicial da Vila de N.S. do Desterro, desenhada com base na planta da figura anterior. Fonte: Reis, 2000, p. 225



Figura 362: Vista da ilha de Santa Cararina. Duché de Farney. Gravura que ilustra o livro *Voyage de la Pérouse autour du monde*. 1785 e pormenor ampliado da área urbana
Fonte: Reis, 2000, p. 227.

A aquarela *Vista do Desterro*³³ de Vitor Meireles apresenta a configuração da praça em um estado mais próximo à sua imagem colonial. Conforme esta obra, ainda existia, na metade do século XIX, a Casa do Governo em sua forma original e a praça era um campo aberto e livre onde podiam ser realizadas todas as atividades coletivas.

³³ Desenho aquarelado [1846] que lhe valeu a bolsa de estudos em Paris. Acervo Casa Museu Vitor Meireles, Florianópolis.



Figura 363: Detalhe da Vista do Desterro. Vitor Meireles [1846] Fonte: Museu Vitor Meireles, 50 anos. Catálogo de obras. Tarcisio Mattos ed. Florianópolis: Tempo Editorial . p.52-53.

Com o futuro desenvolvimento, ao longo da rua paralela ao mar, teriam se formado quarteirões retangulares com o lado maior sobre ela e o lado menor sobre travessas, vencendo a topografia. Este tipo urbano foi frequente em aglomerados de pescadores. O parcelamento homogêneo de duas fileiras de lotes é uma invariante do urbanismo português, constante desde a Idade Média.



Figura 364: Centro de Florianópolis. Esquina Rua Conselheiro Mafra c/ Bento Gonçalves Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008



Figura 365: Centro de Florianópolis. Rua Conselheiro Mafra Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008



Figura 366: Centro de Florianópolis. Casa Museu Vitor Meireles Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008

Laguna

O assentamento no local que, segundo uma das interpretações do Tratado de Tordesilhas, seria a delimitação do extremo sul do Brasil, foi formado, em 1676, pelo grupo comandado por Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco (este último genro de João de Magalhães). Em 1714, quando obteve a categoria de vila, o assentamento tinha uma pequena igreja, 300 pessoas de confissão e (...) *42 casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular.* (Porto, 1954, p.411) Segundo Weimer (2004), até agora a referência planimétrica mais antiga é uma planta de levantamento, do início do século XIX, quando o povoado estaria extrapolando seus limites iniciais. Nesta planta, observa-se uma

configuração, ao longo de uma rua paralela à orla com um largo na entrada, semelhante às praças que se formavam nas portas das cidades medievais. Para Silva Telles (2008), o aglomerado formou-se a partir da praça, onde se situam a igreja e a casa da Câmara, e depois se estendeu ao longo da orla. Esclarecer se houve primeiro a configuração da praça ou da orla é secundário, o fato relevante é a configuração combinada das duas diretrizes.



Figura 367: Planta de Laguna, no início do século XIX, desenhada com base em Weimer, 2004, p. 84 e imagem satelital do Google Earth, 2007.
28° 29' 02.45''S: 48° 46' 52.87'' W



Figura 368: *Laguna*. J. B. Debret. [década de 1820]
Fonte: Debret, 1954, Pl. 70.

Em termos espaciais estes quatro assentamentos caracterizam-se por:

- Situação estratégica em ilhas ou penínsulas sobre baías, com facilidades para formar portos e protegidas por elevações, o que denota a preocupação com a defesa do local, comum em bandeirantes acostumados a capturar índios;
- Estruturação inicial à maneira de *aldeia rua* paralela à orla;
- Formação gradativa de malhas reticulares ainda irregulares e subordinadas às determinantes do sítio;
- Praça principal precedida pela igreja, perpendicular à rua principal;
- Semelhança evidente do processo de formação e da forma do traçado com os assentamentos açorianos, o que se explica pela presença de ilhéus, acentuada, a partir de 1748, com a chegada dos *casais de número*.

5.2 Período 4: 1720 – 1822: Brasil e a cultura urbana da ilustração

O último período da colônia corresponde à consolidação da rede urbana no Brasil e à formação da rede urbana sul-rio-grandense, processos determinados pela estratégia de ampliação e definição de fronteiras e pela cultura da Ilustração. Em Portugal, a primeira metade do século XVIII coincidiu com a administração de D. João V -1707/1750. A Coroa fortaleceu-se, o pensamento ilustrado foi introduzido pelos contatos da corte com a elite cultural europeia e foi um momento de extraordinária opulência econômica pelos lucros da mineração.

Hardoy (1969, p. 59) afirma que, *entre 1690 e 1770, a metade da produção do ouro do mundo foi extraída do Brasil*. Essa riqueza favoreceu o Brasil: no desenvolvimento urbano, na vida cultural e artística, na promoção de trabalhos de arte e arquitetura, que, na região de Minas em particular, chegaram a paradigmas de valor universal. A produção cultural contava com a participação de todos os setores da sociedade, incluindo negros e índios, contrariamente à visão tradicional de que essas atividades eram restritas aos portugueses e seus descendentes. Para caracterizar a riqueza da vida urbana, Reis (2000, p.10.) comenta a existência, nas principais cidades e nas vilas mineiras e mato-grossenses, de Casas de Ópera, com suas companhias permanentes de músicos e cantores, e a produção de música religiosa, quase sempre envolvendo artistas de origem africana.

Outro fator destacado por Reis (id.) é a formação intelectual de jovens brasileiros na Universidade de Coimbra, aonde chegavam, em média, 15 alunos por ano. Alguns tiveram papel relevante nas ciências, como Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da *Viagem Filosófica*, à Amazônia e ao Pantanal. Outros se desempenharam na administração pública, entre eles Alexandre de Gusmão, conselheiro de D. João V, que teve importantíssimo papel nas negociações do Tratado de Madri e no programa de migração subsidiada dos açorianos e José Bonifácio, nomeado por D. Pedro I como ministro, sendo primeiro brasileiro a ocupar esse cargo e o gestor da Independência.

A partir de 1750, o quadro econômico mudou pela crise do setor mineiro e pelo terremoto de 1755, que destruiu boa parte de Lisboa. Com o reinado de D. José I - 1750/1777 - e a atuação de seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuramente controvertido Marquês do Pombal - o Estado passou por importantes reformas políticas, econômicas e socioculturais, tendentes a aumentar a centralização e a aperfeiçoar o quadro técnico do Estado. Isto caracterizou o Marquês do Pombal como um dos mais relevantes *déspotas esclarecidos*, cuja atuação incidiu profunda e irreversivelmente na prática urbanística.

A soberania peninsular e ultramarina foi definida como *constante e real domínio de um espaço geográfico bem demarcado* (Toledo, 2000, p.3), para o qual se desenvolveram ações tendentes à definição e ao conhecimento do espaço geográfico; à ocupação efetiva do território; à definição de fronteiras nas cartas e *in loco*; à fortificação dos locais vulneráveis; ao melhoramento da comunicação com os centros administrativos e a metrópole; à ampliação e consolidação da rede urbana.

As terras luso-americanas foram repartidas em duas unidades: O Estado do Maranhão e Grão Pará e o Estado do Brasil. O primeiro foi dividido em quatro capitanias, com capital em Belém do Pará, por sua excelente situação para a navegação fluvial e marítima. O segundo tinha categoria de Vice-reinado. A capital foi transferida, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro, situado à média distância entre o Ceará e a Colônia do Sacramento. Essa mudança justificava-se, em boa parte, pela necessidade de aumentar o controle fiscal do escoamento da região de Minas.

No âmbito econômico, o Estado passou de fiscalizador a promotor, de acordo com os princípios do liberalismo econômico. Foram criadas as Companhias Mercantis com participação do Estado –a Companhia do Alto Douro, a Companhia de Grão Pará e Maranhão - que terminaram favorecendo os grandes comerciantes e fomentando monopólios. Na península, desenvolveram-se as manufaturas e as exportações de seus produtos para as colônias, apoiando-se o funcionamento das Reais Fábricas - de seda, lã, vidro, louça etc.- No Brasil, fomentou-se a diversificação e a exportação de produtos

agrícolas, principalmente cacau e algodão, para contrarrestar a crise pelo declínio da mineração.

Os alicerces da ideologia religiosa começaram a debilitar-se até o rompimento do Estado com a Igreja, dada a simultânea cumplicidade e rivalidade entre o Patronato Régio e o Estado que o sustentava. Nos territórios ultramarinos, eram frequentes os confrontos entre a administração e os jesuítas, já que estes protegiam os índios da escravização. A expulsão da Companhia de Jesus -1769- trouxe consequências irreversíveis. As funções desempenhadas pelos jesuítas passaram a ser responsabilidade de outras ordens, principalmente a dos franciscanos. Nas vilas e cidades já consolidadas, a saída da Ordem significou um impasse para a educação, uma vez que os jesuítas dirigiam os colégios onde se educavam os jovens luso-brasileiros. O sistema de ensino passou a ser responsabilidade do Estado, tendo professores laicos. A permissão de imprimir livros no Brasil fomentou a pesquisa e trouxe o desenvolvimento das ciências. O exército profissionalizou-se e, para reforçar a lealdade, os altos cargos ficaram reservados aos nobres, que recebiam educação aprimorada em colégios especiais.

Durante o governo de Dona Maria I (1777-1816), apesar do afastamento de Pombal, não houve maiores reformas, podendo ser considerado como uma continuação da administração pombalina.

5.2.1 **Cultura urbana do iluminismo**

O século XVIII foi um período de síntese, por vezes contraditório, entre a permanência de tradições e a aplicação de novos conceitos. Foi também um momento de *globalidade*, entendida esta como a concepção totalitária do espaço geográfico. O intenso intercâmbio científico e cultural e a rápida circulação de informações incidiram em todo o mundo ocidental, incluído Portugal.

A filosofia iluminista, irradiada desde a França, sentou as bases de novos paradigmas epistemológicos e morais. Por uma parte, a razão apoiada na realidade foi

colocada como princípio e fim do pensamento, subordinando a natureza, pelo exato conhecimento, por meio da sistematização e da abstração. Por outra, a busca pelas origens naturais e seus princípios, conforme as propostas de Rosseau e Condillac, de maneira similar ao modelo de Newton para o entendimento do mundo físico, fundamentaram a prática social (Vidler, 1997). A felicidade terrena estava implícita no programa da Ilustração. A igualdade entre os homens e a tolerância eram os princípios que toda sociedade moderna deveria alcançar, a partir do retorno ao *estado natural* do homem. A ideia de que o homem é bom por natureza e a sociedade o corrompe permeou em obras da época, tais como *O Código da Natureza* (1755) de Morelly; o *Suplemento a viagem de Bougainville* (1772) de Diderot; *Cândido*³⁴ de Voltaire e, principalmente, *Emílio* (1762), a proposta didática de Jean-Jacques Rosseau. A Revolução Francesa -1789/1799 - foi o maior logro político da época: deixou como legado a igualdade nominal entre os homens, porém a propriedade concentrada na nobreza só trocaria de mãos. Contudo, no século XVIII, iniciou-se, em toda a Europa, a construção de uma noção do Estado como patrimônio do povo. A utopia reviveu e os denominados *socialistas utópicos* defendiam a tese de que a igualdade política só seria alcançada por meio da equidade econômica. As propostas concretas, nesse sentido, marcaram a definição dos programas e as novas práticas urbanísticas. Depois de mais de dois séculos, ainda persistia a influência do modelo espacial da utopia de Morus (1516). Com o iluminismo e, particularmente, quando, em 1753, o Abade Marc Antoine Laugier publicou *Essai sur l'architecture*, apresentando suas teorias sobre a arquitetura, a cidade como obra do homem passou a ser uma *condição natural*, tal como uma nova paisagem (Tafuri, 1985). Laugier, com sua hipotética *cabana primitiva*, propunha a possibilidade de combinar racionalmente os elementos estruturais, conforme as regras da geometria ou a serviço de uma necessidade social, o que em âmbito arquitetônico implicava a releitura de Vitruvius (Vidler, 1997).

O urbanismo do iluminismo interferiu globalmente no espaço físico, desde o território até a unidade predial, a partir da definição do espaço urbano como unidade claramente delimitada. A definição do programa passou a ter maior relevância na

³⁴ Esta novela, inspirada na lenda do Eldorado, apresenta um viajante que antes de chegar a esse lugar maravilhoso visita as Reduções Jesuíticas do Paraguai e critica severamente o sistema.

formulação dos planos urbanos, integrando a arquitetura como um elemento do projeto possível de ser tipificado. Enquanto, nas etapas anteriores, atuava-se parcialmente ou por justaposição, no século XVIII, a abstração dos elementos urbanos e a sistematização dos processos levaram ao planejamento global. Este consolidou-se como atividade erudita e instrumento essencial e exclusivo do poder político, para estabelecer uma ordem espacial, associada à regularidade geométrica e à centralidade, como representação de uma almejada ordem social. Acreditava-se que, a partir da correta ordenação, da hierarquização do público sobre o privado e do controle do espaço urbano, seria possível alcançar a ordem social e o bem comum. Voltaire, em seus escritos *Des embellissements de Paris* e *Des embellissements de la ville de Cachemire*, criticou a falta de coerência nos planos das grandes cidades e propôs a união e o equilíbrio entre agricultura e indústria, ideia que viria a influenciar os planos de novas vilas.

No âmbito territorial, a base da nova experiência urbanística, além do pensamento ilustrado, compreendia a formação de uma cidade ideal camponesa, para dominar o território através do povoamento. Aos novos espaços incorporados, corresponderam antigas, mas lógicas soluções. Os tratados de ordenamento territorial da época visavam formar redes hierarquizadas de assentamentos equidistantes.

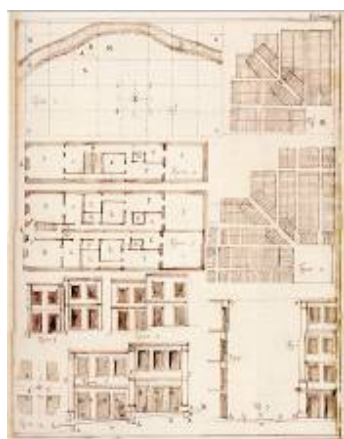


Figura 369: José Figueiredo Seixas, *Tratado de Ruação*.
Estampa 3 [S. XVIII] BNL.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999, p.299

Em Portugal, José Figueiredo Seixas, arquiteto da Junta de Obras Públicas do Porto e Mestre da Aula de Riscar dessa cidade, publicou, em 1760, o *Tratado de Ruação*, no qual,

o rigor geométrico, a ordem fractal e o domínio da natureza determinam a organização espacial desde o território até o loteamento urbano:

(...) *sendo todo o território demarcado em quadrados iguais [de média légua de lado] parecerá hum taboleyro de damas, e cada hum quadrado em sy demarcado com a regular correspondência das courelas divididas com praças, ruas e estradas parecerá um jardim.* (José Figueiredo Seixas. Tratado de Ruação, Para Emenda das Ruas das cidades, villas e lugares Deste Reyno, s/d, B.N.L., cód. 6961, p.5. Apud, Texeira; Valla, 1999, p. 288)

No âmbito urbano, a espacialidade da ilustração continuou e levou ao extremo o ideal renascentista da ordem através da geometria e da regularidade formal. De forma contrária à proposta barroca, o espaço urbano evocava a compreensão do caráter abstrato do planejamento, a concepção global da cidade e a racionalidade, tanto no pragmatismo e na funcionalidade como na forma geométrica antiorgânica do espaço urbano. A rua reta, a praça e a ortogonalidade do traçado continuaram sendo os elementos de projeto, seja na formação de novos aglomerados como no reordenamento ou na ampliação dos existentes. A separação entre a Igreja e o Estado incidiu na nova estruturação do espaço urbano, com espaços públicos diferenciados para as atividades civis e religiosas. Em contrapartida, verificam-se considerável redução na dimensão dos quarteirões e maior número de lotes, o que leva à maior fragmentação do espaço. A valorização da natureza, em escala urbana, foi abordada de forma sistemática, iniciando-se a implantação de parques e passeios públicos arborizados, de uso coletivo, não mais privativos da nobreza e das classes abastadas. A natureza subordinada à razão fazia parte da estrutura urbana e, por esse motivo, o jardim adquiriu novo significado.

A construção de uma visão crítica da antiguidade greco-romana, ao longo do século XVIII, correspondeu, em boa parte, ao interesse pelo nascimento da arqueologia como ciência autônoma e foi fundamental para que o urbanismo retomasse os traçados ortogonais. Na primeira metade do século, foram descobertas e escavadas ruínas da antiguidade romana - Roma, Pompeia, Herculano, Pestum, etc. - e elaborados levantamentos e estudos sistemáticos. Segundo Frampton (1983, p.13), uma das primeiras consequências foi a ampliação do itinerário do *Grand Tour* - a viagem de estudos dos eruditos a Roma - até os assentamentos gregos, com a finalidade de estudar a cultura na qual, segundo Vitruvius, tinha se embasado a arquitetura romana. O estudo pioneiro, A

História da Arte Antiga (1764) de Johann Winckelmann -1717/1768- marcou o início de outros campos disciplinares como a história da arte e a história da arquitetura. A Península Ibérica, embora considerada *periferia* do mundo clássico, não estava alheia a esse interesse e os sítios dos antigos assentamentos romanos foram também objeto de estudo sistemático. Segundo Rossa (2004), no reinado de D. João V, além do contato cultural com Roma, foram prioritários a salvaguarda e o registro de estruturas arqueológicas da antiguidade. Desde 1721, foram promulgadas leis nesse sentido, o que foi um ato inovador.

No âmbito arquitetônico, foram mais perceptíveis as rupturas que as continuidades. Ollero Lobato (2000, p. 23) comenta que a *volta à ordem depois da teatralidade barroca* não é só antítese do barroco, mas é principalmente uma retomada do humanismo renascentista, que se expressa no Neoclassicismo e em suas diferentes tendências: seja na preservação da tradição clássica protegida da liberdade barroca, seja na adoção de novas linguagens. Houve mudanças conceituais tais como o privilégio da abordagem tecnológica e funcionalista; a racionalização e a economia de recursos; a *desornamentação* e o incipiente higienismo, entendido este como preocupação com o bem estar e a saúde e com a aparição de novos programas, como hospitais e parques.

A prática profissional consolidou o protagonismo dos engenheiros militares, como responsáveis pelos projetos urbanos. Na segunda metade do século, eles tiveram maior procura para participar nas Comissões de Demarcação de Limites e nos trabalhos emergenciais da reconstrução de Lisboa. Lograram a subordinação de arquitetos e agremiações e o fortalecimento das Academias Militares sobre as Escolas de Arquitetura e Belas Artes.

5.2.2 O programa de Novas Vilas no Brasil

Com o poder central suficientemente consolidado, a Coroa ampliou a legislação e formulou um ambicioso programa de criação de novas vilas. Os resultados foram extraordinários: das 227 vilas estabelecidas em todo o período colonial, 174, equivalentes

ao 76%, correspondem a este período. Conforme a periodização adotada no capítulo 2, mostram-se, na Tabela 5, as fundações entre 1721 e 1822.

TABELA 5:
Fundações Coloniais entre 1721 e 1822

	Vilas	Cidades
1721 -1750	31	2
1751- 1777	72	1
1778-1822	71	2
Total período	174	5

Fonte dos Dados: Reis, 1968; Câmara, 1996

Segundo Delson (1997) o programa *Novas Vilas* obedecia aos seguintes objetivos:

1. regulamentar as áreas auríferas;
2. limitar a ação dos *bandeirantes* e senhores da terra que tinham tomado o controle do interior e do sertão;
3. criar pequenas propriedades para lavradores, fomentando a migração de casais, famílias provenientes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, locais que apresentavam severo quadro de pobreza;
4. ampliar os domínios territoriais, ocupando o interior, para conter a expansão dos espanhóis, pelo Prata e pelo oeste, e dos franceses localizados na Guiana, pelo norte.

As bases do programa foram estabelecidas durante o reinado de Don João V - 1707/1750 -, que teve o mérito de compreender que um plano de urbanização redundava em afirmação de poder. O programa foi aperfeiçoado e implementado pelo primeiro-ministro, durante o reinado de D. José -1750/1777. Coerente com a formação ilustrada, o Marquês do Pombal viu a dimensão sociocultural do programa: a cidade era uma nova *paisagem natural*; a vida urbana representava valores de ordem, modernização e europeização aos quais o interior do Brasil devia aspirar.

As áreas de aplicação eram as regiões da mineração -Minas Gerais e Goiás-, a que tinha adquirido papel preponderante na economia -São Paulo- e, principalmente, aonde a questão dos limites era vulnerável, ao norte -Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão- e, ao sul -Santa Catarina e Rio Grande do Sul-. Foram também contempladas regiões onde era necessário acelerar a assimilação da cultura europeia, tais como a Capitania de Porto Seguro. O Amazonas adquiriu, no século XVIII, extraordinária importância econômica pela abertura da ligação fluvial, através dos rios Pará, Madeira e Guaporé, entre Belém do Pará e Vila Bela, em Mato Grosso. O próprio irmão do Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi o governador da Capitania do Pará, durante a década de 1750, contribuindo para a implementação do programa. O extremo sul, como já relatado, era também de altíssimo valor estratégico pela criação de gado, necessária para o sustento da região de Minas.

Para viabilizar o plano urbanístico, ele articulou-se com as diretrizes políticas e econômicas, já explicadas, o que, na prática, constituiu um plano de desenvolvimento regional. A tradicional relação igreja-estado foi severamente controlada, sendo restrita a participação dos párocos nos assuntos civis. A saída da Companhia de Jesus das aldeias, antes sob sua administração, facilitou a promoção de vilas, nas quais as funções paroquiais passaram a ser exercidas pelos franciscanos. No âmbito sociodemográfico, várias medidas foram tomadas para aumentar os recursos humanos: a proibição da exportação de afro-descendentes; o indulto a delinquentes dispostos a ir a morar nas novas aglomerações; a elaboração de recenseamentos para saber o número de efetivos disponíveis; a formulação de nova política indigenista e, principalmente, a migração subsidiada de ilhéus.

A ocupação e o povoamento realizavam-se a indistintamente em função dos recursos disponíveis, a partir da fundação de novas povoações guarnecidas por praças militares ou pelo reconhecimento de *status* urbano aos assentamentos já existentes, entre eles, os aldeamentos indígenas. Por meio das leis de 6 e 7 de junho de 1755, elevaram-se as antigas aldeias indígenas, antes sob tutela das ordens religiosas, a vilas e povoações (freguesias), conforme seu tamanho, as separando das outras Câmaras e as entregando aos índios, para induzi-los à vida urbana e assim tomar o controle do território (Flexor, 1996).

Em termos espaciais as formas urbanas correspondem aos mesmos processos de formação descritos nas etapas anteriores:

- Aglomerados projetados por profissionais, a partir do traçado global de uma malha ortogonal;
- Aglomerados de origem espontânea, segundo a tradição milenar, formados ao longo de uma rua, que, quando foram objeto de um plano de reordenamento, desenvolveram traçados reticulares a partir da preexistência;
- Aldeias jesuítas nas quais se desenvolveu a malha, a partir da praça de tradição indígena.

A crescente participação de técnicos na formação dos aglomerados manifestou-se na maior influência do urbanismo erudito e, portanto, na sistematização dos processos urbanos e na abstração, expressadas na regularidade geométrica da malha; na homogeneidade de ruas, quarteirões e loteamentos; na singularidade dos edifícios públicos e, principalmente, no papel estruturante das praças em nível físico, como origem da malha, e, em nível social, pelos usos coletivos que albergam. O princípio de planejamento subordinado às determinantes do sítio e às preexistências prevaleceu como denominador comum do urbanismo português.



Figura 370: Planta da nova povoação de Casalvasco, Mato Grosso, 1783. Exemplo de aglomerado projetado e com arborização do espaço público.
Fonte: Reis, 2000, p. 263.



Figura 371: Planta do Arraial de São Pedro d'el Rei, Mato Grosso, 1781. Exemplo de aglomerado de origem espontânea.
Detalhe da parte central
Fonte: Reis, 2000, p. 261

5.2.2.1 Nova política indigenista

Um verdadeiro plano de aculturação substituiu o modelo de doutrinação jesuítico. Denominado *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (...)*, foi elaborado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês do Pombal. Vigorou de 1758 a 1798 e, por força de Alvará, foi imposto a todos os aldeamentos, com adequações regionais. Por meio dele, os indígenas receberam o *status* de *cidadãos*, reconhecendo-se nominalmente sua igualdade e liberdade e sendo-lhes permitido ter propriedades. O responsável pela aplicação era o diretor da aldeia, subordinado ao governador da Capitania. Eram suas funções: impulsionar a produção agrícola; fomentar o comércio; proteger os índios do abuso de comerciantes; cobrar o dízimo; controlar as modalidades de trabalho e o número de índios habilitados para as diversas tarefas. (Langer, 2006). O Diretório libertou os índios, porém os obrigou a viverem concentrados e submetidos ao trabalho assalariado. A educação nos moldes ocidentais, ter um nome cristão e o ensino do português para que fossem esquecendo suas línguas maternas eram obrigatórios. A mentalidade ilustrada e mercantilista que caracterizava a administração pombalina considerava que o espaço urbano e o trabalho eram instrumentos pedagógicos para acabar com a suposta barbárie, instaurando a civilização europeia e desenvolvendo a agricultura e o comércio. Na prática, os aldeamentos indígenas mantiveram os nativos concentrados, segregados e sob controle e representaram a formalização da exclusão. O aluguel da mão de obra indígena aos fazendeiros e colonos foi uma forma legal para camuflar o servilismo, em teoria, erradicado.

Em termos espaciais, a transformação de uma aldeia em vila formalizava-se com a construção da Câmara e Cadeia, o pelourinho e a delimitação da área do rossio. Embora fosse mantido o arranjo do conjunto em torno de uma grande praça, em âmbito arquitetônico significou a extinção dos tipos comunitários e a imposição da casa unifamiliar. Por exemplo, em 1764, quando o ouvidor Couceiro de Abreu tentou, sem sucesso, formar uma vila com os índios Mehãa na região do Rio Doce, prometeu-lhes um clérigo e cargos na Câmara. (Flexor, 1996, p. 608) Além disso determinava:

(...) e para logo que entrassem a fundar a sua habitação com a formalidade de villa, mandarei ir para aquella sitio hum homem de bom propósito e já conhecido d'elles, com

humana forma de planta para que por ella fosse regulado as cazas, que os ditos índios haviam de edificar; e que a cada um delles desse terreno ao menos com seis quartos, hum que lhes servisse de salinha, outro para os pais dormirem, outro para os filhos o 4º para as filhas, o 5º para a cozinha e o 6º para terem seus effeitos. (Annales da Bibliotheca Nacional de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 32. 1914, p. 38. Apud. Flexor, 1996, p. 608.)

A aplicação do *Diretório* significou a progressiva diluição da cultura indígena. A fuga dos nativos cada vez mais adentro do mato foi constante. Nas aldeias com possibilidades de se tornarem vilas, acrescentaram-se moradores luso-brasileiros e famílias de açorianos para acelerar a fixação dos padrões culturais ocidentais. Uma importante medida foi o Alvará Régio, de 4 de abril de 1755, que estimulava o casamento entre portugueses e nativas, garantindo-lhes honras e benefícios econômicos.

5.2.2.2 Aspectos gerais da migração dos ilhéus

A migração - legal e ilegal - de açorianos e madeirenses foi constante em todo o processo de colonização do Brasil. Desde o século XVI, formularam-se planos de migração subsidiada de famílias dos arquipélagos, como uma alternativa para mitigar os desequilíbrios demográficos e a pobreza, especialmente nos Açores, onde os constantes acidentes telúricos agravavam o quadro. Por exemplo, em 1529, a Coroa recebeu de João de Melo da Câmara uma proposta para transportar famílias das ilhas para o Brasil em troca da concessão de terras (Trevisan, 2002, p. 126). A constante saída de ilhéus levou a Coroa a promulgar uma lei, em 20 de março de 1620, que limitava a circulação de pessoas entre a Península e os diferentes domínios ultramarinos. Desde 1670, as ilhas tinham permissão de enviar determinado número de navios e comerciar diretamente com Brasil. O excesso de envios facilitou o contrabando e, provavelmente, a migração clandestina. No século XVII, os açorianos chegaram a conformar o 10 % da população do Rio de Janeiro (Rodrigues, 2008). Para controlar estas desordens, foi promulgada uma lei, em 20 de março de 1736, que limitava a saída anual de navios: dois da Madeira, dois da Terceira e um de São Miguel. Os habitantes de Faial ficaram excluídos e solicitaram permissão de enviar um navio a qual foi concedida mediante Alvará de 25 de abril de 1738 (Fortes, 1978, p. 24-26).

À diferença da colonização militar, ou com indivíduos que voltavam à península uma vez que tivessem acumulado capital, ou da implantação de processos econômicos extrativistas, que requeriam da introdução de população escravizada, a colonização com famílias era um esforço para estabilizar e ordenar a nova sociedade e para estender o modo de vida e a cultura europeia. Para os ilhéus, a possibilidade de melhorar de vida e, principalmente, de tornarem-se proprietários de terras motivavam a realização de uma viagem sem retorno. No século XVII, a migração de açorianos e madeirenses concentrou-se no norte, nos atuais Estados de Maranhão e Pará. Igualmente no sul, famílias açorianas participaram da fundação da Colônia do Sacramento. A partir de 1747, dentro da estratégia global de controle territorial, processou-se a vinda dos açorianos e de alguns madeirenses; a migração subsidiada combinada com as *novas vilas* aperfeiçoou-se e foi implantada, em grande escala, para atingir os seguintes objetivos:

- proteger as fronteiras e ocupar os territórios em disputa;
- tornar produtivas e valorizar terras despovoadas;
- fomentar uma agricultura camponesa diversificada que abastecesse as cidades e/ou latifúndios escravistas mais próximos;
- criar uma classe social intermediária entre os grandes proprietários de terra e os escravos.

Vários historiadores (In: Barroso, 2002) demonstram que, durante o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, a migração açoriana continuou, porém, no século XIX, os processos migratórios foram espontâneos e sem apoio oficial.

5.3 A contribuição dos ilhéus na urbanização do norte do Brasil

5.3.1 Maranhão

5.3.1.1 São Luiz

O aglomerado inicial originou-se ao redor de um forte e de algumas casas levantados pelos franceses, em 1612, com a pretensão de estabelecer uma França Equatorial. Como vigorava a União Ibérica, os espanhóis, em 1615, tomaram o local, reorganizando o assentamento com base no projeto do engenheiro Francisco Frias de Mesquita, estruturado sobre uma malha quadricular. Em 1619, chegaram dos Açores 300 famílias, sob comando do Capitão Simão Estácio da Silveira, que somavam mais de 1.000 pessoas, cifra considerável para dar início a uma povoação. Eles foram se acomodando junto com os primeiros habitantes, portugueses e alguns franceses que tinham casado com nativas (Martins, 2002, p. 21). A Câmara foi fundada, tal como atesta o *Livro de Acórdão da Câmara Municipal de São Luis, 1647-1648* (ibid., p. 32).

O desenvolvimento de uma economia de exportação, centrada na produção de açúcar e algodão, demandava colonos para suprir a mão-de-obra. A Coroa organizou e financiou o transporte de casais açorianos e também de alguns condenados que entraram por São Luiz para serem distribuídos entre as capitanias de Maranhão e Pará: em 1620, 200 casais; em 1622, 40 casais; em 1625 arribaram mais famílias sem conhecer-se o número exato; em 1649, entrou um grupo de famílias das ilhas de Santa Maria e São Miguel (Marin, 2002). O interesse pelo povoamento com famílias continuava. Em 1667, o governador do Maranhão, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pediu que viessem *casais das ilhas dos Açores e Madeira e alguns presos* (AHU-ACL-CU 009, Cx. 5 Doc. 509 – 24 janeiro 1667. Apud. Marin, 2002, p. 43. Em 23 de junho de 1676, a Coroa emitiu uma ordem para o transporte financiado de outros 200 casais (Delson, 1997, p.47 nota 28). No início do século XVIII, o Maranhão continuava sendo destino para os ilhéus. Macedo (2002, p. 194) comenta que em consequência de uma erupção do vulcão da ilha do Pico, em 1718, a Coroa planejava transladar 1.600 pessoas para o Maranhão, mas este plano foi frustrado pelas dificuldades das negociações com os transportadores. A participação dos açorianos contribuiu para formar uma sociedade composta, em boa parte,

por pequenos agricultores de cultivos diversificados, cuja produção garantia o consumo interno; por produtores de farinha em engenhos e por artesãos urbanos. Nas vilas, havia indústrias de tecelagem e os panos de algodão serviam para fazer roupas, para realizar pagamentos e trocas e para a exportação para Portugal. Supõe-se que a fiação era realizada em teares trazidos dos Açores, com a participação de saberes e técnicas indígenas. Martins (2002) destaca que, até meados do século XVIII, os testamentos relacionam alto número de panos o que indica sua importância econômica. No interior do Maranhão, persistiu uma espacialidade similar à dos Açores, caracterizada pela sutil diferença entre o meio rural e as vilas. As tradições culturais, o artesanato (por exemplo, as rendas) e as manifestações populares (a festa do *bumba meu boi*) são de origem açoriana e permaneceram outorgando coesão sociocultural à região.

5.3.1.2 Alcântara

Os franceses encontraram no local, sobre a Baía de São Marcos, uma aldeia tupinambá denominada Tapuitapera. Com a saída dos primeiros, os indígenas ficaram à mercê dos portugueses. Um surto de varíola, em 1663, dizimou a população. O local serviu de base para a expulsão dos holandeses de São Luiz, em 1645, e logo se formou, com boa parte dos colonos açorianos, um aglomerado, que se tornou vila em 1648.



Figura 372: Planta da Vila de Alcântara – MA. Original do A.N.T.T, Lisboa. 1755
Fonte: Reis, 2000, p. 144.



Figura 373: Aerofotografia Alcântara - MA, 2008.
Fonte: Imagem satelital de google earth 2° 24' 19.06"S; 44° 25' 14.50" W



Figura 374: Rua em Alcântara
Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/> Acesso em 12 set 2007

O povoado configura-se a partir de ruas irradiadas desde duas praças precedidas de igrejas; os quarteirões de formato poligonal são ocupados perimetralmente com casas térreas homogêneas, consolidando o arranjo inicial. As ruas irradiadas e a homogeneidade das edificações assemelham Alcântara com as freguesias açorianas, porém a monumentalidade da praça, segundo a tradição indígena, difere dos pequenos largos das ilhas. A segregação manifesta-se na situação diferenciada de sobrados – moradias dos mais abastados - sobre as praças e de casas térreas – moradias populares - sobre as ruas. Segundo Martins, *Alcântara absorveu e manteve características açorianas que se perderam com o tempo em São Luis.* (2002, p. 19).



Figura 375: Panorâmica de Alcântara (2008) Praça e ruínas da igreja Matriz
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/bhr/2598697582> Acesso em 02 nov 2008

5.3.2 Pernambuco

A primeira tentativa de transportar casais açorianos para Pernambuco foi de João Fernandes Vieira, natural da Madeira, o qual teve destacada atuação durante a expulsão dos holandeses, pelo que foi favorecido com a concessão de sesmarias e nomeado Superintendente das Fortificações do norte do Brasil. Em junho de 1675, escreveu ao rei, argumentando que ,como complemento ao plano de fortificação, era necessário colonizar o nordeste com famílias dos Açores e da Madeira. Ele mesmo se ofereceu para financiar o transporte de 300 ou 400 casais, cedendo a estes, parte das terras que possuía na Paraíba e no Rio Grande do Norte. O Conselho Ultramarino aceitou a oferta de Fernandes Vieira. Em seis de novembro de 1675, o Príncipe Regente D. Pedro o autorizou a tomar da Madeira os casais que precisasse, ficando reservados os das outras ilhas para Maranhão e Pará. Esta primeira tentativa parece que falhou, pois não se conhecem documentos que confirmem a vinda desses casais. Em 1676, foi o Príncipe quem solicitou a ajuda de

Fernandes Vieira em favor dos habitantes da ilha Graciosa, que se encontravam em situação de miséria. A resposta afirmativa, datada de 30 de maio de 1677, comenta sobre os preparativos para a viagem de 200 casais, a autorização concedida pelo Provedor da Fazenda, a doação de dinheiro de ajuda para cada casal. A inexistência de um porto adequado para o arribo das fragatas obrigava ao embarque desde a Terceira; parece que devido à boa safra desse ano, dos 200 casais estimados só embarcaram 30, que somavam 115 pessoas (Silva, 2002). Sobre as contribuições desse grupo na formação do espaço urbano, não há informações disponíveis.

5.3.3 Amazônia: Pará e Amapá

Parte dos colonos que entrava por São Luiz era destinada a fixar-se em Belém. Os dados disponíveis sobre o destino desses indivíduos depois de chegarem são, porém, imprecisos. Em 1676, chegaram ao porto de Belém 50 casais de açorianos com 234 pessoas, provenientes de Feteira, freguesia da Ilha de Faial, que havia sido devastada por uma erupção vulcânica. No ano seguinte, chegaram mais, porém não se conhece a quantidade de pessoas nem o modo de vida que desenvolveram (Marin, 2002).

É, porém, incontestável que, a partir de 1750, com subsídios da Companhia do Comércio de Grão Para e Maranhão, chegaram à região mais de 3.000 pessoas provenientes dos Açores e da Madeira (Reis, 2000, p.401). Entre 1755 e 1759, foram estabelecidas 60 novas vilas, geralmente sobre a base de assentamentos já existentes no Estado de Grão Pará (Fontana, 2005, p. 56). A presença dos ilhéus, relacionada em fontes escritas, verifica-se em São José de Macapá, Souza do Caeté e Vila Vistoza da Madre de Deus. Segundo Marin (2002), em agosto de 1751, desembarcaram no porto de Belém 432 pessoas para fundar a Vila de São José de Macapá, fato inesperado para o governador do Pará, Francisco Xavier Furtado de Mendonça, que, em de 12 de setembro de 1751, escreveu:

Chegaram os ilhéus, e fico pondo o que é preciso para os mandar para o Macapá, em cujo sítio, se as informações que me deram são verdadeiras, se poderá fazer uma povoação rica, abundante e sumamente interessante ao Estado. (Carta T.1 p.67 apud. Marin. In: Açorianos no Brasil, 2002, p.50.)

5.3.3.1 São José de Macapá

A fundação de São José de Macapá, como capital da Capitania do Cabo Norte (atual cidade de Macapá, capital do Estado de Amapá), era parte da estratégia de controle da região ameaçada pelos franceses. Por volta de 1668, tinha sido construída, na beira do Amazonas, uma fortificação e, em 1751, perto dela foi estabelecida a vila (Reis, 2000, p.401). A citada carta do governador Mendonça afirma que, até dezembro de 1751, foram conduzidas até o local 304 colonos e vários soldados (apud Marin 2002, p. 50). Em 1765, a vila tinha 802 habitantes (554 maiores e 208 crianças) Em 1778, a população duplicou e 70% de seus habitantes adquiriram escravos, o que evidencia a prosperidade econômica das famílias. Os habitantes da vila participavam simultaneamente das atividades militares e agrícolas. Sobre a produtividade, conforme registros de 1759, nesse ano foram colhidos 3.800 alqueires de arroz e 180 arrobas de algodão, além de outras culturas. Eram exportados para Lisboa 80% da colheita do arroz (ibid., p. 54-55). O projeto urbano foi realizado pelo engenheiro militar Enrico Antonio Galuzzi e a planta existente, de 1761, foi desenhada por um de seus colaboradores, Gaspar João Gronsfeld (Reis, 2000, p.402).



Figura 376: Planta do projeto de São José de Macapá, desenhada com base na Planta do Engenheiro Gaspar João Gronsfeld, 1761. AHU, Lisboa.

Fonte: Reis, 2000, p.283.

O plano evidencia todas as diretrizes do urbanismo ilustrado: malha ortogonal com duas praças idênticas; sobre um lado da primeira situam-se a igreja, a Câmara e o açougue; no exato centro da outra está o pelourinho. Observe-se que o posicionamento da igreja, no meio de uma rua larga, parece seguir a tradição milenar das *aldeias ruas*. As ruas principais, paralelas ao rio, são cortadas por travessas. O loteamento homogêneo também compreende casas de planta retangular, todas iguais, com o lado maior paralelo ao alinhamento, afastamentos laterais e amplo quintal nos fundos. Neste caso, a prevalência das diretrizes do urbanismo erudito e o planejamento global não permitiram o desenvolvimento da espacialidade açoriana.

5.3.3.2 *Aldeias*

A Aldeia de Souza do Catete existia desde 1634 como aldeia jesuítica. Nas marismas da região explorava-se sal. Com a retirada da Ordem, em 1754, foi elevada a vila de Nossa Senhora do Rosário de Bragança e ,nesse mesmo ano, foram levados para lá 30 casais de açorianos (Marin, 2002, p.48). A Vila Vistoza da Madre de Deus foi fundada na margem do rio Amuarapucu e ficava a cinco léguas (30 km) de São José de Macapá. Às margens do rio, cultivava-se arroz, algodão e urucum. Em 1769, *recebeu ilhéus funchalenses e quarenta degradados de Lisboa*, além de escravos de Bengala (id.). Da forma urbana inicial destes aglomerados não há maiores informações, tudo indica que não prevaleceram as formas da espacialidade das ilhas.

Conforme Ribeiro (2006), a presença dos ilhéus, no contexto tropical e no convívio com as comunidades indígenas, teve características particulares. Estruturados em famílias, formaram núcleos agrícolas e foram o único contingente europeu trazido para a Amazônia. Conservaram a língua, a religião e a ordem social, mas foram se acomodando, progressivamente, aos modos de vida, de trabalho e de alimentação indígena, pelo maior grau de adaptabilidade ao meio natural das culturas indígenas, contrariamente ao esperado pelo Marquês de Pombal e pelos funcionários portugueses que desejavam impor os modos de vida europeus aos nativos. A exploração de drogas da mata foi um importante atrativo econômico em detrimento da agricultura tradicional. Ribeiro também destaca:

Surgiram aqui esdrúxulas formas pastoris de “gaúchos” amazônicos que montavam, indiferentemente, cavalos, bois ou búfalos para cuidar de seus rebanhos meio metidos na água. (ibid., p.285)

Alguns dos aglomerados fundados para assentar os açorianos acabaram dispersando-se por causa da economia extrativista. Outros, porém, se consolidaram como centros de apoio à agricultura e fortaleceram os mercados urbanos locais, com novos tipos de produção alimentar e artesanal. Para a conformação dessa sociedade mestiça, que Ribeiro define como *neobrasileira* na Amazônia - e não como *neoaçoriana*-, contribuiu o fato de a Coroa estimular, mediante regalias, a união de descendentes de portugueses com mulheres nativas.

5.4 A contribuição dos açorianos na urbanização do sul do Brasil

No capítulo 4, explicou-se como, nos Açores e na Madeira, a insularidade, as condições geomorfológicas e as circunstâncias sociopolíticas produziram uma cultura espacial determinada pelo isolamento. Autores como Delson (1997, p.14) comentam que, no século XVIII, os arquipélagos eram territórios *superpovoados*, afirmação que deve ser matizada. Na realidade, segundo Macedo (2002), a implantação do regime senhorial nas ilhas tinha concentrado as melhores terras nas mãos de nobres e poderosos que, em muitos casos, as tornavam subutilizadas. A maioria da população era camponesa sem possibilidade de acumular capital, pois tinha que pagar foro ou era proprietária de pequenas glebas, apenas com cultivos de subsistência. Nesse sentido, as propostas de subsidiar a migração de famílias sempre foram bem vistas pelos administradores das ilhas que eram também os grandes morgados, antes de tudo eles queriam liberar-se dos *sem terra*.

O governador da Província de Santa Catarina e fundador do presídio de Rio Grande, José da Silva Paes, era partidário da migração de ilhéus. Em carta de 23 de agosto de 1742, dirigida à administração em Lisboa, insistia em mandar casais das ilhas e alguns recrutas:

(...) o que seria utilíssimo, porque assim aumentaria a cultura daquelas terras que eram próprias não só para todos os frutos da América senão também da Europa, que dos filhos dos mesmos casais se recrutariam o Terço e as tropas que ali assistisem e que seriam mais permanentes que os de fora. (Apud Fortes, 1978, p. 58)

O assunto foi levado ao Conselho Ultramarino, em 11 de março de 1744, porém não foi aprovado. D. João V viu a conveniência da proposta e, em 1745, ordenou que os navios que partissem das ilhas para o Brasil levassem até cinco casais que dos portos seriam enviados até Santa Catarina e Rio Grande do sul.

Os desacordos com a Espanha pelo assunto das fronteiras na América e a aceitação do princípio de *uti possidetis* colocaram a região meridional como destino prioritário para os ilhéus e como um dos focos do referido programa de *novas vilas*. A Coroa previa a expansão e o controle territorial, implantando uma barreira de propriedades fundiárias privadas com atividades agrícolas, entremeadas por aglomerados civis e protegidos por destacamentos militares. O plano foi perfeitamente detalhado pelo Conselheiro do Rei, Alexandre Gusmão, que tinha conhecimento de antecedentes tais como: a migração de casais de trasmontanos e açorianos para a Colônia de Sacramento; propostas não executadas, como uma tentativa de levar mais de 1.600 pessoas da ilha do Pico para Santa Catarina; um parecer favorável, de 16 de setembro de 1738, do Brigadeiro José da José da Silva Paes, ao pedido de Thomé Gomes Moreira, para estabelecer uma pescaria de baleias em Santa Catarina e transportar casais das ilhas para trabalhar no empreendimento (Espírito Santo, 2002, p. 179).

Em 5 de setembro de 1746, D. João V assinou a carta régia que remetia aos corregedores dos Açores 400 cópias do Edital, a ser divulgado nas Câmaras, que estabelecia os direitos e deveres dos interessados. Exigia-se que fossem homens de até 40 anos e mulheres de até 30 anos; os homens ficavam dispensados do serviço militar. Oferecia-se uma ajuda de 2.400 réis para cada mulher casada ou solteira, com idade entre 12 e 25 anos, e para cada casal que levasse filhos, 1000 réis por cada um. Cada casal recebia $\frac{1}{4}$ de légua em quadro, além de ferramentas, sementes e alimentos. Em 5 de agosto de 1747, foi publicado o *Regimento que se há de observar no transporte dos casais da ilha da Madeira e dos Açores para o Brasil*, com 16 cláusulas que estabeleciam as condições de transporte, a alimentação a bordo, etc. (Espírito Santo, 2002, p.181-182). A seguir, a Coroa realizou vários contratos (*assentos*) com empresários para transportar os colonos até o porto

de Desterro e para tal tomou dinheiro emprestado de particulares e das Freiras do Mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré em Lisboa (Piazza, 2002).

Uma vez aprovado pelo Conselho Ultramarino, o plano foi formalizado pela **Provisão de 9 de Agosto de 1747** que *Da providencias para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil*, assinada por D. João V e dirigida a Silva Paes, governador da ilha de Santa Catarina, que lhe devia dar cumprimento. Previa-se o transporte de até 4.000 casais para o porto de Desterro (...) *por onde pareceu conveniente começar a introdução dos casais, para se estabelecerem, assim nela, como na terra firme do seu contorno*. Os principais beneficiados eram os açorianos, mas se estendia (...) a *mesma graça também a Ilha da Madeira* (...). Nominalmente poderiam vir casais estrangeiros, desde que fossem católicos romanos e não fossem súditos dos outros reinos com domínios na América, o que na prática, restringia o plano aos portugueses. Reafirmava-se a promessa que cada casal receberia da Coroa a *data* de um quarto de légua em quadro (...) *no contorno de cada lugar nas terras que ainda não estiverem dadas em sesmarias* (...) e um lote para edificar a moradia, demarcado em uma nova povoação, fundada pela administração por intermédio de seus oficiais (Provisão de 9 de Agosto de 1747. In: Iotti, 2001 p. 38).

A provisão definia a Ilha de Santa Catarina e o continente, desde São Francisco do Sul até o cerro de São Miguel, atualmente em território uruguaio, como área de implementação do plano:

(...) na mesma ilha, como nas terras adjacentes desde o rio São Francisco do Sul até o cerro de São Miguel e no sertão correspondente a este distrito – com atenção porem, a que não se de justa razão de queixa aos espanhóis confinantes-. (ibid. p.39)

Em cada aglomerado, se estabeleceriam (...) *60 casais conforme forem chegando*. (id.) As diretrizes eram as seguintes:

(...) Para o assento de logradouros públicos de cada um, destinará meia légua em quadro [10,89 km²] e as demarcações destas porções de terras se farão por onde melhor mostrar e permitir a comodidade do terreno, não importando que fique em quadros, contando que a quantidade de terra seja a que fica dita.

No sítio destinado para o lugar assinalará um quadro para praça e 500 palmos [110m] de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas de demarcação ao cordel com largura ao menos de 40 palmos [8,8m]; por elas, e nos lados da praça se porão as moradas

em boa ordem, deixando entre uma e outras, e para trás lugar suficiente e repartido para quintais, atendendo assim ao cômodo presente, como a poderem ampliar-se as casas para o futuro (id.).

Observe-se que estas diretrizes sintetizam vários dos elementos da tradição urbana portuguesa:

- A adaptação às condições do local como prioridade sobre a ordem geométrica;
- A pretendida ortogonalidade, decorrente da demarcação a cordel;
- A proporcionalidade matemática dos elementos, expressada em dimensões em palmos;
- O posicionamento isolado do edifício religioso;
- A disposição homogênea das casas sobre o alinhamento, com afastamentos lateral e posterior para quintais;
- A previsão de crescimento.

A novidade foi estabelecer a origem do assentamento, a partir da demarcação da praça quadrada e não ao longo de uma rua preexistente, conforme a tradição popular, o que evidencia o maior grau de abstração atingido.

Em relação à arquitetura, as diretrizes propunham casas individuais, com ambos os afastamentos laterais e o posterior. Não foi especificada uma dimensão mínima para o lote e a pretendida *amplitude* ficava a critério do técnico que elaborasse o projeto específico. A singeleza das casas, inicialmente térreas, e a extensão dos quintais geravam ocupação relativamente dispersa e de caráter semirrural que viria a gerar espacialidade similar à dos Açores.

Além das diretrizes formais, era proposta uma dinâmica de trabalho, de forma que os colonos recebiam alojamento, no momento da sua chegada, e deviam construir as casas dos próximos a chegar e assim viriam a ser construídos todos os povoados.

Destes lugares com seus ranchos e casas de taipa e cobertas de palha mandarà logo o dito brigadeiro por prontos dois ou três, para neles se acomodarem os primeiros casais que forem chegando (...) os quais sucessivamente, irão preparando os cômodos para os que lhes seguirem, de sorte que cós moradores de cada lugar sejam obrigados a armar para os do outro lugar vizinho o mesmo cômodo que a eles se lhes preparou. (Id.)

Conforme o texto da Provisão (id.), os colonos com algum grau de instrução, receberiam remuneração conforme sua habilidade. Cada casal tinha direito a duas vacas e

uma égua, ferramentas, sementes, uma espingarda e duas ferragens para as portas da casa. Em cada aglomerado, deviam ser entregues quatro touros e dois cavalos para a coletividade. Para garantir o sustento das famílias durante o primeiro ano, eram repartidos alimentos conforme a idade: as pessoas maiores recebiam uma ração de farinha e carne ou peixe; as crianças entre sete e 14 anos, meia ração; as crianças de três a sete anos, uma terça parte. Esse gado e alimentos deviam ser tomados das Estâncias Reais de Bojuru e Torotama, na jurisdição da vila de Rio Grande. Para a assistência espiritual, em cada aglomerado, que viria a equivaler a uma freguesia, deviam ser nomeados os vigários. Prevendo-se a possível carência de religiosos, os bispos de Angra e Funchal foram notificados para tomar as respectivas providências e alistar sacerdotes. Nos navios, junto com as ferramentas, eram remetidos também os objetos litúrgicos, calculados para uma igreja por cada grupo de 60 casais. Os vigários receberiam, além de uma *data* para sustento da igreja, uma cômputo de 60.000 reis, para a construção de cada igreja destinavam-se 10.000 réis por ano. A proposta da Coroa teve acolhida entre os ilhéus, a julgar pelo número de pessoas dispostas a migrar para o Brasil. Segundo Piazza (1982, p.60), eram 6.939 açorianos e 2370 madeirenses. Macedo (2002) relata que, só nas ilhas de Pico e Faial, havia 9.000 pessoas e, na vila de Velas de São Jorge, outras 3.000. Conforme Rodrigues (2008), em 1747, alistaram-se 7.941 pessoas, equivalentes a 5,24% de toda a população dos Açores, calculada em 151.572 pessoas.

TABELA 6
Alistados para o Brasil

Ilha	No. habitantes	Alistados	Percentual
São Miguel e Santa Maria (?)	54.670	328	0,6%
Terceira	26.433	919	3,48%
Graciosa	8.037	771	9,59%
São Jorge	13.995	2.820	20,15%
Pico	20.639	1.816	8,80%
Faial	16.669	1.287	7,72%
TOTAL	151.573	7.941	5,24%

Fonte dos dados: Rodrigues (2008)

Segundo Piazza (2002, p.171-273), o alistamento, iniciado em fevereiro de 1746, foi supervisionado pelo Corregedor da Comarca dos Açores e efetuado em 21 vilas e cidades açorianas que compreendiam 106 paróquias e 63 lugares. Registraram-se 7817 pessoas. Não houve registros de Santa Maria, Flores, Corvo e Madeira, o que não significa a ausência de pessoas dessas ilhas. As Câmaras Municipais escolheram entre os alistados os que seriam os oficiais de ordenanças nas novas povoações. Simultaneamente, no Brasil, o Governador Geral, Gomes Freire de Andrade, e o comandante de Santa Catarina, Silva Paes, bem como outras autoridades civis e eclesiásticas preparavam-se para a chegada dos imigrantes.

O primeiro contrato, com o comerciante de tabaco Feliciano Velho Oldenberg, assinado em 7 de agosto de 1747, ordenava o transporte de 1.000 pessoas dos Açores e 60 pessoas da Madeira e foi cumprido. Seguiram os contratos com Francisco de Souza Fagundes; pelo primeiro, assinado em 4 de julho de 1749, foram transportados 277 casais que totalizavam 1.513 pessoas; o segundo transportava 1.000 pessoas dos Açores; o terceiro contrato, celebrado em 26 de setembro de 1754, para transportar 500 pessoas da Madeira, foi repassado para José Rodrigues Lisboa. Conforme as cláusulas do terceiro, em 26 de abril de 1756, partiu uma fragata com 520 pessoas, porém naufragou no litoral da Bahia, salvando-se poucas pessoas que se internaram no mato para escapar ao possível reembarque (Piazza, 2002, p. 172-173).

Os dados sobre a quantidade de açorianos que chegaram a Santa Catarina e sobre os que, em definitivo, estabeleceram-se no Rio Grande do Sul são aproximados. Com base em duas cartas dos Governadores de Santa Catarina, Fortes (1978, p.37-38)³⁵ constata que a meta de transportar 4.000 casais nunca foi atingida. As cartas noticiam o destino dos ilhéus. Até julho de 1752, 80 casais (393 pessoas) foram para a Vila Nova de Laguna ou Imbituba; **278 casais (798 pessoas) foram para Rio Grande do Sul;** 720 casais (4441 pessoas) permaneceram em Santa Catarina; 355 pessoas faleceram na viagem ou em terra (Fortes,

³⁵ 1) Carta do governador que sucedeu a Silva Paes, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza [20 de fevereiro de 1750], endereçada ao Ministro da Marinha de Ultramar em Lisboa, Diogo de Mendonça Corte Real, que apresenta a relação dos casais vindos de Açores e Madeira para Santa Catarina, entre 1748 e 1752. 2) Carta de 13 de junho de 1753, do sucessor de Escudeiro, José de Mello Manuel.

1978, p. 38). Observe-se, na Tabela 7, que o ingresso de madeirenses não foi significativo; os 109 indivíduos que chegaram, em 1749, equivalem apenas a 1,6% do total.

TABELA 7
Casais de Açores e Madeira vindos para Santa Catarina
conforme correspondência dos Governadores

ANO	Casais	No.		
		Pessoas	Adultos	Menores
1748	85	451	408	43
1749	98	509	428	81
1749*	21	109	99	10
1750	326	1555	1351	204
1751	279	1342	1144	198
1752	269	1379	1228	151
1753 -1	126	647	?	?
1753 -2	100	502	?	?
TOTAL	1304	6494		

* Da Madeira

Fonte dos dados: Fortes, 1978, p.37-38e 66.

A administração foi negligente com o bem estar dos colonos. Os responsáveis pelo alistamento e os transportadores não cumpriram cabalmente com as obrigações. Segundo Macedo (2002), como a Coroa pretendia economizar com as despesas, ofereceu aos empresários a concessão de comercializar, no Brasil, desde que aceitassem menores preços pelo transporte unitário. Os imigrantes, portanto, terminaram sendo tratados como carga. Algumas levas foram trazidas em barcos de popa fechada, superlotados. A travessia durava quase três meses e a bordo os homens ficavam separados das mulheres. Muitas pessoas morriam na viagem ou chegavam enfermas. O Governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, em diversas cartas enviadas, em 1752, ao Ministro de Ultramar e ao próprio Rei (Fortes, 1978, p. 39-41) notificava a superlotação dos navios e o embarque de pessoas miseráveis, idosas, órfãos e doentes que não tinham condições de trabalhar. Denunciava os abusos dos funcionários das vilas açorianas que forçavam a saída de pessoas para tomar seus bens. Informava também que, nesse mesmo ano, tinha despachado para a Vila de Rio Grande três sumacas com 106 casais, dos que chegaram em boas condições de saúde.

Fortes (ibid.) relata que os primeiros colonos foram mais afortunados, no sentido de terem recebido os benefícios acordados e se fixado nos novos assentamentos criados em Santa Catarina e na própria Desterro. Diferente foi o destino dos que chegaram após 1750. Aqueles que ficaram em Santa Catarina não tiveram os benefícios dos primeiros e os que foram para o Rio Grande do Sul enfrentaram uma viagem extremamente perigosa, entre Desterro e o porto de Rio Grande. Em 1753, duas sumacas despachadas com 250 pessoas naufragaram ao sul da Ilha de Santa Catarina, salvando-se apenas 77 pessoas, das quais poucas foram para Rio Grande.

Segundo Laytano (1956, p.44-45), a população do Continente de São Pedro, em 1754, era de 3.364 indivíduos. Com a chegada de **585 casais (2.278 pessoas)**, cresceu para 5.642 pessoas. Um possível fator para explicar essa diferença entre os autores é que os dados de Fortes (1978) correspondem a listas de embarcados para Rio Grande, enquanto os de Laytano podem incluir retirantes da Colônia do Sacramento e Maldonado, bem como casais novos. Estes últimos eram formados pelas uniões dos filhos dos *casais de número*, que, por Resolução de 20 de novembro de 1749, tinham as mesmas prerrogativas de seus pais. Amaral e Jaccotter (2002) também sugerem que o número de casais que se estabeleceu no Rio Grande do Sul foi superior ao estimado por Fortes, porque acrescentam os retirantes do Uruguai. Para Queiroz (1987), o principal impedimento para estabelecer o número de pessoas que efetivamente assentaram-se em Rio Grande, radica em que o transporte dos casais entre Desterro e Rio Grande realizou-se em pequenas embarcações e não foi regular. Muitos dos ilhéus não tinham condições para realizar a segunda viagem e, nem sempre, havia disponibilidade de embarcações dispostas a levar casais a Rio Grande.

Rodrigues (2008) sugere que a migração continuou, ao longo do século XVIII, de forma individual e também clandestina. Atualmente estão sendo realizadas novas pesquisas, nos arquivos das ilhas e de Portugal, para obter um número mais aproximado das pessoas que partiram para o Brasil Meridional. Sabe-se, contudo, que, no início do século XIX, a administração voltou a apoiar a migração. O Decreto de 1 de setembro de 1808, assinado, no Rio de Janeiro, pelo príncipe regente Pedro I, *manda vir da ilha dos Açores 1.500 famílias para a Capitania de Rio Grande do Sul, (...) ou um proporcional*

número de homens e mulheres em termos de casar (...) onde o Governador e Capitão geral deverá (...) distribuir pequenas sesmarias que hajam de cultivar. (...) (In: Iotti, 2001 p. 41)

O texto não é aprimorado como o da Provisão de 1747, não faz referência à formação de povoados, mas enfatiza os objetivos propostos: (...) *não só resulte o acréscimo de riqueza e prosperidade da mesma Capitania, mas se segure a sua defesa em tempo de guerra.*

5.4.1 Colônia do Sacramento

Em 1680, Pedro Lobo, militar experiente, por ordem do governador de Rio de Janeiro fundou, sobre o Rio da Prata e em frente a Buenos Aires, uma *praça* comercial e militar cujo principal objetivo era restabelecer o comércio entre o Rio de Janeiro e o Prata. Os espanhóis não concordavam com a vizinhança, porque o comércio –legal e ilegal – prosperava pela rede de influências e fidelidades entre comerciantes portugueses e funcionários bonaerenses. Os espanhóis atacaram e destruíram o nascente assentamento que permaneceu sob seu controle até 1683. Os ataques repetiram-se e a praça ficou em poder dos espanhóis, por vários períodos: 1705-1715, 1735-1737 e 1762-1776. A cada toma o local sofria destruições e demolições que determinavam a configuração na etapa seguinte.

A contribuição dos açorianos verifica-se desde a fundação do aglomerado. Em 1690, chegou o primeiro contingente de açorianos, 60 casais trazidos por Francisco Naper de Lencastre. Após as negociações do Tratado Utrecht (1715), a praça voltou para os portugueses e houve um período de relativa paz, de desenvolvimento social e urbano. Segundo uma carta de D. João V enviada desde Lisboa em 7 de outubro de 1716 ao Governador do Rio de Janeiro³⁶, nesse ano foram enviados 60 casais da região de Trás-os-Montes e, até 1718, a Colônia receberia 220 casais de açorianos (Tervisan, 2002, p. 127). Novas levas de açorianos chegaram em 1719 e 1729 (Prado, 2002). Os imigrantes trabalhavam nas lavouras, principalmente no cultivo de trigo. Teriam recebido subsídios tais como rações de farinha até a primeira colheita³⁷, porém a política de colonização

³⁶Publicações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1918, v.10 p. 23-24. Apud. Trevisan, 2002, p. 126-163.

³⁷O Brigadeiro José da Silva Paes, em carta ao Governador, de 11 de maio de 1737, refere-se ao povoamento de Rio Grande e sugere que seja dada ajuda aos povoadores, *igual a como foi feito na Colônia*. (Fortes, 1980, p. 109.)

implantada não contemplava a distribuição de terras rurais. Os açorianos conformaram dois arrabaldes de chácaras, o *bairro do norte* e o *bairro do sul*, fora do perímetro fortificado, tanto pela alta densidade do recinto como por serem lavradores. A produção de trigo chegou a ser de 20.200 alqueires (278.760 kg), em 1729³⁸. Com a toma de 1737, os arrabaldes foram destruídos e muitas famílias açorianas emigraram para a nascente vila de Rio Grande. A partir de 1750, pelo Tratado de Madrid, a Colônia passou nominalmente ao domínio espanhol o que só se efetivou depois do Tratado de Santo Idelfonso. A partir desse momento, foi repovoada com espanhóis e perdeu seu sentido dentro da rede urbana portuguesa.

Situação e sítio

A situação da praça em frente a Buenos Aires, a principal cidade espanhola na região, conferiu-lhe altíssimo grau de importância geoestratégica, que justificou os esforços econômicos, militares e humanos que Portugal realizou para sua preservação. Para os espanhóis, a presença lusa era uma ameaça, pelo contrabando, pela possibilidade de fragmentação de seus domínios e, principalmente, pela influência da Inglaterra sobre Portugal, que representava a probabilidade de controle inglês no Prata e até no planalto Andino. Para os portugueses, embora uma praça sem território e isolada, era ponto de origem e destino das rotas marítima e terrestre, que vinculavam o sul com o Rio de Janeiro, e a meta de uma pretendida expansão territorial. A tentativa de fundar Montevideú (1723), enquanto Colônia permanecia em poder dos espanhóis, visava recuperar um ponto com situação similar. Os limites do território oscilaram entre o muro até a distância de um tiro de canhão, dependendo da interpretação dada à expressão *seu território*. O sítio onde se implantou o assentamento é uma escarpada península denominada São Gabriel, próxima à ilha do mesmo nome, onde se configura um porto natural e há possibilidade de acesso ao interior, por uma densa rede de canais interiores do estuário platino.

³⁸ Cálculo da produção com base nos dízimos. Apud. Prado, 2002, p. 113.



Figura 377: Península de São Gabriel e vista da Colônia do Sacramento.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/ 2007.



Figura 378: *Calle de los Suspiros*, calçamento de pedra com drenagem central.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/ 2007.

Evolução urbana

Delimitam-se três etapas marcadas pelos intervalos em que o assentamento foi atacado pelos espanhóis e que incidiram em novas configurações, quando recuperado pelos portugueses.

1. 1680 - 1715: o assentamento devia ser um entreposto comercial elementar do tipo das *feitorias*, com casas de capim e barro.; As principais edificações eram uma primitiva igreja de adobe e palha, construída, em 1699, e o Convento de São Francisco, iniciado em 1694, e destruído por um incêndio, em 1704, no local do faro.
2. 1716 - 1735: com a chegada dos casais, o assentamento passou a configurar-se como um núcleo urbano peninsular envolvido por um cinturão de chácaras agrícolas, tal como se observa na *Carta topográfica da Nova Colônia e cidade de Sacramento*, feita pelo sacerdote Diogo Soares (1731) um dos *padres matemáticos*. A área peninsular era configurada ao redor de uma grande praça com uma fortificação abaluartada no meio, correspondente à Casa dos Governadores.



Figura 379: Planta da *Carta topográfica da Nova Colônia e cidade de Sacramento*. S.J Diogo Soares, 1731.
Fonte: Prado, 2002, p. 64.



Figura 380: Vista do porto. Fragmentos da *Carta topográfica da Nova Colônia e cidade de Sacramento*. S.J Diogo Soares, 1731.
Fonte: Prado, 2002, p. 64.

A correspondência oficial de 1719 (Cartas do Governador Manoel Gomes Barbosa, dezembro de 1719 - AHU-ACL-CU-12, Colônia de Sacramento, doc.47. Apud Prado, 2002, p. 94) informa que a área peninsular tinha 51 casas de pedra, uma delas sobrado, o colégio da Companhia de Jesus, uma casa de couro para os índios e a casa do *quinto dos couros*, onde se recolhiam os impostos. O aluguel de edificações para armazenamento de gêneros e mercadorias era uma fonte de renda para seus proprietários. O informe de Antonio Pedro de Vasconcelos, governador entre 1722 e 1749, realizado em 1722, intitulado *Mapa de tudo o que há na praça* (AHU-ACL-CU-012 – Colônia de Sacramento. Doc. 86. Apud. Prado, p.97) afirma a existência de 235 *fogos*, dos quais 82 (35%) eram de famílias de açorianos, cifra que caracteriza a importância deles como grupo. O núcleo urbano teria 1.388 habitantes, dos quais 1.011 eram homens e 377 mulheres.

TABELA 8

Dados demográficos da Colônia de Sacramento em 1722 com base no Informe Vasconcelos

Ano 1722	Livres	Escravos	Índios
Homens	762	204	45
Mulheres	271	90	16
TOTAL	1033	294	61

Fonte dos dados: Prado, 2002, p.98

A maioria masculina pode-se explicar pela predominância da função militar; eles eram: 403 militares (53%); 106 profissionais de ofícios urbanos (24%), sendo 13 mercadores, 17 pedreiros, 7 cabouqueiros, 4 oleiros, 2 espingardeiros, 2 serralheiros, 1 torneiro, 26 carpinteiros, 9 sapateiros, 18 alfaiates, 4 ferreiros, 3 ourives; 76 lavradores; 98 (13%) indivíduos não especificaram sua ocupação. Saliente-se que alguns militares também realizavam atividades comerciais pelo que estes percentuais podem ser arbitrários (ibid., p.99). Antes do *grande sítio*, existiam 327 casas distribuídas em 18 ruas, 16 travessas e quatro arraiais onde moravam perto de 2.600 pessoas (ibid., p. 103).

- Entre 1738 e 1762, após de uma ocupação espanhola de dois anos e ainda na administração de Vasconcelos, foram executadas obras que mudaram radicalmente a configuração do aglomerado, houve a fortificação e o arruamento do espaço intramuros e dos bairros externos, bem como foi regulamentado seu desenvolvimento. Conforme o *Plano da praça e território da Colônia do Sacramento*, elaborado por José Custódio de Sá e Faria e

publicado em 1753, houve uma mudança no espaço intramuros que viria a ter a configuração que persiste até hoje.



Figura 381: *Plano da praça e território da Colônia do Sacramento*. José Custódio de Sá e Faria, 1753. Mapoteca de Itamarati, RJ. Fonte: www.urban.iscte.pt/revistan2/14.5

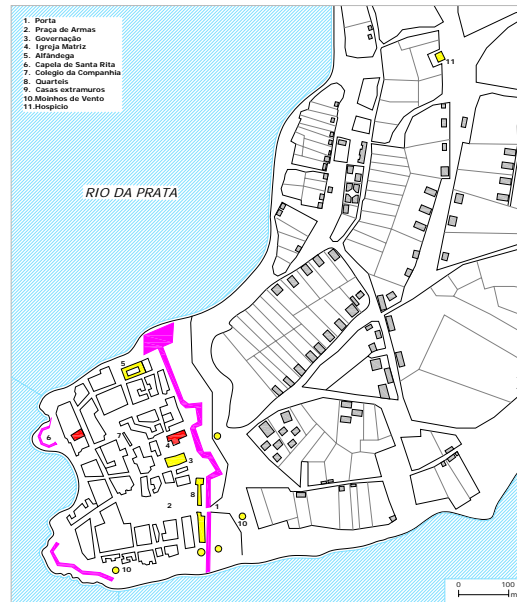


Figura 382: Planta da Colônia de Sacramento em 1753 com base na interpretação da figura anterior.

A malha consolidada foi cercada por uma muralha abaluartada com um único ponto de acesso, a *Porta do Campo*, inaugurada em 1745. Essa barreira, além da função defensiva, foi um elemento de diferenciação espacial e segregação social: a área peninsular urbana e a área extramuros rural. A semelhança da estratégia da Colônia de Sacramento com a do projeto de fortificação do Monte Brasil, em Angra do Heroísmo, é evidente: em ambos os casos controla-se o sítio peninsular com uma muralha.



Figura 383: Passeio São Miguel
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 384: Porta do Campo
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 385: Passeio de São Gabriel
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.

Com a toma espanhola (1762-1776), o Palácio dos Governadores foi destruído e seu mobiliário, portas, janelas e outros elementos arquitetônicos foram levados por Cevallos para Buenos Aires. Hoje se conservam os alicerces como vestígio arqueológico.

Tipologia e morfologia urbana

O plano de 1753 apresenta o espaço intramuros organizado por uma malha de quarteirões irregulares com duas praças, ruas principais e travessas, seguindo a melhor opção topográfica. Sobre a praça de armas, situavam-se as residências, na maioria, térreas.



Figura 386: Praça de armas
Fonte: fotografia da autora,
21/09/2007.



Figura 387: Praça de armas
Fonte: fotografia da autora,
21/09/2007.



Figura 388: Casa de 1720
Fonte: fotografia da autora,
21/09/2007.

Fora da muralha, estrutura-se frente à Porta do Campo um amplo espaço aberto, provavelmente um rossio onde, conforme a tradição urbana portuguesa, aconteceriam feiras e mercados. Nas proximidades, aparecem alguns dos moinhos. As ruas de fora seguem um traçado livre e conformam quarteirões irregulares, com lotes alongados, com uma relação frente fundo aproximada de 1:4. Tudo indica que o traçado ortogonal da planta de 1731 não foi implementado. As casas posicionam-se sobre as ruas principais, rodeadas de áreas livres, provavelmente hortas e pomares. As edificações coletivas indicadas no extramuros são o Hospício e a ermida de Nossa Senhora das Neves. Aparecem também três locais de postos da guarda espanhola o que evidencia o cerco espanhol e a mínima área rural pertencente.



Figura 389: Casa dos Governadores. Fragmento da *Carta topográfica da Nova Colônia de Sacramento, 1731*.



Figura 390: Sítio arqueológico da Casa dos Governadores. Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 391: Sítio arqueológico da Casa dos Governadores. Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.

Em relação à arquitetura, o plano de 1731 apresenta, em detalhes, vistas perspectivadas dos principais edifícios, que fornecem uma ideia da morfologia urbana: eram construções em alvenaria com telhados a quatro águas. Pelo posicionamento e tamanho, a Casa dos Governadores era o principal edifício. A igreja matriz posicionava-se isoladamente com alpendre e sacristia em corpos volumétricos adjacentes. Ela também foi sucessivamente destruída pelos conflitos. Vasconcelos a reconstruiu em forma de cruz latina, com duas torres (Carro, 1995, p.38). A atual igreja com duas torres e uma nave corresponde à reconstrução efetuada pelo arquiteto espanhol Tomas Toribio, em 1808-10, e a sucessivas intervenções, nos séculos XIX e XX. Um dos lados configura a Praça de Armas.



Figura 392: Igreja. Fragmento da *Carta topográfica da Nova Colônia de Sacramento, 1731*.



Figura 393: Igreja. Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 394: Igreja. Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.

As casas mais antigas são muito semelhantes na tipo-morfologia, dimensionamento reduzido e distribuição dos usos, com as casas tradicionais açorianas e do Algarve. Térreas, conformadas por um volume retangular cujo lado maior é paralelo à rua e telhado a

duas ou quatro águas, fachadas do tipo porta e janela. Em algumas casas de maior área e importância, aparece a meia água. A construção é em pedra e com divisórias em estuque. Em uma das casas da *Calle de los Suspiros*, ainda existe, nos fundos, um forno, mas à diferença das casas açorianas, este é separado do volume da casa.



Figura 395: Casa de Nacarello
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 396: Casa de Nacarello
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 397: Interior museizado.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 398: Casa Calle de Los Suspiros.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 399: Casa Calle de Los Suspiros, fundos.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.



Figura 400: Casa Calle de Los Suspiros, forno.
Fonte: fotografia da autora, 21/09/2007.

A Colônia do Sacramento era formada por dois setores tipológica e funcionalmente diferentes: o peninsular, adensado e com funções urbanas (portuária, militar, institucional, comercial e residencial) e os arraiais extramuros, de traçado irregular, ocupação dispersa e caráter rural, provavelmente semelhante aos aglomerados dispersos dos Açores. Até agora não se têm documentos sobre as características arquitetônicas dos arraiais. A partir de 1867, a malha sofreu modificações: a maioria dos calçamentos com as drenagens centrais desapareceram, a atual Avenida General Flores passou de 20 a 30 varas de largura e estendeu-se até a beira, dividindo a malha colonial (Moreira; Ordiozola, p.20). No setor extramuros, foi implantada, ao longo do século XX, a malha quadricular que desmanchou totalmente o traçado irregular. O núcleo inicial preservou relativo grau de autenticidade, conservando parcialmente a imagem urbana do século XVIII. Em 1995, foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.



Figura 401: Fragmento da planta da cidade de Colônia de Sacramento, 1995. Em destaque o núcleo inicial
Fonte: Carro 1995. p.108



Figura 402: Calle Ituzangó, fora do núcleo inicial, Colônia de Sacramento.
Fonte: Fotografia da autora, 21/09/2007.

5.4.2 Açorianos em Santa Catarina

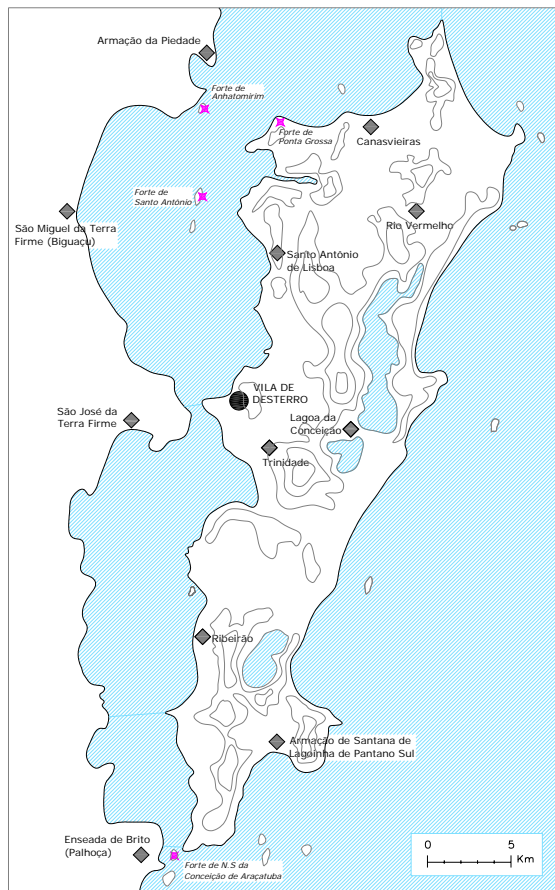


Figura 403: A formação da rede de assentamentos da vila de Desterro.
Fonte dos dados: Fortes, 1978; Mapa da ilha de Santa Catarina, 2008

A presença açoriana em Santa Catarina foi bem superior a que se verificou no Rio Grande do Sul, porque era pelo porto de Desterro que os barcos dos contratantes do

transporte dos ilhéus chegavam. Desde antes de 1748, houve deslocamentos de ilhéus para as vilas litorâneas: São Francisco do Sul, Desterro e Laguna. Com a chegada dos *casais de número*, a administração promoveu sua fixação nas cidades existentes, bem como a formação de novas freguesias e desenvolveu um sistema econômico sustentado na pesca, na agricultura e na exportação dos produtos derivados da caça da baleia, tais como óleo para calafetar as naus, argamassas e barbatanas para adornos, pentes e espartilhos.

5.4.2.1 A estratégia de ocupação

O desenvolvimento da vila de Desterro demandava a defesa do território circundante, continental e insular. Após a construção das fortalezas do sistema projetado por Silva Paes, entre 1744 e 1747, o governador Manuel Escudeiro promoveu a implantação dos aglomerados para assentar os açorianos, seguindo uma estratégia de ocupação muito semelhante à das ilhas atlânticas. Foi estruturada uma rede de pequenas freguesias, dependentes da vila, próximas entre si e interligadas por uma estrada litorânea. A maioria dos aglomerados foram implantados sobre enseadas abrigadas, no continente e no lado interior da ilha, como estruturas lineares paralelas à orla e condicionadas pelo lugar. Tal qual nas ilhas atlânticas, o espaço coletivo constituía o centro: um largo com a igreja, a capela do império do Espírito Santo, o cemitério e outros equipamentos comunitários, como chafarizes e escolas. Com o desenvolvimento, a estrutura inicial e linear daria origem a malhas reticulares irradiadas a partir desse centro. Na ilha, foram formadas as freguesias da Lagoa da Conceição (1750) sobre a lagoa interior; Santo Antonio de Lisboa (1755) e Nossa Senhora da Lapa de Ribeirão da Ilha - atualmente distritos da área metropolitana - ; Trindade, São João Batista de Rio Vermelho e Canas Vieiras, atualmente bairros de Florianópolis. No continente, formaram-se as freguesias de São Miguel da terra firme, atual Biguaçu (1748), com 200 casais; a Enseada de Brito, atual Palhoça (1750); São José da terra firme (1751), com 182 casais; Porto Belo, ao norte. Observe-se que à diferença das freguesias da ilha, em duas das continentais não se observou a diretriz da Provisão de 1747, referente ao tamanho inicial, ultrapassando-se o limite de 60 casais.

Como freguesias dependentes da vila de Laguna, foram criadas Santana do Mirim (1752), São João Batista do Imarui (1783) e a Vila Nova de Imbituba, com *status* de vila,

em 1796, onde teria se instalado uma *armação*. Fortes (1978) lista dois empreendimentos que não tiveram sucesso na área de influência de Laguna. O primeiro foi estabelecido pelo governador Escudeiro, em Campos de Magalhães, provável local onde teria pousado João de Magalhães, em sua viagem ao sul. Este falhou devido à alta umidade e à carência de argamassa e madeira para as construções. A população, 80 famílias referidas na correspondência de 1752, deslocou-se para o norte de Laguna e formou a Vila Nova de Imbituba. O segundo foi Urussanga, que ia se formar em um local a dez léguas ao sul de Laguna, o projeto não foi executado, pois Escudeiro teve que dar prioridade ao povoamento do Rio Grande do Sul.

Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha

Esta freguesia estrutura-se como um aglomerado linear paralelo à orla, à maneira da tradicional *rua direita*, combinada com uma praça adjacente, implantada numa elevação; sobre ela posicionam-se a igreja, orientada de frente para o mar e a capela do Império. Travessas perpendiculares à rua principal formam quarteirões alongados, com lotes sensivelmente homogêneos e ocupados, em toda sua frente, por casas térreas.



Figura 404: Aerofotografia da freguesia de Ribeirão da Ilha. Escala 1:50m
Fonte: google earth, 2008.
27° 43' 06.41''S; 48° 33' 45.97''W.



Figura 405: Ribeirão da Ilha, Rua principal
Fonte: fotografia da autora, 15/09/2008



Figura 406: Igreja
Fonte: fotografia da autora, 15/09/2008



Figura 407: Capela do Império
Fonte: fotografia da autora, 15/09/2008



Figura 408: Fachadas contínuas
Fonte: fotografia da autora, 15/09/2008

Santo Antônio de Lisboa

Inicialmente, esta freguesia devia ter a mesma configuração linear paralela à orla. A praça situa-se na inflexão da rua principal e sobre esta, de frente para o mar, posiciona-se a igreja. Com o desenvolvimento, a partir do arranjo inicial formou-se uma malha sensivelmente ortogonal de quarteirões posicionados com o lado maior paralelo à orla e divididos em duas fileiras de lotes. A maioria das casas apresenta afastamentos laterais.



Figura 409: Aerofotografia da freguesia de Santo Antonio de Lisboa. Escala 1:50m
Fonte: google earth, 2008.
27° 30' 27.85"S; 48° 31' 05.48"W.



Figura 410: Vista de Santo Antonio de Lisboa.
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008



Figura 411: Igreja.
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008



Figura 412: Casa com *falsa*.
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008



Figura 413: Casa térrea.
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2008

Armações

A caça da baleia em Santa Catarina foi uma atividade exercida em grande escala por concessionários, dentro de esquemas de monopólio, diferentemente dos Açores e em particular da Ilha do Pico onde era realizada por pequenas agremiações. Esta atividade produziu um tipo de arranjo espacial particular, denominado *armação*, palavra derivada de *armar-se*, ou seja preparar-se para o confronto com o cetáceo. Instaladas em baías

abrigadas e com praias, as armações desenvolviam-se linearmente paralelas à orla. Como conjuntos proto-industriais tinham um programa especializado e complexo e juntavam edificações de trabalho, senzalas, moradia dos trabalhadores livres, casas dos feitores, *casa grande* do proprietário e equipamentos comunitários como capela, enfermaria e farmácia (Comerlato, 2007). A primeira referência para a instalação das armações em Santa Catarina é o parecer favorável do governador Silva Paes dado, em 1738, à proposta de uma armação formulada pelo Desembargador Thomé Gomes Moreira, que também era membro do Conselho Ultramarino e um dos signatários do Regimento para o transporte de casais (Fortes, 1978). O interesse do conselheiro na migração derivava da necessidade de mão-de-obra para seu negócio, pois a pesca da baleia requeria trabalhadores qualificados como eram os açorianos, principalmente os da ilha do Pico, com ampla experiência nessa atividade. Assinado o respectivo contrato de concessão e monopólio na comercialização dos produtos, procedeu-se à instalação da *Armação Grande da Piedade* no continente, na área de influência da fortaleza da ilha de Anhatomirim. As obras iniciaram em 1743 e o empreendimento, que foi o maior do seu gênero no Brasil, foi inaugurado em 1746. Gomes Moreira manteve a concessão até 1753 (Espírito Santo, 2002, p.179). Ao lado do complexo, formou-se um aglomerado que hoje é um distrito do município Governador Celso Ramos. Conforme a aerofotografia, este se caracteriza pela configuração a partir de uma rua adjacente à orla, em cujo extremo oeste situa-se isoladamente a igreja; dela desprendem-se ruas perpendiculares, formando quarteirões alongados com o lado menor paralelo à orla.



Figura 414: Aerofotografia do aglomerado da Armação da Piedade. Escala 1:100m
 Fonte: google earth, 2008.
 27° 22' 45.41''S; 48° 32' 01.26''W.



Figura 415: Planta da Armação da Piedade elaborada pelo Intendente da Marinha José Mario Pinto, 1829. Reprodução da original na Enciclopédia de Santa Catarina, vol. 23.
 Fonte: Comerlato. 2007.

O período de maior produção foi entre 1765 e 1789 , quando, apoiada na política de fomento econômico e de investimento de capital privado, a concessão esteve em poder da família Quintela. No contexto dessa negociação, surgiram outras armações - Santana de Lagoinha do Pântano Sul ou das Lagoinhas, no sul da ilha (1772); São João Batista de Itapocoroia (1778); São Joaquim de Garopaba (1793); Imbituba (1796) – as quais viriam a dar origem a novos aglomerados relacionados com a presença açoriana (Comerlato, 2007).



Figura 416: Armação de Itapocoroia. Debret [1820] Reprodução fotográfica de José La Pastina. Original: Museu Castro Maya, RJ.
Fonte: Comerlato, 2007.

5.4.2.2 *Permanências da espacialidade açoriana*

A insularidade foi fundamental para que se estruturasse uma rede de assentamentos na ilha e no continente fronteiro, com padrões de implantação e ocupação semelhantes às formas espaciais dos Açores. A proximidade com a terra firme e a existência de baías abrigadas com praias facilitaram o desenvolvimento da pesca e evitaram o isolamento brutal que caracteriza as ilhas atlânticas. O clima subtropical, com estações temperadas, permitiu a adaptação dos açorianos à sua nova terra, mas os solos arenosos e argilosos dificultaram a implantação das lavouras de trigo. Os colonos tiveram que mudar a dieta, substituindo o trigo por mandioca. Segundo Piazza (2002), na ilha e no continente, não houve concessões de $\frac{1}{4}$ de légua em quadro para cada casal. As florestas e a proximidade da serra dificultavam o aproveitamento dos terrenos e a medição. Como os casais preferiram ficar mais perto uns dos outros e trabalhar pequenas glebas de terra, a estrutura fundiária resultou semelhante à das ilhas atlânticas, transferindo-se a sutil diferença entre rural e urbano. Os colonos não tinham condições de assumir as despesas da medição e os encargos para a emissão dos títulos de propriedade e, menos ainda, de trabalhar grandes extensões. Quando da revalidação dos títulos, ordenada pela Lei de Terras (Lei No. 601 de 08/09/1850), poucos descendentes tinham a documentação em regra; só os registros paroquiais de terras levados pela igreja validaram a posse.

A estruturação dos aglomerados urbanos ocorreu, conforme o processo verificado nas ilhas atlânticas. A maioria dos aglomerados são litorâneos e o arranjo inicial é linear. Dada a existência de praias, à diferença dos Açores, a linearidade é paralela à orla, combinada com uma praça aberta ao mar, onde se situam a igreja, a capela do império, o cais e outros equipamentos coletivos. Em um estágio intermediário, passou-se da configuração linear para uma parcialmente radial. No terceiro estágio, desenvolveram-se as malhas sensivelmente ortogonais, com maior ou menor grau de regularidade, em função do sítio e com quarteirões divididos em duas fileiras de lotes. Semelhante às freguesias e aos pequenos aglomerados açorianos, não houve traçados previamente projetados, o que evidencia a mínima participação de técnicos e, portanto, o afastamento do urbanismo erudito. Como na Vila de Desterro, a existência da praça retangular, em proporção de 1: 1,5, com o lado menor paralelo à orla, precedida pela igreja, construída em três de seus lados e aberta ao mar, sugere uma possível influência da norma 112 das Leis das Índias. Embora a urbanização e desenvolvimento contemporâneo, ainda é perceptível a continuidade entre o parcelamento rural e a estrutura urbana. Por exemplo, nas imediações de Ribeirão da Ilha, onde ocorre a transição entre o rural e o urbano, ainda existem cercamentos em alvenaria – embora em tijolo e cimento – similares aos dos açorianos, por sua vez derivados da tradição berbere. Eles servem para delimitar o terreno e protegê-lo dos ventos. Os Impérios do Divino Espírito Santo existiam em todas as localidades catarinenses relacionadas com a presença açoriana. Cletison (2008) relata que foram preservadas apenas cinco destas edificações, todas na área de Florianópolis, nas freguesias de Ribeirão da Ilha, Trindade, Lagoa da Conceição, São João do Rio Vermelho e Campeche, aglomerado surgido no início do século XIX. Apesar da destruição das edificações, a devoção, o patrimônio imaterial relacionado e as irmandades continuaram na maioria das localidades, recebendo influências e integrando outras etnias.



Figura 417: Adjacências de Ribeirão da Ilha
Fonte: fotografia da autora, 15-09-2008



Figura 418: Festas do Divino
Freguesia de Ribeirão da Ilha
Fonte: Cletison, 2008

6. EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS DO SÉCULO XVIII

Analisa-se, a seguir, experiências contemporâneas com a formação da rede urbana sul-rio-grandense, inseridas no contexto da Ilustração e relevantes pela possibilidade de influências. Por uma parte, o plano de Reconstrução da Baixa de Lisboa, atestado da maturidade que o urbanismo português tinha atingido, na metade do século XVIII, pela experiência acumulada na prática ultramarina. Por outra, planos de colonização que combinam urbanização e migração. Embora a originalidade, as *novas vilas* e a migração subsidiada não foram programas exclusivos do Brasil colonial. Projetos similares também fruto do pensamento ilustrado, subsidiados pelo Estado e promovidos por lideranças foram implantados simultaneamente na França, em Portugal peninsular, na Espanha peninsular e nas colônias hispano-americanas.

6.1 O Plano de reconstrução de Lisboa

O plano para a Cidade Baixa de Lisboa foi uma mudança de paradigma de capital. Assim como o palácio de Mafra ilustra o regime absolutista, o plano da Baixa reflete o despotismo esclarecido. O estudo pioneiro e mais divulgado é a tese de doutoramento de José Augusto França, intitulada *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, sob orientação de Pierre Francastel, apresentada, em 1962, à Universidade de Paris. Publicado em vários idiomas, marcou, segundo Rossa (2004), o início da historiografia do urbanismo português.

Centrado na contextualização sociopolítica da experiência, colocou a Baixa como um dos antecedentes do urbanismo moderno, junto com Washington e São Petersburgo. Simultaneamente, porém, a deixou como uma experiência isolada e sem tradição, estranha à cultura europeia, pela falta do contexto cultural e disciplinar que lhe era próprio. Nesse sentido, para Rossa (2004), a Baixa só é *pombalina* em termos histórico-políticos; é uma experiência que não surgiu de um vázio cultural e disciplinar e que se insere no contexto evolutivo do urbanismo português.

Em 1º de novembro de 1755, Lisboa, que tinha em torno dos 250.000 habitantes, sofreu um terremoto seguido de um incêndio que destruiu 2/3 partes da cidade. Sentiu-se a força do fenômeno em toda a península ibérica. Carvalho e Melo dirigiu e coordenou as tarefas de atenção da emergência e reconstrução da cidade, com a determinação que lhe seria característica daí em diante e que o tornaria a principal figura do governo. Com uma acertada combinação de erudição e pragmatismo, o Ministro aproveitou a oportunidade, o desejo latente de renovação da capital e todo o conhecimento urbanístico acunhado durante a administração de D. João V, fazendo da prática urbanística adotada, um valioso instrumento de divulgação ideológica da Ilustração e de credenciamento do poder da monarquia. A cidade planejada e pragmática seria como a espacialização do Estado, de seus princípios racionais e da clareza de suas leis. À continuação, apresenta-se uma síntese do plano com base na análise de Rossa (2004, p. 22-43). A dinâmica adotada foi a de um *Plano Piloto*, elaborado por um grupo de profissionais altamente qualificados a serviço do Estado, sob a coordenação do experiente Dom Manuel de Maia -1668/1763, nomeado Engenheiro Mor do Reino, em 1754. O plano foi desenvolvido entre dezembro de 1755, quando de Maia entregou a primeira parte do Relatório denominado a *Dissertação* e 12 junho de 1758, quando, sintetizado em uma planta da intervenção, foi aprovado pelo ministro. Imediatamente após o acidente telúrico, foram promulgados vários decretos proibindo a realização de construções por conta própria. Foi criada a Casa do Risco de Obras Públicas, uma espécie de ateliê para a equipe do Engenheiro Mor e canteiro de obras para realizar e executar o plano. Nesses dois anos e paralelamente ao plano, foi executado extenso trabalho de cadastro, planejamento financeiro e preparação do terreno físico, jurídico e institucional.



Figura 419: Manuel de Maia. *Planta do registro da parte mais arruinada de Lisboa (...)*, 1755. Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar. Em vermelho destacam-se os edifícios religiosos. Fonte: Rossa. 2004. p. 25



Figura 420: Gravado de época sobre o terremoto de Lisboa. Fonte: Atlas de Lisboa, 1993, p.70

Na primeira parte da Dissertação, o engenheiro analisou pormenorizadamente a situação da cidade, bairro por bairro. Apresentou também o estudo de situações similares acontecidas na Europa -os incêndios de Londres (1666) e Turim – e, utilizando um raciocínio cartesiano, analisou cinco possíveis atuações, desde a reconstrução até a mudança da capital para outro local, avaliando-se em todas, qual era a melhor localização do Palácio Real. Lembre-se que Maia foi o autor do levantamento detalhado da cidade de 1716 e conhecia os projetos urbanos almejados por D. João V. Talvez por isto, enfatizava que, até então, Lisboa não tinha sido objeto de reformas urbanas globais como as já realizadas em outras capitais europeias. Na segunda parte, justificou a opção de reconstrução do centro, no sítio original, dos bairros da Cidade Baixa e Chiado. A zona oriental e mais antiga, formada pela Mouraria, a Alfama, o Castelo e a Graça não foi objeto de atuação. Para implantação do Palácio Real, ele propôs o Campo de Ourique, o que não aconteceu, pois o Palácio da Ajuda viria a ser finalmente construído no início do século XIX ,perto de Belém, afastado do centro. Na terceira parte, concluída em abril de 1756, apresentou o anteprojeto acompanhado de seis hipóteses para o traçado, desenhadas por várias equipes dentro do ateliê. Estas iam desde a reconstrução quase literal da primeira proposta até o projeto de nova planta, sem atender a conservação dos edifícios religiosos da sexta proposta. Ressalte-se que todas as plantas apresentam duas camadas de informações superpostas, o existente e o projetado, o que evidencia o rigor metodológico, o pragmatismo e, no parecer de Rossa (ibid.), o princípio de *liberdade competente* com que se trabalhava nesse ateliê. A proposta escolhida foi a quinta, de Eugenio dos Santos e Carvalho -1711/1760, cuja planta lamentavelmente desapareceu. Junto com cada uma das

propostas, foram apresentados os respectivos alçados. Havia consenso no gabarito de três pavimentos, na regularidade de vãos e no volume unificado por um mesmo telhado, com cumeeira paralela a rua. A proposta escolhida foi detalhada por Eugenio dos Santos e Carlos Mardel -1695/1763, ambos engenheiros–arquitetos. Consistia em uma nova malha absolutamente ortogonal, em contraste com o antigo arruamento labiríntico, formada por três ruas principais em sentido norte –sul e perpendiculares à ribeira, vinculando o antigo rossio e o antigo terreiro do paço, cruzadas por ruas secundárias em sentido leste-oeste e estas por sua vez, por umas travessas norte–sul que definem quarteirões retangulares, em proporção de 1:2,25.



Figura 421: Carlos Mardel e Eugenio dos Santos. Planta final para o plano piloto da Baixa-Chiado, 1758. Instituto Geográfico Português. Em vermelho o existente e em amarelo o projetado.



Figura 422: Vista aérea de Baixa Pombalina
Fonte: Atlas de Lisboa, 1993, p.70

A hierarquia viária expressava-se nas diferentes larguras. As três ruas principais - Augusta, do Ouro e da Prata - tinham 60 palmos (13,20m) com 10 palmos (2,2m) de cada lado para passeios, separando, com colunetas, o tráfego rodado dos pedestres; embaixo da rua, seguindo o eixo central, passava a rede de esgotos; as ruas secundárias também com passeios, tinham 40 palmos (8,80m) de largura; as travessas eram de 30 palmos (6,60m).



Figura 423: Vista da Baixa.
Fonte: fotografia da autora,
05/03/2008



Figura 424: Praça do Comércio,
e rua nova.
Fonte: fotografia da autora,
28/02/2008



Figura 425: Praça do Rossio
Fonte: fotografia da autora,
05/03/2008

A rua perpendicular às três principais que passa por detrás da praça do comércio, correspondente à antiga *Rua Nova*, aberta nos tempos de D. Dinis, relevante por sua conectividade, tinha 60 palmos. O quarteirão era formado por duas fileiras de lotes e o somatório dos recuos posteriores alinhados formava um pátio central. A continuidade e a homogeneidade das fachadas definiam um edifício compacto por quarteirão. O gabarito finalmente adotado, provavelmente por pressões financeiras, foi de quatro pavimentos com telhados com águas furtadas, o que aumentou a densidade de ocupação em 40%. Os pátios centrais terminaram sendo insuficientes. Os pavimentos térreos destinavam-se às atividades comerciais e os quatro superiores, a residências. As fachadas tinham sacadas em cada um dos vãos dos primeiros andares e janelas com peitoril nos outros, relevos em cantaria para destacar os portais e alvenarias corta-fogo sobre os telhados.

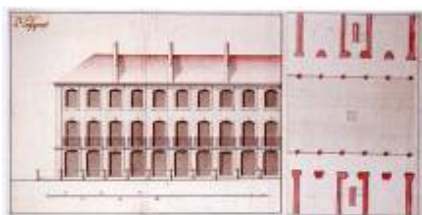


Figura 426: Uma das configurações tipo do anteprojecto, abril de 1756. Arquivo Histórico da Câmara de Lisboa
Fonte: Rossa, 2004, p.27



Figura 427: Alçado de uma das ruas principais. Assinado Sebastião Joseph de Carvalho e Mellop e Eugenio dos Santos e Carvalho. s/d. Arquivo Histórico da Câmara de Lisboa
Fonte: Ferrão, 2004, p.70

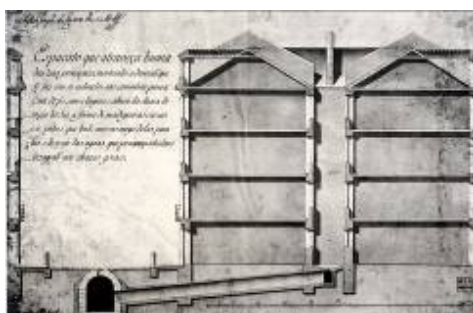


Figura 428: Eugenio dos Santos. *Espacato que atraveça huma das ruas principais (...)*
Fonte: Rossa, 2004, p.38.



Figura 429: Calçamento
Fonte: fotografia da autora, 05/03/2008



Figura 430: Fachadas
Fonte: fotografia da autora, 05/03/2008

As igrejas foram preservadas mais ficaram entre medianeiras, perdendo o posicionamento isolado e monumental. A configuração das praças do antigo rossio e do paço manteve a memória da implantação original, sendo apenas regularizada. A Praça do Comércio, aberta

por um lado e integrando funções de praça e cais, foi ampliada (aproximadamente de 191m x 154m). Os outros três lados configuraram-se com edificações contínuas e regulares, com galerias e um arco triunfal sobre a rua Augusta. Nestes edifícios, estavam inicialmente os grandes comerciantes da cidade, que financiariam as obras. No centro, foi colocada uma estátua equestre de Dom José, como símbolo e representação do poder, cada vez mais distante.



Figura 431: Praça do Comércio
Fonte: fotografia da autora,
28/02/2008



Figura 432: Rua Augusta
Fonte: fotografia da autora,
05/03/2008



Figura 433: Estátua equestre.
Fonte: fotografia da autora,
28/02/2008

As obras foram iniciadas em 1758. Na Casa do Risco, foram desenvolvidos importantes avanços técnicos para a época, como a padronização de medidas, a racionalização da construção e dos acabamentos e a pré-fabricação (azulejos, gradis, esquadrias, etc.), bem como a capacitação de operários e artesãos. Foi desenvolvido um sistema construtivo antissísmico similar ao enxaimel, chamado de gaiola, que consiste em uma estrutura de madeira autoportante por triangulação, preenchida com alvenaria e com elasticidade para suportar os movimentos sísmicos. Coerente com o princípio de continuidade entre o âmbito territorial e urbano, a intervenção da Baixa fazia parte de um plano global para a cidade. Um *ensanche* para um bairro nobre, envolvido por jardins, foi proposto (Alvará de 2 de julho de 1759), porém não teve sucesso, pois a nobreza e a burguesia terminaram reedificando suas casas em outros lotes e a corte definitivamente instalou-se em Belém, onde foi construído o Palácio da Ajuda. (Rossa, 2004)

O retorno da prática urbana ultramarina no Plano da Baixa evidencia-se na aplicação de diretrizes provenientes da tradição popular milenar e depuradas pelo exercício erudito, tais como a origem do traçado no espaço público, a regularização cadastral e

morfológica, o mono direcionamento da malha pela hierarquização do sistema rua-travessa, a unificação de unidades de medida, o emprego de sistemas de proporções geométricas, a integração da arquitetura nesse sistema de relações regulares e proporcionais (Rossa, 2002, p.434). Nesse sentido, o Plano da Baixa constitui um dos momentos de síntese mais relevantes do urbanismo português. O sucesso no desenvolvimento da operação e a capacidade para atuar agilmente revelaram, por uma parte, a sintonia ideológica entre o Ministro e o Engenheiro Mor que levaram a fusão de projeto político e projeto urbanístico; de outra, a alta competência técnica que o corpo técnico português tinha atingido, na metade do século XVIII.

O plano da Baixa recebeu influência de experiências imediatamente anteriores tais como a reconstrução de Londres, após o incêndio de 1766, e a ampliação de Turim, antecedentes citados no relatório de Maia. Em relação à capital inglesa, observe-se que o próprio Carvalho e Mello tinha iniciado sua carreira política como embaixador na Inglaterra, quando decorria a reconstrução. A referência a Londres, mais que a formação de uma malha ortogonal, poderia ter sido a regulamentação contida na *Act of Rebuilding City*: - com a qual, quase sem traçado urbano global previamente desenhado – urbanismo regulado, por conseguinte, efetivamente se reconstruiu a cidade (Rossa, 2004, p.36). O conhecimento da ampliação de Turim viria tanto pelas boas relações entre as casas de Bragança e de Saboia, como pela assessoria direta à Corte de um de seus autores, Filippo Juvarra. A relação do plano da Baixa com projetos franceses contemporâneos é evidente, desde o ponto de vista arquitetônico e morfológico. As praças de Reims, Lyon, Bordeaux e Nantes, semelhantes e contemporâneas com as de Lisboa, caracterizam-se pela mesma continuidade volumétrica, a regularidade dos vãos e os telhados com águas furtadas. O corte tipo proposto para as ruas principais da Baixa (com o sistema de esgotos e a definição de calçadas para os pedestres) é muito semelhante, técnica e formalmente, com uma proposta de Pierre Patte contida nas *Mémoires sur les objects les plus importants de l'architecture* publicadas em Paris, em 1769 (Rossa, 2004, p.38). Estas convergências revelam o intenso intercâmbio que se vivia, no século XVIII, em toda a Europa, bem como a sintonia dos técnicos portugueses com a vanguarda.

6.2 Novas povoações - antecedentes

Na segunda metade do século XVIII, foram implantados, em boa parte da Europa, planos de colonização interior, a partir da formação de redes de pequenos aglomerados. Frederico II de Prússia colonizou a Silesia, com a distribuição de terras de cultivo e a fixação de 300.000 colonos em aldeias. Na Inglaterra, Escócia e Gales, que já vivenciavam o início da revolução industrial, os nobres e grandes proprietários promoveram pequenos aglomerados para lavradores despojados de suas terras pelos novos métodos de cultivo, que mudaram o sistema de vida no campo. Sir Robert Walpole construiu duas fileiras de *cottages* junto a sua casa paladiana; Harewood, nova vila do Conde desse nome, foi encarregada, em 1760, juntamente com a reforma de sua casa, ao arquiteto Carr de Cork; Newnham Courtenay, entre Londres e Oxford, foi iniciado em 1760 por Lord Harcourt, com casas geminadas para 40 famílias. Na França, Voltaire promoveu a formação, próximo a Genebra, de Ferney e Versoix (atualmente na Suíça), a partir de 1758. Em Ferney, Voltaire construiu a casa onde morou até sua morte, experimentou cultivos, trouxe tecelões e relojoeiros que fixou na nova povoação. Foram obtidas isenções fiscais que facilitaram o desenvolvimento (Oliveiras, 1998, p.68).

No território peninsular, ambas as coroas atravessavam sérias dificuldades. Os planos de colonização propostos visavam superar os fortes desequilíbrios territoriais e fomentar economias estagnadas pela dependência no sistema colonial, aproveitando os recursos disponíveis dentro de suas fronteiras. No sul peninsular, existiam várias regiões despovoadas por causa da estrutura fundiária tradicional de grandes extensões, do constante êxodo para América e da expulsão dos mouros. O norte, pelo contrário, padecia o superpovoamento e o desemprego decorrentes da impossibilidade de acesso à terra para a grande maioria e dos novos métodos de cultivo, que dispensavam boa parte da mão-de-obra disponível. A situação era severamente crítica tanto em Leon, Galícia e Astúrias, como no Minho, Trás-os-Montes e Açores.

Os planos das novas povoações eram propostas integrais de desenvolvimento regional e urbano implantados com subsídio estatal, os quais tiveram seu auge durante os

governos ilustrados de Felipe V -1724/1746 e Carlos III -1759/1788, na Espanha, e de D. João V -1707/1750, e D. José I -1750/1777, em Portugal. Apresentavam duas ideias-chave: a primeira era o *transplante* e a fixação de famílias de agricultores e/ou artesãos, com maior qualificação técnica e consideradas moralmente superiores, para acelerar a economia e estabilizar a sociedade civil; a segunda, conforme as ideias de Voltaire, era promover a reforma social através do urbanismo. Assim, a administração portuguesa subsidiou a migração de famílias dos Açores para o Brasil e concentrou colonos e pescadores no Algarve e no Alentejo. A administração espanhola importou colonos do norte da Europa, principalmente alemães, para a Andaluzia e exportou camponeses da região cantábrica para as regiões vulneráveis do Vice-reinado do Prata. Segundo Oliveiras (1998), a colonização adquiriu sentido moderno: da conquista e ocupação territorial para implantar a soberania, passou-se à aplicação, no território, de uma política econômica.

Os antecedentes destes planos foram referências teóricas e práticas: por um lado, os relatórios dos próprios funcionários e assessores régios e a literatura da época; por outro, as experiências bem sucedidas em outros países europeus e as denominadas *utopias concretas*. Todas estas referências tinham recebido a influência das ideias de Rousseau e o sentimento *antiurbano* de Voltaire e dos fisiocratas, bem como as críticas as sociedades ociosas e ao crescimento desordenado das grandes cidades. Espanha foi rica em propostas teóricas. É bem provável que estas fossem conhecidas pelos ilustrados portugueses, dada a intensa mobilidade dos funcionários régios e o rico intercâmbio cultural que caracterizava o momento. Uma explicação à menor produção teórica dos portugueses nesta área poderia ser o terremoto de Lisboa, que obrigou os técnicos a concentrarem-se na formulação imediata de soluções práticas. À continuação e com base em Oliveiras (1998) e de Paula (2000), sintetizam-se as referências mais relevantes.

O plano de Bernard Ward: irlandês, assessor real para assuntos econômicos, redigiu em 1762 o *Proyecto económico en que se proponen varias providencias, dirigidas a promover los intereses de España, con los medios y fondos necesarios para su planificación*. A obra consta de duas partes, a primeira sobre a Espanha metropolitana e a segunda sobre América. Apresenta ideias muito semelhantes às do asturiano José del

Campillo y Cossio (1693-1743), expostas em *Nuevo sistema del gobierno económico para América*, escrita por volta de 1743, obra que serviu de base para as reformas econômicas da administração colonial. Ward propõe a colonização seletiva com grupos familiares estrangeiros, para desenvolvimento da agricultura e da indústria manufatureira. A migração era organizada por um empresário, que devia alistar em torno de 200 famílias para implantar uma colônia agrícola ou industrial. Este líder recebia da Coroa os maiores benefícios, tais como a propriedade de metade da terra ou da fábrica e a concessão de título nobiliário. Os colonos eram naturalizados e, por 15 anos, ficavam livres de encargos fiscais. As colônias se situariam próximas às grandes cidades para fomentar o intercâmbio entre o meio rural e urbano. Este modelo foi experimentado no Reino de Nápoles, naquela época anexado à Espanha, onde se estabeleceram núcleos industriais e agrícolas em torno da capital (Oliveiras, 1998, p.17).

Os relatórios para Reforma Agrária realizados, entre 1766 e 1777, pelos altos funcionários régios, tais como o *Viaje de España en que se da noticia de las cosas mas apreciables y dignas de saberse que hay en ella*, do abade Antonio Ponz (1725-1792), o *Informe sobre la ley agrária*, de Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-1811), o *Discurso sobre el fomento de la industria popular*, do Conde Pedro Rodrigues de Campomanes (1723-1802), o Informe de Andaluzia, de Pablo de Olavide (1725-1803) propõem uma organização do território a partir de redes de aldeamentos e pequenas propriedades rurais produtivas, sem morgados nem propriedades eclesiásticas ou em *mãos mortas*, para fomentar o equilíbrio entre a agricultura e a transformação manufatureira e conter a migração dos camponeses para as grandes cidades.

Campomanes, à semelhança de Voltaire, acreditava na união e no equilíbrio entre agricultura e indústria. Planejava um conjunto de aldeias, similares às colônias de veteranos dos militares romanos (tal como a já referenciada Itálica), que não ultrapassassem os 600 moradores. Eram livres de impostos por dez anos, dotadas de um fundo comum para ajuda a viúvas e órfãos (similar ao cotiguaçu das missões jesuíticas), de hospital e igreja matriz, com pároco nomeado pelo padroado régio, sendo proibida a instalação de comunidades religiosas.

O informe de Olavide, elaborado quando ocupava o cargo de intendente de Sevilha, destacou-se, porque, além de examinar a situação da região de sua jurisdição, apresentava uma solução para os grandes baldios da Sierra Morena e do Caminho de Andaluzia, uma extensa área inútil entre Cádiz e Madri, por séculos insegura e despovoada, sendo portanto, alvo de um projeto imediato. Propunha dividir e vender *suertes* (datas) de 50 fanegadas (33 ha), comprometendo o proprietário a ter uma casa e a trabalhar a metade da terra, em até oito anos. Proibia, no entanto, que as terras fossem de propriedade eclesiástica.

Entre os relatos utópicos, destacam-se a *Sinápia*, publicada em 1780 e atribuída a Campomanes. *Sinápia*, metatesis de *Ispania*, era uma república localizada numa península na terra austral, visitada por um navegante, Abel Tasman, e descrita como uma sociedade agrária ideal, onde os espaços urbanos e rurais eram cuidadosamente planejados. A própria história da América fornecia exemplos caros aos ilustrados: o império inca e as missões jesuíticas eram considerados modelos de sociedades organizadas e produtivas; embora opressivas ofereciam possibilidade real de felicidade, através do conforto material e do trabalho.

6.2.1 Novas Povoações da Andaluzia

O plano foi idealizado por Pablo de Olavide, em 1767, compreendia a formação de duas redes de aglomerados rurais nas regiões do Guadalquivir e da Sierra Morena, com a migração subsidiada de estrangeiros católicos. Coincidentemente ou não, nesse mesmo ano, a Companhia de Jesus foi expulsa e com seus bens foi possível financiar o plano. Olavide (1725- 1803) era o típico ilustrado. Nascido em Lima, de família nobre, tornou-se, em 1746, membro da Real Audiência de Lima, sendo nomeado pelo Vice-rei coordenador da reconstrução de Lima, após o terremoto do 28 de outubro desse mesmo ano, que destruiu o 80% da cidade. Em 1750, foi à península e, a partir da ascensão ao poder de Carlos III, em 1759, passou a integrar a equipe de governo. Como Intendente de Sevilha, ordenou a execução do primeiro levantamento urbano da cidade. Em 1767, foi nomeado Intendente das *Nuevas Poblaciones*. O desempenho do peruano, na administração peninsular, é equiparável ao do brasileiro Alexandre de Gusmão, na corte portuguesa.

O plano previa o ingresso de 6.000 colonos principalmente flamengos e alemães, desde que fossem católicos, além de 140 famílias gregas estabelecidas na Córsega, que terminaram por não chegar. Para tal, em fevereiro de 1767, foi celebrado um contrato com o Coronel Gaspar de Thurriegel, que tinha trabalhado para Frederico de Prússia no recrutamento de colonos e mercenários. Antes da formalização do contrato, o empresário bávaro tinha sugerido levar 8.000 colonos alemães e flamengos para Porto Rico e América do Sul, ao qual Olavide se opôs, porque, além de um árduo processo administrativo ante os vice-reis, o ingresso de estrangeiros nas colônias podia significar uma potencial ameaça à soberania. Em troca, foi decidido levar os colonos para a Andaluzia (de Paula, 2000) .

O *Fuero de las Nuevas Poblaciones de Andalucia* (In: de Paula, 2000, p.311-321), que instrumentalizava o plano, foi redigido pelos próprios Olavide e Campomanes e sancionado em julho de 1767. Ele dispunha o seguinte:

- organização: em âmbito administrativo, o regime era o municipal e no eclesiástico, o paroquial, devendo ser coincidentes. Cada município era formado pela sede e por três a cinco aldeias dependentes. Era proibido estabelecer conventos e ordens religiosas;
- administração: a máxima autoridade era o Superintendente que dependia diretamente do Rei; os cargos civis eram temporários e eletivos: prefeito, síndico e, em cada povoação, um deputado do povo. A educação das crianças, em nível primário, era responsabilidade da administração, porém era proibido estendê-la aos níveis superiores para evitar o abandono do campo;
- regime das terras: o território dividia-se em *suertes* (datas) de 50 fanegadas (33 ha), demarcadas e deslindadas com cercas e com uma casa de habitação; as parcelas eram indivisíveis e não podiam ser acumuladas por uma mesma pessoa, eram hereditárias desde que o beneficiado não tivesse já outra *suerte*;
- Situação e programa urbano: implantava-se cada povoado ao longo das estradas existentes, à distancia de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{8}$ de léguas uns dos outros, deslindando-se e demarcando-se cada jurisdição. A sede do município devia ter igreja, sacristia, edifício administrativo ou sede da comandância, escola, pousada para viajantes, *posito* - que era uma entidade municipal para a comercialização da produção e para promover a assistência social -, moinhos, fornos, celeiros comunitários que deviam produzir as

rendas do município, sem imposição de privilégios ou monopólios que entorpecessem o comércio. Semanalmente, devia se realizar uma feira franca. Nos povoados maiores, havia quartel e cadeia;

- O superintendente tinha faculdade para implantar as casas contíguas ou dispersas nas fazendas, o que gerou diversas configurações;
- Subsídios do Estado: os colonos seriam beneficiados com a moradia temporária, enquanto a administração construía o povoado, e a permanente; para tal o Exército prestaria a mão-de-obra. Cada família recebia móveis e objetos das *temporalidades* da Companhia de Jesus, ferramentas de trabalho, duas vacas, cinco ovelhas, cinco cabras, cinco galinhas, um galo, uma porca de parir, sementes e alimentos por um ano;
- O Estado devia organizar dez fábricas de tecidos, uma de linho e uma de louça.

O plano teve inicialmente grande sucesso, a julgar pelo número de interessados. Após a publicação do edital, em dois anos (1767-1769) chegaram 7.764 imigrantes, a maioria proveniente das regiões germânicas, alguns de Lugano e Lucerna, embora a oposição do governo suíço, e alguns franceses da Guiana, de conformidade com as autoridades francesas. (de Paula, 2000) O artigo 72 do foro previa a admissão de colonos espanhóis do norte, de Valencia e Catalunha, *para que se reúnam os estrangeiros com os naturais, fazendo matrimônios recíprocos (...)* (ibid., p. 82). Em termos culturais, Olavide buscava a assimilação dos estrangeiros ao meio andaluz, através da educação e do convívio com os naturais, evitando a formação de guetos; para isto procurou distribuir os vários grupos pelas aldeias. Diferentemente, pensava o alemão frei Romualdo de Friburgo, cujo propósito era tornar sua paróquia, na Sierra Morena, uma comunidade exclusivamente germânica, onde se falasse alemão e se preservassem os hábitos culturais dos imigrantes. O desfecho do confronto foi a acusação de Olavide ante a Inquisição, sob o pretexto de manter correspondência com Voltaire e Rousseau, e seu exílio na França. Epidemias e dificuldades de adaptação ao meio propiciaram o abandono do plano. O lugar de boa parte dos estrangeiros terminou sendo ocupado por colonos espanhóis. Em menos de meia década, o percentual de estrangeiros tinha diminuído drasticamente. Segundo o censo de 1774, de um total de 4892 moradores, 622 famílias, com 3.086 (66,6%) pessoas, eram de espanhóis e 480 famílias, com 1086 pessoas (33,4%), eram de estrangeiros (Sanchez-Batalla, 1998, v1, p.48). Não há informações disponíveis sobre os filhos dos imigrantes e a composição de

seus matrimônios. Os resultados urbanísticos do plano foram a fundação de 11 povoados e 35 aldeias, distribuídos em duas áreas:

- Baixa Andaluza, na província de Córdoba, com sede no município de La Carlota, (com quatro aldeias), à qual pertenciam as povoações de La Luisiana (com três aldeias), Fuentepalmera (com sete aldeias) e San Sebastian de los Ballesteros;
- Sierra Morena, na província de Jaén, com sede em La Carolina (com uma aldeia) também sede da Intendência, com as povoações de Navas de Tolosa (uma aldeia), Carboneros (duas aldeias), Guarromán (uma aldeia), Rumblar, Santa Helena (uma aldeia), Aldeaquemada (tres aldeias) Arquillos (uma aldeia) Venta de los Santos e Montizón.

Junto a Olavide, trabalharam o arquiteto italiano Juan Bautista Nebroni e o engenheiro francês Charles Le Maur, além de um bom número de engenheiros militares do exército espanhol, que deviam executar agilmente todo tipo de tarefas. O parcelamento rural, a partir de uma malha ortogonal, de lotes em torno das 33 ha (em proporção de 1:3 e 1:4), foi relativamente homogêneo em todos os povoados. Em âmbito urbano, não houve um protótipo pré-estabelecido para a definição da malha, apresentando-se diferentes configurações, com praças e quarteirões de variadas formas, projetadas com maior liberdade formal pelos vários técnicos. O denominador comum foi o uso da rua reta, da axialidade, da simetria barroca e da praça maior como origem da malha. A igreja, no meio de um lado da praça, com a sacristia e a sede da comandância aos lados, posiciona-se como ponto focal da perspectiva do eixo principal.



Figura 434: José de Ampudia y Valdés. 1794-1797. Plano topografico de la Freguesia de Fuente Palmera . (SGE)
 Termo municipal, divisão rural e detalhe dos aldeamentos.
 Fonte: Oliveras, 1998, p. 123

A exceção foi La Carolina, cujo traçado estruturou-se a partir de uma rua principal, sobre a qual se posicionam praças menores de formato hexagonal.

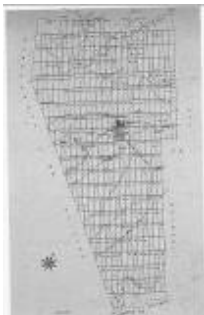


Figura 435: José de Ampudia y Valdés, 1794-1797. Plano do termino de La Carolina; Fonte: Oliveras 1998, p.114.

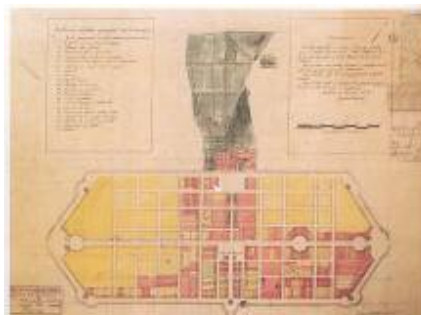


Figura 436: Cayetano Delgado, 1846. *La Carolina, (...) según lo tenía dispuesto por D. Pablo de Olavide Fonte:* Oliveras, 1998, p. 114



Figura 437: La Carolina. Torres de acesso à rua principal. Fonte: Oliveras, 1998, p.106



Figura 438: La Carlota. Planta do núcleo inicial, desenhada com base na planta de 1988, De Paula, 2000, p. 108.



Figura 439: La Carlota. Vista aérea da praça. Fonte: Oliveras, 1998, p.119.

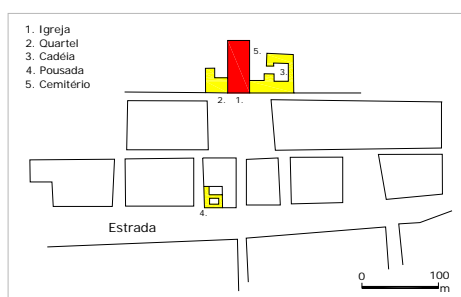


Figura 440: La Luisiana. Planta do núcleo inicial, desenhada com base em De Paula, 2000, p. 109



Figura 441: La Luisiana. Praça e igreja. Fonte: fotografia da autora, 30/02/2008

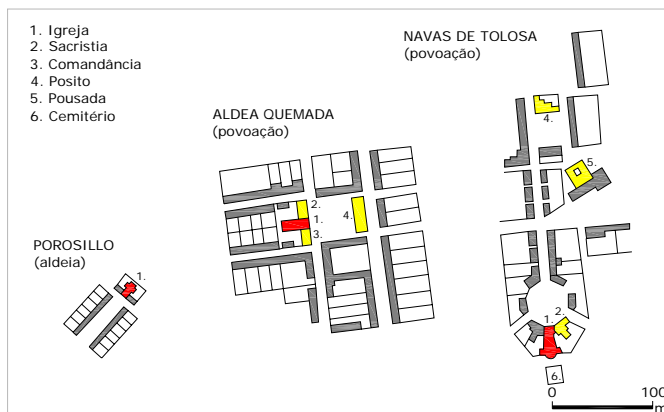


Figura 442: Plantas de diferentes tipos de aglomerado segundo a forma da praça desenhadas com base em de Paula, 2000, p.100, 102 e 104, respectivamente.

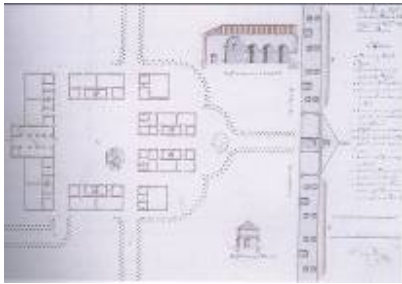


Figura 443: Simon Desnaux. Planta da Aldeia de Fuentecarretos (s/d) Archivo Histórico Nacional (España)
Fonte: Oliveras, 1998, p.125



Figura 444: Aldeia Fuente Carreteros
Fonte: Oliveira, 1998, p.125

As casas foram construídas através de contratos com empreiteiros que executavam várias unidades de uma vez. Não houve dimensionamento padrão para o parcelamento, porém foi definido um projeto da casa tipo que se adaptava aos diferentes lotes. Segundo a planta de 1796, seu autor foi Francisco Losada. Eram construções de alvenaria de taipa com reforços em tijolo, de $\frac{1}{2}$ vara de largura (0,40 m), rebocos de cal com eventuais molduras e pilastras e telha capa canal. A casa tipo deriva da tradição popular e apresenta as seguintes características:

- Alinhamento na frente do lote, configurando a rua, com porta central entre duas janelas;
- Corpo principal retangular, em proporção de 1:4, com lado maior e cumeeira paralelos ao alinhamento (entre oito e 14 metros de frente), telhado de duas ou quatro águas, em função da presença ou não de recuos laterais; pelo lado interno podia adicionar-se a meia água para cozinha e forno;
- Fundo livre para quintal, horta e curral, com cerco perimetral;

- Em alguns casos, houve um segundo andar sobre o corpo principal, para dormitórios à maneira de sótão.

Este tipo de casa popularmente chamada, na Andaluzia, de *casa de pueblo*, compacta e **sem pátio central**, evidentemente deriva da casa de origem berbere, o que explica sua semelhança com as casas do sul de Portugal e dos Açores. A maior diferença é que, nas casas andaluzas com sótão, a janela deste posiciona-se no centro, sobre o vão da porta, enquanto, nas casas portuguesas, aparece um par de vãos em ambos os oitões laterais.



Figura 445: Exemplo de casa tipo
Fonte: Oliveras, 1998, p. 122.



Figura 446: Francisco Losada, Projeto de *casa modelo*, 1766.
Fonte: Oliveras, 1998, p.122



Figura 447: La Luisiana. Rua e casas térreas.
Fonte: fotografia da autora, 30/02/2008



Figura 448: La Luisiana. Casa térrea.
Fonte: fotografia da autora, 30/02/2008



Figura 449: La Luisiana. Casa de dois pavimentos.
Fonte: fotografia da autora, 30/02/2008

6.2.2 Novas Povoações em Portugal

6.2.2.1 Vila Real de Santo Antonio - Algarve

Foi criada para assentar pescadores, totalmente planejada e construída por iniciativa do Marquês do Pombal, nas marismas da foz do Guadiana, no termo da fortificação de

Castro Marim, em frente à cidade espanhola de Ayamonte. A fundação respondia a duas determinantes: primeiro como posto de fronteira onde era imperativo pôr fim às guerrilhas entre pescadores; segundo, como polo de desenvolvimento econômico para sediar a Companhia Geral de Pescarias do Reino dos Algarves, empresa estatal para a conserva e distribuição interna de peixe salgado. A fundação da vila era, portanto, uma oportunidade para marcar a soberania num local distante e vulnerável, sendo imperioso utilizar a forma urbana como expressão da presença e do poder do Estado.

Em 17 de dezembro de 1773, foi assinada a carta régia que ordenava a construção do aglomerado. O projeto foi elaborado, na Casa do Risco das Obras Públicas, pelo arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, que, desde a morte de Dom Manuel de Maia, chefiava o ateliê, junto com Carlos Mardel. A construção transcorreu rapidamente, pois foi implementado o sistema de gerenciamento já testado exitosamente, quando da reconstrução da Baixa de Lisboa, à base da pré-fabricação dos elementos construtivos. Em maio de 1776, o projeto estava concluído.



Figura 450: Eugenio de Souza Soares. *Plano geral do terreno próximo ao Rio Guadiana compreendendo a praça da Vila Real e baterias adjacentes e praça de Castro Marim.* [séc. XVIII] Fonte: Texeira; Valla, 1998, p. 303.



Figura 451: Planta geral de Santo Antônio de Arenilha, 1775, com o nome das ruas escritas pelo Marques de Pombal e dos edificantes por Reinaldo Manuel. Fonte: Texeira; Valla, 1998, p. 301.

Em âmbito territorial, não houve repartição de terrenos rurais por tratar-se de uma vila de pescadores. Em âmbito urbano, o sítio plano não deformou a malha, perfeitamente ortogonal, de seis colunas e nove fileiras de quarteirões. Embora a divisão dos quarteirões retangulares – em proporção 1:2 – em duas fileiras de lotes, as ruas, em ambos os sentidos, têm 40 palmos de largura (8,8m). Em sentido leste-oeste, a primeira fileira de quarteirões

corresponde aos edifícios das sociedades de pescaria, que definem a fachada do rio; a segunda corresponde aos estabelecimentos de salga de peixe; a terceira é a única de quarteirões quadrados, em função da praça equilátera; em dois quarteirões, formam-se praças menores, uma com a fonte e outra com o pelourinho. As seguintes três fileiras de quarteirões correspondem às moradias dos pescadores.



Figura 452: Planta do projeto original da Vila Real de Santo Antonio, 1773-1776
Fonte: Rossa, 2005, p.62

A arquitetura expressa as diferenças do programa. Os edifícios comerciais, institucionais e as residências nobres apresentam maior hierarquia volumétrica e poscionam-se, em destaque, sobre a frente do rio e sobre o marco da praça respectivamente. Como na Baixa de Lisboa, a morfologia derivada da regularidade, da simetria e do emprego de elementos neoclássicos (fachada da igreja) e franceses (uso de telhados com águas furtadas e de portas janelas com sacadas de ferro). Esta arquitetura a crítica tem definido como *arquitetura pombalina*. A casa tipo para os pescadores inicialmente era térrea; proveniente da síntese pela regulamentação, estandarização e unificação de medidas e proporções da casa tradicional algarviana. Constava de um corpo retangular paralelo ao alinhamento, com fachada janela-porta-janela, por sua vez derivada da cultura espacial berbere. A modulação no parcelamento permitiu a subdivisão posterior das unidades e o incremento de pavimentos.



Figura 453: Alfândega
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 454: Igreja
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 455: Esquina da praça
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 456: Edifícios das
Sociedades, rua da orla
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 457: Casa do Governador,
obelisco, praça central
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 458: Casas nobres, praça
central
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 459: Casa de pescadores
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 460: Casa original
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007



Figura 461: Casas modificadas
Fonte: fotografia da autora,
17/02/2007

6.2.2.2 Porto Corvo - Alentejo

Esta pequena vila para pescadores, situada numa uma falésia na costa de Setúbal, foi produto da iniciativa privada, sendo construída, em 1794, sob um programa urbano definido *a priori* e implantado numa malha ortogonal de duas praças. Ilustra a relação indissolúvel entre a forma urbana e a arquitetura e a nascente preocupação com a arborização e o ajardinamento do espaço público. Os quarteirões residenciais dividem-se em duas fileiras de lotes e a casa tipo consta de um corpo retangular paralelo à rua, também uma síntese da casa popular, neste caso, a alentejana, por sua vez também derivada da casa berbere.



Figura 462: Núcleo inicial de Porto Corvo, Século XVIII. Desenhado a partir de Henrique Guilherme de Oliveira. Nova Povoação de Porto Corvo [séc. XVIII] ANTT. Fonte: Teixeira; Valla, 1998, p. 298



Figura 463: Praça de Porto Corvo
 Fonte: <http://www.panoramio.com/photo>

6.2.3 Novas povoações na Hispano-américa

A partir dos fundamentos delineados para o Plano de Andaluzia, a Coroa espanhola aplicou, nas áreas de fronteira, onde a soberania estava em perigo, ou em áreas internas fora do controle, mecanismos de ocupação e colonização, mediante a criação de aglomerados e a repartição de pequenas propriedades rurais. Entre as múltiplas e variadas experiências ocorridas no século XVIII, foram seleccionados três exemplos de planeamento regional de grande envergadura, em áreas de fronteira com população rarefeita, quase despovoadas,

concebidos globalmente pelo mesmo profissional e executados integralmente. Estes são o Plano da Alta Califórnia, o da província de Cartagena e o do Rio da Prata. Este último é o mais relevante, no contexto deste trabalho, porque contempla a migração subsidiada de famílias do norte da Espanha, de forma análoga ao plano português para o Rio Grande do Sul, além da situação de fronteira com os domínios luso-brasileiros.

6.2.3.1 Plano de ordenamento da Alta Califórnia

Em 1767, José de Gálvez -1720/1787- elaborou um plano fundamentado na necessidade de ampliar a soberania no Pacífico norte, pois a presença de encraves de caçadores russos era tão ameaçadora como a dos ingleses. Era necessário também garantir a segurança da rota do *Galeão de Manila*, que chegava ao porto de Acapulco, transportando mercadorias de luxo provenientes de Oriente. Desde 1614, a Companhia de Jesus tinha formado aldeamentos missionários na região. Sua saída foi um obstáculo superado com a nomeação dos Franciscanos, sob comando inicial de frei Junípero Serra -1713/1784. Entre 1769 e 1779, Gálvez e Serra estruturaram uma linha defensiva de, aproximadamente, 900 km, ao longo da costa e sobre o Caminho Real, formada por 22 aglomerados implantados a cada 40 léguas. No extremo norte, estava o presídio de São Francisco e, no sul, o de São Diego. Os recursos humanos empregados foram grupos familiares de soldados, colonos mestiços e indígenas cristianizados, todos com os mesmos direitos. Em âmbito territorial, cada aglomerado compreendia uma área rural dividida em parcelas agrícolas ou *suertes* de 200 por 400 varas (166m x 332m), uma área comunal, uma fazenda real e o núcleo urbano. Em função das necessidades específicas, o núcleo podia ser um presídio ou forte com sua guarnição, quando era necessária a presença militar, ou uma missão para concentrar a população indígena, ou a mistura de ambas.

O presídio, como mínima unidade de forma urbana, consistia em uma área quadrangular, delimitada por uma fortificação com dois ou quatro baluartes. No interior, ao redor da praça de armas, posicionavam-se as edificações: igreja, sede do comando, quartéis, casas dos moradores, enfermaria, padaria, etc. O balanço do plano é significativo, ao se considerar que alguns destes aglomerados viriam a originar algumas das principais cidades

norte-americanas no Pacífico: Los Angeles, Santa Bárbara, São Diego e São Francisco (De Paula, 2000).

6.2.3.2 Plano de ordenamento da Província de Cartagena

O vice-reinado da Nova Granada foi objeto de um plano de colonização interior, implantado nas savanas do Caribe, na Província de Cartagena. A insegurança e a proliferação de quilombos em terras baldias ameaçavam a estabilidade do porto de Cartagena e a navegação fluvial pelo rio Magdalena, obstruindo a comunicação com Bogotá. Para tanto, o governador da província ordenou *reducir en poblaciones a las infinitas almas dispersas*. O projeto foi delineado e implantado por Antonio de la Torre y Miranda, que, a partir de 1774, abriu estradas, levantou pontes e fundou 43 assentamentos agrícolas. Segundo censo do próprio Miranda, foram beneficiados 43.133 habitantes. Do total destas fundações, desenvolveram-se 27, entre as quais duas capitais de Departamento: Montería e Sincelejo. Foi desenhada uma planta urbana tipo, de extremo rigor geométrico e abstração, definida por uma quadrícula com quarteirões de 80 varas de lado (66,4m), divididos em quatro solares (33,2m x 33,2m), com as casas nas esquinas. A praça corresponde à eliminação de dois quarteirões centrais e a igreja posiciona-se isoladamente em um deles. Embora tivesse sido estabelecido um modelo, este não foi fielmente observado e houve ampla gama de configurações derivadas da necessária adaptação ao lugar, que vão desde malhas irregulares até as quadrículas. (Aguilera, 1994)

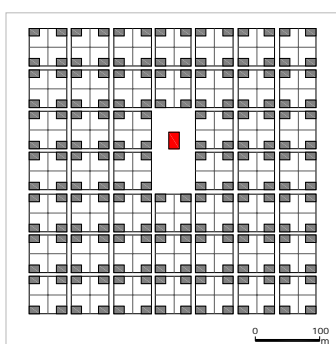


Figura 464: Planta tipo para as novas povoações, segundo o detalhe contido no *Mapa Geográfico da Província de Cartagena* por D. Juan Lopez, 1778. In: Servicio Histórico Militar, 1980, mapa 28 .

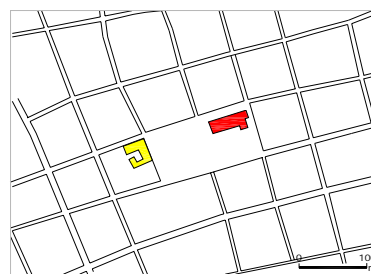


Figura 465: Planta do traçado do núcleo fundacional de San Onofre – Colômbia, desenhada com base em aerofotografia de Google Earth, 2007. Coordenadas: 9° 44' 15.34''N; 75° 31' 29.52'' W

6.2.3.3 *Novas povoações no Vice-reinado do Prata.*

Desde a ótica espanhola, a soberania nos extensos territórios do Rio da Prata, desde o Rio Paraná até a Patagônia, estava em constante perigo devido a agentes externos e internos. Estas ameaças eram:

- As constantes expedições britânicas no Atlântico sul: em 1760, os ingleses tomaram as Malvinas, embora inóspitas, as ilhas eram estratégicas para cruzar o Estreito de Magalhães e ricas em baleias e cetáceos para a produção de azeite;
- A presença portuguesa na Colônia do Sacramento e sua expansão até o Rio Uruguai;
- A falta de pontos de apoio sobre as estradas e rios navegáveis;
- O poder acumulado pelos grandes latifundiários, na província de Entre-Rios; os quais, além de participar do tráfego de algodão, erva mate e fumo, concentravam grandes propriedades, deixando a população indígena sem terra.

Em decorrência, durante a administração do vice-rei Juan José Vertiz y Salcedo (1778-1784), programou-se a migração subsidiada de famílias do norte da Espanha, formularam-se e sentaram-se as bases de planos simultâneos de Novas Povoações nos locais vulneráveis: a Patagônia, a Banda Oriental do Uruguai, a província de Entre-Rios, ao longo da estrada entre Buenos Aires e Mendoza, e a bacia do Rio Salado, na Província de Buenos Aires. Não por acaso, a *Sinápia* de Campomanes descrevia uma república ideal na Patagônia. Esta obra foi publicada, em 1780, e provavelmente influenciou a mentalidade dos técnicos que executaram estes planos. Destes planos, analisam-se os da Patagônia e da Banda Oriental, por serem resposta a ameaças externas e pela incidência na região sul-riograndense.

Os recursos humanos, provenientes de Leon, Astúrias e Galícia, originalmente estavam destinados ao Plano da Patagônia. Para tal, em 1778, o intendente de Galícia, Jorge Austraui, foi encarregado de divulgar um edital com as condições oferecidas e reunir, inicialmente, 200 famílias pobres dispostas a povoar as terras austrais. A Coroa comprometia-se a pagar os custos de viagem até o porto de La Coruña, o transporte até Montevideu e daí até o destino final; garantir alimentação por um ano; fornecer uma soma

de dinheiro, à vista, por cada membro da família, uma parcela rural, uma casa no aglomerado a se fundar, ferramentas, animais de labor e sementes. (De Paula, 2000) Entre 1778 e 1784, período de vigência do edital, foram realizados 13 embarques que levaram, até Montevideú, 1953 pessoas. A procedência era a seguinte: 95% da região cantábrica (776 de Leon, 625 de Astúrias e 455 da Galícia) e só 5% de outras regiões. Morreram 92 pessoas (4,7%) e nasceram 19 crianças. O Vice-rei Vertiz tinha autonomia para distribuir os imigrantes conforme suas prioridades, o que modificou substancialmente o seu destino efetivo. Por uma parte, as incursões britânicas na Patagônia eram uma possibilidade, enquanto a presença luso-brasileira na banda oriental do Uruguai era uma realidade. De outra, o pampa uruguaio, pelo clima mais ameno e o potencial agropecuário era mais atrativo aos moradores que o extremo sul. Para a Patagônia, foram unicamente 129 pessoas (6,9%); na província de Buenos Aires, ficaram 256 pessoas (13,6%); na Banda Oriental, fixaram-se 1369 pessoas (73,5); os 126 restantes dispersaram-se (De Paula, 2000, p.196) .

As fundações na Patagônia

O plano da Patagônia foi formulado, em 1778, por José de Gálvez, então conselheiro das Índias, com ampla experiência urbanizadora na região da Califórnia, como já visto. O plano contava com o aval do Ministro José Moniño - Conde de Floridablanca e foi dirigido ao Vice-rei para sua execução. Consistia em fundar quatro aglomerados portuários autossuficientes com instalações para a exploração da pesca e a extração de sal, necessária nas charqueadas bonaerenses. Os imigrantes eram o único recurso humano com que se contava, porque a região era praticamente despovoada, pois habitada estacionalmente por nativos nômades com mínima disponibilidade para a vida urbana. Das quatro fundações programadas, implantaram-se duas e só uma prosperou.

- **Carmen Patagones**

Foi fundada, em 1779, a partir da construção de um forte e uma povoação, na margem norte do Rio Negro, a 30 km, aproximadamente, da foz. O forte estava sobre uma colina, era de planta quadrangular, com quatro baluartes e tinha dentro as casas dos militares, o quartel para os soldados e demais dependências. Em outubro desse mesmo ano, chegaram os primeiros povoadores galegos. A povoação para os imigrantes foi projetada pelo engenheiro militar Santiago Pérez Brito -1753/1814.

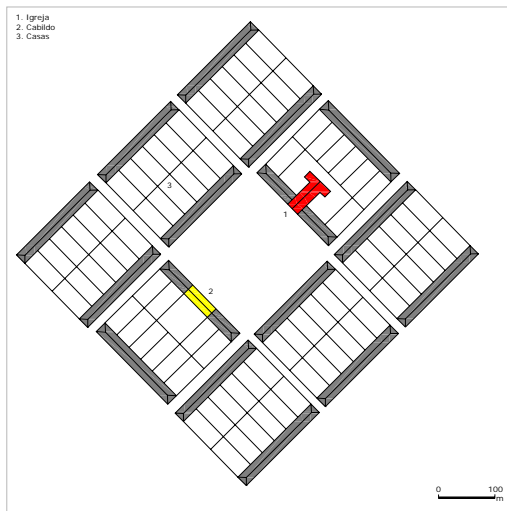


Figura 466: Planta do projeto de Santiago Pérez Brito para a Povoação de Carmen Patagones, desenhada com base em interpretação de De Paula (2000, p. 204) do plano de 1781. Archivo General de la Nación, Buenos Aires.

O aglomerado inicial constava de uma quadrícula de nove quarteirões, divididos em 12 lotes dispostos em duas fileiras, cada um com 30 metros de frente e 90 de fundo; as casas térreas ocupavam toda a frente do lote e eram unificadas por um telhado com cumeeira paralela ao alinhamento. A praça correspondia à eliminação do quarteirão central e sobre ela posicionavam-se, de um lado a igreja e as casas dos padres e, do outro, o *cabildo*, edifício administrativo equivalente à Casa da Câmara e Cadeia. O povoado perdurou e consolidou-se como polo comercial aonde os nativos iam intercambiar seus produtos. (De Paula, 2000)

- San Julián

A baía de San Julian está situada a $49^{\circ} 17' 00''\text{S}$; $67^{\circ} 42' 25''\text{W}$, relativamente próxima às ilhas Malvinas. Em 1520, foi local de escala da frota de João de Magalhães, quando se celebrou a primeira missa no atual território argentino. A presença britânica nas Malvinas demandava o controle dessa posição. Em 1780, o comissário Antonio de Viedma com o piloto Juan Antonio Calleja, após tentativa inicial de fixar-se em Porto Deseado, fundaram a Nova Colônia de Floridablanca, nome dado em honra ao Ministro. Era em forma de presídio, ou seja, partia da construção de um forte quadrangular com praça de armas central. No lado leste, estava o quartel para oficiais e a tropa. Ao norte e ao sul, havia

duas fileiras de habitações para os imigrantes, cada uma com 14 unidades de moradia que mediam duas por seis varas (1,66m x 4,98m), ou seja, 8,2 m², uma área insuficiente para o bem estar de uma família. No centro da praça, estavam as cozinhas coletivas e, no oeste, a capela, a casa do governador, a casa do cirurgião e outras dependências. No exterior, situavam-se a padaria e a ferraria. Logo se iniciou a ocupação fora do forte, com novas moradias de adobe, o hospital e uma cantina. Chegou a ter 150 habitantes, além de 600 indígenas fixados nos arredores. As deficientes condições para desenvolver atividades agrícolas, dada a alta salinidade do solo, tornavam oneroso o empreendimento e, em 1784, o Vice-rei ordenou a saída da população e a destruição do aglomerado. Em 1900, foi refundada (<http://www.sanjulian.gov.ar>; De Paula, 2000)



Figura 467: Planta do presídio Colonia de Floridablanca, Puerto de San Julián, desenhada com base em interpretação de De Paula (2000, p. 200) do plano No. 138 – Buenos Aires, Archivo de Indias de Sevilla.

As fundações da Banda Oriental

As mudanças no plano da Patagônia, feitas pelo Vice-rei Vertiz, terminaram por reservar mais do 70% dos imigrantes do norte da Espanha para povoar a Banda Oriental do Rio Uruguai. Com esse recurso humano, reforçaram-se os núcleos existentes e criou-se uma rede de aglomerados. Em consequência do Tratado de Santo Idelfonso (1777) e pela passagem definitiva da Colônia do Sacramento à soberania espanhola, os moradores luso-brasileiros e luso-açorianos saíram e fixaram-se no território sul-rio-grandense, reduzindo-se consideravelmente a população da Colônia e de San Carlos, também chamada de Maldonado Chico, a qual como já relatado, foi fundada pelo governador Pedro de Cevallos,

com os cativos da toma de Rio Grande. Como era prioritário o repovoamento com famílias de língua castelhana, disponibilizaram-se 715 imigrantes, dos quais 254 permaneceram em Montevideú; 191 (60 famílias) foram para Maldonado; 185, para San Carlos; 85, para a Colônia de Sacramento.

As novas povoações formaram-se para o desenvolvimento da agropecuária, como pontos de escala ao longo da estrada do mar. No trecho entre Colônia e Montevideú, existiam alguns aldeamentos e, a partir de estes, entre 1781 e 1783, o Tenente Eusébio Vidal fundou:

- Guadalupe (atual Canelones), com a participação de 45 imigrantes; a igreja foi projetada por José Custódio de Sá e Faria, quando foi obrigado a trabalhar para os espanhóis;
- San Juan Bautista (atual Santa Lucía), com 148 imigrantes;
- San José com 46 famílias formadas por 211 imigrantes;

Entre Montevideú e Maldonado formaram-se:

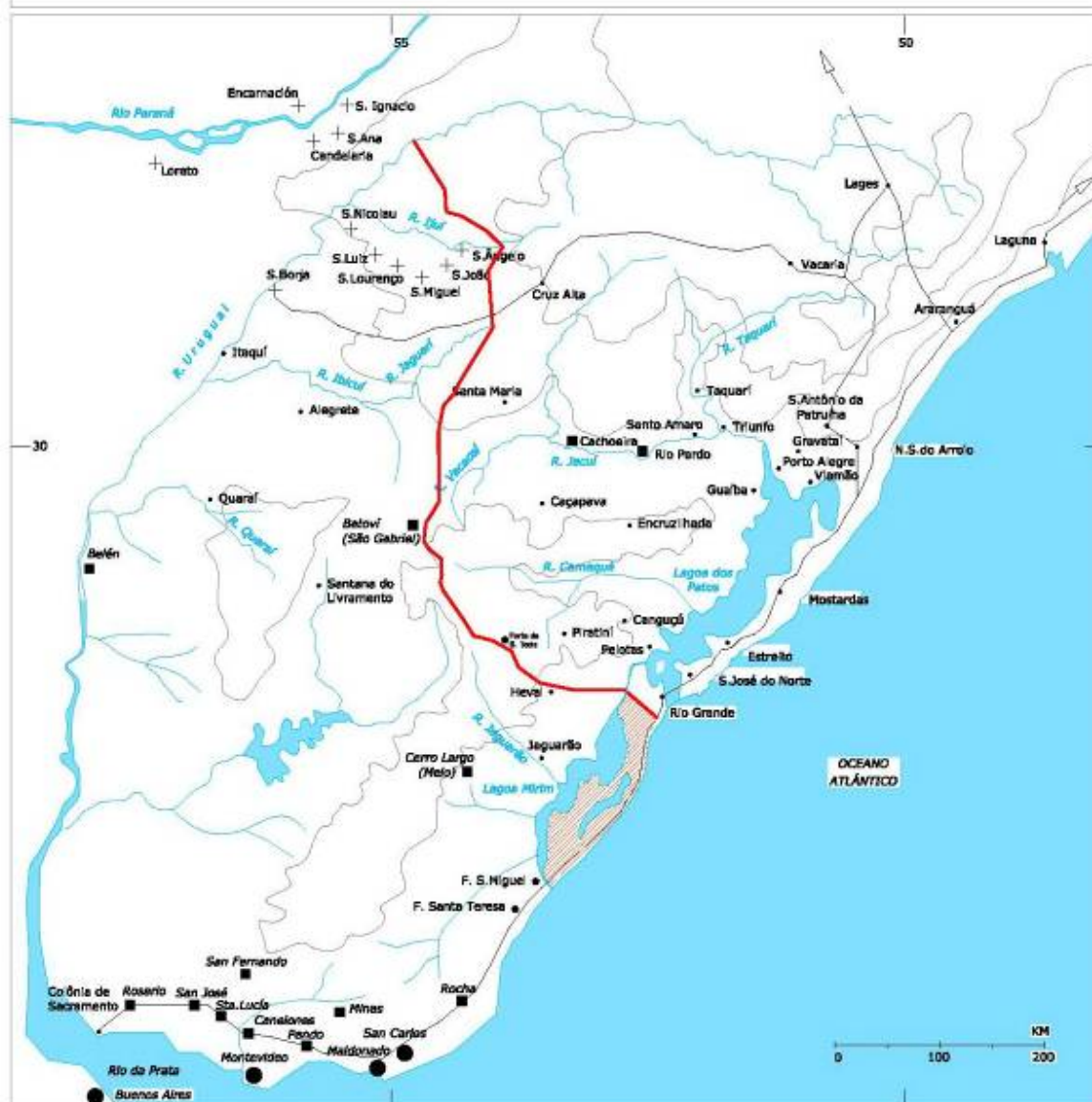
- A Vila de Pando (1788) junto a uma guarda militar, no terreno ao redor de uma capela, doado para tal fim, com a participação de 27 imigrantes;
- Concepción de Minas, fundada por Rafael Perez del Puerto com o piloto Juan Martinez, para assentar 40 famílias, num total de 168 pessoas.

Entre Maldonado e o Forte de Santa Tereza, del Puerto e Martinez fundou-se:

- Nuestra Señora de los Remédios de Rocha, com a participação inicial de 22 famílias.

Como postos de avançada junto à fronteira, para conter a expansão portuguesa, formaram-se três aglomerados: Cerro Largo – atual cidade de Melo (1798) ao nordeste; São Gabriel de Batovi (1800), cujo núcleo inicial foi destruído pelos luso-brasileiros e que viria a originar a atual cidade de São Gabriel no Rio Grande do Sul; Belém (1801), arrasada na Guerra civil de 1840 e reconstruída em 1862.

MAPA 5
Ocupação espanhola da Banda Oriental do Rio Uruguai
Final do século XVIII



- | | | | |
|----------------------|------------------------------|--------------------------------|---|
| + Povos missioneiros | AGLOMERADOS PLATINOS | • AGLOMERADOS SULRIOGRANDENSES | — Limites Tratado de Santo Idelfonso - 1777 |
| ● Fortificação | ● Cidades e vilas existentes | ■ Novas povoações | ■ Campos Neutrais |

Fonte dos dados:
De Paula, 2000, p.227. Souza, 2000.

Conforme a análise de De Paula (2000), os traçados de Minas, San Juan Bautista, San José e Rocha correspondem a um mesmo tipo urbano, idealizado para este conjunto de povoações. As ruas medianeiras dos quatro lados da praça relacionam este tipo com as diretrizes das Leis das Índias (1573), porém a praça maior é quadrada e não retangular em proporção de 1:1,5, como prescrevia a norma filipina. Em todos os casos, os quarteirões quadrangulares apresentam aproximadamente 100 varas de lado (83m). As exceções são Canelones, que se estrutura por uma quadrícula sem as ruas medianeiras; Melo, que é a única que apresenta praça retangular; São Gabriel de Batovi, que é uma quadrícula com uma rua medianeira de uma quadra entre a praça e a igreja.

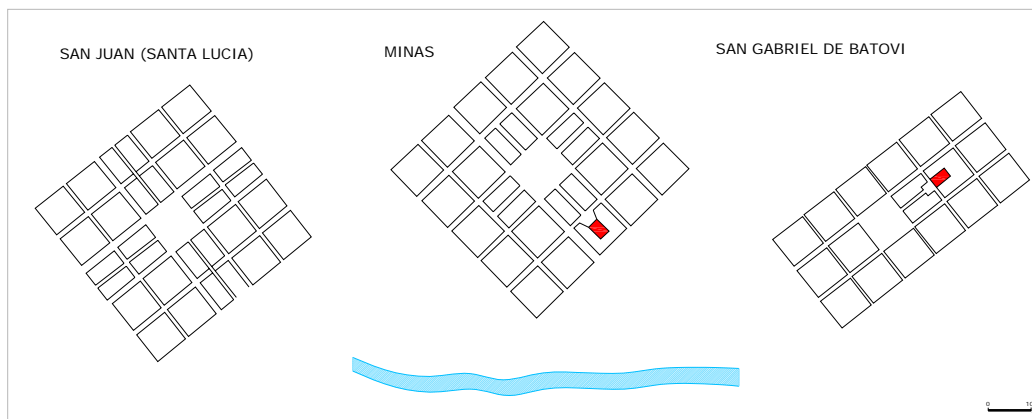


Figura 468: Plantas alguns aglomerados da Banda Oriental desenhados com base na interpretação de De Paula, 2000, p. 229, p. 230 e p.231

A primeira povoação de São Gabriel foi estabelecida pelo cientista Félix de Azara - 1742/1821, em novembro de 1800. Em junho do ano seguinte, sob pretexto dos conflitos peninsulares, as tropas luso-brasileiras, comandadas por Patricio Corrêa da Câmara, destruíram o aglomerado. Os moradores deslocaram-se a seis quilômetros da posição inicial. Em 1813, o governador Diogo de Souza ordenou demarcar o terreno que originou a atual cidade. Em 1815, recebeu o *status* de capela curada e em 1819, por um acordo diplomático, São Gabriel foi incorporada oficialmente ao Brasil.

7. URBANISMO NO RIO GRANDE DO SUL COLONIAL

7.1 Quadro socioeconômico

A ausência de mineração no solo sul-rio-grandense determinou sua vocação agropastoril e sua economia sustentada em três atividades - a criação extensiva de gado, a agricultura e o beneficiamento destes produtos - que definiram as formas de ocupação do território, a formação dos aglomerados e o modo de vida. O cavalo, tal como comentou Saint Hilaire (1999, p.47), teve uma grande importância no modo de vida: *E que nesta região toda gente, mesmo pobre, inclusive escravos, não dão um passo sem ser a cavalo.*

Em relação às formas de ocupação da terra, segundo o levantamento realizado entre 1784 e 1785, denominado *Relação dos Moradores que têm campos e animais no Continente* (ANRJ, cód. 104; AHRS, F1198), citado por Osório (2006, p.153-170), foram registradas 1564 pessoas: 814 (52%) classificavam-se como lavradores; 219 (14%), como criadores; 125 (8%), como criadores e lavradores; 78 (5%), como dedicados mais à lavoura que à criação; 78 (5%), como dedicados a outras atividades; 250 (16%) não informaram a ocupação. As formas de propriedade da terra eram as seguintes: apenas 7% das terras ocupadas tinham sido concedidas sob a forma de *sesmaria*, cujo total era de 116; 30%, como *datas* que eram 469; 22%, por despacho do governador; 13%, por posse; 28% dos moradores não informaram sobre a forma de obtenção da propriedade. O levantamento indica também que 47% dos produtores ainda eram os primeiros proprietários, revelando a ocupação recente da região. O alto índice de propriedades por posse ou sem informar, que chega a 44% do total, denota o predomínio de mecanismos irregulares no acesso à terra. O tropeirismo e a criação extensiva de gado predominaram até a década de 1770. Estas atividades incidiram na formação das estâncias ou grandes propriedades com mais de 1.000 reses. As primeiras formaram-se no litoral e nos *Campos de Viamão*, algumas em

decorrência da concessão de sesmarias a paulistas, mineiros e lagunenses, fiéis à administração. Na década de 1740, a situação das estâncias da freguesia de Rio Grande era menos próspera. O gado concentrado nas 11 sesmarias da parte sul do canal era de 1680 vacuns e 1370 éguas; nas Estâncias Reais de Bojuru e Torotama havia perto de 1200 vacuns; juntos representavam apenas 15% dos bovinos e 6% dos equinos disponíveis na região de Viamão (Queiroz, 1987, p.77). A partir de 1750, com o avanço da ocupação para o sul e o oeste, tiveram preferência de acesso a essa forma de latifúndio os militares destacados. Dreys definiu uma estância como:

(...) uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos, mulas e em certas partes, de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria, as vezes de 2, 3 e mais. (1961, p.129)

Eram habitadas pelo estancieiro, sua família, agregados, peões ou trabalhadores livres e escravos. Residência do estancieiro, casas dos peões e senzalas, galpões e currais formavam conjuntos arquitetônicos singelos de construções térreas. Quando Saint Hilaire passou por uma das estâncias, nas margens do rio Botucuari, observou: *A casa do Major é coberta de telhas, porem térrea; nesta Capitania não vi casas de campo assobradadas* (1999, p. 187). Os estancieiros também possuíam casas urbanas nas vilas e freguesias próximas, nas quais moravam por temporadas, pelo que também eram considerados como habitantes urbanos.



Figura 469: Camaquã. Fazenda Pacheco por volta de 1920.
Fonte: Costa, 1922, 2v. p. 159.

Nas primeiras décadas da ocupação, as estâncias sulinas eram voltadas à pecuária de exportação. Semelhantes às fazendas de outras áreas do Brasil, pela inexistência de uma demanda segura, eram unidades de produção fechada e autossuficiente, nelas se produziam alimentos, tecidos e bens para o autoconsumo. O trabalho era desempenhado principalmente por peões e escravos. Os primeiros eram homens livres, em sua maioria mestiços de europeu e índio ou brancos pobres e sem terra, que trabalhavam sazonalmente.

A prestação de serviços ao proprietário era recompensada com a proteção e a permissão para se estabelecerem dentro da propriedade e cultivarem uma gleba a fim de prover o próprio sustento, já que não havia salário (Queiroz, 1987). Na região da campanha, esses trabalhadores rurais, que tinham absorvido parte do modo de vida indígena e deambulavam a cavalo pelos pampas, viriam a ser identificados como *gaúchos*. Seus hábitos e cultura sedimentaram-se e conformaram boa parte do imaginário da região platina, comum para Argentina, Uruguai e o sul do Brasil. A marginalidade lhes impedia o acesso à terra de forma legal e a fixação com suas famílias. Via de regra, eram considerados ameaça à segurança dos estancieiros, associados ao roubo de gado e ao contrabando (Gutfreind, 2006).



Figura 470: *Scène de la province du Rio Grande*. J. B. Debret. [década de 1820]
Fonte: Debret, 1954, Pl. 51.

Entretanto, a elite conseguia o englobe de extensas propriedades por matrimônios estratégicos, alianças, compra-venda de sesmarias, embora proibida, e também, pela coação exercida por alguns estancieiros-militares. Segundo Osório (2006), nos documentos do século XVIII existentes, há poucos registros de queixas originadas por conflitos de terras, porém a autora adverte que estes deveriam ser mais frequentes do que as fontes informam, como se pode deduzir do alto percentual de propriedades irregulares (44%). Outro motivo de brigas entre vizinhos e herdeiros foram as frequentes indefinições dos limites e das extensões das propriedades, decorrente da falta de medições técnicas. Segundo Murillo Marx (1999, p.34), os conflitos pelas *sobras* ou superposições de uma gleba sobre outra foram constantes. De modo geral, as lutas pela terra, no território sulino, envolviam militares de alto grau que obtinham legalmente as concessões de terras, as quais, às vezes, já estavam ocupadas por lavradores, principalmente açorianos que até então não tinham

recebido os benefícios do programa de migração subsidiada. A situação era resolvida obrigando-se os segundos ao pagamento de aluguel ou à compra da gleba.

Fortes (1978, p. 84-86) relata o desenvolvimento, em Rio Pardo, de dois conflitos envolvendo açorianos. O primeiro é o da *Rua Velha*, também conhecida como *Passo de Couto*, acontecido a partir de dezembro de 1754, quando retornou a Rio Pardo o Governador Geral junto com a Comissão de demarcação de limites. Gomes Freire autorizou o Capitão do Regimento de Dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto, a instalação de um grupo de 12 *casais de número* que tinham se apresentado ante ele. Estes se arrancharam em uma área às margens do Jacuí. Por documentos existentes no Arquivo Nacional, sabe-se que, em 1782, foi iniciada uma ação de despejo contra esses casais, promovida por Joaquim Severo Fialho, que alegou que essas terras eram da sesmaria do seu sogro, Jerônimo Machado da Silveira. Não há, porém, informações disponíveis sobre a forma e a espacialidade do assentamento. O segundo conflito refere-se à ocupação de duas léguas de terra exercida por 35 famílias de açorianos, provavelmente autorizada também por Gomes Freire. O demandante foi o tenente Luis Severino José de Carvalho, genro de Cosme da Silveira - membro da expedição de João de Magalhães e considerado como um dos primeiros habitantes de Viamão -, que argumentava que as terras em questão tinham sido herdadas por sua esposa. Observa Fortes (ibid.) que, na relação de habitantes de Rio Pardo de 1784, disponível no Livro VI da Col. 106 do Arquivo Nacional, os nomes desses casais figuram como *intrusos*. Para evitar o despejo, tiveram que pagar ao demandante o valor das terras que ocupavam.

Em relação à distribuição do gado, conforme o Levantamento de 1784, as grandes propriedades (7%), com mais de 1.000 cabeças, concentravam 59% dos bovinos. No outro extremo, estavam os pequenos produtores, equivalentes ao 48% dos proprietários, que tinham de uma a 100 cabeças, representando 6% dos vacuns disponíveis (Osório, 2006). Estes percentuais ilustram a desigualdade na apropriação do gado; o caráter extensivo da pecuária; a desproporção no acesso à terra. Ao comparar uma sesmaria e uma data, verificase que a data equivale apenas a 2% da extensão de uma sesmaria. A administração também participava diretamente na pecuária, desenvolvida nas estâncias reais. As principais foram a

de Bojurú, localizada em área do atual município de São José do Norte, e a de Torotama, no perímetro do atual município de Rio Grande. Ambas as localidades foram criadas, em 1737, por iniciativa de Silva Paes, paralelamente à formação da vila de Rio Grande, para o abastecimento alimentar e criação de cavalos para as tropas. No início, o gado era trazido dos campos pelos índios Minuanos e Guaranis que negociavam com a administração (Morrison, 2003). Quando da chegada dos açorianos, destas estâncias saíram os animais prometidos pela Provisão de 1747 para formar as freguesias catarinenses. Este fator somado às sucessivas e deficientes administrações levaram à falência. (Fortes, 1938). Após a reconquista (1776) essas fazendas foram extintas e suas terras distribuídas entre os habitantes que regressavam do território uruguaio. Durante o governo de José Marcelino de Figueiredo -1769/1790, formaram-se novas estâncias: *Aldeia*, anexa a Gravataí; São Simão, Mostardas e Caieiras, na barra de Rio Grande; Capão Comprido, nas imediações de Rio Grande.

A agricultura de subsistência, desde o início, complementou a pecuária extensiva, porém, com a chegada dos açorianos, passou a ser desenvolvida para a exportação. O levantamento de 1784 informa que 382 dos entrevistados, 47% dos denominados *lavradores* eram casais açorianos ou retirantes da Colônia do Sacramento e Maldonado (Osório, 2006) . Com a entrega de datas aos ilhéus, a Coroa estimulou o desenvolvimento dos cultivos, principalmente do trigo, e procurou fomentar a industrialização, como demonstra o envio de pedras de moinhos e moleiros para Rio Grande, com a finalidade de substituir as primitivas mós de madeira. Na década de 1780, foram instalados, em Porto Alegre, os moinhos de vento que hoje dão nome a um bairro. A produção, em grão ou em farinha, era enviada para Rio de Janeiro e Portugal pelo que a região passou a ser considerada importante celeiro. Em 1787, foram produzidos 106.791 alqueires, nos principais aglomerados e locais associados à presença açoriana. Os maiores produtores foram Estreito (15.848 alqueires) e Mostardas (14.126 alqueires), seguidos de Rio Grande, Serro Pelado, Lombas, Povo Novo, Viamão, Caí, Rio Pardo, Taquari, Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, Couto, Cachoeira, Encruzilhada, Santo Amaro e Triunfo. Embora os incentivos ao trigo, este entrou em decadência, porque a Coroa, que era o principal comprador, não pagava aos produtores. Os lavradores passaram a cultivar tabaco,

algodão e assim a agricultura diversificou-se com outros plantios como cana de açúcar, milho, feijão, mandioca, árvores frutíferas e outros gêneros, antes restritos ao consumo interno. A crise do trigo se agravou em 1811, quando apareceu a praga da ferrugem que causou a drástica diminuição da produção. Entre 1811 e 1820, a exportação de trigo ficou reduzida, no máximo, ao equivalente à de 20.000 alqueires (Porto,1938).

Embora os fazendeiros luso-brasileiros tenham protagonizado a pecuária e os açorianos, a agricultura, estas atividades não foram excludentes e sim complementares. Osório (2006, p.170) sugere matizar os tradicionais binômios *estancieiro-peão* e *açoriano – trabalho familiar* por serem insuficientes para explicar as práticas sociais coloniais. Segundo a autora, a historiografia caracterizou a produção colonial sulina como pecuarista e essa suposta exclusividade não foi quebrada apenas pela agricultura dos aglomerados açorianos. A análise dos dados do Levantamento de 1784 o evidencia:

- De todos os possuidores de terras, 65% praticavam algum tipo de agricultura;
- Os classificados como *pequenos produtores*, cujas posses figuram nos inventários post-mortem como *campo, data, chácara, sítio* ou *rincão*, dedicavam-se principalmente à lavoura, mas também à criação, chegando a ter até 100 cabeças de vacuns, cavalos, mulas e ovelhas;
- Das grandes estâncias, com mais de 1.000 cabeças de vacuns, em 60% também se criavam cavalos, mulas, ovelhas e outros animais e a agricultura era praticada, embora não fosse a principal atividade. Estes *criadores e lavradores*, que representavam 8% dos proprietários, constituíam a elite social e alguns deles eram também militares. Por exemplo, Rafael Pinto Bandeira, classificado no levantamento como *criador lavrador* tinha 6.000 reses em Cerro Pelado. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XVIII, a tradição agrícola consolidada pelos ilhéus contribuiu para a construção da paisagem rural sulina, caracterizada pela alternância de pecuária e cultivos diversificados. Os viajantes que estiveram no Continente o atestam. Em 1790, Moniz Barreto, em suas *Observações relativas à agricultura, comercio e navegação do Continente de Rio Grande de São Pedro*, comentava a respeito dos arredores de Porto Alegre:

(...) produz com abundancia todas as frutas da Europa, e com muito excesso pêssegos, pois ate as cercas das estâncias e fazendas são de pessegueiros. Para a cultura do trigo é

especial e produz muito mais que em outra alguma parte. Para reduzir a farinha, alem de muitas azenhas que para isto tem, inventaram uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas que se movem puxados por bois, segundo sopram os ventos (...) Há em todos seus arrabaldes famosas estâncias de gados e nestas grandes fábricas de queijos de bom gosto e duração (...) (In: César, 1981, p. 172)

O parecer de Saint Hilaire [1820], sobre a área entre Porto Alegre e Viamão, foi:

(...) a região continua a ser um pouco ondulada e mais povoada de casas, pequenas, porém bem conservadas e construídas sobre as eminências do terreno. Junto a cada casa existe um grupo de frondosas laranjeiras, no momento pejadas de magníficos frutos e nas vizinhanças vêem-se plantações de mandioca, cercada por valas profundas e limitada no lado interno por uma fileira de cactáceas. (1999, p.29)

A terceira forma de produção foi o processamento e exportação dos produtos agropecuários, atividade que surgiu tardiamente, no final da administração colonial. Na década de 1760, devido à crise da mineração, a desvalorização da produção de açúcar e aos gastos com a manutenção das tropas por causa da ocupação espanhola, a administração encontrava-se em déficit. Foram estabelecidas medidas de recuperação econômica, entre elas a substituição das importações e o incentivo à produção agrícola (Espírito Santo, 1993). Nesse contexto, surgiram os primeiros estabelecimentos proto-industriais com tipologias espaciais específicas: as charqueadas e a Real Feitoria de Linho Cânhamo, ambas sustentadas no trabalho escravo.

As charqueadas eram conjuntos onde se salgava a carne em forma de charque e produziam-se sebo, couros, objetos de chifre, velas, sabão e outros derivados. Os primeiros estabelecimentos formaram-se sobre o Canal de São Gonçalo, dadas as facilidades de comunicação fluvial que o sítio oferecia pela proximidade ao porto de Rio Grande. Aí se configurou um núcleo com 48 estabelecimentos de natureza privada, nos quais trabalhavam, em média, 80 escravos homens e 10 trabalhadores livres. O charque era um alimento produzido por escravos e para escravos. Ele era enviado ao Rio de Janeiro, ao Nordeste, à Cuba e aos Estados Unidos, todos locais onde a economia ainda se fundamentava na mão-de-obra cativa. Antes da independência, o charque e os outros derivados como couros, sebo, sabão e artefatos de chifre chegaram a constituir o 85% das exportações sulinas (Marques, 2006, p. 190). Como a produção era sazonal, junto funcionavam olarias e manufaturas para não desperdiçar a mão-de-obra o que gerou uma tipologia de propriedade rural específica. Gutierrez (1999) analisa o espaço das

charqueadas e a incidência dos excedentes dessa riqueza na formação do núcleo urbano de Pelotas, que, na segunda metade do século XIX, viria a ter grande importância, rivalizando com Porto Alegre. Descreve as péssimas condições do espaço de trabalho e o ambiente macabro, que contrastavam com a opulência do núcleo urbano, onde as famílias dos proprietários levavam uma vida ao modo europeu envolvidos por luxo e conforto. Embora a relevância da região pelotense, houve também charqueadas sobre o rio Jacuí em Cachoeira, Rio Pardo e sobre a bacia do Guaíba.



Figura 471: *Engenho de carne seca*. J. B. Debret. (1825)
Fonte: Debret, 1954, Pl. 71.

A Real Feitoria de Linho Cânhamo foi fundada, em 1783, como uma empresa estatal no local denominado Rincão de Canguçu, hoje Canguçu Velho. A produção era escoada pela Lagoa dos Patos, provavelmente através de um porto no Arroio Correntes. Na Europa, a fibra era um produto de crescente demanda devido ao mercado em expansão, impulsionado pela revolução industrial. A Coroa portuguesa precisava dela para elaborar as cordas e velas da Marinha Real, dependendo da Inglaterra para sua aquisição. A administração tentou estimular seu cultivo, mas os resultados não foram os esperados, pois os agricultores desenvolviam as lavouras independente da tutela oficial ou não plantavam por medo que o governo tomasse a produção sem compensação alguma, tal como tinha acontecido com o trigo. A decisão de criar um empreendimento oficial resultou dessa frustração institucional. O vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa, em ofício de 24 de julho de 1783, dava as instruções ao padre Francisco Rodrigues Xavier Prates para fundar a Real Feitoria e disponibilizava um grupo de 40 escravos enviados desde o Rio de Janeiro. Ordenava que as edificações necessárias fossem estritamente funcionais, com telhado de palha. O programa da Feitoria era similar ao dos outros conjuntos proto-industriais, como os engenhos de açúcar e as armações de baleia, pois tinha *casa-grande* ou residência do feitor, senzalas para moradia dos escravos, galpões de trabalho e depósitos especializados.

A produção do primeiro ano chegou a ser de seis toneladas, funcionando também uma cordoaria (Espírito Santo, 1993). Embora o linho cânhamo fosse um negócio promissor, o empreendimento foi à falência. Em 1790, a feitoria foi transferida para o *Faxinal da Courita*, na região do Vale dos Sinos, em área do atual município de São Leopoldo (Porto, 1934). No Vale dos Sinos, a segunda feitoria funcionou até 1824, ano em que suas terras foram entregues aos primeiros colonos alemães, que começavam a chegar ao Rio Grande do Sul. Conforme o parecer de Espírito Santo (1993), a sede da feitoria inicial localizou-se a uma distância de dois a quatro quilômetros da confluência dos arroios Correntes e do Tigre, no local onde atualmente encontra-se a vila de São José ou suas adjacências, área pertencente ao município de Pelotas e que não tem nada a ver com o aglomerado de Canguçu.

7.1.1 Formação da sociedade sulina

A correspondência entre nível social e etnia, a miscigenação, a rígida hierarquia social e a exclusão de todos os que não fossem brancos (índios, negros, mestiços e mulatos) situações comuns em toda a colonização, não foram diferentes na formação da sociedade sulina. Não é nenhuma novidade que os brancos fossem os donos da terra, a classe favorecida e os portadores da cultura hegemônica e que os índios e negros estivessem submetidos ao servilismo e à escravidão, obrigados a assimilar a cultura europeia. No mesmo espaço, co-habitavam vários grupos sociais: no campo, estancieiros, militares, lavradores, peões e nos aglomerados urbanos, representantes da administração civil e religiosa, profissionais liberais, comerciantes, artesãos, ambulantes e trabalhadores domésticos. Os censos realizados em 1780 e 1814, embora tardios, são os documentos oficiais que permitem a interpretação da dinâmica social do regime colonial. O primeiro, *População da Capitania de Rio Grande de São Pedro em 1780*, é conhecido como Mapa Estatístico do Tenente Antonio Córdova. O segundo, *Quadro Estatístico e Geográfico*, foi realizado por Eleutério Camargo. Ambos os censos quantificam a participação dos principais grupos étnicos na formação dos aglomerados, porém não informam sobre a classificação de mulatos e mestiços, o que dificulta entender a lógica de uma sociedade miscigenada e de uma organização severamente estratificada por privilégios étnicos e de parentesco. Tampouco indicam como era a distribuição da população rural em relação à urbana, nem sua distribuição nos diferentes núcleos que integravam a freguesia. Estas

lacunas dificultam o dimensionamento dos aglomerados e a formação de um conceito do *urbano*. Cabe ressaltar que o levantamento de 1780, segundo Laytano (1942), foi realizado com base nos registros de batizados em cada freguesia, pelo que tem ser observados com cuidado, uma vez que se desconhecem os hábitos de negros e índios com relação ao batizo de seus filhos. Em 1780, conforme o citado censo, o total da população sul-rio-grandense era de 18.023 indivíduos, dos quais 9.433 (52,34%) eram brancos; 5.202 (28,86%), negros; 3.388 (18,80%), indígenas. As localidades com maior número de habitantes eram, em primeiro lugar, Rio Grande, com 2.421 indivíduos equivalentes ao 13,43% do total; seguida por Rio Pardo, com 2.374 (13,17%); Aldeia dos Anjos de Gravataí, com 2.355 (13,07%); Viamão, com 1891 (10,49%); Porto Alegre, com 1512 (8,39%). Os locais onde a proporção de brancos superava o 60% do total dos habitantes eram Rio Grande, Estreito, Santo Antônio da Patrulha, Taquari e Santo Amaro. A primeira por ter sido a sede do governo e porto de entrada dos casais açorianos e dos retirantes do Uruguai, as outras localidades pela fixação majoritária dos açorianos. A população indígena ultrapassava 80% do total dos habitantes, na Aldeia dos Anjos, e 50%, em Cachoeira, quantidades explicáveis por ter sido a primeira o principal aldeamento indígena e a segunda porque em sua jurisdição houve outro aldeamento, o de São Nicolau de Jacuí. Observe-se que em Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo não foram contabilizados indígenas. As freguesias com negros ultrapassando 30% do total dos habitantes eram Vacaria, Mostardas, Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Viamão e Porto Alegre, localidades onde os escravos eram mão-de-obra de estâncias, lavouras, estiva e trabalhadores domésticos. O censo de 1814 informa que o total da população era de 70.655 indivíduos, o que significou aumento de quatro vezes, em só 34 anos. Destes, 32.300 (45,71%) eram brancos; 8.655 (12,25 %) indígenas; 20.611 (29,17 %) escravos; 5.399 livres (7,64 %) com o que os negros chegavam a 26.010 (36,81%). Na última década do período colonial, as localidades com maior número de habitantes eram: Rio Pardo, com 11.075, equivalentes a 15,67% do total; Cachoeira, com 8.225 (11,64%); Porto Alegre, com 6111 (8,65%); Piratini, com 3.673 (5,20); Rio Grande, que tinha decaído para a 5ª posição, concentrava apenas 3.590 habitantes (5,08%). Note-se o elevado aumento de localidades recentes como Piratini, cujo povoamento tinha se iniciado após o Tratado de Santo Idelfonso. A população branca constituía mais da metade dos habitantes em Taquari, Mostardas, Rio Grande, Cachoeira e Santo Antônio da Patrulha,

todos estes aglomerados com significativa participação de açorianos. Os indígenas, em comparação ao censo de 1780, tiveram queda de cinco pontos percentuais; apesar de serem maioria (80%) nos povos missioneiros, este dado não foi incluído no censo de 1780. Em locais onde tinham sido grupo majoritário, o censo de 1780, queda brutal: na Aldeia dos Anjos passou a 9,65% e em Cachoeira apenas a 5,17%. A população cativa, embora tenha quadruplicado, nesses 34 anos, manteve o percentual com relação ao total. Os *livres* contabilizados, em 1814, eram 5.399 indivíduos (7,64%). As localidades onde os negros constituíam mais da metade do total dos habitantes eram Pelotas, com 1226 cativos (50,68%) e 232 livres (9,59%); Piratini, com 1535 cativos (41,79%) e 232 livres (9,59%); Santo Amaro, com 773 cativos (41,03%) e 66 livres (3,50%). Explica-se essa maioria em Pelotas pelo auge da atividade charqueadora. Nas freguesias de Piratini e Santo Amaro, o alto percentual de cativos indica que os colonos açorianos e seus descendentes tiveram sucesso econômico que lhes permitiu possuir escravos.

TABELA 9
População da Capitania de Rio Grande de São Pedro em 1780
Censo do Tenente Antônio Córdova

FREGUESIAS	BRANCOS	%	INDIOS	%	NEGROS	%	TOTAL	%
Madre de Deus Porto Alegre	871	57,61	96	6,35	545	36,04	1512	8,39
Rio Grande	1643	67,86	182	7,52	596	24,62	2421	13,43
Estreito	880	70,18	97	7,74	277	22,09	1254	6,96
Mostardas	360	52,10	40	5,79	291	42,11	691	3,83
Viamão	1028	54,36	114	6,03	749	39,61	1891	10,49
Santo Antônio	828	69,64	91	7,65	270	22,71	1189	6,60
N.S. Conceição do Arroio	234	56,12	25	6,00	158	37,89	417	2,31
Aldeia dos Anjos	210	8,92	1890	80,25	255	10,83	2355	13,07
Vacaria	291	50,96	32	5,60	248	43,43	571	3,17
Triunfo	637	49,88	0	-	640	50,12	1277	7,09
Taquari	580	84,18	0	-	109	15,82	689	3,82
Santo Amaro	512	71,11	0	-	208	28,89	720	3,99
Rio Pardo	1317	55,48	438	18,45	619	26,07	2374	13,17
Cachoeira	42	6,34	383	57,85	237	35,80	662	3,67
TOTAL	9433	52,34	3388	18,80	5202	28,86	18023	100,00

Fonte: Laytano, 1942, p. 255.

TABELA 10
Censo da população registrada do Rio Grande do Sul por zonas, segundo a condição da população presente em 1814

FREGUESIAS	BRANCOS	%	INDIGENAS	%	ESCRAVOS	%	LIVRES	%	R. NASC.	%	TOTAL	%
Madre de Deus PoA	2746	44,94	34	0,56	2312	37,83	588	9,62	431	7,05	6111	8,65
Rio Grande	2047	57,02	38	1,06	1119	31,17	160	4,46	226	6,30	3590	5,08
Mostardas	723	62,81	5	0,43	281	24,41	68	5,91	74	6,43	1151	1,63
Viamão	1545	54,94	11	0,39	908	32,29	188	6,69	160	5,69	2812	3,98
Santo Antônio	1706	54,98	8	0,26	961	30,97	330	10,63	98	3,16	3103	4,39
Conceição do Arroio	837	50,79	19	1,15	538	32,65	180	10,92	74	4,49	1648	2,33
Aldeia dos Anjos	1292	48,70	256	9,65	716	26,99	233	8,78	156	5,88	2653	3,75
Triunfo	1760	50,93	55	1,59	1208	34,95	240	6,94	193	5,58	3456	4,89
Taquari	1092	63,71	42	2,45	433	25,26	67	3,91	80	4,67	1714	2,43
Santo Amaro	953	50,58	27	1,43	773	41,03	66	3,50	65	3,45	1884	2,67
Rio Pardo	5931	53,55	818	7,39	2429	21,93	969	8,75	928	8,38	11075	15,67
Cachoeira	4576	55,64	425	5,17	2622	31,88	398	4,84	204	2,48	8225	11,64
Piratini	1439	39,18	182	4,96	1535	41,79	335	9,12	182	4,96	3673	5,20
Pelotas	712	29,43	105	4,34	1226	50,68	232	9,59	144	5,95	2419	3,42
Povos das Missões	824	10,36	6395	80,43	252	3,17	77	0,97	403	5,07	7951	11,25
Outras localidades	4117	44,79	235	2,56	3298	35,88	1268	13,80	273	2,97	9191	13,01
TOTAL	32300	45,71	8655	12,25	20611	29,17	5399	7,64	3691	5,22	70656	100,00

Fonte: Assumpção, 2006, p. 196.

Como foi comum em todo o período colonial, entre os brancos havia discriminação: os portugueses peninsulares tinham os maiores privilégios em comparação com os nascidos no Brasil ou nos arquipélagos. Os altos cargos administrativos e militares e o comércio metropolitano, via de regra, eram regalias para os peninsulares. Em Rio Grande, por exemplo, ao redor de 1808, havia uma elite comercial abastada que se beneficiava da situação portuária da vila, formada por 40 comerciantes formalmente estabelecidos. Destes, 19 eram peninsulares e os demais vinham de diferentes localidades, sendo apenas um natural da vila (Piragine, 1995, p. 9). Desde o início da ocupação da região, os cativos africanos estiveram presentes. Em 1742, cinco anos após da fundação de Rio Grande, José da Silva Paes afirmava que nessa vila *não há casal que não tenha escravos* (apud Osório, 2006, p. 161) Eles participavam de todo tipos de trabalhos, desde as lides do campo até as tarefas domésticas. Osório (2006) sugere que a propriedade de escravos entre a população branca foi generalizada e a participação de afro-descendentes na construção da sociedade sulina foi desconsiderada. Segundo a autora, a interpretação formulada por Fernando Henrique Cardoso (1962) ainda tem aceitação; ele considerou que, nas primeiras décadas da presença portuguesa na região, a escravidão estava restrita aos serviços domésticos urbanos e identificou, no cultivo de trigo, a primeira atividade que permitiria a acumulação de capital e a aquisição de cativos, antes da expansão das charqueadas. Para a autora (ibid.), esta tese não é satisfatória, porque, segundo o censo de 1780, 28,86% da população já era de escravos e somente nesse ano foram iniciadas as exportações do cereal. Boa parte da sociedade participava da escravidão, inclusive ex-escravos que, na condição de homens livres, quando seus recursos econômicos o permitiam, tinham cativos. A compra de indivíduos não era tão onerosa, pois, na década de 1760, um escravo homem e jovem (...) *valia cem reses*. (ibid., p. 162) A propriedade de escravos esteve (...) *disseminada num continuum* (...) (ibid., p. 170), que ia desde as famílias camponesas, cuja produção sustentava-se na mão-de-obra familiar, passando por pequenos proprietários com três escravos em média, seguidos pelos estancieiros médios, com sete, e pelos grandes sesmeiros, com mais de 22. A propriedade de escravos com menor capacidade de trabalho, ou seja, crianças menores de 15 anos e adultos maiores de 40 anos, concentrava-se nos pequenos proprietários, com a mão-de-obra cativa complementando o trabalho familiar. No período entre 1765 e 1825, os grandes proprietários, que tinham mais de 20 escravos,

controlavam 37% de todos os cativos existentes. Para Queiroz (1987), a escravidão teve diferentes matizes dentro da capitania. Entre 1750 e 1763 havia, em Rio Grande, 139 senhores proprietários de escravos. A maioria, 123 (88%), possuía de um a quatro. Quase a metade, 72, era de habitantes urbanos; dos quais dez eram cabeça de família açoriana, 12 eram de famílias mistas de açoriano e os restantes 50 não eram açorianos. Com esta análise a autora mostra que, entre os açorianos, a propriedade de cativos era incomum.

A partir de 1780, com a implantação das charqueadas, os charqueadores passaram a concentrar grande número de escravos, em média 80, o que viria a piorar as condições de vida dos cativos e exigir métodos mais punitivos para evitar revoltas. Semelhante em todo o Brasil, quando os escravos fugiam formavam quilombos, que foram espaços de segregação onde se concentravam negros fugidos, forros e homens livres pobres. As alforrias eram dadas aos apadrinhados, obedientes, inválidos ou àqueles que conseguiram pagar sua liberdade. Nas charqueadas, esse foi o mecanismo para alimentar a esperança de uma provável liberdade e assim manter o controle (Assumpção, 2006). Conforme os dados dos censos de 1780 e 1814, observa-se que os negros livres passaram a ser 7% da população, estando presentes em todas as freguesias, onde constituíam entre 4% e 10% dos habitantes. Em 1780, os forros constituíam 7% dos denominados pequenos proprietários, verificando-se como era difícil para eles aceder à terra.

Em relação aos índios, a partir da aplicação do já referido *Diretório*, a Coroa os libertou, porém os obrigou a viverem concentrados e submetidos ao trabalho assalariado. Após o Tratado de Madri, a Coroa tinha que dar um destino às 700 famílias guaranis provenientes das Missões. As cinco aldeias indígenas formadas, entre 1753 e 1769, referidas no Capítulo 2, tornaram-se empreendimentos falidos. Após sua extinção, em Estreito (1765) e Gravataí (1773) formaram-se freguesias majoritariamente de açorianos. Pouco ou nada se conhece da chegada dos açorianos a estes espaços, previamente ocupados pelos indígenas, e das formas de convívio entre eles. Como foi visto no capítulo anterior, na Amazônia houve situações semelhantes, em que os ilhéus chegaram a compartilhar o mesmo espaço com os indígenas. Parece que os resultados obtidos na região sulina estiveram bem mais próximos aos ideais do programa pombalino, uma vez que foram os

açorianos os que implantaram seu modo de vida sobre as formas culturais dos indígenas. A partir de 1764, a Coroa também decidiu introduzir grupos de índios missioneiros nas povoações projetadas para os açorianos, embora a possibilidade de estes não aceitarem tal convívio. Com base no Alvará Régio de 1755, que estimulava o casamento entre luso-brasileiros e nativas, o governador José Marcelino publicou, em 31 de julho de 1773, um edital garantindo preferência, na repartição de datas, aos portugueses casados com índias (Neis, 1975, p.132).

7.1.2 A contribuição demográfica dos ilhéus

Famílias de açorianos e madeirenses, conforme se explicou nos capítulos anteriores, estiveram presentes no Brasil desde o início até o fim do período colonial. A Capitania do Rio Grande de São Pedro não foi exceção. Segundo Fortes (1978, p. 57),

É uma realidade indiscutível a entrada de casais no período que vai da fundação do presídio militar da Barra, o forte de Jesus Maria e José (...) até a época da chegada dos açorianos, em massa, os verdadeiros casais de número do contrato de Feliciano Velho Oldenberg, (...) no ano de 1747.

A presença madeirense na região sulina não foi significativa e terminou sendo entendida como parte da açoriana. Os dados de Fortes (ibid.), apresentados na Tabela 7, indicam que dos 6.494 indivíduos do programa de migração subsidiada que entraram por Santa Catarina, unicamente 109 (1,6%) vinham da Madeira. Do último embarque das ilhas, verificado em 1756, com 520 pessoas da Madeira, não houve deslocamentos para o Rio Grande do Sul. Como entre os madeirenses que chegaram ao Brasil, havia ex-presidiários, nos estudos iniciais este dado foi desconsiderado, porque poderia desmanchar a visão idealizada construída, na década de 1930, de serem os casais açorianos portadores de altas qualidades morais. Contudo, se considera irrelevante distinguir entre açorianos e madeirenses, porque, como foi analisado, não existem maiores diferenças entre ambos os arquipélagos em relação às formas tradicionais de ocupação do território e de formação de aglomerados. Desde o início do povoamento do Continente de São Pedro, houve presença de açorianos. O auge da mineração tinha atraído, a Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, numerosas famílias, muitas delas com, pelo menos, um conjugue açoriano. Algumas delas vieram para o sul dispostas a aqui se fixarem, conforme a Provisão de 16 de abril de 1738, pela qual a coroa aprovava despensas feitas pelo governo de Rio de Janeiro com o

deslocamento de casais para Rio Grande (Col. 106 do Arquivo Nacional, apud. Fortes, 1978, p. 53). A chegada de moradores da Colônia de Sacramento, de origem açoriana, também foi frequente, dado o contínuo estado de insegurança dessa vila. Nas relações dos primeiros ocupantes dos campos de Viamão e Tramandaí, figuram vários naturais das ilhas. Citam-se alguns que teriam a ver com a origem de certos aglomerados. Manoel de Barros Pereira, da ilha de Santa Maria, recebeu, em 1744, uma sesmaria em terras contíguas à lagoa que leva seu nome, aonde viria a se formar o aglomerado de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Fortes, 1978). Jerônimo de Ornellas era natural da Madeira, seus filhos e parentes espalharam-se pelas freguesias de Triunfo e Taquari, aonde viriam a ser parte dos primeiros povoadores. Sebastião Francisco Chaves e sua esposa, ambos açorianos, também, desde 1732, ocupavam as terras ao sul do Morro de Santana (Macedo, 1993). A partir de 1748, o que mudou foi a chegada dos *casais de número*, ou seja, os enquadrados no programa de migração subsidiada. Como os imigrantes eram, em sua maioria, grupos familiares, consolidou-se uma ordem social, estruturada em torno da família católica e de uma maioria branca e livre. Sua contribuição sociocultural favoreceu, simultaneamente, o desenvolvimento da agricultura e de um modo de vida urbano.

No Maranhão, no Pará e em Santa Catarina, a presença açoriana foi bem superior à verificada no Rio Grande do Sul. Considerando os cálculos de Fortes (1978), das famílias enviadas ao sul, só 25% fixaram-se na Capitania de São Pedro. Em Santa Catarina, os açorianos encontraram condições geográficas e climáticas semelhantes às de seu arquipélago natal; a familiaridade da paisagem permitiu-lhes transplantar seus hábitos e modos de vida com maior facilidade. Enquanto os que foram para o Rio Grande do Sul, depararam-se com outra realidade. A paisagem era totalmente diferente: costas inacessíveis, rios caudalosos, invernos mais frios e verões mais quentes e a vastidão do pampa. As formas de propriedade da terra (sesmarias e datas), com as quais não estavam familiarizados, tinham proporções impensáveis nas ilhas. Por causa da Guerra Guaranítica (1754-1756) e da tomada de Rio Grande (1763-1776), a administração demorou duas décadas para atender os compromissos adquiridos no Regimento de 1747. Os imigrantes terminaram dispersando-se pelas nascentes freguesias. Esses contextos propiciaram a diferenciação entre os açorianos fixados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a qual, no fim do período colonial, já era perceptível; no parecer de Saint Hilaire:

Os habitantes desta capitania [Rio Grande do Sul] são originários de Açores, tal como os de Santa Catarina. (...) Os catarinenses vivem quase sempre da pesca ou do trabalho da terra. Os desta capitania vivem continuamente a cavalo fazendo exercícios violentos e respirando o ar mais puro e sadio da terra. Os primeiros alimentam-se quase somente de peixe e farinha de mandioca, os outros comem carne e algumas vezes pão. (Saint Hilaire, 1999, p.40)

Apesar da situação de vulnerabilidade e do meio geográfico tão diferente do local de origem, os açorianos sulinos, como se analisa mais adiante, constituíram a maioria branca, em relação a outros grupos luso-brasileiros, preservando-se como grupo diferenciado, pela preferência de seus descendentes em casarem-se com nubentes da mesma origem. Esta identidade permaneceu até a chegada de novos grupos imigrantes: alemães, a partir de 1824, e italianos, a partir de 1875. Embora a dificuldade em determinar a quantidade de açorianos do programa de migração subsidiada efetivamente instalados no Continente de São Pedro, é indiscutível sua participação maciça na formação da sociedade sulina, na fundação de assentamentos urbanos ou na consolidação dos já existentes:

A população era, em 1754, de 3.64 almas quando começaram a chegar os açorianos ao continente de São Pedro e nesse ano, segundo os cálculos entraram 585 casais com 2.78 pessoas o que determina logo o crescimento da população em 5.642 indivíduos. Os dados de 1780, conforme o mapa estatístico do Tem. Antônio Córdova, dão nesses 25 anos depois, apenas nas áreas puramente açorianas, 10.053 almas o que é 55% da população total do Rio Grande. (Laytano, 1956, p.44-45.)

A análise da população da vila de Rio Grande é extremamente relevante por ser o local de ingresso dos açorianos ao Continente de São Pedro. Com base na revisão dos registros de batismos, casamentos e óbitos nos livros da paróquia de Rio Grande até 1763, ano do assalto espanhol, Queiroz (1987) estabelece as seguintes conclusões:

- Antes de 1750, a vila teria aproximadamente 1400 indivíduos de todos os grupos raciais, que formavam 162 famílias, e, desde 1738, houve alguma entrada de açorianos como evidenciam os registros batismais (Amaral; Jaccottet,2002);
- A migração subsidiada representou extraordinário aumento demográfico, já que, entre 1750 e 1763, ingressaram 432 casais e um total de 1273 pessoas adultas;
- Em 1763, existiam no termo da vila: 236 casais não açorianos (formados por conjugues de Portugal, das diferentes regiões do Brasil, Colônia do Sacramento e da América Espanhola); aos quais os açorianos acrescentaram 691 novas famílias. A nova composição da vila passou a ser de 26% de famílias luso-brasileiras e **74% de famílias de origem açoriana**. Entre estas, 432 (62%) eram formadas por ambos os conjugues

açorianos e 259 por novos casais, sendo 115 (17%) com ambos os conjugues açorianos e 144 (21%) de casais miscigenados;

- No período de 1750 a 1763, entre a população livre, foram realizados 1.836 batismos de crianças; dos quais 1.365 (74,34%) registros eram de filhos de açorianos.

Com base na estrutura de análise proposta no item 1.3, segundo o parâmetro demográfico, os dados apresentados, colocam a vila de Rio Grande como *aglomerado açoriano* e, em decorrência, todas as freguesias dele dependentes e que gradativamente foram se emancipando também seriam aglomerados com maioria açoriana: Mostardas, Estreito, São José do Norte, Povo Novo, Piratini, Pelotas, Jaguarão, Canguçu e Herval. Esses 10 núcleos equivalem a 40% dos 25 estudos de caso. A análise da contribuição açoriana será verificada mais adiante, em cada uma das descrições.

Queiroz (1987) relata que, entre 1752 e 1754, saíram de Rio Grande para outras localidades 59 casais, dos quais 49 (83 %) eram formados por ambos os conjugues açorianos e 10 (17%) por um só açoriano. É bem provável que mais imigrantes tenham decidido deslocar-se para o interior, desde o momento da chegada a Rio Grande. A invasão espanhola de 1763 acelerou a dispersão dos açorianos e mudou o comportamento demográfico da vila e da região. Entre 20 e 24 de abril desse ano, saíram, em massa, da área urbana da vila, 714 famílias (545 açorianos e 169 não açorianos). Seus destinos, segundo os depoimentos da *Devassa* de 1764, estão apresentados na Tabela 11.

TABELA 11
Vila de Rio Grande: retirada da população entre 20 e 24 de abril de 1763

Destino	Casais açorianos		Casais não açorianos		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Permaneceram	140	25,7%	16	9,5%	156	21,8%
Não identificado	226	41,4%	105	62,1%	331	46,4%
Passaram ao norte	179	22,9%	48	28,4%	227	31,8
TOTAL	545	100%	169	100%	714	100%

Fonte: Queiroz, 1987, p. 116. Tabela 27

As famílias que permaneceram eram, em sua maioria, de colonos açorianos e/ou lavradores pobres radicados nas áreas rurais da vila. Não ficaram dentro da vila, porque, uma vez assegurada a toma de Rio Grande, os espanhóis implantaram um esquema de segurança que impedia os portugueses de pernovernarem na área urbana. Portanto, é bem provável que tenham permanecido nas demais freguesias e nas áreas rurais. Dentro do grupo dos que permaneceram, Queiroz (*ibid.*, p.118) inclui as 45 famílias - 39 (86,6%)

açorianas e seis (13,4%) não açorianas - enviadas a Maldonado (Uruguai) e que fundaram a povoação de San Carlos. Como explicado no capítulo 2, há divergência quanto ao número dessas famílias. Grabeim (2006) afirma que foram 152 famílias, das quais 92 (61,3%) eram açorianas. A natureza desse traslado tampouco tem sido esclarecida. Alguns autores, concordando com a tese lançada por Rego Monteiro, coincidem que foi à força; outros sugerem que dadas as boas condições de San Carlos para a agricultura e a possibilidade de participar do comércio platino, a migração foi voluntária. Em relação às famílias que não tiveram destino identificado, perderam-se as referências. Conforme Queiroz (1987), considera - se que elas puderam ter as seguintes destinações: permanência em Rio Grande ou nas outras localidades dos arredores; acomodação nos aglomerados existentes, a espera de receber as datas; saída para Santa Catarina a procura do apoio de parentes e amigos. Neste grupo, também se consideram os casais novos, filhos dos primeiros imigrantes, que receberiam datas por terem os mesmos direitos de seus pais. As famílias que passaram para o interior acomodaram-se ao longo das bacias fluviais, contribuindo na formação das novas freguesias sulinas. Junto com algumas delas, que receberam datas, foram beneficiadas com terras 16 das 54 famílias que saíram de Rio Grande, antes de 1754. Observe-se que não houve registro de famílias açorianas provenientes de Rio Grande na formação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (ibid.) .

TABELA 12
Casais de Rio Grande que passaram para o interior em 1763

Destino	Casais açorianos	Casais não açorianos	Total
Rio de Janeiro	2	0	2
Santa Catarina	2	1	3
Viamão	14	8	22
Rio Pardo	4	1	5
Taquari	15	0	15
Morro Grande Santana	17	0	17
Porto Alegre	24	1	25
Santo Amaro	8	0	8
Mostardas	9	0	9
Estreito	81	37	118
Triunfo	3	0	3
Total	179	48	227

Fonte: Queiroz, 1987, p.122. Tabela 29

A partir da reconquista da vila (1776), juntaram-se aos 104 casais que permaneceram: 44 que retornaram, 109 recuperados e 387 em que participavam filhos dos anteriores. Chegaram também 407 novos casais que não tinham vínculos com os anteriores nem com a migração de 1747-1754, formados por cônjuges de diversas origens, incluídos 88 açorianos (Queiroz, 1987, p.132-34). Trata-se de uma nova corrente de migração proveniente de Rio de Janeiro e dos Açores, tal como o expressa a *Relação da Despesa que faz a Real Fazenda com a assistência de carne e farinha distribuída pelos moradores que forão da Praça da Colônia e casais vindos das ilhas proximamente*, do Governador Sebastião Veiga Cabral da Câmara, datada da vila de Rio Grande, 23-11-1780 (AHRN, Códice 104, v2. p.222, apud Queiroz, 1987, p.135 nota 22). Houve notada participação de cônjuges masculinos (63) dos Açores e alguns da Madeira nos casamentos com mulheres da capitania, devido à presença de um regimento dos Açores na formação do Exército do Sul, que saiu de Angra, em outubro de 1774 (ibid, p. 135, nota 23).

TABELA 13
Evolução administrativa-eclesiástica dos assentamentos urbanos formados no
século XVIII no território sul-rio-grandense

	Aglomerado	Início do povoamento	Capela	Freguesia	Vila - Sede município
1725-1749	1. Santo Antônio da Patrulha	1725	1760	1763	1809
	2. Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)	1732	1742	1773	1857
	3. Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	1735	1761	1768	1850
	4. São Pedro de Rio Grande	1736	1736	1737	1472
	5. São Luiz das Mostardas	1736	-	1773	1963
	6. Nossa Senhora da Conceição de Viamão	1740	1741	1747	1809
1750-1777	7. Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	1750	1762	1762	1809
	8. Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre	1752	1762	1772	1809
	9. Santo Amaro	1752	-	1773	1881
	10. Bom Jesus do Triunfo	1752	-	1757	1831
	11. Nossa Senhora da Conceição do Estreito	1742	1753	1765	-
	12. Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	1753	1760	1779	1819
	13. Aldeia dos Anjos de Gravataí	1755	1761	1773	1880
	14. São José do Norte	1763	-	1822	1831
15. São José de Taquari	1764	1764	1765	1849	
1778-1822	16. Povo Novo	1777			
	17. São Francisco das Pelotas	1780	-	1812	1830
	19. Santa Bárbara de Encruzilhada	1781	1799	1837	1849
	20. Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul	1783	1800	1848	1831
	18. Piratini	1789	1789	1810	1830
	21. São João Batista do Herval	1791	1818	1825	1881
	22. Nossa Senhora do Serrito de Canguçu	1793	1800	1812	1857
	23. Guaíba	1793	1815	1857	1926
	24. Santa Maria da Boca do Monte	1797	1798	1837	1857
	25. Divino Espírito Santo do Serrito de Jaguarão	1801	1801	1812	1832

Fonte dos dados: Souza, 2000

TABELA 14
Desmembramento e formação das freguesias sul-rio-grandenses
formadas no século XVIII

São Pedro de Rio Grande (1737)	Estreito (1753)	São José do Norte (1822)		
		São Luiz das Mostardas (1773)		
	Povo Novo (1770)			
	Piratini (1810)	Divino E.S. do Serrito de Jaguarão (1812)		
	São Francisco das Pelotas (1812)			
	Nossa Senhora do Serrito de Canguçu (1812)			
	São João Batista do Herval (1825)			
Nossa Senhora da Conceição de Viamão	Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria (1765)			
	Santo Antônio da Patrulha (1763)	Nossa Senhora da Conceição do Arroio (1773)		
	Nossa Senhora do Rosário Rio Pardo (1762)	Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1779)	Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul (1848)	
			Santa Maria da Boca do Monte (1837)	
			São Gabriel	
	Santa Bárbara de Encruzilhada (1837)			
	Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772)	Aldeia dos Anjos de Gravataí (1773)		
Bom Jesus do Triunfo (1754)	São José de Taquari (1765)			
	Santo Amaro (1773)			
	Guaíba (1857)			

Fonte dos dados: Souza, 2000

7.2 As formas urbanas surgidas até 1750

Desde o parâmetro urbanístico, conforme a estrutura de análise proposta, os aglomerados ,cujo início de povoamento ocorreu antes de 1750, não seriam de origem açoriana, já que os casais enquadrados no programa de migração subsidiada começaram a chegar depois desse ano. Porém, a presença dos ilhéus poderia ter influenciado no desenvolvimento de formas urbanas semelhantes às das ilhas. Desde o parâmetro demográfico, considera-se Rio Grande como aglomerado açoriano por ter mais do 70% da população branca de origem açoriana e ser este o porto de entrada dos casais. À exceção de Rio Grande ,que se formou por motivações militares, os demais aglomerados, deste período, caracterizam por terem origem em função do tropeirismo.

A estratégia de ocupação deste período priorizava a defesa e a ocupação da barra de Rio Grande. Prova disso é a destinação dada aos efetivos. Em 1740, o governador de Rio Grande, André Ribeiro Coutinho, contava com 666 militares, equivalentes a 47% da população estimada em 1400 indivíduos, eles estavam assim distribuídos: 482, nas imediações de Rio Grande (37 no forte do porto e 445 no forte do Estreito); 11, em Torotama; os restantes, em vários postos de controle ao longo do litoral - 29, no forte de São Miguel; 36, em Chuí; 24, em Taim; 17, em Albardão (sobre a barra de Rio Grande); 15, no Passo da Mangueira; nove, no Arroio; sete, em Passo Novo, a três léguas do Estreito; sete, na guarda do Norte, que viria a originar São José do Norte; cinco, na Guarda do Viamão; 22, na Guarda do Tramandaí -. (Memória, 1936, p.239-240, apud. Queiroz, 1987, p.69)

7.2.1 Santo Antônio da Patrulha

Por volta de 1725, foi instalado sobre o caminho de Viamão um curral de contagem ou de controle fiscal, conhecido como Guarda Velha. Relata Kury (1987, p.18) que (...) *circundando o curral havia um núcleo urbano que não resistiu ao tempo [e] não tinha capela*. O aglomerado definitivo originou-se a partir do registro estabelecido, em 1740, e (...) *a cuja sombra fundou o dono de uma fazenda, com índios e açorianos emigrados de*

Santa Catharina a povoação primitiva (Costa, 1922, p.405) . O autor lista 17 nomes de chefes de casais açorianos como os primeiros povoadores. A tradição oral relata que Inácio José de Mendonça era o proprietário da sesmaria de ½ légua em quadro, onde se formou o povoado. Junto com sua esposa Margarida, filha mulata de Manuel de Barros Pereira (natural de Faial e dono da sesmaria do Arroio), levantaram uma capela (provavelmente situada em frente ao prédio atual da prefeitura) e ,com seus quatro filhos e agregados, iniciaram o povoamento. Uniram-se a eles índios, portugueses, paulistas, lagunenses, soldados, escravos e alguns espanhóis. A carta de sesmaria, de 9 de junho de 1755, informa que a concessão foi dada por solicitação do requerente que argumentou morar no local e ter várias casas (Kury, 1987). Pela portaria episcopal de 4 de setembro de 1756, autorizou-se a criação da *Paróquia da Cima da Serra* e, por decisão régia, a partir de 1795, esta foi denominada Santo Antônio da Patrulha (Neis, 1975).

Conforme Domingues (2002), após a chegada dos imigrantes, o aglomerado recebeu 60 casais açorianos que foram favorecidos com datas. Esta era sua procedência: 28 (47%) de São Jorge; 15 (25%) de Faial; oito (13%) da Terceira; cinco (8%) de Pico; três (5%) da Graciosa; um (2%) de Flores. Porém não se têm dados sobre a população branca já radicada para determinar o percentual de açorianos. O Censo de 1780 registrou 828 habitantes brancos que constituíam perto do 70% da população total. Segundo a análise de batizados nessa freguesia, entre 1773 e 1798, dos 389 avós listados, 153 (39,3%) eram dos arquipélagos, cifra que dá conta da participação de ilhéus na formação do povoado (Amaral; Jaccottet, 2002). O declínio do tropeirismo trouxe a perda de importância do local, então a agricultura familiar, com cultivo de cana de açúcar e trigo, passou a se desenvolver com a participação dos açorianos. Para o processamento dos derivados, foram montados engenhos e moinhos com a tecnologia trazidas das ilhas. Em 1836, a Câmara Municipal recebeu da Presidência da Província a instrução proferida a todas as Câmaras de demarcar os limites das respectivas vilas, para que não fossem excluídas de pagarem décimas, por não terem 100 casas dentro de seus arruamentos. A Câmara de Santo Antonio informou que o arruamento da vila compreendia: a rua direita, desde a casa do crioulo José Benfica até a Aula de Ensino do Mútuo (hoje esquina ruas Mauricio Cardoso e Roberto Luz) e a rua do Vinagre desde a casa de Miguel Weber até o Umbu, hoje local do colégio

Santa Terezinha. Neste perímetro, praticamente coincidindo com os lotes ao redor do terreiro, havia 91 prédios. (Maciel Jr., s.n.e. p.15) Conforme Costa (1922, v1. p. 407), em 1918, o espaço urbano de Santo Antonio estava conformado por 6 ruas, 2 praças e 220 prédios e a população era de 1100 habitantes.

Situação e sítio

A origem e o desenvolvimento inicial estiveram condicionados à situação favorável no contexto do tropeirismo, atividade que manteve Santo Antonio como aglomerado de importância na rede viária que ligava o extremo sul com Minas Gerais. Com o desenvolvimento das charqueadas, os portos adquiriram maior hierarquia e os entrepostos das antigas estradas perderam importância. A partir do fim da colônia, Santo Antônio permaneceu à margem dos grandes mercados, o percurso em carro de bois até Porto Alegre durava oito dias (Kury, 1987). O comportamento demográfico evidencia a mudança de situação: de 3103 habitantes, em 1814, passou a ter 1.100, em 1916. O sítio aonde se formou o aglomerado, segundo a carta de sesmaria de 1755, era conhecido como *Sítio do Pulpito* por ser um outeiro (Kury, 1987).

Tipologia e Morfologia urbana

A incerteza sobre a data de início do aglomerado evidencia sua origem espontânea. O aglomerado, na fase inicial, caracterizava-se pela configuração ao longo de uma rua principal alargada, coincidente com o divisor de águas e com o prolongamento da estrada, conhecida como *Rua Direita* (atual Rua Borges de Medeiros). A primeira planta urbana que se conhece é de 1819 e nela se observa esse arranjo linear. A largura excepcional da rua principal permitiu a implantação da igreja no meio, como edifício singular. Esta configuração de *aldeia rua*, em harmonia com o sítio e, provavelmente, com a função de juntar o gado, própria de um curral, é o tipo comum nos aglomerados da serra associados ao tropeirismo como Lages –SC e Lapa –PR. Da rua principal desprendem-se, perpendicularmente, as travessas, vencendo uma topografia acentuada. No estágio inicial, o arruamento não devia configurar quarteirões, a julgar pelo parcelamento ainda existente, caracterizado por lotes estreitos e muito profundos, com acesso duplo.

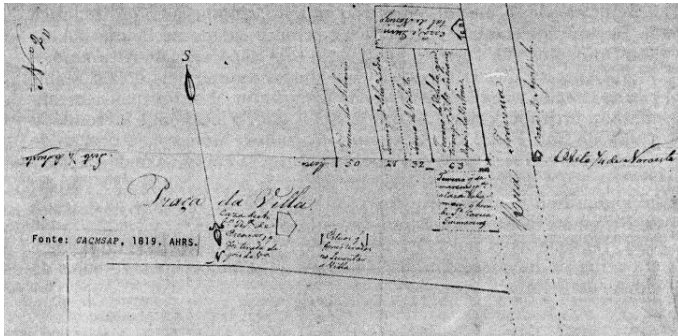


Figura 473: Santo Antônio. Vista da antiga Rua Direita (1816). A direita observa-se a 2ª igreja
 Fonte: Costa, 1922, v2, p. 408



Figura 474: Antiga Rua Direita
 Fonte: fotografia da autora,
 24/03/2006



Figura 475: Travessa
 Fonte: fotografia da autora,
 24/03/2006



Figura 476: Antiga Rua do Vinagre
 Fonte: fotografia da autora,
 24/03/2006

Elementos primários

A igreja primitiva foi demolida e, por volta de 1829, foi edificada uma segunda sobre a rua Direita. Esta igreja foi demolida em 1932 e substituída pela terceira e atual, localizada na parte alta, na praça do antigo umbu. No momento em que a freguesia foi ascendida à vila (1809), não houve um projeto específico para a Câmara. Junto com a cadeia e o quartel, ela funcionou em uma residência sobre a rua Direita em lote mediano (Maciel Jr., p.15). Um importante local de uso público foi o manancial (atual Travessa 15 de novembro) que garantia o abastecimento de água potável e aonde, no período imperial, viria a ser construída uma fonte. Segundo informações orais dos moradores, a capela do

Império do Espírito Santo funcionava numa edificação –atualmente descaracterizada - localizada no lado sul da rua Direita.



Figura 477: Fonte do Imperador
Fonte: fotografia da autora,
24/03/2006



Figura 478: Antiga Capela do Império
Fonte: Arq. Alencar Massulo de Oliveira
29/01/2009

A grande maioria eram casas térreas com a cumeeira paralela ao alinhamento, com recuo em um ou em ambos os lados. Algumas casas, como a que foi residência de Caldas Júnior (hoje Museu), em função da forte declividade do terreno para os fundos, apresentam porão à maneira das casas assobradadas dos Açores.

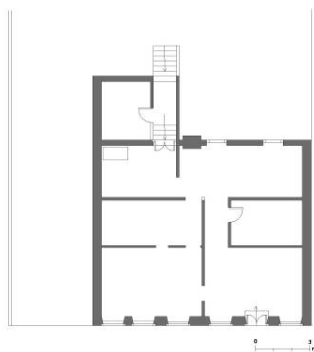


Figura 479: Planta Casa Caldas Junior,
Av. Borges de Medeiros, 400
Fonte: levantamento da autora,
24/03/2006



Figura 480: Casa Caldas Junior
Fonte: fotografia da autora,
24/03/2006



Figura 481: Casa Caldas Junior
Fonte: fotografia da autora,
24/03/2006

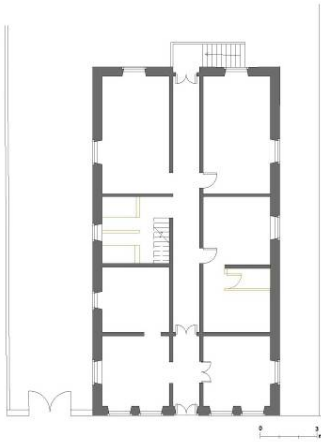


Figura 482: Planta Casa Av. Borges de Medeiros, 766
 Fonte: levantamento da autora, 24/03/2006



Figura 483: Casa Av. Borges de Medeiros, 766
 Fonte: fotografia da autora, 24/03/2006



Figura 484: Casa Av. Borges de Medeiros, 766
 Fonte: fotografia da autora, 24/03/2006

Verificação da açorianidade

Embora não seja fundação açoriana e a população das ilhas não tenha sido a maioria, é um aglomerado onde os ilhéus exerceram influência na configuração do espaço urbano. Em termos urbanísticos, apresenta elementos comuns, mas não exclusivos da tradição espacial açoriana: a formação espontânea; o arranjo linear coincidente com a estrada; a hierarquização em *rua direita* e travessas sem formar quarteirões; o loteamento, a partir da ocupação contígua das frentes das parcelas estreitas e profundas; a predominância do tipo de casa térrea e compacta. A capela do império foi descaracterizada; já não se identifica nem se utiliza com tal, embora subsistam as formas de religiosidade e tradições açorianas.



1. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - núcleo inicial [1940]

FONTE PLANO:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio. Levantamento cadastral [década de 1940] Detalhe núcleo inicial.

OBSERVAÇÕES:

Interpretação com base em pesquisa

CONVENÇÕES:

1. Local da primeira igreja
2. Local da segunda igreja
3. Local da Câmara e Cadeia
4. Local da Capela do Império
5. Fonte
6. Igreja Matriz- atual
7. Umbu

DESENHO E
INTERPRETAÇÃO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500 m



7.2.2 Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)

Na década de 1730, os tropeiros que percorriam a estrada que vinculava as vilas de Laguna e Rio Grande iniciaram uma ocupação dispersa na faixa litorânea. No rio Tramandaí, existia um posto de controle para evitar o contrabando de gado e a penetração dos espanhóis, o qual funcionou até 1809, quando foi transferido para Torres. O aglomerado viria a se formar na Estância da Serra, que pertencia ao almoxarife da Colônia do Sacramento, Manoel Pereira Franco, em função da existência de uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a qual tinha sido construída, em 1742, por Antônio Gonçalves dos Anjos. O povoamento efetivo, que garantisse a verdadeira ocupação da região entre as lagoas, a serra e o litoral, foi promovido durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1770), por meio da concessão de datas aos imigrantes açorianos, dando cumprimento, embora tardio, à Provisão de 1747 (Silva, 1985). Em 1773, o governador deu instruções ao Capitão em exercício de engenheiro Alexandre José Montanha, para demarcar as datas e assentar casais de açorianos e formar a freguesia. Segundo Fortes (1978), esta foi fundada em terras da sesmaria de Francisco Xavier Velho Ferreira, aonde se colocaram 13 casais de ilhéus, cuja relação inclui o autor. Esta versão, no entender da pesquisadora, sugere a criação de um aglomerado sem relação com a capela pré-existente. Nenhuma das famílias de açorianos que saiu de Rio Grande, quando da invasão, fixou-se na região (Queiroz, 1987). Como não se dispõe do número de moradores existentes antes da fixação dos imigrantes, não é possível determinar o percentual da contribuição dos açorianos dentro da população branca. Uma nova distribuição de terras foi realizada, em 1790, pelo então governador Rafael Pinto Bandeira, quando visitou a povoação e fez concessões mediante despacho das petições que os interessados tinham formulado ao comandante da freguesia (Silva, 1985). Destas concessões, unicamente foram registradas nove datas, conforme os Códices F-1230 e F-1231 do AHRS (In: Barroso, 2002). Em 1918, conforme o inventário de Costa (1922, V1. p. 412), o assentamento tinha 10 ruas, 2 praças, 180 prédios e 12 casas comerciais. A população era estimada em 1.200 habitantes.

Situação e sítio

A inserção do aglomerado na rede urbana deveu-se à situação favorável ao lado das rotas terrestres e lacustres. O desenvolvimento de um porto sobre a Lagoa do Marcelino

garantiu a comunicação com as outras freguesias, através de uma rede natural de lagoas e rios. A navegação lacustre, entre Porto Alegre e Araranguá, passando por Conceição do Arroio e Torres, foi comum até a década de 1950. O sítio escolhido para o núcleo urbano, no meio das Lagoas dos Barros de do Marcelino, protegido a oeste por uma serra, era um divisor de águas entre dois arroios. Daí derivaram os nomes da Estância da Serra e de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (mudado em 1934 para Osório).

Tipologia e morfologia urbana

A correspondência oficial indica que o Capitão Montanha recebeu ordens de formar o aglomerado. Embora não se conheçam o autor nem o projeto inicial, o traçado quadricular, ao redor de uma praça retangular, evidencia um planejamento de cunho erudito. A praça era um grande descampado com gramado para albergar as cavalcadas e outras manifestações sociais e festivas. As ruas apresentam sensivelmente a mesma largura e a hierarquia viária define-se pela conectividade, sendo a rua principal, tangencial a lado norte da praça, a que articula com a estrada e o porto.



Figura 485: Osório. Praça por volta de 1930.
Fonte: Muri, 1987, p. 65.



Figura 486: Osório. Praça da matriz em 1940.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Osório.

Elementos primários

A igreja, dentro da praça, e a capela do Império, sobre esta, eram os edifícios singulares e coletivos. Por não ter sido vila durante o período colonial, não teve Casa de Câmara e Cadeia. A atual igreja foi edificada no lugar da inicial, demolida em 1958. A primeira, de grossas paredes em pedra e cal tinha uma torre lateral. Em 1909, a fachada que estava em mau estado, foi desmanchada e reconstruída, passando a torre a ocupar o meio. O cemitério, que rodeava a igreja, permaneceu até 1928, quando, por ocasião da reforma da praça, foi trasladado para a várzea. A capela do Império estava localizada no lado oeste da praça e, por volta de 1922, quando as festas do Espírito Santo já não tinham a importância de antes, servia como residência do padre. (Muri, 1987). Comparando as fotografias de 1900 e 1930, observa-se que, nesse tempo, o Império passou de edificação isolada a construção sem afastamento lateral.



Figura 487: Osório. Praça e igreja matriz por volta de 1900. À esquerda, a capela do Império.
Fonte: Muri, 1987, p. 68.

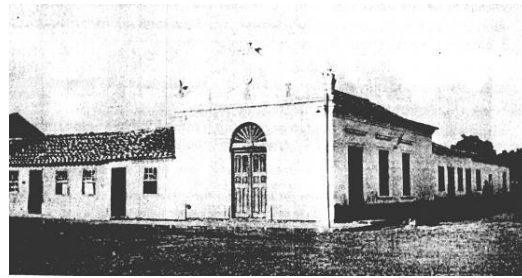


Figura 488: Capela do Império em 1922
Fonte: Muri, 1987, p.65

Arquitetura doméstica

As edificações do núcleo inicial foram totalmente descaracterizadas e hoje não há evidências do aspecto urbano do século XVIII. No estágio inicial, a estrutura predial devia apresentar quarteirões com divisão homogênea de lotes, ocupados por casas térreas, de planta retangular e compacta, com afastamentos laterais e decorrentes telhados a quatro águas, com cumeeira paralela ao alinhamento. Com a densificação, os lotes viriam a se subdividir e ocupar toda a frente com casas térreas e sobrados. As edificações sobre a praça tinham, simultaneamente, uso residencial e comercial e suas fachadas apresentavam várias portas, para, em caso de vento forte, uma ser fechada.



Figura 489: Osório. Casa de esquina. Antiga Casa Brasil. [década de 1980]
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Osório.



Figura 490: Osório. Casa de esquina. Antiga Casa Brasil, aspecto atual.
Fonte: fotografia da autora, 28/02/2006

Verificação da açorianidade

Apesar de ter sido iniciada a ocupação antes de 1750, foi com a chegada dos açorianos que o povoamento estruturou-se em torno da freguesia. Isto e a existência de capela do Império caracterizam o aglomerado como assentamento açoriano, porém, desde o parâmetro urbanístico, o arranjo definitivo, a partir de um projeto realizado por um engenheiro militar, interferiu no desenvolvimento da identidade espacial açoriana.

7.2.3 Vacaria

Desde o século XVII, os jesuítas entraram na região dos Campos de Cima da Serra, onde formaram a Vacaria dos Pinhais. Em 1713, os índios missioneiros abriram uma picada e levaram 80.000 bovinos. Com a abertura da estrada dos Conventos (1727-1729), a região ficou inserida no contexto do tropeirismo e os portugueses começaram a penetrá-la para tomar o gado. Na local de Bom Jesus, sobre o rio das Antas, instalou-se um registro ou destacamento militar, conhecido como Passo do Matemático, que funcionou até 1780, quando foi transferido para Santa Vitória no Rio Pelotas. As primeiras sesmarias foram concedidas desde 1738, porém elas não garantiram a ocupação da região. Algumas terminaram sendo arrematadas motivo pelo qual passaram a ser conhecidas com o nome *dos ausentes*. As primeiras estâncias formaram-se, a partir de 1752, em sesmarias concedidas a Cristóvão Pereira de Abreu, Francisco de Souza e Faria e Pedro da Silva Chaves, os responsáveis pela abertura das Estradas. Em 1740, chegou a primeira leva de povoadores, que iniciaram uma ocupação dispersa. Eles terminaram sendo exterminados pelos índios Guaianás. A segunda leva chegou em 1780 e, cinco anos mais tarde, já possuía propriedades, 24 legalmente e 64 sem título.

O aglomerado teria se formado por volta de 1750, em um ponto onde, segundo a tradição oral, apareceu uma imagem em cujo pedestal estavam os dizeres 'Nossa Senhora da Oliveira'. Os povoadores da região construíram uma capela de barro e capim que pronto se constituiu em local de peregrinação. A seu redor foram sendo construídas casas de barro e capim, dada a ausência de argila e cal. Em 1761, foi criada a capela curada, sob jurisdição de Viamão, e, em 1763, passou a ser parte de Santo Antonio da Patrulha. Era conhecida como Capela da Serra. O bispo de Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1768, criou a freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria, da qual também dependia a capela de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Não houve nenhuma legalização dos lotes urbanos, visto que, em 1840, o proprietário do local onde se formou o aglomerado fez a respectiva doação. Em 1850, teve a categoria de vila. Em 1900, contava com 140 casas e 631 habitantes (Barbos, 1978). A região dos campos de cima da serra não foi alvo do programa de assentamento dos açorianos que entraram por Rio Grande. A participação deles, na ocupação da região, foi por conta de iniciativas individuais dos que já estavam fixados em Santa Catarina.

Situação e sítio

A origem e desenvolvimento inicial estiveram condicionados ao tropeirismo e à posição sobre a estrada que relacionava a região de Viamão com São Paulo e Minas. No final do período colonial, Vacaria teve importância regional por sua articulação com a região das Missões, através da estrada de Cruz Alta. O sítio escolhido para formar o aglomerado foi um local alto e divisor de águas

Tipologia e Morfologia urbana

A planta da área central de 1950 apresenta um arranjo reticular ao redor de uma praça retangular, implantada no local mais alto, sobre a qual se posiciona a igreja, que ocupa o lugar da capela primitiva. A praça, como centro e origem da malha, evidencia a participação de um técnico, seja na provável fundação ou na re-estruturação. A abundância de madeiras e a falta de cal e tijolo produziram uma arquitetura rudimentar de madeira e edificações isoladas, pelo menos morfologicamente distante da arquitetura luso-brasileira. No parecer de Dreys (1961, p.127), essas casas (...) *foram construídas pela necessidade*. No século XIX, o aglomerado apresentava o seguinte aspecto:

A vila de Vacaria é pequena, contando com um quadrado de casas mau construídas, possui nos arredores alguns ranchos, poucas e pequenas chácaras, que bem atestam o atraso da localidade. O templo que é ereto numa casa particular é dedicado a Nossa Senhora da Oliveira. (Almanak do Rio Grande do Sul, 1851, p. 14)



Figura 491: Vacaria na década de 1920.
Fonte: Costa, 1922, v1. p.470

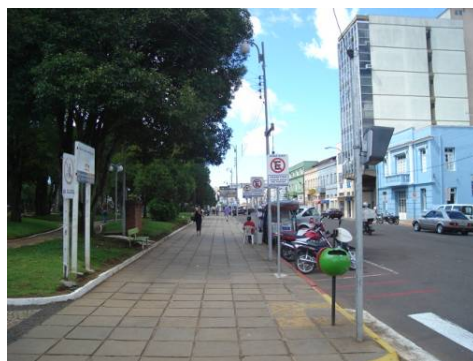
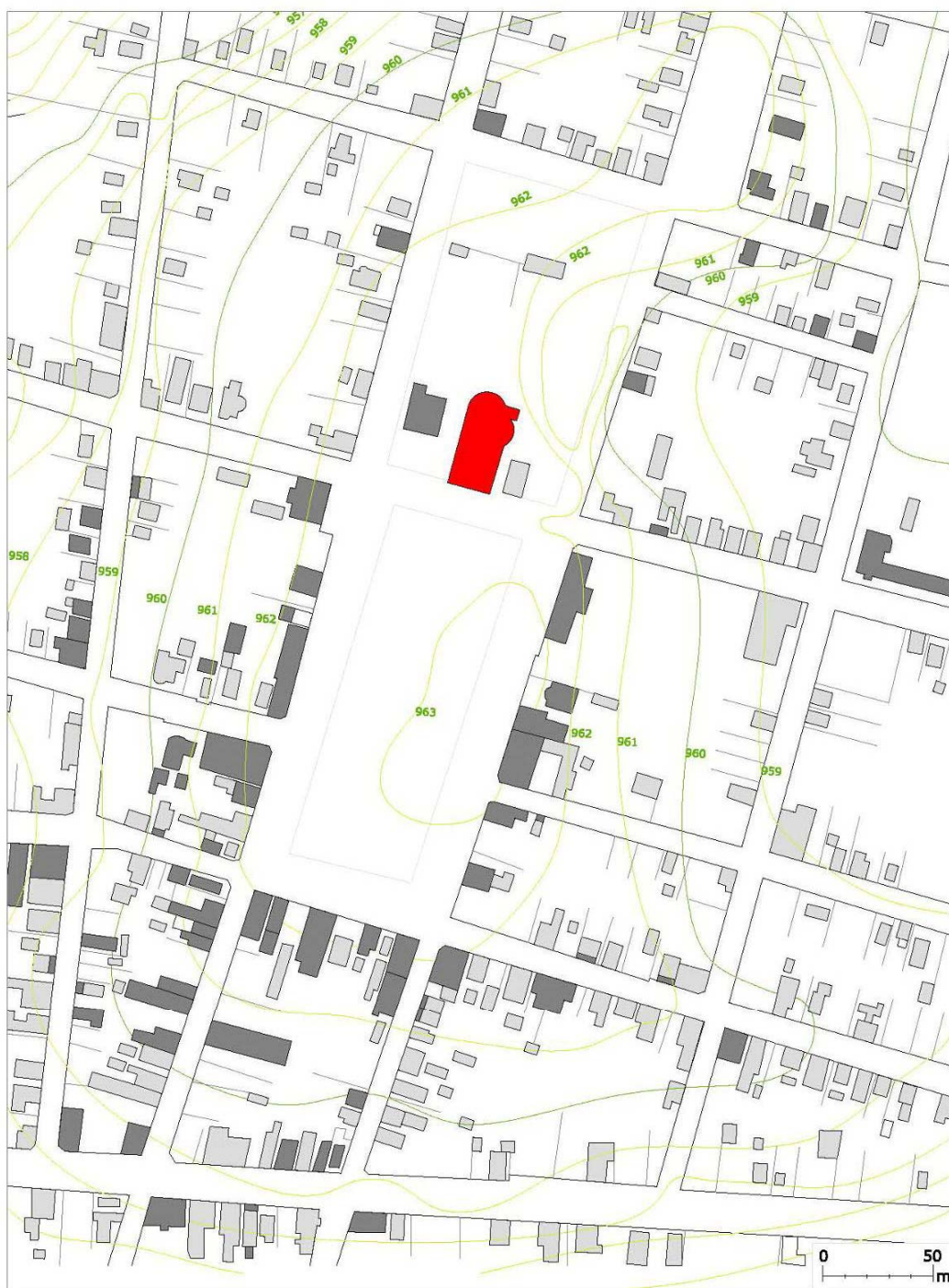


Figura 492: Vacaria, praça central.
Fonte: fotografia de Ângelo Braghirolli, 20/11/2007.

Verificação da açorianidade

No parecer da pesquisadora, não há condições para caracterizar Vacaria como *aglomerado açoriano*.



3. VACARIA - núcleo inicial, 1950

FONTE PLANO:
 Governo do Estado. Secretaria de Obras Públicas. Diretoria de Saneamento e Urbanismo. Levantamento Topográfico de Vacaria, esc. 1:2000. Lev. Rubem Rolim, 15 de maio de 1950.

OBSERVAÇÕES:
 Detalhe área central

CONVENÇÕES:

- Igreja matriz
- Casa de Avenaria
- Casa de Madeira

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:
 Luisa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500 m



7.2.4 Rio Grande

O *presídio* foi formado, em 1737, como consequência de duas ações militares paralelas: a do Brigadeiro José da Silva Paes e a de Cristóvão Pereira de Abreu. Para garantir o controle dos territórios conquistados, o Brigadeiro ideou um sistema de defesa integrado por três fortes. São Miguel ficava a 260 km ao sul de Rio Grande. Jesus Maria e José, reduto de quatro baluartes, implantado na margem sul do canal, entre a Lagoa dos Patos e o Saco da Mangueira, aonde viria a se formar o porto e o forte de Estreito, uma linha fortificada com 44 peças de artilharia. As obras do terceiro foram iniciadas no princípio de 1737 e, em setembro desse mesmo ano, chegaram 102 famílias de índios provenientes de aldeias de São Paulo, destinadas a trabalhar nas construções (Fortes, 1980). Logo se incorporaram índios Tapes. Não houve, porém, participação de Minuanos, pois este grupo atuava com autonomia, como fornecedor de gado (Queiroz, 1987). Entre 1738 e 1749, em função das duas fortificações no canal, o *presídio* tinha dois aglomerados: o do porto e o do estreito (que não deve ser confundido com a freguesia desse mesmo nome). Segundo Queiroz (ibid.), ambos estenderam-se, na medida em que os primeiros povoadores foram chegando. No final de 1738, já tinham sido distribuídos 49 lotes nas margens do canal. O primeiro aglomerado viria a se constituir em vila e o segundo, soterrado pelas areias, foi transferido, em 1752, por Gomes Freire de Andrade. Conforme o diário do governador: *A povoação do Estreito (na vila de Rio Grande) se desfez toda, e de novo se passou tudo para a do porto.* (Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai, apud Barreto, 1973, v1, p.47)

Em relação à formação do núcleo do porto, há dois argumentos. Para Moraes (1959) e Weimer (2004), quando Silva Paes retornou, no início de 1737, o tropeiro já se havia estabelecido na margem sul do canal. Fortes (1937) e Queiroz (1987) refutam esta tese. Segundo o General:

A presença desses homens [os aventureiros de Cristóvão Pereira] no Canal de Rio Grande não tem sentido de povoamento e, definitivamente, nenhuma povoação existia quando Paes chegou ao sitio onde decidiu lançar os fundamentos da futura cidade militar. (Fortes, 1937, p. 206)

Conforme Queiroz (ibid.), a primeira ocupação deveu-se ao Brigadeiro e o argumento de ter sido o tropeiro o responsável pela organização do povoado não tem fundamento:

Em nenhum dos documentos que analisamos existe referência a sua estada neste local antes da expedição de Silva Paes.(...) É seguro, entretanto que Cristóvão Pereira tenha acompanhado Silva Paes na expedição de tomada e reconstrução do forte em setembro de 1737.

A autora explica que ,segundo a carta de Silva Paes a seu sucessor Ribeiro Coutinho, de 15 de março de 1738, as defesas implantadas por Pereira de Abreu, enquanto aguardava a chegada do Brigadeiro foram no Passo da Mangueira e no Arroio, nas proximidades do canal do Rio Grande (ibid., p.42).

Quanto à autoria da implantação da vila, conforme Weimer (2004), a eleição da margem sul foi um erro estratégico, incomum em um profissional erudito como Silva Paes. O mais provável é que o tropeiro tenha disposto o arranjo, ao longo da orla, e já iniciado o aglomerado. O Brigadeiro teria aceito a configuração encarregando-se da sustentabilidade. Considerando-o como uma colônia de povoamento, ideou a Real Fazenda de Bojuru, a 80 km do canal, proposta confirmada por Dom João V; mediante carta ao Governador Gomes Freire de Andrade, de 17 de abril de 1736, pela qual ordenava proceder ao povoamento e oferecia facilidades aos futuros moradores (Fortes, 1980, p.19) .



Figura 493: *Desenho por ideia da Barra e Porto do Rio Grande de São Pedro*. José da Silva Paes, 1737. Fonte: AHU Lisboa, in: Reis, 2000, p. 232. A legenda indica: “A” o porto que se acha ocupado com a nova infantaria (...) que corresponde ao aglomerado do porto (destacado com circunferência),

O Governador, em carta de 12 de março de 1737, referia-se ao mapa apresentado na Figura 451 e comentava sobre a futura divisão de terras. Conseqüentemente devido à política de povoamento com pequenos proprietários lavradores que almejava implementar, observava que não era oportuno permitir o desenvolvimento de grandes sesmarias:

(...) repartindo aos povoadores o que se avança aos pântanos mas nunca em medição de sesmarias (...) dar-se somente a cada um dos povoadores sortes de terra de um moio de trigo ate dois em sementeira, a que em Portugal chamamos de ferrasais, para em eles se semearem legumes e trigo que os sustente as famílias que levam e livrando nos sempre de uma, duas o quatro pessoas ficarem senhores da península. (In: Fortes, 1980, p. 110.)

A correspondência enviada desde Rio Grande, em 1737, por Silva Paes a Gomes Freyre de Andrade³⁹ permite conhecer os pormenores do projeto de povoamento. Na primeira, de 12 de abril, comentava que havia pessoas desejosas de morar em Rio Grande, sendo a maioria de Colônia de Sacramento. Para viabilizar o empreendimento, sugeria a concessão de ajudas como a isenção de direitos da passagem de escravos, já que a transferência de africanos implicava o pagamento de impostos (Laytano, 1942, p. 254). Tudo indica que parte destes imigrantes estabeleceu-se em Rio Grande e na Ilha dos Marinheiros, já que os arrabaldes da Colônia tinham sido destruídos, e que, na sua maioria, eram casais de açorianos. A segunda carta, de 11 de maio, sugeria que a administração subsidiasse as famílias que saíam da Colônia com rações de farinha até a primeira colheita, *tal como foi feito na Colônia*. Na terceira carta, de 21 de junho, pedia o envio de mulheres para formar casais e pensava em implantar empreendimentos como, de charque, de peixe seco e curtumes. No ano seguinte, Silva Paes foi chamado para novas missões em Santa Catarina e Santos e deixou o governo ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho. Sob sua administração, concretizou-se o povoamento com moradores da Colônia de Sacramento e de Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, que foram atraídos pela distribuição de terras, sementes e gado. Em carta de 25 de maio de 1738 ao Vice-rei, Silva Paes, atuando já como governador de Rio de Janeiro, informava o envio de cinco embarcações para Rio Grande com artilharia, gêneros e famílias. Como estratégia para reter os homens moços, entre soldados e aventureiros, também tinha enviado mulheres solteiras, incluso prostitutas (Fortes, 1980, p. 112-117). Em carta de 18 de junho, o Brigadeiro relatava a Gomes Freyre acerca do sucesso do desenvolvimento de Rio Grande:

Que se acha mui povoado e cada vez mais aumentando e abundante de todo, que já se vão fazendo alguns casamentos e que todos tem muitas vacas de que se fazem muitos queijo (...)
(In: Fortes, 1980, p. 39)

Por volta de 1744, o Continente de Rio Grande teria perto de 1400 habitantes, dos quais 666 (47,5%) eram militares. Com base na análise dos livros da paróquia, entre 1737 e

³⁹ Disponível em: Índice de Correspondência dos Governadores de Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) in: Publicações do A N. Vol VII e AN – Col. 84.

1749, Queiroz (1987) identificou 173 famílias das quais 111 (64,2%) eram brancas; 33 (19,1%), de índios; 2 (1,1%), de forros; 27 (15,6%), de origem indeterminada, provavelmente miscigenadas. A autora afirma que, nesse período, os escravos tiveram participação extremamente reduzida; porém, a correspondência oficial apresenta outra versão. Em 1742, José da Silva Paes relatava que nessa vila *não há casal que não tenha escravos* (apud Osório, 2006, p. 161).

Em 1747, Rio Grande foi elevado à vila, com funções de capital da Capitania. Limitada ao aglomerado do porto, segundo um espião espanhol, contava com (...) *100 vecinos con as mismas casas (...) 30 casas de oficiales y las barracas correspondientes a los soldados, pocas cubiertas con teja*. (Francisco Gorriti. Buenos Aires, 17 setembro de 1749, apud Queiroz, 1987, p. 79) A partir de 1750, os *casais de número* chegaram e ficaram na vila, esperando receber as terras e os subsídios prometidos. Os que permaneceram na área urbana da vila, devem ter se acomodado aonde puderam e construíram moradias improvisadas, térreas, de barro e palha, seguindo na medida das possibilidades os padrões de implantação da arquitetura das ilhas. No momento da invasão espanhola, em abril de 1763, segundo Queiroz (1987, p.116), moravam na vila 714 famílias das quais 545 (76%) eram casais açorianos. Como foi explicitado nas Tabelas 11 e 12, a grande maioria das famílias dispersou-se pelo interior. Os 140 casais açorianos e as 16 famílias luso-brasileiras que permaneceram fixaram-se nas áreas rurais, nas ilhas de Torotama e dos Marinheiros e viriam a formar o Povo Novo. Não houve combates dentro da vila, mas esses 13 anos foram suficientes para a deterioração das edificações, pois os espanhóis unicamente se preocuparam em manter a igreja, a casa do governador e o hospital. Após a reconquista da vila, lograda em abril de 1776, pelo General Böhm e com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1777), a paz foi formalmente estabelecida e muitos dos antigos moradores voltaram.

Situação

Rio Grande e a Colônia do Sacramento eram os assentamentos portugueses mais meridionais, num território em disputa. Em escala regional, Rio Grande atuava como um 'fecho' que controlava a Lagoa dos Patos e, portanto, o acesso ao território, dadas as dificuldades de acessibilidade por mar. Embora o traslado da capital, em 1763, a vila

manteve, por sua condição portuária, a posição estratégica no controle territorial e no desenvolvimento econômico. Com a perda da Colônia do Sacramento, consolidou-se como o principal entreposto comercial sulino. A partir do último quartel do século XVIII, a hegemonia militar foi sendo substituída pela comercial; as atividades portuárias foram incrementadas graças à exportação de charque, principalmente da nascente Pelotas, que, até 1812, era freguesia dependente. Segundo Queiroz (1987), em 1804, a elite comercial logrou do governo central a instalação da alfândega.

Sítio

Embora a situação fosse favorável, conforme Weimer (2004), o sítio não o era, pois a escolha da margem sul do canal não foi a melhor alternativa de implantação, porque tornava vulnerável o assentamento, como viria a se verificar em 1763. Além disso, as dunas, os fortes ventos e a escassez de água, madeiras e cal dificultaram a construção e a permanência, dependendo das vizinhas ilhas para a obtenção desses recursos.

Tipologia e Morfologia urbana

O arranjo inicial entre a lagoa e as dunas apresentava uma típica estrutura de *aldeia-rua*, paralela à orla. A cartografia histórica disponível ilustra esta configuração, no parecer da pesquisadora, em duas formas, uma popular e outra erudita. Ilustra a versão popular (o provável aglomerado de Pereira de Abreu) o desenho existente no Arquivo de Évora, atribuído por Queiroz (1987, p. 128) a Francisco Ferreira de Souza. A forma sinuosa evidencia o desenvolvimento espontâneo, sem alinhamento prévio das casas térreas, adicionadas umas às outras por um sentido de conveniência; insinua-se a formação gradativa dos quarteirões; a construção do centro, conforme Reis (2000, p. 385), corresponde ao quartel; destacam-se a igreja matriz e o forte como elementos primários.



Figura 494 : Demonstração da Vila de São Pedro de Rio Grande [1760-1770]
Autor não identificado. Arquivo distrital de Évora.
Fonte: Reis, 2000, p.231.

A versão erudita está representada num plano anônimo, sem data, encontrado na Sociedade Geográfica de Lisboa e catalogado por Macedo (2002, p. 192). O desenho sugere um *projeto* de malha ortogonal, ao longo da rua principal, com travessas perpendiculares. Demarcam-se duas praças, uma portuária com seu trapiche e o rossio com o pelourinho (provavelmente a atual praça Tamandaré). Junto ao pântano indicam-se as instalações do Rei -olaria, trapiches, armazéns-; também há um moinho de vento. Os quarteirões, conforme legenda, correspondem a *habitação de ilhéus vizinhos*; em dois deles, aparecem indicadas as igrejas; o centro do desenho apresenta as dunas de areia e, na parte superior, há grupos de seis e oito casas alinhadas, cada um com seu próprio terreno, sob o título *Casinhas de ilhéus pert. Arrabalde da villa*; um destes grupos tem açougue e curral e entre os dois está o armazém de pólvora. Os agrupamentos provavelmente respondem à organização de bairros por ilha de origem, em torno de chácaras coletivas. Para Macedo (id.), o plano deve ter sido elaborado, entre 1746 e 1748, antes da construção da atual igreja matriz, quando da chegada dos primeiros açorianos e aguardavam-se mais casais que iriam a encontrar o arruamento organizado. Complementa esta versão o plano levantado, em 1767, pelo Coronel José Custódio de Sá e Faria, então Governador do Continente, que planejava a reconquista de Rio Grande. O desenho, com fins estratégicos, é de memória e ilustra o assentamento como uma malha ortogonal e de ruas retas e paralelas à lagoa e travessas perpendiculares.

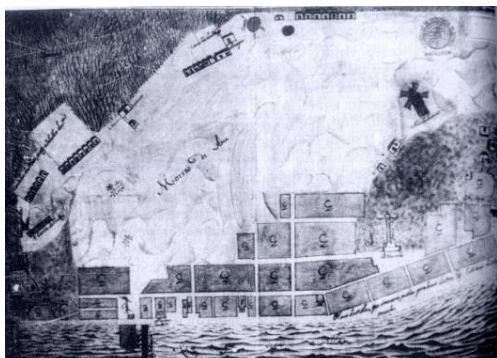


Figura 495: Planta de Rio Grande [1746-1748]
Códice 2H19. Soc. Geográfica de Lisboa.
Fonte: Macedo, 2002, p. 192

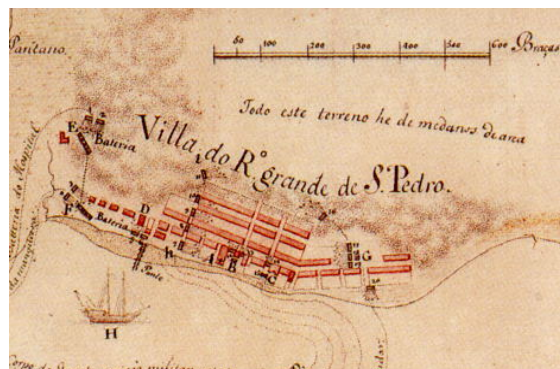


Figura 496: Detalhe da área urbana da planta da Vila de Rio Grande de José Custódio de Sá e Faria, 1767. Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

No fim do período colonial, segundo Queiroz (1987, p. 158),

(...) a vila era formada por seis ruas consideradas principais que corriam paralelas ao porto, atravessadas por vários becos estreitos. Em nenhuma delas existia calçamento.

A planta de 1819 mostra a ampliação com aterros e a formação da praça do comércio, como um espaço aberto sobre a lagoa com funções comerciais e portuárias. O aglomerado cresceu a partir da rua inicial e da retificação de alinhamentos. A área central densificou-se com subdivisões prediais. A estrutura inicial de *aldeia rua* permaneceu, formando uma malha sensivelmente ortogonal, com duas ruas paralelas e becos perpendiculares, estruturando-se quarteirões retangulares com duas fileiras de lotes. Assim a descreveu, em 1820, Saint Hilaire (1999, p.64) :

(...) compõe-se de seis ruas muito desiguais, atravessadas por outras, excessivamente estreitas chamadas becos. A mais comprida denomina-se Rua da Praia, (...) A rua da Praia é larga, porém não perfeitamente reta. Dotada de belas casas cobertas de telhas, construídas com tijolo, todas possuindo sacadas, varias de um andar e com balcões de ferro. E nessa rua se vêem quase todas as lojas e a maioria das vendas.

O incremento da atividade portuária trouxe a melhoria da orla, tal como o observou Dreys, em 1809 (1961, p.112):

Há poucos anos que a cidade de S. Pedro participava do ridículo que se nota numa grande parte das vilas marítimas do Brasil; apresenta ao viajante a parte trazeira de seus edifícios; nenhuma ideia favorável podia nascer do primeiro aspecto (...) A Câmara municipal do Rio Grande foi uma das primeiras a reconhecer o erro dos nossos antepassados; determinou a formação do cais sobre a face da cidade que está fronteira ao mar (...)



Figura 497: Rio Grande desde o cais.

Aquarela de Rudolf Wendroth 1852



Figura 498: Rio Grande. Porto Velho [dec. de 1920]

Fonte: Acervo William Pavão – IPHAE.

Elementos primários

Em um aglomerado que se originou como *presídio*, as principais referências eram as edificações militares e religiosas. Desde o momento da formação dos núcleos do porto e do estreito, Silva Paes planejava que, junto a cada forte houvesse uma igreja. Em 12 de junho de 1737 ordenava:

(...) o tesoureiro da expedição assistirá as duas igrejas que de novo se levantarem, a deste porto de Jesus Maria e José e a do estreito de Santa Ana, com os ornamentos e mais trastes precisos para decência. (In: Rocha, 2004, p.3).

Embora planejadas duas fortificações, a do Estreito não foi concluída. A igreja do forte do porto foi reformada, passando a ser a matriz. Em 1750, um raio caiu sobre o armazém de pólvora, destruindo o forte e a igreja. Com a consolidação da paz, após 1777, os fortes foram perdendo importância. A este respeito, em 1820, Saint Hilaire (1999, p.64) comentou:

À entrada da cidade existe uma pequena fortificação, construída há cerca de 25 anos e que se acha tão mal localizada que parece ser destinada somente ao ataque da cidade.

Segundo Dreys (1961, p.114):

*A cidade de Rio Grande está encostada ao N.E. ou para melhor dizer, encosta-se a ele um torrão que chamam de **Forte** sobre o qual se colocaram algumas peças de artilharia muito próprias para hostilizar o inimigo que se apresentasse da parte do mar, porém desprovidas do mesmo grau de utilidade contra um ataque intentado do lado oposto, isto é, pelo terreno que une ao S. a península as terras continentais.*

Como entreposto militar de primeira ordem, Rio Grande foi sede do Regimento de Dragões até 1763, quando este foi transferido para Rio Pardo, não ficou, porém, evidência do edifício do quartel. Em 1752, estiveram, na vila, o governador geral Gomes Freyre de Andrade e sua comitiva, que participavam da comissão de demarcação de limites, com ordens expressas da Coroa de (...) *dar forma a tudo o que a necessitar.* (Carta de Gomes Freire a Domingos Martins em 20-06-1755, apud Queiroz, 1987, p.107) Os projetos para a estruturação do espaço público e dotação de edifícios coletivos – igreja matriz, Casa da Câmara, Palácio do Governo, Casa de Contos e novo hospital – foram desenhados pelos técnicos da comitiva, sob orientação do governador. No entanto, foi construída unicamente a igreja, certamente pela inexistência de recursos. A igreja da matriz foi construída sobre a rua principal (atual rua Bacelar), de costas para a lagoa. Na frente, se configurou a praça principal. O projeto foi elaborado pelo tenente Manoel Vieira Leão, integrante do corpo de engenheiros comandado pelo coronel José Pinto Alpoim. Nas obras, participaram os peões e construtores da expedição. A igreja foi inaugurada em agosto de 1754 (Rocha, 2004). Adjacente ao presbitério, anos mais tarde, posicionou-se a Igreja da Terceira Ordem, com fachada de frente para a lagoa (atual rua Marechal Floriano Peixoto e Praça do Comércio). O edifício da Câmara não teve nenhuma representatividade a julgar pelo parecer de Saint Hilaire (1999, p.65): *de um só pavimento, é tão pequena que não serviria para uma residência particular.* Espaços públicos relevantes, na vida cotidiana, eram a praça do

trapiche, lugar das atividades portuárias e comerciais, e a lagoa interior, conhecida como o pântano, que era usada, ainda no século XIX, pelas lavadeiras, conforme o relato de Dreys (1961, p. 112). No início do século XIX, a construção da Praça do Comércio e do Edifício da Alfândega (1804) definiram a fachada da orla e o novo centro como símbolos do auge econômico e social.



Figura 499: Igreja Matriz
Fonte: fotografia da autora,
23/07/2008



Figura 500: Igreja da Terceira
Fonte: fotografia da autora,
23/07/2008



Figura 501: Cais e Alfândega
Fonte: fotografia da autora,
23/07/2008

Arquitetura doméstica

Nas primeiras décadas do aglomerado, a escassez de madeiras e cal, obrigou a construção com barro e capim. Moraes (1959, p.82) cita a descrição do povoado feita pelo jesuíta Strasser, (...) que tinha naufragado, em 1744, com outros companheiros:

Aldeia miserável, composta de choças de taipa, cobertas de Santafé, couros de tigre à guisa de portas, sob ameaça continua de sepultamento no avanço das areias movediças. Naquele sitio desolado, de horizonte raso e nu, ouvia-se a todo o instante o rugir do mar.

Ribeiro Coutinho (1936, p. 239) descreveu, em 1738, as construções iniciais como de pau a pique e barro. Unicamente as casas dos oficiais tinham assoalho e forros em couro. Por volta de 1760, o aspecto do aglomerado era quase igual. Segundo a legenda do plano da Biblioteca de Évora, a vila tinha 131 casas, sendo apenas 14 com cobertura de telha; a maioria tinha paredes (...) *de lama, e os reboques de bosta, com capim por cobertura.* (apud Queiroz, 1987, p. 128) A partir da reconquista e com o desenvolvimento da hegemonia comercial, houve suficiente capital para reformular as construções iniciais. Em decorrência da importância da orla, a estrutura urbana já estava segregada no fim do período colonial: a rua da Praia passou a ser o local de maior valor e sobre ela estavam as casas dos mais abastados e as casas comerciais. Nas ruas dos *fundos*, assentaram-se as classes populares. De acordo com Saint Hilaire (1999, p.64):

No resto da cidade não se contam mais de seis ou oito casas assobradadas e as quatro últimas ruas compõem-se quase unicamente de miseráveis choupanas de telhado muito alto, porém mal conservadas, pequenas, de paredes de enchimento, servindo de moradia a população pobre, operários e pescadores.

Conforme Dreys (1961, p.111),

(...) a cidade de São Pedro com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus cais regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades de América do sul.



Figura 502: Praça do Comercio.
Fonte: Acervo William Pavão



Figura 503: Rua Andradas
[década de 930]
Fonte: Acervo William Pavão



Figura 504: Rua Laureano.
[década de 1930]
Fonte: Acervo William Pavão

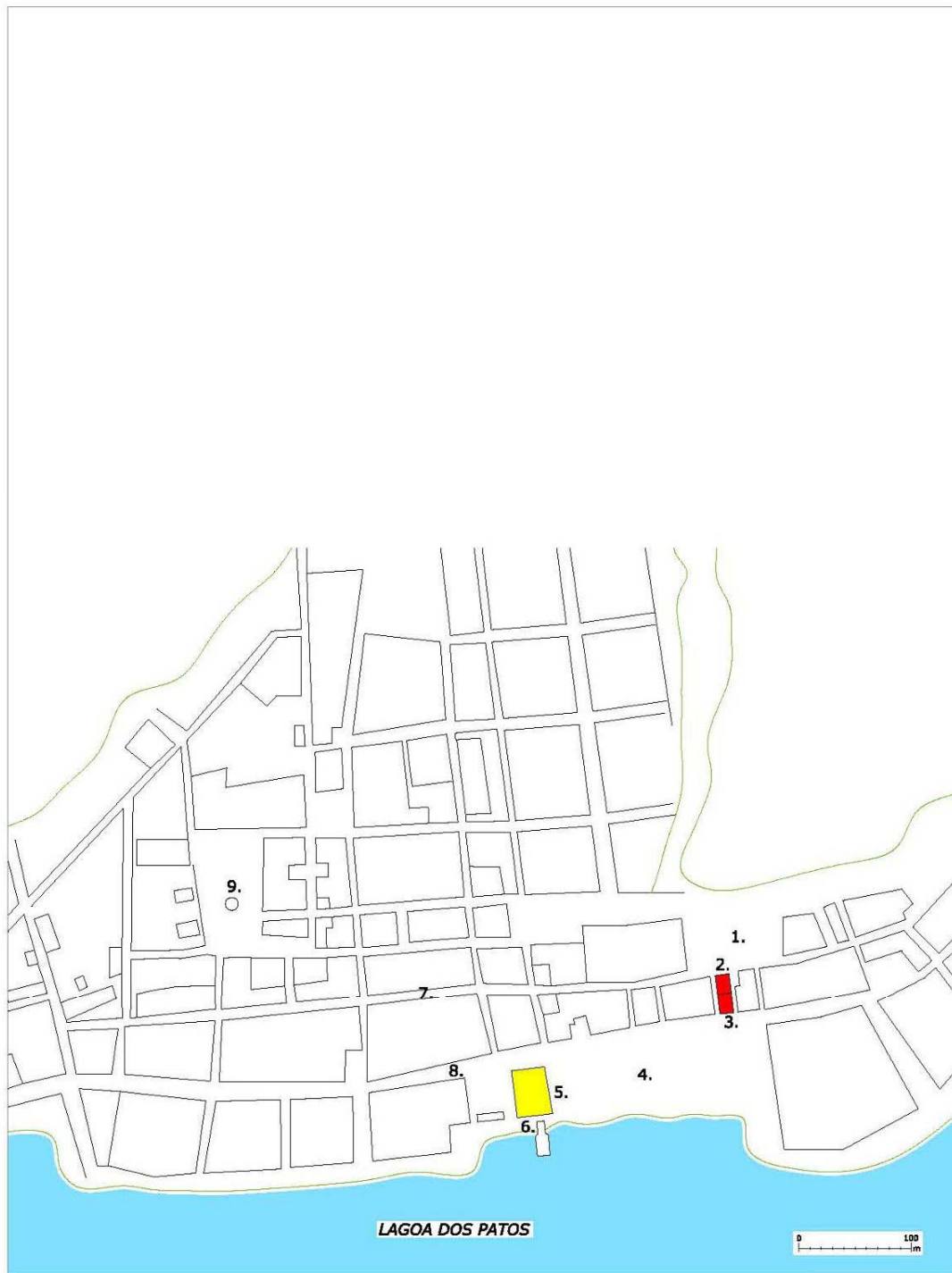
Sobre a casa popular, Luccock, em 1808, deu este parecer, que corresponde a uma casa de porta e janela:

Aluguei uma casa, igual à maior parte das do lugar; constava de um pavimento térreo apenas; tinha uma sala, dando para a rua, e iluminada por uma única janela sem vidros nem venezianas e que, quando os escuros estavam abertos, fazia com que se devassasse a sala toda e mais o que se passava nela. (1975, p.126)

A imagem arquitetônica atual do núcleo inicial corresponde, fundamentalmente, ao ecletismo; porém as ruas paralelas à orla (Bacelar e Marechal Floriano) mantêm a hierarquia e a malha ortogonal com as suas inflexões permanece como geratriz do espaço urbano.

Verificação da açorianidade

Desde o parâmetro demográfico, Rio Grande, com uma população branca inicial formada por mais do 70% de ilhéus, é, com certeza, um *aglomerado açoriano*. Embora não tenha sido constatada a existência de capela do Império, é bem provável que esta forma de religiosidade estivesse na vila e que o espaço inicial fosse uma capela provisória, como ocorreu frequentemente nas ilhas. Em termos urbanísticos, a fase inicial linear e o desenvolvimento espontâneo, como se observa na planta da Biblioteca de Évora, permitem considerar que os açorianos participaram na estruturação do aglomerado. Nesse documento, as casas, embora em barro e capim, eram compactas, térreas de planta retangular como as das ilhas. A presença da Comissão de Demarcação de Limites na elaboração de projetos arquitetônicos para os edifícios coletivos deve ter assentado as diretrizes do arranjo urbano definitivo. A configuração resultante obedece mais ao exercício de um urbanismo erudito, é fortemente determinado pelas pré-existências, não podendo ser considerado como aglomerado açoriano.



4. SÃO PEDRO DE RIO GRANDE - núcleo inicial, 1829.

FONTE PLANO:

Planta da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1829.
In: Queiroz, 1987, p.159.

OBSERVAÇÕES:

Detalhe núcleo Inicial

CONVENÇÕES:

1. Praça
2. Igreja Matriz
3. Igreja da Terceira
4. Praça do Comércio
5. Alfândega (1804)
6. Porto

7. Rua Bacelar
(Ant. R. Direita)
8. Rua. M. Floriano
9. Praça do Poço

**DESENHO E
INTERPRETAÇÃO:**
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:5000 m



7.2.5 Mostardas

O surgimento do aglomerado está relacionado com a permanência de Cristóvão Pereira na região, pois uma localidade de seu termo denomina-se *Rincão de Cristóvão Pereira* (Costa, 1922, v2, p.35). Em 1742, existia um posto de vigilância que, provavelmente, viria a ser o núcleo. A versão mais aceita é que Mostardas formou-se, a partir de 1763, após a invasão espanhola a Rio Grande, quando boa parte de seus moradores deslocaram-se para a outra margem da Lagoa dos Patos. Dos retirantes, unicamente nove famílias de açorianos foram a Mostardas, porém, anos mais tarde, famílias de Estreito, Colônia do Sacramento e outras localidades terminaram fixando-se em Mostardas (Queiroz, 1987). Segundo Laytano (1956, p. 46):

São Luiz de Mostardas foi fundada pelos açorianos em 1763, para onde o capitão dos Dragões Carlos José da Costa e Silva transportou-se a fim de demarcar os terrenos na faixa da costa entre a lagoa dos Patos e o Oceano.

Em 1773, durante o governo de José Marcelino de Figueiredo, foi criada a freguesia de São Luiz de Mostardas como um aglomerado dependente da vila de Rio Grande. A área urbana foi reordenada e foram delimitadas as datas para os imigrantes. O projeto urbano foi, provavelmente, realizado pelo capitão em exercício de engenheiro Alexandre Montanha, a julgar pela regularidade do traçado e semelhança com outros aglomerados projetados pelo mesmo técnico.

Em 1780, contava com 691 habitantes, dos quais 360 (52,10%) eram de origem europeia. Segundo o recenseamento de 1784, havia 69 famílias açorianas, com 253 filhos; no total eram 391 pessoas (Amaral; Jaccottet, 2002, p.221). Estes dados evidenciam que mais do 90% da população branca eram de origem açoriana pelo que, desde o parâmetro demográfico, Mostardas pode ser considerado aglomerado açoriano. A procedência dos açorianos era a seguinte: Santa Maria: dois casais com seis filhos; São Miguel: cinco casais com doze filhos; Terceira: quatro casais com oito filhos; São Jorge: 27 casais com 125 filhos; Pico: oito casais com 31 filhos; Faial: 22 casais com 70 filhos; das ilhas: um casal com um filho. Não houve registros de Flores, Graciosa e Corvo (ibid.). Até 1770, só tinham sido registradas uma concessão e a venda de duas mais, todas de $\frac{1}{4}$ de légua em quadro (Códice F-1229 do AHRS, In: Barroso, 2002, p. 504-671). Entre 1772 e 1789, foram

registradas 36 datas em Mostardas, seis no *Capão do Meio* e uma no *Rincão do Cristóvão Pereira*, ambas as localidades dentro de seu termo (Códices F-1230 e F-1231 do AHRS, In: Barroso, 2002, p. 673-1075).

Situação e sítio

Desde o início da ocupação, a barra entre o Oceano e a Lagoa dos Patos foi de extrema importância pela ligação com a Colônia do Sacramento. Essa situação favorável explica seu povoamento, pois as características do sítio - solo arenoso e úmido e fortes ventos - não eram as melhores para formar um aglomerado. No século XIX, com a perda de importância da barra, o povoado ficou estagnado. Em 1820, tinha 1.500 habitantes (Saint Hillaire, 1999) e em 1916 passou a ter 270 (Costa, 1922, v2, p.35).

Morfologia e tipologia urbana

O aglomerado, durante as primeiras décadas, provavelmente não era mais que um arranhamento provisório. Com a criação da freguesia estruturou-se a malha quadricular, ao redor de uma praça retangular e central. A ocupação da metade da praça, no século XX, descaracterizou o traçado. Os quarteirões formados pelo cruzamento de duas ruas com seis travessas; embora sensivelmente quadrados, inicialmente se dividiram em uma fileira de lotes estreitos e profundos, de rua a rua, ocupados em toda a frente da rua principal. A igreja, como elemento primário e singular, posiciona-se sobre um dos lados menores da praça, junto com outras dependências da administração pública. A praça alongada foi percebida por Saint Hillaire como uma rua larga:

A aldeia é construída no meio das areias e compõe-se de cerca de 40 casas formadoras de uma larga rua, muito curta e tendo na extremidade a igreja situada no eixo da via. (Saint Hillaire, 1999, p.49)

Segundo Dreys, a malha quadricular e a origem na praça devem-se à persistência do padrão de aldeamento dos jesuítas:

(...) a povoação é edificada, como a maior parte das vilas antigas do Brasil, sobre um padrão normal pertencente evidentemente ao modelo primitivo introduzido nas Missões pelos padres da Companhia; é um paralelograma do qual um dos lados é composto da igreja e suas dependências; formados os três outros lados das casas dos habitantes, que se forma multiplicando em ruas laterais à medida que as vantagens da localidade iam se desenvolvendo. (Dreys, 1961, p.120)



Figura 505: Mostardas, Igreja Matriz.
Fonte: fotografia da autora, 10-10-2007



Figura 506: Mostardas, Quarteirão da Igreja Matriz.
Fonte: fotografia da autora, 10-10-2007



Figura 507: Mostardas, casas sobre a rua principal.
Fonte: fotografia da autora, 10-10-2007

Arquitetura doméstica

A ocupação de toda a frente do lote, com edificações térreas sem recuos laterais, valorizando a rua, corresponde ao padrão urbano de *aldeia rua*. A grande maioria é térrea, modulada em palmos, com cumeeira paralela ao alinhamento. Da leitura da estrutura predial, observa-se que o desenvolvimento urbano ocorreu mais por subdivisão dos lotes iniciais que por extensão da malha. As casas de três vãos, conhecidas como *media morada*, em lotes de 30 palmos (6,6m) de frente, correspondem, em sua distribuição interna, ao padrão de casa açoriana com corredor central; frequentemente destinava-se uma sala da frente ao uso comercial. As de dois vãos, até 10 palmos de frente, formadas por subdivisões prediais, estruturaram-se como a típica *casa de porta e janela*, sem corredor, tipo frequente nos aglomerados de pescadores do Algarve, com a primeira sala eventualmente destinada para loja. As casas com mais de cinco vãos ou *morada inteira*, com eventuais recuos laterais, e os sobrados, com telhado a quatro águas, aparecem, em esquinas e situações preferenciais, como excepcionais edificações dos mais abastados. De sua visita, Saint Hillaire comentou: *As casas algumas são cobertas de telhas, mas na maioria não passam de pobres palhoças* (ibid., p.49).



Figura 508: Mostardas, média morada.
Fonte: fotografia da autora, 10/10/2007



Figura 509: Mostardas, morada inteira
Fonte: fotografia da autora,
10/10/2007



Figura 510: Mostardas, sobrado
Fonte: fotografia da autora, 10/10/2007



Figura 511: Mostardas, casas de
porta e janela.
Fonte: fotografia da autora,
10/10/2007



Figura 512: Mostardas, casa de
porta e janela
Fonte: fotografia da autora,
10/10/2007




Figura 513: Loja de casa de
porta e janela.
Fonte: fotografia da autora,
10/10/2007

Verificação da açorianidade

Embora a população branca fosse inicialmente formada por mais de 90% de açorianos, não foi encontrada evidência da existência de capela do império. Pela interferência do urbanismo erudito, não houve elementos característicos da espacialidade açoriana e o arranjo ao redor de uma praça tem mais a ver com a tradição de aldeamento jesuítico, incomum no arquipélago. No entanto, na arquitetura doméstica, evidencia-se a presença de casas compactas e dos tipos frequentes nos Açores, embora não exclusivos, filtrados pela normatização e sem os característicos fornos e chaminés das ilhas.




5. SÃO LUIZ DAS MOSTARDAS - núcleo inicial, 2000

FONTE PLANO: Prefeitura Municipal de Mostardas, Levantamento cadastral Área de interés cultural. Acervo IPHAE [2000]	CONVENÇÕES: 1. Igreja matriz	DESENHO: Luísa Durán R.
OBSERVAÇÕES: Ocupação da área central atual		ESCALA: 1:2.500 



5-A. SÃO LUIZ DAS MOSTARDAS - hipótese aglomerado original

FONTE PLANO: Prefeitura Municipal de Mostardas, Levantamento cadastral Área de interés cultural. Acervo IPHAE [2000]	CONVENÇÕES: 1. Igreja matriz	DESENHO E INTERPRETAÇÃO: Luisa Durán R.
OBSERVAÇÕES: Hipótese sobre forma urbana Inicial, segundo descrição de 1820. Saint Hillaire, 1999, p.49.		ESCALA: 1:2.500 m 

7.2.6 Viamão

O reconhecimento e a ocupação dos Campos de Viamão iniciaram-se na década de 1720, quando foram concedidas as primeiras sesmarias. A partir de 1740, um grupo comandado por Cosme da Silveira começou o povoamento. Ele era membro da expedição de João Magalhães, que partiu de Laguna para explorar os campos do sul. Francisco de Carvalho da Cunha arrendou um campo, onde estabeleceu uma fazenda e construiu a Capela da Conceição (Costa, 1922, p.311). Por volta de 1747, já estava formado um arraial em torno da capela que, nesse mesmo ano, foi elevada a freguesia. As primeiras referências da praça também são de 1747, quando foram vendidos os terrenos ao seu redor e iniciadas as primeiras casas, de propriedade de estancieiros e famílias residentes no interior. Segundo o Rol de Confessados em Viamão (AHCMP, apud Prado, 2002, p. 101), em 1756, a paróquia contava com 1.116 fregueses. Em 1763, por ocasião da invasão espanhola a Rio Grande, a sede do governo e a Câmara foram transferidas para Viamão. Aí funcionaram até 1776, quando foram transferidas para o *porto de Viamão*. Em 1767, foi erguido o pelourinho e a primitiva capela foi substituída pela atual igreja. Reunidos o governador da Capitania, José Custódio de Sá e Faria, os vigários e a irmandade conjunta do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, acordaram fazer uma nova igreja sob projeto do próprio governador. Ela atraiu novos moradores, pois sua construção maciça servia de forte em caso de guerra. Em relação à participação de açorianos, é difícil precisar o número de famílias que se fixaram em Viamão ou no Porto, aglomerado dependente que viria a originar a futura capital. Dos retirantes da vila de Rio Grande de 1763, segundo Queiroz (1987, p.122), 14 famílias açorianas e oito luso-brasileiras fixaram-se em Viamão. O fracasso do povoamento do Morro Grande de Santana, distrito dependente de Viamão, deve ter incidido no aumento da população de origem açoriana. Segundo o inventário de 1916, Viamão tinha 14 ruas, 225 prédios urbanos e 1.000 habitantes (Costa, 1922, p.311).

Situação e sítio

A situação e o sítio assim foram vistos, em 1820, por Saint Hillaire:

Viamão demora-se em uma colina de onde se descortina vasta extensão de campos ligeiramente ondulados, no meio dos quais vêem-se grupos de matas. Apesar da agradável posição do arraial ele apresenta-se quase em completo abandono desde a fundação de Porto Alegre, melhor situada sob o ponto de vista comercial. (Saint Hillaire, 1999, p. 27)

A origem de Viamão foi propiciada pelo tropeirismo. Rodeado de fazendas produtivas e comunicando-se com Laguna, com o planalto sulino e com a região de Minas, o aglomerado teve situação relevante até 1780. Com a crise da mineração e da criação de gado, foi perdendo importância, mas a circunstância definitiva que retraiu seu desenvolvimento foi o extraordinário desenvolvimento do *Porto*, aglomerado de sua jurisdição que viria a ser a futura capital.

Tipologia e morfologia urbana

A implantação da igreja no local mais alto determinou a ocupação e a formação das praças que estruturam uma malha reticular, conforme Weimer (2004, p. 98), à maneira de uma *aldeia ponto*. As ruas principais são as que acompanham as cotas de nível. Os quarteirões alongados dividem-se longitudinalmente em duas fileiras de lotes. As praças eram locais gramados, aonde aconteciam festas populares como as cavalhadas. Ao lado da igreja, ficava a Capela do Império, demolida em 1954. O elemento primário por excelência foi a igreja, uma monumental edificação admirada pelos viajantes:

O arraial compõe-se principalmente de duas praças, contíguas e de formato irregular, em uma das quais se ergue a igreja. Depois de São Paulo ainda não tinha visto nenhuma igreja comparável a essa, possuindo duas torres, bem conservada, extremamente asseada, clara e ornamentada com gosto. (Saint Hillaire, 1999, p. 28)

[a igreja] cujo frontispício é, em razão do tempo e do local, um notável esforço da arquitetura religiosa e que pode desafiar em comparação as outras igrejas da vizinhança sem se excetuarem mesmo as da capital. (Dreys, 1961, p. 121)



Figura 514: Viamão. Igreja Matriz e capela do Império [década de 1940].
Fonte: PMV, 1999. capa



Figura 515: Viamão. Aspecto da Praça principal (s/d)
Fonte: PMV, 1999, p.15.

Nos arredores do núcleo central, uma série de fontes e bicas garantiam o abastecimento de água. O mais antigo registro sobre elas é um documento da Câmara (do governo provisório instalado quando era a capital), de 12 de janeiro de 1768, que manda construir benfeitorias em duas fontes (Prefeitura Municipal de Viamão, 1999, p.16).

Perderam-se as referências materiais da arquitetura doméstica pelo acelerado processo de descaracterização das edificações e pelo loteamento inicial. A partir de fotografias antigas disponíveis, pode-se observar que o marco da praça era definido por edificações térreas, junto ao alinhamento, a maioria ocupando toda a frente do lote, havendo também alguns sobrados e casas com afastamentos laterais. Como os primeiros moradores eram estancieiros da vizinhança, provavelmente até 1763, as casas urbanas tinham ocupação intermitente, aos domingos e dias feriados. A partir da instalação do governo, a permanência nas residências urbanas deve ter sido constante.



Figura 516: Viamão. Casas em volta da praça principal, 1916
Fonte: Costa, 1922, 2v. p. 311.

Verificação da açorianidade

As informações disponíveis não permitem estabelecer o percentual de açorianos na formação da população inicial. A origem anterior a 1750 impede caracterizar o aglomerado como *açoriano*, mas a existência da capela do Império e seu posicionamento singular, ao lado da igreja, pode revelar alto grau de influência da comunidade açoriana nas decisões relativas ao desenvolvimento urbano. A forma urbana inicial, o desenvolvimento espontâneo de uma malha reticular, conforme as determinantes do sítio, e a ocupação relativamente dispersa, sem interferência de um plano erudito, relacionam parcialmente o núcleo inicial de Viamão com os povoados açorianos. Entretanto o grau de descaracterização da ambiência é tal que impede atestar a *açorianidade*.



6. N. SRA. DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO - centro, 2008.

FONTE PLANO:

Imagem satelital google earth, 2008.
Coord: 30°04'53.72"S, 51°01'25.58"W

OBSERVAÇÕES:

Ocupação da área central atual.
Interpretação com base em pesquisa.

CONVENÇÕES:

1. Igreja matriz
2. Capela do Imperio (demolida)

DESENHO E
INTERPRETAÇÃO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:1.000m



7.3 As formas urbanas surgidas entre 1750 e 1777

Os aglomerados deste período correspondem a três tipos: de origem militar; *fundações açorianas*, destinadas a fixar os imigrantes, conforme o plano de migração subsidiada; aldeamentos indígenas para concentrar a população nativa dispersa após a guerra guaranítica. Os dois primeiros caracterizam-se por uma ocupação inicial espontânea, seguida de um plano de ordenamento executado por um engenheiro militar. O terceiro tipo chegou a ter cinco aglomerados que, após a extinção e dispersão da população indígena, viriam a dar origem a três freguesias que terminaram sendo ocupadas por açorianos.

7.3.1 Rio Pardo

A formação de Rio Pardo foi decorrente do Tratado de Madri (1750) e da necessidade de se chegar até as Missões. Em 1750, o engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim construiu o Forte de Jesus, Maria e José, na margem esquerda do Rio Jacuí, no ponto de confluência com o Rio Pardo. Desta edificação não restaram vestígios. Provavelmente já existia um arranchamento, mas com a presença militar consolidou-se como porto fluvial e local de apoio à fortificação que demarcava a fronteira e o limite real do domínio português.

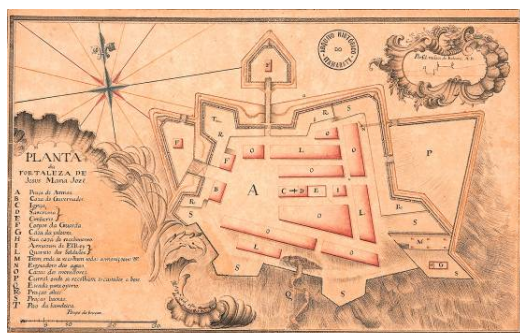


Figura 517: Rio Pardo. Planta da Fortaleza de Jesus, Maria, José, Projeto de Jose Fernandes Pinto Alpoim e desenho de Manuel Vieira Leão, 1754. AHI. Fonte: Reis, 2000, p. 233

A igreja matriz foi construída nas adjacências do forte, de acordo com o projeto do engenheiro militar João Francisco Roscio. Em 1762, foi estabelecida a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. A Companhia de Dragões, uma espécie de grupo de elite do exército, foi transferida de Rio Grande para Rio Pardo por ocasião da invasão espanhola. Os açorianos participaram, desde o início, da formação do aglomerado, de maneira espontânea e como consequência da dispersão. A concessão de terras aos açorianos foi, inicialmente, improvisada. Como relata Fortes (1978), o próprio governador geral, Gomes

Freire de Andrade, quando retornava da campanha das Missões, em 1754, concedeu datas em duas ocasiões: primeiro a um grupo de 12 famílias e, pouco depois, a outras 35. Como foi relatado, essas doações terminaram em litígios. Conforme a revisão dos registros de datas disponíveis, a formalização da propriedade não foi significativa o que indica intenso acesso à terra por posse. Conforme o Códice F-1231 do AHRS (In: Barroso, 2002, p 832-1075), entre 1772 e 1782, foram registradas as vendas de duas chácaras, no Passo de Couto, e a concessão algumas datas: sete em Rio Pardo; 14 em Cerro de Irapuã e Galhos; 18 nos Rios Caparé e Periqui; uma em Campo Grande; uma na Cavahada, localidades que pertenciam ao termo da freguesia. No início do século XIX, o auge do comércio trouxe melhorias urbanas, a formação de irmandades e a construção das capelas de São Francisco de Assis e da igreja dos Passos. Em 1809, Rio Pardo era uma das quatro freguesias com categoria de vila.

Situação e sítio

Como assentamento de fronteira e último porto fluvial, Rio Pardo tinha vital importância dentro da estratégia delineada pela coroa portuguesa, pois os casais de açorianos deveriam chegar por via fluvial até esse porto e daí continuar até as Missões, seu destino final. Embora o fracasso do Tratado de Madri e a guerra guaranítica, a Coroa portuguesa apoiou o desenvolvimento do aglomerado que as constituiu em posto de avançada dentro da rede de assentamentos, ao longo da bacia do Jacuí. No século XIX, essa situação foi fundamental para a conquista das Missões e, posteriormente, para o desenvolvimento do comércio. No parecer de Dreys (1961, p. 103), Rio Pardo era (...) *mais antiga e muito tempo rival de Porto Alegre*. O sítio, uma elevação no ponto de confluência dos rios, oferecia especiais condições para a defesa:

Para quem navega pelo Jacuí a vila fica escondida, vêem-se somente duas ou três casas insignificantes na encosta do rio, pelas quais o viajante está longe de adivinhar que ali existe uma grande povoação. (Dreys, 1961, p.103)

Além disso era o limite até onde o Jacuí era navegável. Como a navegação era estacional, complementava-se com o transporte rodado:

A vila de Rio Pardo é uma espécie de depósito, donde as fazendas seguem para as povoações mais afastadas ao S. e ao O; a navegação cessa ordinariamente, e em todos os tempos, para as canoas de carga, no Rio Pardo, e daí continua o transporte por terra até o Ibicui-Guaçu e mesmo até o Arapeí de um lado, e até o Uruguai de outro lado, por meio de carros grandes puxados por três, quatro e mais juntas de bois. E desse modo e por esse caminho, que penetram no vasto território das Missões quase todas as fazendas, gêneros comestíveis e líquidos que ali se consomem. (Dreys, 1961, p. 104)

A pesar da importância do porto, a orla não tinha um tratamento esmerado:

Embora seja Rio Pardo uma localidade rica e comercial, nada se fez até agora para facilitar o desembarque de mercadorias. Não se cogitou de fazer um rampado a margem do rio e a rua de acesso ao porto não é calçada, além de ser muito íngreme e mau conservada. (Saint Hillaire, 1999, p. 192)

Tipologia e morfologia urbana

A presença de engenheiros militares, como Alpoim e Roscio, não garantiu que fosse elaborado um projeto global de uma malha, provavelmente porque o aglomerado já existia. Como forma espontânea, Rio Pardo formou-se ao longo de dois percursos sensivelmente perpendiculares: uma rua principal, paralela ao rio, com funções de *rua direita*, ao longo de um divisor de águas (rua Santo Ângelo, atual Andrade Neves), e a rua da Ladeira, articulando com o porto, ambas eram as únicas ruas com calçamento. Em decorrência, configuraram-se dois setores: a cidade alta, como uma *aldeia rua*, e cidade baixa, em torno da praça da matriz.

Sobre a crista de elevada colina corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas adjacentes. A maior parte das ruas se comunicam diretamente umas com outras; por assim dizer não passam de grupos de casas, atiradas aqui e ali, entremeadas de gramados, terrenos baldios e de cercados plantados com laranjeiras; conjunto variado e agradável a vista. (Saint Hillaire, 1999, p. 192)



Figura 518: Rua da Ladeira, calçamento original e igreja matriz ao fundo.
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006

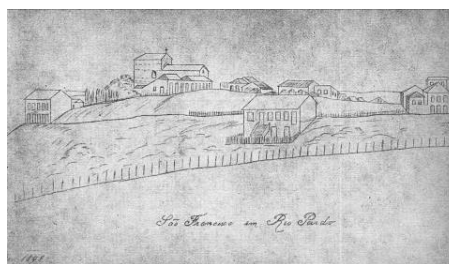


Figura 519: Rio Pardo em 1848.
Fonte: Enciclopédia Rio-Grandense, 1956, p.42

Sobre a importância da rua direita, Dreys opinou:

A rua São Ângelo, (...) não deixaria certamente de aformosear qualquer das grandes cidades do Brasil: ela forma por sua disposição particular, como um bairro separado onde residem os principais negociantes em proporções com a população do país (Dreys, 1961, p. 103)

De maneira muito semelhante às cidades açorianas e a partir do estágio inicial linear, gradualmente se formou uma malha reticular, de ruas e travessas irregulares, que se

estende sobre o território. A transição entre o urbano e o rural é sutil pela formação gradual de quarteirões e a estrutura predial predominante, de uma fileira de lotes de frente sobre a rua e quintais muito profundos.

Elementos Primários

Como se fossem duas cidades: a rua direita, a igreja, a praça de São Francisco, a igreja da irmandade de Bom Jesus dos Passos estruturam a cidade alta e a praça, a igreja da Matriz, o porto formam a cidade baixa. O edifício da Câmara que deve ter se formado, após 1809, era térreo e tinha, como anexo, a cadeia. Ao lado da igreja dos Passos, viria a se formar, em 1846, o hospital de caridade a cargo dessa irmandade (da Luz, 2007).

A praça pública é pequena. A igreja paroquial forma um dos seus lados e não está ainda acabada, o mesmo acontecendo a duas outras pequena igrejas existentes na cidade. (Saint Hillaire, 1999, p. 192)



Figura 520: Igreja Matriz
Fonte: fotografia da autora,
21/03/2006



Figura 521: Igreja e praça de São Francisco.
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006



Figura 522: Igreja de São José, sobre a rua Direita. Ao lado o Colégio Militar, antigo hospital de caridade.
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006

Arquitetura doméstica

Em função dos dois setores apresentam-se dois tipos de loteamento e de edificação. Um sobre a rua direita, é o lote muito alongado em proporções de até 1:10, ocupado em toda a frente por casas térreas e em fita, com salas comerciais sobre a rua. Outro, nas ruas perpendiculares e na praça da matriz, é o lote alargado que permite um ou dois recuos laterais, ocupado por casas térreas, sobrados e casas assobradadas que aproveitam a inclinação do terreno. No fim do período colonial, este era o aspecto da arquitetura doméstica segundo o naturalista francês:

Todas as casas de Rio Pardo são cobertas de telha; várias grandes e bem construídas. Constam-se em grande número as assobradadas, de um e mesmo dois andares e quase todas as que anunciam abundância tem sacadas envidraçadas. (Saint Hillaire, 1999, p. 192)

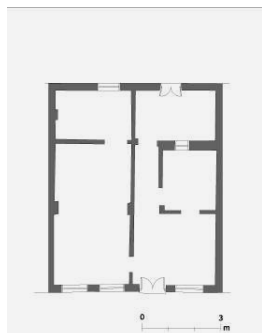


Figura 523: Casas em fita, Travessa da Igreja. Demolida. Desenhada com base em levantamento de Macedo, 1983, p.90



Figura 524: Casas em fita Rua Andrade Neves, 164-168. Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006

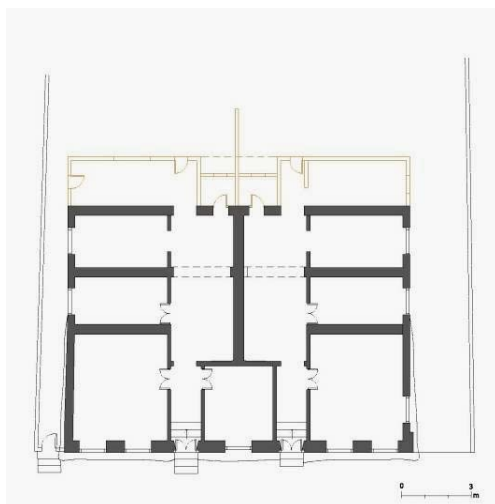


Figura 525: Casas geminadas. Rua Ernesto Alves, 525-531, sobre a praça da matriz
Fonte: levantamento da autora, 21/03/2006



Figura 526: Casas geminadas. Rua Ernesto Alves, 525-531, sobre a praça da matriz
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006

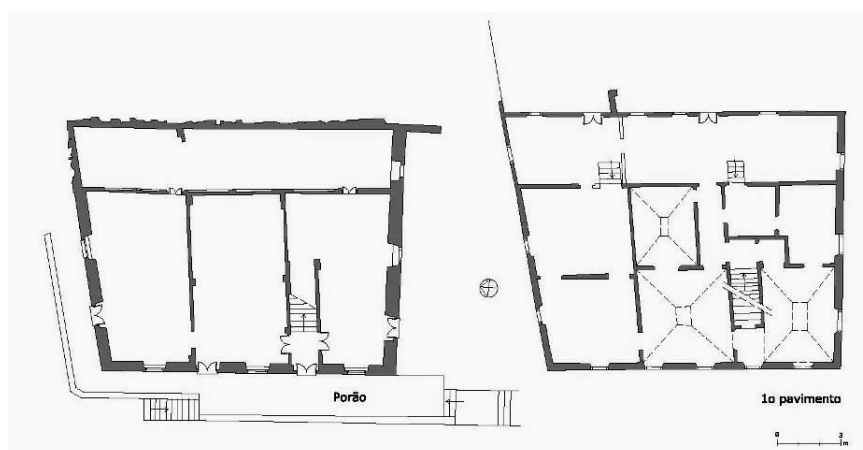


Figura 527: Plantas Casa do Almirante Alexandrino. Desenho com base em levantamento de Macedo, 1980



Figura 528: Casa do Almirante Alexandrino.
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006



Figura 529: Casa do Almirante fundos
Fonte: fotografia da autora, 21/03/2006

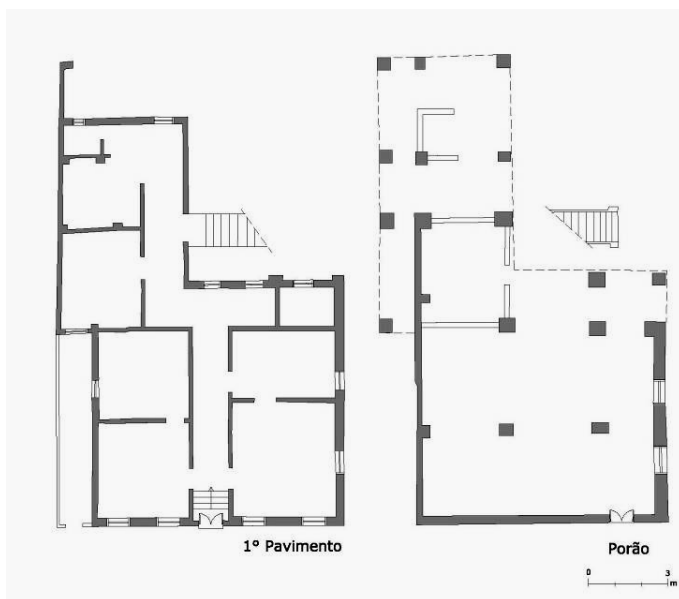
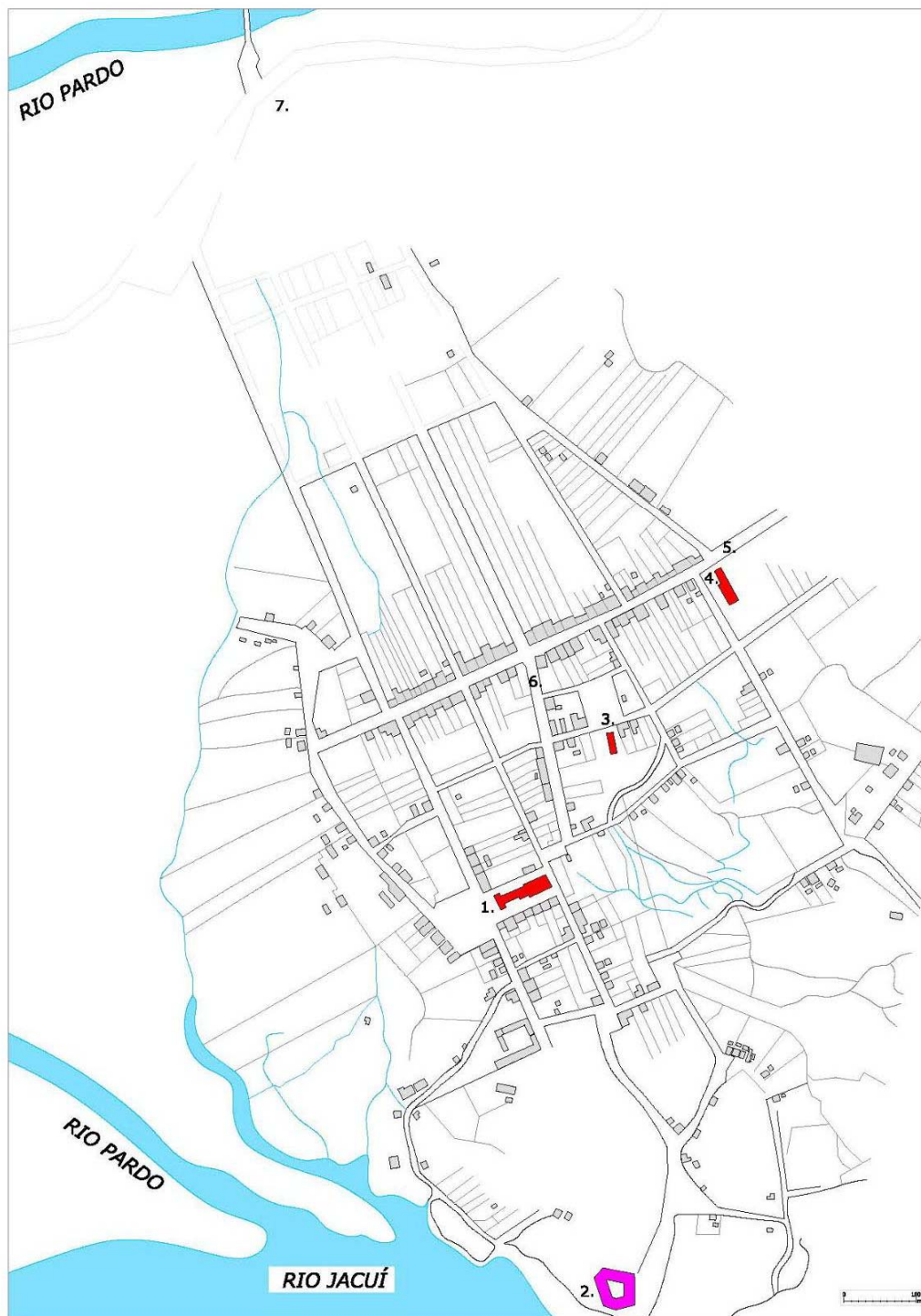


Figura 530: Casa de Gaspar Pinto Bandeira. Demolida
Desenho com base em Macedo, 1983, p.85

Verificação da açorianidade

A formação do aglomerado foi simultânea à chegada dos casais. A presença açoriana verifica-se desde o início, porém sem comprovação que os ilhéus tenham constituído a maioria da população branca. Embora tenha desaparecido, sabe-se que houve capela do Império, o que certifica a influência açoriana. O estágio inicial linear e a formação de uma malha reticular condicionada pelo sítio, sem interferência de um plano erudito, relacionam Rio Pardo aos aglomerados açorianos. Igualmente os tipos da arquitetura doméstica derivam dos tipos predominantes nas ilhas. Entretanto, o grau de descaracterização da ambiência é tal que impede atestar a *açorianidade*.



7. NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE RIO PARDO, 1829.

FONTE PLANO:

Planta da vila de N.S. do Rosario, 1829. Câmara da Municipalidade,
Levantada por João Martinho Buff.
In: Enciclopedia Riograndense, 1956, p.41.

OBSERVAÇÕES:

Interpretação com base em Macedo, 1980, p.40.

CONVENÇÕES:

1. Igreja da Matriz
2. Forte (localização aprox.)
3. Igreja de São Francisco
4. Irmandade de São José
5. Rua Direita
6. Rua da ladeira
7. Ponte sobre o Rio Pardo

DESENHO E

INTERPRETAÇÃO:
Caroline Timm
Luisa Durán R.

ESCALA:

1:10.000m



7.3.2 Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre

A formação de Porto Alegre foi consequência da chegada dos casais de número e de sua dispersão ao longo das bacias fluviais. Afirma Laytano (1956, p.45) que Porto Alegre *foi fundada por açorianos*. O autor relata que, em 1752, estando em Rio Grande, na coordenação da demarcação dos limites do Tratado de Madri, o governador geral, Gomes Freire de Andrade, visando iniciar a penetração pelo Jacuí até alcançar as Missões, mandou o Tenente Francisco Barreto Pereira Pinto conduzir 60 casais açorianos, para o *porto de Viamão*, onde havia um arranchamento de marinheiros. Desde o início, o porto rivalizava com Viamão e era conhecido como Porto Dorneles, por estar dentro da sesmaria de Jerônimo de Ornelas⁴⁰, que, desde 1732, estava instalado no Morro de Santana. Em 1740, ele recebeu, em São Paulo, a respectiva carta de sesmaria, legalizando a posse de uma área entre o rio Gravataí e o Arroio Dilúvio. Com a fixação dos açorianos na ponta da península, a partir de 1752, o local passou a denominar-se *Porto dos Casais*. Em princípio, a permanência das famílias era provisória até que conseguissem navegar pelo Jacuí. Embora situados dentro da sesmaria, os casais tinham direito a permanecer no local, porque, conforme a Lei de Sesmaria, considerava-se pública uma faixa de ¼ de légua junto aos rios navegáveis (Macedo, 1999, p.22). Sobre o número das famílias açorianas, não se conhecem dados precisos (...) *porque as autoridades portuguesas pareciam fazer certo mistério a respeito da finalidade de seu deslocamento* (Franco, 2000, p.10). Este historiador sugere que era um grupo de 80 casais.

Em 1762, Ornelas vendeu a sesmaria de *Morro Grande de Santana* a Inácio Francisco, porque um de seus filhos matara, em emboscada, um açoriano e, por isto, a família viu-se constrangida a se transferir para Triunfo, aonde já morava outro filho. Portanto o sesmeiro (...) *nada tem a ver com a criação da cidade* (Weimer, 2004, p.102). O novo proprietário, tolerando a existência do arranchamento, exigiu dos casais (...) *que levantassem um oratório na praia, o que os açorianos fizeram erguendo um rancho, sob a invocação de São Francisco na atual praça da Alfândega*. (Laytano, 1956, p.46). Dessa

⁴⁰ Segundo Weimer, na carta de concessão de sesmaria o beneficiário assina como *Dornellas* não podendo ser definido se com *e* ou *a* e se havia apóstrofe. Historiografia do século XX optou por redigir o sobrenome como *de Ornelas*.

forma, o aglomerado deixava de ser provisório. A participação dos açorianos confirma-se pelo súbito aumento de registros de batismos de seus filhos na freguesia de Viamão, à qual pertencia a capela do porto: três, em 1752; 55, em 1753; 64, em 1754. (Franco, 2000, p.10) Além disso, durante as duas primeiras décadas do aglomerado, os açorianos foram o grupo majoritário constituindo **82,7%** dos pais que batizaram filhos:

Dos pais que entre 1753 e 1772 residiam na povoação e batizaram os seus filhos, exatamente 102 eram de Açores; seis de Portugal continental; dois de Rio de Janeiro; um da Colônia do Sacramento; um de Santa Catarina; um de Minas Gerais; três de São Paulo; um de Sergipe; cinco eram naturais de Rio Grande e um de Viamão, possivelmente filhos também de açorianos. (*Ibid.*, p.12)

A procedência destes 102 indivíduos era a seguinte: 29 (23%) da ilha Terceira; 27 (22%) de Faial; 22 (18%) de São Jorge; 9 (7%) do Pico; 5 (4%) das ilhas; 5 (4%) de Santa Maria; 3 (2%) de São Miguel; 1 (1%) da Graciosa; 1 (1%) de Flores. Conforme os dados apresentados na Tabela 12, das 25 famílias que saíram, por causa da tomada de Rio Grande, em 1763, e se estabeleceram em Porto Alegre, 24 eram açorianas. Deve-se também considerar a participação de casais açorianos que se fixaram no Morro Grande, pois, tendo falhado o projeto, eles passaram a Porto Alegre e Viamão. A presença açoriana em Porto Alegre continuou até o fim do regime colonial. Segundo Franco (2002, p.350-357), entre 1809 e 1815, 94 indivíduos naturais dos arquipélagos batizaram seus filhos em Porto Alegre; entre eles 45 eram de Faial; 15, da Terceira; sete de São Miguel.

Em seu estágio inicial, o porto foi um núcleo espontâneo de arquitetura provisória. A primeira e única descrição conhecida é de 1754, feita por Miguel Ângelo de Blasco, cartógrafo da comissão de limites: *um arraial de casas de palha habitado por casais das ilhas* (Apud Franco, 2000, p. 11.) A maioria dos casais fixou-se, porque a administração achava estratégico o povoamento do local. O governador Sá e Faria, em carta a vice-rei, Antonio Rubim de Moura, Conde de Azambuja, datada da capela de Viamão a 10 de janeiro 1768, após referenciar a fundação de Taquari, comentava sobre um possível *projeto* para o porto: *Ideei outra povoação no Porto dos Casais, porém, como não há meios, tudo se acha parado* (Revista Trimensal vol. XXXI 1ª parte, p. 280-291, apud. Costa e Silva, 1971). O projeto urbano e a demarcação de datas viriam a se realizar até 1772, quando o capitão em exercício de engenheiro Alexandre José de Montanha recebeu do governador

interino, Coronel Antonio da Veiga e Andrade, a ordem de desapropriar a sesmaria de Inacio Francisco, para reparti-la entre os casais arranchados no porto. O *Registro de uma data de terras concedida a Inácio Francisco* (Códice F-1231. In Barroso, 2002, p. 878-882) confirma a expropriação da estância nesse mesmo ano. Como compensação, seu proprietário recebeu terras na Barra da Lagoa entre o sítio de Tarumá e a Real Estância de Bojurú. O documento expressa que a Fazenda Real já tinha tomado a referida estância e avaliado as benfeitorias da casa, para

(...) estabelecimento da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus em Porto Alegre, e o mais excesso de terreno repartido em data pelos casais transportados à custa de Sua Majestade. (Ibid., p. 878)

Embora o Capitão tenha confirmado a delimitação das meias datas (135,5 hectares), não fez menção ao projeto urbano. A inexistência de uma planta ou documento, provavelmente perdidos, segundo Macedo (1999), não implica a não execução do projeto. Atribui-se a Montanha a autoria do traçado, porque o historiador Tupi Caldas, em trabalho apresentado no 3º Congresso Sulriograndense de História e Geografia (1740), incluiu uma planta da reconstrução do possível traçado feito por Montanha para a área peninsular, que recebeu o aval de vários autores. Atribuem-se também ao Capitão os projetos das sedes do Palácio de Governo e da Assembleia Legislativa (Weimer, 2004). Em 23 de março de 1772, o bispo do Rio de Janeiro assinou o edital pelo qual a capela foi elevada a Freguesia de São Francisco dos Casais. Ainda sem ser vila, porém com um plano urbanístico e com o espaço rural dividido, Porto Alegre passou a ser a capital. em 25 de julho de 1773, o governador José Marcelino de Figueiredo encaminhou à Câmara, ainda funcionando em Viamão, um ofício dando ciência do traslado da capital e de sua residência para o porto. (Macedo, 1999, p.27) Por resolução régia de 27 de abril de 1809, teve a categoria de vila e ,em 1822, já no período imperial, a de cidade, contando com mais de 10.000 habitantes (Costa, 1922).

Situação e sítio

A situação estratégica como porto articulador entre Rio Grande, na Lagoa dos Patos, e Rio Pardo, no Jacuí, pronto lhe valeu o *status* de capital da capitania. No parecer de Dreys (1961, p. 102), *Porto Alegre é uma posição militar respeitável*. No século XIX, a situação militar foi substituída pela comercial, igualmente relevante na estruturação da rede urbana. O sítio, conformado por uma península elevada, permitia abranger maior área com mínima

extensão de fortificação, controlando-se o acesso por terra, recurso estratégico testado com êxito na Colônia do Sacramento. A preferência inicial pelo lado norte obedecia à maior profundidade do lago, que facilitava a implantação do porto e dos estaleiros e a proteção do vento sul (o minuano).

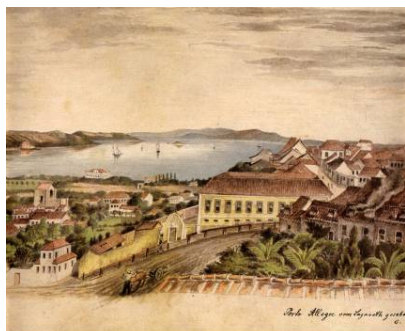


Figura 531: Porto Alegre. Aquarela de Rudolf Wendroth, 1852.
Fonte: O Rio Grande do Sul em 1852.



Figura 532: Porto Alegre. Aquarela de Rudolf Wendroth, 1852.
Fonte: O Rio Grande do Sul em 1852.

Tipologia e morfologia urbana

A maioria açoriana provavelmente deixou, em termos urbanísticos, a ocupação linear, ao longo da orla norte, e a estruturação da Rua da Praia. A configuração definitiva resultaria do trabalho do engenheiro, no parecer da pesquisadora, equivalente a um plano de reordenamento. A topografia condicionou a estruturação em dois níveis: cidade alta e cidade baixa. Cada setor configurava-se ao longo de uma rua direita: a da cidade alta, ao longo do divisor de águas (atual rua Duque de Caxias), para funções institucionais e residenciais e a cidade baixa, ao longo da orla (rua da Praia), com o porto e as atividades comerciais. A malha reticular, adaptada à topografia, formou-se pelo arruamento hierarquizado, de ruas paralelas às cotas e travessas inclinadas. Como as ruas, às vezes, cruzavam talwegues abertos pelas águas, foram necessárias algumas pontes na rua da Graça (atual Andradas) e na rua do Cotovelo, também denominada rua da Ponte (Macedo, 1999, p.31). Sobre o arruamento, comentou Saint Hilaire (1999, p.20):

A cidade de Porto Alegre dispõe-se em anfiteatro sobre um dos lados da colina (...) Ela se compõe de três longas ruas principais que começam um pouco aquém da península, (...) estendendo-se em todo o comprimento paralelamente ao lago, sendo atravessada por outras ruas muito mais curtas, traçadas sobre a encosta da colina.

As fortificações, segundo Macedo (1999, p.33), teriam sido iniciadas em 1778. Eram apenas trincheiras de pau a pique, com uma vala externa. *O portão que não era portão* (ibid.) era uma interrupção para entrada ao recinto urbano, situado no ponto mais baixo da cumeeira, onde se formou uma praça, segundo Costa (1922), aos lados estava uma casa que servia de quartel e um terreno onde aconteciam candomblés. Para entrar na área

urbana, os forasteiros tinham que pagar um imposto que se destinava à irmandade de Nossa Senhora da Madre de Deus que construía a catedral. Durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), os rebeldes sitiaram a cidade, entre 1836 e 1840, impedindo a entrada de provisões. As forças imperiais, no entanto, recuperaram a linha de defesas, demoliram os moinhos de vento e levantaram uma planta da vila com informações técnicas sobre a construção das fortificações, datada no Rio de Janeiro em 1838, da qual houve uma segunda versão, datada em Porto Alegre a 2 de dezembro de 1839 (ibid., p.61). Fora do perímetro, estendiam-se radialmente as estradas que organizavam o território rural: a Estrada da Aldeia ou Caminho Novo, como prolongamento da rua da Praia, que conduzia até a Aldeia dos Anjos de Gravataí; o Caminho do Meio, que levava até Viamão, e o Caminho da Azenha, que levava ao sul. Sobre o Caminho Novo comentou Saint Hilaire (1999, p.32):

(...) como é muito plano torna-se mais cômodo para as carruagens (...) De um lado do caminho é guarnecido por uma linha de salgueiros e no outro existem casas de campo e jardins cercados de sebes de uma mimosácea espinhosa. (...) Os terrenos planos e cultivados que vi, logo ao chegar a Porto Alegre, ficam apertados entre o caminho novo e a colina na extremidade na qual se acha a cidade. Raros são os passeios tão encantadores como o do caminho novo, o qual lembra tudo quanto existe de mais agradável na Europa.

Elementos primários

Nos *Altos da Praia*, o Capitão Montanha efetuou a demarcação da praça civil que, na época, antes dos sucessivos aterros, ficava a uma quadra da orla. Adjacentemente à rua da cumeeira, implantaram-se os edifícios indispensáveis à instalação da nova capital: a Igreja Matriz, construída entre 1772 e 1780; a Casa da Tesouraria da Real Fazenda,; a Casa da Junta; o Palácio de Governo, concluído em 1789. este edifício serviu de sede do governo até 1894, quando o governador Júlio de Castilhos empreendeu as gestões que resultariam no edifício atual. A capela do Império, também demolida, ficava ao lado da matriz. Eram edificações singelas que, no parecer de Saint Hilaire, não tinham maior representatividade:

Os edifícios existentes no cume da colina não oferecem beleza independente da situação. Pode-se mesmo afirmar que eles não estão em relação com a importância da cidade e a riqueza da Capitania. O Palácio do Governador não passa de uma casa comum, de um andar e nove sacadas na frente. Mal dividido internamente, não possui uma só peça onde se possa reunir uma sociedade numerosa como a de Porto Alegre. O Palácio da Justiça é muito mais mesquinho, ainda térreo. A igreja paroquial, cujo acesso se faz por uma escada, tem duas torres desiguais; é clara, bem ornamentada e tem dois altares além dos que acompanham a capela- mór. Entretanto é muito pequena, pois segundo medi conta apenas com 40 passos da capela mor à porta.

Muito menos importantes são os outros edifícios públicos de Porto Alegre. Além da igreja paroquial existem mais duas outras ainda não terminadas. [Igreja do Rosário e Igreja das Dores] Numa com tudo, já celebram missa, enquanto a outra, ainda não coberta tem, tem sua construção paralisada. A sede da Câmara não passa de uma casinha térrea, onde dificilmente se instalaria um particular medianamente abastado. Aqui a cadeia não faz parte da casa da Câmara, existindo duas muito pequenas, situadas à entrada da cidade. (Saint Hilaire, 1999, p.42)



Figura 533: Porto Alegre, igreja matriz e capela do Império. Foto de Virgílio Calegari Fonte: Oliveira, 1985, p.127.

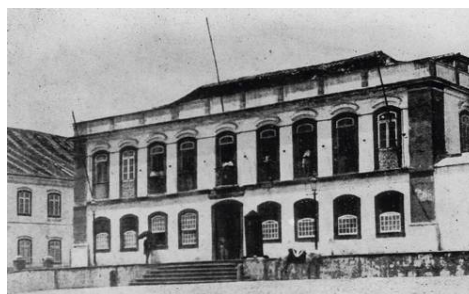


Figura 534: Foto antiga do Palácio de 1789
Fonte: <http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/linhaTempo/1789>

A cidade baixa recebia as atividades comerciais. Ao lado da rua da Praia formaram-se diversas praças, abertas para a orla, com funções especializadas; na ponta da península estrategicamente se implantou a Praça do Arsenal; seguia o Largo da Força, onde estava erguido o pelourinho; depois a Praça da Alfândega, com o respectivo edifício e o cais, como centro portuário, e logo a Praça da Quitanda, onde havia o mercado de alimentos e peixe. O mercado localizava-se à beira do rio até 1844, quando foi inaugurado o edifício atual (Macedo, 1993). Conforme Dreys (1961, p.100), a rua da Praia era:

A rua mais extensa, e a mais importante, em respeito ao comércio e a população é a da praia, (...) nesta rua formada por casas geralmente altas, de estilo elegante e moderno, quase todas habitadas por negociantes, (...) Ali está o moderno edifício da Alfândega, e seu extenso trapiche sobre a lagoa, obra sem ornamentos, esbelta, porém sólida, guarnecida de assento de ambos os lados e oferecendo um passeio que não deixa de ter seu merecimento para respirar-se a frescura das águas nas belas noites de verão.

A vida urbana era incipiente para um aglomerado com hierarquia de capital, a julgar pelos poucos equipamentos existentes para a saúde e educação e a cultura bem como sua tardia implantação. A Santa Casa de Misericórdia, iniciada em 1803, situou-se no prolongamento da rua da cumeeira. As instalações foram inauguradas apenas em 1826. O local escolhido apresentava situação conveniente, conforme parecer de Saint-Hilaire (1999, p.42):

Fora da cidade, sobre um dos pontos mais altos da colina onde ela se desenvolve, iniciou-se a construção de um hospital cujas proporções são tamanhas que talvez não seja terminado tão cedo. Mais sua posição foi escolhida com rara felicidade, ficando perfeitamente

arejado, bastante distanciado da cidade para evitar contágios e ao mesmo tempo próximo quanto às facilidades de suprimento médico e farmacêutico.



Figura 535: Porto Alegre: Santa Casa de Misericórdia no início do século XIX.
Fonte: Porto Alegre, 1942, p.32

As praças da Rua da Praia eram lugar de festas ao ar livre, aos domingos e feriados. Houve uma Casa de Comédias estabelecida, em 1794, no Beco da Ópera (atual rua Uruguai) . Segundo Macedo (1999), registrou-se, desde 1774, a presença de professores particulares. Em 1800, Antonio d'Avila, conhecido como amansaburros abriu sua primeira aula, localizada na rua da Ponte entre o beco da Farinha e a rua Clara (atual rua Riachuelo entre Caldas Júnior e João Manuel) . Costa (1922) informa que, em 1827, foi estabelecida a 1ª escola de ensino mútuo e, só em 1837, foi criada a 1ª escola feminina na Praça do Portão.

Tipologia e morfologia urbana

O aspecto do aglomerado, no fim do período colonial, era de uma cidade nova e próspera, segundo Saint Hilaire (1999, p.29-30):

Surpreendeu-me o movimento desta cidade, bem como o grande número de edifícios de dois andares e a grande quantidade de bancos aqui existentes. (...) Percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas e muitas estão ainda em construção. Mas, depois de Rio de Janeiro, não vi cidade tão suja, talvez mesmo mais suja que a metrópole.

A orientação foi um fator que incidiu na segregação social. A ladeira norte foi mais valorizada, enquanto na ladeira sul situaram-se os menos abastados. O açougue, uma atividade poluente, foi implantado ao lado do Arroio Dilúvio para facilitar o escoamento de detritos.

Embora construída somente no lado noroeste da colina a cidade possui várias casas no lado oposto, esparsas e desalinhadas, entremeadas de terrenos baldios, pequenas e mal construídas, quase todas habitadas pela população pobre. (Ibid., p.42)

Os registros disponíveis de propriedades do fim do século XVIII fornecem informações sobre a estrutura predial e o dimensionamento inicial dos lotes. Citam-se três casos. O primeiro é o registro de 1875 de uma data (?), na Rua do Arvoredo (atual Fernando Machado), pertencente a Francisco Thomaz Barreto Leme, no qual o suplicante solicita um terreno devoluto de 80 palmos de frente (17,6m) para construir sua morada (Código F-1231, AHRS. In: Barroso, 2002, p.919). O segundo, de 1792, também na rua do Arvoredo, é a favor de João Baptista de Carvalho e Souza, ajudante do Batalhão de Infantaria e Artilharia, e informa que o interessado deseja construir umas casas com cento e vinte palmos de frente ao norte da dita rua e setecentos vinte e duas palmos de fundo ao sul a praia do Riacho onde faz igual frente de cento e vinte palmos (...) tendo as esquinas em esquadra (Código F-1229, AHRS. In: Barroso, 2002, p.671). O lote em questão tinha frente de 26,4m sobre as duas ruas e 158,84 de fundo, ou seja, uma proporção de 1:6; o respectivo quarteirão deveria ter uma fileira de lotes. O terceiro é o registro de uma propriedade onde o interessado, Ignácio Francisco (o mesmo proprietário da sesmaria que deu origem ao aglomerado) já tinha edificado casas; o lote situado na Rua da Praia, tinha 60 palmos de frente e 243 de fundo (13,2m x 53,46m). Desta descrição se deduz que os quarteirões da Rua da Praia estavam divididos em duas fileiras de lotes, em proporção de 1:4 (Código F-1231, AHRS. In: Barroso, 2002, p.927).

A modificação da estrutura predial e a inexistência de um conjunto relevante de edificações residenciais do período colonial dificultam a formação de uma imagem da morfologia urbana. Da estruturação e do zoneamento se deduz que, ao redor da praça matriz - área institucional -, ao longo do divisor de águas - eixo residencial dos mais abastados - e ao longo das ruas que coincidam com as estradas, os lotes eram amplos e permitiam a implantação de edifícios isolados, assobradados, aproveitando a pendente do terreno, com telhado a quatro águas. Na Rua da Praia - eixo comercial mais valorizado - predominaram as edificações ocupando toda a frente do lote, de dois andares, tendo o térreo de uso comercial. No restante da área peninsular os lotes foram sendo subdivididos e os quarteirões ocupados em todas as frentes.

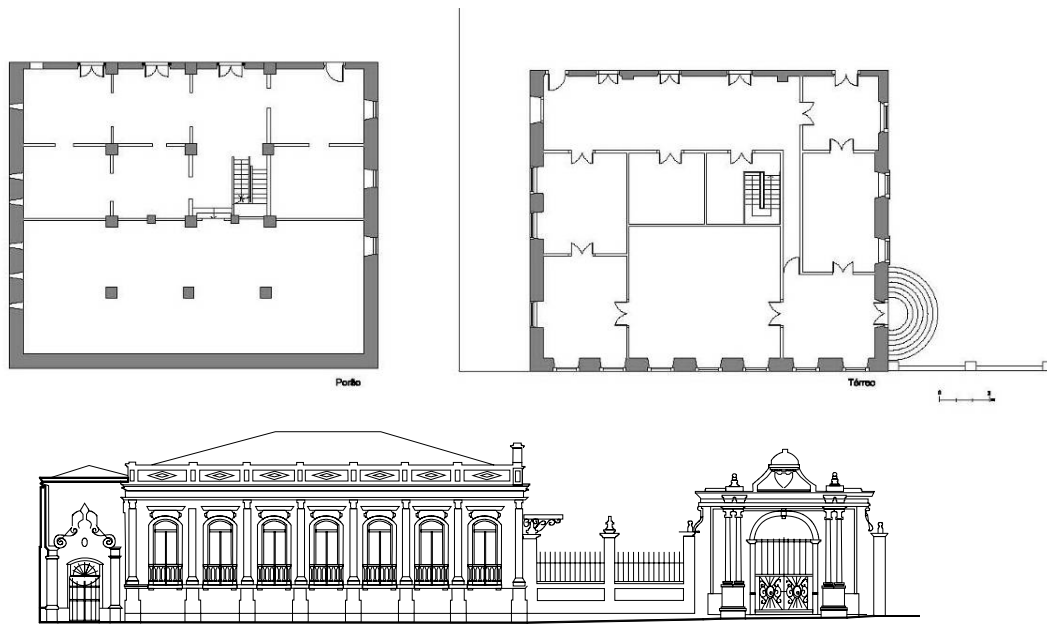


Figura 536: Solar dos Câmara, construído em 1818; ampliação e reforma da fachada de 1870. Plantas do corpo inicial e fachada.

Fonte: desenho da autora, 2005, com base em levantamento do Acervo da Assembleia Legislativa do Estado.

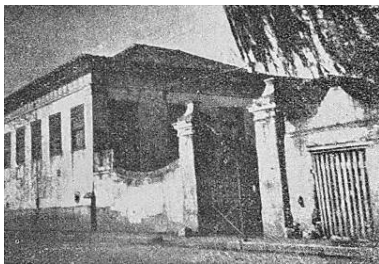


Figura 537: Casarão no Caminho Novo [1900]
Fonte: Porto Alegre, 1942, p.41



Figura 538: Casa em lote mediano [1900]
Fonte: Porto Alegre, 1942, p.41

Verificação da açorianidade

É evidente que os casais do programa de migração subsidiada constituíram a maioria da população de origem europeia, pelo que Porto Alegre, desde o parâmetro demográfico, caracteriza-se como fundação açoriana. A implantação relevante da capela do Império ao lado da igreja matriz revela a presença da comunidade açoriana como grupo coeso. A origem espontânea e um provável estágio inicial linear coincidem com a identidade espacial açoriana; a interferência do urbanismo erudito determinou, porém, o futuro desenvolvimento sem ficarem evidências nem fragmentos dessa espacialidade inicial.



8. PORTO ALEGRE - núcleo inicial, 1839

FONTE PLANO:

Planta de Porto Alegre, 1839, elaborada por L.P. Dias - Estado Maior do Exército. Cópia de F. de Mesquita, existente no AHR5.
In: Oliveira, 1987.

OBSERVAÇÕES:

Referencia de escala e topografia com base na Planta de Geoprocessamento, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2004 (Arquivo Autocad)
Interpretação com base em pesquisa

CONVENÇÕES:

1. Alto da Praça
2. Igreja da matriz
3. Capela do Império (demolida)
4. Palacio de Governo
5. Casa da Junta
6. Proveedoria de Contas

7. Igreja das Dores
8. Largo do Arsenal
9. Praça da Alfândega
10. Largo da Quitanda
11. Rua da Praia
12. Fortificações (demolidas)

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:

Luisa Durán R.

ESCALA:

1:12.000m



7.3.3 Santo Amaro

A partir de 1752, realizou-se a distribuição de terras da região, em forma de sesmarias para os militares. O assentamento surgiu à beira do rio Jacuí, com os objetivos de fixar famílias de açorianos, desenvolver a produção agrícola e dar apoio a uma construção militar, da qual só restaram evidências arqueológicas⁴¹. Para alguns autores (Costa, 1922, v2. p.170), trata-se de um forte que foi ordenado por Silva Paes, em 1737. Outros (Laytano, 1956, p.47) argumentam que eram os armazéns de abastecimento do exército, construídos em 1753, quando a Comissão de demarcação de limites, comandada por Gomes Freire de Andrade, dirigia-se para Rio Pardo. A respeito da chegada dos casais, também há várias versões. Segundo Costa (ibid.), o assentamento foi fundado, em 1764, *por casais açorianos estabelecidos em meia légua quadrada de campo e matos para este fim doadas*. Laytano (1956, p.47) afirma que, nos quatro primeiros anos, a partir da construção dos armazéns, *pelo menos 27 casais açorianos se estabeleceram ali*. Em publicação posterior, o mesmo autor comenta que Santo Amaro foi fundada, em 1771, por 16 casais, em terras pertencentes à sesmaria de Brito Leme (Laytano, 1987, p.61). Segundo Fortes (1978), Santo Amaro formou-se, em 1771, quando o Capitão em exercício de engenheiro Alexandre José Montanha instalou 18 casais açorianos. A segunda leva de *casais novos* constituídos nas famílias de São José de Taquari aumentou a população inicial. Conforme Queiroz (1987), dos retirantes de Rio Grande após a tomada, oito famílias fixaram-se em Santo Amaro. Entre 1771 e 1775, foram formalizadas 12 concessões de terras de 562.500 braças² (1/4 de légua em quadro), conforme consta no Códice F 1229 do AHRGS (In: Barroso, 2002, p. 610-620).

As demarcações foram realizadas pelo Capitão Montanha, que relata nos mencionados registros: (...) *passsei ao sitio de Santo Amaro para efeito de demarcar as datas aos casais que hão de formar a nova povoação no dito sitio com a mesma denominação de Santo Amaro (...)*. Dos novos proprietários, sete eram casais de número, um era agregado, uma era viúva de casal de número; um era casal de filhos de açorianos. Entre os casais, um dos beneficiados era sargento de artilharia e almoxarife na Fronteira de Rio Pardo. Documenta-se também a venda da data de um casal que terminou indo para

⁴¹ A localização do forte e armazém de víveres, no lado sul da praça, na propriedade do Sr. José Pereira Faleiro, foi confirmada pela pesquisa arqueológica executada em 2007 pelos arqueólogos Sergio Celio Klamt e Andre Luiz Ramos Soares, de acordo com a Portaria de Autorização N°31 de 08/02/2006 do IPHAN.

Encruzilhada, em 1786, o que demonstra como, nessa época, era alta a mobilidade das famílias. Em 1790, foram registradas outras nove concessões de datas, como consta no Códice F-1230 do AHRG (ibid., p. 672-831). O povoado foi elevado à freguesia adstrita a Rio Pardo, em 1773, e, em 1831, passou a depender da vila de Triunfo. O traçado urbano foi encomendado pelo Governador Coronel José Marcelino de Figueiredo, em 19 de setembro de 1774, ao engenheiro e Capitão Alexandre José Montanha:

Delimitará a praça e ruas e assim mesmo demarcará a Igreja e o lugar dela, com o concurso daquele Reverendo Vigário. Para o que acima ordeno se dará ao dito Capitão o auxílio necessário. (AHRGS -Códice F1180 - Provedoria da Real Fazenda - maço 1765. p. 229-230.)

Observe-se que o traçado foi posterior à formação da freguesia, fato que supõe uma ocupação espontânea antes do projeto urbano e de sua implantação.

Situação e sítio

Como posto de avançada militar e escala entre Porto Alegre e Rio Pardo, Santo Amaro fazia parte do plano urbanístico global de conformação de uma rede de povoados, ao longo da bacia do Jacuí que era a rota de penetração para o oeste. Se no século XVIII, Santo Amaro respondia as demandas militares, depois viria a perder importância e sua situação, como ponto intermediário, não lhe permitiu maior desenvolvimento econômico. A este respeito, Dreys comentou:

Essa povoação morosa tem por inimiga a sua própria situação entre o Rio Pardo e o Rio Taquari, os quais absorvendo todo o comércio local, não lhe permitem aumento considerável. (1961, p. 124)

Em 1881, Santo Amaro passou a ser município; voltou a ser vila em 1939, quando o governo federal criou o Arsenal de Guerra, no distrito de Margem a 16 kms, que ficou com a sede do município e sob o nome de General Câmara. Com a perda de importância inicialmente do transporte fluvial e pouco depois do ferroviário, o assentamento foi ficando estagnado. Paradoxalmente, por isto conservou a autenticidade e integridade urbana e arquitetônica. O sítio onde foi construído o forte era um barranco, na margem esquerda do Jacuí, o que garantia o controle visual do percurso fluvial. Esta implantação foi aproveitada pelo Capitão Montanha, quando traçou a malha junto ao forte, preservando o aglomerado das enchentes. Saint Hilaire passou pelo assentamento, em 14 de maio de 1821, e deixou esta descrição:

(...) A igreja planta-se sobre o cimo de uma colina e, na vertente vêem-se pequenos grupos de casas, entremeados de laranjeiras e gramados. (1999, p.196)

Tipologia e Morfologia urbana

Transcorreram 22 anos entre o início da repartição de terras (1752) e a demarcação do assentamento (1774), tempo em que se iniciou um assentamento espontâneo. Em consequência, o trabalho do engenheiro teria sido um *plano de ordenamento*, delimitando a praça e o local da igreja como origem da malha. Esta hipótese fundamenta-se no fato de as casas da área baixa, além de serem as mais antigas, terem sido implantadas fora do alinhamento, em lotes não homogêneos, em contraste com a regularidade dos lotes da praça; Além disso, uma das ruas perpendiculares ao rio, que relacionam a orla com a praça (atual rua 20 de setembro), apresenta traçado quebrado de seção irregular.



Figura 539: Casa Sr. Nestor Atkinson
Fonte: fotografia da autora,
22/06/2004



Figura 540: Casa Sr. Pedro Vaz
Fonte: fotografia da autora,
22/06/2004



Figura 541: Rua 20 de setembro
Fonte: fotografia da autora,
22/06/2004

A topografia delimitou duas áreas: a alta correspondente à praça e a baixa, relacionada com as atividades portuárias. A praça retangular é o centro da malha, seu lado maior é paralelo ao rio, acomodando-se à topografia. Seu dimensionamento foi mais alongado do que prescrito nas disposições urbanísticas da Carta Régia de 1747.



Figura 542: Santo Amaro, Igreja isolada na praça
Fonte: fotografia da autora,
25/09/2008



Figura 543: Lado leste da praça
Fonte: fotografia da autora,
25/09/2008



Figura 544: Lado sul, local do forte
Fonte: fotografia da autora,
25/09/2008

O arruamento compõe-se de ruas principais (sentido leste-oeste), delimitadas pelo posicionamento das casas sobre o alinhamento, e travessas (norte-sul) sobre as quais alguns

lotes têm acesso direto ao quintal. Os quarteirões, embora delimitados, na prática, não se configuram, pela estrutura predial de uma fileira de lotes estreitos na frente e compridos até a rua posterior. As ruas que demarcam e dividem a atual praça, bem como todas as que têm calçadas, meio fio e passeios são recentes.



Figura 545: Vista do lado norte da praça de Santo Amaro antes de 1920
Fonte: Costa, 1922. 2v. p.170.



Figura 546: Rua principal
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008



Figura 547: Travessa.
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008



Figura 548: Rua-travessa.
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008

Elementos primários

A igreja, correspondente à atual edificação, é datada na porta principal de 1787. Posicionada como edifício isolado num lado da praça, a fachada contém um artifício para aparentar ter duas torres. Foi construída, conforme as instruções dadas ao capitão-engenheiro em 19 de setembro de 1774.

Delimitará a praça e ruas e assim mesmo demarcará a Igreja e o lugar dela, com o concurso daquele Reverendo Vigário. Para o que acima ordeno se dará ao dito Capitão o auxílio necessário. (AHRS, Códice F 1180, Provedoria da Real Fazenda, p. 229-230)



Figura 549: Igreja, fachada
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008



Figura 550: Igreja, vista lateral
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008



Figura 551: Igreja, detalhe da porta.
Fonte: fotografia da autora, 25/09/2008

Os remanescentes da Capela do Império se posicionam no quarteirão, ao norte da Igreja. Embora descaracterizada volumetricamente pela construção do Salão Comunal ainda conserva-se a configuração da planta e os remanescentes da fachada de três portas.



Figura 552: Capela do Império
Fonte: fotografia da autora,
14/10/2009



Figura 553: Capela do Império e
Salão comunitário.
Fonte: fotografia da autora,
14/10/2009



Figura 554: Interior.
Fonte: fotografia da autora,
14/10/2009

Arquitetura doméstica

Os lotes eram ocupados por três tipos de casas térreas e cumeeira paralela à rua: individual, com ambos os afastamentos laterais; geminada, com um afastamento; contígua, ocupando toda a frente do lote. Nos dois primeiros casos, o telhado é a quatro águas e, no terceiro, a duas águas. A existência de acesso separado para os fundos facilitava o uso do quintal como horta ou para cria de animais domésticos. Em alguns casos, a inclinação do terreno permitiu a formação de um porão, à maneira das casas assobradadas das ilhas. Fora do marco da praça, algumas casas implantam-se no meio do lote. Os sobrados são excepcionais.

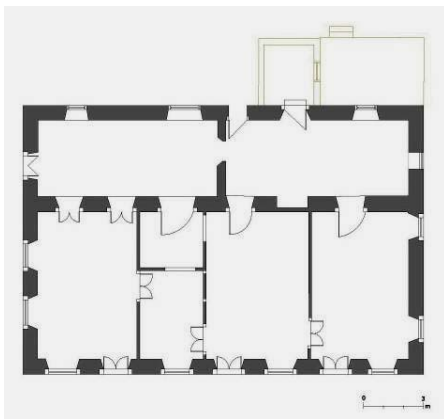


Figura 555: Planta Casa individual.
Sr. Tarso do Prado.
Fonte: desenho com base em levantamento
do Acervo do IPHAN



Figura 556: Casa individual. Sr. Tarso do Prado.
Fonte: fotografia da autora, 20/05/2004

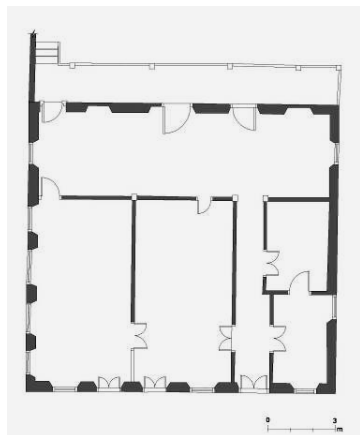


Figura 557: Planta Casa individual Sra. Leila Marques da Rocha
Fonte: desenho com base em levantamento do Acervo do IPHAN



Figura 558: Casa individual Sra. Leila Marques da Rocha
Fonte: fotografia da autora, 13/06/2005

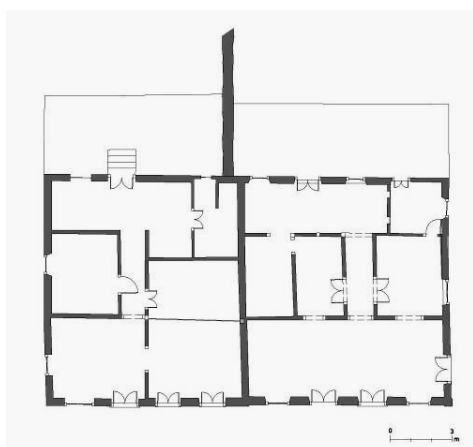


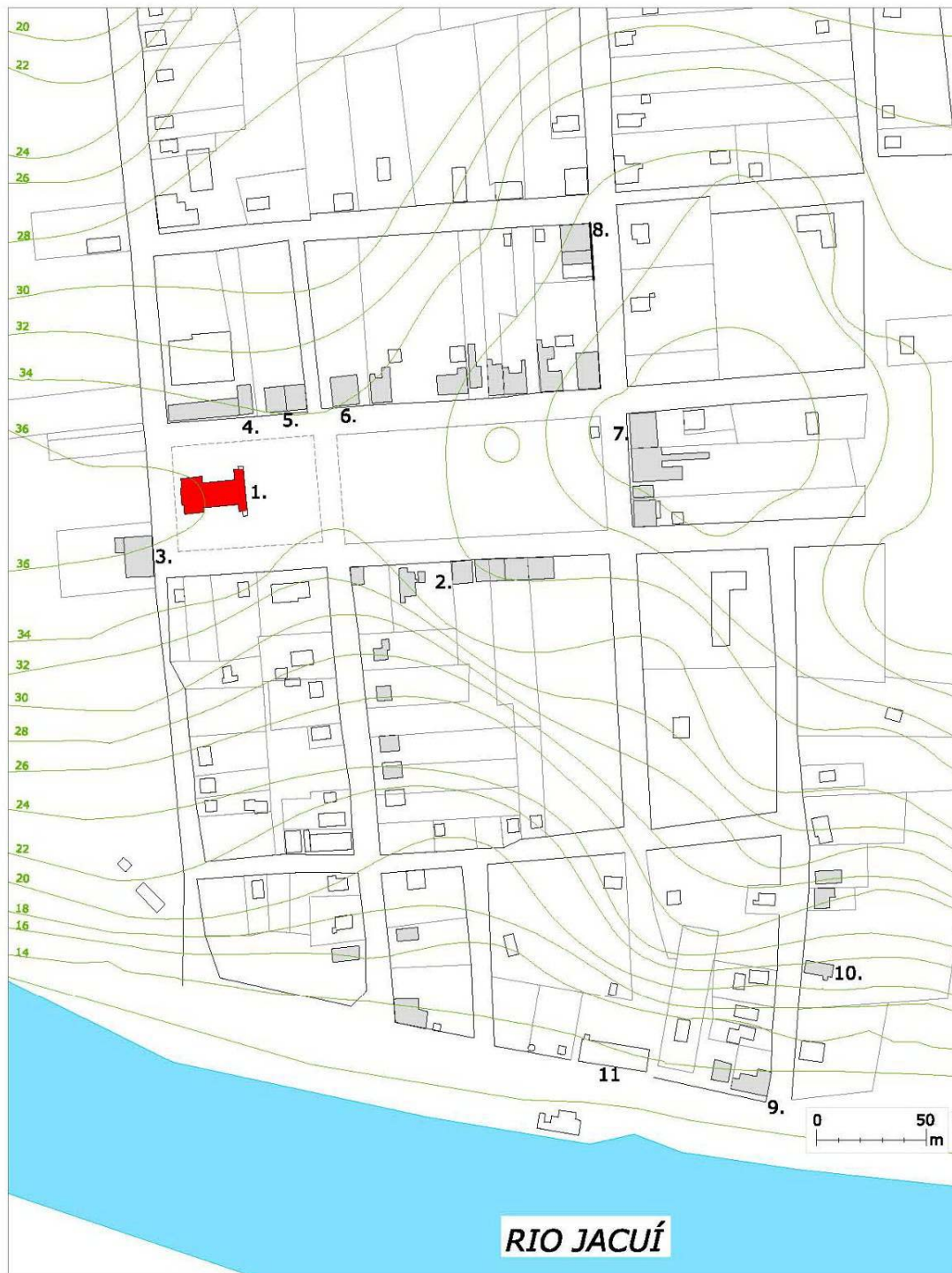
Figura 559: Planta Casas geminadas Sra Elenita – Sr. Amaro.
Fonte: desenho com base em levantamento do Acervo do IPHAN




Figura 560: Casas geminadas Sra Elenita – Sr. Amaro.
Fonte: fotografia da autora, 13-06-2005

Verificação da açorianidade

Os açorianos, embora não tenham sido os primeiros moradores, já que houve prévia repartição de sesmarias, conformaram a maioria da população urbana e por tanto desde o parâmetro demográfico é um aglomerado açoriano. A capela do Império embora descaracterizada, a devoção e a irmandade do Espírito Santo, continuam como forte elemento de coesão social entre moradores da vila e gentes de outras localidades, que convergem nos períodos das festas. Desde o parâmetro urbanístico, o estágio inicial linear perpendicular à orla e a ocupação relativamente dispersa são características do urbanismo das ilhas, mas a configuração ao redor de uma praça e o traçado executado por engenheiro militar interferiram nessa espacilidade. Arquitetonicamente, se apresentam os mesmos tipos das casas tradicionais açorianas, embora sem o forno e chaminé típicos das ilhas.



9. SANTO AMARO - núcleo inicial, 2005.

FONTE PLANO: IPHAN/Bens tombados/Santo Amaro/Cadastro (Arquivo autocad, 2005)	CONVENÇÕES: 1. Igreja Matriz 2. Local do forte 3. Casa Sr. Tarso do Prado 4. Local do antigo Império 5. Casa Sr. Amaro de Freitas 6. Casa Leila Marques 7. Casa AAA 8. Sobrado 9. Casa Sr. N. Atkinson 10. Casa Pedro Vas 11. Estação Ferroviária	INTERPRETAÇÃO: Luisa Durán R.
OBSERVAÇÕES: Prédios achurados: valor de autenticidade	ESCALA: 1:2.500 m	

7.3.4 Triunfo

A ocupação iniciou-se em 1747, com a chegada do português Manuel Gonçalves Meireles e sua família às terras da Sesmaria da Piedade, oficializada pelo governador geral Gomes Freire de Andrade, em 1752, sob a condição de o beneficiário reservar meia légua em quadro para a localização de uma futura freguesia. O aglomerado teve origem espontânea e era conhecido como *Porto da Forquilha*. Em 1753, foi celebrada, ao ar livre, a primeira missa, assistida pelos primeiros habitantes. Nesse local foi, provavelmente, construída a primeira capela. A freguesia denominada de Bom Jesus do Triunfo foi instalada, em 1757, e a primitiva capela foi cedida aos escravos que adotaram como orago São Benedito (Freitas, 1985). Os primeiros moradores construíram suas casas no perímetro do rossio. Entre eles estavam o capitão Francisco Xavier de Azambuja, também proprietário em Santo Amaro, casado com Rita Menezes, irmã da mulher de Meireles e a família de Jerônimo de Ornelas, que teve que sair do Porto dos Casais por causa do envolvimento em brigas de um de seus filhos. Em 1780, o aglomerado contava com 1.277 habitantes e, em 1814, com 3.456. Em relação à distribuição das terras rurais, segundo os Códices F-1230 e F-1231 (In: Barroso, 2002), entre 1772 e 1790, foram registradas três datas, mas não se especifica a origem açoriana dos beneficiados. A primeira demarcação da área urbana foi realizada em 1819. Por Auto de Medição de 10 de maio desse mesmo ano, o Juiz de Sesmarias, Tenente Manoel da Silva e Lima, ordenou ao piloto José de Lemos Dourado delimitar o termo do aglomerado. A freguesia foi elevada à vila, em 1831, tendo como distritos dependentes as freguesias de Santo Amaro, Taquari e São João de Camaquá (Freitas, 1985). Segundo o inventário urbano de 1916, tinha 12 ruas, duas praças, 124 prédios urbanos e 920 habitantes (Costa, 1922).

Situação e sítio

A formação de Triunfo obedeceu à estratégia da Coroa de implantar aglomerados ao longo das bacias fluviais, a fim de consolidar o domínio ao norte do rio Jacuí e avançar no sentido oeste. O sítio, um barranco na confluência do rio Taquari com o Jacuí, permitia o controle do acesso ao primeiro, embora não tenha sido implantada nenhuma estrutura militar no local.

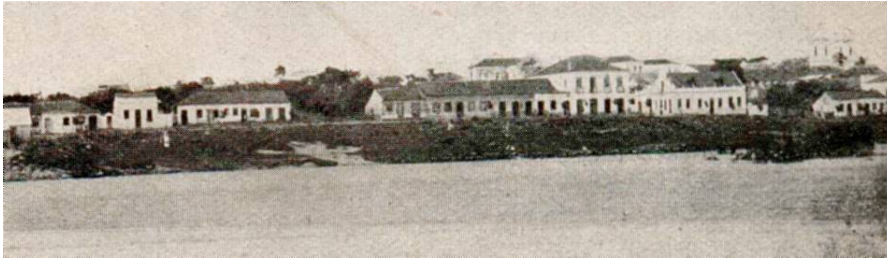


Figura 561: Vista de Triunfo desde o Jacuí, antes de 1920.
Fonte: Costa, 1922, 2v. p.164

Tipologia e morfologia urbana

Pela origem espontânea, Triunfo desenvolveu-se a partir da abertura de ruas que, gradativamente, terminaram estruturando uma malha reticular. A primeira rua deve ter sido perpendicular ao rio até a praça de mercado, pelas condições da orla escarpada, em processo semelhante ao desenvolvimento dos aglomerados das ilhas. A rua da Praia (atual Flores da Cunha), como articulação do aglomerado com o rio, e as ruas Direita e da Igreja tiveram hierarquia pela conexões que estabeleceram entre edifícios e lugares.



Figura 562: Triunfo. Praça do mercado antes de 1920
Fonte: Costa, 1922, 2v. p.165



Figura 563: Triunfo. Atual Rua Borges de Medeiros, perpendicular a orla
Fonte: fotografia da autora, 29/4/2005



Figura 564: Triunfo. Rua da Praia, paralela à orla.
Fonte: fotografia da autora, 29/04/2005



Figura 565: Triunfo. Largo da Igreja Matriz.
Fonte: fotografia da autora, 29/04/2005

Elementos primários

A presença de duas praças, a do Rosário, na saída para o campo, e a do Mercado, adjacente à igreja, especializavam o uso do espaço público. Ao contrário dos assentamentos planejados, as praças irregulares foram resultante e não elemento de origem da malha. A

igreja não ocupa posição central. Antecedida por um largo perpendicular à orla e implantada como edifício isolado, articula esse largo com a praça do mercado. A capela do Império, ainda em pé, embora em estado deteriorado, posiciona-se perpendicularmente ao largo da Igreja.



Figura 566: Triunfo. Igreja Matriz.
Fonte: fotografia da autora, 29/04/2005



Figura 567: Triunfo. Igreja Matiz.
Fonte: fotografia Ângelo Braghirolli, 06/12/2007



Figura 568: Triunfo. Capela do Império
Fonte: fotografia Ângelo Braghirolli, 06/12/2007

Arquitetura doméstica

Os diferentes tipos de casa agrupam-se por setores: no centro, ao redor da praça do Mercado e sobre a rua da Praia, onde os quarteirões são sensivelmente menores, adensados e configurados por todos seus lados, predominam as casas térreas com telhado a duas águas, alinhadas, ocupando toda a frente do lote, algumas têm recuos laterais mínimos. Na área central, também aparecem os principais sobrados. Sobre as ruas Direita e da Igreja, implantam-se as casas contínuas dos tipos *porta e janela* e *média morada*. Nas áreas periféricas do núcleo central, não se formam quarteirões e aparecem os casarões dos mais abastados, implantados em amplos lotes com acessos independentes para os quintais.



Figura 569: Casas de media morada e de porta e janela, na rua da Igreja
Fonte: fotografia da autora,



Figura 570: Casas geminadas de porta e janela na rua da Igreja
Fonte: fotografia da autora, 29/04/2005



Figura 571: Casa assobradada de morada inteira no Largo da Matriz
fotografia da autora, 29/04/2005



Figura 572: Triunfo. Casa assobradada Rua João Pessoa 52
Fonte: fotos da autora,



Figura 573: Triunfo. Senzala e cozinha casa Rua João Pessoa 52
Fonte: fotos da autora, 29/04/2005



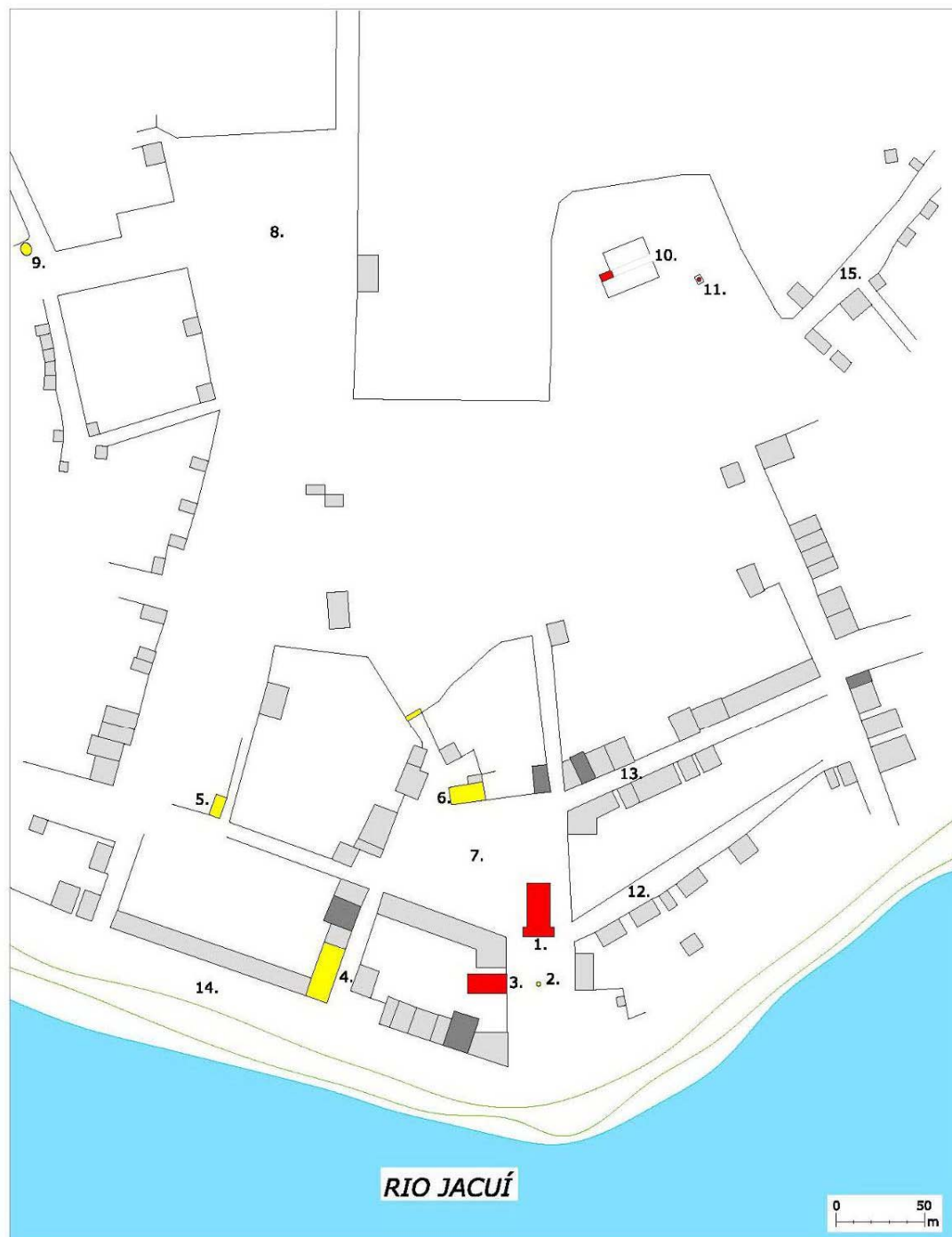
Figura 574: Planta Casa João Pessoa 225.
Fonte: Desenhado com base no levantamento de Werney Gork, 1989. Acervo IPHAN.



Figura 575: Casa João Pessoa 225 em 1993.
Fonte: Acervo IPHAN.

Verificação da açorianidade

Não há certeza sobre a origem açoriana dos primeiros povoadores, mas os sesmeiros, com capacidade de influir na configuração urbana, tinham parentescos ilhéus. Tampouco houve significativa distribuição de datas para os casais do programa de migração; porém considerando-se a proximidade e dependência administrativa de Porto Alegre é de supor que os casais de ilhéus tenham optado por fixar-se no local. A existência da capela do Império e sua implantação relevante confirmam a presença de uma comunidade coesa e de origem açoriana. Em termos urbanísticos, a procurada açorianidade, no parecer da pesquisadora, é evidente: origem espontânea; configuração inicial linear; formação gradual de quarteirões sem a interferência de um projeto do urbanismo erudito; predominância de tipos domésticos compactos e semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno e a chaminé constantes nas ilhas.



10. BOM JESUS DO TRIUNFO - núcleo inicial, 1869.

FONTE PLANO:
Planta da Vila do Triunfo em 1869. Escala de 50 palmos, 11 metros.

OBSERVAÇÕES:
Casas térreas: cinza claro. Sobrados: cinza escuro.

CONVENÇÕES:
1. Igreja Matriz
2. Mastro
3. Capela do Imperio
4. Câmara Municipal
5. Cadêia
6. Teatro
7. Praça de Mercado

8. Praça do Rosário
9. Fonte
10. Cemitério
11. Cruzeiro
12. Rua Direita
13. Rua da Igreja
14. Rua da Praia
15. Rua da Ponte

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:3.000 m



7.3.5 Estreito ⁴²

Foi a primeira das cinco aldeias formadas pela administração, após o Tratado de Madri, para concentrar e assentar famílias indígenas. Conforme a correspondência oficial (Correspondência com o Governo de Rio Grande. Cód. 9, 4,13 f.105 Biblioteca Nacional, apud. Neis, 1987, p. 70), o aldeamento formou-se, em 1753, a partir da concentração e fixação dos índios tapes que estavam acampados nos arredores de Rio Grande. Índios minuanos, procedentes da Estância Real de Bojuru, a 40 km, ao norte do local, também foram levados para a futura aldeia e aí foram batizados (Tagliani, 2000). Enquadrada na política do *Diretório*, a aldeia foi criada, administrada e mantida pelo erário régio, mas teve uma existência breve. A invasão espanhola a Rio Grande, em abril de 1763, e a consequente saída de seus moradores, trouxe para a aldeia 114 famílias - 81 açorianas e 37 luso-brasileiras (Queiroz, 1987) - *redefinindo caoticamente, como depreende-se a espacialidade da aldeia* (Torres, 2000, p.45) . Segundo pesquisas arqueológicas realizadas por Tagliani e colaboradores, (...) *vestígios materiais desta ocupação são bem abundantes, reflexo da alteração cultural que se verifica* (2000, p.34). Laytano (1956) não relaciona a formação do aglomerado com a aldeia. Segundo o autor, em 1764, o Capitão Alexandre de Montanha instalou famílias de açorianos nos campos da Fazenda Real de Bojuru, que, nesse momento, já se encontrava em decadência.

Mas as aglomerações de casais na sede da fazenda, onde Francisco Pinto Bandeira comandava a resistência exigiu a criação da localidade de Estreito na qual o governador providenciou a construção do forte de São Caetano das Barrancas. (1956, p.46)

Com base no *Livro de Batismos No.1 de Estreito, 1763-1779*, Amaral e Jaccottet (2002, p.218-220) verificam a fixação de 73 casais das ilhas com um total de 335 filhos, somando 481 pessoas. A procedência dos que batizaram crianças era a seguinte: Santa Maria: um casal, com um filho; São Miguel: quatro casais, com 11 filhos; Terceira: 10 casais, com 30 filhos; São Jorge: 32 casais, com 159 filhos; Pico: sete casais, com 48 filhos; Faial: 17 casais, com 70 filhos; Flores: um casal, com 11 filhos; das ilhas: um casal, com cinco filhos; de Graciosa e Corvo não houve registros. Depois de 1763, o aglomerado transferiu-se, ficando o inicial a 500 metros a sudoeste do atual distrito (id.), mas, nesse momento, não houve demarcação de datas (Queiroz, 1987). Embora não se conheçam

⁴² Não se deve confundir a Aldeia de Estreito com o núcleo de Estreito, formado quando a fundação de Rio Grande e transferido para o núcleo do porto em 1752.

documentos sobre essa convivência, tudo indica que ela não foi fácil; a aldeia como tal foi formalmente extinta e, *em 1765, frente à persistência da ocupação, surge a freguesia* [de Nossa Senhora da Conceição] *do Estreito* (Torres, *ibid.*). Com a saída dos indígenas e a fixação dos casais, Estreito passou a ser um aglomerado com população majoritariamente branca e de origem açoriana. Segundo Queiroz (1987), apenas 27 casais açorianos receberam datas de terra e a grande maioria permaneceu na condição de refugiados ou vivendo com parentes até voltarem para Rio Grande, após a reconquista. O Códice F-1229 do AHRS (In: Barroso: 2002, p.620-642) apresenta os primeiros registros de datas, mas não especifica a origem do requerente. Entre 1774 e 1789, foram registradas 28 datas,

desde a fronteira no norte do Rio Grande, ou seja terras entre a freguesia e o capão do meio (...) entre a lagoa e o logradouro comum (...) entre o mar grosso e o logradouro comum.

Em diversas oportunidades, os documentos referenciam o Edital de 29 de julho de 1773, o qual ordenava fazer uma vala com valado de terra na testada e plantar uma planta chamada de jurubeba [*solanum paniculatum*] ou palmatória, pessegueiros e demais árvores frutíferas e amoreiras, norma que atesta a importância da paisagem no programa. A formalização das concessões continuou. Segundo os Códices F-1230 e F-1231 do AHRS (*ibid.*, p. 673-1075, foram registradas outras 21 datas. A presença açoriana trouxe o desenvolvimento da agricultura na barra de Rio Grande. Em 1780, iniciou-se o cultivo de trigo e, sete anos mais tarde, Estreito ocupava o primeiro lugar na produção com 15.848 alqueires. No século XIX, o núcleo urbano entrou em decadência. Houve o segundo traslado, em 1872, pelo soterramento causado pelas dunas, alertado, desde 1820, por Saint Hilaire:

A aldeia de Estreito era outrora mais a leste, mas como as casas foram enterradas pelos turbilhões de areia que o vento atira sem cessar das margens do mar, mudaram as habitações para o lugar onde se encontram no momento onde, entretanto terão em breve a mesma sorte. (p.50)

O aglomerado definitivo ficou na cabeceira do arroio Bojuru e, atualmente, é um distrito de São José do Norte.

Situação e sítio

A ocupação da faixa entre o Oceano, chamado *mar grosso*, e a Lagoa dos Patos era de vital importância para a sustentação da vila de Rio Grande e sua comunicação com o norte do Continente. A implantação do aglomerado guarnecido por uma fortificação era estratégica e demarcava a fronteira portuguesa, no período da ocupação espanhola. Se a situação foi conveniente em termos militares, o sítio úmido e arenoso e os fortes ventos

obstruíram o desenvolvimento. Segundo Dreys (1961, p.119), o povoado (...) *é triste como o território que o rodeia, suas poucas casas parecem sepultadas nas areias (...)*

Tipologia e morfologia urbana

Os traslados e a falta de documentação planimétrica impedem conhecer a estrutura urbana das formas iniciais. Da aldeia indígena só se têm informações arqueológicas relacionadas com objetos de uso cotidiano. Os viajantes do século XIX informam sobre o segundo aglomerado, estruturado ao redor de uma praça central, precedida pela igreja. Parece que não tinha arruamento hierarquizado nem quarteirões estruturados. Segundo Tagliani (2.000), formava-se ao redor de uma praça central, com a igreja posicionada no centro de uma lateral e casas de habitação, nas outras três, arranjo que tem se identificado, ao longo deste trabalho, como aldeamento indígena. Saint Hilaire relata que se acedia ao centro urbano por uma estrada: (...) *as primeiras casas por nós avistadas, situadas à margem da estrada, são quase enterradas na areia. (...)* (1999, p. 50) e que, ao redor da praça, amplo espaço aberto para as atividades coletivas, alinhavam-se casas, posicionadas em lotes com ambos os recuos laterais:

(...) em numero de 40, isoladas umas das outras, pequenas e geralmente em mau estado, as casas são cobertas de palha e acham-se enfileiradas em torno de uma grande praça de solo gramado. (ibid., p.50)

Elementos primários

A fortificação de São Caetano das Barrancas e a igreja eram os edifícios coletivos. Da primeira sabe-se que foi ordenada pelo governador, situava-se ao lado de um acampamento militar, construída em terra e faxina, com capacidade para 16 peças de artilharia. Como seu nome indica, estava sobre um barranco na Lagoa dos Patos e, provavelmente, algo distante do aglomerado (Carta do Governador José Custódio de Sá e Faria ao Vice-rei do Brasil despachada em Viamão a 10 de janeiro de 1768, publicada na Revista Trimensal vol. XXXI, p. 280-291). A igreja constituía o centro do povoado e era uma referência numa paisagem monótona:

Esses montículos não passam porem, de ondulações de uma praia em cujo meio está plantada a Igreja do Estreito, prédio de reduzidas proporções, moldado pelo estilo usual de tais edifícios nas villas brasileiras. (Luccock, 1935, p. 15)

Para Saint Hilaire, (...) a igreja ainda inacabada, nada apresentava de notável. (ibid., p.50). Segundo Dreys (1961, p.119), o único edifício local que merece alguma atenção é a igreja, cuja situação permite aos navegantes avistá-la do mar quando procuram a barra de Rio Grande.

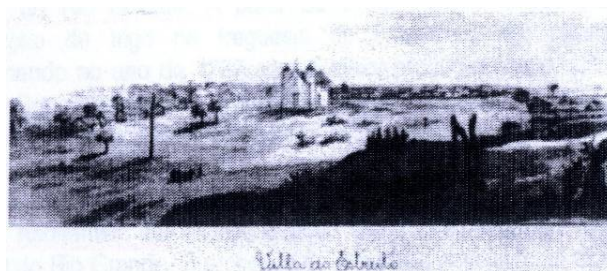


Figura 576: Villa de Estreito. Aquarela de Jean Debret, 1820.
Fonte: Tagliani, 2000, p.45

Edifícios domésticos

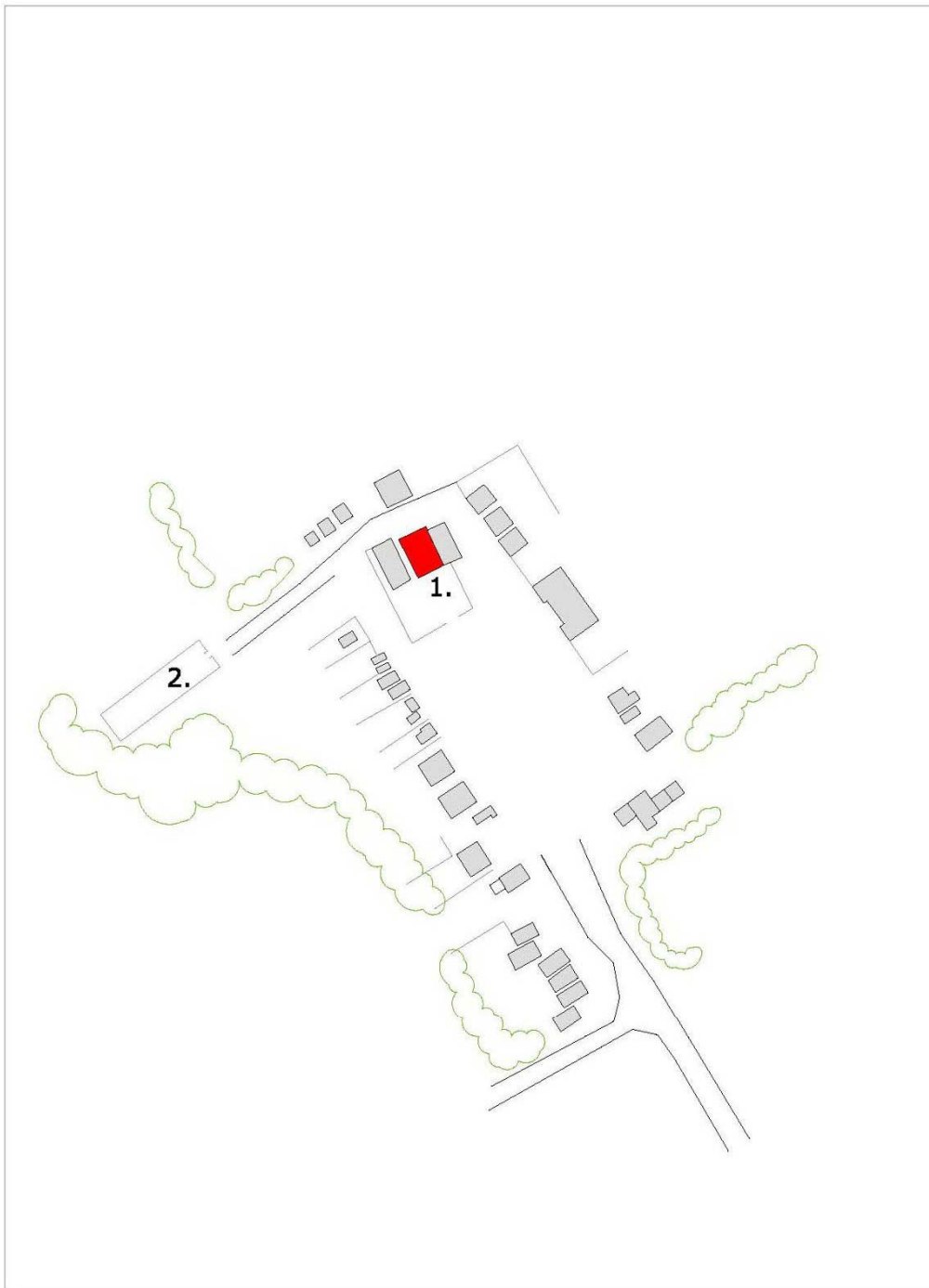
As casas individuais e isoladas eram, a julgar pelos depoimentos dos viajantes, de extrema singeleza, envolvidas por áreas livres que lhes conferiam um caráter rural. Os habitantes procuravam manter hortas e jardins, tal como viu Saint Hilaire:

[o cura] *Levou-nos após a sua casa e, enquanto esperávamos o jantar, mostrou-nos seu jardim onde vimos uma bela latada de parreiras e várias espécies de hortaliças: chicória, cebola, mostarda, nabos, aipo, couves, brócolos e mesmo couve-flor que produzem na região. Os narcisos, as violetas e os pessegueiros florescem atualmente.* (1999, p.50)


O naturalista sugere uma vida urbana intermitente entre as fazendas e o aglomerado: [as casas] *quase todas são habitadas nos domingos e dias de festa.* (ibid. p.51) Após o traslado de 1872, o terceiro e último aglomerado manteve a característica fundamental dos anteriores, ao configurar-se ao redor de uma praça retangular, precedida pela igreja e delimitada pelas casas alinhadas, comprovando-se a persistência do tipo urbano.

Verificação da açorianidade

Embora a origem, a partir de um aldeamento indígena, desde o parâmetro sociodemográfico, pode ser considerado como um aglomerado açoriano, porque, quando da passagem para freguesia, os casais constituíram a maioria da população branca. O último e atual assentamento é do final do século XIX e já não tem a ver com o urbanismo colonial. Em relação ao sítio arqueológico, não há evidências para caracterizá-lo como açoriano, devido à configuração espacial ao modo de aldeia indígena.



11. ESTREITO - atual distrito de S.José do Norte, 2008.

FONTE PLANO: Imagem satélite: ita google earth, 2008. Coord. 31°49'23.62"S; 51°44'39.43"W	CONVENÇÕES: 1. Igreja 2. Cemitério	DESENHO: Luísa Durán R.
OBSERVAÇÕES: Ocupação da área central atual		ESCALA: 1:2.500 m 

7.3.6 Cachoeira do Sul

Em decorrência da presença da comissão de demarcação de limites do Tratado de Madri, a partir de 1750, a região foi ocupada por soldados vindos de São Paulo que receberam sesmarias. Chegaram também colonos açorianos que tinham se dispersado ao longo do Rio Jacuí, mas não se têm dados sobre sua proporção em relação ao total da população. Após a Guerra Guaranítica (1754-1756), o governador geral Gomes Freire de Andrade trouxe parte das famílias indígenas, provenientes das missões, e as instalou provisoriamente nas imediações do Passo do Boticuari. Em 1769, o governador da capitania, José Marcelino de Figueiredo, ordenou transladar o aldeamento junto ao Passo do Fandango. Aí foi construída uma capela de pau a pique, sob invocação de São Nicolau. Portanto, a primeira ocupação concentrada foi um dos cinco aldeamentos indígenas criados e administrados pela Coroa. Em 1779, a capela foi elevada à freguesia com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, nome devido às quedas de água existentes no rio Jacuí. A aldeia, situada no atual Bairro da Aldeia, foi extinta e não ficaram evidências físicas nem informações sobre a convivência entre soldados, açorianos e guaranis. O aglomerado foi transladado ao sítio atual, por volta de 1793, quando foi colocada a primeira pedra da igreja matriz. Em 1800, vários grupos vindos em consequência dos conflitos de demarcação de limites fixaram-se na freguesia, que entrou em um período próspero. Nesse mesmo ano, o engenheiro militar português José de Saldanha, comandante das Missões que viriam a ser conquistadas em 1801, elaborou o traçado urbano, tendo a igreja como ponto central. Deste projeto não restaram documentos. O levantamento disponível mais antigo foi elaborado pelo engenheiro João Martinho Buff e nele aparece indicado o sítio da aldeia como o provável núcleo inicial. Cachoeira do Sul foi a quinta vila a ser estabelecida, desmembrando-se de Rio Pardo, em 1819.

Situação e sítio

No contexto das lutas pela definição da fronteira, a implantação de Cachoeira, a 50 quilômetros a oeste de Rio Pardo, corresponde, no marco da estratégia portuguesa, à necessidade de criar pontos de apoio e avançada militar, ao longo da bacia fluvial. No século XIX, o aglomerado teve importância econômica, advinda do comércio, e relevância

política, pelo amplo território sob sua jurisdição, equivalente à quase metade do atual Rio Grande do Sul. O sítio, um divisor de águas na ribeira norte do Jacuí e protegido de enchentes, oferecia as condições para a função portuária.

Tipologia e morfologia urbana

A malha quadricular é resultado de um planejamento global e do exercício do urbanismo erudito e militar, porém determinado pela pré-existência, como o posicionamento da igreja, que se constituiu no centro da malha. A praça corresponde à eliminação de dois quarteirões, ficando a igreja na metade do lado maior. Decorrente da quadrícula, as ruas apresentam a mesma seção, mas a hierarquia vem da conectividade, sendo a principal a rua que passa pela frente da igreja e conduz até o sítio do porto.

Elementos primários

A igreja matriz original foi construída, entre 1793 e 1799, sob projeto do engenheiro militar João Francisco Rossio. Na mesma quadra, estava a capela do Império, exemplar singular pela fachada neoclássica com cinco vãos. Em frente, viria a ser implantado, em 1861, o edifício da Câmara e Cadeia. Por essa época, a praça e a igreja viriam a ser reformadas, ficando com a morfologia atual.



Figura 577: Cachoeira. Igreja Matriz antes da configuração atual., s/d.
Fonte: <http://cachoeiradosuleaqui.blogspot.com>
2008/02/praçabalthazardebem. Acesso em 09 mar 2009



Figura 578: Cachoeira. Capela do Império e igreja matriz, s/d.
Fonte: Marchiori; Noal, 1997,

Arquitetura doméstica

Da regularidade dos quarteirões, se deduz um parcelamento homogêneo. As fotografias antigas disponíveis apresentam casas alinhadas sem recuos laterais; sobrados na

área central e casas individuais e isoladas em lotes com amplos quintais, nas áreas mais periféricas.



Figura 579: Cachoeira, casa de esquina
Fonte: Acervo IPHAN, s/d.



Figura 580: Cachoeira, sobrado.
Fonte: Acervo IPHAN, s/d.



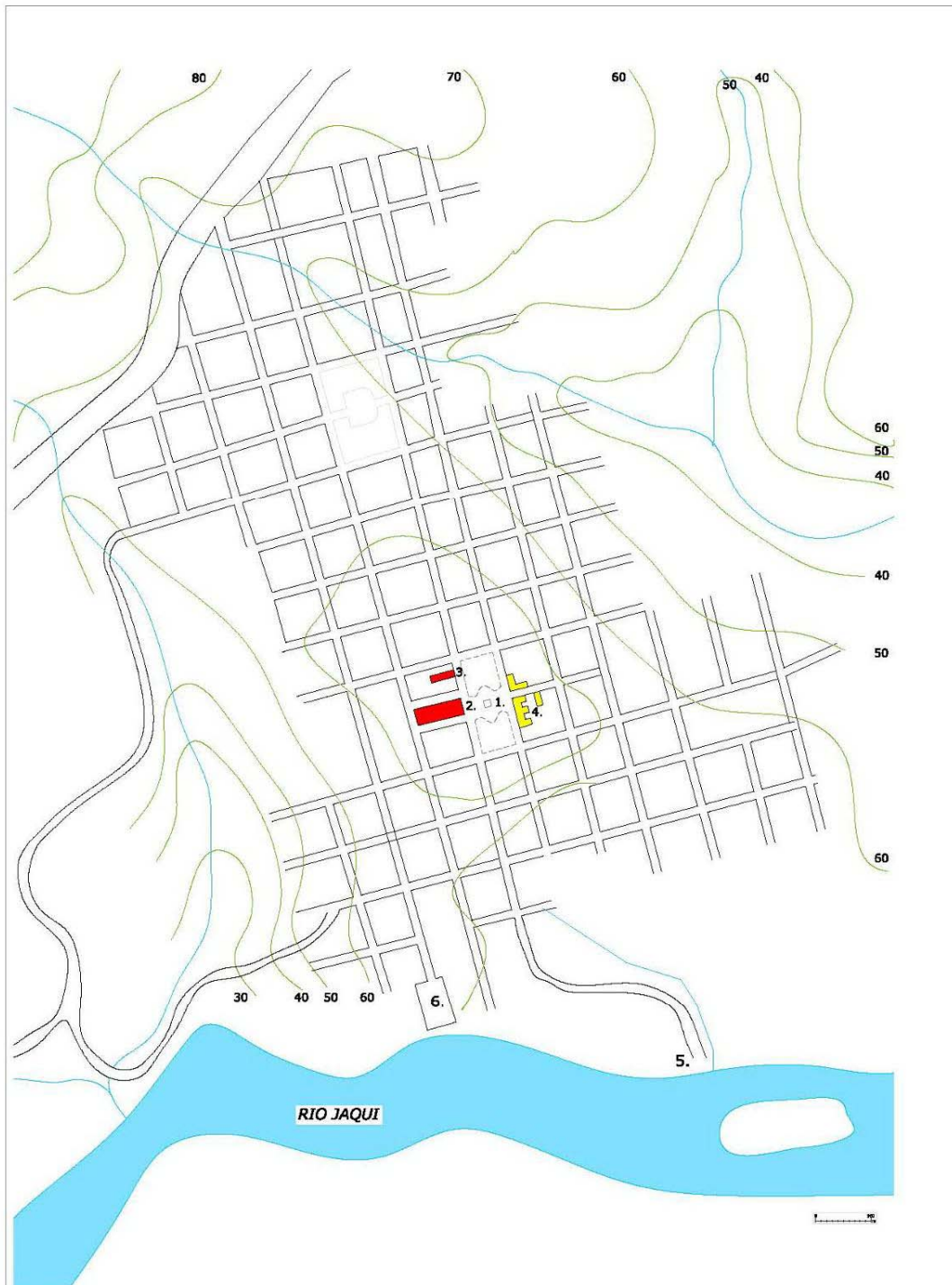
Figura 581: Cachoeira, casa isolada de corredor central.
Fonte: Acervo IPHAN, s/d.



Figura 582: Cachoeira, casa isolada com *falsa*
Fonte: Acervo IPHAN, s/d.

Verificação da açorianidade

A origem, a partir de um aldeamento indígena e de um acampamento militar, e a falta de dados sobre a quantidade de açorianos que se fixaram no local não caracterizam o aglomerado como de origem açoriana, embora a capela do Império e sua implantação relevante confirmem a presença desta comunidade. Em termos urbanísticos, a configuração, a partir de um projeto de cunho erudito, afastam este aglomerado da pretendida açorianidade, porém a predominância de tipos domésticos compactos e semelhantes aos do arquipélago, ainda que sem o forno e a chaminé, evidenciam a influência sociocultural das ilhas.



12. CACHOEIRA DO SUL - núcleo inicial, 1942.

FONTE PLANO:

Detalhe da Planta da cidade de Cachoeira do Sul, elaborada pela Seção de Obras Públicas, 1942.

OBSERVAÇÕES:

AHRS. Moveel 2, Gaveta 1, No. 12544
Interpretação com base em pesquisa

CONVENÇÕES:

1. Praça
2. Igreja da Matriz
3. Capela do Imperlo (demolida)
4. Câmara
5. Porto
6. Cemitério

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:

Lúisa Durán R.

ESCALA:
1:10.000m



7.3.7 Gravataí

A *Aldeia dos Anjos de Gravataí* foi um dos cinco aglomerados formados pela Coroa para concentrar a população indígena. Sua análise é relevante, neste trabalho, porque a historiografia a considera como aglomerado açoriano. Segundo Porto (1954), em abril de 1763, o capitão Antônio Pinto Carneiro, conduzindo mais de 2.000 índios, chegou até o local e fundou a aldeia que chamou de Nossa Senhora dos Anjos, pois, desde 1760, segundo a documentação oficial (BN, Correspondência com o governo de Rio Grande. Cód. 9, 4,13 f.104 e 105, apud. Neis, 1987, p. 70), Gomes Freire de Andrade pensava em transferir parte das 700 famílias trazidas das Missões e concentradas nas imediações de Rio Pardo. A aldeia era conhecida como *Aldeia da Patrulha* e/ou *Aldeia de Viamão*. No Livro de Registro dos batismos, aberto em 1765, constam os nomes, em guarani e em português, dos primeiros moradores: 569 famílias, 2.619 índios, dos quais 256 eram viúvos ou viúvas (Neis, 1987). A aldeia formou-se em uma sesmaria que pertenceu a Francisco José da Costa. A área foi delimitada sem indenização, quando era proprietário Inácio Veloso. A área restante, conhecida como Estância de Itacolomi, foi comprada a da Costa, em 1770, com fundos públicos, para estabelecer fazenda de cultivos comunitários, olaria e moinho de cereais (ibid.). Os primeiros anos foram de penúrias. Coube ao governador José Custódio de Sá e Faria dar instruções para iniciar o trabalho comunitário e os cultivos. Os índios eram divididos em dois grupos, o primeiro para alugar a mão-de-obra e o segundo para trabalhar nas roças coletivas e individuais. Foram plantados trigo, mandioca, milho, arroz, algodão, tabaco e erva mate. Durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780), foi feito o projeto. Em 23 de abril de 1769, seguindo as pautas do *Diretório* pombalino, o governador publicou o regulamento para os aldeamentos, dando instruções sobre espaço urbano, administração e normas de comportamento, tais como plantar legumes, laranjeiras e pessegueiros nos quintais das casas; ensinar os meninos a ler e escrever português; distribuir diariamente a ração de carne; formar milícias, uma a pé e uma de cavalo; proibir danças e festas para afastar os índios de seus hábitos tribais, sendo permitidas somente nos dias feriados. A transcrição do texto acha-se em Rosa (1987, p.25-26). Em 22 de dezembro do mesmo ano, expediu instruções específicas sobre o espaço urbano da Aldeia dos Anjos que deviam ser atendidas por seu comandante:

No fim do mez de fevereiro que entra também hão de estar feitos os ranchos arruados, para cuja planta mandarei o Capitão Engenheiro ao primeiro aviso de V. Mercê. (AHRS, Registros diversos. Cód. D-1, f.4-5, apud Neis,1987, p. 76)

É bem provável que o referido Capitão Engenheiro fosse Alexandre José de Montanha, dado que este funcionário esteve ativo durante o governo de Figueiredo. Em 1773, a aldeia passou a formar uma freguesia que, em 1780, contava com 2355 moradores, dos quais 1890 eram indígenas (equivalentes a mais de 80%); 210, brancos; 255, negros. Um dos fatos pouco documentado e, portanto, desconhecido é a chegada dos açorianos. Conforme o *Diretório* e as experiências contemporâneas no norte do Brasil, o convívio entre as duas etnias era desejável, para acelerar o processo de aculturação dos indígenas e a imposição da cultura ibérica. Em 15 de outubro de 1785, estando como governador, Sebastião Xavier da Veiga Cabral escrevia ao comandante da aldeia José Carneiro da Fontoura:

Igualmente ponho a V. Mcê no acordo de acomodar interinamente e sem posse ate seis casais ou famílias das ilhas dentro dos limites do terreno de sobejo pertencente ao comum dos índios nas paragens indicadas pelo coronel comandante do Continente, esperando que a introdução de semelhantes hospedes se não oponha de nenhuma sorte ao aumento e vantagens dos próprios índios: antes sim o exemplo daqueles os estimule ao louvável trabalho e emprego da agricultura e da lavoura e a fazer cercas plantações de urumbebas (sic) (AHRS, 1990, p.49)

Com a saída de José Marcelino de Figueiredo do governo, em 1780, a aldeia começou a declinar e a população indígena, a dispersar-se. No entender da pesquisadora, isto ocorreu porque entraram os casais de açorianos para ocupar seus espaços. O Códice F-1231 do AHRS (In: Barroso, 2002) apresenta os registros, realizados em 1791, de 19 datas e uma sesmaria, nos arredores da aldeia, nas localidades de *Rincão de Gravataí, Passo da Moraguaia, Passo Grande, Ribeirão de Sapucaia e Rio dos Sinos*, a favor de pessoas de origem açoriana que declararam serem moradoras da aldeia dos Anjos. Entre estas: Miguel de Vargas Leal, que formava casal que habitava na Aldeia, desde 1780, e queria obter uma data sobre o Rio dos Sinos; Miguel Antonio Dutra, que declarou ser filho de casal e o Vigário da Aldeia que requeria uma terra nos *matos devolutos no morro de Itacolomi*. Em 1794, começaram a ser vendidas as casas dos funcionários, as escolas, o quartel, o moinho, a olaria. A Estância dos Povos, fundamental para o sustento do programa, como anteriormente relatado, foi ‘doada’ pelo próprio rei. O fim do projeto foi formalizado., em 1803, quando a Junta da Real Fazenda de Porto Alegre dissolveu a administração (Neis,

1987) .Segundo o censo de 1814, a Freguesia contava com 2653 indivíduos dos quais unicamente 256 eram índios, que trocaram os nomes indígenas por portugueses.

Situação e sítio

A implantação da aldeia, nas proximidades de Viamão e de Porto Alegre, porém afastada, mantinha excluídos os indígenas dos núcleos luso-brasileiros, mas também a uma proximidade conveniente para poderem usufruir de sua mão-de-obra. Esta situação, com as devidas ressalvas, assemelha-se à dos bairros operários contemporâneos. Não é por acaso que Gravataí seja hoje um município da área metropolitana de Porto Alegre.

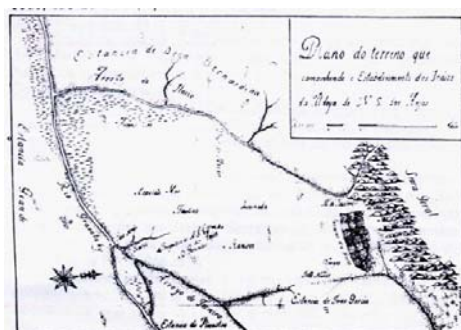


Figura 583: *Plano do terreno que compreende o estabelecimento dos Índios da Aldeia de N.S. dos Anjos.* [s/d]
Fonte: Rosa, 1987, p.22

A vizinhança não era grata aos fazendeiros de Viamão que constantemente acusavam os índios do roubo de gado. Em 1768, chegaram a propor ao Vice-rei o traslado para Santa Catarina; o fato se repetiu em 23 de setembro de 1771, quando a Câmara de Viamão enviou carta ao Rei, pedindo, em nome do bem comum, que os índios da Aldeia fossem levados ou para Garoupaba ou para os Campos de Bojuru, que se achavam devolutos (BN, Correspondência com o Governo de Rio Grande. Cód.9, 4, 13, fl.94v-196. apud, Neis, 1987, p.73-74). A escolha do sítio foi, invariavelmente, um outeiro a oeste da Serra Geral, entre dois arroios, preservado das enchentes.

Tipologia e morfologia urbana

A aldeia, nos primeiros cinco anos, deve ter sido um arranchamento de toldos feitos com couro de vacum. Em 1770, conforme as instruções do governador, foi traçada a malha e iniciada a construção dos principais edifícios, em pau a pique com coberta de capim. Com a instalação da olaria, por volta de 1777, aos poucos as edificações foram sendo melhoradas. A malha ortogonal configurou-se a partir da estrada de acesso, que passou a

ser a *rua direita*. A praça, centro físico e simbólico, era um descampado gramado com capacidade para receber todas as atividades coletivas., Tinha forma retangular (hoje são duas praças separadas por uma rua); seus lados eram configurados pelos edifícios comunitários e pelas principais residências. O arruamento consta de ruas em sentido norte-sul, acompanhando a topografia, cruzadas perpendicularmente por travessas de menor largura. Em decorrência, os quarteirões retangulares eram divididos em duas fileiras de lotes.

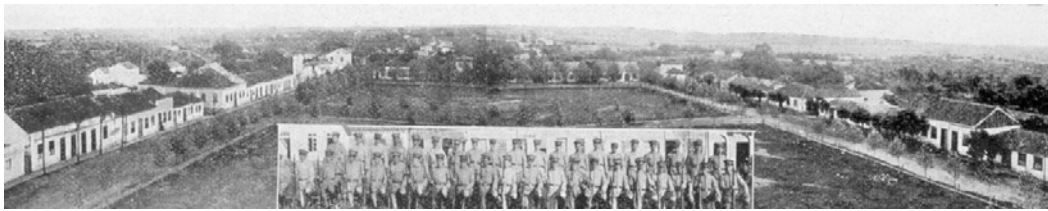


Figura 584: Gravatai, vista da praça desde a Igreja matriz antes de 1920
Fonte: Costa, 1922. 2v, p. 315

A maior importância do aglomerado, em termos urbanísticos, está na inovação do programa. Em um momento em que nenhuma freguesia do Continente contava com instituições de ensino e de saúde, a aldeia tinha duas escolas: a dos meninos - *Aula das primeiras letras* -, inaugurada em 1770, e a das meninas, -*Recolhimento das Servas de Maria*- em 1776. Tinha também o *Hospital das famílias guaranis*, a farmácia e o cemitério, inaugurado em 1777.

Elementos primários

A igreja posicionava-se no meio de um dos lados menores da praça. A edificação original foi construída, em 1774, em taipa. O bispo de Rio de Janeiro, em visita à aldeia, em 1815, afirmou que (...) *é grande e bela, tem cinco altares, bem ornados, e toda ela muito bem conservado* (...) (Neis, 1987, p.86). Esta igreja foi demolida, na metade do século XIX, e, em seu lugar, foi construída a atual.



Figura 585: Gravatai, Igreja
Fonte: fotografia da autora,
15/03/2006



Figura 586: local da Escola de Meninas
Fonte: fotografia da autora,
15/03/2006



Figura 587: Antiga rua direita e colégio ao fundo
Fonte: fotografia da autora,
15/03/2006

As escolas eram de pau a pique. A dos meninos provavelmente se situava no quarteirão a oeste da igreja, onde atualmente está a Escola Pública. A das meninas, segundo informe do Visitador Eclesiástico Bento Cortez de Toledo, em março de 1800, estava ao lado da igreja (Neis, 1987, p.91). A capela do Império deve ter sido instaurada por volta de 1790, quando da chegada dos açorianos à aldeia. Como aconteceu nas Ilhas, inicialmente deve ter sido uma edificação provisória, porque a definitiva, segundo Rosa (1987, p. 29), ao lado da igreja matriz e do cemitério, foi realizada entre 1825 e 1830. Ela foi demolida em 1921 e nada se conservou.

Edificações domésticas

Do século XVIII não restaram evidências além do traçado. A partir da chegada dos açorianos, as edificações foram sendo substituídas por casas térreas sobre o alinhamento, com ou sem recuos laterais, sendo os sobrados edificações singulares.



Figura 588: Sobrado
Fonte: fotografia da autora,
15/03/2006



Figura 589: Casa térrea
Rua Anápio Gomes 1380
Fonte: fotografia da autora,
15/03/2006

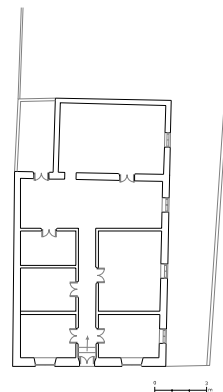
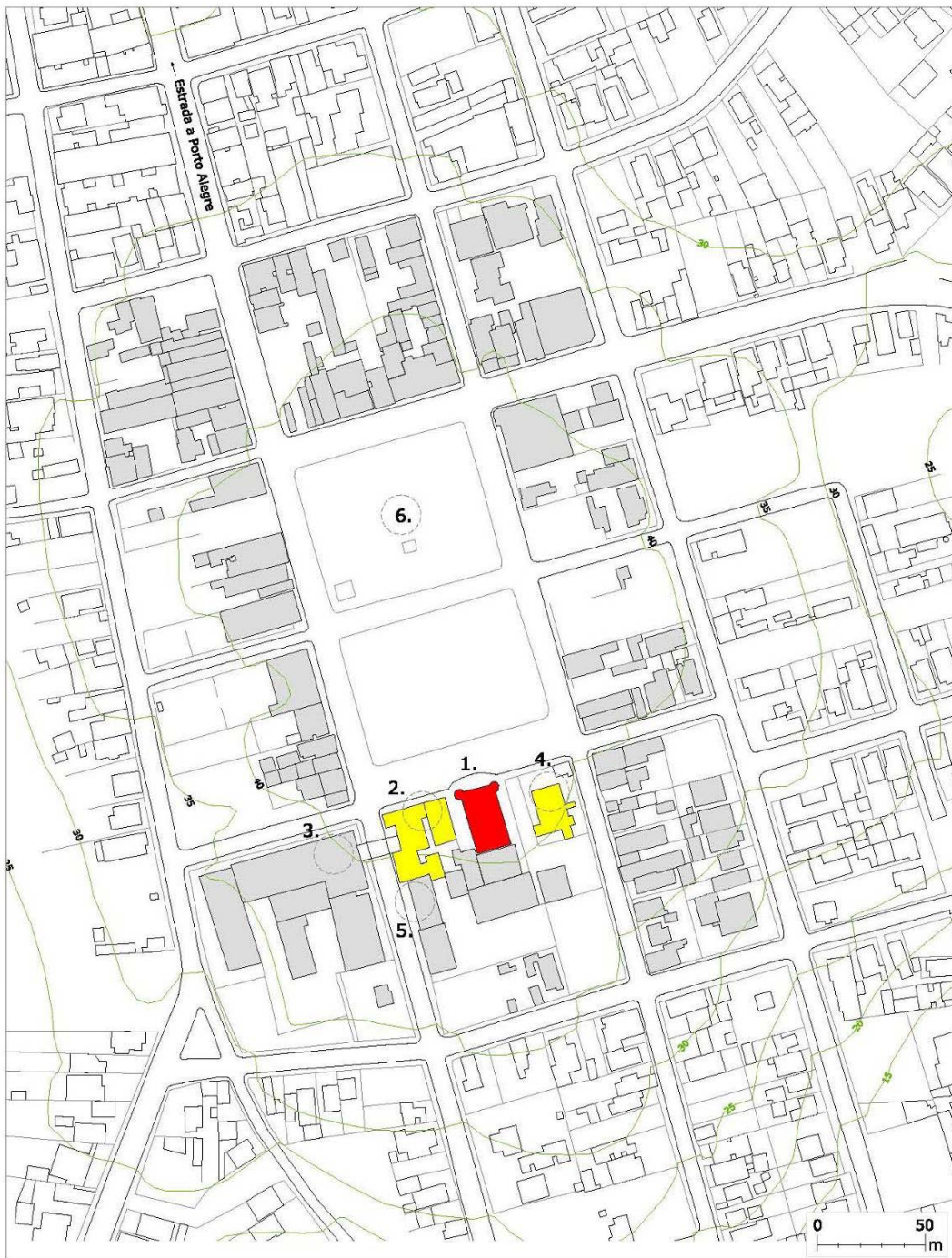


Figura 590: Planta Casa Rua
Anápio Gomes 1380
Fonte: levantamento da autora

Verificação da açorianidade

A origem, a partir de um aldeamento indígena, e a estruturação, por meio de um projeto de cunho erudito, afastam este aglomerado da pretendida espacialidade açoriana. A falta de dados sobre a quantidade de imigrantes que se fixaram no local também impede sua caracterização como comunidade de ilhéus. Dados relevantes sobre a contribuição açoriana seriam a existência da capela do Império (embora demolida) e a permanência de tipos domésticos semelhantes aos do arquipélago, ainda que descaracterizados.



13. GRAVATAÍ - núcleo inicial, 2007.

FONTE PLANO:
 Prefeitura Municipal de Gravataí. Levantamento cadastral, 2007.
 (Arquivo Autocad.)

OBSERVAÇÕES:
 Detalhe da área central

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Local do cemitério
3. Local do colegio de meninas
4. Local do colegio de meninas
5. Local da capela do Imperio (1825-1923)
6. Local de repartição de alimentos

INTERPRETAÇÃO:
 Luisa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500 m



7.3.8 São José do Norte

A primeira ocupação da *barranca do norte*, em 1726, deveu-se à passagem da frota de João de Magalhães, quando Brito Peixoto deu-lhe instruções para formar uma povoação. Provavelmente, permaneceram no local até 1733, mas o possível arranchamento desapareceu em consequência da formação de Rio Grande. Em abril de 1763, quando a tropa do governador de Buenos Aires invadiu a vila, a maior parte da população civil e militar refugiou-se no outro lado do canal. Considerando-se que a população branca de Rio Grande era formada por 74% de famílias de origem açoriana, que a localidade de São José do Norte integrava o termo dessa vila e que não houve evidências da participação de outros grupos na formação de São José do Norte, a pesquisadora o define como *aglomerado de origem açoriana*. A pesca artesanal e a agricultura familiar, principais atividades econômicas do povoado, evidenciam a herança açoriana. O coronel José Marcelino de Figueiredo foi encarregado de reconquistar Rio Grande, projeto que não teve êxito, embora tivesse conseguido tomar a *guarda do norte*, reduto que tinha sido construído pelos espanhóis, em 31 de maio de 1767, como era o dia do aniversário do rei D. José, o local daí em diante passou a ser nomeado *São José do Norte* (Macedo, 1999, p.23). Os portugueses provavelmente construíram suas defesas sobre os redutos dos espanhóis. Em 1775, com a chegada da tropa comandada pelo tenente João Henrique Bohm, o local passou a ter relevante situação estratégica na recuperação de Rio Grande. Nesse mesmo ano, já tinha sido construída a igreja devota a Nosso Senhor dos Navegantes e um hospital, mas os quartéis para a acomodação das tropas eram de materiais perecíveis. A população existente era de 1097 soldados, além de civis e escravos. Junto com o contingente de Bohm, chegaram a ser 2565 soldados, o que significava, para a época, uma grande concentração de indivíduos. Em 1º de abril de 1776, o ataque às posições espanholas, desde São José do Norte, culminou com a reconquista de Rio Grande. Até 1822, teve a categoria de freguesia e, em 1831, a de vila. Segundo o inventário urbano, apresentado por Costa (1922, v2 p.35), a sede do município contava, em 1916, com 280 prédios e 1100 habitantes.

Situação e sítio

A ocupação e o controle da barra de Rio Grande e proximidade da única entrada da Lagoa dos Patos eram fundamentais para garantir a soberania da Capitania. Nesse sentido,

explica-se a situação que teve São José do Norte como posição militar de primeira ordem. Em contrapartida, a proximidade de Rio Grande o relegou a um aglomerado dependente que nem tinha *status* de freguesia, embora o considerável número de habitantes e as facilidades portuárias. Segundo Saint Hilaire (1999, p.58), *sob todos os pontos de vista, a aldeia do norte parece ter sido pouco favorecida pelos poderes públicos*. O sítio é uma península que se desprende da Barra, separando a Lagoa dos Patos do oceano, baixa e arenosa, mas que oferecia melhores condições para desembarque do que o porto de Rio Grande. Dreys (1961, p.118-119) observou que *a Vila do Norte é o primeiro porto e principal fundeador do Rio Grande (...) apresenta o inconveniente tão notado no litoral do Brasil de não ter cais nem lugares suficientes para o desembarque*.



Figura 591: São José do Norte
Fonte: fotografia da autora, 24/07/2008



Figura 592: São José do Norte, Cais.
Fonte: fotografia da autora, 24/07/2008

Tipologia e morfologia urbana

Como sugere Weimer (2004, p.97), o aglomerado deve ter se iniciado espontaneamente, paralelo à lagoa, ao redor de um largo irregular, denominado Praça do Trapiche, *curiosamente separado da igreja* (id.). A planta mais antiga data de 1830, quando foi elevada à vila, 70 anos depois do início de sua formação. Observa-se que o aglomerado tinha se estendido perpendicularmente à orla, ao longo de duas ruas largas e sensivelmente retas, provavelmente traçadas com a participação de um profissional. Segundo Saint Hilaire (1999, p.58), *as ruas principais são em número de três e muito largas*. O somatório das duas áreas configurou uma malha reticular de ruas cortadas por travessas menores e becos estreitos que delimitam quarteirões alongados, divididos em duas fileiras de lotes.



Figura 593: São José do Norte, Antiga Rua Direita antes de 1920
Fonte: Costa, 1922, 2v. p.35



Figura 594: Antiga rua direita
Fonte: foto da autora, 11/05/2006



Figura 595: Travessa
Fonte: foto da autora, 11/05/2006

Elementos primários

O único edifício público relevante, no período colonial, foi a igreja, posicionada individualmente sobre um cômodo de areia, adquirindo monumentalidade e sendo uma referência, no perfil urbano, para quem se aproxima do local. Para Saint Hilaire (id.), *nada tem de notável*. Como a maioria da população tradicionalmente se dedicou à pesca artesanal, a rua do cais com seus trapiches e seus galpões para venda de peixe tiveram e têm significativo papel como espaços cotidianos e de convívio. Estes galpões, de madeira, em palafitas e com os telhados a duas águas, com cumeeira perpendicular à rua, são semelhantes às dos povoados de pescadores do Algarve e às garagens de embarcações da caça de baleias, tradicionais da ilha do Pico nos Açores.



Figura 596: Igreja.
Fonte: fotografia da autora, 24/07/2008



Figura 597: Praça do Trapiche.
Fonte: fotografia da autora, 24/07/2008



Figura 598: Rua do Cais, local de preparativos para a pesca
Fonte: foto da autora, 24/07/2008



Figura 599: Trapiches e barcas.
Fonte: foto da autora, 24/07/2008



Figura 600: Rua do Cais, galpões
Fonte: foto da autora, 24/07/2008



Figura 601: Rua do Cais e transporte local.
Fonte: foto da autora, 24/07/2008

Edificações domésticas

As casas posicionam-se no alinhamento e apresentam as seguintes variáveis: térreas ou sobrados; geminadas ou individuais; com ou sem recuos laterais. Segundo Saint Hilaire, *as casas são unidas como nas nossas cidades, caiadas e bem conservadas. Muitas são de um andar, outras do rés-do-chão e dão a ideia de fartura* (1999, p.58). Os sobrados nobres ficam concentradas ao redor do largo inicial. Ao referir-se a um deles, conhecido como Sobrado do Imperador, Dreys comentou:

[o aglomerado] *não deixa de ter sua extensão, seu comércio e suas casas nobres, bastante cômodas para que o Imperador D. Pedro na sua excursão a Rio Grande pudesse morar numa delas com decência.* (1961, p.119)



Figura 602: Casa térrea

Fonte: foto da autora, 11/05/2006



Figura 603: Casa geminada

Fonte: foto da autora, 24/07/2008



Figura 604: Sobrado do sindicato dos trabalhadores rurais

Fonte: foto da autora, 24/07/2008

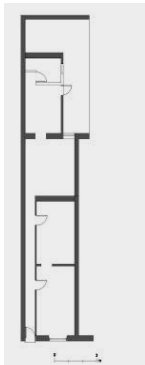


Figura 605: Planta e vista de casa em fita

Rua Bento Gonçalves 118

Fonte: Levantamento da autora, 11/05/2006



Figura 606: Sobrado de esquina

Fonte: foto da autora 11/05/2006

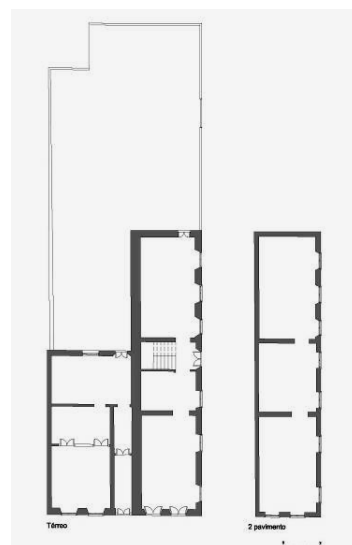


Figura 607: Plantas sobrado

Fonte: FAU-UFPEL, 06/2001



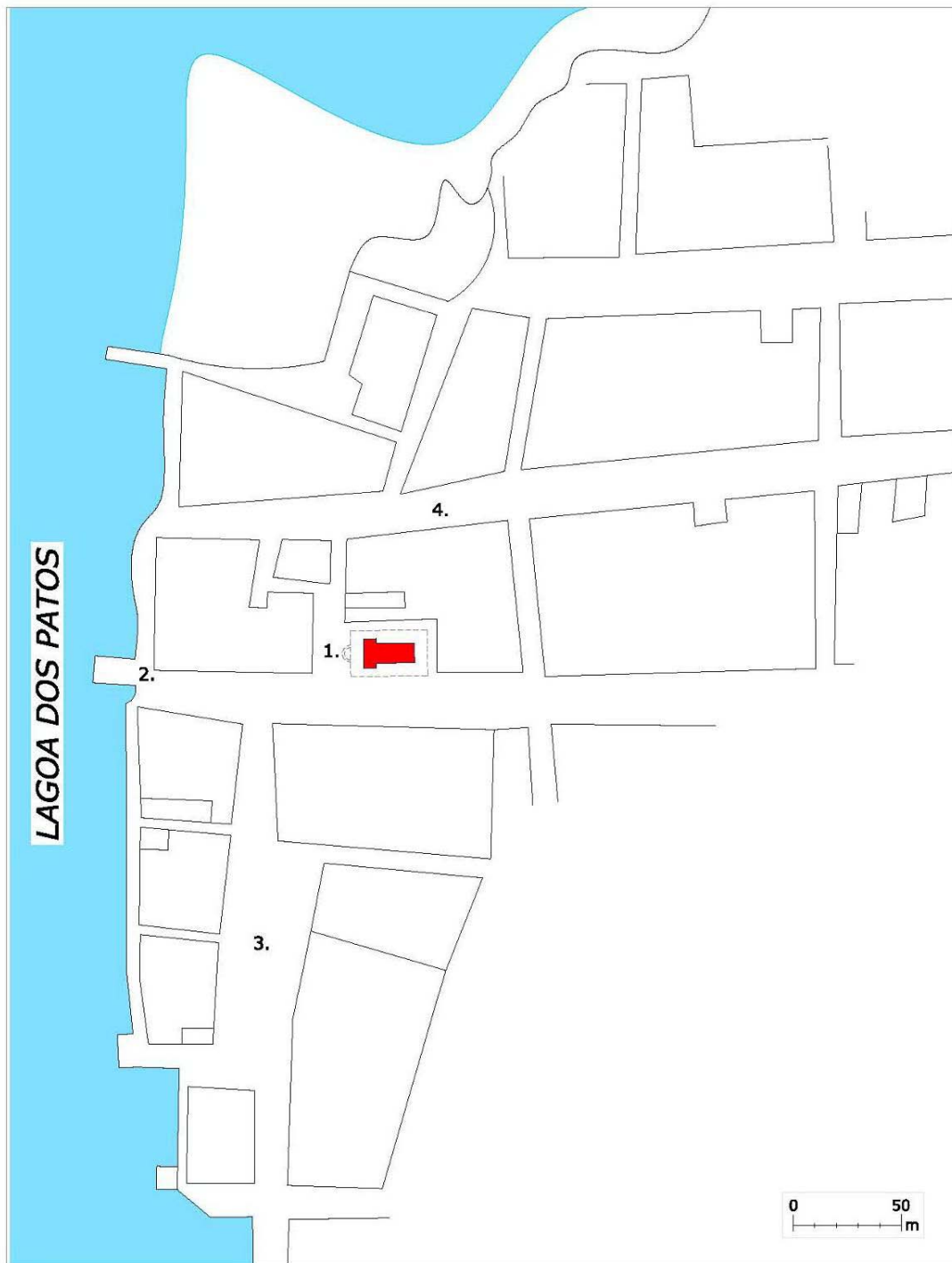
Figura 608: Plantas Solar do Imperador
 Desenho com base em Levantamento da arq.
 Enilda Michelin, 2001



Figura 609: Sobrado do Imperador.
 Fonte: foto da autora, 11/05/2006

Verificação da açorianidade

Considerando-se que a população do aglomerado tinha, no século XVIII, a mesma composição que a da vila matriz, São José do Norte é aglomerado açoriano, ainda que não tenha tido capela do Império. Em termos urbanísticos, a procurada açorianidade, no parecer da pesquisadora, expressa-se na origem espontânea e na formação gradual de quarteirões que a provável intervenção de engenheiro militar não desmanchou. O uso do espaço público com as atividades de pesca e a predominância de tipos domésticos compactos e semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno, atestam a presença açoriana.



14. SÃO JOSÉ DO NORTE - núcleo inicial, 1830.

FONTE PLANO:
Planta da Povoação de s. José do Norte tirada por ordem da Câmara Municipal em Setembro de 1830. Petiçe de 20 braças.

OBSERVAÇÕES:

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Rua do Cais
3. Praça do Trapiche
4. Rua Direita

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500 m



7.3.9 São José de Taquari

A fundação de Taquari foi consequência da formação espontânea de Porto Alegre, porque seus primeiros povoadores eram alguns dos casais irregularmente assentados na sesmaria de Jerônimo de Ornelas. Vários autores sustentam a versão de que, em 1764, antes de ser fundado oficialmente o povoado, chegaram algumas famílias de ilhéus que se fixaram na margem esquerda do Rio Taquari. Segundo Costa e Silva (1971), em 1760, chegaram sete casais. O Anuário de 1896, de Graciano de Azambuja (apud Fortes, 1978, p.101) e Laytano (1987, p.60), informa que, em 1764, chegaram 14 casais. Somados estes 14 aos sete primeiros, completam-se os 21 casais que figuram, no Livro de Registros da Paróquia, como os primeiros povoadores. Segundo Queiroz (1987, p.122), dos casais de Rio Grande que saíram da vila, em 1763, 15 terminaram em Taquari, mas não há clareza se estes são os mesmos, anteriormente referidos. No momento da chegada dos açorianos, essas terras estavam ocupadas por Francisco da Silva. Quando do início do assentamento, da Silva, que não era sesmeiro, foi despojado das terras, tendo, em 1782, recebido em troca uma concessão de sesmaria dos campos de Pedras Brancas, adjacentes ao Taquari (Fortes, 1978, p.102). Ele foi casado com Maria Leme Barbosa, filha de Jerônimo de Ornelas. O casal teve 11 filhos (três mulheres e oito homens), que foram os primeiros proprietários das grandes estâncias do vale do Taquari (Costa e Silva, 1971, p.86). Em fevereiro de 1764, o coronel Jose Custódio de Sá e Faria foi nomeado Governador da Capitania de Rio Grande que atravessava sérios problemas: invasão espanhola em Rio Grande, salários dos militares atrasados e açorianos dispersos, em situação de risco. Como se temia uma incursão espanhola pelo oeste, o controle do Taquari era prioritário e para tal se projetou a fundação do aglomerado e a construção de um forte, combinando as ações urbanística e militar. Na carta datada da capela de Viamão a 10 de janeiro de 1768, Sá e Faria informava ao Vice-rei Antonio Rubim de Moura e Tavares, Conde de Azambuja, que o núcleo urbano já estava formado:

(...) e com efeito fundei a primeira povoação junto ao passo do rio Tebiquary, em situação que achei própria para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores e lha fiz com toda a regularidade em ruas, casas e praça; e querendo dar principio a igreja, só pude conseguir tirar as madeiras para ela do mato, porém, não tive meios para meter mãos à obra: pedi ao senhor Conde da Cunha me mandasse as ferragens precisas, pregos e os paramentos para dita igreja, e só me mandou a imagem do Senhor S. José, cuja vocação lhe pus em memória de nosso augusto soberano(....) Apud. Costa e Silva. 1971. p.69.

Taquari é relevante na história do urbanismo colonial por ser, até hoje, o único assentamento sulino do qual se conhece o projeto urbano inicial. A planta original, datada de 1767, está no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. Ela foi elaborada pelo engenheiro militar Manuel Vieira Leão (1767), de acordo com as instruções de Sá e Faria. Este documento, com caráter de *modelo*, ilustra a espacialidade que a administração almejava para os povoados de açorianos, bem como os princípios do dito *urbanismo pombalino*, divulgados entre os técnicos e no meio acadêmico da segunda metade do XVIII.

Em 1769, quando foi nomeado governador da Capitania, o Coronel José Marcelino de Figueiredo ordenou ao capitão em exercício de engenheiro Alexandre José Montanha a demarcação das datas dos açorianos, já assentados na povoação, tarefa iniciada em 1770 e da qual ficou como evidência um mapa.⁴³ A cada um deles coube meia légua de frente por meia légua de fundo, equivalentes a 562.000 braças² (Costa, 1922, v2.p.334) Pela transcrição do Códice F 1229 do AHRGS (In: Açorianos no Brasil, p.503-671), sabe-se que 40 casais receberam datas entre 1771- 1773. Destes, 25 eram casais de número; dez filhos de casais; um era casado com filha de casal; dois eram agregados; uma era viúva; um não especifica origem; um já era morador do povoado. Pela sentença -um beneficiado já era morador- pode-se interpretar que essas datas correspondem à segunda distribuição e que os primeiros povoadores teriam recebido suas terras quando da demarcação da área urbana. De curato dependente de Triunfo, o povoado passou a ser freguesia, em 1765. As obras da igreja Matriz foram iniciadas em 1768. Somente em 1849, passou a ser vila. O inventário de 1890, contabilizava 278 prédios urbanos e 1387 habitantes (Costa, 1922, v2. p.333).

Situação e sítio

A implantação do povoado obedeceu à estratégia global e à política urbanizadora da Coroa de criar assentamentos fluviais como retaguarda de postos de controle militar. O Governo Geral considerava prioritário o controle do rio Taquari pela proximidade com Rio Pardo, fronteira oeste naquele tempo, tal como foi expresso no *Regimento que há de*

⁴³ Mapa original no AHRJ com cópia no IHGRGS, datado de 15 de abril de 1771, com petipe 3000 braças ou uma légua, e com a localização do reduto e a *aldeia mística*, o provável arranchamento inicial.

observar o Cel. José Custodio de Sá e Faria, de 23 de fevereiro de 1764 do Vice-rei Conde da Cunha:

V.S sabe melhor do que eu a grande importância desta diligencia no dito rio Tebiquary, porque se o não pudermos segurar, não há dificuldade alguma em que os castelhanos possam penetrar por Viamão e que, se assim sucede, perderemos não so todos aqueles utilíssimos campos, mas também todo o distrito que corre até a Guarda do Norte do Rio Grande e por consequência, todo o caminho que, atravessando as serras vai para as Minas e o que pela costa do mar nos conduz à Vila de Santa Catarina: pelo que não é conveniente que da outra parte do mencionado rio Tebioquary se façam grandes estabelecimentos nem povoações e só, sim, da parte leste, com a regularidade que neste Regimento tenho ordenado. (Cadernos de Rio Grande No. 13. Porto Alegre: IEL, 1965, apud, Costa e Silva, p.69)

O assentamento localizou-se na margem esquerda do Rio Taquari, na altura da desembocadura do arroio Tingueté, num barranco que impedia a ocupação, ao longo da orla. A topografia em dois níveis, um planalto e uma ribeira, incidiu na estruturação de dois setores, distantes entre si dois quilômetros: uma *cidade baixa* e uma *cidade alta*. Na parte alta, há uma lagoa que foi ,até o início do século XX, lugar das lavadeiras. Na referida carta de 10 de janeiro de 1768, Sá e Faria também informava sobre a construção dos fortes que lhe foram ordenados, além do já referido forte de Estreito e comentava: (...) *no passo do Rio Tebiquary, fiz um grande forte de terra batida, capaz de vinte peças de artilharia* (apud. Costa e Silva. 1971, p.70). Do antigo forte nada foi preservado.

Tipologia e Morfologia urbana

A cidade baixa, portuária e de tipo espontâneo, formou-se a partir de 1760. A cidade alta, institucional, planejada e erudita foi edificada a partir de 1767. No século XVIII, esses dois setores eram independentes, porém complementares. Com o desenvolvimento urbano, eles terminaram formando uma única malha reticular. O projeto da cidade alta apresenta malha ortogonal, duas praças e uma ordem geométrica em que todos os elementos guardam relações matemáticas entre si, sendo o lote, o mínimo comum múltiplo. A legenda da planta do projeto diz: Planta da Villa de São José que novamente se erige na margem oriental do rio Tebiquary, o que supõe que houve o primeiro assentamento, provavelmente o da cidade baixa. As ruas de 10m de largura, definem a primeira malha quadricular; uma série de travessas de 2,8 m, sobrepõem-se, definindo quarteirões retangulares (50,8m x 24m. A praça principal é formada pela eliminação de dois quarteirões e a secundária equivale a um. Sobre a praça principal, posicionam-se os edifícios públicos num quarteirão destinado para

semelhança com os traçados da antiguidade grega. Ela era um espaço público, de uso múltiplo, e, eventualmente, servia para guardar o gado, como o atesta a presença de cercados, vistos nas fotografias de início do século XX.



Figura 611: Taquari. Praça cidade alta em 1920, com cercamento.
Fonte: Costa e Silva, 1971.



Figura 612: Lado leste da praça em 1920.
Fonte: Costa, 1922, 2v, p.334.



Figura 613: Taquari. Lado leste da praça,
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

Na cidade baixa, a rua direita, atualmente denominada Rua Jacobo Arnt - inicia-se no porto e configura um 'T' com a estrada de ligação entre os dois setores. Esse posicionamento perpendicular à orla é uma invariante do urbanismo dos Açores, quando a costa é escarpada, e verifica-se em Porto de Santa Maria (Ilha de Santa Maria); em Ribeira de Santa Cruz (Ilha do Pico); no estágio inicial de Angra do Heroísmo.



Figura 614: Cidade Baixa, Capela dos Navegantes.
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.



Figura 615: Cidade Baixa, casa comercial.
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.



Figura 616: Cidade Baixa, casa residencial
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

Na cidade alta, as edificações religiosas e civis foram implantadas nos lados menores da praça. A igreja matriz, conforme projeto de Manuel Vieira Leão, no lado norte, e o edifício da primeira câmara, junto com a capela do Império, no lado sul. Quando a igreja foi concluída, o povoado foi elevado à categoria de paróquia, chegou de Portugal a imagem de São José e de Rio Pardo veio o primeiro vigário. O quarteirão da Matriz foi ocupado por outras edificações que descaracterizam a implantação original do templo. A

capela do Império foi demolida por volta de 1970. A atual sede da prefeitura situa-se no costado oeste da praça, em prédio atípico.



Figura 617: Igreja em 1906
Fonte: Costa e Silva, 1971



Figura 618: Interior da igreja em 1919
Fonte: Costa e Silva, 1971



Figura 619: Igreja
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

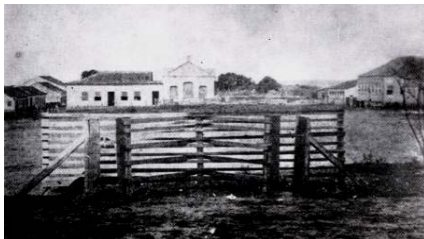


Figura 620: Câmara e capela do Império em 1884.
Fonte: Costa e Silva, 1971



Figura 621: Praça, Câmara e capela do Império em 1971.
Fonte: Costa e Silva, 1971



Figura 622: Antiga Câmara
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

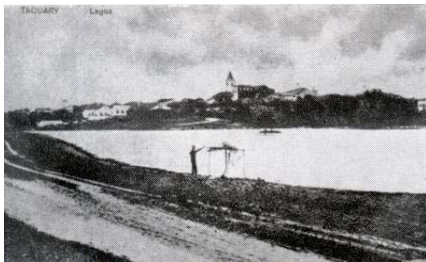


Figura 623: Lagoa no início do século XX.
Fonte: Costa e Silva, 1971.



Figura 624: Taquari, Vista atual da lagoa
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

Edificações domésticas

O tipo de loteamento permitiu a implantação de um tipo de casa térrea, de corpo principal retangular, com o lado maior paralelo ao alinhamento. O telhado a duas águas corresponde a construções que ocupam toda a frente do lote e o de quatro, a casas de esquina e/ou com recuos laterais, com beiral tipo pombinha. Pelo lado interno, ao corpo principal adiciona-se sempre a meia água da cozinha e sala de jantar, o que foi identificado

como uma invariante da casa açoriana. Conforme se observa em fotografia da década de 1920, houve casas com águas furtadas semelhantes às das casas da praça da Vila Real de Santo Antônio no Algarve. A ocupação das ruas secundárias e a subdivisão predial, verificadas desde o fim do período colonial, corroboram a persistência do arranjo tipológico, embora com menor dimensionamento.



Figura 625: Casa na Rua Oswaldo Aranha.
Fonte: fotografia da autora 13/03/2006.



Figura 626: Casa Rua Sete de Setembro esquina Rua Margarida Ribeiro na década de 1920.
Fonte: a. Costa e Silva, 1971



Figura 627: Casa Rua Sete de Setembro esquina Rua Margarida Ribeiro.
Fonte: fotografia da autora, 13-03-2007

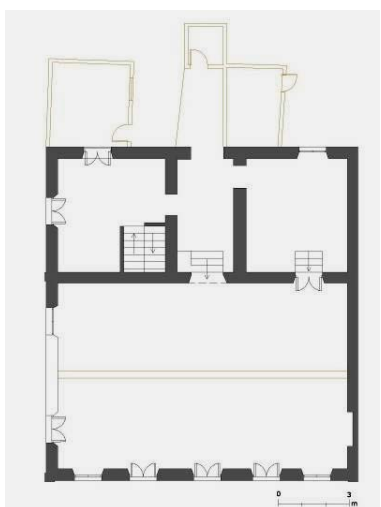


Figura 628: Planta casa Rua Oswaldo Aranha 1872.
Descaracterizada. Originalmente casa de corredor central
Fonte: Levantamento da autora



Figura 629: Casa Rua Oswaldo Aranha 1872
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.



Figura 630: Casa Rua Oswaldo Aranha 1872
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2006.

Na cidade baixa, uma das casas mais antigas apresenta elementos tipológicos das casas açorianas: recuos laterais e telhado a duas águas, porão para o lado dos fundos como uma casa assobradada e um sótão com janelas sobre o oitão, semelhante a uma falsa.

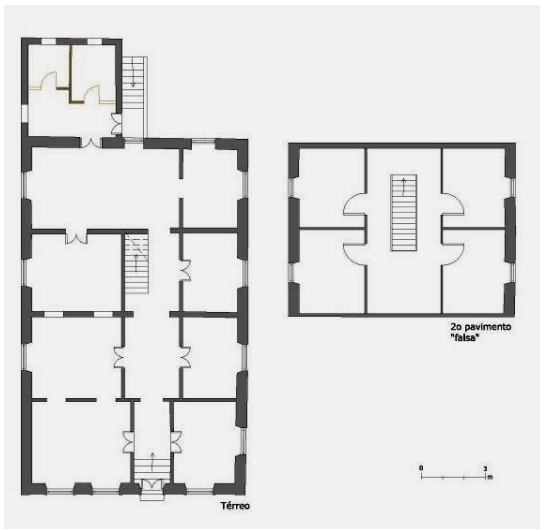


Figura 631: Casa Rua Jacobo Arnt 167
Fonte: Levantamento da autora



Figura 632: Casa Rua Jacobo Arnt 167.
Fonte: fotografia da autora, 13/03/2007



Figura 633: Porão
Fonte: fotografia da autora,
13/03/2007

Verificação da açorianidade

Conforme o parâmetro sociodemográfico, Taquari é um aglomerado açoriano, porque os primeiros povoadores foram casais das ilhas. A existência da capela do Império e seu posicionamento relevante evidenciam a presença de uma comunidade açoriana, com capacidade de influir na configuração de seu espaço urbano. Desde o parâmetro urbanístico, a cidade baixa, com seu arranjo linear e perpendicular ao rio sem a formação de quarteirões, é semelhante às formas de agrupamento das freguesias açorianas. A cidade alta afasta-se do padrão das ilhas e é um claro exemplo representativo do urbanismo erudito do século XVIII, porém como é próprio da urbanística portuguesa, adaptado ao lugar. O tipo doméstico predominante, tanto na área de desenvolvimento espontâneo como na planejada, embora a ausência de forno e chaminé, é muito semelhante ao das casas tradicionais açorianas e algarvianas. Este fato pode ter duas interpretações: os engenheiros militares empregaram e sistematizaram o tipo de casa açoriana vindo da tradição popular ou os moradores adaptaram seus modos de arranjo ao novo contexto. Em síntese, este é um caso de concordância da tradição popular e do saber erudito e de sintonia entre forma urbana e tipo arquitetônico.



15. SÃO JOSÉ DE TAQUARI - [1940]

FONTE PLANO:

Prefeitura Municipal de Taquari. Levantamento topográfico e cadastral da cidade de Taquari. Esc. 1:2000. [década de 1940]
Agrimensor Mirógenes C. de Lima - CREA No.279

OBSERVAÇÕES:

CONVENÇÕES:

1. Igreja matriz
2. Capela do Império (demolida)
3. Prefeitura
4. Capela dos Navegantes
5. Porto e estaleiro
6. Seminário
7. Hospital
8. Escola

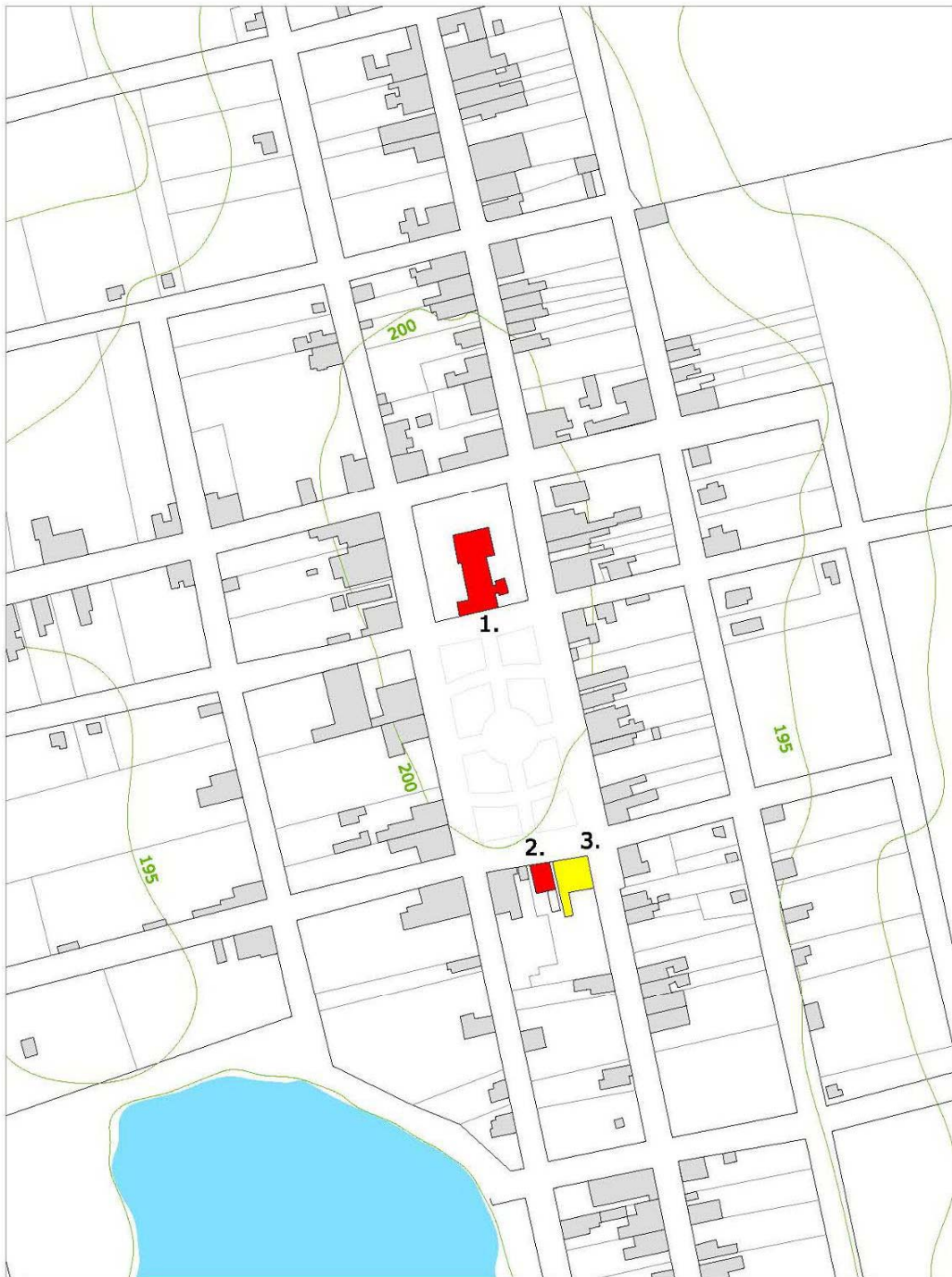
DESENHO:

Caroline Timm
Luisa Durán R.

ESCALA:

1:10.000 m





15-A. SÃO JOSÉ DE TAQUARI - cidade alta [1940]

FONTE PLANO:

Prefeitura Municipal de Taquarí. Levantamento topográfico e cadastral da cidade de Taquarí. Esc. 1:2000. [década de 1940]; Agm. CREA No.279

OBSERVAÇÕES:

Detalhe Cidade Alta

CONVENÇÕES:

1. Igreja matriz
2. Capela do Império (demolida)
3. Prefeitura (trasladada)

DESENHO:

Caroline Timm
Luisa Durán R.

ESCALA:

1:2.500 m





15-B. SÃO JOSÉ DE TAQUARI - cidade baixa [1940]

FONTE PLANO:

Prefeitura Municipal de Taquari. Levantamento topográfico e cadastral da cidade de Taquari. Esc. 1:2000. [década de 1940]; Agm. CREA No.279

OBSERVAÇÕES:

Detalhe Cidade Alta

CONVENÇÕES:

- 4. Capela dos Navegantes
- 5. Porto
- 6. Av. Comendador J.Arnt

DESENHO:

Caroline Timm
Luisa Durán R.

ESCALA:

1:2.500 m



7.4 As formas urbanas surgidas entre 1777 e 1822

Com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1777), as fronteiras oeste e sul reduziram-se consideravelmente para Portugal. As Lagoas Mirim e da Mangueira ficaram dentro dos *Campos Neutrais*, a divisa sul transferiu-se do Arroio Chuí para o do Taim e os territórios dos atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Herval ficaram como domínios espanhóis. A oeste também foi perdida a região das Missões, nominalmente dentro do termo de Cachoeira. A ocupação portuguesa corresponde, neste período, a uma avançada militar acompanhada de processos de migrações interiores, com a participação da segunda e terceira gerações de filhos de açorianos, pois os nascidos nos Açores, os *casais de número* já teriam idade avançada. Nesse sentido, os aglomerados deste período não seriam *fundações açorianas* e sim aglomerados com a participação de seus descendentes.

Desconsiderando os limites do acordo, a administração portuguesa outorgou sesmarias e estimulou a formação de novos aglomerados nos territórios contíguos às divisas e mesmo dentro do domínio espanhol. Por sua parte, o vice-reinado de Buenos Aires também avançava em direção norte, formando acampamentos nas áreas em litígio, porém com menos êxito, dado que teve que enfrentar constantemente as hostilidades dos índios charruas. Dessa empresa, resultaram os povoados de Serro Largo (1795) atual cidade de Melo, São Gabriel de Batovi (1800) e Belén (1801), analisados no capítulo 6.

A situação era de uma fronteira aberta e o clima de guerrilhas. Surgiram, de acampamentos ou guardas nos territórios anexados ao sul, Povo Novo, Piratini, Herval, Canguçu e Jaguarão e, a oeste, Encruzilhada, Caçapava, e Santa Maria. Como eles foram fundados dentro de sesmarias ou nos interstícios de terra livres, tornaram-se frequentes os abusos por parte dos *estancieiros-militares*, bem como os desacordos entre estancieiros e colonos. Pelotas e Guaíba originaram-se em função do início das charqueadas. À exceção de Povo Novo e Pelotas, implantados em regiões planas, nos demais aglomerados o sítio eleito, por razões estratégicas, foi invariavelmente uma eminência topográfica, onde à maneira de *aldeia- monte*, implantavam-se a igreja, com características de fortaleza, e a praça, as quais constituíam o centro da malha urbana. Os traçados, embora a variedade geométrica, sugerem ter sido executados sob projetos elaborado por profissionais militares.

Conforme Weimer (2004, p.123), *A reiterada aplicação dos planos reguladores pode ter sido uma diretriz imposta pelo governo (...)* O autor também afirma que a variedade de encargos dos militares, desde a construção de quartéis até obras de infraestrutura, justifica o esquematismo das plantas urbanas.

Após a reconquista de Rio Grande (1776), muitos dos moradores exilados voltaram, reclamando suas antigas posses. A administração procedeu a concessão de terras, havendo, no ano de 1789, o maior número de registros. A vila foi dividida em três distritos. O primeiro correspondia à região ocupada desde a fundação até a invasão espanhola e incluía as Ilhas dos Marinheiros e de Torotama. O segundo e o terceiro correspondiam às terras recém incorporadas. Povo Novo, com a área entre a Lagoa dos Patos e o Canal de São Gonçalo viria a ter, em sua jurisdição, o aglomerado com o mesmo nome. Serro Pelado compreendia ao sul da Serra dos Tapes e a margem oeste do Canal de São Gonçalo, aí se viriam a formar Pelotas, Piratini, Herval, Canguçu e Jaguarão. Com base no levantamento do Capitão Antônio Ferreira dos Santos, titulado *Relassão dos moradores que tem campos na freguesia da Vila se São Pedro do Rio Grande, 1785*, Queiroz (1987, p.137-140) apresenta uma análise da distribuição de terras nos três distritos e da participação dos descendentes dos açorianos na ocupação do território. Comparando esta informação com os registros de propriedades (Códices F-1229, F-1230 e F-1231 do AHRS. In: Barroso, 2002), observa-se que as propriedades legalizadas foram poucas, o que evidencia o alto índice de acesso à terra por simples posse.

Na Ilha de Torotama – 1º distrito -, existiam quatro estâncias; 27 campos com lavoura e criação; 61 terrenos de lavoura, que foram repartidos para assentar casais açorianos. O dimensionamento da maioria dos lotes, em torno das 75.000 braças quadradas, com 100 braças de frente e 750 de fundo, e a referência a um número para identificar o respectivo paralelogramo nos registros de concessão evidenciam a existência de um projeto de loteamento. Segundo a documentação oficial, a partir de 1772, foram registradas 18 datas -Código F-1231-; uma em 1779 -Código F-1229- e 28 em 1789 -Código F-1230- a maioria demarcadas pelo alferes em exercício de engenheiro Antonio Ignácio Rodrigues

Córdova (In: Barroso, 2002). Curiosamente, à diferença de Torotama, não há registros de concessão de datas na Ilha dos Marinheiros, pelo que se supõe que já estivesse ocupada.

TABELA 15
Proprietários de terras do distrito de Torotama em 1785

Proprietários	Estâncias	Campos (Lavoura e criação)	Terreno (Lavoura)
Casais açorianos do período anterior a 1763	1	12	21
Casais não açorianos do período anterior a 1763	5	1	3
Novos casais	4	7	13
Padres	-	2	-
Não residiam na freguesia	4	5	-
Não identificados entre as famílias da freguesia	-	-	24
Total	14	27	61

Fonte: Queiroz, 1987, p.138

No segundo distrito, Povo Novo, não houve estâncias. As 128 propriedades cadastradas foram chácaras, sítios e pequenos terrenos de lavoura e criação, sendo mais da metade de açorianos e seus descendentes. A ocupação dos terrenos ocorreu sem qualquer planejamento, pois as propriedades apresentavam diversas dimensões o que indica que a ação oficial, entre 1776 e 1782, limitou-se a legitimar a posse de terras que cada casal tinha conseguido tomar, a partir da reconquista. No levantamento realizado por Queiroz (1987), destacam-se como casos extremos, dois terrenos de 600.000 braças quadradas e 19 de menos de 10.000 braças quadradas. Segundo a documentação oficial, em Povo Novo foi registrada uma propriedade, em 1772 -Código F-1231-; uma data, em 1779 -Código F-1229- e 16 datas, em 1789 -Código F-1230- (Barroso, 2002).

TABELA 16
Proprietários de terras do distrito de Povo Novo em 1785

Proprietários	Estabelecidos no tempo da ocupação espanhola	Receberam concessão entre 1779 e 1782
Casais açorianos	9	21
Novos casais	23	42
Viúvas de açorianos	6	6
Padres	-	1
Não identificados	4	16
Total	42	86

Fonte: Queiroz, 1987, p.138

No terceiro distrito, *Serro Pelado*, houve as maiores sesmarias e os menores lotes, com áreas entre 1.500 e 1.800 braças quadradas. Entre os posseiros e os proprietários de grandes extensões, que não foram identificados como moradores da freguesia, estavam dez militares de alta patente, como Rafael Pinto Bandeira e Manoel Bento da Rocha, os quais acumularam grandes propriedades, embora isso não fosse legal.

TABELA 17
Proprietários de terras do distrito de Serro Pelado em 1785

Proprietários	Estâncias	Terrenos
Novos Casais	14	12
Viúvas	3	-
Padres	1	3
Não identificados entre as famílias	16	4
Total	34	19

Fonte: Queiroz, 1987, p.140

A partir de 1772, foram registradas três propriedades em Serro Pelado; 16 no Rincão de Pelotas; três em Camaquá (Código F-1231, In Barroso, *ibid.*). Em 1789, aconteceu o maior número de registros de datas: três, no Rincão de Pelotas (Código F-1229, In: Barroso, *ibid.*); 62, em Serro Pelado; 14, no Rincão de Pelotas; três, em *Camaquá*; uma, no *Rincão das Alegrias* [área de Piratini];, uma, no *Curral Grande*, sob o sangradouro do Mirim; uma no *Arroio Grande*; três, em locais não identificados. Em 1801, foram registradas cinco propriedades na Serra do Herval (Código F-1230, In: Barroso, *ibid.*). As notícias da Paz de Badajoz (1801) chegaram tarde ao Brasil e, nesse mesmo ano, com o apoio de voluntários, realizaram-se campanhas simultâneas para recuperar as Missões e ocupar os Campos Neutrais. Após o acordo de paz, os ingleses invadiram a Argentina (1806) e, em decorrência, o exército espanhol não ultrapassou mais o Rio Jaguarão.

Complementando o plano de ocupação por meio da concessão de sesmarias e a formação de aglomerados, em 1809, a administração portuguesa reformulou a organização militar do Continente. Em 20 de junho desse mesmo ano, o Ministro Rodrigo de Souza e Coutinho, Visconde de Linhares, divulgava o *Plano para organização da tropa de linha da Capitania de Rio Grande de São Pedro* (Revista do Museu Julho de Castilhos e do AHRS. Ano 1, no. 2, junho de 1952, p. 259, apud. Franco, 1989, p.40). Segundo ele, seriam

formados quatro esquadrões do Regimento de Dragões, aquartelados em Rio Grande, na fronteira das Missões, na fronteira de Jaguarão, ficando em aberto a situação do quarto esquadrão, a fim de ser definido no local mais conveniente para proteger a extensa área sudoeste, entre os rios Ibicuí e Jaguarão. Em termos urbanos, o documento é relevante, porque estabelece o procedimento para a construção dos acampamentos e a formação das povoações:

O capitão general examinará os lugares mãos propícios para dito fim, com atenção às povoações que deverão nascer deste arranchamento e procederá logo a construção dos quartéis de pau-a-pique nos lugares escolhidos, para servirem em quanto se não determina que se proceda a fazer quartéis mais estáveis. (ibid.)

De outra parte, em carta de 17 de junho de 1811 (Arquivo da Arquidiocese de Rio de Janeiro, Livro 1, 1808-13, apud Franco, 1980), o Bispo de Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, cuja jurisdição compreendia o Rio Grande do Sul, sugeriu ao Príncipe Regente um plano de divisão da freguesia de São Pedro. A proposta foi aceita e, por Resolução Regia de 31 de janeiro de 1812, foram criadas as freguesias de Pelotas, Canguçu e Jaguarão. Segundo Neves (1998), a participação de moradores desses aglomerados no exército que invadiu o Uruguai, entre 1811 e 1812, foi definitiva para tal reconhecimento.

7.4.1 Povo Novo

Sobre a origem do aglomerado, há varias versões. Segundo Laytano (1956, p.47), é *fundação açoriana que se confunde com a vila de Rio Grande*. Conforme Queiroz (1987, p.118, nota 183), *O Povo Nove teve origem durante a ocupação espanhola (...)*. Como as famílias que permaneceram nesse período (140 casais açorianos e 16 famílias portuguesas) foram impedidas de morar dentro da vila, incrementaram-se os núcleos rurais pré-existentes: *Paulistas*, ao longo do caminho entre a vila e o arroio do Taim; Saco da Mangueira, Carreiros e Torotama, onde estava o *Povo Novo de Torotama*. Apesar da impossibilidade de todos os moradores de Rio Grande terem podido fugir, em abril de 1763, a permanência desses colonos foi interpretada pela administração da Capitania como traição. A deserção não é inviável perante as duras condições de vida dos açorianos desde que saíram das ilhas, pois a decisão de abandonar uma vez mais suas casas e lavouras

duramente conquistadas não era fácil. O governador José Marcelino, em carta ao General Böhm de 17 de abril de 1777, determinou:

fazer mudar o povo de Torotama para a freg. do Arroyo todos aquellos moradores e queimar o dito povo de palha, pois que são ilheos rebelados que já quizerão ficar com os castelhanos na invasão passada. (apud. Queiroz, 1987, p.117, nota 180)⁴⁴

As terras onde estava o *Povo Novo de Torotama*, na ilha desse nome, eram de Manuel Fernandes Vieira que se retirou durante a invasão. Em 1777, com o retorno do proprietário, as 112 famílias moradoras foram transferidas pelo General Böhm para o Rincão d'el Rey no Continente, onde se formou o atual aglomerado de Povo Novo. Após a reconquista, estes núcleos aumentaram com a constituição de novas famílias, formadas por portugueses, espanhóis, açorianos e seus descendentes, além das famílias que voltaram de San Carlos de Maldonado e das que saíram da Colônia de Sacramento. A transferência do aglomerado demandou planejamento. A descrição mais antiga da configuração do Povo Novo foi feita pelo General Böhm. (1979, v.3, p. 118- 121, apud Queiroz, 1987, p.118) e nela se evidencia a atuação urbanística de um profissional:

Je vis le Povo Novo que me plaisoit par sa regularité (...) et très bien assis, ses rues bien ouvertes, lés maisons (ou cabanas) voisines, sans s'embaraser, une belle place au milieu, et une seconde par l'église.

Observou-se, durante o trabalho de campo, em julho de 2008, a conformação de um aglomerado, ao redor de uma praça sensivelmente retangular, e não de duas como descreve o General Böhm, na qual convergem às ruas retas de uma incipiente malha reticular; as ruas sugerem ter sido traçadas a partir das divisas dos terrenos rurais. A praça está delimitada pela igreja e por casas térreas, no centro, onde existia uma bica, hoje há um reservatório de água; está arborizada e sem pavimentação e leva o nome de *Tenente Coronel Marcelino*, rememorando o governador que ordenou o traslado. A igreja posiciona-se no lado oeste da praça; sua fachada está datada de 1784-1950, anos que provavelmente correspondem à inauguração e à reforma que descaracterizou a edificação. As proporções atarracadas sugerem uma atuação popular interpretando formas eruditas. Ao lado, onde hoje está o salão paroquial, ficava o cemitério, na mesma relação que se verifica nas freguesias açorianas.

⁴⁴ *Frag^a do Arroyo* refere-se à localidade ao oeste do arroio Taim, onde existia um forte e uma guarda e não a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, conforme a *Planta do Rio Grande do Sul e as posições das tropas beligerantes antes da vitória alcançada em 1 de abril de 1776*.



Figura 634: Povo Novo. Praça
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 635: Praça e reservatório
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 636: Igreja.
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008

Saindo da praça em direção norte, na rua Santa Cruz, 90, encontra-se uma edificação térrea alongada, de alvenaria e telhado a quatro águas, à maneira de *casa em fita*, atualmente subdividida em nove moradias. No início do século XX, ela esteve ocupada por um clube dançante. Pela regularidade do arranjo, no parecer da pesquisadora, provavelmente deve ter sido executada conforme um projeto de engenheiro militar e ter servido de quartel.



Figura 637: Povo Novo. Provável quartel.
Fonte: fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 638: Povo Novo. Provável quartel.
Fonte: fotografia da autora, 08/07/2008

Embora descaracterizadas, ainda persiste o arranjo inicial das edificações domésticas; casas térreas, de um corpo retangular paralelo à rua, com telhado a duas ou quatro águas. Algumas apresentam a meia água posterior da cozinha. Na área da praça, posicionam-se próximas, à medida que se sai do centro vão sendo dispersas e os fechamentos dos lotes são feitos com cercas de vegetação e estacadas.



Figura 639: Casa sobre a praça.
Telhado a duas águas e meia água posterior.
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 640: Casa sobre a praça.
Telhado a quatro águas e platibanda posterior.
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 641: Povo Novo. Fundos da casa da figura anterior e cercamento.
Fonte: fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 642: Povo Novo, Sobrado do Arraial; segundo a tradição oral, local de pernoite da Princesa Isabel. Demolido na década de 1970.
Fonte: Acervo Sr. Darlei Rodrigues Lima

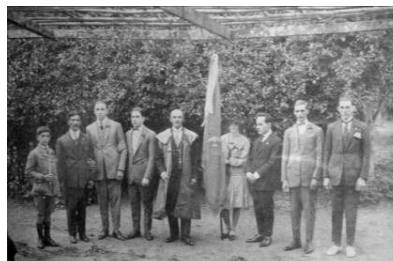
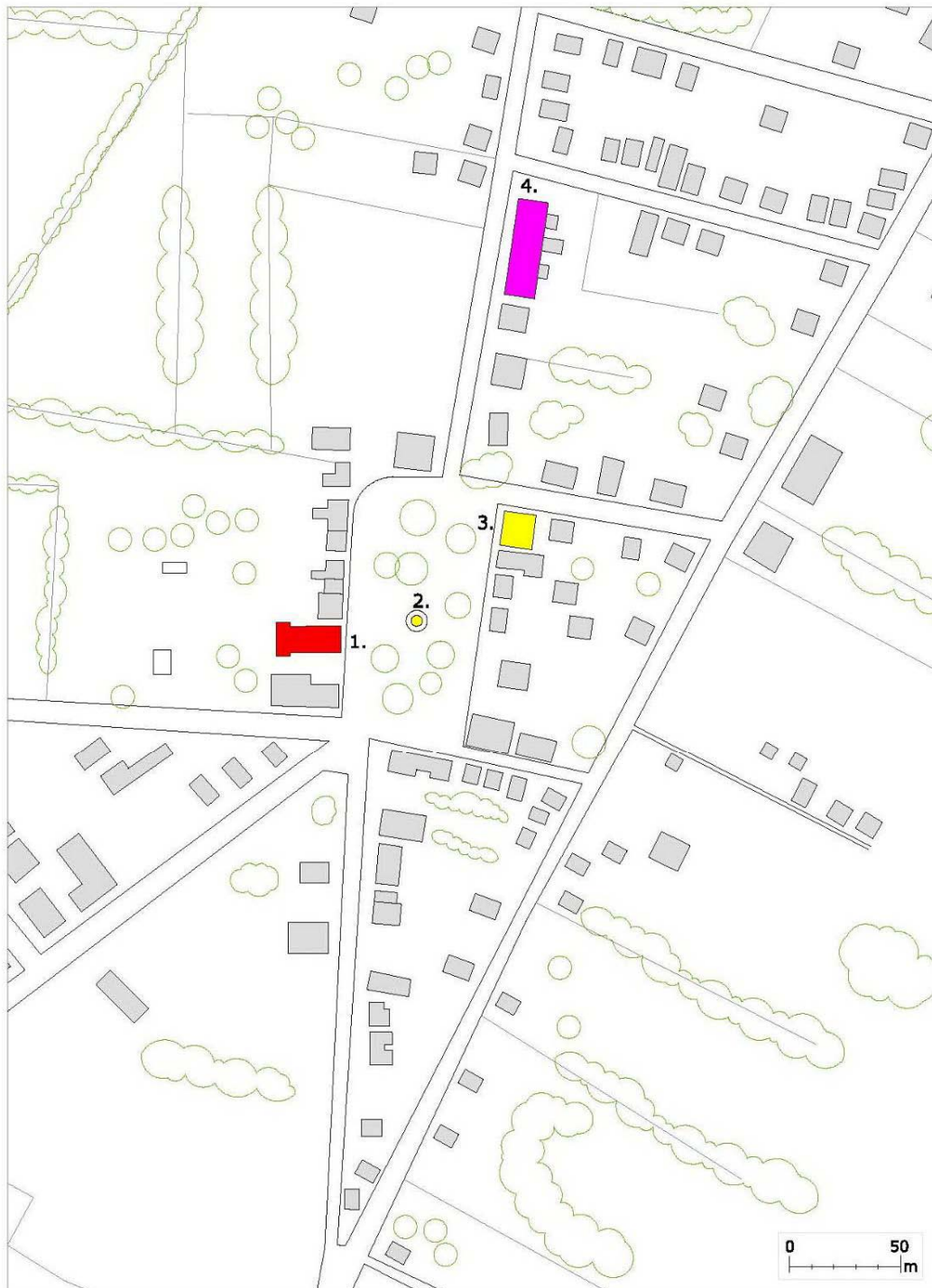


Figura 643: Povo Novo. Moradores durante festa do Divino a bandeira do Espírito Santo conforme tradição açoriana [1945]
Fonte: Acervo Sr. Darlei Rodrigues Lima

Verificação da açorianidade

Conforme os dados analisados por Queiroz (1987), os açorianos e seus descendentes constituíram a maioria da população branca que formou o aglomerado. Não foram encontradas evidências físicas nem documentais da existência de uma capela do Império, mas referências a essa devoção própria do arquipélago. Desde o parâmetro urbanístico, a ocupação dispersa, o arranjo reticular decorrente da estrutura fundiária, a sutil diferenciação entre o meio rural e urbano e os cercamentos são permanências da espacialidade açoriana, igual que a semelhança com o tipo doméstico das ilhas, embora sem o forno e chaminé. A regularidade expressa pelo General Böhm refere-se, no parecer da pesquisadora, à homogeneidade no tipo arquitetônico e não à existência de uma malha de padrão geométrico.



16. POVO NOVO - distrito de Rio Grande, 2008.

FONTE PLANO:

Imagem satelital google earth, 2008
 Coord: 31°56'04.89"S; 52°18'14.90"W

OBSERVAÇÕES:
CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Chafariz - antiga bica
3. Subprefeitura
4. Antigo quartel (provável)

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:
 Luisa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500 m



.4.2 São Francisco de Paula das Pelotas

A região entre o Canal de São Gonçalo, a Lagoa dos Patos e a Serra dos Tapes tinha uma situação privilegiada pela ligação natural das Lagoas dos Patos e Mirim, por meio do referido canal e pela consequente facilidade de acesso aos Campos Neutrais. Inicialmente, foi repartida em duas sesmarias, a de Pelotas, ao norte do Arroio desse nome, e a de Monte Bonito, ao sul do mesmo. A primeira foi doada, em 1758, ao Coronel Tomas Luiz Osório quem, em 1762, foi encarregado de construir o Forte de Santa Teresa., No ano seguinte, por causa da rendição ante Ceballos, ele foi executado após julgamento. A viúva e os filhos venderam as terras ao Capitão–Mor Bento Manuel da Rocha, que também possuía outras fazendas em Serro Pelado e Torotama. É provável que, com a invasão de Rio Grande, parte da população que fugiu, em sua maioria de origem açoriana, tenha se estabelecido em terras ainda não doadas entre o Canal e a Serra. A sesmaria de Monte Bonito foi provavelmente ocupada , por volta de 1763, por Luis Gonçalves Viana, administrador da Estância Real de Bojuru, o qual teria trazido alguns casais açorianos provenientes de Bojuru e retirantes da Colônia do Sacramento que aguardavam pela demarcação de datas.

Em Monte Bonito, até 1781, tinham sido realizadas duas partilhas: a zona mais baixa que viria a dar origem aos estabelecimentos charqueadores, dividindo-se em terrenos muito alongados, em média de uma légua em quadro, entre o arroio Pelotas e uma área pública, destinada a logradouro e matadouro. Essa área formou-se nas *sobras* dos poteiros das charqueadas. A área da finalização das encostas viria a receber o aglomerado urbano. Na desembocadura do arroio Pelotas no Canal, formou-se o primeiro arraial, conhecido como Passo dos Negros, onde se instalou um pedágio por causa do comércio de escravos e do gado vindo dos Campos Neutrais para ser charqueado. Por volta de 1781, moravam na região perto de 150 famílias, das mais abastadas da fronteira, em estâncias dispersas e nas sedes das charqueadas. Alguns localizaram suas casas no meio do planalto delimitado pelo arroio Santa Bárbara, para fugirem das enchentes e dos eminentes perigos das tropas de gado semisselvagem e das rebeliões de escravos (Gutierrez,1999, p.91-112).

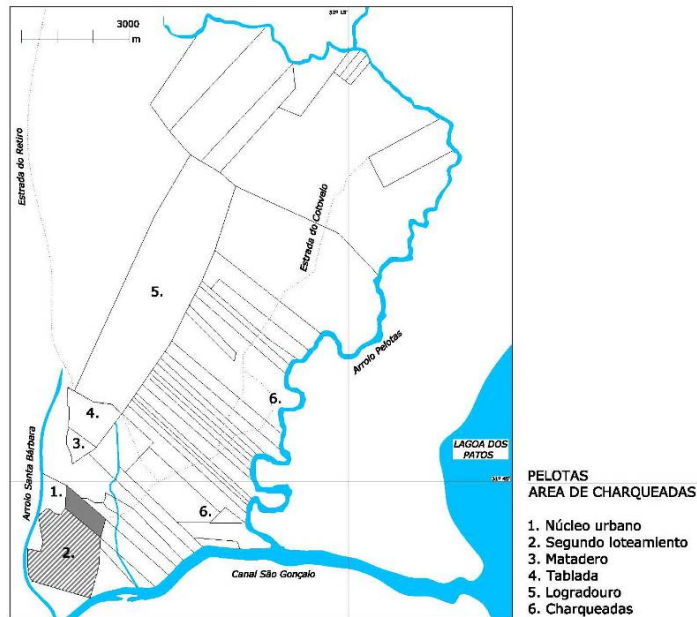


Figura 644: Sesmaria de Monte Bonito: localização das charqueadas e dos loteamentos que originaram o aglomerado de Pelotas.
Fonte: copiado de Gutierrez, 1999, p. 108. figura 102

Argumentando a dificuldade para assistir aos ofícios religiosos, os moradores solicitavam a formação de uma freguesia independente de Rio Grande. Em 1810, o Padre Felício da Costa, de família vinda da Colônia do Sacramento e irmão de José Hipólito, o responsável pelo primeiro jornal brasileiro que se editava em Londres, foi ao Rio de Janeiro para advogar pela freguesia. Simultaneamente, os moradores reuniam-se para discutir a melhor alternativa para localização do povoado. Enquanto as discussões estendiam-se, o Padre Felício e o Capitão Antonio Francisco dos Anjos acordaram iniciar a construção da capela e da casa do vigário, numa propriedade do capitão que fora anteriormente um dos poteiros da charqueada de José Gonçalves da Silveira Calheça. O terreno tinha uma área de 22,5 Há., próximo mas não contíguo ao Canal de São Gonçalo. Sua escolha obedeceu aos interesses do proprietário. A capela, iniciada em 1813, tinha 30 palmos de frente por 60 de fundos (6,6m x 13,2m) rematava em abside de meia circunferência e à direita tinha adoçada a casa do vigário e a sacristia. Em 1826, foi destruída por um raio. A atual catedral, edificada no mesmo local, foi construída entre 1846 e 1948. A freguesia recebeu o nome de São Francisco de Paula em homenagem ao santo de dois de abril, dia em que foram expulsos os espanhóis de Rio Grande. Ela foi formalizada, em 31 de janeiro de 1812, pelo bispado do Rio de Janeiro e por alvará do príncipe regente, de 7 de julho desse mesmo

ano. Com autorização para demarcar e aforar lotes, em 1815, o capitão mandou traçar a planta à equipe formada pelo juiz José Tomás da Silva, o escrivão José de Oliveira Borges e o piloto Mauricio Inácio da Silveira, funcionário da Câmara de Rio Grande, que, no ano anterior, tinha demarcado a planta de Jaguarão (Gutierrez,1999; Osório, 1822). O projeto foi uma malha ortogonal formada por ruas largas e travessas estreitas, segundo os pontos cardeais, desconsiderando a geometria das divisas dos terrenos vizinhos: de Bárbara Lopes, ao norte; de José Gonçalves da Silveira Calheça, ao leste; de Maria Eufrásia da Silveira, ao sul, aonde viria a desenvolver-se o segundo loteamento; de João Carneiro da Fontoura, a oeste. A praça retangular não ficou no centro da malha e não correspondeu a eliminação de um ou mais quarteirões como era usual; se formou pelo recuo de dois quarteirões, posicionada no meio de uma rua de maneira que a capela isolada conformava o remate da perspectiva desse eixo. Os quarteirões, de diferentes tamanhos, foram divididos nas quatro frentes, mas sem ter uma medida reguladora nem para lotes medianeiros nem para esquinas. Predominaram os lotes regulares em fita com profundidade de meia quadra e frente em torno de 20m. Afirma Gutierrez (1999, p.124): *comprava-se a frente de quadra conforme o que se queria ou o bolso permitia. Os tamanhos variavam assim como a fortuna dos proprietários urbanos.* Segundo a autora, dos negócios imobiliários iniciais, constaram lotes com frentes desde 177m até 2,2m.



Figura 645: Catedral de Pelotas,
Fonte: cortesia Ana Lucia de Oliveira



Figura 646: Solar dos Mendonça
Fonte: fotografia da autora, 10/05/2006



Figura 647: Casa já demolida na Rua Gonçalves Chaves.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/paralelo31/2729634777>

As casas ocupavam a frente do lote e, no fundo, havia amplos pomares onde eram cultivadas frutíferas. Em 1820, Saint Hilaire visitou a freguesia, deixando a seguinte descrição do aglomerado a que chamou de *aldeia*:

É sede de uma paróquia e conta para mais de 100 casas, construídas segundo um plano regular de edificação da aldeia. As ruas são muito largas e retas. A praça em que fica a

igreja é pequena porem muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhoça sequer e tudo aqui anuncia abundância. Na verdade as casas são todas de um só pavimento mas são bem construídas, cobertas de telhas e guarnecidas de janelas envidraçadas. (1999, p.69)

O naturalista também destacou alguns indicadores de vida urbana e a situação favorável:

Os homens que encontrei achavam-se vestidos com asseio e vi várias lojas sortidas de mercadorias diversas. Operários e principalmente negociantes constituem a população de São Francisco. Algumas famílias de Rio Grande mudaram-se para aqui e é crível que daqui a pouco tempo a aldeia será acrescida de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável da povoação, pela beleza da região e riqueza dos que se acham aqui estabelecidos. (Id.)

Até 1830, a freguesia esteve vinculada à vila de Rio Grande e teve crescimento extraordinário: dos aproximadamente 2.400 habitantes, em 1813, passou a 4300. Ao sul do primeiro loteamento, no terreno pertencente a Mariana Eufrásia da Silveira, foi realizado o segundo loteamento, em 1827, dando continuidade à quadrícula. A praça equivale à eliminação de dois quarteirões e a igreja posiciona-se isoladamente. Mariana Eufrásia da Silveira foi casada com Francisco Pires Casado, açoriano da Ilha do Pico (Amaral e Jaccottet, 2002, p.224).

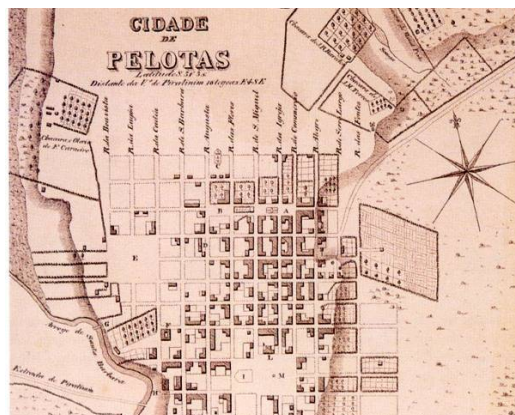
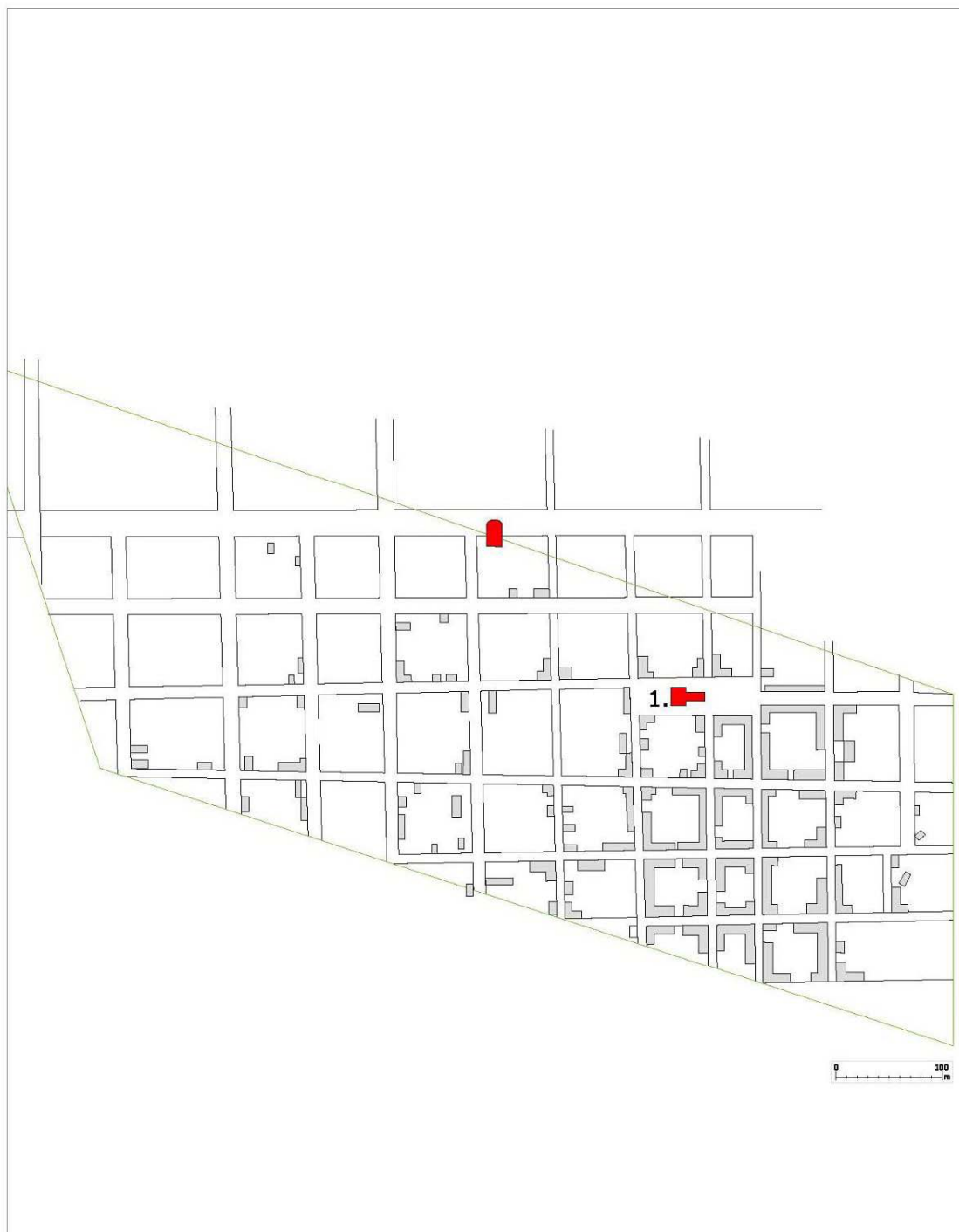


Figura 648: Planta da Cidade de Pelotas. (século XIX)
Cópia do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro
Fonte: Santos, 2001, p. 166

Verificação da açorianidade

Considerando-se que a população do aglomerado inicial tinha, no século XVIII, a mesma composição que a vila matriz, Pelotas seria um aglomerado com maioria açoriana dentro da população branca. A capela do Império, hoje inexistente, confirmaria a presença da comunidade açoriana. A estruturação a partir de um projeto de malha quadricular afasta, porém, o aglomerado da pretendida açorianidade.



17. SÃO FRANCISCO DE PAULA - PELOTAS, 1er loteamento, 1815

FONTE PLANO:

Gutierrez, Esther., 1999, p. 121; elaborada com base na planta de 1815. In: Biblioteca Pública Pelotense, ms.V.093. LRPTMP.

OBSERVAÇÕES:

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz

DESENHO:

Luisa Durán R.

ESCALA:

1:5.000 m



7.4.3 Santa Bárbara de Encruzilhada

Por volta de 1770, foram estabelecidas as primeiras estâncias na região. O local aonde viria a se formar o aglomerado era uma coxilha pedregosa dentro da estância de Domingos Bitancur. Aí existia um destacamento militar e, desde antes de 1780, havia uma Capela dedicada a Santa Bárbara (Moreira, 1997). Os primeiros moradores, segundo Costa (1922, v.2, p.130), vieram de Açores, São Paulo, Laguna e Rio Pardo, além dos índios trazidos das missões. Laytano (1987, p.61) destaca Encruzilhada e Caçapava como aglomerados importantes na colonização açoriana, mas não especifica como se manifestou essa participação. Em novembro de 1781, Domingos de Bitancur solicitou a concessão de um campo devoluto, ao lado do rio Camaquá, em troca da fazenda na Encruzilhada onde o governador Sebastião da Veiga Cabral da Câmara tinha mandado erigir uma freguesia para o pasto espiritual das almas. O documento informa que a família do suplicante era numerosa e que ele possuía grande quantidade de gado cavalariço e vacum, casas, cercados de valor na referida fazenda da Encruzilhada (Código F-1231 do AHRS. In: Barroso, 2002, p.1010). Segundo a tradição oral, houve um aldeamento provisório na atual praça Barão de Quaraí, a duas quadras ao norte da atual praça. A julgar pelo traçado reticular e pela implantação, no topo da coxilha, provavelmente quando o Governador ordenou formar o aglomerado, enviaram um técnico para demarcar a malha; mas até agora não há informações disponíveis a respeito. Em 1799, foi capela curada dependente de Rio Pardo e, em 1837, teve o status de freguesia.

A praça de forma retangular implantada no topo da coxilha é o centro da malha. A igreja posiciona-se individualmente e, embora modificada no início do século XX, com uma fachada neoclássica, preservou o arranjo de uma nave. As ruas apresentam sensivelmente a mesma largura, sendo as principais as que delimitam os lados maiores da praça, conectando com as estradas de acesso e acompanhando a topografia. Os quarteirões apresentam dimensões variadas. Os retangulares inicialmente se dividiram em duas fileiras de lotes, enquanto os quadrados dividiram-se em todas as suas frentes; a modulação em palmos deve ter sido uma constante. As edificações domésticas posicionam-se no alinhamento, as que ocupam toda a frente apresentam telhado a duas águas e as que tem

recuos laterais ou de esquina, telhado a quatro águas. Por volta de 1918, um par de arquitetos italianos fixou-se na vila e, com suas casas ecléticas, modificou o aspecto luso-brasileiro inicial.



Figura 649: Vista de Encruzilhada, centro no topo da coxilha.
Fonte: fotografia da autora, 15-01-2008



Figura 650: Encruzilhada. Aspecto em 1920 das atuais ruas Barão de Rio Branco e Honório Florisbal.
Fonte: Costa, 1922, v.2 p.130.



Figura 651: Encruzilhada. Aspecto em 1920 da atual rua Barão de Rio Branco, lado oeste da praça
Fonte: Costa, 1922, v.2 p.130.



Figura 652: Encruzilhada. A praça por volta de 1940.
Fonte: Moreira, 1997, p.19.



Figura 653: Igreja matriz
Fonte: fotografia da autora, 15/01/2008



Figura 654: Praça
Fonte: fotografia da autora, 15/01/2008



Figura 655: Casa onde funcionou a Câmara Municipal [década de 1900]
Fonte: Acervo Sra. Eliane Prates



Figura 656: Aspecto atual da casa onde funcionou a Câmara Municipal
Fonte: fotografia da autora, 15-01-2008



Figura 657: Rua Ramiro Barcelos [década de 1920]
Fonte: : Acervo Sra. Eliane Prates



Figura 658: Casa esquina Rua Ramiro Barcelos
Fonte: fotografia da autora, 15/06/2008



Figura 659: Sobrado na Rua Ramiro Barcelos.
Fonte: fotografia da autora, 15/06/2008

Verificação da açorianidade

A origem a partir de um acampamento militar e a falta de dados sobre a quantidade de açorianos que se fixaram inicialmente no local não caracterizam o aglomerado como de origem açoriana. Tampouco houve capela do Império que ateste a presença dessa comunidade. Em visita realizada, em junho de 2008, os funcionários da Casa de Cultura Municipal informaram que Encruzilhada é o único local sul-rio-grandense em que se realiza a festa do bumba meu boi, associada ao folclore das ilhas. Em termos urbanísticos, a configuração, a partir de um projeto com evidências de ter sido executado por um técnico, afasta este aglomerado da pretendida açorianidade. Porém a predominância de tipos domésticos compactos, semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno e chaminé, evidencia a influência da cultura das ilhas.



18. ENCRUZILHADA - núcleo inicial, 2008.

FONTE PLANO:

Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul. Departamento de Geoprocessamento. Mapa Urbano.

OBSERVAÇÕES:

Detalhe da área central

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Antiga Câmara

DESENHO E INTERPRETAÇÃO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500 m



7.4.4 Caçapava do Sul

A palavra *Cassapava* significa, em tupi-guarani, clareira na mata. O local onde se formou o aglomerado era uma clareira, ao lado do Cerro do Vigia, ocupada por uma aldeia charrua. É provável que perto tivesse existido uma invernada para formar tropas de gado. A partir de 1770, a aldeia foi transformada em acampamento militar, dadas as vantagens estratégicas do sítio. Foi construída uma pequena capela de barro e capim dedicada a Nossa Senhora da Assunção. A comunicação do acampamento realizava-se por uma estrada que conduzia até Cachoeira, cruzando o Passo de São Lourenço, no Rio Jacuí (Abrão, 1988). O povoamento estável foi devido à transferência desde Rio Pardo da família de José Ortiz da Silva, que tinha comprado, em 1787, a Fazenda da Figueira, nas imediações do acampamento. Em 1800, a capela foi curada, ficando subordinada à freguesia de Cachoeira atraindo moradores. Em 1815, foi colocada a pedra fundamental da igreja pelo sacerdote Fidencio, filho do fundador. Caçapava foi sede do governo farroupilha, sendo nomeada vila em 1831, antes de ser freguesia, o que ocorreu em 1848 (Abrão, 1988). A escolha do sítio, topo de uma elevação a 445 m.s.n.m, e a malha perfeitamente ortogonal indicam a intervenção de um técnico e a existência de um projeto prévio. A praça retangular é o centro da malha e corresponde à eliminação de um quarteirão, nela se posicionava isoladamente a igreja e um pouco d'água; as ruas têm a mesma largura, sendo as principais as que conectam com as estradas de acesso. Os quarteirões retangulares dividiram-se em duas fileiras de lotes, modulados em palmos, e a ocupação dos lados menores é resultado da densificação posterior. As edificações posicionam-se no alinhamento, a maioria com recuos laterais e telhado a quatro águas. Segundo Dreys (1961, p. 124):

Na qualidade de povoação, ela está como a Encruzilhada na categoria local a saber: casas cômodas, porém reduzidas ao necessário, ausência de edifícios fastuosos e pouca afluência de habitantes, salvo nos domingos e dias santos, em que a gente do campo se ajunta para cumprir com os deveres da religião.

A situação estratégica estendeu-se, ao longo do século XIX. Prova disso é que, em 1848, iniciou-se a construção do Forte Dom Pedro II, sobre o Cerro do Vigia, ao norte do aglomerado, segundo o projeto do General Francisco José de Souza Soares de Andréa – Barão de Caçapava, então Presidente da Província. Este consistia em uma planta hexagonal com lenços de pedra; sobredimensionado e obsoleto, o forte terminou ficando inconcluso,

após a definição da fronteira em 1856. O General Andréia também interveio na obra da igreja, implantada como *igreja-fortaleza*, e concluída só até 1927.



Figura 660: Caçapava. Praça com a igreja em construção e poço d'água, em 1899.
Fonte: Acervo Museu Municipal.



Figura 661: Caçapava. Vista desde o centro do Forte
Fonte: fotografia da autora, 09/10/2009



Figura 662: Praça e Igreja
Fonte: fotografia da autora, 16/08/2005



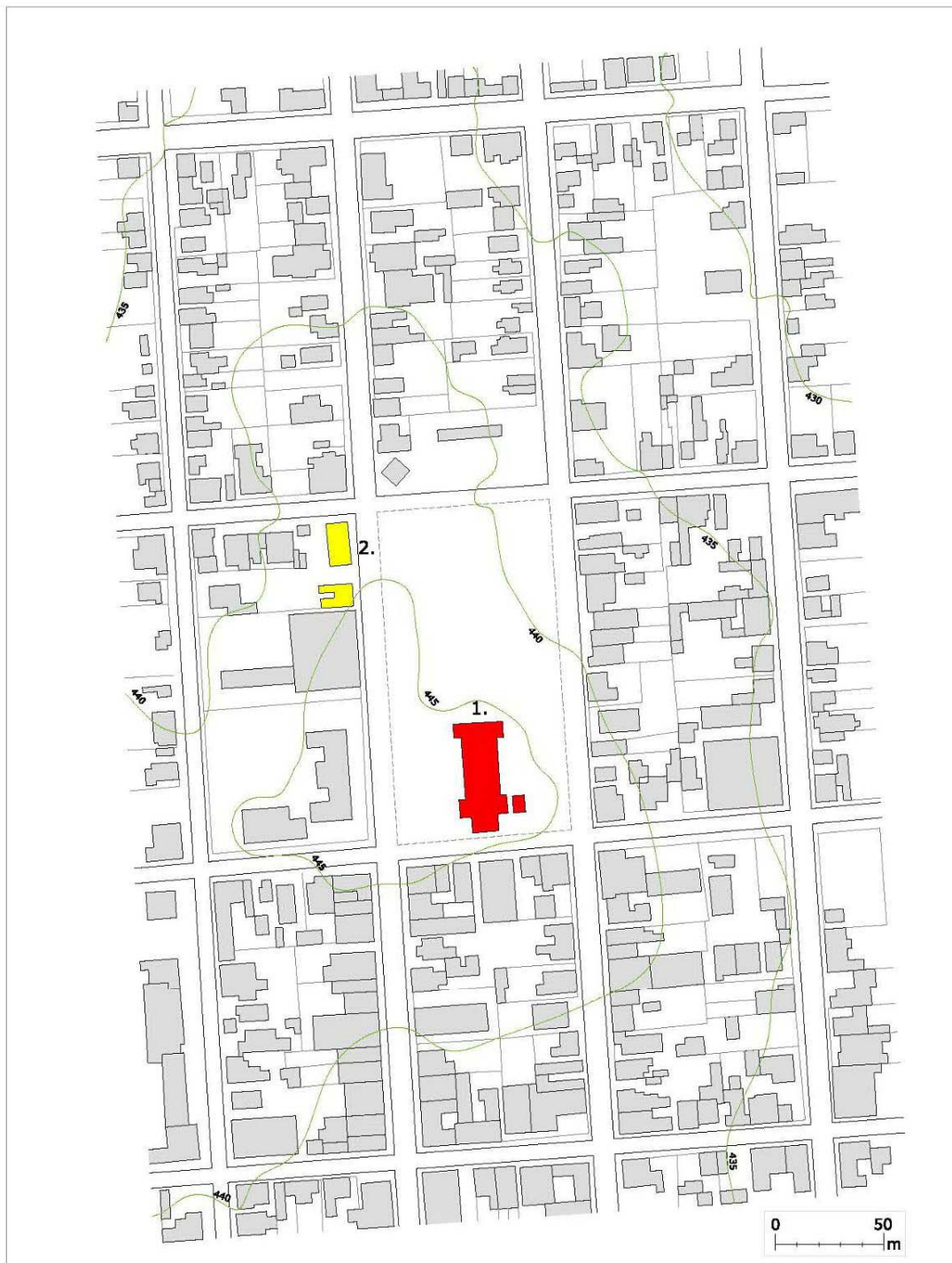
Figura 663: Casa Ulhoa Cintra, sede Ministérios do governo farroupilha
Fonte: fotografia da autora, 16/08/2005



Figura 664: Casa natal de Borges de Medeiros,
Fonte: fotografia da autora, 16/08/2005

Verificação da açorianidade

A origem a partir de uma aldeia indígena, logo transformada em acampamento militar, a ausência de açorianos dentro dos primeiros povoadores e a configuração de uma malha ortogonal excluem este aglomerado de ser considerado fundação açoriana. Porém, segundo dos Santos (2008), em Caçapava houve capela do Império o que seria uma marca da provável participação de açorianos na formação social. Nas áreas rurais do atual município ainda persiste a devoção e as festas ao Espírito Santo. A predominância de tipos domésticos compactos, semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno e a chaminé também são evidências dessa provável influência.



19. CAÇAPAVA DO SUL - 1946.

FONTE PLANO:
 Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul. Planta Cadastral Levantamento
 Aerofotogramétrico. Planej. Eng. Luis Cesar Pereira.
 setembro de 1985, Esc. 1:2000, fl.5.

OBSERVAÇÕES:
 Detalhe da área central.

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Câmara

**DESENHO E
 INTERPRETAÇÃO:**
 Luisa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500 m



7.4.5 Piratini

Os portugueses estabeleceram, na margem norte do Piratini, um posto militar que, conforme o Tratado de Santo Idelfonso, era o limite meridional da Capitania. Em 1784, o posto foi transferido, por ordem de Rafael Pinto Bandeira para a nascente do Arroio Grande. Os territórios reconquistados e anexados formavam parte do Distrito de Serro Pelado e foram repartidos em sesmarias, entre estas, a de José Antonio Alves Guimaraes, outorgada por concessão, e a de Ubaldo Pinto Bandeira, nas imediações do *Cerro de Ubaldo*, por doação de seu irmão. Em 1789, por ordens da rainha dona Maria I e do Vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, a administração permutou com Antônio Alves Guimarães a terras que possuía na margem sul do Piratini por igual extensão na Coxilha de São Sebastião. As terras foram divididas em 48 datas iguais, concedidas a 48 casais açorianos com a condição de trabalharem os campos e não os venderem antes de cinco anos. A instalação dessas famílias ocorreu entre 1789 e 1807. O aglomerado formou-se em terras doadas por Antônio José Vieira e Guimarães, conhecidas como *Capão Grande de Piratini*, a partir da construção de uma capela devota a Nossa Senhora da Conceição, inicialmente conhecida como *Capela dos Casais* (Almeida, 2003, p.10-12). O aglomerado cresceu com a fixação de novos povoadores, alguns vindos de San Carlos de Maldonado, desenvolvendo-se a agricultura e o comércio. Em 1810, teve o *status* de freguesia, contando, em 1814, com 3673 moradores. Em 1830, teve o *status* de vila. Durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), foi capital do governo separatista.

Situação

A ocupação estável dos territórios anexados determinou a situação do aglomerado, que era um local de acessibilidade restrita e distante de Porto Alegre. Assim analisou Dreys (1961, p.110) a situação durante o conflito separatista:

É de supor que os dissidentes de Rio Grande se determinaram, no principio, a escolher para sua capital a vila de Piratinim, em razão da conveniência de sua situação topográfica nas circunstâncias atuais (...) além de estar num território onde se podem achar algumas posições militares, ela está ainda, por sua distancia de Porto Alegre e dos outros pontos de união das forças legais, bastante afastada da base de operações (...) acrescenta-se a isso que, do lugar em que se assenta, ela comanda de um lado a porção mais rica da província que é o terreno das charqueadas (...)

Tipologia e morfologia urbana

A implantação da igreja e seu largo no sítio elevado determinou a formação de um aglomerado do tipo *aldeia monte*, daí se irradiam três ruas largas, coincidentes com as estradas de acesso, das quais se desprendem travessas e becos. Os quarteirões apresentam diversas formas poligonais e formaram-se gradativamente. Sobre as rua de acesso, até hoje há uma única fileira de lotes alongados, ocupados em toda a sua frente pelas edificações mas que não chegam a completar o quarteirão. Ao redor da praça, em função da centralidade, os quarteirões são menores e ocupados por todos os lados.



Figura 665: Piratini, antiga Rua Clara, acesso principal por volta de 1920
Fonte: Costa, 1922, v2. p.119.



Figura 666: Piratini. Beco [década de 1930]
Fonte: Acervo FAU- UFPEL

Elementos primários

A igreja, implantada no alto como edifício individual, e a praça que a antecede conformavam o núcleo físico e funcional do aglomerado.

(...) como em todas as vilas da mesma classe a população andava despercebida, exceto os domingos e dias santos, quando os habitantes se ajuntavam dos lugares circunvizinhos para cumprirem os deveres da religião; entretanto havia nesta vila algum comercio, por isso que era centro de distrito bastante povoado cujas necessidades eram supridas por esse mercado. (Dreys, 1961, p.110)

Ao redor das fontes e bicas, que abasteciam de água potável, formaram-se espaços de convivência e importância pública. Referindo-se à eleição do aglomerado como capital farroupilha, o comerciante inglês comentou (ibid.) (...) *nenhum edifício público ou particular oferece-se com capacidade suficiente para receber o mecanismo de qualquer governo.*

Arquitetura doméstica

No início, como era frequente, as casas eram construções térreas com cobertura de palha; à medida que os moradores progrediam materialmente, iam sendo ampliadas e substituídas por construções em tijolo e telha. No final do período colonial, Piratini contava com um bom número de casas e sobrados. Aqueles que receberam o governo independente foram construídos, a partir de 1826, e, segundo Dreys (ibid.):

Antes da guerra presente, Piratinim não passava de uma povoação de 4ª ou 5ª ordem no Brasil; as poucas casas que continha eram ainda geralmente cobertas de palha e nenhuma se fazia notável por sua extensão comparativa e menos por sua elegância.

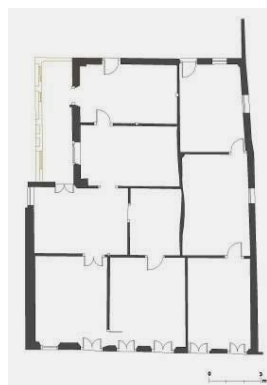


Figura 667: Planta da casa onde morou Garibaldi
Desenho com base em levantamento do acervo do IPHAE



Figura 668: Casa onde morou Garibaldi
Fonte: fotografia da autora, 30/04/2004

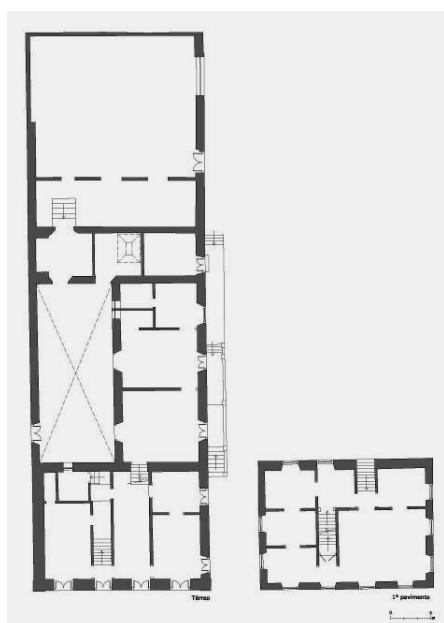


Figura 669: Plantas do Antigo Palácio de Governo. Desenho com base em levantamento do Acervo do IPHAE.



Figura 670: Antigo Palácio do Governo Farroupilha [década de 1930]
Fonte: Acervo FAU-UFPEL

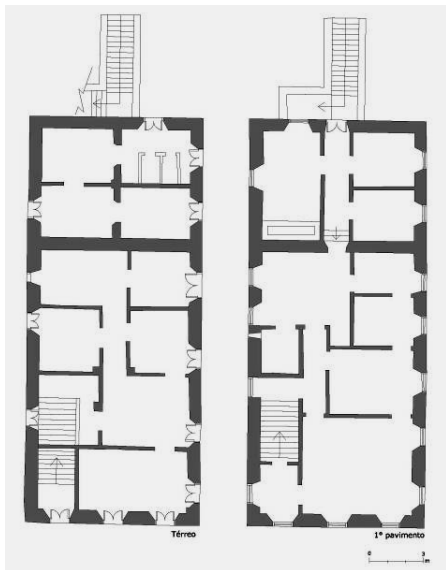


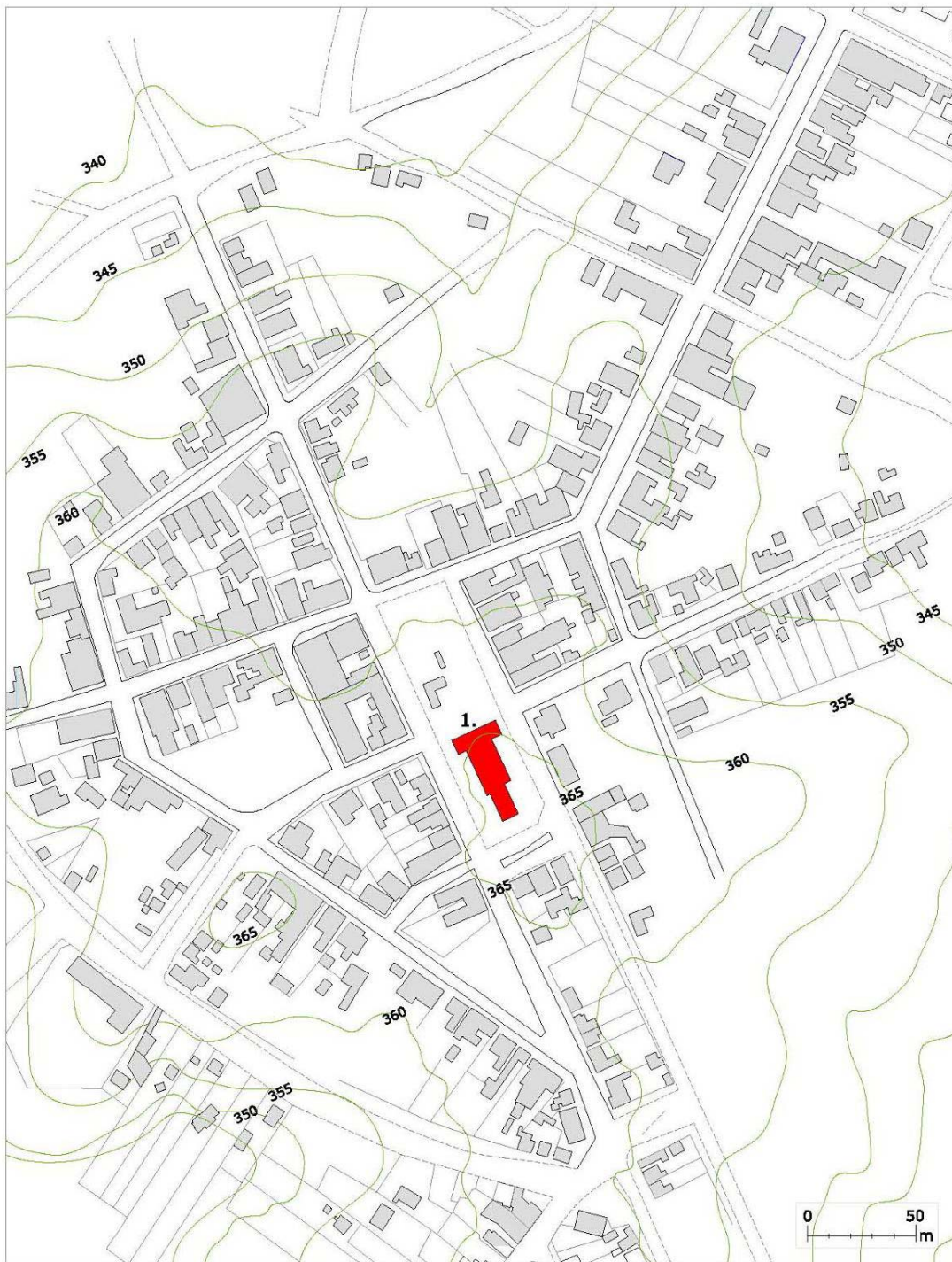
Figura 671: Piratini. Plantas do Antigo Quartel
Desenho com base em levantamento do Acervo
do IPHAE.



Figura 672: Casa do Antigo Quartel [década de 1930]
Fonte: Acervo FAU-UFPEL

Verificação da açorianidade

A origem açoriana dos primeiros povoadores, que constituíam a maioria da população branca, e a distribuição de datas posicionam Piratini, desde o parâmetro sociodemográfico, como fundação açoriana. Ressalta-se, entretanto, que entre esses primeiros moradores, que chegaram a partir de 1789, é pouco provável que houvesse casais de número; seriam seus descendentes já nascidos no Brasil. A capela do Império (Santos, 2008, apesar de ter sido demolida, revela a presença dessa comunidade. Em termos urbanísticos, a origem espontânea, a formação gradual do traçado adaptado ao sítio, sem a interferência de um projeto do urbanismo erudito, e a predominância de tipos domésticos compactos e semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno e a chaminé, evidenciam, no parecer da pesquisadora, a pretendida açorianidade na configuração espacial.



18. PIRATINI - núcleo inicial, 2006.

FONTE PLANO:
IPHAN/Bens tombados/Piratini/Cadastro
(Arquivo autocad, 2005)

OBSERVAÇÕES:
Detalhe da área central

CONVENÇÕES:
1. Igreja Matriz

**DESENHO E
INTERPRETAÇÃO:**
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500 m



7.4.6 Herval

O povoado originou-se, em 1791, quando Rafael Pinto Bandeira transferiu o acampamento do rio Piratini, mais ao sul, para um local montanhoso coberto de erva mate, da qual viria a derivar o topônimo. O comandante ordenou construir capela, quartel e trincheiras e, quando recebeu a ordem de ir para as imediações de Jaguarão, já tinha deixado organizada a *Guarda do Herval*. A formação do aglomerado está, portanto, relacionada à permanência dos soldados dragões de Pinto Bandeira, que decidiram ali ficar e receberam terras. Desse primeiro assentamento e de suas defesas, não restou nada. O aglomerado foi transferido para a nascente do arroio Herval, que deságua na Lagoa Mirim, a um quilômetro do local inicial, dentro da sesmária de Antonio Ramirez Babelos, açoriano da Ilha Terceira. Desconsiderando a legislação de sesmarias, o sesmeiro ameaçava de extermínio os moradores e reclamava a restituição das terras. A posse logrou-se por compra do terreno realizada por uma sociedade de moradores, em torno da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, liderada por Bonifácio José Nunes, considerado o fundador da cidade. Formavam parte da irmandade, vários açorianos e filhos de açorianos, entre estes o fundador, bem como antigos moradores de San Carlos. A irmandade juntou recursos para reconstruir a capela que teve como padroeiro São João Batista. Ela foi destruída por um incêndio, em 1823, e re-erguida, em 1825. Herval teve a categoria de capela curada, em 1818 e de freguesia, dependente de Jaguarão, em 1825 (Costa, 1922, 2v, p.64; Herval, 1980). Como foi relatado, a situação obedeceu a motivos estratégicos, assim como a eleição de um sítio elevado, pois as nascentes do arroio rodeadas de morros eram um local inatingível, próprio para uma guarnição.

Tipologia e morfologia urbana

O aglomerado estruturou-se a partir do posicionamento da praça e a igreja no ponto mais alto, a 300 m.s.n.m., e do traçado de uma malha quadricular sem estruturas de defesa. As ruas têm a mesma largura e a hierarquização vem da conectividade da praça com a estrada de acesso. Embora não se conheça o autor do projeto, a implementação de uma malha regular evidencia que houve um projeto realizado por um técnico. A planta mais antiga disponível, data de 1890 e está assinada por um agrimensor. A opção de uma quadrícula indeformável pela topografia pode ter sido influência da prática urbana hispano-

americana. Em Herval e nas cidades platinas, como Buenos Aires e Montevideú, a praça corresponde à eliminação de um quarteirão; a igreja posiciona-se dentro de um deles, no meio da quadra.



Figura 673: Vista de Herval por volta de 1920.
Fonte: Costa, 1922, 2v. p.64

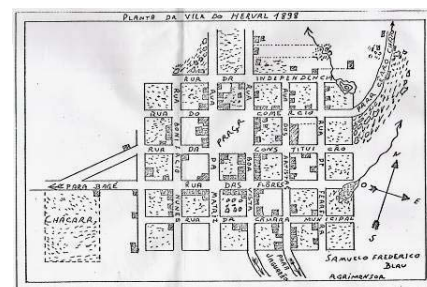


Figura 674: Planta de Herval, 1890, do agrimensor Samuel Frederico Blau.
Fonte: Acervo FAU-UFPEL



Figura 675: Igreja Matriz
Fonte: Acervo FAU-UFPEL, 2003



Figura 676: Arruamento.
Fonte: Acervo FAU-UFPEL, 2001

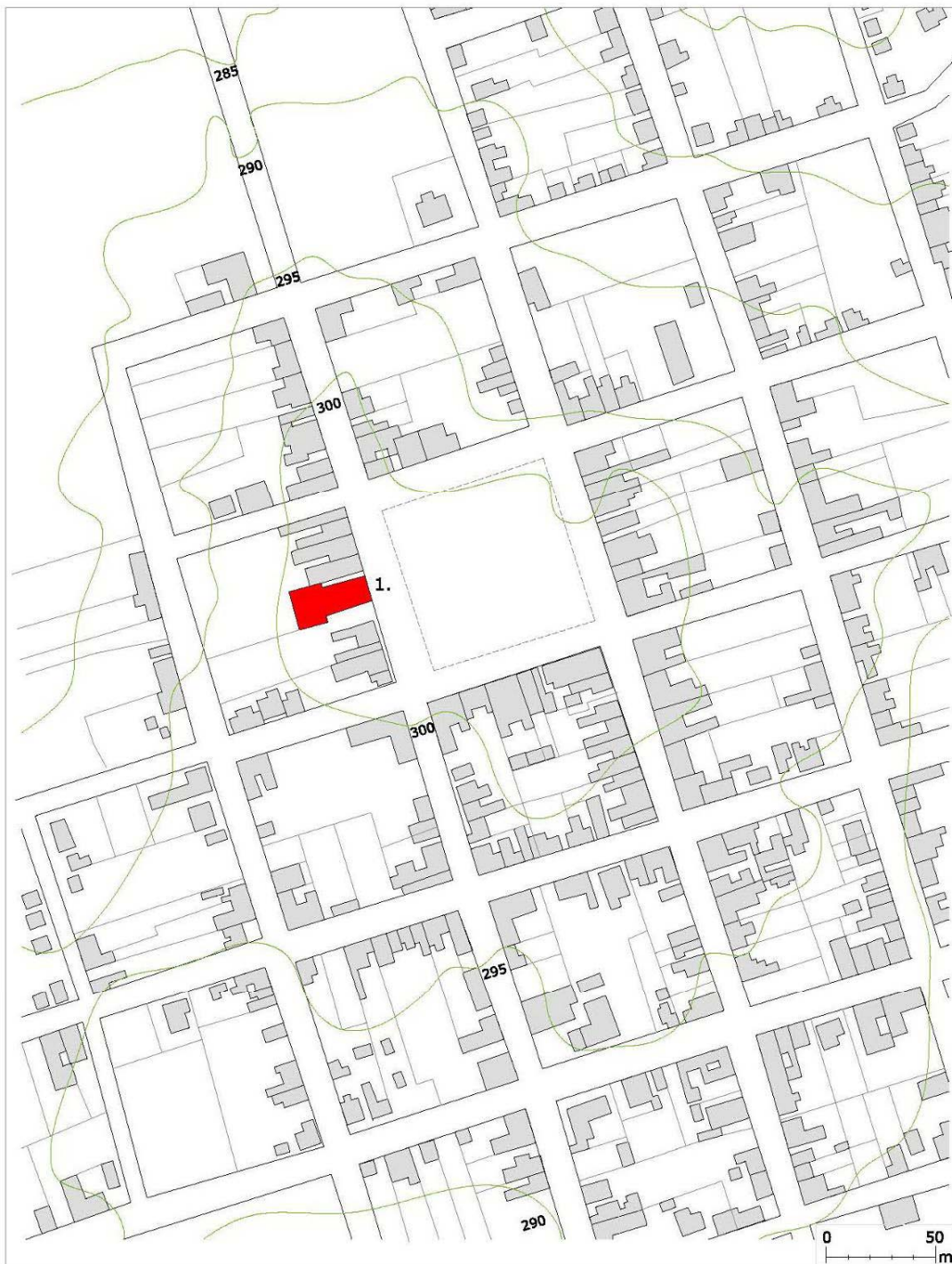


Figura 677: Edificações geminadas.
Fonte: Acervo FAU-UFPEL, 2001

A estrutura predial guarda continuidade com a tradição portuguesa e não com a divisão em solares, pelos quatro lados, própria de uma quadricula, pois os quarteirões inicialmente foram divididos em uma fileira de lotes estreitos com duas frentes, sendo ocupada com casas alinhadas sem recuos laterais.

Verificação da açorianidade

Embora a participação de açorianos e retirantes de origem açoriana no povoamento inicial, a origem a partir de um acampamento, a malha quadricular e a carência da capela do império excluem este aglomerado de ser representativo da espacialidade tradicional dos Açores. A predominância de tipos domésticos compactos, semelhantes aos do arquipélago, embora sem o forno e a chaminé, evidenciam a influência açoriana.



21. HERVAL - núcleo inicial, 2006.

FONTE PLANO:
SURBAM. Levantamento cadastral de Herval.
Esc. 1:2000 [1980]

OBSERVAÇÕES:
Detalhe da área central.

CONVENÇÕES:
1. Igreja Matriz

**DESENHO E
INTERPRETAÇÃO:**
Lúisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500 m



7.4.7 Canguçu

Entre as prováveis origens da palavra *canguçu*, as que se ajustam ao topônimo são os termos indígenas *cangkassu*, que designa cerro largo com ventos fortes ou a união dos vocábulos *canga* – cabeça, chefe ou caroço de fruta – e *guaçu* – grande-. A palavra apareceu, em 1783, para nomear o sítio onde se implantou a Real Feitoria de Linho Cânhamo (Oliveira, 1999). Segundo Espírito Santo (1993), tal como foi explicado, o aglomerado não tem nada a ver com a Real Feitoria de linho cânhamo. O povoamento parece ter sido iniciado, em 1793, quando houve uma disputa entre sesmeiros vizinhos, o Capitão Mor Paulo Rodrigues Xavier Prates e o Alferes José de Souza Pereira, descendente de açoriano, pela posse de umas glebas intermediárias entre suas propriedades. Uma delas era o terreno denominado Rincão de Tamanduá, ao sul da Serra dos Tapes e a oeste do arroio do mesmo nome. Em 1795, esse terreno foi doado para transferir um arranchamento conhecido como *Canguçu Velho*, onde alguns agricultores haviam se assentado, em torno da sede da extinta Real Feitoria de Linho Cânhamo. Segundo Bento (1992), os proprietários que receberam datas antes de 1800, à exceção do Capitão Mor, eram todos descendentes de açorianos. Em 30 de dezembro de 1799, o governador da Capitania, Tenente General Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara, deu parecer favorável à petição de formar uma capela curada, apresentada por 140 interessados. Segundo as análises dos registros paroquiais realizadas por Neves (1998), entre as 567 famílias listadas como os primitivos moradores e que batizaram seus filhos, entre 1800 e 1813, 208 (36,6%) eram de origem açoriana, dos quais 65 com pai, mãe ou ambos dos Açores. A capela de Nossa Senhora do Serrito de Canguçu obteve o *status* de freguesia, em 1812, e o aglomerado pronto se desenvolveu por ser importante criador de muars destinados às charqueadas pelotenses e às fazendas de café no Vale do Paraíba.



Figura 678: Vista de Canguçu por volta de 1920.
Fonte: Costa, 1922, 2v. p98.

A situação foi determinada pela facilidade de acesso às rotas terrestres. O registro de um terreno devoluto *até o arroio Tamanduá*, em 1782, (Códice f-1231 do AHRS, In: Barroso, 2002, p.993) informa que o local aonde se formou o aglomerado estava sobre a estrada que ia de Rio Grande a Rio Pardo. A eleição do sítio, um divisor de águas a 400 m.s.n.m., respondia à facilidade de defesa e à proteção das enchentes.

Tipologia e morfologia urbana

O aglomerado deve ter iniciado como uma *aldeia rua*, ao longo do divisor de águas, articulada com as estradas a Pelotas e Piratini, a partir da qual se estruturou uma malha ortogonal, cuja regularidade evidencia a intervenção de um profissional. A rua principal, junto com outras duas paralelas, segue as cotas de nível e tem 15 m de largura, enquanto as secundárias vencem a topografia e tem 10m de seção. Os quarteirões retangulares (100m de frente e 50 de fundo) inicialmente eram ocupados por uma fileira de lotes com frente sobre a rua principal, a maioria ocupando toda a frente, sem recuos laterais. A praça corresponde à eliminação de um quarteirão e situa-se ao lado da flexão da rua principal. Curiosamente, a igreja posiciona-se em um lote de esquina.



Figura 679: Canguçu, 2007
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/gederbarbosa/544715116/>
Acesso em 11 nov 2008



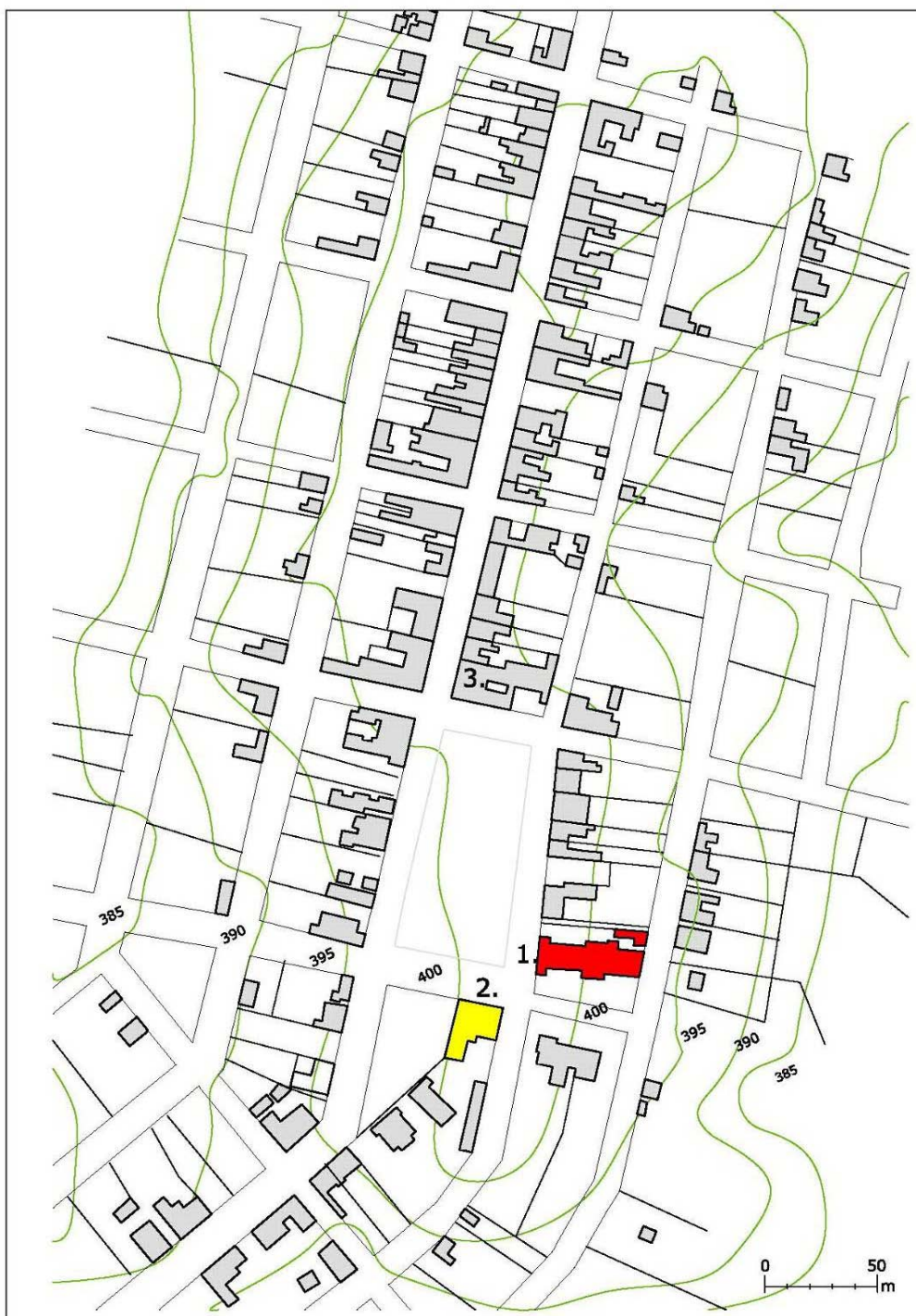
Figura 680: Igreja Matriz em 1912, com uma torre só.
Fonte: Acervo FAU-UFPEL



Figura 681: Prédio do lado norte da praça, antiga sede da Câmara (1902-1936) posteriormente Hotel Globo (1956-1967) Demolido em 1977.
Fonte: Acervo FAU-UFPEL

Verificação da açorianidade

Embora a participação inicial de um significativo grupo de açorianos (36,6%) na formação do espaço urbano, a malha ortogonal e a carência da capela do Império excluem este aglomerado de ser representativo da espacialidade tradicional dos Açores, embora os tipos domésticos compactos semelhantes aos do arquipélago evidenciem essa influência.



PLANTA 22:
CANGUÇU - 1945

FONTE PLANO:
D.A.E.R. *Levantamento topográfico de Canguçu*. Esc.1:2000.
Aprovado pelo Eng. Sousa, Diretor Técnico em 29-10-1945.

CONVENÇÕES:
1. Igreja Matriz
2. Prefeitura
3. Hotel Globo

DESENHO:
Luisa Durán R.

OBSERVAÇÕES:
Detalhe da área central

ESCALA:
1:2.500



7.4.8 Guaíba

A ocupação do território da margem leste do Guaíba de ter iniciado a partir de 1732, quando foram distribuídas as sesmarias dos Campos de Viamão. O aglomerado originou-se em torno da casa da Fazenda Pedras Brancas, sede da sesmaria doada, em 1793, ao casal Antonio Ferreira Leitão e Maria Meireles de Menezes, neta de Jerônimo de Ornelas. A fazenda passou à filha do casal, Isabel Leonor, que casou com José Gomes Jardim, filho de Agostino Gomes Jardim, natural de Funchal – Madeira. Desde 1780, existia a capela inicial, onde atualmente está a igreja matriz de aspecto neogótico. Em 1815, o aglomerado teve a condição de capela curada, dependente da freguesia de Triunfo. A casa de Gomes Jardim é relevante na história sul-rio-grandense por ter sido o local onde se reuniam os líderes da Guerra dos Farrapos antes da toma de Porto Alegre, em 1835. O logradouro que viria a formar o centro do povoado formou-se entre a casa da fazenda e uma primitiva capela, num local alto e relativamente afastado da orla. As ruas formaram-se tensionadas pelas charqueadas, instaladas desde 1784, estruturando uma malha reticular de quarteirões irregulares. A ocupação inicial, predominantemente dispersa, viria ser sobre as ruas principais, paralelas à orla.



Figura 682: Guaíba. Casa de Gomes Jardim
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2009

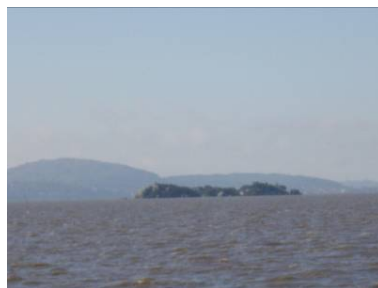


Figura 683: Guaíba. Vista do lago.
Fonte: fotografia da autora, 14/09/2009

Verificação da açorianidade

A origem espontânea, a formação gradual de uma malha reticular e a ocupação relativamente dispersa são características próprias da espacialidade das ilhas. A inexistência da capela do Império e a falta de dados que comprovem a participação majoritária de descendentes de açorianos na formação do espaço urbano excluem este aglomerado de ser representativo da açorianidade. A predominância de tipos domésticos compactos semelhantes aos das ilhas evidenciam, porém, a permanência da cultura das ilhas.



23. GUAIBA - núcleo inicial, 2004.

FONTE PLANO:

IPHAE - Universidade de Caxias do Sul. Fac. de Arquitetura
Laboratório de Arquitetura e Urbanismo. Estudo para definição de
entorno de Bem Tombado Estadual.

OBSERVAÇÕES:

Detalhe núcleo inicial

CONVENÇÕES:

1. Igreja Matriz
2. Casa Gomes Jardim

DESENHO:

Acadêmica
Andrezza Garcia

ESCALA:

1:2.500m



7.4.9 Santa Maria da Boca do Monte

O local aonde viria a se formar o aglomerado era parte da antiga estância missioneira de São Luiz. O povoamento originou-se pela permanência, no lugar, em 1787, da Comissão de Demarcação de Limites. A guarda espanhola arranchou-se em São Martinho e a portuguesa numa coxilha de um cerro da Estância do Rincão da Boca do Monte. O acampamento português formou-se ao longo de um percurso coincidente com o divisor de águas, onde foi construída uma pequena capela coberta de palha. A presença das guardas terminou atraindo comerciantes, que estabeleceram suas vendas, e agricultores das vizinhanças, que construíram suas casas para se alojarem, temporariamente, aos domingos. Em 1801, quando o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara determinou a suspensão dos trabalhos de demarcação, o povoado já estava formado e tinha em torno de 400 habitantes. Em 1812, foi criada a Capela de Santa Maria da Boca do Monte, dependente de Cachoeira (Marchiori; Noal, 1997). Santa Maria é um exemplo representativo de situação de fronteira. O sítio escolhido também obedeceu à estratégia castrense, um local elevado e com facilidades defensivas. Ele assim foi descrito por Saint Hilaire: [Santa Maria] *situa-se em posição bucólica a médio quarto de légua da serra. (...) É construída sobre uma colina muito irregular* (1997, p173)

Tipologia e morfologia urbana

O aglomerado inicial consistia em duas ruas, que acompanhavam os divisores de águas: a do acampamento e a da igreja, articuladas entre si por uma praça. Ao longo destas, se posicionaram edificações alinhadas. Em 1820, segundo Saint Hilaire:

A aldeia compõe-se atualmente de cerca de 30 casas, que formam um par de ruas onde existem varias lojas, muito bem montadas. A capela, muito pequena, fica numa praça ainda em projeto. (Id.)

Conforme as plantas de evolução urbana de Santa Maria existentes na Prefeitura, teria se iniciado, por volta de 1819, a rua do Comércio, paralela à rua da Igreja, estruturando uma série de quarteirões retangulares e homogêneos, o que evidencia a intervenção de um técnico no reordenamento do aglomerado. Marchiori e Noal (1997) comentam que essa intervenção tem sido atribuída ao geógrafo José de Saldanha ou ao engenheiro Francisco João Rossio, que participavam da demarcação de limites, mas, no

parecer dos autores, o autor foi o Capitão Joaquim Felix da Fonseca, astrônomo da 2ª Divisão da Comissão de Demarcação.



Figura 684: Santa Maria, Rua do Acampamento antes de 1890
Fonte: Marchiori e Noal, 1997, p.38



Figura 685: Santa Maria, a rua do Acampamento e a praça em 1905
Fonte: Marchiori e Noal, 1997, p.87

As plantas urbanas mais antigas disponíveis foram elaboradas por agrimensores e datam de 1861 e 1902. A de 1861 apresenta a projeção da malha, a partir dos quarteirões existentes entre as ruas da Igreja e do Comércio, a praça aparece de forma retangular, com a igreja no meio do lado norte. A de 1902 parece ser um levantamento, junto com os prédios estão registrados os usos e os nomes dos proprietários, a praça já era de menor dimensão pela ampliação do quarteirão oeste e a capela inicial não estava representada.



Figura 686: Planta de Santa Maria em 1861. Agrimensor Otto Brinckman.
Fonte: Belém, 1989, p. 86

A capela foi mandada construir, na década de 1800, pelo Capitão Manuel Carneiro da Silva da Fontoura, comandante da guarda e foi demolida em 1888. Ela se posicionava isoladamente de frente para a praça, junto à fachada posterior estava o cemitério e formou-se uma rua alargada à maneira de terreiro, que corresponde à atual avenida Rio Branco. A

igreja definitiva posicionou-se nessa avenida e, na mesma quadra, existia a capela do Império, construída em 1882 e demolida em 1937.



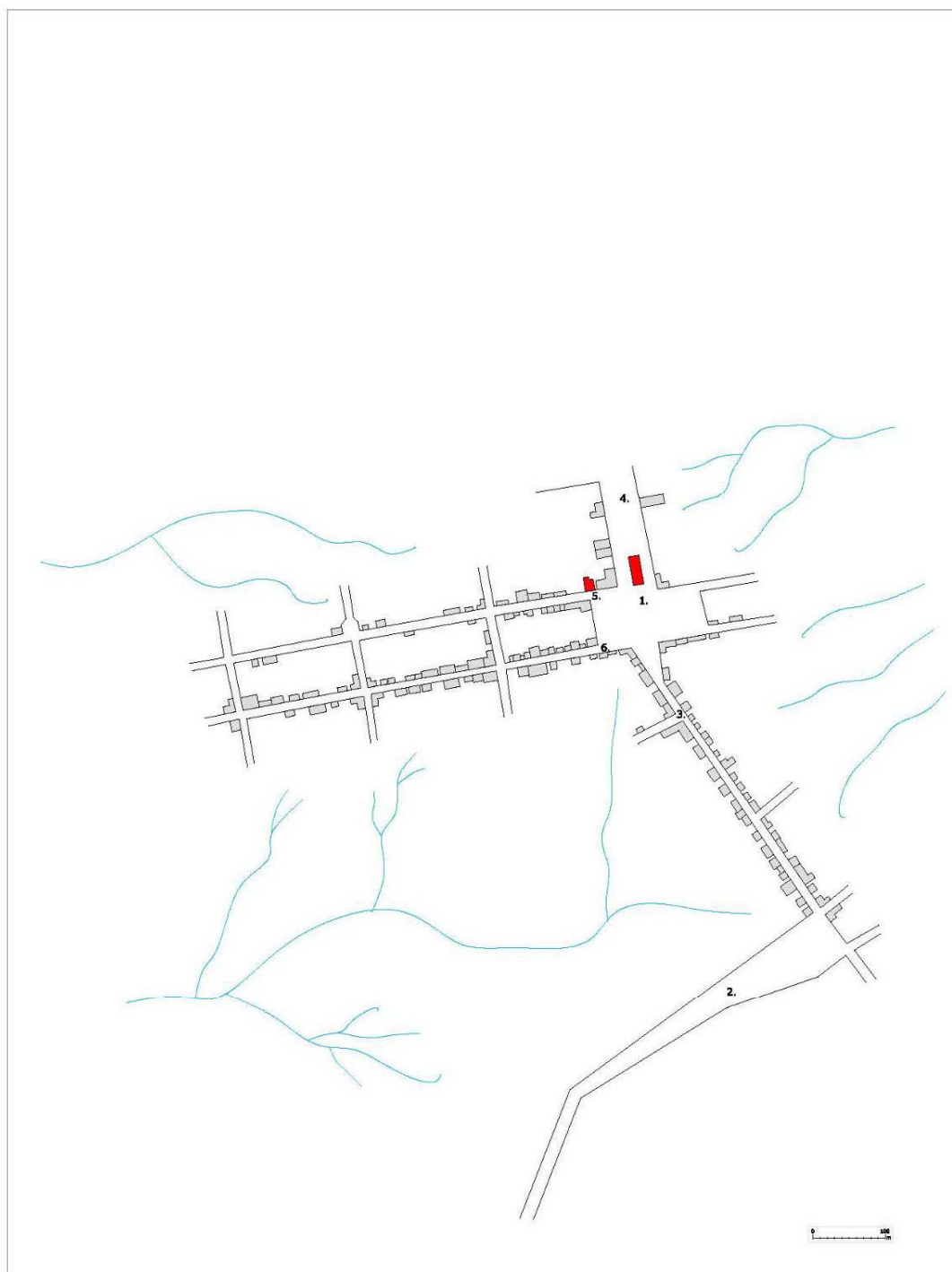
Figura 687: Santa Maria. Desenho que ilustra a capela por volta de 1820.
Fonte: Marchiori e Noal, 1997, p.28.



Figura 688: Santa Maria, Rua da Igreja e Capela do Império. Papelaria União, cartão postal de 1911. Acervo do Museu da UFSM
Fonte: imagem cedida por Fabiano dos Santos

Verificação da açorianidade

O estágio inicial linear similar às formas urbanas do arquipélago não é suficiente para relacionar Santa Maria como um aglomerado açoriano. A formação da malha ortogonal, com a evidente participação de um técnico militar, e a largura das ruas não correspondem à espacialidade das ilhas. A presença da capela do Império e sua implantação relevante, embora construída na segunda metade do século XIX, evidenciam a influência açoriana na formação social, porém não há dados disponíveis para comprovar a participação majoritária de açorianos na formação do espaço urbano.



24. SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE - núcleo inicial, 1819.

FONTE PLANO:

Planta da villa de Santa Maria da Boca do Monte, 1861.
Agrimensor Otto Brigman. Esc. 1:3600m.
Planta da cidade de Santa Maria, 1902. Agrimensor José Nehrer.

OBSERVAÇÕES:

Interpretação do estágio do núcleo inicial em 1819 com base no desenho 2 de 7 da Evolução Urbana de Santa Maria. Arquivo de Obras Públicas da Prefeitura (s.n.e)

CONVENÇÕES:

1. Praça da Matriz
2. Rua da Aldeia
3. Rua do Acampamento
4. Rua do General Rafael Pinto
5. Rua da Matriz
6. Rua do Comercio

DESENHO:

Luisa Durán R.

ESCALA:

1:7.500m



7.4.10 Divino Espírito Santo do Serrito de Jaguarão

Após a campanha de 1801, o Governador, brigadeiro Francisco João Rossio , ordenou recuar e formar acampamentos militares na margem norte do Rio Jaguarão. Um deles, a *Guarda do Serrito de Jaguarão*, sob comando de Manuel Marques de Souza, foi instalado sobre uma antiga guarda espanhola. Em 1802, iniciou-se a construção da *casa de residência* ou sede do quartel e, nesse ano, a população era de 260 homens. É provável que o acampamento tenha começado a se definir como povoado permanente sob o comando do sargento Vasco Pinto Bandeira. Os primeiros moradores foram soldados e milicianos da campanha de 1801. Logo chegaram comerciantes e contrabandistas que usufruíam da situação de fronteira. Em carta de 17 de março de 1810 (AHRs, Correspondência de Autoridades Militares, apud Franco, 1980, p.39), Manuel Marques de Souza informava ao Governador da Capitania que ainda não tinha sido formada a povoação e perguntava sobre a conveniência de formalizá-la. O local do aglomerado estava dentro da Estância Real do Serrito, propriedade que era de interesse da Baronesa do Magé. O procurador José Antônio da Silveira Casado visitou o aglomerado, no primeiro semestre de 1811, para inspecionar a referida Estância e informou que,

A minha viagem aquele lugar não serviu mais do que conhecer a inutilidade daquela fazenda por se achar quase circulado de 17 moradores intrusos, entrando neste número a chácara do quartel –mestre que não residia ali, contudo tem estabelecimento de animais; além duma povoação que contem trinta e duas casas e um quartelamento, tendo todos os intrusos o melhor de três mil animais vacuns e cavalares. (AHRs. Correspondência de Autoridades Militares, 1811, apud. Franco, 1980. p.44)

A campanha de 1811-1813 trouxe maior número de militares, acelerando o povoamento. Em 31 de janeiro de 1812, por Resolução Régia foi criada a Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão. Segundo a análise de Franco (1980), entre 1814 e 1826, 1210 pais brancos livres batizaram seus filhos. Destes só 25 famílias (2%) eram provenientes dos Açores; a grande maioria, 128 (73%), já era sul-rio-grandenses provavelmente filhos ou netos de açorianos.

As primeiras concessões de terrenos urbanos, de 50 e 60 palmos de frente (11 e 13,2 m), foram despachadas desde acampamentos pelo Governador Diogo de Souza, entre 1811 e 1813, a ex-militares e comerciantes. Elas, porém, foram suspensas em 1813, porque a

Estância Real de Serrito foi doada pelo Rei à Baronesa de Magé. Por Resolução Régia de 24 de março de 1813, foi delimitado o terreno da freguesia: era uma gleba sobre a orla entre dois arroios, que desembocam no rio Jaguarão. A medição foi realizada, em janeiro de 1814, pelo piloto de sesmarias Mauricio Inácio da Silveira, o mesmo técnico que, no ano seguinte, executaria o projeto do primeiro loteamento de Pelotas. O projeto urbano foi realizado pelo Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho, conforme planta de 1815, existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Entre 1814 e 1822, foram concedidas chácaras suburbanas com dimensões entre 150 - 200 braças (330 – 440 m) de frente por 300 -400 (660 – 880m) de fundo (Franco, 1980).



Figura 689: Vila dos Espíritos “Jaguarão” segundo Debret [1823-25]
Fonte: Painel, No. 6

A intervenção do engenheiro deve ter sido um reordenamento, por meio de traçado ortogonal, já que, no ano do projeto (1815), a freguesia contava com 500 moradores, além dos militares, e 30 tendas de negócios, mascates e contrabandistas. Ela apresentava índices de opulência e conforto, a julgar pela impressão que teve o Bispo de Rio de Janeiro em sua viagem, em dezembro desse mesmo ano.

Não dei esmolas nenhuma, nem ninguém mais pediu porque com efeito aqui não há mendicantes, nem casas conhecidas por pobres. E o luxo das mulheres pareceu-me ser maior aqui do que nas freguesias antecedentes, vi muitas de sapatinhos, meias e vestido de seda e todos tão decotados que as obriguei a cobrir as mamas. (Arquivo da Diocese de Rio de Janeiro, apud Franco, 1980, p. 57)

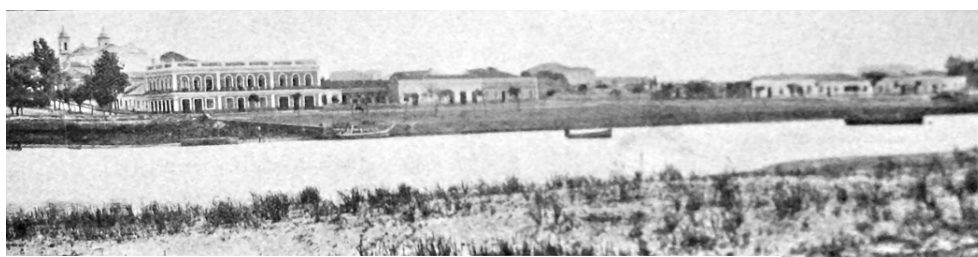


Figura 690: Jaguarão por volta de 1920
Fonte: Costa, 1922, 2v. p.53

Situação e sítio

A situação de fronteira foi relevante, do ponto de vista militar e comercial. Por essa situação favorável, desde sua fundação, o aglomerado desenvolveu-se extraordinariamente. O Plano do Visconde de Linhares (1809), embora não tenha sido implantado por causa da campanha de 1811-12, deve ter influído na decisão de apoiar a formação do aglomerado, pois atribuía ao sítio de Jaguarão importância estratégica para a consolidação do domínio nos territórios conquistados. O sítio permitia a instalação do porto fluvial e era a melhor opção contra as enchentes.

Tipologia e morfologia urbana

O traçado foi determinado pela existência do quartel que ficou conformado o lado norte da praça principal. A igreja posicionou-se no lado sul, frente ao quartel, no meio da quadra. A malha ortogonal apresentava dois dimensionamentos de quarteirões, inicialmente divididos em duas fileiras de lotes. Destaca-se a presença de duas praças, a *Praça da Residência* ou principal, com caráter militar, e a *Praça do Desembarque*, com funções portuárias, aberta por um lado ao rio. Franco (1980) relata que, em 1822, a Praça do Desembarque esteve em perigo de ser totalmente ocupada. O então sargento Bento Gonçalves, futuro líder da Revolução Farroupilha, resolveu requerer para si a praça ao que o Comandante da Guarda, Alferes Inácio Pereira da Silva, se opôs, apresentando o seguinte parecer ao Governo da Capitania:

Todos concordam em ser dissolvida aquela praça por inútil, por haver cento e vinte palmos de terreno além da praça o qual parece ser suficiente para desembarque e haver ainda três praças nesta povoação, cuja praça dissolvida pode acomodar pelo menos doze moradores, cada um com sessenta palmos de frente [13,2m] e fundo a meia quadra, por isso não parece de razão ser concedido todo o terreno que alega o suplicante. (AHRS. Autoridades Militares. Correspondência do Alferes Inácio Pereira da Silva, 1822. Lata 176. Doc. 575. apud Franco, 1980)

O alferes dividiu a área entre os interessados e, anos depois, seria edificada a Praça de Mercado. O documento corrobora a persistência do loteamento em duas fileiras de lotes e o dimensionamento em palmos. Durante o século XIX, a opulência econômica da região refletiu-se na arquitetura; ainda que as edificações tenham sido transformadas aos padrões do ecletismo, persistiu a tipologia da tradição luso-brasileira: casas térreas com telhado a quatro águas e cumeeira paralela à rua; dependendo da largura do lote, casas com corredor central, em fita ou geminadas, com mais de dois acessos, no caso de terem salas comerciais.



Figura 691: Jaguarão. Praça Militar, e igreja
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008



Figura 692: Jaguarão, arruamento
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008



Figura 693: Jaguarão, arruamento
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008



Figura 694: Casa residencial
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008



Figura 695: Casa mista com camarinha
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008



Figura 696: Casa comercial
Fonte: fotografia da autora, 01/06/2008

Verificação da açorianidade

Considerando-se que a população do aglomerado inicial tivesse a mesma composição que a vila matriz, Rio Grande, este seria um aglomerado com maioria de descendentes açorianos dentro da população branca. A inexistência da capela do Império, a origem a partir de um acampamento militar e de um projeto de cunho erudito, já no século XIX, afastam, porém, o aglomerado da pretendida açorianidade.



25. GUARDA DO SERRITO - JAGUARÃO - núcleo inicial, 1816.

FONTE PLANO:
Planta da Guarda do Serrito, 1816. Escala: 40 Braças. AHM.
Lisboa. In: *Colônia*, 2006, p.267.

OBSERVAÇÕES:
Projeto de reordenamento sob o existente

CONVENÇÕES:
1. Praça militar
2. Local da futura matriz
3. Praça do desembarque
4. Rua da Praia

DESENHO:
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:2.500m



TABELA 18
Análise Tipológica dos estudos de caso

	CONVENÇÕES TIPOS PREDOMINANTES (núcleo inicial)	Sítio	Topografia	Maiha	Praça	Posicionamento Igreja/ praça	Arruamento	Quarteirão parceleamento	Posicionamento edif. privados
		Lacustre (7)	Piano (8)	Ret- cular (11)	Irregular (4)	Isolada (9)	Irregular	Adjacentes (6)	Sem recuo
		Fluvial (7)	Elevado (17)	Ortogo- nal (11)	Terreiro (10)	Adjacente (9)	Rua/ travessa (13)	2 fileiras (14)	Com recuo
		Estrada (11)		Quadri- cular (4)	Quadrada (6)	Articu- lação (5)	Rua/rua (12)	Solares (5)	Geminado
					Duas (4)				
1.	Santo Antônio da Patrulha				Não existe				
2.	Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)								
3.	Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria								
4.	São Pedro de Rio Grande								
5.	São Luz de Mostardas								
6.	Nossa Senhora da Conceição de Viamão								
7.	Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo								
8.	Porto Alegre								
9.	Santo Amaro								
10.	Bom Jesus do Triunfo								
11.	Estrelito			?			?	?	
12.	Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira								
13.	Nossa Senhora da Aídeia dos Anjos de Gravataí								
14.	São José do Norte								
15.	São José de Taquari								
16.	Povo Novo								
17.	São Francisco de PeLOTas								
18.	Santa Bárbara de Encruzilhada								
19.	Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul								
20.	Piratíni								
21.	São João Baptista do Herval								
22.	Nossa Senhora do cerrito de Canguçu								
23.	Guaíba								
24.	Santa Maria da Boca do Monte								
25.	Divino Espírito Santo do cerrito de Jaguarão								

7.5 Formas não urbanas e projetos frustrados

Além dos 25 aglomerados urbanos estudados, considerou-se relevante incluir quatro localidades rurais que apresentam elementos característicos da espacialidade dos Açores, dependentes de Rio Grande e Porto Alegre, definidos sociodemograficamente como *aglomerados açorianos*, por terem maioria de ilhéus na formação da população branca. São eles: as Ilhas dos Marinheiros e de Torotama, pertencentes a Rio Grande; o aglomerado da Barra, em São José do Norte; Belém Velho, atualmente um bairro de Porto Alegre. Analisase também um assentamento frustrado, o Morro Grande de Santana, na localidade de Itapoá, entre Porto Alegre e Viamão.

7.5.1 Ilha dos Marinheiros (Rio Grande)

Situada ao norte da península onde está implantada a cidade de Rio Grande, tem uma extensão de 39 km² e caracteriza-se por apresentar dunas no centro, com áreas deprimidas, aonde sazonalmente se formam lagoas e uma borda plana e fértil. O nome deve-se ao fato de os marinheiros, em seus dias de folga, irem até a ilha para cuidar de suas hortas. Desde a fundação de Rio Grande, ela foi fundamental para a subsistência da vila, porque da ilha tirava-se madeira para as construções e lenha, obtinha-se de cacimbas água potável de excelente qualidade e nela cultivavam-se hortas e pomares. Era de uso público, mas o desmatamento era tal que, em 1739, para conter o problema, o governador André Ribeiro Coutinho optou pela privatização. Foram concedidas três sesmarias: ao capitão Antonio Gonçalves dos Anjos, ao tropeiro Antonio de Araújo Vilela e ao comerciante Antonio Gonçalves Pereira de Farias. Em 1744, segundo os registros de Fortes (1978), a ilha foi concedida a Marçal da Silva Veiga, o que provavelmente evidencia que até então não fora efetivamente entregue e continuava de uso público. Não há referências do período da dominação espanhola, mas é bem provável que alguns dos moradores que saíram da vila, principalmente lavradores açorianos, aí tenham se instalado. Em 1765, o Coronel José Marcelino de Figueiredo tentou, sem sucesso, a recuperação da vila desde a ilha. Com a reconquista desenvolveram-se chácaras com hortas e pomares e os moradores abastados de Rio Grande construíram casas de veraneio. Em 18 de novembro de 1845, o imperador visitou a ilha. Dom Pedro II e dona Teresa Cristina foram recepcionados na chácara do

vereador João de Miranda Ribeiro. A vinicultura artesanal foi relevante, entre 1830 e 1875, quando, com o início da imigração italiana, a região da serra passou a liderar esta produção. Durante o século XX, permaneceram, em pequena escala, os cultivos de hortaliças, frutas e flores, conforme a estrutura de pequenas propriedades (Morisson, 2003). De sua visita a Rio Grande, em 1809, Luccock (1935, p.17-17) escreveu que a ilha era (...) *o mais alto e mais cultivado solo das vizinhanças* (...) e o local que fornecia quase toda a água potável. Dreys também comentou sobre a importância da ilha para Rio Grande:

Os matos da Ilha dos Marinheiros não são de tão pouca importância, pois fornecem quase exclusivamente a lenha que se consome na cidade de Rio Grande, e isto desde longos anos, sem diminuição sensível: existem também nesta ilha uma fonte natural de água límpida, que a classe abastada da mesma cidade prefere à água das cacimbas, e que manda buscar diariamente para seu consumo, apesar da distância; algumas chácaras que lá estabeleceram os moradores da cidade produzem com abundância todas as hortaliças e legumes que lhes pedem; causa certa pena ver um deserto no meio das liberalidades da natureza. (Dreys, 963, p.75)

Na ilha dos Marinheiros, a organização do território é semelhante à das ilhas açorianas. As determinantes físicas condicionaram a demarcação de faixas concêntricas: centro como área florestal, borda para uso agrícola e com ocupação dispersa. Uma estrada que forma um *cordão perimetral* percorre a faixa agrícola. A partir dela, organiza-se o parcelamento, com lotes alongados de quatro hectares em média, sobre este percurso posicionam-se três incipientes núcleos, semelhantes, no programa, às freguesias açorianas, estruturados ao redor de uma capela e dos equipamentos comunitários - trapiche, salão, escola - e de uma ou outra venda. Embora as edificações sejam posteriores ao período colonial e até recentes, na implantação, tipologia e volumetria assemelham-se às construções açorianas. Estas localidades são: Porto do Rei, Marambaia e Senhora da Saúde.



Figura 697: Ilha dos Marinheiros, Cordão perimetral
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 698: Chácara.
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 699: Chácara
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008

Porto do Rei : situado na costa sul, formou-se a partir de um trapiche e de uma rua de ligação deste com o a estrada perimetral. Estas obras foram construídas, por volta de

1799, para uso coletivo, pelo português Custódio de Souza Rei, diante de sua chácara. É provável que junto à formação desse incipiente lugar coletivo tenha sido construída uma capela provisória. Sabe-se que a construção da atual, dedicada a São João Batista, foi promovida por Dona Faustina da Silva, uma sobrinha de Bento Gonçalves que possuía uma ‘casa de veraneio em frente à rua do Rei, a qual foi demolida, em 1950, devido a seu estado de ruína. Em 16 de outubro de 1850, um decreto da Assembleia Legislativa Provincial criou a capela, mas houve um engano na hora de redigir o documento, pois foi denominada São João Evangelista e a imagem existente é de São João Batista (Morrison, 2003). Sobre a fachada principal existe uma inscrição com a data de 1858.



Figura 700: Trapiche Porto Rei
Fonte: Fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 701: Trapiche Porto Rei
Fonte: Fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 702: Cordão perimetral
Salão comunitário e capela
Fonte: Fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 703: Capela de São João
Fonte: Fotografia da autora,
08/07/2008



Figura 704: Altar
Fonte: Fotografia da
autora, 08/07/2008



Figura 705: Casa
Fonte: Fotografia da autora,
08/07/2008

Marambaia: formou-se por volta de 1890, com a chegada do casal português formado por José Bento dos Santos e Luisa dos Santos, que construiu a primeira capela de madeira e palha, dedicada à Santa Cruz. A atual com fachada neogótica é de 1926. A Capela inicial de Nossa Senhora da Saúde foi construída em 1895, a segunda data de 1928. A atual construção data de 1976, pois a capela anterior encontrava-se em ruínas. Na ilha dos Marinheiros, também houve um quilombo situado no meio da mata, no centro da ilha e ao redor da casa do Negro Lucas. O quilombo foi exterminado em 1833.



Figura 706: Panorâmica de Marambaia, igreja e salão comunitário
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 707: Escola de Marambaia
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 708: Capela de Nossa Senhora da Saúde
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 709: Escola de Nossa Senhora da Saúde
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008



Figura 710: Casa em Nossa Senhora da Saúde
Fonte: Fotografia da autora, 08/07/2008

7.5.2 Torotama (Rio Grande)

A palavra *torotama* designa, em tupi-guarani, um tipo de tatu que era abundante na ilha, a qual mais parece ser uma península, separada do continente por um banhado. Como foi relatado, as terras de Torotama eram de Manuel Fernandes Vieira, que tinha saído devido à invasão de Rio Grande. Os açorianos que permaneceram no termo da vila formaram, nessa área, um assentamento conhecido como Povo Novo de Torotama. Em 1777, com o retorno do proprietário e pela desconfiança do governador José Marcelino de Figueiredo de que esses açorianos fossem partidários dos espanhóis, realizou-se a transferência de 112 famílias para um terreno continental, denominado Rincão d'el Rey, onde se formou o aglomerado de Povo Novo. Em Torotama, delimitaram-se 61 terrenos de lavoura para casais açorianos e não se criou aglomerado urbano. A topografia plana facilitou a divisão equitativa, sendo a maioria dos lotes de 75.000 braças² (100 de frente por 750 de fundo). A regularidade das parcelas sugerem a execução de um plano prévio. Segundo o recenseamento de 1786, não houve registros de gado, fato incomum que supõe que as lavouras fossem realizadas sem o uso de força animal (Queiroz, 1987). De sua passagem por Rio Grande, Dreys (1963, p.75) deixou a seguinte descrição:

A Ilha dos Marinheiros como a Ilha de Turutama, não tem quase população alguma, além dos escravos empregados na manutenção de quintas e de poucos pescadores, cujas famílias se ocupam ao mesmo tempo da criação de algum gado.



Figura 711: Aerofotografia de Torutama
 Fonte: Imagem satelital de Google Earth, 2008
 31° 55' 05.78"S; 52° 08' 48.16" W



Figura 712: Orla da ilha da Torutama, 2007
 Fonte: <http://www.flickr.com/photos/1812980224>

A distribuição de pequenas propriedades homogêneas gerou uma ocupação dispersa e o desenvolvimento da agricultura familiar e a pesca artesanal, principalmente a cultura do camarão. Conforme as aerofotografias disponíveis, observa-se a estrada principal, sensivelmente paralela à orla, à maneira de um *cordão perimetral*, da qual se desprendem ruelas secundárias, que estruturam o parcelamento, e cercas que, além de delimitar as propriedades, servem para conter os ventos. Tais características, como foi visto no capítulo 4, estão presentes no espaço rural dos arquipélagos açoriano e madeirense e nos aldeamentos berberes do norte do Magreb.

7.5.3 Barra (São José do Norte)

O controle e ocupação do Canal de acesso à Lagoa dos Patos estão relacionados à tomada de Rio Grande pelos espanhóis. A documentação planimétrica disponível indica a presença de fortes e baterias, em ambos os lados. Segundo a *Planta do Rio Grande do Sul e das posições das tropas beligerantes antes da vitória alcançada em 1º de abril de 1776*, a orla continental estava sob controle dos espanhóis com as seguintes posições de norte a sul: três baterias – da Trindade, do Triunfo, de Santa Bárbara – e o Forte da Barra. A barra entre a lagoa e o oceano estava sob domínio português, com um forte junto ao aglomerado de São José do Norte e quatro baterias, sendo estas de norte ao sul as seguintes: das Figueiras, da Conceição, de São Jorge e de São Pedro. O plano de José Maria Cabrer, 1777, praticamente apresenta a mesma informação e inclui, entre as de São Jorge e São

Pedro, a quinta bateria nomeada como *Nueba*. O desenho do engenheiro espanhol insinua junto a estas estruturas o início de processos de ocupação.



Figura 713: *Planta do Rio Grande do Sul e das posições das tropas beligerantes antes da vitória alcançada em 1º de abril de 1776, existente na Mapoteca de Itamaraty.*
Fonte: Boeira; Golin, 2002 [p.365]



Figura 714: Detalhe da Reprodução de um Mapa de D. José Maria Cabrer detalhando as fortificações da Barra, 1777, realizada por João Campomar Jor, 1742, AHRs, M5, G2, E6.



Figura 715: Aerofotografia da Barra
Fonte: Imagem satelital de Google Earth, 2008
32° 07' 09.94"S; 52° 04' 49.29" W

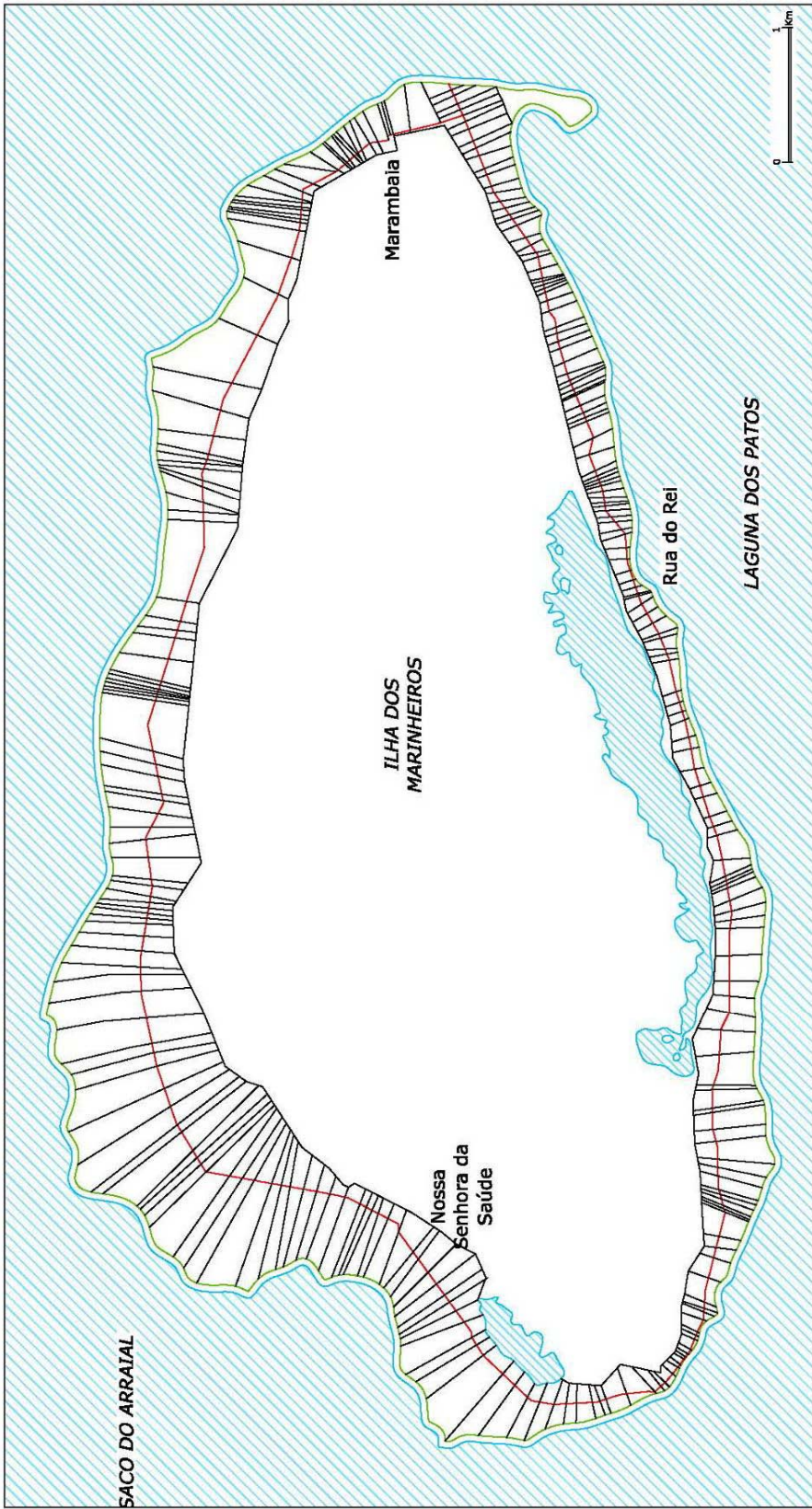
Comparando as informações destes planos históricos com as aerofotografias atuais, constata-se que destas estruturas militares já não existem evidências, mas elas propiciaram o desenvolvimento de ocupações espontâneas, mais ou menos dispersas, a partir da estrada que estrutura o território rural, paralela à orla. Interessa destacar a localidade da Barra, atualmente um distrito de São José do Norte, cuja população dedica-se à pesca artesanal e à agricultura em pequenas propriedades.

Observa-se a estrada principal paralela à orla – à maneira de cordão perimetral - da qual se desprendem as estradas secundárias que organizam o parcelamento. A ocupação mais adensada aparece na área peninsular, estruturada por duas ruas paralelas que se desprendem da estrada, cruzadas por três travessas, sugerindo a formação de quarteirões divididos em duas fileiras de lotes. Ao norte, em local abrigado dos ventos, posicionam-se os trapiches; ao sul forma-se uma incipiente praça alongada, sem pavimentação. A igreja, excepcionalmente, não está em ou sobre esse espaço público, pois se situa sobre uma rua paralela à orla norte.



PLANO REGIONAL 6:
RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE - Áreas urbanas e rurais

<p>FONTE: Prefeitura Municipal de Rio Grande. Secretaria de Planejamento. Mapa digitalizado do Município de Rio Grande. Desenho de Wilson Dias da Silva, 2001. esc. 1:50.000</p>	<p>CONVENÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Núcleo Inicial Área urbana atual Estrada atual Pântano Arelas 	<p>Baterias e fortes portugueses</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. F. de São José 2. B. das figueiras 3. B. da Conceção 4. B. de São Jorge 5. B. Nova 6. B. São Pedro 	<p>Baterias e fortes espanhóis</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. B. do Pontal 8. B. da Trindade 9. B. de Santa Bárbara 10. F. da Barra 	<p>DESENHO e INTERPRETAÇÃO: Luisa Durán R.</p> <p>ESCALA: 1:10 Km</p> <div style="text-align: center;">  </div>
--	--	--	---	--



PLANTA 26:

ILHA DOS MARINHEIROS (Rio Grande) - parcelamento

FONTE PLANO:
 Prefeitura Municipal de Rio Grande. Escala 1:10.000m.
 Julho de 1997. No. 06-MG1.4 Lotes - 414

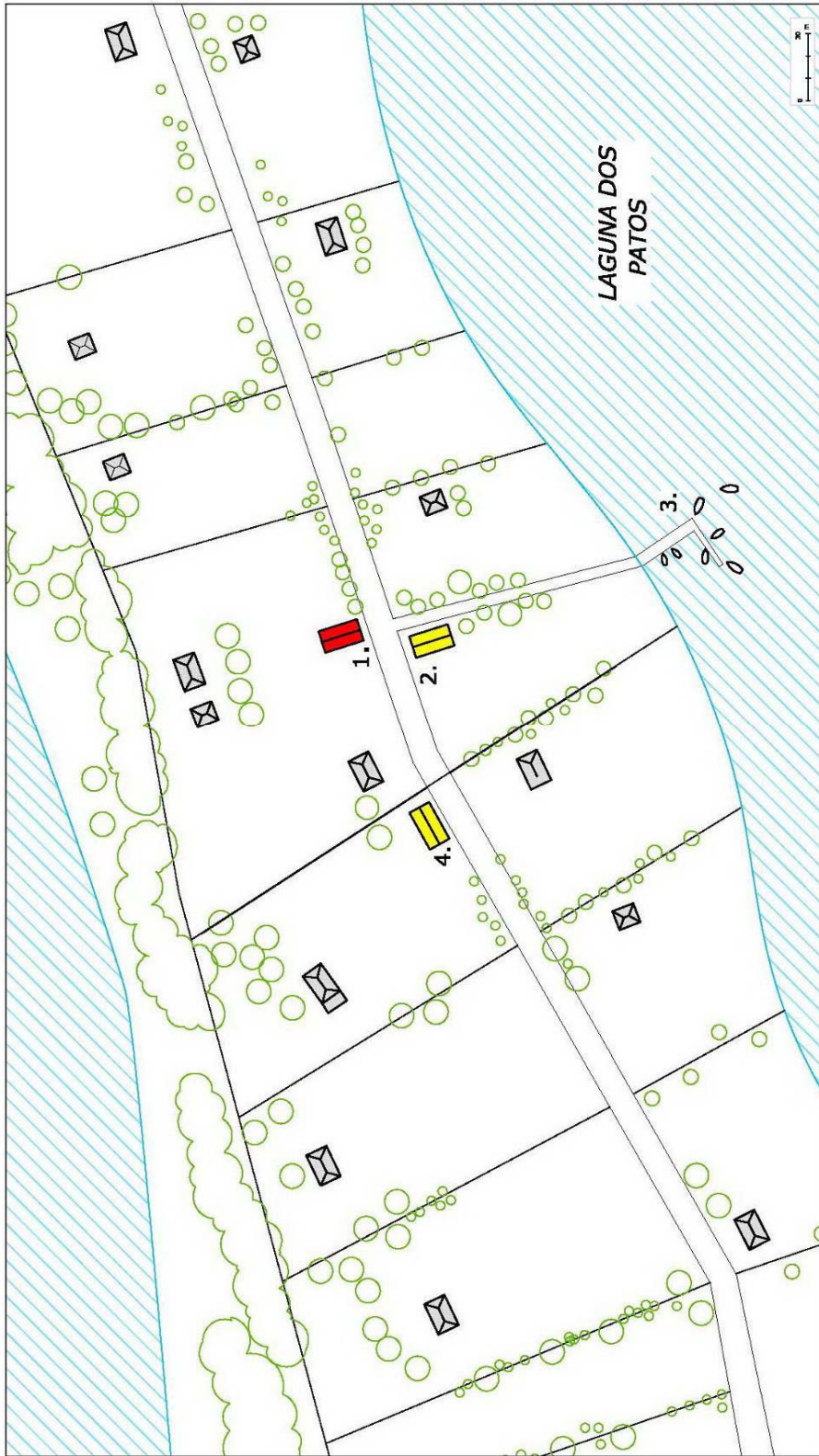
OBSERVAÇÕES:

CONVENÇÕES:

DESENHO:
 Luisa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500





PLANTA 26-A1

PORTO DO REI - Ilha dos Marinheiros (Rio Grande)

FONTE PLANO:
 Detalhe do plano da Prefeitura Municipal de Rio Grande.
 Escala 1:10.000m. Julho de 1997. No. DG-MG1.4
 Croquis da autora, 08-07-2008.

OBSERVAÇÕES:

CONVENÇÕES:
 1. Capela de São João Baptista (1858)
 2. Salão comunitário
 3. Porto
 4. Escola

DESENHO:
 Luísa Durán R.

ESCALA:
 1:2.500





PLANTA 27:
ILHA DE TOROTAMA (Rio Grande) - parcelamento

FONTE PLANO:
 Imagem satelital google earth, 2006.

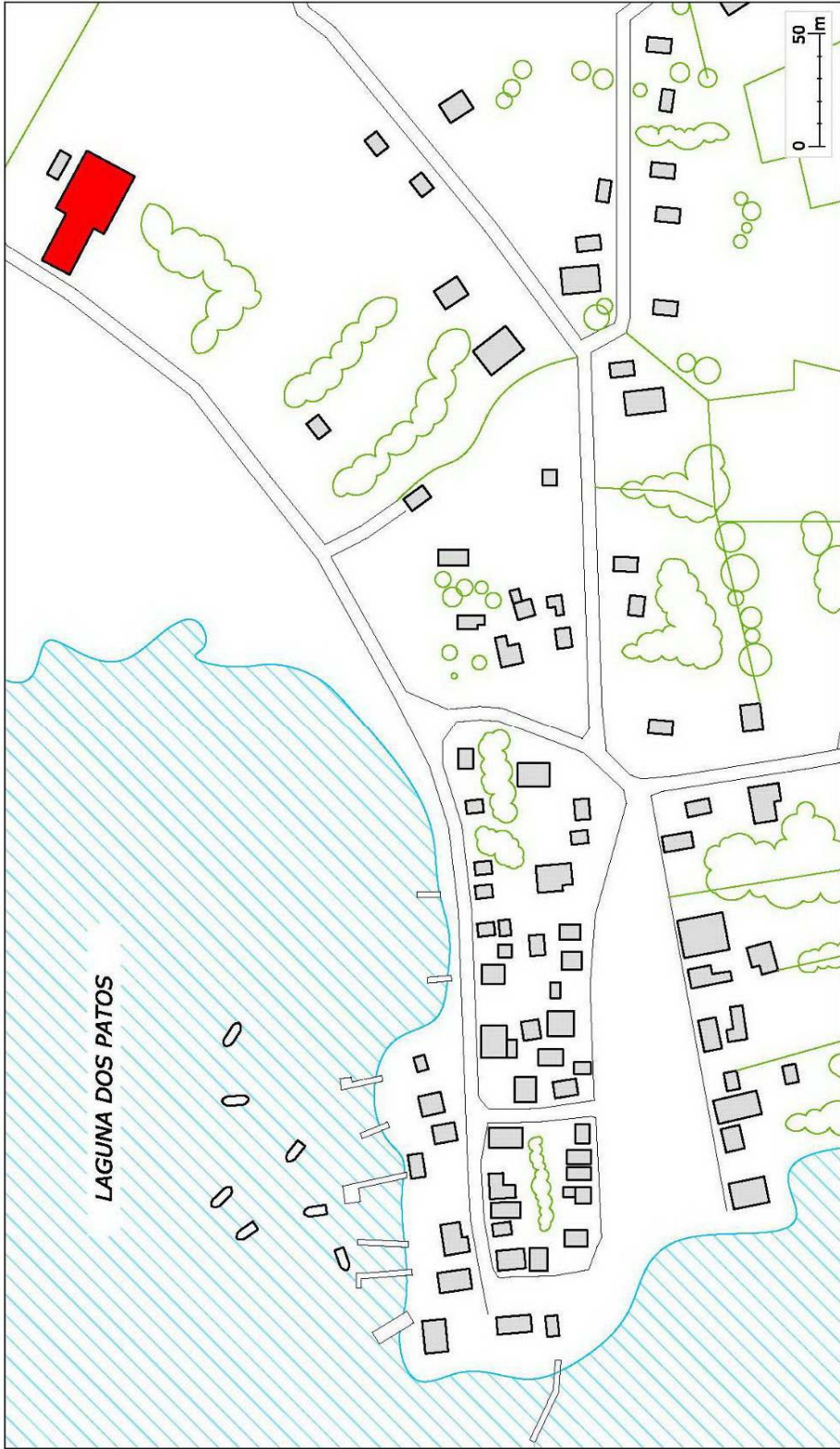
Coord.: 31°55'05,78"S; 52°08'49,16"W

CONVENÇÕES:

DESENHO:
 Luísa Durán R.

ESCALA:
 1:5000 m





PLANTA 28:
BARRA - distrito de São José do Norte, 2008.

<p>FONTES: Imagem satelital google earth, 2008 Coord: 32°07'09.94"S; 52°04'49.29"W</p>	<p>OBSERVAÇÕES:</p>	<p>CONVENÇÕES:</p>	<p>DESENHO: Luísa Durán R.</p>	<p>ESCALA: 1:2.500 m</p>
---	----------------------------	---------------------------	--	--

7.5.4 Belém Velho (Porto Alegre)

A orla leste do Guaíba, que corresponde à área do atual município de Porto Alegre, estava dividida, na década de 1740, em três sesmarias: a de Jerônimo de Ornelas, entre o rio Gravataí e o arroio Dilúvio; a de Sebastião E. Chaves, entre os arroios Dilúvio e Cavalhada; a de Dionísio Rodrigues Mendes, entre os arroios Cavalhada e do Salso. Nesta terceira propriedade, sobre o morro de São Gonçalo, iria desenvolver-se a povoação de Belém Velho, que atualmente corresponde a um bairro da cidade. A partir de 1744, iniciou-se a ocupação da área com habitantes que se dedicaram à agropecuária. É bem provável que no local onde se formou o núcleo morasse o sesmeiro. A referência mais antiga sobre a Fazenda de Dionísio é um documento de 1785, existente no AHRS:

Possui um campo, e sua fazenda em que está estabelecido há 50 anos, por ser um dos primeiros povoadores de Viamão, cujo campo terá pouco mais ou menos duas léguas de extensão, e tem em sua companhia alguns filhos, e genros agregados e todos vivem de lavoura e criação de animais. (...) 300 cabeças de gado, 6 bois, 12 cavalos, 100 éguas e 25 potros. (Porto Alegre, 1994, p. 12)

Manuel Rodrigues Rangel, primogênito do sesmeiro, vendeu parte das terras, em 1796, guardando para si a área do núcleo. Em 1824, após a morte de sua esposa, Francisca Maria de Jesus, que era devota de Nossa Senhora de Belém, um grupo de moradores adquiriu a área, formou a irmandade e iniciou a construção da capela inaugurada em 1830, quando também foi elevada a sede de curato. O núcleo formou-se pela distribuição de lotes por aforamento a funcionários eclesiásticos. Em 1846, foi elevado à freguesia. A capela atual foi construída, na década de 1880, no mesmo lugar da primeira já em ruínas. No início do século XX, a distância entre o povoado e o centro da cidade (em torno de 12 km) propiciou a ocupação da região com chácaras e casas de veraneio e a implantação de hospitais e centros de tratamento de doenças como a tuberculose e a lepra, consideradas, na época, altamente contagiosas. Seguiram-se os loteamentos e as ocupações clandestinas. O pagamento de foro por algumas propriedades persistiu até 1970 (Porto Alegre, 1994). Embora a configuração do núcleo seja posterior a 1822, apresenta continuidade tipológica com o urbanismo colonial e processo de formação semelhante à formação das freguesias suburbanas açorianas, onde a igreja desempenha importante papel no gerenciamento do espaço urbano. O núcleo inicial foi implantado ao redor de um largo no topo do morro, delimitado pela capela e pelo alinhamento das casas, inicialmente com recuos laterais. As

estradas, que partiam da praça, estruturavam o espaço rural e comunicavam com as localidades vizinhas: Porto Alegre, Boa Vista e Cavalhada. A planta mais antiga é de julho de 1855, existindo uma cópia fiel de 18 de agosto de 1821. Esta se titula:

Planta da povoação e terrenos adjacentes da freguezia de Nossa Senhora de Belém que por ordem da Câmara Municipal de Porto Alegre foi levantada demonstrando todo o terreno que pertence a mesma no qual se vê pequenos lotes de terra de plantações concedidas pela Irmandade a diversas pessoas a titulo de aforamento ainda realizado e o projecto de regularização traçado sobre a mesma planta na parte susceptível de arruamento e edificação como se vê nas notas explicativas.



Figura 716: Aerofotografia da localidade de Belém Velho. Porto Alegre.
Fonte: Imagem satelital de Google Earth, 2009. 30° 06' 58.16"S; 51° 10' 45.51" W



Figura 717: Capela de Belém Velho
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007



Figura 718: Saída para Porto Alegre
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007



Figura 719: Lado oeste da praça
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007



Figura 720: Praça
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007



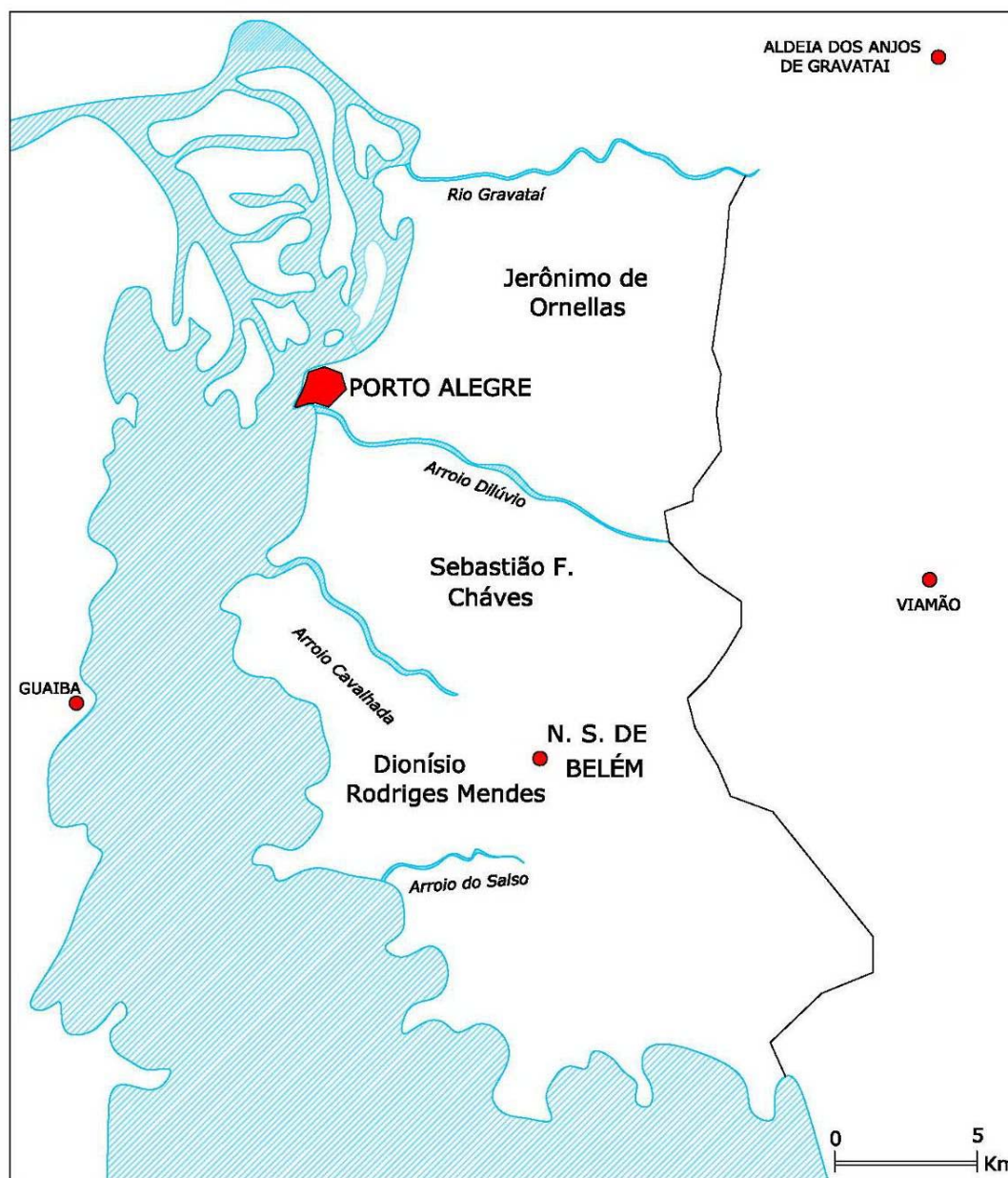
Figura 721: Casa, lado leste
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007



Figura 722: Casa lado leste
Fonte: fotografia da autora,
02/06/2007

Considerando-se que a população do aglomerado inicial tinha, no fim do século XVIII, a mesma composição que a vila matriz, Belém Velho seria uma localidade com maioria

açoriana. A capela assemelha-se formalmente a uma capela do Império; a origem espontânea e a permanência dos tipos arquitetônicos podem ser elementos reveladores da influência açoriana.



PLANO REGIONAL 7:

REGIÃO DE PORTO ALEGRE

FONTE:

Porto Alegre, origem e crescimento segundo Macedó.
In: Porto Alegre, 1994, p.12.

OBSERVAÇÕES:

Interpretação com base em Imagem satelital google earth, 2006
Coord: 30°05'15.45"S;51°08'35.26"W

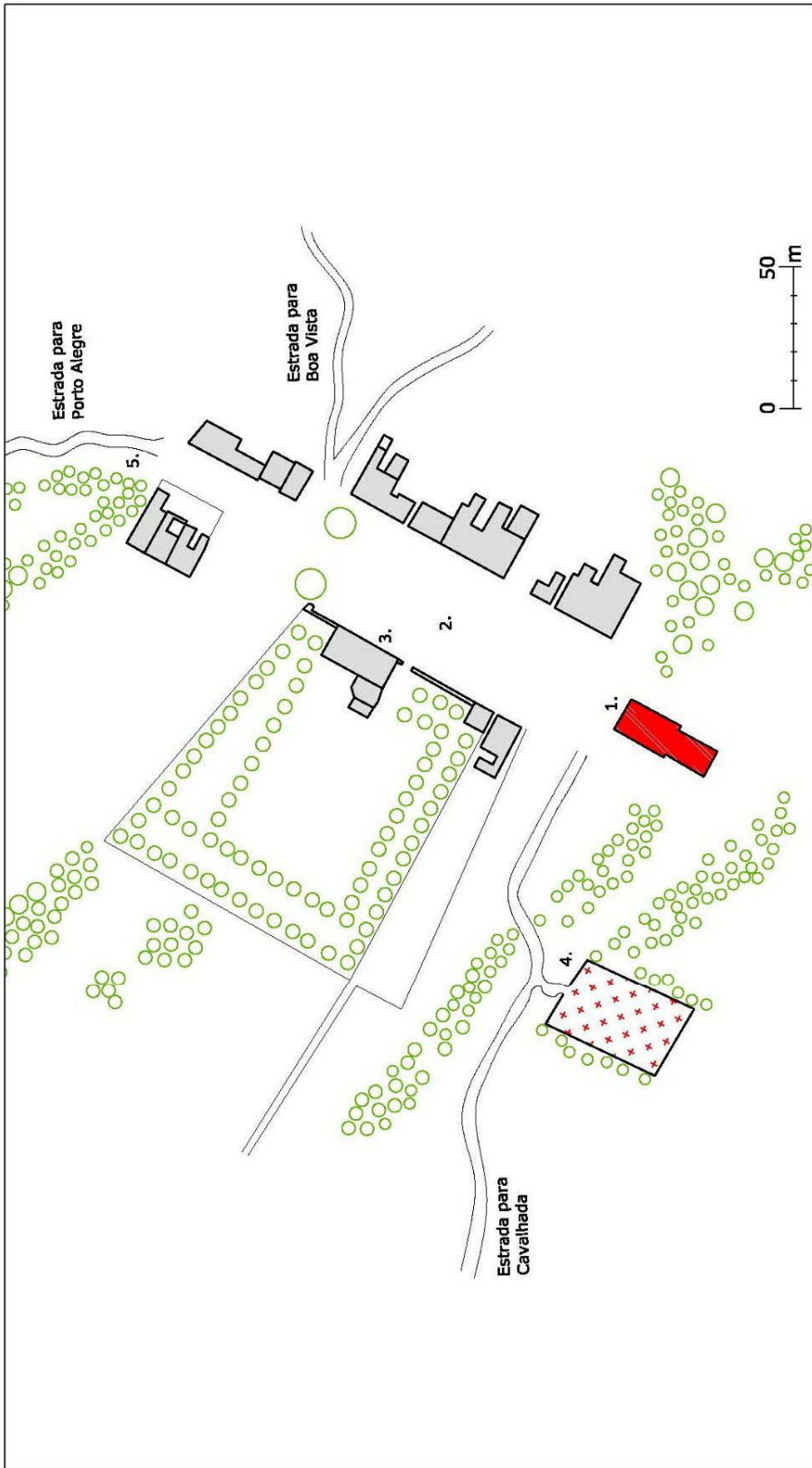
CONVENÇÕES:

- Núcleo Inicial
- Limite sesmarias de Porto Alegre

**DESENHO e
INTERPRETAÇÃO:**
Luisa Durán R.

ESCALA:
1:5Km





PLANTA 29: NOSSA SENHORA DE BELEM - 1855. Atual Belém Velho, Porto Alegre		
FONTE PLANO: Planta da povoação e terrenos adjacentes da Freguezia de Nossa Senhora de Belém (...) Câmara Municipal de Porto Alegre. Julho de 1855. Cópia fiel de 18 de agosto de 1821. Acervo Sr. Leandro Telles	OBSERVAÇÕES: Orientação do desenho com base na imagem satelital google earth, 2009 Coord: 30°06'58.16"S; 51°01'45.51"W	DESENHO e INTERPRETAÇÃO: Luisa Durán R.
CONVENÇÕES: 1. Capela 2. Praça 3. Casa do Rev. Padre Chegas e terreno concedido ao mesmo 4. Cemitério	ESCALA: gráfica	

7.5.5 Morro Grande de Santana

O projeto deste núcleo antecedeu, em dois anos ao de Porto Alegre, embora ambas as freguesias fossem destinadas ao assentamento dos casais, elas surgiram independentemente e tiveram destinos diametralmente opostos. Segundo Fortes (1978), as terras aonde viriam a ser demarcadas as datas para a formação do núcleo formavam parte da Estância de Itapoá, a três léguas (18 km) da sede de Viamão, próxima à margem do Guaíba, ao sul de Porto Alegre. Por meio da portaria de 11 de julho de 1770, o Governador José Marcelino ordenou ao Capitão em exercício de engenheiro Alexandre José de Montanha a demarcação de 60 datas. A documentação oficial do AHRS (In Barroso, 2002) atesta o registro, em 1790, de 52 das 60 datas. Segundo o Códice F-1229, foram demarcadas e entregues 47 datas, na Estância de Itapoá, a 28 casais, 12 filhos de casais, cinco casados com filhas de casais e dois agregados. Segundo o Códice F-1230, outras sete datas foram concedidas, no mesmo ano, a dois casais, uma viúva de casal e um filho de casal e outros três colonos sem especificar sua situação. O dimensionamento não era homogêneo. Segundo os referidos registros, três datas tinham menos de 300.000 braças², 24 de 300.000 a 500.000 braças² e 27 mais de 500.000 braças². Na maioria dos registros, o Capitão Montanha declara que passou e mediu o lote em questão na Estância de Itapoá, que (...) *se acha determinado para acomodação dos casais, que hão de formar a nova povoação, denominada Vila Real de Santa Ana.* (ibid., p.504) Em 26 de março de 1772, foi criada a freguesia de Sant' Anna do Morro Grande. Não há, porém, documentos planimétricos da época nem evidências físicas sobre a delimitação da área urbana e a construção da igreja. O projeto não deu certo pelas deficientes condições do sítio para o desenvolvimento da agricultura. Os açorianos efetivamente receberam suas datas. O mais provável é que não houve formação de aglomerado urbano, que unicamente tivesse sido edificada uma capela provisória para sediar a freguesia e que os colonos tenham construído casas rurais em suas datas. Em 1779, o governador José Marcelino, prevendo o insucesso, propôs ao Vice-rei a mudança da freguesia, do pároco e das alfaías para uma nova povoação, que ele projetava formar no margem do Canal de São Gonçalo. (Fortes, 1978, p.115). Em 14 anos, estava em plena decadência. Segundo a Relação de 1784 do Provedor Ignácio Osório Vieira (Coleção 104 do Arquivo Nacional, apud Fortes, 1978, p.113):

Neste sitio de Morro Grande foram arranchados sessenta casais de número quando se erigiu a dita freguesia de Sant'Anna porém já há anos que não existe a referida freguesia pela desamparagem a

maior parte dos fregueses tanto porque a incomodidade do terreno não permitiu fazerem estabelecimento firme por ser quase todo de areias, como por causa de muitas formigas que devoram todo gênero de plantações; e por este motivo poucos casais existem neste lugar deixando as suas datas a que se quis introduzir nelas e outras devolutas.

O Provedor também informa sobre a situação das datas entregues. Nesse ano de 1784, 15 proprietários conservavam a propriedade; sete a tinham vendido; 33 a tinham abandonado (id.). A única referência até agora disponível sobre o projeto é um plano de distribuição de datas - sem as devidas referências - apresentado no *Anuário de Graciano* de 1908 (p.336) e incluído na obra de Fortes (1978, p.109). Não se sabe se este desenho é cópia de um plano original ou se é uma interpretação. Ele apresenta 60 lotes numerados e com os nomes dos beneficiados, mas o terreno repartido e as dimensões dos lotes não coincidem com as descrições dos registros das datas. Não registra informações sobre as prováveis estradas existentes e, embora demarque no centro um quadrado de aproximadamente 3000 metros de lado para a área urbana, não detalha a configuração do espaço intraurbano e não prevê uma área de expansão urbana nem de transição entre o urbano e o rural.



Figura 723: Planta de Morro Grande incluída no *Anuário de Graciano* de 1908, p.336. Fonte: Fortes, 1978, p.109.

TABELA 19
Análise Tipológica dos aglomerados proto-urbanos

ASSENTAMENTOS RURAIS - PROTO - URBANOS					
CONVENÇÕES TIPOS PREDOMINANTES	Implantação	Sítio	Espaço público	Posicionamento Igreja	Posicionamento edif. privados
	Lacustre (2) Fluvial (0) Estrada (3)	Plano (2) Elevado (3)	S/rua (2) S/prça (2)	Isolado Adjacente	Alinhado Isolado
1. Ilha dos Marinheiros (Rio Grande)	[Lacustre]	[Plano]	[S/rua]	[Isolado]	[Alinhado]
2. Torotama (Rio Grande)	[Lacustre]	[Plano]	[S/rua]	[Isolado]	[Alinhado]
3. Barra (São Jose do Norte)	[Fluvial]	[Elevado]	[S/prça]	[Adjacente]	[Isolado]
4. Belem Velho (Porto Alegre)	[Fluvial]	[Elevado]	[S/prça]	[Adjacente]	[Isolado]
5. Morro Grande de Santana (extinta)	[Fluvial]	[Elevado]	?	?	?

7.6 Características gerais do urbanismo e a arquitetura

Como em toda a administração portuguesa, a nomeação de um aglomerado como freguesia ou vila correspondia ao reconhecimento de uma população, mais ou menos concentrada e de um grau de urbanidade, porém eram diferentes categorias. A freguesia era uma unidade administrativa eclesiástica correspondente à formação da paróquia e a vila era uma unidade administrativa civil, ou seja, a formação de um município representado pela Câmara, com certo grau de autonomia para a autogestão.

Embora a importância político-militar do Continente de São Pedro, durante o século XVIII, a única vila foi Rio Grande, nomeada como tal em 1747. Só no ano de 1809, outros dois aglomerados tiveram essa categoria: Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Não houve nenhuma *cidade* durante todo o período colonial. A instabilidade político-administrativa refletia-se na mudança da sede da comandância: de Rio Grande passou para Viamão em 1763 por ocasião da invasão espanhola; dez anos depois, o governador José Marcelino a transferiu definitivamente para Porto Alegre, que começou a ser *capital* sem ser vila, pois essa nomeação ocorreu apenas em 1810. Após da proclamação da Independência, em 14 de novembro de 1822, D. Pedro I elevou a vila de Porto Alegre à *cidade*. Por essa época, o território estava dividido em cinco unidades administrativas: Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio, Cachoeira (vila em 1819) e Porto Alegre. Esses aglomerados eram as sedes político-administrativas e os demais apenas freguesias ou capelas, incipientes embriões de vida urbana e interfaces entre o mundo rural e o urbano.

No Rio Grande do Sul colonial, essas nomeações dependeram principalmente de fatores políticos e situacionais. Por exemplo, um aglomerado como São José do Norte, embora tivesse relevante situação militar e portuária e mais de 3.000 moradores, só obteve o *status* de freguesia no início do Império, provavelmente a vizinhança com Rio Grande ofuscava sua autonomia. Jaguarão, um ano antes de ter a categoria de freguesia (1812), era um arranchamento com 32 casas e um quartel, mas a situação de fronteira, que favorecia o comércio lícito e ilícito, deve ter pesado na decisão de formar a freguesia.

sulinas representavam 2,87%. O grau de *urbanidade*, no Rio Grande do Sul colonial, foi relativo. Por uma parte e diante das cifras acima analisadas, caso sejam avaliadas unicamente as variáveis político-administrativa e demográfica, sem considerar o processo social implícito, os espaços urbanos foram mínimos. De outra, a nomeação tardia das vilas, as guerras e a precariedade de recursos incidiram na carência de edifícios civis representativos e de corpos administrativos para exercer funções urbanas. A dispersão e a dificuldade nas comunicações limitavam a inter-relação das freguesias entre si e com as vilas às quais estavam subordinadas. Não se pode desconhecer, porém, que essa rede de freguesias e capelas espalhadas pelo território rural, em meio a extensas sesmarias, constituiu um mínimo espaço para desenvolver uma vida urbana, embora intermitente, incipiente e restrita a atividades socioeconômicas, em torno da organização paroquial.

A formação tardia das vilas incidiu na demora em promulgar normas urbanas. Os códigos de posturas das quatro vilas foram aprovados pelas respectivas Câmaras, entre 1810 e 1811, e enviados ao Rio de Janeiro para sua confirmação, entretanto ficaram esperando, até 1821, a aprovação da Mesa do Desembargo do Paço. Essas legislações pouco se referiam aos aspectos formais do espaço urbano, porém todas colocavam uma postura relacionada ao licenciamento prévio de uma nova edificação. A pedido do proprietário, a Câmara designava um *arruador*, geralmente um mestre pedreiro para alinhar a construção, ou seja, posicioná-la no alinhamento da rua, conforme um plano urbano geral feito por um engenheiro militar, um piloto de sesmarias ou um agrimensor (Rhoden, 2002). Dos 25 aglomerados estudados, unicamente em sete (28%) se conhece o nome do profissional que executou o projeto: o de Taquari feito pelo Coronel José Custódio de Sá e Faria e assinado pelo engenheiro Manoel Vieira Leão; os de Porto Alegre e Santo Amaro elaborados pelo Capitão Montanha; os de Cachoeira e Santa Maria, por José de Saldanha; o de Pelotas, por Maurício da Silveira; o de Jaguarão, por João Vieira de Carvalho. Há quatro projetos (16%) atribuídos ao Capitão Montanha: Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Mostardas, Estreito e Gravataí.

Semelhante, em todo o período colonial no Brasil, no Rio Grande do Sul os aglomerados formaram-se pela combinação da iniciativa particular e oficial, em

decorrência de uma política de urbanização mista. A situação de fronteira demandou, porém, uma intervenção oficial significativa e abrangente. Junto com as áreas de produção mineira, a Amazônia (Pará, Amapá e Maranhão) e o oeste (Matto Grosso), a região sulina foi objeto do programa de *Novas Vilas*, delineado na administração de D. João V e aperfeiçoado durante o governo de Pombal, como analisado no capítulo 5.

Tão importante quanto o exercício profissional de engenheiros militares como José da Silva Paes, José Fernandes Pinto Alpoim, José Custodio de Sá e Faria, Capitão Montanha e Francisco João Rossio, foi a contribuição dos estancieiros patriarcas na organização de grupos de moradores constituídos por suas famílias e agregados. Como os mecanismos para a ocupação do território (concessão de sesmarias) e urbanização (formação de freguesias) concebidos como instrumentos complementares, tornaram-se contraditórios, a contribuição sociodemográfica dos açorianos foi fundamental. Eles viriam a constituir uma classe social urbana intermediária entre os grandes proprietários de terra e os grupos marginalizados - escravos e índios - e a fomentar uma agricultura diversificada que abastecesse os aglomerados.

Apresenta-se, a seguir, uma revisão sobre aspectos comuns para caracterizar o espaço urbano sulino.

7.6.1 As motivações para a formação dos aglomerados

Os aglomerados sulinos surgiram pelas mesmas motivações que propiciaram a formação de núcleos urbanos em todo o território brasileiro. De modo geral, um mesmo aglomerado era produto de mais de uma motivação, estas foram:

- Estabelecer pontos de apoio nos portos e estradas;
- Ampliar e consolidar as fronteiras implantando guarnições militares nos locais estratégicos;
- Assentar as famílias açorianas;
- Promover a urbanização a partir de capelas;
- Concentrar a população indígena.

A formação de pontos de pernoite, apoio e serviços ao longo das estradas, junto aos *registros*, currais e interseções deve-se à iniciativa de particulares. As formas urbanas, surgidas antes de 1750, foram de caráter espontâneo e sua situação foi determinada pela estrada: Santo Antônio da Patrulha, Viamão, Vacaria, Nossa Senhora do Arroio e Mostardas. Os aglomerados que se formaram em sítios de interesse militar obviamente foram estruturados por conta da iniciativa oficial. Dos 25 casos estudados, 12 (48%) desenvolveram-se ao lado de um forte ou acampamento militar: Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro, São José do Norte, Taquari, Povo Novo, Encruzilhada, Caçapava, Piratini, Herval, Santa Maria e Jaguarão. Nestes casos, observou-se que, uma vez estabelecido o acampamento ou fortificação, desenvolveu-se espontaneamente um arranhamento para a população civil. Após, a administração procedia a expropriação dos terrenos para demarcação de datas e implantação do núcleo urbano, geralmente sobre a base de um projeto de arruamento ou de malha urbana elaborada por um técnico. Santo Amaro, Taquari, Povo Novo, Encruzilhada e Piratini, além do interesse militar, foram destinados para fixar casais açorianos e seus descendentes.

Quatro aglomerados pré-existentes (16%) foram reordenados pela administração para fixar açorianos. Eles não estavam associados a uma pré-existência militar e foram relevantes na produção agropecuária: Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Mostardas, Porto Alegre e Canguçu. Em Nossa Senhora do Arroio, a capela inicial (1732) não garantia o povoamento efetivo. Mostardas, em estágio inicial, devia apresentar configuração linear ao longo da estrada, que serviu de base para traçar a malha ortogonal. Porto Alegre foi iniciada de maneira espontânea pelos casais e, 20 anos após, o engenheiro militar viria a interferir na ordenação.

Alguns aglomerados criados por conta da iniciativa privada formaram-se ao redor de um equipamento coletivo. Em torno de uma capela surgiram Vacaria, Viamão, Triunfo e Pelotas (16%); ao redor da casa do sesmeiro, Guaíba (4%). Conforme a Provisão do Conselho Ultramarino de 1727, que permitia à Coroa a concessão de terras, se o sesmeiro viesse a formar algum aglomerado dentro de seus limites ficaria livre de encargos ante a Fazenda, além de poder reservar para si e seus agregados alguns lotes urbanos (Kury,

1987). Além disso, como explica Gutierrez (1999, p.115), *a formação de um patrimônio urbano era um ato piedoso*, no sentido de introduzir a vida religiosa, mas também tinha um sentido socioeconômico. Conforme Murilo Marx (1991, p.38):

Os grandes concessionários de terras desfaziavam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e consumidora. Entre o mundo rural e urbano – menos quanto ao resultado físico do que como processo social – desabrochavam pequenas povoações alterando a paisagem e lentamente o meio social.

Pelotas foi, segundo Gutierrez (1999, p.116), *o potreiro que virou cidade*, e o único aglomerado desenvolvido, a partir de um projeto de loteamento promovido pelo capital privado. A implantação da capela e seu logradouro foi consequência da concentração, na região, de uma camada abastada que demandava um espaço para uma vida urbana. Dos 25 estudos de caso, três (12%) formaram-se a partir de aldeamentos indígenas. Em Estreito e Gravataí, com a chegada dos açorianos, a população indígena dispersou-se. Em Cachoeira, após a extinção da aldeia, foi transladada a população que permaneceu em um local definitivo.

A Provisão de 9 de Agosto de 1747, que *Da providencias para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil*, estabelecia simultaneamente diretrizes de ordenamento rural e urbano para um plano oficial a ser executado pela Coroa, com fundos públicos e por intermédio de seus oficiais e técnicos. Reservava-se meia légua em quadro para formar o núcleo urbano. Previa-se a formação de grupos de 60 casais e oferecia-se a cada um uma área rural ou data de um quarto de légua em quadro e um lote urbano para moradia na freguesia que se viria a construir, sob orientação técnica da administração. Portanto, os colonos eram simultaneamente produtores rurais e moradores de espaços com pretendido grau de urbanidade. As terras aonde era prioritário e estratégico formarem-se aglomerados e/ou estimular o povoamento, em muitos casos, já estavam concedidas sob a forma de sesmarias ou estavam, de fato, ocupadas. O texto da Provisão ordenava, porém, a delimitação de datas (...) *no contorno de cada lugar [aglomerado] nas terras que ainda não estiverem dadas em sesmaria*. (In: Iotti, 2001 p. 38). Embora os estímulos fiscais para a formação de *capelas*, frequentemente os estancieiros desconsideravam a legislação vigente e não concordavam com a fixação de colonos nas terras que lhes tinham sido concedidas. No parecer de Gutierrez (1999, p.114), *as capelas*

e seus respectivos patrimônios constituíam as brechas do sistema sesmeiral. Triunfo parece ter sido um exemplo em que coincidiram afortunadamente a ocupação e a urbanização, porque o sesmeiro apoiou a formação do povoado. Em Porto Alegre, Rio Pardo, Piratini, Encruzilhada, Herval, Canguçu e Jaguarão, houve conflitos entre estancieiros e colonos que demandaram a mediação e a intervenção da administração, comprando ou permutando e delimitando os terrenos para a área urbana. Conflitos entre índios e colonos também aconteceram: em Vacaria, o primeiro arranchamento foi exterminado pelos índios; em Estreito, açorianos e luso-brasileiros retirantes de Rio Grande invadiram a aldeia provocando a saída dos índios. Embora a falta de documentação a respeito, não é de estanho que, em Gravataí, a saída dos índios tenha sido motivada também por conflitos com os açorianos.

Em concordância com a longa tradição urbana e particularmente com a mentalidade ilustrada do XVIII, o aglomerado era projetado e concebido como o *centro* geográfico e simbólico de uma área rural envolvente. No espaço intraurbano, a praça e sua igreja eram implantadas como centro e origem da malha urbana (...) *em uma parcela de terra especial* (Gutierrez, 1999, p.114), referência topológica e simbólica, no âmbito físico, como origem da malha e, no âmbito social, pelos usos coletivos que alberga.

No Rio Grande do Sul, diante da dimensão extraordinária das sesmarias e pelos conflitos de interesses entre os agentes da administração e os grandes proprietários – que geralmente eram a mesma pessoa- a utilidade pública não foi determinante. Alguns núcleos terminaram se formando em *sobras* ou frestas, entre os limites de várias propriedades, tal como se verifica em Povo Novo e Canguçu. Em Pelotas, a escolha do lugar para o primeiro loteamento obviamente respondeu a interesses particulares. Em relação à articulação entre espaço urbano e rural, como em todas as formas urbanas, de fato, as ruas principais foram o prolongamento das estradas que organizavam o espaço rural e determinaram a configuração da malha urbana. Ao longo desses eixos posicionavam-se chácaras e casas rurais e, na medida em que o centro se aproximava, aumentava a concentração e a densidade de edificações.

A falta de documentação planimétrica da época, referente aos projetos de distribuição de datas, impede conhecer a relação original entre o parcelamento rural e a malha urbana e as características do espaço suburbano. A única referência até agora disponível é o plano, provavelmente interpretativo, da distribuição de datas do falido aglomerado de Morro Grande de Santana, apresentado por Fortes (1978, p.109). A ser verídico, coloca uma diretriz absolutamente inédita no urbanismo colonial português: a formação do espaço urbano após definir o loteamento, destinando uma parcela para tal fim, e não como centro, origem e referência de ordenamento do entorno.

7.6.2 A formação da rede, a situação e o sítio

A grande extensão do território a urbanizar na Capitania de São Pedro, contando com a contribuição social dos imigrantes, era de proporções muito superiores ao somatório das áreas dos Açores e Madeira. Estabelecendo uma comparação, os territórios insulares (2.332 km² dos Açores e 783 km² da Madeira) correspondem a 1,10% do atual território sul-rio-grandense (281.748 Km²). A área disponível, a geografia e a paisagem geraram formas de ocupação do território igualmente diferenciadas. No arquipélago, a insularidade e o solo vulcânico restringiram a ocupação à faixa litorânea e a formação da rede urbana, ao longo do perímetro, estruturando-se o denominado *cordão linear de povoamento*, que, pelas reduzidas dimensões, terminou se configurando, nas ilhas mais povoadas, como uma aglomeração linear. Diferentemente, na região sulina, os aglomerados eram pontos de referência de grandes extensões de terra, cuja implantação esteve condicionada pela necessidade de ocupar o território e criar locais de apoio à função militar, ao comércio e/ou à produção agrícola, muito distantes entre si. Portanto, no século XVIII, a área de uma vila açoriana e a distância entre a sede e as freguesias eram muito menor que em uma vila sulina.

A implantação dos núcleos urbanos, no Continente de São Pedro, fundamentou-se essencialmente pela variável situacional, ou seja, em obter a melhor opção em relação a objetivos tanto político-militares como econômico-comerciais. Os aglomerados estruturaram-se sobre as vias de comunicação, ao longo das bacias lacustres e fluviais e das estradas. A situação, como uma variável dinâmica, esteve condicionada pelos acordos limítrofes, que direcionaram a política de urbanização. Até 1750, teve prioridade a defesa e

a ocupação de Rio Grande, da barra e do litoral lacustre. Após o Tratado de Madri, a defesa da bacia do Jacuí e a ocupação do oeste passaram a ser mais importante. Com o Tratado de Santo Idelfonso, insatisfeito com os limites propostos, Portugal optou por uma política de expansão, a partir dos principais postos militares: Rio Grande e Rio Pardo. Segundo Macedo (1980, p. 37), *Rio Grande era fronteira de contenção; Rio Pardo de expansão*. O resultado do processo de urbanização, desenvolvido no século XVIII, foi a estruturação de uma rede urbana adensada, ao longo da Lagoa dos Patos e da bacia do Jacuí, formada por uma série de freguesias com relativa igualdade hierárquica. No fim do período colonial, já estavam definidas as lideranças regionais: Porto Alegre, como capital; Rio Grande, como porto de comércio exterior para o escoamento da produção das charqueadas; Rio Pardo, como porto fluvial do interior. No séculos XIX e XX, novos processos sociopolíticos e econômicos alteraram drasticamente as condições iniciais de situação e, em consequência, os núcleos urbanos estudados apresentam hoje características diversas, algumas muito distantes ao planejado, como se mostrou na introdução.

Em relação à escolha do sítio, a carência de baías abrigadas sobre a costa oceânica para formar portos restringiram a ocupação às lagoas. A importância da navegação interior evidencia-se na implantação lacustre de sete (28%) núcleos e, na fluvial, de outros sete (28%), contra 11 (44%) sobre estradas. A inexistência de aglomerados marítimos, no parecer da pesquisadora, gerou importante diferença com relação a Açores e Madeira, aonde as cidades e vilas principais são precisamente as marítimas. As necessidades defensivas privilegiaram a escolha de locais elevados em 17 (68%) dos 25 estudos de caso. Os oito (32%) localizados em regiões planas procuraram, contudo, se situar sobre um divisor de águas para se preservarem de enchentes e colocar a igreja no local mais relevante. Todos os aglomerados sobre os rios Jacuí e Taquari (Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Taquari e Cachoeira), pelas características destas bacias, implantam-se em barrancos que condicionam o contato do aglomerado com o porto a um local determinado, de maneira muito semelhante aos aglomerados açorianos e peninsulares, que se desenvolvem a partir de uma rua perpendicular à orla.

7.6.3 A malha urbana

No Rio Grande do Sul colonial, a formação do espaço urbano foi produto da interação particular e oficial. A primeira entendida como população civil - tropeiros, sesmeiros e colonos açorianos- que contribuiu com elementos da tradição urbana popular; a segunda, representada por técnicos a serviço da administração -engenheiros militares, agrimensores e pilotos de sesmaria- que introduziram elementos da tradição urbana erudita. Durante o período colonial, em 20 (80%) dos aglomerados sul-rio-grandenses estudados, verificou-se desenvolvimento inicial espontâneo, por conta da iniciativa particular, seguida da configuração definitiva através da implantação ou do reordenamento da malha urbana, executados pela administração, por intermédio de um profissional. O planejamento abrangente ou não foi determinado pelo nível de permanência da pré-existência.

Nos arquipélagos, a formação dos aglomerados foi diferente. A origem espontânea e a estruturação gradual predominou e configurou uma espacialidade relacionada com a tradição popular, especialmente com as formas de aldeamento berbere. Até o fim do século XVIII, das 11 vilas madeirenses e 19 açorianas, 30 no total, unicamente em três (10%) – Angra, Ponta Delgada e Funchal– foram executados projetos de cunho erudito, que os distinguem dos demais aglomerados das ilhas. Nos aglomerados sulinos, o núcleo inicial retomou, em sua implantação, as milenares formas de aldeamento classificadas pelos teóricos alemães de: *aldeia rua*, *aldeia ancora e aldeia monte*, ou seja, uma rua estruturante ao longo de um divisor de águas ou uma rua paralela ou perpendicular a uma orla, uma praça como centro ou a igreja precedida da praça, no ponto mais alto. Esses arranjos iniciais foram as pré-existências, a partir das quais se estruturou a malha urbana. A relevância da rua na configuração do traçado verifica-se em cinco casos (20%), nos quais a malha ajustou-se à configuração linear: Santo Antônio, Rio Grande, Rio Pardo, a cidade baixa de Taquari e Santa Maria; a da praça, em nove casos (36%): Nossa Senhora do Arroio, Mostardas, Porto Alegre, Triunfo, a cidade alta de Taquari, Estreito, Povo Novo, Guaíba e Jaguarão; a da igreja no ponto mais alto, em 11 casos (44%): Vacaria, Viamão, Porto Alegre, Santo Amaro, Cachoeira, Gravataí, a cidade alta de Taquari, Encruzilhada, Caçapava, Piratini, Herval e Canguçu.

A malha, como instrumento de planejamento, define uma ordem espacial, entendida como a relação entre o traçado e o sítio, e uma pauta geométrica para o futuro desenvolvimento. Os aglomerados estudados formaram-se a partir de traçados retilíneos ,em suas três modalidades: reticulares, ortogonais e quadrículas. Não foram identificadas malhas labirínticas.

Os traçados reticulares, com maior grau de deformação, correspondem a situações em que as características do sítio e/ou as pré-existências exerceram maior peso e/ou em que houve formas de planejamento menos abrangentes ou por etapas. Este é o caso de onze aglomerados (44%): Vacaria, Rio Grande, Viamão, Rio Pardo, Porto Alegre, Triunfo, São José do Norte, Pelotas, Povo Novo, Piratini e Guaíba. Os traçados ortogonais evidenciam um planejamento global; este tipo gera malhas mono-direcionadas pela hierarquização das ruas que compõem a trama, com seus quarteirões alongados divididos em duas fileiras de lotes. Foram identificados 12 casos (48%): Santo Antônio, Mostardas, Santo Amaro, Gravataí, cidade alta de Taquari, Encruzilhada, Caçapava, Canguçu, Santa Maria e Jaguarão. As quadrículas foram as menos frequentes, identificaram-se três exemplares (12%): Nossa Senhora do Arroio, Cachoeira e Herval. Em Nossa Senhora do Arroio e Herval, a julgar pela ocupação atual dos quarteirões, inicialmente eles não foram divididos em *solares*; em consequência, a quadrícula comportava-se como malha ortogonal. Em Cachoeira e Pelotas os quarteirões foram divididos nas quatro frentes, conforme a estrutura inerente da malha regular. Sobre a povoação de Estreito não houve informações disponíveis para identificar a existência de uma malha. A formação do núcleo ao redor de uma praça retangular pode responder tanto à diretriz dos aldeamentos jesuíticos como à prescrição da Provisão de 1747.

7.6.4 Fortificações

Em uma situação de fronteira aberta e assentamentos formados em função das necessidades estratégicas, as instalações militares eram relevantes para a organização do espaço urbano. De modo geral, as características formais e de programa das fortificações eram pré-definidas pelos fundamentos técnicos da engenharia militar e das necessidades logísticas comuns a toda a época e aplicadas em todo o Brasil. Como explicado, no

capítulo 3, a vanguarda da fortificação, no século XVIII, estava na França e essa influência passou a Portugal e seus domínios ultramarinos. Os engenheiros militares que vieram ao Continente de São Pedro e que participaram das comissões de demarcação de limites receberam essa influência. Rio Grande e Porto Alegre – por serem as principais aglomerações - foram as únicas que tiveram um perímetro defensivo. Em ambos os casos, optou-se por implementar a mesma estratégia da Colônia de Sacramento, do Forte de Angra do Heroísmo e da Fortaleza de Sagres: colocar uma barreira pelo lado de terra da península, as defesas sulinas foram, porém, construções rudimentares em estacadas e não fortificações abaluartadas. Os aglomerados de relevância militar tiveram fortes pontuais implantados sem interferir na configuração da malha urbana: Rio Pardo, Santo Amaro, São José do Norte e Taquari, ou acampamentos para a tropa: Povo Novo, Encruzilhada, Caçapava, Piratini, Herval, Santa Maria e Jaguarão. Destes o único que se conserva é o de Povo Novo. Os fortes eram construídos em barro socado e pau a pique; caracterizaram-se pelo pragmatismo e adaptação ao lugar. Eles não se conservaram, em parte, por serem os materiais empregados perecíveis e por que, em 1872, após a Guerra do Paraguai, o Duque de Caxias ordenou a demolição dos remanescentes existentes, por receio de uma nova insurreição separatista (Fortalezas no Rio Grande do Sul).

As fortalezas com maior expressividade arquitetônica que os portugueses levantaram não geraram aglomerados urbanos. Foram elas São Miguel e Santa Teresa, na linha de divisa traçada pelo Tratado de Madri. Com o Tratado de Santo Idelfonso passaram ao domínio espanhol e terminaram ficando em território uruguaio. O forte de São Miguel, a 18 km de Chuí, posiciona-se sobre o arroio do mesmo nome. Foi construído, em granito, em 1734, por José da Silva Paes, segundo uma planta retangular com dois baluartes nos lados menores. Em carta ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, de 15 de março de 1738 (Col. 83 AN, apud Fortes, 1980, p. 128), o Brigadeiro informava que, como não tinha estacaria para fazer o reduto, este foi feito com pedra, (...) *pois aquela obra foi feita pela ocasião, como V. S. sabe e não para ficar permanente*. Confirma também a presença de *práticos* como Cristóvão Pereira de Abreu, que, sem dúvida, contribuíram com seus conhecimentos empíricos para as decisões tomadas. A Fortaleza de Santa Tereza, ao sul de São Miguel, foi implantada sobre um estreito entre o mar e um pântano, controlando o

caminho que pela praia ia de Sacramento até Rio Grande. O projeto, em forma de pentágono, foi realizado pelo engenheiro João Gomes de Melo. A construção foi iniciada, em 1762, pelo Tenente Tomas Luiz Osório (o proprietário inicial da sesmaria de Pelotas). No ano seguinte, quando Ceballos, governador de Buenos Aires, tomou a região, ambos os locais passaram ao controle espanhol. Metade de Santa Teresa estava construída e foi reformada, tomando maiores dimensões. Ambos os fortes apresentam uma praça central terraplenada, configurada por edificações ao seu redor, em pau a pique e telhados à meia água. O programa compreendia: capela, casa do comandante, casas para os oficiais, cozinha, paiol e armazéns, dimensionados inicialmente para regimentos de, aproximadamente, 400 homens. Entre os remanescentes existentes em território brasileiro, estão o forte de Caçapava e o forte de Santa Tecla. O primeiro, que leva o nome do Imperador Pedro II, foi iniciado em 1850 – portanto fora do período deste estudo – e nunca foi concluído. O segundo foi construído, em 1774, pelos espanhóis, seguindo ordens do governador de Buenos Aires, Juan José Vertiz y Salcedo. Seu autor foi o engenheiro militar Bernardo de Lecocq, a serviço do Vice-reinado do Rio da Prata. Situa-se em um barranco sobre o Rio Negro, atualmente nas imediações de um bairro da cidade de Bagé. Foi configurado a partir de uma planta pentagonal de cinco baluartes e construído em barro socado sobre alicerces de pedra. Ao redor da praça, posicionavam-se edificações de pau a pique. Foi sucessivamente arrasado pelos portugueses, em 1776 e 1801, e só se conservam vestígios dos alicerces em pedra ([http://: www.iphan.gov.br/ans.net/tema](http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema)).



Figura 724: Forte de São Miguel (Uruguai)
Fonte: www.ufpel.edu.br/ich/lacea/sml



Figura 725: Forte de Santa Teresa
Fonte: imagem satelital de Google Earth, 2007
33° 58' 21.85"; 53° 32' 55.17"

Importante colocar a questão das influências, no arranjo espacial e na morfologia, entre acampamentos militares e aglomerados urbanos. É aceita por diversos autores e amplamente divulgada pela literatura especializada a ideia de que as cidades com traçado

regular seguiram, desde a antiguidade, diretrizes militares, afirmando-se a origem castrense da quadrícula. Ao contrário, Rikwert (2004) sugere que é o acampamento militar que tem como modelo a cidade, não o inverso, e que, na configuração de ambos, não só entram em jogo aspectos de natureza racional e de ordem econômica, mas também componentes ideológicos e simbólicos. Mais do que esclarecer o quê antecede e o quê influencia, o relevante é observar a existência de semelhanças e pontos em comum, no arranjo espacial e na arquitetura das fortificações e dos assentamentos civis. Na Capitania de São Pedro, os acampamentos geraram assentamentos civis. Sem dúvida, houve influências mútuas. Na configuração de ambos, participam elementos do conhecimento erudito, que vêm do exercício dos engenheiros militares e do saber pragmático. Provavelmente a morfologia dos aglomerados em estudo, em sua primeira fase, teve semelhanças com a das praças fortificadas.

7.6.5 Arruamento

A rua, na cidade colonial, compreendia o espaço entre alinhamentos frontais, não tinha passeios nem meios-fios para separar os pedestres do tráfego rodado e, geralmente, no meio, tinha uma calha aberta para escoamento das águas pluviais, sem calçamento. Na fase inicial-espontânea, a rua formava-se gradualmente, na medida em que as casas iam se justapondo uma ao lado da outra, a face planejada era traçada *a priori* e as construções subordinavam-se a ela. A existência de ruas irregulares, com frentes não paralelas evidencia, em alguns casos, o início espontâneo ou necessidades pontuais de adaptação ao sítio derivadas da fruição espacial. A hierarquia viária define-se pela coincidência das ruas principais com as estradas rurais e pelas conexões que estabelecem com a praça e os principais equipamentos. Via de regra, o arruamento que se denominou tipo *rua-rua*, formado pelo cruzamento de vias que apresentam a mesma largura - 40 palmos (8,8m) conforme a Provisão de 1747- corresponde às quadriculas; enquanto o que foi definido como *rua-travessa*, formado pelo cruzamento de ruas com travessas de até 10 palmos (2,2m), coincide com traçados reticulares e ortogonais. Essa coincidência nem sempre foi constante nos aglomerados estudados. Em Mostardas, Gravataí, Encruzilhada, Caçapava e Jaguarão, o traçado ortogonal forma-se por ruas da mesma largura; sendo as principais as ruas onde se posicionam os acessos aos prédios e as que conectam elementos primários. Os

locais com fontes e bicas para fornecimento de água potável e para lavagem de roupas eram lugares de sociabilidade, relevantes na vida cotidiana e incidiam na conformação da malha urbana, direcionando a extensão das ruas. Em Rio Grande, Taquari e Canguçu havia lagoas próximas para lavagem das roupas.

7.6.6 Praça

Praças e largos, configurados por edifícios públicos e equipamentos coletivos que neles se posicionavam, eram símbolos da sociabilidade e lugar dos principais eventos da vida coletiva: mercado, festas, atos públicos e religiosos. No período colonial, era frequente o uso de uma arquitetura efêmera e reversível para as celebrações públicas. Saint Hilaire descreve uma festa realizada em Rio Grande, na noite de 6 de agosto de 1820:

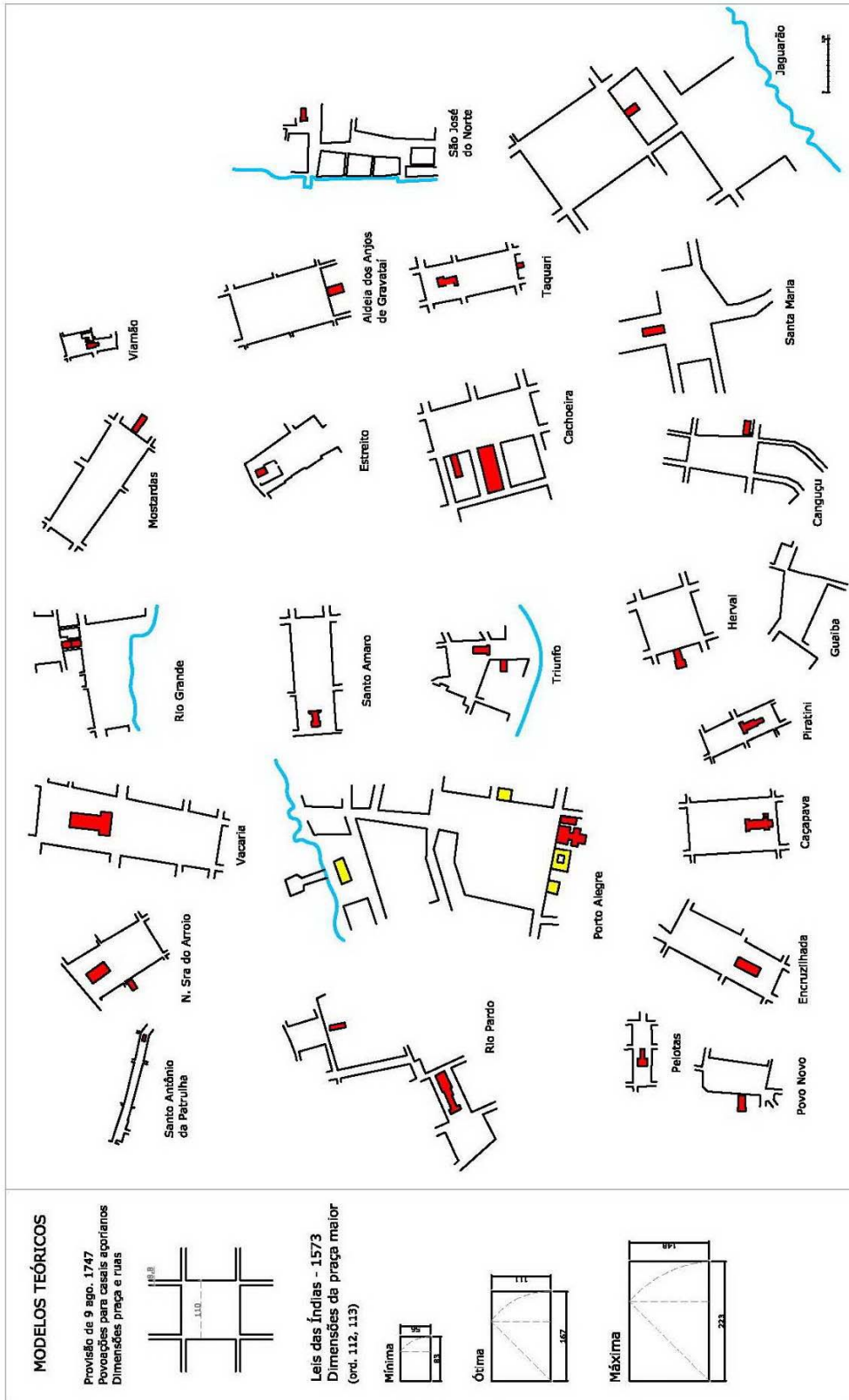
(...) o cais se achava grandemente ornamentado. Ao meio da ponte de desembarque construíram um pequeno arco de triunfo e à extremidade dessa mesma ponte erigiram dois grandes pedestais dotados cada um de uma estatua. Esses ornamentos eram feitos de madeira e pano pintado, tendo sido executados por um francês. (1999, p.51)

Nos aglomerados estudados, a praça constituiu o centro da malha. A exceção foi Pelotas onde, no estágio inicial, conforme o plano do primeiro loteamento, a praça da malha quadricular não era o centro e formou-se pelo alargamento de uma rua a traves do recuo de dois quarteirões. Em 20 aglomerados (80%), houve, no estágio inicial, uma única praça. O aspecto inicial era de um amplo descampado multifuncional para todas as atividades coletivas, desde exercícios militares, feiras e mercado de bens de consumo, festas, procissões religiosas, distribuição de água potável e de alimentos até pernoite de gado. Na praça de Gravataí, distribuía-se a ração de carne para cada família. As fotografias das praças cercadas em Taquari e Osório evidenciam seu uso, até o início do século XX, para recolher o gado. Cinco exemplos (20%) tiveram mais de uma praça com funções especializadas desde o estágio inicial: Rio Grande teve a Praça da Matriz, institucional, onde se posicionava o pelourinho e a Praça do Comércio, aberta à lagoa e de maior área que a primeira; em Viamão, as duas praças estiveram relacionadas com a igreja; em Rio Pardo, além da praça da matriz, houve duas praças menores antecedendo os templos a maneira de adros; Triunfo tinha o largo da igreja e duas praças com funções comerciais, a do Rosário relacionando o território rural e a do mercado, com um lado formado pela fachada lateral da igreja, à maneira medieval; as duas praças de Porto Alegre – comercial e institucional – têm

hierarquias equivalentes, mas as funções civis e religiosas posicionaram-se juntas sobre uma delas; em Jaguarão, a praça central estava delimitada pela igreja e pelo quartel, a praça do desembarque era aberta para o rio e servia para o comércio e as atividades do porto.

A estruturação da malha, a partir de duas praças, civil e religiosa, independentes e com a mesma hierarquia, tal como propunha o *Urbanismo Pombalino*, não se apresentou em nenhum dos 25 aglomerados estudados. Como visto anteriormente, essa diretriz foi implementada no projeto de Taquari, mas, em sua execução, o arranjo foi simplificado, eliminando-se a praça civil, provavelmente por não ter sido fundada como *vila* e sim como *freguesia*. Nos cinco casos com mais de uma praça, houve sempre uma praça principal. Em relação ao dimensionamento das praças, em 23 dos aglomerados estudados, esta é bem menor do que o modelo da Provisão de 1747 para os povoados de açorianos, que prescrevia um quadrado de 500 palmos (110m), à exceção de Porto Alegre e Jaguarão cujas praças tem maiores dimensões, em proporção sensivelmente quadrada. A forma retangular predominante, com ruas perpendiculares aos lados maiores, assemelha-se ao modelo proposto nas Leis das Índias (1573) para aglomerados de médio porte, porém, nas freguesias sulinas, este retângulo, em forma de *terreiro*, foi mais alongado que a proporção áurea da normativa espanhola. Nossa Senhora do Arroio, Mostardas, Taquari, Santo Amaro, a Aldeia dos Anjos de Gravataí, Encruzilhada e Piratini apresentam exatamente essa configuração, o que leva a supor a existência de um *modelo* pré-determinado no qual a influência dos aldeamentos indígenas dos jesuítas é evidente.

A praça é um parâmetro de diferenciação entre as formas urbanas açorianas e sul-rio-grandenses. Como analisado no capítulo 4, nos aglomerados das ilhas, devido à origem espontânea, as praças formaram-se a partir do cruzamento de percursos ou pelo alargamento da rua principal, com o desenvolvimento e a formação da malha, praças e largos conservaram sua configuração inicial. Nos aglomerados sul-rio-grandenses, embora a mesma ocupação inicial espontânea, a persistência do modelo dos aldeamentos indígenas e a interferência do urbanismo erudito terminaram por conformar amplas praças únicas como centro e origem da malha.



PLANTA 30
ESTUDOS DE CASO - Forma da praça e posicionamento da igreja

7.6.7 Elementos primários

7.6.7.1 Edifícios religiosos

Nas vilas e freguesias sulinas, o elemento primário por excelência, comum a todos, foi a igreja matriz, construção singular e monumental que se destacava por sua implantação e singularidade no conjunto urbano. As igrejas foram produto da iniciativa conjugada da administração eclesiástica e da comunidade. Conforme a tradição urbana portuguesa, situam-se como edifícios individuais, na parte mais alta do relevo. Essa implantação tem dois sentidos, um que apela ao simbolismo cristão da colina como lugar intermediário entre a terra e o céu e outro, mais pragmático, que facilita a vigilância e defesa do local.

A relação dada entre a igreja e a praça teve variáveis em função do posicionamento da igreja:

- Isolada e sobre a praça: Santo Antônio da Patrulha (embora implantada numa rua com proporções de largo), Nossa Senhora do Arroio, Vacaria, Estreito, Santo Amaro, São José do Norte, Taquari (cidade alta), Pelotas, Encruzilhada, Caçapava e Piratini (11 casos, 44%);
- Isolada na praça e articulada com outro espaço aberto: Viamão, Rio Pardo, Triunfo e Cachoeira (quatro casos, 16%);
- Sobre o alinhamento de um quarteirão adjacente: Rio Grande, Mostardas, Porto Alegre, Gravataí, Povo Novo, Herval, Canguçu e Jaguarão (oito casos, 32%);
- o único caso em que se posiciona sobre o alinhamento de uma rua em lote entre medianeiras é Guaíba (um caso, 4%).

Em âmbito arquitetônico a singularidade, a volumetria maciça e a solidez das torres que funcionavam como guaritas, confere-lhes o aspecto de *igreja-fortaleza*, como definido por Weimer (2004) para a matriz de Viamão. Em âmbito artístico, essas construções conjugavam o trabalho coordenado de profissionais e artífices, aportando em maior ou menor grau, elementos do conhecimento erudito e do saber popular. As igrejas eram espaços de representação de uma ordem social e de uma vida urbana, importância que permaneceu até o século XX e que foi notada pelos viajantes estrangeiros. Durante sua passagem por Rio Pardo, em 1858, Ave-Lallemant (1953, p.322) observou:

Nas pequenas cidades as novenas são, para a sociedade elegante, o que são bailes nas grandes cidades. E assim as jovens senhoras rio-pardenses iam a igreja com os mais ousados vestidos de baile, com braços e ombros nus, e despertavam o que queriam: gerar atenção, exatamente como se passeassem num salão [...]"

Conforme de Curtis, a arquitetura religiosa é um importante elemento de diferenciação regional; o autor comenta que, como o extremo sul do Brasil não teve um produto que garantisse à Metrópole tributos substanciais, não foram instaladas ordens conventuais, *consequência natural da recíproca interferência de interesses entre a Igreja e o Estado* (2003, p. 125). No parecer da pesquisadora, influenciou também a tensão entre a Igreja e o Estado que predominou no século XVIII. A inexistência das ordens conventuais teve enormes consequências na educação e na produção artística. Em outras regiões, onde as irmandades foram mais atuantes, as rivalidades entre os grupos, a execução de trabalhos artísticos pelos afro-descendentes, em troca da alforria, e o financiamento das obras como um mecanismo de ascensão social e espiritual fomentavam a competição, o luxo e a criatividade artística, fato que não ocorreu no Rio Grande do Sul. A presença da Igreja ficou reduzida a uma elementar estrutura paroquial e as igrejas caracterizaram-se pela singeleza e até (...) *uma certa ingenuidade na interpretação das formas erudita*. (id.). Angulo Iñiguez (1950), em sua clássica e divulgada *Historia del Arte Hispanoamericano*, preparada na década de 1940, afirma que, em Portugal, no século XVIII, houve dois tipos de edifício religioso: o de nave única com capelas laterais, sem cúpula nem cruzeiro, que deriva da tipologia gótica e os de plantas articuladas com cúpulas que vem da Roma antiga. O primeiro foi o que teve maior influência no Brasil. O autor sevilhano estabeleceu elementos comuns e diferenças regionais na arquitetura religiosa brasileira:

Em termos gerais, toda a arquitetura brasileira do século XVIII é uma manifestação provinciana do que era feito em Portugal [...] excetuando a arquitetura de Minas Gerais onde se produziu a criação mais original e valiosa da arte colonial brasileira. (1950, p. 720)

As possíveis especificidades da arquitetura religiosa do sul do Brasil, compreendido este pelas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devem-se, segundo o autor, à suposta influência espanhola, decorrente da relativa proximidade do Vice-reinado da Prata: (...) *se bem responde sempre às linhas lusitanas, se caracteriza por uma simplicidade e umas proporções mais pesadas, que a fazem parecer quase espanhola*. Por exemplo, a Igreja Matriz de Viamão é descrita como: (...) *uma tosca edificação de uma nave e dois campanários em forma de paralelepípedo, tão estreitos que se poderiam*

*classificar como **espadañas***⁴⁵ (id.), elementos que raramente aparecem em Portugal e são frequentes no sul da Espanha e na Hispano-américa. No parecer da pesquisadora, a formação pode ser uma influência dos Açores, onde os constantes sismos determinaram construções robustas e pesadas. Independente das possíveis influências, que são de cunho morfológico, o elemento em comum entre a arquitetura religiosa do Rio Grande do Sul, do Brasil em geral e dos Açores é o posicionamento destacado sobre a malha urbana.



Figura 726: Catedral de Angra
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2008



Figura 727: Igreja da Vila de Lages, Ilha Terceira.
Fonte: fotografia da autora,
02/03/2008



Figura 728: Igreja de Cabo da Praia, Ilha Terceira
Fonte: fotografia da autora,
03/03/2008



Figura 729: Igreja Matriz de Viamão
Fonte: <http://www.photofabi.blogspot.com/2007/12/viamao-rs>



Figura 730: Igreja Matriz de Jaguarão
Fonte: fotografia da autora
01/06/2008



Figura 731: Igreja Matriz de Triunfo
Fonte: fotografia da autora
29/04/2005

7.6.7.2 Edifícios de governo

Em todos os domínios ultramarinos, as Casas de Câmara e Cadeia e as sedes do Governo representaram a ordem política e o poder central peninsular, configurando-se como edificações individuais. Encomendadas pelo poder público e geralmente projetadas por ou com a participação de profissionais, implementaram, por suas características

⁴⁵ *Espadaña*: palavra em espanhol sem tradução ao português que designa a elevação do pano de fachada com vãos para colocar os sinos, simulando uma torre.

tipológicas e morfológicas, princípios da arquitetura erudita, semelhante ao ocorrido com as residências dos proprietários abastados que, desejosos de expressar seu poder pela arquitetura, construía sobrados espaçosos. As formas de posicionamento - subordinados ou não à malha – a individualidade e a autoria permitem estabelecer tipos assemelhados por regiões. No Rio Grande do Sul, unicamente em Rio Grande e Porto Alegre, foram erguidos edifícios civis. A reforma política de 1808 trouxe autonomia à Capitania e a primeira divisão administrativa, com o estabelecimento das vilas em Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Cachoeira, a conservação de Rio Grande como tal e de Porto Alegre como capital. As sedes da Câmara dessas vilas foram, porém, construídas já durante o período imperial. Os restantes aglomerados, freguesias e capelas curadas subordinadas, na medida em que foram adquirindo o *status* municipal, foram providenciando as sedes do poder civil, em muitos casos adaptando as residências mais abastadas como se verifica em Santo Amaro e Encruzilhada.

7.6.7.4 *Espaços para a saúde*

As irmandades das Santas Casas de Misericórdia atendiam à saúde nas vilas e cidades portuguesas. Eram associações independentes da administração civil que funcionavam por meio de donativos. Na época, ser membro de uma dessas associações era uma honra e as mais importantes figuras da sociedade faziam parte delas. As Santas Casas mais antigas do Brasil foram as de Olinda (1540), Santos (1543), Salvador e Rio de Janeiro (1567). No Rio Grande do Sul, a falta de edifícios especializados para o cuidado da saúde denota a precariedade da vida urbana. Na vila de Rio Grande, houve um hospital associado à função militar, mas não ficaram registros da edificação. As Santas Casas apareceram tardiamente, já no período imperial, à exceção da de Porto Alegre, fundada em 1803, dois anos depois que a de Desterro, mas suas enfermarias foram inauguradas apenas em 1826. (Luz, 2007, p. 40) Durante todo o século XVIII, conforme costume da época, os mortos eram enterrados em terrenos adjacentes às igrejas. A sepultura era também um mecanismo de segregação, uma vez que as situações relevantes, mais perto do templo eram para os defuntos mais abastados, enquanto os pobres ficavam longe ou em fossas comuns. Os ecos das primeiras políticas higienistas na metrópole, entre elas a proibição das sepulturas nas igrejas e seus entornos, chegaram ao Continente de São Pedro, porém demoraram a ser

implementadas. Em 10 de setembro de 1805, o governador comunicava que sua Alteza Real mandava , em todas as paróquias, locais fora da povoação para cemitérios com despesas por conta da Câmara. Em Porto Alegre, esta providência só viria a ser tomada, 50 anos depois, com a criação do cemitério (Macedo, 1993).

7.6.7.4 Edifícios para a educação

A educação era um privilégio da classe hegemônica, dos que tinham possibilidades de pagar professores particulares ou de enviar seus filhos a instruírem-se em vilas brasileiras ou em Portugal. Em 1800, o professor *Amansaburros* abriu a primeira aula em Porto Alegre (Macedo, 1999); em Rio Grande, em 1822, foi criada a primeira escola para o ensino do latim (Queiroz, 1987, p.160). A educação não era uma função urbana, a julgar pela falta de edifícios especializados. A inoperância da Companhia de Jesus nas freguesias sulinas deve ter sido uma das causas. Paradoxalmente, foi a Aldeia dos Anjos de Gravataí o primeiro aglomerado em contar com espaços especializados para a educação das crianças; a escola dos meninos foi inaugurada em 1770 e a das meninas, em 1776. Estes, porém , foram espaços de segregação, no sentido de estarem direcionados para a aculturação dos indígenas e, como tal, não eram instituições de ensino abertas a toda a população. A falta de instrução das meninas, durante o período colonial, foi notada e criticada pelos viajantes. Ao respeito, Saint-Hilaire comentou:

Em todas as partes do Brasil, por mim percorridas até aqui, não existem escolas nem colégios para as meninas, criadas no meio de escravos e tendo sob suas vistas, desde a mais terna idade, o exemplo de todos os vícios deles, adquirindo ao mesmo tempo o hábito do orgulho e da baixeza. Há uma grande quantidade que não aprendem a ler e escrever. Apenas lhes ensinam algumas costuras e recitar coisas que não entendem. Por isso as brasileiras são em geral desconhecedoras dos encantos da sociedade e dos prazeres da boa palestra. (1999, p.57)

7.6.7.5 A particularidade dos ‘impérios’

O culto ao Espírito Santo não foi exclusivo da cultura dos Açores, porém, no Brasil e no Rio Grande do Sul, é um elemento específico da açorianidade. Segundo estudos em andamento de dos Santos (2008), existiram, no Rio Grande do Sul, 14 capelas do Império do Espírito Santo, ou seja, em mais do 50% dos aglomerados em estudo houve essa devoção: Porto Alegre, Viamão, Santo Antonio, Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Triunfo, Taquari, Santo Amaro, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, Santa Maria, Piratini,

Pelotas e São Gabriel. No início, estas capelas foram construções improvisadas ou desmontáveis para os dias de festa. Elas passaram a ser permanentes, a partir do último quartel do século XVIII, tanto nos Açores como no Brasil. No Rio Grande do Sul, os Impérios e suas formas de religiosidade foram importante elemento primário no espaço urbano e na vida social. Em todos os casos estudados, as capelas permanentes foram construídas no século XIX e, no início do século XX, essa tradição foi sendo objeto de discriminação pela igreja, tanto por ser uma organização à margem da ordem paroquial como pelas profundas raízes judaizantes de seus rituais. Em consequência, as capelas foram sendo transformadas para outros usos e terminaram sendo demolidas, à exceção das de Triunfo e Santo Amaro, as únicas que perduram até hoje, porém em estado de ruínas a primeira e totalmente descaracterizada a segunda. Segundo as fotografias disponíveis, os impérios sul-rio-grandenses posicionaram-se sobre as praças principais, ao lado ou próximos das igrejas matrizes, sobre o alinhamento do lote com afastamentos laterais, e tiveram maior área que os dos Açores. Tinham o telhado a duas águas com a cumeeira perpendicular à rua, em contraste com os telhados com cumeeira paralela das edificações privadas, apresentavam fachadas simétricas com elementos neoclássicos, como o oitão e molduras e, em alguns casos, três vãos frontais, como se verifica em Viamão, Santo Antonio, Triunfo, Taquari, Cachoeira e Santa Maria.

7.6.7.6 *O quarteirão e a estrutura predial*

Em função do maior ou menor grau de planejamento na configuração da malha, o quarteirão apresentou diversas formas poligonais que geraram vários tipos de parcelamento. As malhas reticulares e os aglomerados do tipo *aldeia rua*, com quarteirões de várias formas e tamanhos caracterizaram-se pela ocupação gradativa, com casas sobre o alinhamento em lotes adjacentes. Os quarteirões periféricos terminavam por ser apenas delineados, com maior área que os centrais e ocupados unicamente em uma quadra por uma fileira de lotes, estreitos e profundos, em proporção de até 1:10. As malhas ortogonais, com maior grau de regularidade, eram formadas por quarteirões sensivelmente regulares e homogêneos, divididos em duas fileiras de lotes, conforme a tradição de loteamento constante desde a Idade Média e que foi implementada nos traçados eruditos dos engenheiros militares. O projeto de Taquari seguia essa diretriz, provavelmente ela teria

sido estabelecida como modelo para todas as freguesias. As quadrículas, por força da tradição, curiosamente apresentavam, no início, a mesma divisão predial e não a divisão própria, em solares. Devido à densificação, seus quarteirões terminaram sendo ocupados por todos os lados. Outro aspecto pelo qual o projeto de Taquari é de extrema relevância é por que unifica os âmbitos do urbanismo e da arquitetura. Junto com a configuração da malha urbana e do loteamento, detalha as edificações a serem implementadas: casas em fileira, cada uma com a sequência de vãos, *janela-porta-janela*, e um telhado para toda a quadra, com cumeeira paralela à rua. Esta proposta deve ter influenciado a configuração global das quadras, em todos os aglomerados estudados, uma vez que as edificações dos lotes de esquina, via de regra apresentavam tratamento diferenciado com telhados a quatro águas.

Os lotes em todos os casos foram modulados em palmos (1 palmo = 0,22m), unidade de medida oficial de Portugal, que vigorou no Brasil até a implementação do sistema métrico decimal, em 1862. Por força da aplicação sistemática das Ordenações Manuelinas em todos os territórios portugueses - peninsulares e ultramarinos - e da tradição dos mestres pedreiros, houve coerência matemática entre as proporções do lote e os elementos da fachada, tal como o tem demonstrado em seus estudos Rossa (2002). Nem os Açores nem o Rio Grande do Sul foram exceções. Nos aglomerados sul-rio-grandenses, via de regra, a fachada da casa delimita a rua, diferentemente das freguesias açorianas, onde pode estar ou não sobre o alinhamento. A fachada com suas aberturas representa a separação e a articulação entre os âmbitos público e privado. Segundo Weimer (2000, p.58), nas casas sul-rio-grandenses os vãos foram maiores e mais amplos que nas casas das Ilhas e do sul da península, fator que viria a incidir na morfologia do conjunto.

Durante a pesquisa comprovou-se que a casa tradicional dos aglomerados sul-rio-grandenses (térrea ou sobrado), em função do posicionamento no lote, com ou sem recuos laterais, produziu as seguintes variáveis:

- Sem recuo lateral, ocupando toda a frente do lote - em lotes com proporções em torno de 1:4 e dimensionamento padrão igual às vilas açorianas: frente de 30 palmos (6,60m) e fundo de 120 palmos (26,4m). Com a subdivisão, produto de adensamentos, formaram-se lotes de 15 palmos (3,3m) e até 10 palmos (2,2m) de frente, ocupados

pelas denominadas *casas em fita*. Os telhados nestas casas são a duas águas com a cumeeira paralela à rua;

- Com um recuo lateral - geralmente correspondente a casas geminadas, em lotes com as mesmas proporções de 1:4 e as mesmas dimensões; os telhados são indistintamente a duas ou quatro águas;
- Com ambos os recuos laterais em lotes de maiores dimensões - são as casas nobres de programas arquitetônicos mais complexos e vários corpos com telhados a quatro águas.

7.6.8 Arquitetura doméstica

Na descrição dos estudos de caso, constatou-se que, na maioria dos aglomerados, a pretendida *açorianidade* nos traçados urbanos não foi evidente; seja por causa da configuração, a partir de projetos de cunho erudito, seja pela descaracterização das formas iniciais. Observou-se, no entanto, que a permanência dos tipos arquitetônicos dos Açores, porém não exclusivos das ilhas, conferiu ao espaço urbano sul-rio-grandense considerável grau de familiaridade com os aglomerados açorianos, o que levou à necessidade de analisar as constâncias e as variáveis da arquitetura doméstica. Os tipos residências sul-rio-grandenses dos períodos colonial e imperial foram os mesmos que estiveram presentes em todo o território luso-brasileiro e nos arquipélagos, definidos em função do número de pavimentos: a casa térrea e o sobrado. A primeira era o tipo de habitação popular e a segunda, dos mais abastados. Ambos os tipos foram implantados em contextos rurais e urbanos, nesta segunda situação ocupando toda a frente do lote ou com afastamentos laterais.

A caracterização da paisagem cultural – e por extensão do espaço urbano - a partir dos tipos arquitetônicos foi proposta por Freyre (1942: 1946), em estudo do sobrado sul-rio-grandense. Segundo o autor, este é um elemento de identidade lusitana e de diferenciação regional, propriedade que a pesquisadora estende também à casa térrea:

Os sobrados que tive ocasião de ver no Rio Grande do Sul, nas cidades mais antigas e mais cheias de traços de colonização açoriana – Rio Pardo, Viamão, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre – estão entre aqueles elementos da paisagem cultural brasileira que pouco ou nada variam de norte ao sul; e que constituem o unitarismo ou unanimismo da mesma paisagem. Unitarismo ou unanimismo que se impõe ao olhar do observador ao lado do pluralismo; este em consequência já das formas diversas da vida e da cultura por que o elemento português adaptou-se às variadas regiões da América por ele colonizadas (...) (Freyre, 1942, p. 168)

Em estudo sobre a obra de Freyre, Pesavento definiu o tipo arquitetônico que caracteriza um contexto geográfico e um período histórico de *cronotopo*⁴⁶ (2006, p. 233). Nesse sentido, a casa térrea e o sobrado, no Rio Grande do Sul, seriam *cronotopos* associados ao século XVIII, à migração açoriana e à formação dos aglomerados.

A questão da uniformidade da casa luso-brasileira foi colocada pelo engenheiro francês Vauthier (1943). Quando ele esteve no Brasil, entre 1840 e 1846, escreveu quatro cartas dirigidas a um amigo, na quais descreveu o espaço doméstico brasileiro. Embora suas observações centrem-se no Recife, onde as casas ocupavam lotes estreitos e tinham vários pavimentos, ele estabeleceu características comuns a toda a arquitetura urbana residencial, chegando ao extremo de afirmar (...) *quem viu uma casa brasileira, viu quase todas*. (ibid., p. 143) A leitura de Vauthier permite listar as observações que o conduziram a essa afirmação: o reconhecimento da influência direta de Portugal e de costumes herdados da cultura moura; a homogeneidade morfológica; o tipo arquitetônico de casa compacta, determinado pela estrutura fundiária de lotes com larguras em múltiplos de uma braça (2,2m); a distribuição interna – salas para a rua, dormitórios no meio e sem janelas e cozinha para os fundos - constante em todos os níveis sociais, não sendo a riqueza um fator diferenciador nesse aspecto. No parecer da pesquisadora, a homogeneidade do espaço doméstico, constante também nos arquipélagos e em Portugal peninsular, viria da persistência do tipo de casa compacta, a qual, como analisado, provém da casa berbere e da aplicação do mesmo quadro normativo das Ordenações Manuelinas em todos os domínios, sistematizando-se a estrutura predial e o repertório formal e construtivo.

A diferenciação tipológica do espaço doméstico foi elucidada por Corona Martinez (1942) o qual, em seu estudo sobre a gênese da casa sul-rio-grandense, afirmou que a procedência do morador plasma-se no arranjo espacial:

Não é unicamente nas fachadas, nos aspectos exteriores das casas, que fica estigmatizada a origem do povoador. A distribuição interna, ou em linguagem mais técnica, a planta horizontal é a que nos proporciona os detalhes mais íntimos (...) (Corona Martinez, 1942, p. 174)

⁴⁶ *Cronopoto*, conceito utilizado por Paul Ricoeur (1998) para estabelecer as relações entre narrativa e arquitetura e acunhado por Mikhail Bakhtin para referir-se ao espaço verbal. (Pesavento, 2006, p.232)

Com base na observação de plantas baixas de três tipos de casas urbanas com alinhamento junto à rua, o autor atribuiu à origem açoriana, a suposta diferenciação dos tipos domésticos. As plantas apresentadas na figura XX, comumente chamadas de *casas de porta e janela*, correspondem, segundo o autor às casas de origem açoriana: (...) são *muito comuns nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e outras de origem açoriana* (ibid., p. 175). Segundo o autor, os lotes obedecem à largura do lote clássico dos Açores com frente de 30 palmos (6,60m). Como foi analisado, essa modulação predial não é exclusiva da cidade de Angra; é uma invariante do urbanismo peninsular. O autor explica que estes lotes se subdividiam, chegando a ter largura mínima de até 10 palmos (2,2m). No tipo de casa do lote de 30 palmos, apresenta-se o corredor como uma possibilidade de maior privacidade dos compartimentos; no tipo de casa do lote de 15 palmos, os compartimentos formam uma sequência, sendo necessário passar por todos os espaços para chegar até o fundo. Em ambos os casos, o espaço da frente destina-se à sala ou ao dormitório principal e o dos fundos, à cozinha e à sala de jantar; os compartimentos do meio ficam sem possibilidade de iluminação e ventilação direta.

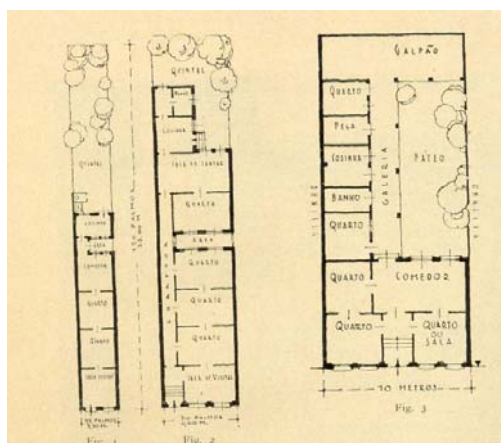


Figura 732: Plantas de casas urbanas tradicionais de Rio Grande do Sul conforme Corona Martínez.

Fonte: Corona Martinez, 1942. p.175

Quanto ao arranjo da fachada, ambos os casos correspondem à configuração da típica casa de *porta e janela*, (...) *tal qual na ilha da Madeira* (ibid., p.176). A casa de lote com maior largura, segundo o autor, corresponde à casa típica das cidades de fronteira. No parecer da pesquisadora, a explicação do autor não é satisfatória: as plantas apresentadas como de origem açoriana constam também na Península e as casas de *porta e janela* são

idênticas às casas de pescadores do Algarve, portanto não exclusivas dos Açores. Corona Martinez não analisa as casas retangulares com lado maior paralelo à rua, meia água e recuos laterais implantadas em lotes de largura maior a 30 palmos, constantes nas freguesias açorianas e que, como se mostrou neste estudo, foram o tipo de casa inicialmente implantado nos aglomerados associados à presença açoriana no Rio Grande do Sul. A modulação em palmos do tipo inicial, casa conhecida como *morada inteira* ou de cinco vãos, facilitou a subdivisão em *meia morada* (frente de 15 palmos) ou de *porta e janela* (10 palmos).

No território sul-rio-grandense, as casas de moradia eram construídas de acordo com os materiais disponíveis. Inicialmente, foi comum o uso de barro e capim. Quando o aglomerado atingia certo grau de desenvolvimento, as construções iam sendo substituídas por materiais mais duradouros. Ainda nas primeiras décadas do século XIX, predominavam, nos aglomerados menores, as edificações de barro e palha, conforme a descrição de Santo Amaro apresentada por Dreys :

(...) a povoação de Santo Amaro, pequena e extraída do barranco argiloso sobre o qual repousa, isto é, tendo a maior parte de suas casas edificadas com paredes de barro e em grande parte cobertas de palha. (1963, p.124)

No Rio Grande do Sul, predominaram as mesmas técnicas construtivas que nos Açores: paredes externas de alvenaria de pedra ou tijolo (ainda que a pedra não era obscura e de origem vulcânica como nas ilhas); divisórias internas em estuque ou pau a pique, ambas rebocadas e caiadas; coberturas em telha sobre estruturas de madeira; fachadas com beirados e vãos com esquadrias de madeira. Nos Açores, porém, o uso de pedra vulcânica, em alguns casos aparente, determinou características particulares na morfologia dos aglomerados. No Rio Grande do Sul, nas vilas com maior importância, como Rio Grande e Porto Alegre, foram comuns as sacadas de ferro já durante o período Imperial. Talvez a única exceção tenha sido Vacaria, onde a inexistência de argila e a abundância de madeiras de excelente qualidade produziram uma arquitetura de madeira, lamentavelmente desaparecida e que não foi documentada. De maneira semelhante às casas das freguesias açorianas, onde os lotes eram cercados com pedra vulcânica ou *biscoitos*, como um meio de proteção contra os ventos, nas casas sulinas, os fundos também eram cercados, porém com taipas ou delimitados com cercas de vegetação.

A casa térrea sul-rio-grandense derivou da casa térrea açoriana. Ambas formavam-se por um corpo principal retangular, com lado maior paralelo ao alinhamento; telhado a duas ou quatro águas, em função da presença ou não de recuos; pelo lado interno, adicionava-se a meia água da cozinha e sala de jantar, ocupando toda a largura da casa ou parte dela. Em decorrência, a distribuição era a seguinte: a primeira meia água para o âmbito social, em relação à rua, às vezes com mais de uma porta de acesso para separar o espaço de trabalho ou comercial da moradia; a área intermediária, geralmente sem ventilação direta e preservada do contato com a rua, destinava-se aos dormitórios; a meia água posterior, era reservada ao âmbito familiar, ou seja, à cozinha e sala de jantar, em relação com o exterior privado ocupado por quintal, horta e os equipamentos de asseio pessoal.

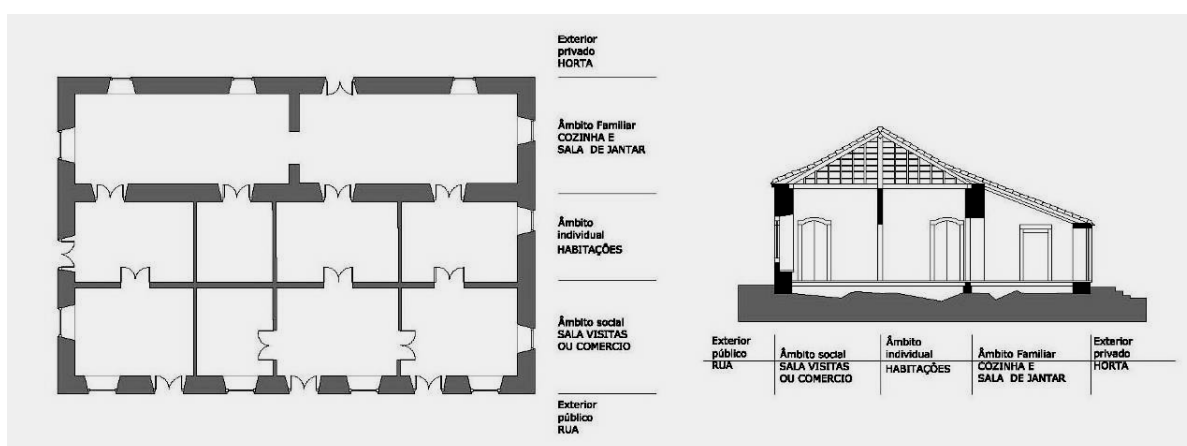


Figura 733: Análise da distribuição do programa em casa térrea
Fonte: desenho da autora sobre levantamento da *Casa das Pestanas* em Santo Amaro.

Essa distribuição, como foi visto, predominou em todo o espaço doméstico brasileiro e também aparece nos sobrados: os espaços de frente para a rua destinados a salões; os do meio, para habitações; os dos fundos, para cozinha e serviços; porém com os compartimentos mais especializados e segregados, sendo o pavimento térreo para pessoal de serviço, depósitos, locais comerciais, etc., e a primeira planta, para moradia da família. Na medida em que aumentava a hierarquia social, era maior a segregação e a especialização do espaço privado. A descrição de Saint Hilaire (1999,p.52) de uma casa abastada em Rio Grande confirma essa especialização:

Fomos recebidos em um belo salão, em seguida levados para uma sala de refeições onde nos foi servido um ótimo jantar. (...) Em seguida fizeram-nos levantar da mesa e passaram-nos a um outro compartimento onde encontramos uma magnífica sobremesa composta de toda sorte de doces e confeitos.

Segundo a Provisão de 1747, que dava as diretrizes para o assentamento dos açorianos, devia existir acesso independente para os quintais, permitindo a criação de animais e o desenvolvimento de pomares e pequenos cultivos de subsistência familiar. Esta característica deve ter estado presente no estágio inicial, perdendo-se com o desenvolvimento. Ela ainda é perceptível, nos aglomerados menores como Santo Amaro, onde prevalece a ambiguidade entre os âmbitos rural e o urbano, característica presente nas freguesias açorianas, porém por outras causas. A presença em algumas fachadas de arcos rebaixados evidencia a influência erudita e/ou a participação de técnicos qualificados na construção.

Ao comparar os sobrados sul-rio-grandenses com os do restante do Brasil, Freyre (1942) não detectou diferenças significativas na tipologia, porém as encontrou na forma dos vãos. A presença do sobrado prestigia a rua e os elementos de articulação espacial entre o público e o privado - portas, janelas, varandas e rótulas-, configuram-se em símbolos dessa relação e em possíveis elementos de diferenciação e adaptação regional. Freyre observou que, nos sobrados do sul, predominava a utilização de vidraçarias, enquanto, nas regiões açucareiras do norte, por conta da maior luminosidade e do clima quente, as rótulas (muxarabis), *de origem mourisca*, tiveram maior utilização (1942, p.10).

Como nos Açores, foi frequente, no Rio Grande do Sul, um tipo derivado do sobrado que é a *casa assobradada*. Em aproveitamento à declividade do terreno, forma-se um porão alto, geralmente destinado à senzala e a depósitos ou oficinas. Em Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro, Taquari, Encruzilhada, Piratini apresentou-se esta variável.

As casas com *falsa*, ou seja, com telhado a duas águas e um segundo pavimento de madeira para dormitório, ventilado pelos oitões laterais, constantes nas Ilhas e em Santa Catarina, devem ter sido recorrentes no Rio Grande do Sul, tal como o exemplar identificado na cidade baixa de Taquari. Em alguns casos, a cozinha localizou-se em uma construção à parte, provavelmente pelo perigo de incêndio ou como mecanismo de

segregação. Em Triunfo, a casa assobradada, na Rua João Pessoa, nº 52 apresenta porão para senzala e pavimento térreo para os moradores e, em outro corpo, a cozinha.

A maior diferença entre a casa açoriana e a sul-rio-grandense deriva da ausência do sistema forno-chaminé, que teve representatividade formal e funcional no arquipélago e não foi transferido para o sul. Não há explicação satisfatória para isto, pois devido às baixas temperaturas durante o inverno, embora menores que nos Açores, este sistema poderia proporcionar conforto térmico. Nos Açores, como foi visto, o sistema forno-chaminé, adjacente à casa, principal elemento de identidade insular, foi transferido do sul peninsular -do Alentejo e do Algarve - e por sua vez era oriundo do Magreb. Como explicado anteriormente, sua importância funcional e simbólica derivou da ocupação dispersa, da autonomia familiar e foi uma reação ao monopólio dos fornos coletivos inicialmente imposto pelos capitães donatários. É bem provável que, como no século XVIII, na Península e nas ilhas já se estava eliminando a chaminé das casas, este elemento não tenha chegado ao sul:

Aqui entra o elemento psicológico para nos sugerir que já se ia fazendo sentir no próprio Portugal aquela tendência simplificadora da casa, no sentido de eliminação da chaminé. Não era de esperar seu aparecimento entre os casais de povoadores do Rio Grande do Sul, nem entre seus descendentes imediatos que primeiro puderam dar-se ao luxo de levantar casas assobradadas como expressão de sedentariedade urbana, de proliferação patriarcal e de prosperidade. (Freyre, 1946, p. 12)

Após estas análises conclui-se que, com a eliminação, na casa sul-rio-grandense, do sistema forno-chaminé, principal elemento de identidade da casa açoriana, terminaram por prevalecer os elementos comuns na arquitetura doméstica luso-brasileira, não se podendo afirmar a existência de um tipo arquitetônico específico de casa sul-rio-grandense e ainda menos, de origem açoriana. Os açorianos, na Capitania de Rio Grande de São Pedro, contribuíram, fixando o tipo de casa urbana predominante nas ilhas, mas não exclusivo delas. Como explicado em capítulos anteriores, este tipo tem sua origem na tradição da casa berbere, adaptada à península e às ilhas e padronizada pelas normas urbanísticas que vigoravam em todos os domínios portugueses. Os engenheiros militares legitimaram esse tipo vindo da tradição popular, ao incorporá-lo como arquitetura padronizada para preencher as malhas urbanas projetadas com base nos princípios do urbanismo iluminista.

7.7 Verificação da açorianidade no urbanismo colonial sul-rio-grandense

Após analisar os 25 estudos de caso, constatou-se que os três parâmetros definidos como indicadores da *açorianidade* das formas urbanas foram parcialmente encontrados, não havendo nenhum assentamento que reúna satisfatoriamente os três. Assim, a pesquisadora chegou às conclusões, a seguir, delineadas.

Desde o parâmetro sociodemográfico, a contribuição dos açorianos no estágio inicial da formação dos aglomerados foi evidente. Como grupo diferenciado, eles chegaram a ser mais de 50 % da população branca em Rio Grande e nas freguesias que formavam parte desta vila e Porto Alegre, perfazendo o total de 11 casos (44%). Em cinco aglomerados, tradicionalmente considerados de influencia açoriana – Osório, Viamão, Rio Pardo, Triunfo e Pelotas -, não foi encontrada documentação comprobatória. Desde o parâmetro sociocultural, definiu-se a Capela do Império como indicador da presença de uma comunidade coesa e de origem açoriana. Sua existência foi comprovada em 13 (52%) dos aglomerados. À exceção de Triunfo, Santo Amaro e Santo Antônio da Patrulha – estas duas últimas descaracterizadas-, todas desapareceram durante o século XX. Em Osório desapareceu a capela original e em 2004 foi construída uma nova, sem maiores qualidades.

Urbanisticamente, as características da organização do território e das formas urbanas, definidas como *invariantes* da identidade espacial dos Açores, não foram plena e totalmente encontradas no espaço urbano colonial sul-rio-grandense. A organização do território em faixas concêntricas, determinadas pela insularidade e pelo solo vulcânico; a ocupação regional, ao longo do *cordão linear de povoamento*; a decorrente conurbação, com a sutil diferenciação entre o meio rural e urbano tiveram impossibilidade de se manifestarem no Rio Grande do Sul, devido às características diametralmente opostas da paisagem. Alguns elementos da organização do espaço intra-urbano como a ausência de um plano prévio; a formação espontânea e gradual; a subordinação do traçado às condicionantes do sítio e da malha agrícola; a ausência de praças regulares e sua formação no cruzamento e alargamento das estradas; a ocupação relativamente dispersa foram encontradas, parcialmente, em alguns aglomerados sulinos. Embora tenha sido constatada, em todos os estudos de caso, a ocupação inicial espontânea, foi a implantação de planos de ordenamento de cunho erudito, pelo exercício dos engenheiros militares e técnicos

agrimensores, que determinou a estruturação em malhas de padrão geométrico em 17 (68%) casos. Portanto, prevaleceu a espacialidade do urbanismo iluminista comum nos aglomerados do século XVIII formados na Península, na Hispano-américa e no restante do Brasil. Os estudos de caso que reuniram a maioria dos requisitos da pretendida açorianidade na forma urbana foram Rio Pardo, Triunfo, Taquari e Piratini. Em Rio Pardo, porém, a origem militar não está relacionada aos casais de número nem está comprovada sua participação majoritária. Em Triunfo, seria necessário comprovar a maioria açoriana dos primeiros povoadores, pois, no parecer da pesquisadora, este é o aglomerado mais semelhante às freguesias açorianas e o único que ainda preserva a capela do Império, embora em estado de ruína. Em Taquari, a espacialidade das ilhas encontra-se, parcialmente, na cidade baixa, já que o plano da cidade alta é o exemplo mais representativo do urbanismo erudito do XVIII. Em Piratini, encontram-se elementos da espacialidade das ilhas, mas sua formação, no final da década de 1780, não contou com os casais de número, seus primeiros povoadores teriam sido segundas e terceiras gerações de açorianos. Alguns aglomerados apresentam influência, porém não podem ser considerados representativos da açorianidade. Santo Antônio da Patrulha tem sua origem no tropeirismo pelo que se filia mais com assentamentos como Lapa e Lages, na rota até Sorocaba. Santo Amaro e Taquari são representativos do modelo idealizado pela Coroa para assentar os casais de número, sua população inicial esteve formada majoritariamente por açorianos, mas este modelo corresponde ao urbanismo ilustrado e nada tem a ver com as formas tradicionais do arquipélago. À exceção de Vacaria, ligada ao tropeirismo e o desenvolvimento de arquitetura de madeira, constatou-, em todos os aglomerados, a permanência do tipo residencial e das técnicas construtivas derivadas da casa tradicional dos Açores, embora sem o sistema forno-chaminé. Esse tipo de casa térrea e compacta, de planta retangular e com cumeeira paralela à rua, é característico dos aglomerados açorianos, mas não é exclusivo das ilhas; foi levado pelos primeiros povoadores provenientes do Algarve e Alentejo, tem sua origem na presença berbere, no sul da península ibérica. O que torna-se relevante é como um dos saberes da tradição açoriana foi retomado e sistematizado, integrando a arquitetura como elemento modélico, dentro do urbanismo erudito.

TABELA 20
Verificação da açorianidade nos estudos de caso

	Agglomerado	População açoriana > 50% dos brancos	Existência de capela do Império	Forma urbana espontânea	Tipos de arquitetura doméstica açoriana
1725-1749	1. Santo Antônio da Patrulha	-	+	+	+
	2. Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)	?	+	-	+
	3. Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	-	-	-	-
	4. São Pedro de Rio Grande	+	-	+/-	+
	5. São Luiz das Mostardas	+	-	-	+
	6. Nossa Senhora da Conceição de Viamão	?	+	+	+
1750-1777	7. Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	?	+	+	+
	8. Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre	+	+	-	+
	9. Santo Amaro	+	+	-	+
	10. Bom Jesus do Triunfo	+	+	+	+
	11. Nossa Senhora da Conceição do Estreito	+	?	-	?
	12. Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	-	+	-	+
	13. Aldeia dos Anjos de Gravataí	-	+	-	+
	14. São José do Norte	+	-	+	+
15. São José de Taquari	+	+	+/-	+	
1778-1822	16. Povo Novo	+	-	+	+
	17. São Francisco das Pelotas	?	+	-	-
	19. Santa Bárbara de Encruzilhada	-	-	-	+
	20. Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul	-	+	-	+
	18. Piratini	+	+	+	+
	21. São João Batista do Herval	+	-	-	+
	22. Nossa Senhora do Serrito de Canguçu	+	-	-	+
	23. Guaíba	-	-	+	+
	24. Santa Maria da Boca do Monte	-	+	-	+
25. Divino Espírito Santo do Serrito de Jaguarão	+	-	-	+	

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a pesquisa e concluídas as análises pode-se afirmar que a *emotividade* em torno da participação dos açorianos no sul do Brasil, presente nos estudos iniciados na década de 1930, permeou até hoje e terminou por idealizar o fenômeno. Sem dúvida a contribuição demográfica e sociocultural dos ilhéus foi fundamental para estruturar a rede urbana sul-rio-grandense, garantir o povoamento dos territórios incorporados e fixar a identidade cultural lusitana.

Porém desde o ponto de vista urbanístico as formas de ocupação e aglomeração características do arquipélago, derivadas da tradição popular, se apresentam unicamente em quatro (16%) dos 25 aglomerados urbanos estudados: Rio Pardo, Triunfo, Piratini e parcialmente em Taquari. Por tanto, a resposta à pergunta central da hipótese que motivou o desenvolvimento da pesquisa é que não há um tipo urbano sul-rio-grandense diferenciado dentro do urbanismo luso-brasileiro, decorrente da contribuição açoriana.

Ao contrário, se verificou que pela situação de fronteira do território, a intervenção oficial foi maior que em outras regiões e se manifestou no maior grau de participação dos engenheiros militares, pilotos e agrimensores na configuração do espaço urbano. Por conseguinte os aglomerados sul-rio-grandenses apresentam as mesmas invariantes do urbanismo luso-brasileiro; a aplicação das diretrizes do urbanismo erudito, como o planejamento global e o traçado de uma malha urbana regular, terminam por relacionar 21 dos estudos de caso com o urbanismo ilustrado.

O reconhecimento da dimensão histórico-artística da arquitetura e dos fatos urbanos (Argan, 1993) permite estabelecer a indissolubilidade entre a sociedade e o espaço que ela produz (de Holanda, 1985) e a conceituação da urbanização como um *processo social* (Reis, 1968). A maioria dos estudos de caso (57%) são aglomerados menores, que hoje tem até 50.000 habitantes, além dos distritos e as formas proto-urbanas que se tornaram relevantes no decorrer da pesquisa. Isto evidencia a necessidade de propor estratégias de análise e de intervenção diferenciada para *pequenas cidades*, cujos núcleos iniciais ainda constituem a maior parte ou toda a área urbana ocupada.

A extensão continental do Brasil e a incorporação do território sul-rio-grandense demonstram que a estratégia e o *modus operandi* dos portugueses deram melhores frutos que as dos espanhóis. No final do século XVIII a estruturação da rede urbana em nível geral tinha delineado um país e particularmente, uma unidade regional que viria a ser o Estado do Rio Grande do Sul. Os fatores para esse sucesso foram:

- O conhecimento dos territórios a serem anexados a partir da elaboração de uma cartografia rigorosa que permitia ter bases sólidas e vantagens na negociação dos Tratados de Demarcação de Limites, bem como definir a melhor situação possível em termos estratégicos dos aglomerados a fundar-se.
- A colaboração e a capacidade de adaptação dos atores envolvidos; por uma parte, os oficiais e técnicos da administração e por outra, a população civil representada pelos estancieiros, pelos tropeiros e pelos imigrantes açorianos.

A formação do espaço urbano luso-brasileiro é produto da tradição urbana milenar de Portugal e de um processo de transferência de conhecimentos e inter-relação entre o saber erudito e popular que se manifesta nas seguintes características:

- Dos iberos, celtas e fenícios ficou a implantação em locais elevados com facilidades defensivas.
- Da civilização grega veio a estruturação urbana em dois setores funcional e formalmente diferenciados: a cidade alta e a cidade baixa; porém até agora não há evidência alguma na península ibérica dos traçados hipodâmicos que os gregos aplicaram a suas colônias a partir do século VII a.C.

- O principal legado do império romano foi à estruturação da rede urbana hierarquizada a partir da rede de estradas, da formação das províncias unificando os antigos reinos ibéricos e da instalação do regime municipal. Os aglomerados de nova planta ou fundados sobre preexistências se caracterizaram pela implantação de malhas ortogonais, bem como pelos novos programas, técnicas construtivas e formas arquitetônicas.
- Os povos germânicos deixaram plasmada uma organização territorial diferenciada: norte suevo, caracterizado pela alta fragmentação do solo rural e a formação de pequenos aglomerados a maneira de aldeia-monte, retomando a tradição pré-romana e o sul visigodo, de grandes extensões de terra e aglomerados do tipo aldeia-rua; diferenciação que viria a acentuar-se posteriormente com o norte-cristão e o sul-islâmico.
- A presença islâmica na península ibérica preservou e fortaleceu a rede urbana romana e o regime municipal e desenvolveu uma economia de base agrícola. Em quanto à configuração do espaço intra-urbano e dos tipos arquitetônicos se manifestaram duas variantes decorrentes das diferentes origens étnicas dos muçulmanos. A presença árabe no Al-Garb, a antiga Lusitânia, pela sua situação secundária dentro do Al-Andaluz, foi mínima. As características da espacialidade árabe estiveram restritas a setores das cidades principais; entre elas a formação de aglomerados compactos e fortificados como centros urbanos, sob a base das preexistências romanas, a estruturação de setores autônomos como bairros para os diferentes grupos étnicos e a organização administrativa sob a base da religiosa, que viria a adaptar-se a partir da cristianização sob a forma de freguesias. A população berbere era a imensa maioria que deixou um padrão de aglomeração associado à cultura popular, derivado das formas tradicionais do Magreb, nas áreas suburbanas, nas pequenas cidades e nos aglomerados rurais. As características foram o traçado gradual a partir de um percurso principal e de ruas adaptadas ao sitio que se espalham no território; a ocupação relativamente dispersa, as parcelas delimitadas com cercas bem como o tipo básico da casa de habitação popular, térrea e compacta derivada do bit. Esta espacialidade foi relegada a um segundo plano pela historiografia tradicional que associou a hegemonia islâmica de mais de sete séculos na Espanha e de cinco em Portugal aos casos excepcionais da presença árabe nas grandes capitais como Córdoba, Sevilha, Granada e parcialmente Lisboa. A forma

de aglomeração e o tipo de habitação legados dos mouros tiveram a maior incidência no Al-Garb e daí passaram aos arquipélagos e aos territórios luso-americanos. Por tanto, a evolução e adaptação dos tipos urbano e arquitetônico foram a garantia de sua conservação e bom desempenho.

- A intervenção direta dos monarcas no processo de re-conquista e re-urbanização trouxe a retomada do urbanismo erudito, representado no planejamento global de vilas novas formadas para instalar uma crescente camada urbana. Processos semelhantes se verificam em toda a Europa, especialmente na península ibérica, na França e Inglaterra e as influências mútuas foram evidentes; porém no território português houve um maior comprometimento com preexistências na formação dessas novas aglomerações. Interessante destacar que os mecanismos desse processo de conquista e urbanização medieval, tais como o projeto prévio executado por um técnico, a concessão de subsídios e privilégios, o fomento da migração, a distribuição de terras rurais e lotes urbanos e a construção cooperativista foram os mesmos que se aplicaram no século XVIII na urbanização do Rio Grande do Sul, confirmando-se a tese de Holanda (1985) sobre a coincidência de mecanismos e arranjos similares em locais e tempos distantes.
- Até o início da expansão ultramarina, a prática urbanística caracterizava-se pela continuidade e acomodação às preexistências. Com o Renascimento e em função dos novos ideais e da revolução nas técnicas de fortificação houve uma ruptura. Desenvolveu-se em Portugal uma nova forma de atuar no espaço urbano, denominada por Rossa (2002) de urbanismo regulado, sustentada na normativa, na sistematização e na reprodução de modelos vindos da tradição popular e legitimados pela prática. Embora já estivesse consolidada uma cultura urbanística sintonizada com os princípios renascentistas tais como a implementação da rua reta, a praça e a malha ortogonal e da aplicação de princípios compositivos como a centralidade, a hierarquização e a simetria, não houve um corpo teórico específico. Esta forma de atuar se transferiu diretamente para os territórios de ultramar. A diferença da Espanha que teve normas diferenciadas para a península e suas colônias, em Portugal peninsular e ultramarino vigorou a mesma normativa, produto da tradição e do senso comum e não de um plano abrangente, que no parecer de Rossa (2002, p.256) persegue um ideal de cidade mais nunca uma cidade ideal. O resultado foi a semelhança morfológica e a familiaridade na ambiência das

idades de origem portuguesa espalhadas pelo mundo e a sedimentação das invariantes que viriam a caracterizar daí em diante o urbanismo português: a origem do traçado no espaço público, a regularização cadastral e morfológica, o direcionamento da malha pela hierarquização do sistema rua-travessa, a unificação de unidades de medida, e o emprego de sistemas de proporções algébricas na configuração do espaço construído.

A conquista da Madeira e dos Açores foi paralela as tentativas de controle do Magreb e relativamente fácil na medida em que eram espaços desabitados. Sua incorporação ao sistema colonial foi a ante-sala da extraordinária extensão do império português, diferente e semelhante à conquista dos outros territórios ultramarinos. Diferente porque não houve confronto com grupos nativos ou sociedades, pelo qual a população e a cultura das ilhas são o prolongamento da cultura e sociedade peninsular. Similar porque regiram as mesmas instituições político-administrativas que em todo o reino. Um elemento de identidade é a diferenciação entre a tradição urbana erudita e popular. As cidades – Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta- como espaços definidos pela aplicação de uma política oficial, durante o século XVI foram objeto de planejamento global e se estruturaram conforme as diretrizes do Renascimento iguais a suas contemporâneas. Enquanto o espaço rural e suburbano, as vilas (16 açorianas e 10 madeirenses) e as pequenas freguesias se formaram espontaneamente pela transferência e adaptação ao contexto insular das invariantes da cultura popular do sul peninsular, por sua vez marcadas pela presença berbere. Entre as particularidades da espacialidade das ilhas destacam-se:

- A estruturação do *cordão linear de povoamento* paralelo à orla;
- A sutil diferenciação do espaço rural e urbano pela conurbação e a ocupação relativamente dispersa;
- A ausência de um plano prévio e a formação gradual das ruas adaptadas às características topográficas e ao parcelamento rural;
- A transferência do tipo de habitação popular, térrea e compacta derivado do *bit* porem com o sistema de forno-chaminé com grande expressividade plástica e os cercamentos das parcelas com pedra ou *biscoitos*.

A presença de cristãos novos das redondezas de Tomar dentro dos primeiros povoadores deixou marcas culturais e antropológicas singulares como o sincretismo judaico expressado na devoção ao Espírito Santo e nas capelas dos Impérios, importante elemento de coesão social e estruturante do espaço urbano.

A originalidade da cultura açoriana é muito discutível. Por uma parte, a presença dos mesmos elementos da nacionalidade - língua, religião e base étnica - a colocam como portuguesa. Por outra, o contexto insular, a distancia e o brutal isolamento, teriam produzido formas espaciais e culturais específicas. Com tudo, até o momento do início da migração subsidiada, metade do século XVIII, tinham transcorrido 300 anos de presença portuguesa nos arquipélagos, um tempo relativamente curto para produzir uma prática espacial diferenciada da matriz de origem, mais o suficientemente longo para sedimentar variações de uma identidade regional.

Nos três séculos e duas décadas de domínio lusitano, o urbanismo no Brasil evoluiu de uma política de privatização a uma maior intervenção do Estado; de uma série de enclaves desconexos em um mundo rural e extrativista do século XVI à formação de uma rede de aglomerados como espaços de articulação com a metrópole.

O espaço urbano representou na sua segregação e estratificação as contradições da sociedade que o produziu. As capitânicas já testadas nos territórios insulares bem como a estreita relação Igreja-Estado viriam a passar ao Brasil influenciando notoriamente na configuração do espaço urbano e na vida cotidiana dos nascentes assentamentos. A já referida implantação do mesmo sistema jurídico em todo o reino produziu um urbanismo regulado que definiu uma morfologia semelhante em todas as cidades de origem portuguesa da qual o Rio Grande do Sul não foi a exceção.

O urbanismo luso-brasileiro se caracterizou pelo exercício de um princípio de planejamento subordinado às determinantes do sítio, seja em cidades desenvolvidas gradualmente, seja a partir de um projeto predefinido, bem como pela presença simultânea

e integrada de elementos da tradição erudita - provenientes da cultura clássica -, como da tradição popular, incluídas as contribuições indígenas e africanas, tão pouco estudadas.

A presença açoriana e madeirense não foi exclusiva do sul do Brasil. Os ilhéus participaram na formação do espaço urbano luso-americano desde o início da colonização. No norte – Maranhão e Amazonas – é indiscutível a contribuição demográfica, porém em termos urbanísticos o exercício dos engenheiros militares na formação de São Luiz e Macapá e a persistência do padrão das antigas aldeias indígenas que receberam os imigrantes, interferiram na manifestação dos elementos da identidade espacial açoriana e só nos povoados do interior do Maranhão se conservaram algumas características. Diferentemente, na área extra-muros da Colônia do Sacramento e nas freguesias da ilha de Santa Catarina, o desenvolvimento espontâneo e gradual sem maior interferência do exercício profissional possibilitaram o aparecimento de alguns elementos da espacialidade das ilhas. Em Colônia, a extensão gradual das ruas e a ocupação dispersa das chácaras produziram uma sutil diferenciação entre o médio rural e urbano. Em Santa Catarina, o estágio inicial linear paralelo à orla, a formação gradual da malha reticular, a destacada presença das capelas dos Impérios e o próprio contexto insular viriam a ser semelhantes aos aglomerados dos arquipélagos.

A partir do século XIII – com a consolidação de Portugal como Nação e até o iluminismo da 2ª metade do século XVIII, o planejamento foi tornando-se gradativamente no instrumento essencial do poder político. O urbanismo dito *pombalino* foi a representação da fusão entre projeto político e forma urbana. O Plano da Baixa de Lisboa constitui um dos momentos de síntese mais relevantes do urbanismo português pois foi resultado da continuidade e amadurecimento de uma prática como da convergência de experiências internacionais recentes e do retorno da prática urbana ultramarina. A crescente erudição no planejamento foi se expressando num maior grau de abstração e na concepção global da cidade, na regularidade geométrica das malhas, na homogeneidade de ruas e quarteirões, na singularidade dos edifícios públicos e principalmente no papel estruturante das praças, em nível físico como origem da malha e em nível social pelos usos coletivos que albergam. A

preferência pelas malhas ortogonais dada a racionalidade implícita revela também o interesse pela antiguidade greco-romana que marcou a época.

A diferença das novas povoações da ilustração com relação às das etapas anteriores é que a colonização tomou um sentido moderno: da conquista e ocupação do território para implantar uma soberania, passou-se para uma política econômica aplicada no território. Embora a originalidade, o plano de *novas vilas*, incluída a colonização sul-rio-grandense, não foi exclusivo do Brasil Colonial. Projetos similares, também fruto do pensamento iluminado, subsidiados pelo Estado e promovidos por lideranças se implantaram nessa mesma época em toda Europa, incluída a Península Ibérica e nas colônias hispano-americanas como mecanismos de colonização interior e de definição de fronteiras. Em todos havia as seguintes ideias-chaves: a primeira era o *transplante* de famílias de trabalhadores (agricultores e artesãos) por meio da migração subsidiada, consideradas *moralmente* superiores, para promover o desenvolvimento econômico e estabilizar a sociedade civil; a segunda era a correlação entre ordem social e ordem espacial – associada à regularidade geométrica da malha urbana e a homogeneidade da estrutura predial. Acreditava-se no papel do urbanismo como meio para atingir o bem comum.

A urbanização do território que conforma o atual Estado do Rio Grande do Sul apresenta as seguintes características:

Em nível do planejamento regional houve uma contradição nas formas de distribuição da terra - sesmarias e datas – entendível na medida em que os estancieiros realizavam a defesa do território sem ônus a coroa; depois viria-se tornar contraditória com a colonização subsidiada dos açorianos e a entrega de datas para o fomento da agricultura.

A formação da rede urbana esteve condicionada pelas decisões dos tratados de demarcação de limites; de uma ocupação inicial paralela à Lagoa dos Patos, após o Tratado de Madri passou-se para uma expansão ao oeste ao longo do Jacuí; finalmente após o Tratado de Santo Idelfonso, adotou-se uma expansão mais agressiva ao sul e ao ocidente.

A formação do espaço intra-urbano desenvolveu um mesmo processo, porém com diferentes resultados formais. Embora a existência de um plano – as diretrizes urbanísticas contidas na Provisão de 1747 - em nenhum dos aglomerados sul-rio-grandenses estudados foi plenamente implementado; situação semelhante se verifica também nos planos espanhóis para a Província de Cartagena e para a Banda Oriental do Uruguai, onde foram propostos modelos que na prática foram livremente interpretados.

Em todos os aglomerados estudados houve uma prática espontânea que antecedeu a intervenção erudita; ou seja que de uma ocupação inicial em torno de um local relevante (um entreposto comercial, uma capela, um acampamento, ou um porto) por conta da participação da população civil e concretamente dos imigrantes açorianos na maioria dos casos, passou-se a estruturação do aglomerado definitivo a partir da intervenção oficial de um profissional que projetou uma malha urbana. O maior ou menor grau de planejamento, expressado na regularidade geométrica da malha, ficou determinado pelo grau de permanência das preexistências. Da mesma forma que nos projetos contemporâneos, houve uma fusão de arquitetura e urbanismo, ou seja o plano do aglomerado com um programa que integra a arquitetura como um modelo, com casas tipos e padronização do dimensionamento e dos processos construtivos.

E bem provável que para todos os aglomerados destinados a receber açorianos tenha sido elaborado um projeto específico. A semelhança da malha ortogonal e na configuração da praça retangular e o posicionamento da igreja em Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Mostardas, Santo Amaro, Gravataí, Taquari e Encruzilhada pode ser interpretada como a fixação de um tipo urbano delineado pela administração, porém que não tem nada a ver com as formas tradicionais dos Açores. A planta do projeto de Taquari evidencia que poderiam ter existido documentos referentes aos demais aglomerados.

A casa térrea e o sobrado foram os tipos domésticos que se legitimaram pela tradição e pelo exercício erudito; em termos configuracionais e até construtivos não houve maiores diferenças com relação ao restante do Brasil. A eliminação do sistema forno-chaminé distancia a casa sul-rio-grandense da casa açoriana. Como tipos domésticos se constituem nos comuns denominadores da paisagem urbana colonial luso-brasileira;

cronotopos no parecer de Pesavento (2006) e unidades que identificam um espaço e um tempo determinados. No Rio Grande do Sul ficam associados à presença açoriana.

O desenvolvimento da pesquisa comprovou que o traçado urbano de influência açoriana, frágil e incipiente foi facilmente descaracterizado pelas sucessivas intervenções do urbanismo oficial, contrariando-se a teoria da persistência do plano de Lavedan. Entretanto, a evolução do tipo arquitetônico foi a garantia de sua conservação e bom desempenho.

Os aglomerados rurais de formação espontânea, que se tornaram relevantes no decorrer do trabalho, relativamente distantes das vilas e freguesias, não foram atingidos pela intervenção oficial fazendo que o urbanismo e a arquitetura preservem elementos da identidade espacial das ilhas, aspecto este que merece um maior aprofundamento em pesquisas futuras.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. Santa Maria RS: Pallotti, 1988. 100p.

ABREU, Mauricio. **Açores**. Setúbal: Abreu e Figueiredo, 1990. 80 p. 1. ed. de 1987.

Açores. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_dos_açores>. Acesso em: 12 ago. 2008.

AGUIAR, Douglas Vieira de. Alma espacial. **Arquitextos**. São Paulo, p.1-5, 2002
Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>> Acesso em: 12 fev. 2002.

AGUILERA ROJAS, Javier. **Fundación de ciudades hispanoamericanas**. Madrid: Mapfre, 1994. 395 p.

Amorávidas. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/almoravidas>>. Acesso em: 12 mai. 2008.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

AMARAL, Aracy (coord.) **Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos**. São Paulo: Memorial; Fondo de Cultura Económica, 1994. 334p.

AMARAL, Ivone Leda do; JACCOTTET, Alda Maria de Moraes. Açorianos no litoral sul do Brasil. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Ed. 2002. p. 211-227.

ANDALUCIA. Las Guías Visuales de España, 1. Gil Silvestre Miserachs Comunicación. [Espanña]: Printer IGSA, 2000. 551p.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influencia da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras**. São Paulo: USP, 1966.

ANGULO IÑIGUEZ, Diego. **Historia del arte hispanoamericano**. [Barcelona]: Salvat, 1945-1956. 3v.

ARAUJO, Renata de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998. 356 p.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 280 p.

_____. **Clássico - anticlássico**: o renascimento, de Brunelleschi a Brugel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 497 p.

_____. **Projeto e destino**. São Paulo: Atica, 2001. 334 p.

ARQUITECTURA popular em Portugal. 3. ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980. 2 v., 763 p. Primeira edição de 1961.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Os índios d' aldeia dos Anjos**: Gravataí Século XVIII. Porto Alegre: AHRs, 1990. 96 p.

ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.189-202. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

AV Monografías de Arquitectura y Vivienda. El espacio privado. Madrid: AviSa, n.14, 1988. 88 p.

AYMONINO, Carlo. El estudio de los fenómenos urbanos. In: POZO, Alfonso del. **Análisis Urbano, Textos**: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Máximo Scolari. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla, 1997. p. 67-144.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 95 p. (Geografia, n.11, boletim, n. 208)

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (Coord.) **Universo urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70.

BARBOS, Fidelis Dalcin. **Vacaria dos Pinhais**. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978. 248 p.

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 v.

BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002. 1152 p.

_____. O tropeirismo na formação do sul. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.). **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p.171-188. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

BARRUCAND, Marianne; BEDNORZ, Achim. **Architecture maure en Andalusie.** Cologne: Taschen, 2007. 240 p.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria, 1797- 1933.** Santa Maria: Edições UFSM, 1989. 277p.

BENEVOLO, Leonardo. **Historia de la arquitectura del renacimiento: la arquitectura clásica del siglo XV al XVIII.** Barcelona: Gustavo Gili, 1981. v. 1.

_____. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1983. 728 p.

BENTO, Cel. Cláudio Moreira. **Os 200 anos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.** Resende, RJ: Gráfica do Patronato, 2000, 71 p.

_____. **Real feitoria de linho cânhamo: o rincão de Canguçu, 1783-89.** Canguçu: Prefeitura Municipal de Canguçu, 1992. 28 p.

_____. **Canguçu, reencontro com a História: um exemplo de reconstrução da memória comunitária.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983.184 p.

BIANCA, Stefano. **Urban form in the Arab world: past and present.** [UK]: Thames and Hudson, 2000. 348 p.

BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Arquitetura de pedra e cal no Litoral Sul e Vale do Jacuí, nos séculos XVII e XVIII: Colônia do Sacramento, Rio Grande, Viamão e Santo Amaro.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2007. 225p.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1).

BOTTINEAU, Yves; STIERLIN, Henri (Ed.) **Iberian-American Baroque.** Lausanne: Taschen, 1996, 188p.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O ensino da arquitetura nas aulas de engenharia militar da Bahia no século XVIII. **Desígnio. Revista de Historia da Arquitetura e Urbanismo.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 1, p. 93-100, mar. 2004.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial.** São Paulo: Nobel, 1991. 219 p.

BUSCHIAZZO, Mario J. **Estudios de arquitectura colonial hispanoamericana.** Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1944. 153 p.

_____. **Historia de la arquitectura colonial en Iberoamérica.** Habana: Instituto del Libro, 1961.171 p.

CABRITA, Antonio Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João. **Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1993. 203 p.

CALDAS, João Vieira; FERNANDES, José Manuel, *et al.* (Coord.) **Arquitetura popular dos Açores**. Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2000. 560 p.

CÂMARA, Marcos Paraguassú de Arruda. Exclusão espacial nas regiões e fundações coloniais. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: UFRG/PROURB, 1996. p. 584-601.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo**. Coordenação científica de Maria Calado. Lisboa: Contexto Ed., 1993. 142 p.

Camaçari – BA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Camaçari>> Acesso em 02 jun 2008.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Tipología de la edificación: estructura del espacio antrópico**. Madrid: Celeste, 1995. 192 p.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. Inst. Sociedad y Cultura del Paisaje Urbano. Barcelona: Ed. del Seibal, 2002. 2 v.

CARANDELL, José Maria. **Las utopias**. Barcelona: Salvat, 1974. 142 p. (Colección Biblioteca Salvat de Grandes Temas, No. 37).

CARDOSO, Mario. **Citânia de Briteiras e Castro de Sabroso**. Guimarães, Portugal: Soc. Martins Sarmiento, 1990. 11. ed. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/briteiras>>. Acesso em: 04 nov. 2007.

CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (Coord.) **Universo urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 569 p.

CARITA, Helder. **O Bairro Alto. Tipologias e modos arquitetônicos**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994. 192 p.

CARITA, Rui. A fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI. In: **Arquitetura Militar: do conhecimento histórico a sua função atual**. Comunicações apresentadas na XIV semana de estudos dos Açores. 2002. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura; Ser Silito: 2005. p. 87-124.

CARRO ALE, Alejandra. **La colonia del Sacramento**. Ministerio de Turismo de Uruguay. [Montevideo]: Agrigento Ed., 1995. 110 p.

CAVALCANTI, Lauro (Org) **Modernistas na repartição**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; IPHAN, 2000. 210 p.

CEHOPU - CENTRO DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE OBRAS PÚBLICAS Y URBANISMO. **La ciudad hispanoamericana**: el sueño de un orden. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente (España), 1989. 302 p. Catálogo de la exposición. Comisario: Fernando de Terán.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**: estudo das fontes primárias da história rio-grandense, acompanhado de vários textos. 2. ed. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

_____. **História do Rio Grande do Sul. Período colonial**. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. 327 p.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **Marrocos-Portugal**: portas do Mediterrâneo. [Lisboa]: Gráfica Maiadouro, 1999. 210 p. Catálogo da exposição- Museu de Arte Contemporânea de Tanger. V Címera Luso-Marroquina.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário de Arquitetura. Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o estado. Porto Alegre: Liv. da Globo, 1922. 2 v.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2000. p.185-195.

COSTA E SILVA, Riograndino da. **São José de Taquari**: a história da minha terra. Porto Alegre: Ed. Flama, 1971. 296 p.

COMERLATO, Fabiana. **A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br/artigos>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

CLETISON, Joi. **Festas do Divino Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br/artigos>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

COSTA, Suzana Goulart. Ilha do Pico: esboço histórico. In: **PICO**: inventário do patrimônio imóvel dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, [2006]. 1 CD-ROM. ISBN: 972-647-201-6.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil**: registros de uma experiência técnica e didática. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis, 2003. 406 p.

_____. Arquitetura e economia do gado na região sul. In: BICCA, Briane; BICCA, Paulo. **Arquitetura na formação do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNESCO; IPHAN, 2008. p.162-197.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil colonial**. Brasília: Universidade de Brasília; Alva-Ciord, 1997.124 p.

DIAS, Maduro. **História dos Açores, pequenas referências**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br/historia>>. Acesso em 12 ago. 2007.

DREYS, Nicolau (1781-1843). **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1961. 185p.

DUARTE DE ARMAS. **Livro das fortalezas**. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Ed. Inapa, 1997. 2. ed. 311 p. Fac símile do MS. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional do Torre do Tombo. Academia Portuguesa de História; A.N.T.T

DURÁN ROCCA, Luisa. **A cidade colonial Ibero-americana: a malha urbana**. Orientação de Douglas Aguiar. 2002. 293f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UFRGS, 2002.

EL LIBRO de oro de Marruecos. Casa Editrice Bonechi; Raimage. Firenze: Bonechi, 1998. 128 p.

Encruzilhada. Disponível em: <<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br>> Acesso em: 13 jun. 2008.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os casais de número e as formalidades da Real Mercê. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Ed., 2002. p. 178-188.

_____. Parecer No. 18/93, Tombamento do complexo arquitetônico constituído por um casarão e duas senzalas, localizado na ilha da Feitoria, município de Pelotas, que teria sido sede da Real Feitoria de Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu. In: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Pareceres (No. 01/92 CEC a No. 21/93 CEC)**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1993. p. 49-72.

ESTERAS, Cristina; GUTIERREZ Ramón. **Territorio y fortificación: Vauban, Fernández de Medrano, Ignacio de Sala y Félix Prosperí**. Madrid: Tuero, 1991. 326 p.

EVANS, Robin. Figures, doors and passages. **Architectural Design**. Londres, n. 4, p. 267-278, 1978.

FARIA, Maria Dulce de. **A representação cartográfica no Brasil colonial na Coleção da Biblioteca Nacional**. Revisão de Isa Adonias. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial>. Acesso em: 04 fev. 2008.

FARIA, Otavio Augusto. **Monografia do município de Taquari**. Porto Alegre: Tipografia da Liv. Central, 1912.

FERNANDES, José Manuel. **Cidades e casas da Macaronésia**. 2. ed. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto, 1996. 420 p.

_____. Vila do Porto e Bairro do Aeroporto. In: **SANTA MARIA**: Inventário do património imóvel dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, [2006]. 1 CD-ROM. **ISBN**: 972-647-207-5

_____. Corvo: originalidade de um povoamento. In: **CORVO**: Inventário do património imóvel dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, [2006]. 1 CD-ROM. **ISBN**: 972-647-204-0

_____. Ribeira Grande: aspectos de sua evolução e história urbana. In: **RIBEIRA GRANDE DE SÃO MIGUEL**: Inventário do património imóvel dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Ser Silito Ed. 355p.

_____. Horta: uma leitura da sua evolução urbana. In: <<http://www.inventario.iacultura.pt/fichas/faial/horta/evolucao-urbana>>. Acesso em: 03 jun. 2007.

FERNANDES, Mário Gonçalves. A evolução do Centro Histórico de Viana do Castelo. **Monumentos**. Revista semestral da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, n. 22., p. 6-21, mar. 2005.

FERRO, Maribel; MARÍN, Manuela. La islamización de las ciudades andaluzas a través de sus ulemas (s. II -VIII – comienzos s. IV-X) In: **GENESE de la ville islamique en al-andalus et au Maghreb occidental**. Acts recueillis et préparées par Patrice Cressier et Mercedes García arenal avec la collaboration de Mohamed Méouak. Madrid: Casa de Velásquez. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998. p. 65-110.

FIALHO, Daniela Marzola. **Uma leitura sensível da cidade**: a cartografia urbana. IVe Journée d'histoire des sensibilités EHESS 6 mars 2007 / IVa Jornada de Estudios de Historia de las Sensibilidades – Coord. Frédérique Langué. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index3698.html>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

FLEXOR, Maria Elena Orchi. Núcleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO**, 4., 1996, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: UFRG/PROURB, 1996. p. 602-620.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Des terres, aux villes de l'or**. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais. (Bresil, XVIIIe siècle) Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 606 p.

FONTANA, Ricardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do século XVIII**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2005. 102 p.

FORTES, Gen. João Borges. **Os casais açorianos**: presença lusa na formação sul-riograndense. Porto Alegre: Martins Livrero, 1978. 167 p. 1. edição de 1932.

_____. **O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação de Rio Grande.** 2. ed. Porto Alegre: ERUS, 1980. 151 p. 1. ed. de 1933.

_____. Fundação de Rio Grande. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE, 2., 1937, Rio Grande, RS. **Anais...** Porto Alegre: Globo, 1937. v.2.

Forte de Santa Tecla: Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema>> Acesso em: 11 jun. 2006.

Fortalezas no Rio Grande do Sul: Disponível em: <<http://www.fortalezasmultimedia.com.br>> Acesso em: 11 jun. 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)** Caxias: UCS- IEL. 1980, 106 p.

_____. **Gente e espaços de Porto Alegre.** Porto Alegre. Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. p. 24-25. (Síntese Riograndense)

_____. Açorianos no Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Açorianos no Brasil.** Porto Alegre: EST Ed., 2002. p. 350-357.

FREITAS, Fernando de Castro. **Triunfo, história, gente e legendas.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. 106 p.

FREYRE, Gilberto. O sobrado no Rio Grande do Sul: subsídios para o estudo histórico social. In: RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. **Imagem da terra gaúcha.** Porto Alegre: do Estado. Cosmos, 1942. p. 168- 173.

_____. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. In: PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre: Liv. da Globo, 1946. No. 7, p.10-15. Trabalho apresentado no III Congresso Sulriograndense de História e Geografia, Porto Alegre, 1940.

_____. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2000. p.163-166.

_____. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henriques Cardoso. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005. 719 p.

FRUTUOSO, Gaspar. **Saudades da Terra.** João Bernardo Oliveira Rodrigues Ed. Ponta Delgada [Açores]: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998. 6 v.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga:** estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 220 p.

GALANTAY, Erwin. **Nuevas ciudades:** de la antigüedad a nuestros días. Barcelona: Gustavo Gili, 1977. 219 p.

GARCIA FERNANDEZ, José Luis. Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes. In: CEHOPU. **La ciudad hispanoamericana, el sueño de un orden**. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente (España), 1989. p. 213-221.

GASPARINI, Graciano. Las leyes de Indias. La retícula hispanoamericana: una forma urbana burocrática. **The New City: Foundations**, Revista do University of Miami Scholl of Architecture. Hialeach, n.1., p. 7-16, 1991.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. **Guía de fuentes manuscritas para la historia de Brasil conservadas en España**. Madrid: Fundación Mapfre Tavera. 2002, 702 p.

GONZÁLEZ ROMAN, Cristobal. **Roma y la urbanización de Occidente**. Madrid: Arco Libros S. L., 1997. 86 p.

GRABEIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 203-224. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

Guaíba. Disponível em: <<http://www.guaiba.rs.gov.br/guaiba>> Acesso em 20 mar. 2009

GUTFREIND, Ieda. O gaúcho e sua cultura. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 241-254. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v.)

GUTIERREZ, Esther J.B. **Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. 1999. 549f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GUTIERREZ, Ramón. **Las tipologias urbanas de las misiones del Paraguay**. Buenos Aires: 2003. Documento inédito, 13p.

_____. Cultura urbana Hispanoameicana y sus contactos con la experiencia portuguesa en Brasil. Modelo y Heterodoxias. In: A construção do Brasil urbano. Convento da Arrábida-Lisboa, 2000. **Comunicação**. Disponível em: <http://www.urban.iscte.pt/revista/n.4/artigos/artigo_05.htm> Acesso em: 21 ago. 2006.

_____. Encuentros, conflictos y síntesis em la arquitectura americana. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (Coord.) **Universo urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 303-312.

_____. **Arquitectura y Urbanismo en Iberoamérica**. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1997. 776p.

HARDOY, Jorge Enrique. Dos mil años de urbanización en América Latina. In: HARDOY, Jorge Enrique; TOBAR, Carlos (Org.) **La urbanización en América Latina**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1969. p. 23-64.

HAROUEL, Jean Louis. **História do urbanismo**. Tradução de Ivone Salgado. Campinas: Papirus, 1990. 150 p. HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 272 p.

HILLIER, Bill. **Space is the machine: a configurational theory of architecture**. New York: Cambridge University Press, 1996. 463 p.

HOLANDA, Frederico de. Arquitetura como estruturação social. In: **O ESPAÇO da cidade: contribuição a análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1995. p. 115-141.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1978. 154 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/rs> (Acesso em 27 out. 2077)

INFANTE D. Henrique. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/infante_d.enrique>. Acesso em: 13 jul. 2008.

IOTTI, Luiza Horn (Org.) **Imigração e colonização: legislação de 1947 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul: EDUSC, 2001. 864 p.

JUNTA DE ANDALUCIA. CONSEJERÍA DE OBRAS PÚBLICAS Y URBANISMO; CONSEJERÍA DE CULTURA. Coord. Emilio García Fernández, Ángeles Gil Delgado, Juan Manuel Becerra García. **Análisis urbanístico de centros históricos de Andalucía: ciudades medias y pequeñas**. Sevilla, 2001. 381 p.

_____. **Redes de centros históricos en Andalucía**. Dir.: José María Feria Toribio; José María Miura Andrades, Franciscio Javier Ruiz Recco. Sevilla, 2002. 283 p.

KATINSKY, Julio. Povoados, vilas e cidades coloniais do Brasil. **Desígnio. Revista de História da Arquitetura e Urbanismo**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 1, p. 81-92, mar. de 2004.

KRUFT, Hanno Walter. **A history of architectural theory: from Vitruvius to the present**. New York: Princeton Architectural Press, 1994. 706 p.

KUBLER, George. **A Arquitetura portuguesa chã. Entre especiarias e diamantes (1521-1706)**. 2. ed. Lisboa: Veja, 2005. 354 p.

KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada**. Porto Alegre: Palloti, 1987, 165 p.

LANGER, Protásio Paulo. Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missionários. In: **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 135-152. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

LAVEDAN, Pierre. **Geographie des Villes**. Paris: Gallimard, 1959. 341p.

LAYTANO, Dante de. Alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul. In: RIO Grande do Sul, imagem da terra gaúcha. Porto Alegre: Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado. Cosmos, 1942. p. 253 -264.

_____. Os Açorianos. In: BECKER, Klaus (Org.) **Enciclopédia Rio-grandense**. Canoas: Ed. Regional, 1956. p. 41-73.

_____. Colonização açoriana no Rio Grande do Sul e em Gravataí. In: SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE CULTURA GRAVATAIENSE, 1., 1987, Gravataí, RS. **Gravataí: História e Cultura**. Gravataí: SMEC, 1987. p. 45- 69.

LEAL, João. **Açores, Estados Unidos, Brasil: Imigração e etnicidade**. Direção Regional das Comunidades. Lisboa: Nova Gráfica, 2007. 319p.

LEITE, Antonieta Reis. **Açores cidade e território**. Conhecimentos para a preservação sustentada da identidade. Ilha Terceira. Cidade de Angra do Heroísmo. 2005. 137f. Documento preliminar de tesis (Doctorado en Historia del Arte y Gestión del Patrimonio) Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2005.

_____. **Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa**. [Angra]: Instituto Açoriano de Cultura, 2002. v. 67, 57 p. Separata da Revista Atlântida.

_____. Zona Central da cidade de Angra do Heroísmo. Processo PT 071901160035 – Portugal - Direção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 17 p. Disponível em: <<http://www.monumentos.pt/monumentos>>. Acesso em: 27 set. 2006.

LIMA, Manuel Baptista de. A introdução do culto do Espírito Santo nos Açores e a sua influencia na simbólica e arquitetura dos séculos XV e XVI. In: INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA; CENTRE DE RECHERCHE SUR L'IMAGINAIRE. **II Colóquio Internacional de Simbologia: os impérios do Espírito Santo na simbólica do império**. Braga: Lit. do Minho, 1986. p. 123-172.

LIMA, Diógena de Bettencourt. **Os Açores: o paraíso desconhecido**. Lisboa: Bertrand Ed., 1992. 246 p.

LINAZAROSO, José Ignacio. **Permanencias y arquitectura urbana: las ciudades vascas de la época romana a la ilustración**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. 235 p.

LUCCAS, Luis Henrique Hass. **Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul**. 1997. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) UFRGS, Porto Alegre, 1997.

LUZ, Maturino da (Coord.) **Antiga Escola Militar de Rio Pardo: história e arquitetura**. Porto Alegre: Defender, 2007. 208 p.

LYNCH, Kevin. **La buena forma de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985. 265p.

_____. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

LOCH, Carlos *et al.* Evolução da estrutura fundiária rural no sul do Brasil e sul da mesopotâmia argentina. In: COBRAC 2000. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2000, Florianópolis. **Comunicação**. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesiaonline/arquivo/cobrac_2000/009/009.htm. Acesso em 29 out. 2008.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)**. São Paulo, Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia Ed., 1975. 126 p.

_____. **Aspectos Sul-riograndenses no 1º quartel do séc. XIX**. Tradução do inglês por Nelson C. de Mello e Souza. Rio de Janeiro: Record, 1935. 122 p.

Macaronesia. Disponível em: < <http://p.wikipedia.org/macaroneisa>>. Acesso em: 18 ago 2008.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **O solar do almirante: história pela arquitetura**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ IEL, 1980. 128 p.

_____. **Arquitetura Luso-brasileira**. In: Weimer, Gunter (Org). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 53-94.

_____. **História de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 87 p. (Síntese Riograndense, v.10)

_____. **Açorianos para o sul de Brasil**. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Ed., 2002. p. 211-227.

MACIEL Junior, José. **Reminiscencias da minha terra: Santo Antônio da Patrulha**. Santo Antônio: [s.n.e]

Madeira. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/região_atonoma_da_madeira>. Acesso em: 12 ago 2008.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997. 296 p.

MARTINEZ, Fernando Corona. **Formas arquitetônicas no Rio Grande do Sul**. In: RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. **Imagem da terra gaúcha**. Porto Alegre: do Estado. Cosmos, 1942. p. 174-180.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Arquitetura popular açoriano-brasileira: subsídios para o seu estudo**. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo Regional dos Açores. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996. 190 p.

MARTINS, Ananias Alves. **Imigrantes esquecidos na fronteira norte. Açorianos na colonização e na cultura – Maranhão, século XVII**. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Ed., 2002. p. 16-41.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte – século XVII**. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Ed., 2002. p. 42-66.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos. Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 151 p.

_____. **Cidade no Brasil: em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999. 143 p.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine. **Ciudades de Al- Andalus. España y Portugal en la época musulmana (s. VIII-XV)**. Granada: Cristine Mazzoli; ALMED, 2000. 570 p.

MEMÓRIA dos serviços prestados pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho ao governo de Rio Grande de S. Pedro dirigida a Gomes Freire de Andrade em 1740. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 16, p. 237-246, 4 trimestre 1936.

MICHON, Jean Louis. Instituciones religiosas y fundación de comunidades urbanas. In: UNESCO. **La ciudad islámica**. Comunicaciones científicas seleccionadas del coloquio celebrado en el Middle East Centre, Faculty of Orient Studies, Cambridge, Gran Bretaña, del 19 al 23 de julio de 1976. R. B. Serjeant (ed.). Barcelona: Ed. del Serbal, 1982. p. 13-47.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento (1680-1777)**. Porto Alegre: Globo, 1937. 2 v.

MORAES, Carlos Dante de. **Figuras e ciclos da História Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora Globo. 1959. 230 p. (Província).

MOREIRA, Alice Teresina Campos, *et al* (Org.) **Ozy Texeira**. Porto Alegre: (s.n.e.) 1997. 108 p.

MORISSON, Anna. **A Ilha dos Marinheiros**. Agueda, Portugal: Paulinas Ed., 2003. 277 .

MORRIS, Anthony Edwin James. **Historia de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. 477 p.

MORUS, Tomás. **A Utopia**: ou o tratado da melhor forma de governo. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 1997. 160 p.

MOUTINHO, Mário C. **A arquitetura popular Portuguesa**. Lisboa: Ed. Estampa, 1979, 187 p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.

MURI, Guido. **Rememranças de Conceição do Arroio**. Porto Alegre: Paloti, 1987. 122p.

MUSEU da casa brasileira. Disponível em: <<http://www.mcb.sp.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

NEIS, Monsenhor Ruben. **Guarda velha de Viamão**: no Rio Grande do Sul miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lorenzo de Brindes / Sulina, 1975. 180 p.

_____. A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE CULTURA GRAVATAIENSE, 1., 1987, Gravataí, RS. **Gravataí: História e Cultura**. Gravataí: SMEC, 1987. p. 70- 97.

- NEMESIO, Vitorino. **O corsário das ilhas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1956. 246p.
- NORONHA, Luisa. Sobre a história da Ilha de Santa Maria. In: **SANTA MARIA: Inventário do patrimônio imóvel dos Açores**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, [2006]. 1 CD-ROM. ISBN: 972-647-207-5
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIBT, Mauricio Borges. **Programa de revitalização integrada de Jaguarão**. Pelotas: Ed. Universitária UFPEL, 2005. 92 p.
- OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil**. Salvador: Omar G., 2004. 264p.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **A fundação de Porto Alegre: dados oficiais**. Porto Alegre: Norma, 1987. 116 p.
- _____. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Norma, 1985. 241 p.
- OLIVERAS SAMITIER, Jordi. **Nuevas poblaciones en la España de la ilustración**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos. 1998. 228 p.
- OLLERO LOBATO, Francisco. **Cultura artística y arquitectónica en la Sevilla de la Ilustración. (1775-1808)** Caja San Fernando Obra Social. Sevilla: TF Artes Gráficas, 2004. 535 p.
- Ordenações Manuelinas [1521]**
Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/11ind.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2008.
- OSORIO, Fernando. **A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão**. Governo Municipal de Pelotas. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922. 253 p. Edição de Comemoração do Centenário.
- OSORIO, Helen. Estrutura Agrária e ocupacional. In: **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.153-187. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)
- Palácio Piratini**. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini>> Acesso em: 07 jul.2007.
- PASANI, Jean. **Casas y casas principales urbanas: el espacio doméstico de Toledo a fines de la Edad Media**. Toledo: Ed. Universidad de Castilla – La Mancha, 2004. 725 p.
- PAULA, Alberto de. **Las nuevas poblaciones en Andalucía, California y el Rio de la Plata (1767-1810)**. Buenos Aires: Ed. Facultad de Arquitectura y Urbanismo de Buenos Aires, 2000. 329 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A paisagem social como imaginário de sentido. In: DIMAS, Antonio *et al.* **Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre a história e a ficção**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Ed. da USP, 2006. (p.201-218)

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Banco Regional de Desenvolvimento, 1982.

_____. Insulanos no Brasil Meridional – os açorianos em Santa Catarina. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 169-176.

PINTO, Alfredo Moreira. **Dicionário geográfico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. 3 v.

PIRAGINE, Maria de Lourdes da Rocha (Coord.) **Rio Grande portuguesa com certeza**. Rio Grande: Gráfica Salesiano, 1995. 92 p.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Belém Velho**. Porto Alegre, EU/ Porto Alegre, 1994. 98p.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gráfica Sta. Teresinha, 1934. 277 p.

_____. **Historia das Missões orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954. 2 v.

PORTUGAL. DGEMN. **Zona Centra da cidade de Angra do Heroísmo**. Relatório de Antonieta Leite, 2000. No. IPA: PT071901160035. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_angra/>. Acesso em: 27 set. 2006.

_____. **Zona envolvente da Sé de Funchal/ antigo Campo do Duque**. No. IPA: PT062203100109. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_funchal/>. Acesso em: 27 set. 2006.

_____. **Fortaleza de Sagres**. Relatório de Margarida Tavares, 1999. No. IPA: PT050815040001. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_Vila do Bispo_Sagres/>. Acesso em 17 abr. 2007.

POZO, Alfonso del (Org.) **Análisis urbano**. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari. Sevilla: Instituto Universitário de Ciencias de la Construcción. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla, 1997. 191p.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: Palloti, 2002. 229 p.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG. 1987. 191 p.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 413 p.

_____. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968. 235 p.

DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.).

Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre a história e a ficção. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da USP, 2006. 317 p.

Reis de Portugal. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reis_de_Portugal> Acesso em: 10 mar. 2007.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 190 p.

_____. Os traçados urbanos. In: **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1) p.255-272.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435 p. 1. ed. 1995.

RIBEIRO, Paula Simon; SANTOS, Julio Ricardo Quevedo. **Viamão, tradição e identidade.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988. 217 p.

Rio Grande do Sul. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/rs>> Acesso em 03 mar. 2009.

ROCHA, Daoiz de la. **Catedral de São Pedro de Rio Grande.** [Rio Grande: s.n.e], 2004. [11] p. Folder promocional das obras de restauração da Catedral. Apoio cultural de Ipiranga.

RODRIGUES, José Damião. Do Amazonas ao Prata. Os açorianos no povoamento do Brasil: os casais e as levas de militares. In: COLÓQUIO 260 ANOS DE HERANÇA AÇORIANA: CONMEMORAÇÃO DA CHEGADA DOS AÇORIANOS NO BRASIL MERIDIONAL, 2008, Florianópolis. Conferencia de Abertura ministrada em 15/09/2008.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí.** Porto Alegre: Edigal, 1987. 120p.

ROSSA, Walter (Coord.) **Salv guarda:** Vila Real de Santo Antônio. Núcleo pombalino. Coimbra: ECDJ Ed. Departamento de Arquitetura . Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, set. de 2005. No. 9, 141 p.

_____. Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. **Monumentos.** Revista semestral da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 21, p. 22-43, set. de 2004.

_____. **A urbe e o traço:** uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. 443 p.

ROSSI, Aldo. **La arquitectura de la ciudad.** Barcelona: Gustavo Gili, 1969. 311 p.

_____. **Para una arquitectura de tendencia – escritos: 1956-1972.** Barcelona: Gustavo Gili, 1977. 317 p.

ROSEMBERG, Matt T. As maiores cidades da história. **Viver cidades**. Mauro Almada (ed.). Rio de Janeiro, n. 22, p.1-3, fev. 2008.

ROWE, Collin. **Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos**. Barcelona; Gustavo Gili, 1999. 218 p.

RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture without architects. A short introduction to non pedigreed architecture**. London: Academy Editions, 1964. 156 p.

RYKWERT, Joseph. **The Idea of a town: the antropology of urban form in Rome, Italy and the ancient world**. 3. ed. Princeton: Princenton; New Jersey: University Press, 1995. 242 p.

_____. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 399 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999. 215 p.

SANCHEZ-BATALLA MARTINEZ, Carlos. **La Carolina en el entorno de sus colonias gemelas y antiguas poblaciones de la Sierra Morena**. [Jaén]: Caja Rural de Jaén. Gráficas Francisco del Moral, 1998. 4 v.

SANTOS, Corcino Medeiro dos. Importancia da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.65-84. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

SANTOS, João Martinho. **Os Açores no séculos XV e XVI**. Maia: Direção Regional dos Assuntos Culturais – Serafin Silva Ed. 1978. 2 v., 735 p.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 179 p. Comunicação apresentada no V Coloquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Coimbra, 1968.

SANTOS, Fabiano Texeira dos. Generalidades e particularidades nas arquiteturas açoriana e luso-brasileira: considerações sobre os Impérios do Espírito Santo. In: COLÓQUIO 260 ANOS DE HERANÇA AÇORIANA: CONMEMORAÇÃO DA CHEGADA DOS AÇORIANOS NO BRASIL MERIDIONAL, 2008, Florianópolis. Conferencia ministrada em 17/09/2008.

SARKIS YUNES. Gilberto. Traçado e arquitetura das povoações açorianas: uma fórmula para construir cidades. In: COLÓQUIO 260 ANOS DE HERANÇA AÇORIANA: CONMEMORAÇÃO DA CHEGADA DOS AÇORIANOS NO BRASIL MERIDIONAL, 2008, Florianópolis. Conferencia ministrada em 17/09/2008.

SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de. **Anais da Província de São Pedro**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 250 p. (Documenta, 11). Obra escrita em 1825.

- SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Sintra: [s.n.e], 1978. 348 p.
- SCHUH, Angela Schumacher; SANMARTIN, Ione Maria. **Cachoeira do Sul: em busca da sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. 98p.
- SENNETT, Richard. **The conscience of the eye: the design and social life of cities**. New York: US London, Gb:W.W. Norton, 1990. 267 p.
- _____. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 362 p.
- SIERRA OCHOA, Alfonso de. **La vivienda Marroquí. Notas para una teoría**. Málaga: Colegio de Arquitectos de Málaga. Imagraf, 1996. 99 p.
- SILVA, Leonardo Dantas. Episodios da imigração portuguesa em Pernambuco: Açorianos no Nordeste. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 67-74.
- SILVA, Marina Raymundo da. **Navegação lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto ed., 1985. 140 p.
- SMITH, Robert C. Documentos baianos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 85-134, 1945.
- _____. Engenheiros militares portugueses no Brasil: José Antonio Caldas. **Cadernos de Pesquisa do LAP: A Arquitetura Jesuítica no Brasil**. [1998]. FAU-USP. São Paulo, 25 mai-jun, 1998.
- SOLANO, Francisco de; CERRILLOS, María Luisa (Org.). **Historia urbana de Iberoamérica**. Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España – Comisión Nacional Quinto Centenario – Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transporte. Madrid: Testimonio, 1990. 3 tomos – 2 v. c/u.
- SORIANO ALFARO, Vincent. **Arquitectura de tierra en el sur de Marruecos: el oasis de Skoura**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2006. 235 p.
- SOTOMAYOR, Manuel. Sedes episcopales hispanoamericanas, visigodas y mozarabes en Andalucía. In: GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal; PADILLA ARROBA, Angel (Ed). **Estudio sobre ciudades de la Bética**. Granada: Universidad de Granada, 2001. p. 463-496, 513 p.
- SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. (Síntese Riograndense, v.14). 94 p.
- _____. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. 123 p.

SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil – 1. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. Laura de Mello e Souza (organização do volume) São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 41-81

STANISLAWSKI, Dan. **The individuality of Portugal**. Texas: Texas University Press., 1959. Disponível em: [The library of iberian resources online. <http://libro.uca.edu/stanislawski/portugal/htm>](http://libro.uca.edu/stanislawski/portugal/htm). Acesso em: 02 maio 2008.

TAFURI, Manfredo. **Projeto e utopia. Arquitetura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa: Presença, 1985. (Dimensões). 125 p.

TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini; TORRES, Luiz Enrique *et al.* **Arqueologia, história e sócio-economia da Restinga da Lagoa dos Patos**: uma contribuição para o conhecimento e manejo da Reserva da Biosfera. Rio Grande: Fundação U.F.R.G., 2000. 174p.

TEIXERA, Manoel. *et al.* **As formas urbanas das cidades de origem portuguesa**. Disponível em: [<http://www.urban.iscte.pt/revista/n.2/textos>](http://www.urban.iscte.pt/revista/n.2/textos). Acesso em: 30 jan. 2001.

TEXEIRA, Manoel; Valla, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 334 p.

TOLEDO, Benedicto Lima de. **A ação dos engenheiros militares na ordenação do espaço urbano no Brasil**. A construção do Brasil urbano. Convento da Arrábida – Lisboa, 2000. Comunicação. Disponível em: [<http://www.urban.iscte.pt/revista/n.4/artigos/artigo_08htm>](http://www.urban.iscte.pt/revista/n.4/artigos/artigo_08htm). Acesso em: 21 ago. 2006.

Tomar. Disponível em: [<http://pt.wikipedia.org/wiki/tomar>](http://pt.wikipedia.org/wiki/tomar) Acesso em: 14 abr. 2007

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago. **O legado Islâmico em Portugal**. [Lisboa]: Fundação Círculo de Leitores e Autores. 1998. 247 p.

TREVISAN, Amélia Franzolin. Casa Branca – São Paulo. A povoação dos ilheus. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil**: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. p. 126-163.

UNESCO. **La ciudad islámica**. Comunicaciones científicas seleccionadas del coloquio celebrado en el Middle East Centre, Faculty of Orient Studies, Cambridge, Gran Bretaña, del 19 al 23 de julio de 1976. R. B. Serjeant (ed.); traducción y transcripción de términos árabes, Pedro Balañá Abadía. Barcelona, Ed. del Serbal, 1982. 260 p.

VALLA, Margarida. **O papel dos arquitetos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas**. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO, 4., Rio de Janeiro, 1996. **Comunicação**. Disponível em: [<http://www.urban.iscte.pt/revista/n.2/artigos/margarida.htm>](http://www.urban.iscte.pt/revista/n.2/artigos/margarida.htm) Acesso em: 09 nov. 2000.

VALVERDE, José María. **Diccionario de historia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1995. 321p.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residencia no Brasil. **Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Ministério da Educação e Saúde. Tradução de Vera Franco de Andrade. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, n. 7, p. 99-208, 1943.

VAUVAN, bâtisseur du Roi-Soleil. Catalogue sous la direction d'Isabelle Warmoes et Victoria Sanger. Paris: Somogy; Cité de l'architecture et du patrimoine, 2007. 35 p.

VAUTIER, L. L. Casas de residência no Brasil. **Revista do S.P.H.A.N.** Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 7, 1943. p.99-208. Introdução de Gilberto Freyre.

VELINHO, Moises. **Capitania d' El-Rei**: aspectos polêmicos da formação riograndense. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2005. 210p. (Coleção Meridionais)

VERISSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William S. M. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 141 p.

VIAMÃO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. **Inventário Participativo de Viamão**. [s.n., 1999].

VIDLER, Anthony. **El espacio de la ilustración: la teoría arquitectónica en Francia a finales del siglo XVIII**. Tradução de Jorge Sainz. Madrid: Alianza Forma, 1997. 277p. Título original: *The writing of the walls: architectural theory in the late enlightenment* (1986)

VIEIRA, Antonio (Comp.) **Obras clásicas para la historia de las Islas del Atlántico**. Madrid: Fundación Tavera: Digilibris, 1998. Archivo digital.

Vila do Bispo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/viladobispo>>. Acesso em: 03 abr. 2007.

VILCHIS, Jaime; ARIAS, Victoria. **Ciencia y técnica entre viejo y nuevo mundo. Siglos XV- XVIII**. Ministerio de Cultura de Espana; Sociedad Estatal Quinto Centenario. Madrid: Lunwerg, 1992. 291 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. 3 v.

VITRUVIO, Marco Polião. **Da arquitetura**. Introdução de Julio Roberto Katinsky. São Paulo: HUCITEC; Fundação para a Pesquisa Ambiental, 1999. 245 p.

Volubilis. Disponível em <<http://www.sitedevolubilis.com>> Acesso em 09 mar. 2007.

WEIMER, Günter (Org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 224 p. (Documenta, 15)

_____. **A arquitetura**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. (Síntese Riograndense, v.12-13.) 165 p.

_____. A arquitetura popular dos Açores e o Rio Grande do Sul. In: BEMFICA, Coalia Ramos (Org.). **Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história**. Porto Alegre: EST, 2000. p. 37-60.

_____. **Origem e evolução das cidades riograndenses**. Porto Alegre: Liv. do Arquiteto, 2004. 223 p.

_____. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333 p.

_____. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. 296 p. 1. ed. de 1983.

ZAPATEIRO, Juan Manuel. La escuela de fortificación hispanoamericana. In: CENTRO DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE OBRAS PÚBLICAS Y URBANISMO –CEHOPU. **Puertos y fortificaciones en América y Filipinas**. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Obras Públicas y Medio Ambiente (España), 1985. p. 65-71.

XAVIER, Paulo. Descendentes de famílias povoadoras de Santo Antônio da Patrulha em Cachoeira do Sul. In BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 278-306.

ICONOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmim Didot – 1834. Paris: Rue de Castro Maya Ed., 1954. 100 p.

_____. **Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusq' em 1831 inclusivement**. Rio de Janeiro: Record, 1965. 3 v.

_____. **Aquarelas**: Exposição comemorativa aos 150 anos de lançamento da 1ª edição da Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1834-1984. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 1984. 91 p.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Rio Grande do Sul em 1852. Aquarelas de Rudolf Wendroth**. Porto Alegre: Companhia de Celulose do Sul, 1982. Edição dos originais de propriedade de D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança.

CARTOGRAFIA

BOLLICK, L. **Cópia do mapa levantado em 1800** por Francisco Chagas, engenheiro de demarcação de limites entre Espanha e Portugal. AHRS, M2- G5- Mapa 16.

CORDOBA, Inácio Rodrigues de. **Mapa com a data aproximada de 1780 aonde mostra a planta do Continente de Rio Grande dividido em quatro províncias: Rio Grande, Viamão, Rio Pardo e Vacaria**. Sem escala. AHRS, M01-Rolo 81.

GABINETE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Cópia da Carta Corográfica que compreende a Barra de Rio Grande de São Pedro** e o terreno que medea entre a freguesia de Estreito, o Arroio do Taim e Campos do Piratini nas Vizinhanças de Cerro Pelado, 1777. Rio de Janeiro, 1936. Petipé de 9000 braças ou 3 léguas.

JOR, João Campomar. **Cópia do Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional, 1749.** Facsimile do mapa original de que serviam os plenipotenciarios de Portugal e Espanha na discussão dos limites que foram determinados e descritos no Tratado de Madri de 13 de Janeiro de 1750. [1940] Sem escala. AHRS, M5-G2-E4.

_____. **Continente de Viamão o rel Rei ao ser instalado o Senado da Câmara de Rio Grande de São Pedro. 16 de dezembro de 1751.** Reconstrução histórica e cartográfica executada no Departamento Estadual de Estatística, 1942. Sem escala. Inclui reprodução de um mapa de José María Cabrer, 1777. AHRS, M5-G2-E6.

_____. **Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, 1822.** Reconstrução histórica e cartográfica do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. 1942. Sem escala. AHRS, M1- Rolo 52.

_____. **Mapa de Rio Grande e das terras que estão em poder dos portugueses.** Esboço copiado de um croqui de autoria de Julián Paz, 1776. Publicado em Virreinato del Plata. 1942. Sem escala. AHRS. M1-Rolo 75.

Mapa da Real Medição e Demarcação para limites da Guarda e Povoação de Cerrito na margem setentrional do Rio Jaguarão, 1814. AHRS, M5-G1-E218.

PLANIMETRIA URBANA

Cachoeira do Sul. Seção de Obras Públicas. Mapa da cidade de Cachoeira do Sul, 1942. Escala 1:1000. AHRS, M2-G1-Rolo 544.

Caçapava do Sul. Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul. Planta Cadastral Levantamento Aerofotogramétrico. Planaer. Eng. Luis Cesar Pereira. Setembro de 1985, Esc. 1:2000, fl.5.

Colônia do Sacramento. FARIA, José Custodio de Sá. **Plano da praça e território da Colônia do Sacramento,** 1753. Mapoteca de Itamarati, RJ. Escala de 300 braças. Fonte: www.urban.iscte.pt/revistan2/14.5

Encruzilhada. Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul. Departamento de Geoprocessamento. Mapa Urbano, 2008. Arquivo digital.

Gravatá. Prefeitura Municipal de Gravatá. Levantamento topográfico e cadastral, 2007. CD.

Mostardas. Levantamento Cadastral. Escala 1:2000. [2000]

Porto Alegre. Porto Alegre, 1833. Tito Livio Zambecari. Original no Museo Del Risorgimento, Bologna, Itália. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Sul – CD - Cartografia virtual histórico-urbana de Porto Alegre, 2006. Cópias Digitais.

Detalhe da Planta de Porto Alegre, 1839. Luis P. Dias. Estado Maior do Exército. Cópia de F. de Mesquita existente no AHRS. Fonte: Oliveira, 1987, p.115.

Planta da povoação e terrenos adjacentes da Freguezia de Nossa Senhora de Belém (....) Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, Julho de 1855. Cópia Fiel de 18 agosto de 1921. Fonte: Acervo Sr. Leandro Telles.

Pelotas. Mapa do Município de Pelotas, 1926. Escala 1:250.000. AHRS, M5-G2-Rolo 575.

Rio Grande. Planta da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1829. Fonte: Queiroz, 1987, p.159.

Rio Grande - Ilha dos Marinheiros. Prefeitura Municipal de Rio Grande. Escala 1:10.000m. Julio de 1997. No. 06-MG1.4 Lotes - 414

Rio Pardo. Planta da Villa de N.S. do Rosário, 1829. Câmara da Municipalidade. João Martinho Buff. Fonte: Enciclopédia Riograndense, 1956, p.41.

Santo Amaro. IPHAN. Vila de Santo Amaro. Levantamento topográfico e cadastral, 2005. Arquivo digital.

Santo Antônio da Patrulha. Levantamento Cadastral [década de 1940].Escala 1:2000.

São José do Norte. Planta da Povoação de S. José do Norte tirada por ordem da Câmara Municipal em Setembro de 1830. Petipé de 20 braças.

Taquari. Levantamento topográfico e cadastral da cidade de Taquari. Agrimensor Mirógenes C. de Lima. Escala 1:2000. [década de 1940] Escala 1:2000.

Triunfo. Planta da Vila do Triumpho em 1869. Escala de 50 palmos, 11 metros.

Glossário

Aldeia: núcleo urbano conformado com povoação indígena.

Alqueire: unidade de medida de volume equivalente a 13,8 lt.

Arraial: conceito da administração colonial portuguesa para designar destacamentos militares em representação do rei; segundo Corona e Lemos é *uma povoação de população mais ou menos densa e de caráter temporário*. (1972, p.55)

Arrabalde: subúrbio ou bairro periférico.

Arribas: costas rochosas com elevações a mais de 100 m características das ilhas de Santa Maria e São Jorge.

Armação: assentamento na costa catarinense, semelhante a uma feitoria destinado ao beneficiamento de produtos derivados da pesca da baleia, tais como óleo, ossos e barbatanas.

Bandeirante: expedicionário oriundo da região de São Paulo que formava grupos ou bandeiras para conquista do território.

Biscoito: socacos de pedra vulcânica empregados na construção tradicional, dos Açores. Também conhecidos como *mistérios*.

Burgo: assentamento medieval de importância militar e localizado ao redor de um castelo.

Bastide: tipo de assentamento urbano novo com funções agrícolas e militares que predominou na França, Inglaterra e Gales nos séculos XII e XIII.

Braça: unidade de medida utilizada em Portugal e os territórios luso-americanos antes de vigorar o sistema métrico decimal equivalente a 2,2m ou 10 palmos.

Canada: viela muito estreita entre as casas da Vila Nova do Corvo, único núcleo urbano dessa ilha açoriana.

Capela: assentamento com representação religiosa. Capela curada: que tem vigário permanente.

Casal: grupo familiar trazido pela Coroa portuguesa para colonizar o Brasil.

Casal de número: refere-se exclusivamente às famílias açorianas e madeirenses enquadradas no programa de migração subsidiada que entraram ao Brasil pelo porto de Desterro, entre 1748 e 1753.

Centro histórico: conceito aplicado a setores urbanos homogêneos, com valores históricos, artísticos, ambientais; geralmente coincide com o centro ou o núcleo fundacional da cidade.

Cidade: hoje entende-se como a estrutura física, funcional e sociopolítica e, como um produto histórico. Durante o período colonial o vocábulo designava os assentamentos urbanos que eram a sede da administração civil – governação – e religiosa – bispado – independente das variáveis demográfica e dimensional.

Comarca: território de jurisdição de um corregedor encarregado de funções políticas, judiciais e de policia.

Conurbação: conceito estabelecido em 1915; conjunto de vários núcleos urbanos inicialmente independentes que ao crescer terminam formando uma unidade espacial. Neste trabalho para analisar os fenômenos anteriores ao século XX utilizou-se o termo *aglomeração*.

Cotiguaçu: edifício do programa da redução missioneira destinado a moradia das viúvas e órfãos.

Curral: mangueira agrícola protegida dos ventos e maresia por um cercamento de pedra vulcânica cuja sucessão forma uma malha quadricular característica da paisagem dos Açores.

Cristão novo: nome dado a judeus ou mouros convertidos forçosa ou voluntariamente ao cristianismo, a partir da reconquista da península ibérica; em contraste, os *cristãos velhos* eram os descendentes de visigodos e suevos.

Data ou dada: extensão de terra doada pela coroa portuguesa a famílias para a colonização dos territórios luso-americanos, com uma área que variava entre um quarto de légua em quadra (270 Há.) e três quartos de légua em quadra.

Distrito: no período colonial corresponde a uma divisão territorial de grandes extensões de terra e que alcançava varias povoações, municípios ou não; atualmente corresponde a divisão territorial de um município.

Estrutura da cidade: segundo Morosi et ali, (1980) é a relação dinâmica entre os sistemas que conformam o realidade urbana: o físico- espacial, ou seja, a forma urbana; o funcional, determinado pelos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. A modificação em qualquer deles altera o equilíbrio e afeta a totalidade.

Feitoria: aglomerado portuário estabelecido pela coroa portuguesa nos seus domínios ultramarinos para apoio a navegação e as atividades extrativistas e comerciais.

Foral: terras de aluguel pertencentes ao conselho municipal.

Foreiro: quem aluga um foral.

Forma urbana: estrutura física definida pelo traçado, pelo perfil e pela disposição dos elementos urbanos no espaço geográfico.

Freguesia: unidade administrativa da ordem eclesiástica que e sede de uma paróquia; pode corresponder a um aglomerado ou a um bairro.

Império: capela dedicada à devoção ao Espírito Santo característica da identidade cultural açoriana. O culto surgiu na França no século XI, passando a Portugal e posteriormente levado aos Açores pelos primeiros colonizadores. No Brasil é um dos elementos associados à contribuição cultural açoriana.

Fajã: área baixa, chã, estreita, na base das falésias ou entre o litoral e as montanhas, de ocupação dispersa, característica do povoamento dos Açores (Fernandes, 2000, p. 323) O termo também é utilizado para designar um terreno apto para a agricultura. (Ibid, p. 326)

Mistérios: terrenos cobertos com mantos de lava resultantes de erupções vulcânicas nas ilhas Açores.

Palmo: unidade de medida utilizada em Portugal e os territórios luso-americanos antes de vigorar o sistema métrico decimal equivalente a 0,22m.

Pastel: planta arbustiva para a indústria tintureira cujo cultivo foi relevante na economia açoriana no século XVII.

Paróquia: assentamento ou bairro que é sede de uma unidade da administração religiosa.

Período colonial: define-se neste trabalho ao intervalo compreendido entre o século XVI e as duas primeiras décadas do século XIX, caracterizado pela administração e domínio português e espanhol na América, ou seja, entre os descobrimentos geográficos e o surgimento das nações ibero-americanas.

Piloto: técnico agrimensor; o termo deriva de sua capacidade para interpretar os dados da agulha da bússola.

Praça: além de elemento urbano, utiliza-se este vocábulo para designar um assentamento com funções militares e comerciais.

Presídio: de presidir e tomar posse; assentamento diante ou dentro de uma fortificação, com *entorno agrícola* que é a menor unidade urbana.

Povoado: aglomerado

Quartéis: mangueiras ou currais regulares e ortogonais, com altura aproximada de um metro, construídas com blocos de pedra vulcânica, usados para recolher o gado e para proteger as lavouras dos fortes ventos, característicos da paisagem açoriana.

Registro: local do pedágio

Sesmaria: extensão de terra cedida pelo Rei com o aval do Conselho Ultramarino ou do Governo Geral, a Senhores fieis e militares destacados, nos territórios luso-americanos, geralmente com uma área de uma por três léguas (13.068 Há)

Treatro: Aliteração de teatro. Vocábulo usado na Ilha de Santa Maria que designa a Capela do Espírito Santo, de planta quadrada e aberto nos lados e na frontaria com cobertura suportada por pilares.

Tropeiro: que conduz as tropas de gado.

Urzela: líquen para a indústria tintureira cujo cultivo foi relevante na economia açoriana no século XVII.

Vila: conceito político e administrativo de origem romano, com similar conotação para as administrações coloniais espanhola e portuguesa. É o assentamento que recebe Carta Régia, e blasões urbanos, sede da administração (prefeitura), sede do poder legislativo (câmara) e sede do poder judiciário (cadeia e pelourinho). Não implica em tamanho do assentamento. Compreende a sede do conselho e todo o território rural controlado pela Câmara.

ANEXO
Comparação dimensional e tipológica dos Estudos de Caso

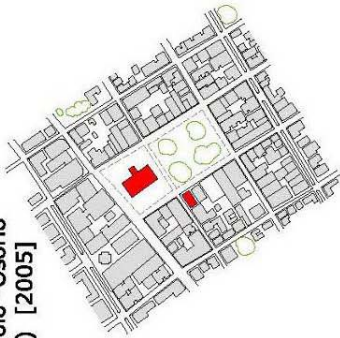
1a fase (1725-1449)



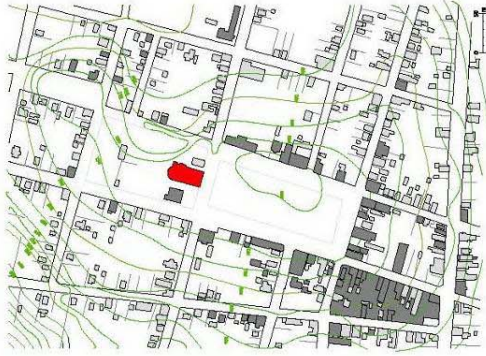
Santo Antônio da Patulha
(1725) [década de 1930]



N. Sra da Conceição
do Arroio - Osório
(1732) [2005]



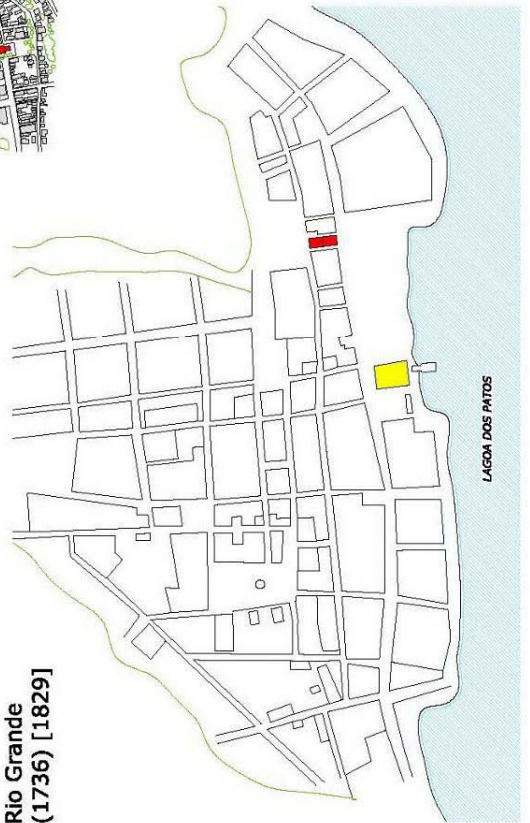
N. Sra da Oliveira de
Vacaria
(1735) [1950]



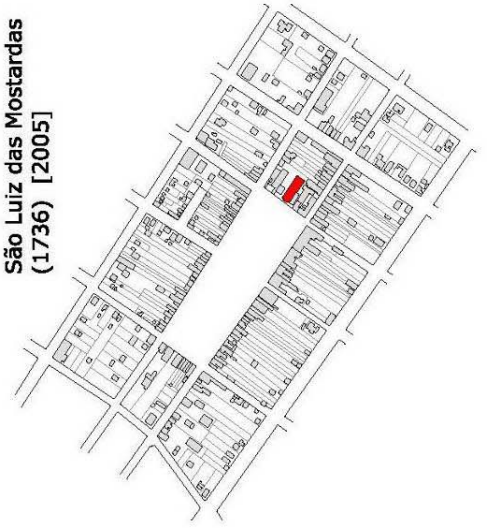
N. Sra da Conceição de
Viamão
(1740) [2008]



Rio Grande
(1736) [1829]

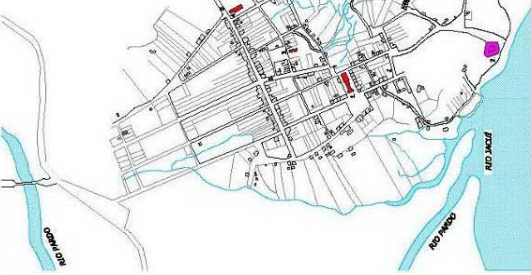


São Luiz das Mostardas
(1736) [2005]



2a fase (1750-1776)

N. Sra do Rosário de Rio Preto
(1750) [1829]



N. Sra da Mãe de Deus de Porto Alegre
(1752) [1859]



Santo Amaro
(1752) [2005]



Bom Jesus do Thumb
(1752) [1869]



N. Sra da Conceição do Estreito
(1752) [2008]



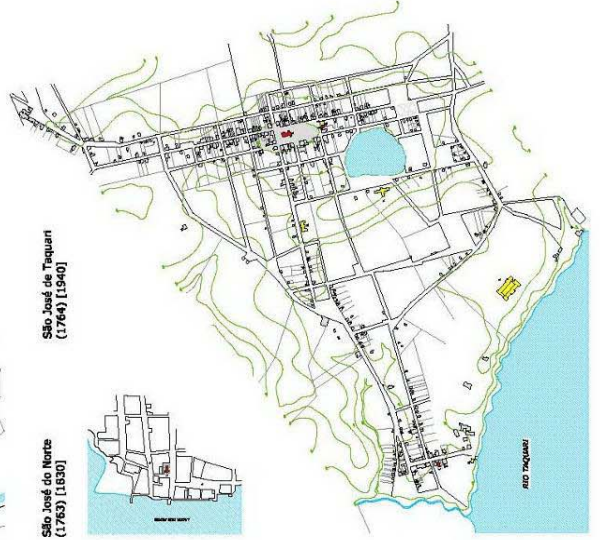
Aldeia dos Anjos de Gravataí
(1755) [2006]



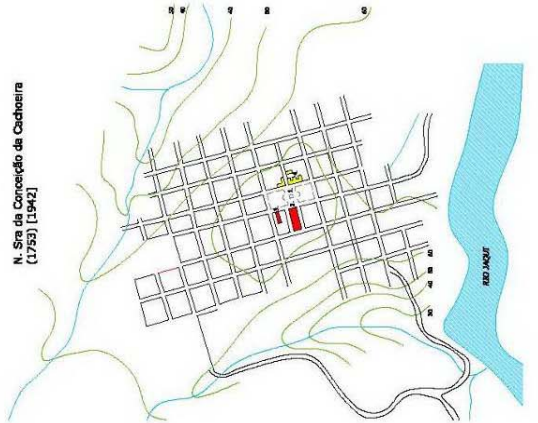
São José do Norte
(1763) [1830]



São José de Tapuai
(1764) [1940]

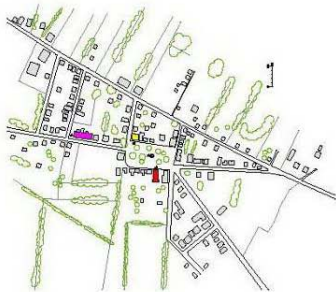


N. Sra da Conceição da Cachoera
(1769) [1942]

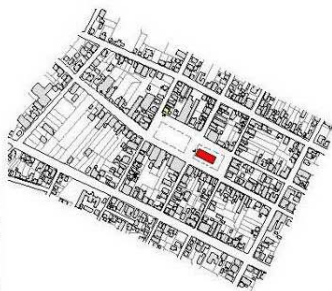


3a fase (1750-1800)

Povo Novo
(1777) [2008]



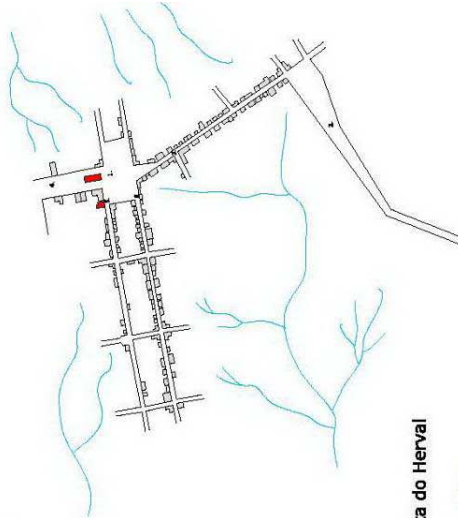
Sta Bárbara de Encruzilhada
(1781) [2008]



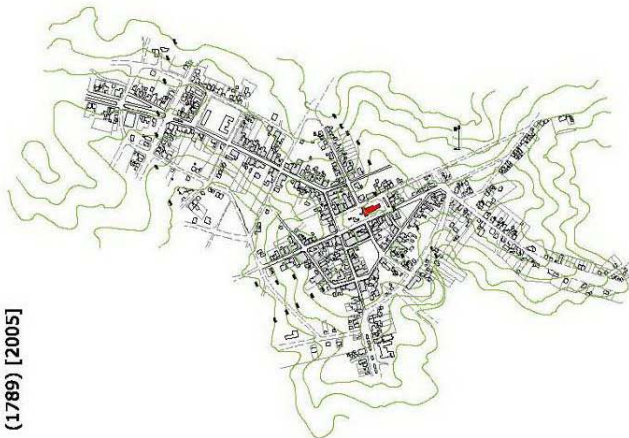
N. Sra da Assunção de
Caçapava do Sul
(1783) [1946]



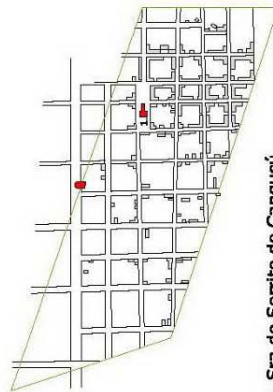
Santa Maria da Boca do Monte
(1797) [1819]



Piratini
(1789) [2005]



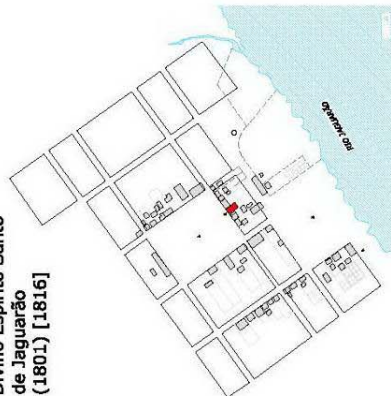
São Francisco das Pelotas
(1780) [1815]



São João Batista do Herval
(1791) [1980]



Divino Espírito Santo
de Jaguarão
(1801) [1816]



N. Sra do Serrito de Canguçu
(1793) [1945]



Guaíba
(1793) [2007]

